



CONGRESSO NACIONAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 4

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 1, de 2023, para "destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília."

PRESIDENTE: Deputado Arthur Oliveira Maia

RELATORA: Senadora Eliziane Gama

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Sergio Moro, Omar Aziz, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Amanda Gentil, Carlos Sampaio, Duda Salabert, Evair Vieira de Melo, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Emanuel Pinheiro Neto, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Aliel Machado, Pastor Henrique Vieira e Erika Hilton, e ainda dos Parlamentares Prof. Paulo Fernando, Silvia Waiãpi e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Eliziane Gama, Ana Paula Lobato, Rodrigo Gambale e Filipe Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Depoimento de Mauro Cesar Barbosa Cid. Finalidade:** Depoimento de Mauro Cesar Barbosa Cid. Oitiva do Mauro César Barbosa Cid, em atendimento aos requerimentos 174/2023, 224/2023, 270/2023, 354/2023, 368/2023, 376/2023, 388/2023, 415/2023, 534/2023, 566/2023, 672/2023 e 858/2023. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da agência de notícias Reuters." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Adriano Machado." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 246 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Agência Reuters." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Revista Crusoé e Agência Thomsom Reuters." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Agência Reuters." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 89 de 2023** que: "Convoca José Eduardo Natale de Paula Pereira, Capitão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 313 de 2023** que: "Convoca José Eduardo Natale de Paula Pereira, Major do EB, Assistente Técnico, ex-integrante do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 690 de 2023** que: "Convoca José Eduardo Natale de Paula Pereira, Major do Exército e Coordenador de Segurança de Instalações Presidenciais." **Autoria:** Senador Jorge Seif. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 881 de 2023** que: "Convoca o Capitão José Eduardo Natale de Paula Pereira como testemunha." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2023** que: "Requer seja requisitado por esta CPMI os serviços de especialistas ou empresa de inteligência artificial que realizem o trabalho de identificação e interpretação das imagens e filmagens obtidas pelas câmeras de segurança, externas e internas, dos palácios de Brasília (Congresso Nacional, Planalto, Supremo Tribunal Federal, Itamaraty e Justiça), relativas aos dias 8, 7 e 9 de janeiro de 2023." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 883 de 2023** que: "Requer informações junto à ANTT de listagem de ônibus e vans que ingressaram no DF entre 10/12/2022 e 31/01/2023." **Autoria:** Deputado Filipe Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 884 de 2023** que: "Requer cópia integral da sindicância sobre o 8 de janeiro realizada pelo GSI sob o comando do Ministro General Amaro." **Autoria:** Deputado Filipe Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 899 de 2023** que: "Requer informações à Advocacia Geral da União sobre procedimentos investigativos e relatórios produzidos pelo Grupo Especial de Defesa da Democracia." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 900 de 2023** que: "Requer que o Ministério da Justiça e Segurança Pública encaminhe cópia integral de Processos Administrativos." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 904 de 2023** que: "Requer à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) documentos e informações para subsidiar os trabalhos desta CPMI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 909 de 2023** que: "Requer à Secretaria de Segurança Pública do DF o acesso às imagens da Esplanada dos Ministérios, capturadas pelas câmeras de segurança no dia 8 de janeiro de 2022." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 911 de 2023** que: "Requer à SSP/DF o acesso das imagens do acampamento em frente ao Quartel General do Exército, capturadas pelas câmeras de segurança pública, dos dias 5 a 8 de janeiro de 2023, em razão das manifestações ocorridas em Brasília/DF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 914 de 2023** que: "Requer informações ao GSI sobre a dispensa de militares do Batalhão da Guarda Presidencial." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 934 de 2023** que: "Requer que sejam fornecidas as imagens do Anexo II do Ministério da Justiça referentes ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Roberto Duarte. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 949 de 2023** que: "Requer cópias das imagens internas e externas das câmeras de segurança do Palácio da Justiça, capturadas das 7h às 22h no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 951 de 2023** que: "Requer à Força Aérea Brasileira (FAB) informações detalhadas sobre todos os planos de voos concernentes às viagens feitas pelo Presidente da República, com destino às cidades de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São Paulo/SP e Araraquara/SP, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 952 de 2023** que: "Requer ao Gabinete Pessoal do Presidente da República informações detalhadas sobre todos os planos de voos concernentes às viagens feitas pelo Presidente da República, com destino às cidades de São Paulo/SP e Araraquara/SP, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 953 de 2023** que: "Requer o compartilhamento — pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República — do Plano Escudo elaborado para a defesa dos Palácios Presidenciais (de 1º/1/2023 a 9/1/2023)." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO Nº 956 de 2023** que: "Requer que o Ministério do Turismo encaminhe informações constantes do Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos relativo a todos os hotéis, pousadas e hospedarias do Distrito Federal nos períodos de 5 a 15 de dezembro de 2022 e 4 a 14 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 958 de 2023** que: "Requer o compartilhamento — pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República — do Plano Escudo elaborado/existente para a defesa do Palácio do Planalto de 1º/1/2023 a 9/1/2023 e alterações." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO Nº 960 de 2023** que: "Requer as cópias das imagens internas e externas das câmeras de segurança do Palácio da Justiça, capturadas das 7h às 22h no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 962 de 2023** que: "Requer o compartilhamento — pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República — do Plano Escudo elaborado para a defesa dos Palácios Presidenciais (de 1º/1/2023 a 9/1/2023)." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 963 de 2023** que: "Requer à Força Aérea Brasileira (FAB) informações detalhadas sobre todos os planos de voos concernentes às viagens feitas pelo Presidente da República, com destino às cidades de São Paulo/SP e Araraquara/SP, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO Nº 966 de 2023** que: "Requer ao Gabinete Pessoal do Presidente da República informações detalhadas sobre todos os planos de voos concernentes às viagens feitas pelo Presidente da República, com destino às cidades de São Paulo/SP e Araraquara/SP, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO Nº 967 de 2023** que: "Requer que o que o Ministério do Turismo encaminhe informações constantes do Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos relativo a todos os hotéis, pousadas e hospedarias do Distrito Federal nos períodos de 5 a 15 de dezembro de 2022 e 4 a 14 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO Nº 968 de 2023** que: "Requer o envio — pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República — de informações sobre o planejamento, a mobilização e o envio de segurança imediata, aproximada, afastada e logística para o Presidente da República, inclusive equipe precursora e esquadrão avançado, alusivos às viagens feitas com destino às cidades de São Paulo/SP e Araraquara/SP, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO Nº 969 de 2023** que: "Requer o envio — pelo Gabinete Pessoal do Presidente da República — de informações sobre o planejamento, a mobilização e o envio de segurança imediata, aproximada, afastada e logística para o Presidente da República, inclusive equipe precursora e esquadrão avançado, alusivos às viagens feitas com destino às cidades de São Paulo/SP e Araraquara/SP, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 970 de 2023** que: "Solicita informações à Força Aérea Brasileira (FAB) sobre planos de voos de viagens do atual presidente da República, com destino às cidades de São Paulo/SP e Araraquara/SP, realizadas no período de 6 a 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 971 de 2023** que: "Requer ao Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) que compartilhe informações e documentos responsáveis por estabelecer a matriz de sincronização, a missão e o desenvolvimento dos eventos ocorridos nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 972 de 2023** que: "Requer ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República que compartilhe documentos e informações sobre as providências adotadas para preservar a segurança do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 978 de 2023** que: "Requer ao Gabinete Pessoal do Presidente da República informações sobre os planos de voos concernentes às viagens feitas pelo Presidente da República, com destino às cidades de São Paulo(SP) e Araraquara(SP), de 6 a 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 979 de 2023** que: "Requer ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República o compartilhamento do Plano Escudo elaborado para a defesa dos Palácios Presidenciais de 1º a 9 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 981 de 2023** que: "Requer o acesso à íntegra das imagens das câmeras internas e externas, do dia 8 de janeiro de 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 991 de 2023** que: "Requer o compartilhamento de informações ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 999 de 2023** que: "Requer as imagens internas e externas das câmeras de segurança do palácio da justiça, capturadas das 7h às 22h no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 1001 de 2023** que: "Requer o compartilhamento, pelo GSI, do Plano Escudo elaborado para a defesa dos Palácios Presidenciais (de 1º/1/2023 a 9/1/2023)" **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 1003 de 2023** que: "Requer que o MINISTÉRIO DO TURISMO informações do Sistema Nacional de Registro de Hóspedes relativo a todos os hotéis, pousadas e hospedarias do DF nos períodos de 5 a 15 de dezembro de 2022 e 4 a 14 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 1007 de 2023** que: "Requer o acesso à íntegra das imagens das câmeras internas e externas, do dia 8 de janeiro de 2023, do Ministério da Justiça e Segurança Pública."



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 1013 de 2023** que: "Requer, à Secretaria de Justiça e Cidadania do GDF, a relação dos nomes das pessoas idosas que foram detidas no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 1014 de 2023** que: "Requer, à Secretaria de Justiça e Cidadania do GDF, a relação dos nomes das crianças e dos adolescentes que foram detidos/recolhidos no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 1015 de 2023** que: "Requer informações à Presidência da República sobre o chefe da Secretaria de Segurança Presidencial, o Coordenador da Viagem Presidencial à cidade de Araraquara-SP, e do Coordenador de Segurança de Área." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 1017 de 2023** que: "Requer, AO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, informações sobre a segurança do Presidente da República nas viagens feitas às cidades de São Paulo e Araraquara, do dia 6 ao dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 1018 de 2023** que: "Requer ao GSI informações sobre as providências adotadas para preservar a segurança do Palácio do Planalto, com a identificação das autoridades e agentes públicos que trabalharam na missão no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 1019 de 2023** que: "Requer que o BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL compartilhe informações e documentos responsáveis por estabelecer a matriz de sincronização, a missão e o desenvolvimento dos eventos ocorridos nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023, incluindo eventuais alterações." **Autoria:** Deputado André Fernandes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 1023 de 2023** que: "Requer Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de MAURO CESAR BARBOSA CID." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 1045 de 2023** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Silvinei Vasques, no período de 1º de janeiro de 2022 a 30 de abril de 2023." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 1055 de 2023** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de George Washington de Oliveira Sousa de 1º de agosto de 2022 até 21 de junho." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 1062 de 2023** que: "Requer à Associação dos Oficiais dos Policiais Militares do Distrito Federal (ASOF/PMDF) o compartilhamento dos relatórios de prestação de contas pelos dirigentes da ASOF no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 1064 de 2023** que: "Transferência de sigilo bancário de George Washington de Oliveira Sousa no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 1065 de 2023** que: "Transferência de sigilo bancário e fiscal, de 2018 até o presente, e telefônico e telemático, de 2022 até o presente, de George Washington de Oliveira Sousa." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 1070 de 2023** que: "Requer ao Centro de Inteligência do Exército os relatórios de inteligência produzidos pelas seções, agências internas do sistema, destacamentos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacionais, agentes e unidades de campo, referentes à observação do acampamento ocorrido em frente ao QG do Exército em Brasília." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 1077 de 2023** que: "Requer ao Ministério do Turismo informações constantes do Sistema Nacional de Hóspedes sobre hotéis, pousadas e hospedarias do Distrito Federal no período de 10 a 13 de dezembro de 2022." **Autoria:** Deputado Filipe Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 1084 de 2023** que: "Requer informação à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) relatórios enviados pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin)." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 1138 de 2023** que: "Requer informações ao STF, acerca da remessa de documentos relativos a inquéritos em tramitação no âmbito do Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 1145 de 2023** que: "Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 1146 de 2023** que: "Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 1147 de 2023** que: "Requer informações à Secretaria da Pessoa com Deficiência do DF." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 1173 de 2023** que: "Requer à Polícia Federal que envie informações a respeito da depredação no Palácio do Planalto." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 1175 de 2023** que: "Requer ao Supremo Tribunal Federal (STF) que compartilhe a cópia integral do processo PET 10.776, feito relacionado com os atos ocorridos no dia 12 de dezembro de 2022." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 1176 de 2023** que: "Requer à Procuradoria Geral da República (PGR) a íntegra da Petição nº 10.405/DF, que apura o trabalho da Polícia Federal na prisão do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 1186 de 2023** que: "Requer que o Supremo Tribunal Federal compartilhe cópia integral do processo PET 10.601." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 1187 de 2023** que: "Requer que o Supremo Tribunal Federal compartilhe cópia integral do processo PET 10.764." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 1198 de 2023** que: "Requer ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal informações sobre processos e contratos com a Combat Armor Defense do Brasil LTDA, CNPJ 33.101.177/0001-33, e com a sua filial, Combat Armor Defense do Brasil – Eireli, 33.101.177/0002-14" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 1199 de 2023** que: "Requer ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal informações sobre as contratações realizadas com as empresas Glock do Brasil, CNPJ 06.275.981/0001-66 e Glock América S.A., e com a pessoa física FRANCO GIAFFONI, CPF 257.875.238-90" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 1200 de 2023** que: "Requer ao STF que encaminhe os termos de declarações dos autos de prisão em flagrante relativos aos presos pelos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 1201 de 2023** que: "Requer à PF que encaminhe os termos de declarações dos autos de prisão em flagrante relativos aos presos pelos atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 1202 de 2023** que: "Requer à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que encaminhe os termos de declarações dos autos de prisão em flagrante relativos aos presos pelos atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 1203 de 2023** que: "Requer que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informe o número de torres de transmissão de energia atacadas no período de 01/01/2020 até o presente momento" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 1204 de 2023** que: "Requer à ANEEL que informe o número de torres de transmissão de energia atacadas no período de 01/01/2020 até o presente momento e as apurações internas." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 1205 de 2023** que: "Requer ao TCU que realize fiscalização nas contratações realizadas pelo Governo Federal com a empresa Combat Armor Defense do Brasi, CNPJ 33.101.177/0001-33, e com sua filial, Combat Armor Defense do Brasi – Eireli, 33.101.177/0002-14." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 1206 de 2023** que: "Requer ao TCU que realize fiscalização nas contratações realizadas do Governo Federal com as empresas Glock do Brasil, CNPJ 06.275.981/0001-66 e Glock América S.A., e com a pessoa física Franco Giaffoni, CPF 257.875.238-90." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 1207 de 2023** que: "Requer ao Banco Central do Brasil informações acerca da existência, em sua base de dados, de registros de empresas estrangeiras em nome de pessoas especificadas." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 1208 de 2023** que: "Requer informações à Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 1215 de 2023** que: "Transferência dos sigilos telefônico e telemático de Jean Lawand Júnior no período de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 1216 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Jorge Eduardo Naime Barreto referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 1217 de 2023** que: "Transferência de informações do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) de Antonio Amaral Vilas Boas Neto de 1º de janeiro de 2019 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 1218 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da empresa PETROLEOS MIRAMAR COMBUSTIVEIS LTDA no período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 1220 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de MAURICIO JUNOT DE MARIA no período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 1223 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Franco Giaffoni



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 07 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 1225 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 1226 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 1232 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da empresa POSTO CAVALO DE AÇO LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 31 de janeiro de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 1233 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da empresa CEDRO DO LÍBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 1236 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ANA CLAUDIA LEITE DE QUEIROZ SOUSA referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 7 de julho de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 1241 de 2023** que: "Requer à RFB registro de empresas estrangeiras em nome Daniel Barbosa Cid, CPF 996.592.801-06" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 1247 de 2023** que: "Requer ao BACEN registro de empresas estrangeiras em nome de Daniel Barbosa Cid, CPF 996.592.801-06." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 1249 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Daniel Lopes de Luccas no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 1250 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Luis Marcos dos Reis no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 1251 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Adriano Alves Teperino no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 98 - REQUERIMENTO Nº 1252 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Mauro Cesar Barbosa Cid no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 99 - REQUERIMENTO Nº 1253 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Jonathas Diniz Vieira Coelho no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 100 - REQUERIMENTO Nº 1254 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Danilo Isaac Calhães no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 101 - REQUERIMENTO Nº 1255 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático, no período entre 01/01/2022 até o presente, de todo o conteúdo relativo às contas de e-mail institucional de titularidade de Osmar Crivelatti, na Presidência da República." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 - REQUERIMENTO Nº 1256 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático, no período entre



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

01/01/2022 até o presente, de todo o conteúdo relativo às contas de e-mail institucional de titularidade de Cleiton Henrique Holzschuk, na Presidência da República." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 1257 de 2023** que: "Transferência de sigilo telemático de Marcelo de Costa Câmara no período de 1º de janeiro de 2022 até o presente momento." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/11>

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos Três Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião se divide em duas partes. A primeira destina-se ao depoimento do senhor... Vamos inverter. A primeira destina-se à apreciação de requerimentos constantes da pauta. Vamos discutir o critério a partir de uma proposta trazida aqui pela ilustre Deputada Jandira Feghali, que nos pareceu a mais adequada. E, em seguida, ouviremos o depoimento do Sr. Mauro Cesar Barbosa Cid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, antes de partirmos para a aprovação dos requerimentos, nós estávamos discutindo aqui, antes da sessão, quais seriam os critérios. Tenho aqui na minha mão... Além daqueles requerimentos que eu coloquei eu próprio, de autoria, por vontade do Presidente, que colocamos na pauta, existe aqui uma relação constante de 197 requerimentos que foram trazidos a esta Presidência pelos mais diversos Parlamentares, a começar, é claro, e com toda prioridade, pela nossa Relatora, mas também outros Parlamentares trouxeram aqui os seus requerimentos que gostariam de ver apreciados.

Eu quero dizer, antes de qualquer coisa, que a compreensão desta Presidência é de que, quanto mais requerimentos aprovarmos, melhor. Eu penso que é extremamente salutar que tenhamos o maior número possível tanto de oitivas como de documentos. As oitivas têm, entretanto, uma limitação de tempo, porque temos visto que cada oitiva demora praticamente toda uma reunião e, como nós temos um número limitado de reuniões, se convocarmos muita gente, não teremos condição de ouvir a todos.

Os documentos, entretanto, não padecem desse problema, porque nós solicitamos os documentos, os documentos chegam aqui à CPMI, a equipe que faz a triagem classifica o documento como sigiloso ou não sigiloso, e, portanto, isso serve de importantíssimo material de trabalho para os Srs. Parlamentares se debruçarem.

Então, estávamos aqui debatendo, antes da reunião, como seria esse procedimento e pareceu-nos mais adequada a proposta da Deputada Jandira Feghali, que seria a seguinte: dos 197 requerimentos que temos aqui, nós aprovaríamos os requerimentos que são solicitação de documentos e faríamos uma Comissão composta por seis Parlamentares. Aí a Presidência, Deputado Rogerio Marinho, abre mão da sua principal prerrogativa, que é fazer a pauta, mas eu acho que isso é muito democrático e vale muito para o andamento dos trabalhos. E esta Comissão composta por seis Parlamentares ficaria responsável pela elaboração da relação de depoimentos que serão aprovados na próxima reunião, quando voltarmos do recesso. Seria, portanto, uma lista consensual. Essa é a nossa proposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Senador Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É que tem dois rogérios: Rogerio Marinho e Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – São muitos rogérios.

Sr. Presidente, primeiro, eu queria cumprimentar V. Exa. pela decisão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Um instante, Senador.

Eu pediria silêncio porque é importante a gente... A gente está agora fixando procedimentos e é muito importante que a gente ouça, para que não haja nenhum equívoco.

Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa. pela decisão madura e equilibrada. Isso permite um ambiente muito mais saudável para o curso da investigação no âmbito desta CPI.

A ponderação que faço a V. Exa., em relação ao acordo de procedimento, é concernente aos pedidos de quebra de sigilo. Quanto à requisição de documentos, há um acordo absolutamente razoável aqui. Com relação à quebra, eu faria uma ponderação de que nós não apreciássemos nesse método, sem essa devida avaliação, porque é uma medida mais invasiva. Aí você tem lá os requisitos para a quebra, e não foi possível fazer a verificação de todos esses pedidos constantes na pauta no dia de hoje.

Não dá para a gente aprovar quebra de sigilo no varejo. É preciso verificar a fundamentação e a razoabilidade do pedido, porque ele deve ser imprescindível à investigação. Então, a ponderação que faço a V. Exa. é que não se inclua nesse rol do entendimento a questão da quebra de sigilo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

É a Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Relatora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Senador Rogério, eu cumprimento V. Exa. e quero rememorar aqui uma fala que nós fizemos no início os trabalhos desta Comissão. Nós deixamos claro que a gente faria os processos por etapa. A gente iniciaria com as oitivas e, diante das oitivas e da defasagem, da dificuldade, na verdade, de informações, a gente partiria para ações mais enérgicas desta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pedidos de quebra de sigilos que nós estamos fazendo nesta Comissão hoje são de depoentes que já foram ouvidos nesta Comissão e que não contribuíram com os trabalhos da Comissão. Não dá para a gente continuar os trabalhos da CPI sem ter quebra desses sigilos. Nós estamos pedindo quebra, por exemplo, do George Washington. Ele veio aqui e não falou nada. Nós estamos pedindo quebra, por exemplo, do Lawand, que claramente aqui veio e mentiu nesta Comissão. Nós estamos pedindo quebra, por exemplo, do ex-Diretor da Polícia Rodoviária Federal, que claramente, de forma escrachada, mentiu nesta Comissão. Agora, se a gente não puder na verdade buscar a quebra do sigilo, não tem razão de ser esta CPI.

Outra coisa: as outras buscas que nós estamos aqui solicitando daqueles que nós não ouvimos são uma prévia de uma quebra. Nós estamos solicitando, por exemplo, os rifles, ou seja, a gente está indo por etapa. Agora, nós temos prazo, nós temos tempo. Se a gente procrastinar bastante aqui, nós vamos chegar ao final dos 180 dias sem nada.

A gente já teve depoimento aqui, o nosso primeiro depoimento, a gente tinha notícia de jornal. Ou seja, claro, com todo respeito à imprensa brasileira, mas a gente precisa na verdade ter documentos que venham de inquérito ou de quebras, para que a gente possa na verdade respaldar a nossa oitiva. Ou então nós seremos ridicularizados nessa Comissão.

Então, eu queria pedir aqui aos colegas, nós estamos numa CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, isso aqui é um inquérito. Ou a gente faz valer as nossas prerrogativas, ou então... Nós já temos uma dificuldade: o compartilhamento de dados dos inquéritos no âmbito da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal estão condicionados à Súmula 14, que aguarda as diligências. Ou seja, nós não vamos ter compartilhamento de dados agora, gente. Os inquéritos do Supremo Tribunal Federal e da Polícia Federal, eu posso estar errada, mas poderão não vir até o final desta Comissão, porque as diligências demoram a acontecer. Tem inquérito que demora anos ocorrendo. Então, a gente vai ficar aqui esperando o quê? Ou a gente parte direto para as quebras, ou então nós teremos graves prejuízos aqui, nos trabalhos desta Comissão.

Então, Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que a gente de fato fizesse a aprovação dessas quebras, como foi apresentado aqui por esta Relatora e também pelos demais membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marcos Rogério, Senador Marcos Rogério, eu vou devolver a palavra a V. Exa., mas, assim, pelo que eu entendi, a proposta da Relatora é uma proposta intermediária. Ela propõe que sejam quebrados os sigilos bancários daqueles que já fizeram seu depoimento, não é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Exato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não. Ela... Veja, Presidente, apenas para concordar com ela em parte, e V. Exa. está certo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para explicação pessoal.) – Está certo na intenção, mas não foi o que ela disse no todo.

Eu concordo com a Relatora em relação a quem nós já ouvimos. E aí há uma divergência pontual aqui apenas em relação... E aí do ponto de vista de mérito. E aí, no voto, a gente decide, em relação ao ex-Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal. Quanto aos outros, eu particularmente votarei a favor, inclusive, da quebra de sigilo. Quanto aos outros que já foram ouvidos no âmbito desta CPI. Agora, existem outros que ainda não foram ouvidos e que ela indica também para quebra de sigilo.

Então, que se faça, no caso da quebra de sigilo, a votação individualizada, e a gente analisa. No caso de quem já foi ouvido aqui, há concordância, agora, quanto aos demais, não há.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Há uma relação de Parlamentares aqui inscritos pela ordem: Deputado Filipe Barros, Senador Moro, Senador Izalci, Deputada Jandira, Senador Magno e Deputado Ramagem.

Então, pela ordem, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas a título de esclarecimento, porque nós temos que seguir o Regimento Interno.

O nosso Regimento Interno diz que a pauta deve ser disponibilizada com 48 horas de antecedência. E, aí, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados apresenta a possibilidade do extrapauta. Então, a minha pergunta a V. Exa. é: a pauta foi disponibilizada sem os requerimentos de quebra de sigilo que a Senadora Eliziane Gama está apresentando agora. Nós vamos votar esses requerimentos sob qual condição? É um extrapauta? Porque, se for extrapauta, precisa primeiro analisar e votar o extrapauta para depois entrar no mérito de cada um desses requerimentos, senão, há a necessidade regimental de respeitar as 48 horas de publicidade da pauta que o Regimento Interno nos impõe, não é uma faculdade.

Na pauta de ontem não estavam incluídos esses requerimentos da Senadora Eliziane Gama. Então, nós chegamos aqui pela manhã e fomos todos pegos de surpresa com inúmeros requerimentos feitos. Não há a mínima possibilidade de nós analisarmos aqui em 20, 30 minutos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os requerimentos apresentados pela Senadora Eliziane Gama, e já queremos votar esses requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, essa solicitação de requerimentos extrapauta tanto foi feita por Deputados e Senadores ligados ao Governo como por Deputados e Senadores da oposição. Eu penso que quem mais tem a ganhar com a votação de requerimentos aqui, dos dois lados, é justamente a oposição, que tem minoria. E esta Presidência tem feito um esforço nesse sentido. Portanto, essa busca para uma solução regimental em algo que desfavorece a oposição, em vez de nós avançarmos no acordo, parece-me que é uma posição que contraria aquilo que V. Exa. e o lado que V. Exa. se posiciona nesta CPMI. Essa é a minha opinião.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas se V. Exa. preferir que a gente siga estritamente o Regimento, esta Presidência abre mão da tentativa de fazer um acordo e votaremos, então, aqui de acordo com a vontade da maioria apenas...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A nossa preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não tem problema nenhum, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se essa é a vontade... Não venha exigir desta Presidência um preciosismo de cuidado com o Regimento quando nós estamos fazendo um esforço político grande na tentativa de construção de um acordo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Só para ficar claro, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Agora, se isso não é interesse da oposição, paciência. Eu lavo as minhas mãos e deixo votar como V. Exas. quiserem.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A nossa preocupação, Presidente, é exclusivamente – para ser claro –, é exclusivamente os requerimentos de quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós estamos tentando, Deputado, construir um acordo. A política é isso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Estamos aqui debatendo. Tem uma relação de Deputados inscritos. Tem aqui uma proposta que foi trazida por uma Parlamentar. Estamos ouvindo cada um para construir um acordo.

Agora, vincular ao fato de não estar na ordem do dia, porque existe um prazo de 48 horas, elimina qualquer possibilidade de avançarmos no acordo. É isso que eu quero que entenda.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu entendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos lá.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O único ponto que eu coloco a V. Exa. é: cautela no momento de votarmos as...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Teremos a cautela, Deputado. Pode ter certeza disso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... quebras de sigilo. Quanto aos outros requerimentos, não há problema por parte da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É isto que eu estou falando: teremos a cautela.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Deputado Arthur Maia, eu acho muito prudente a sua posição de fazer o acordo em cima dos documentos, da requisição de documentos.

Em relação à questão do sigilo, eu vou secundar aqui o Senador Marcos Rogério, porque, vendo aqui a relação de documentos solicitados, tem quebras de sigilo de pessoas que não foram ouvidas, com todo o respeito à nossa querida Relatora.

Existe um requerimento aqui: "Requer ao TCU que realize fiscalização nas contratações do Governo Federal com a empresa Glock do Brasil". Eu não sei o propósito desse requerimento...

Então, existem alguns requerimentos sensíveis, que precisam de uma apreciação individualizada. Eu não sei por que nós vamos ordenar a fiscalização do TCU – ou requerer – sobre a Glock do Brasil e sobre quais contratos, sobre quais elementos. Não que não seja eventualmente pertinente, mas nós precisamos ter uma análise individualizada.

Eu proporia aqui, eventualmente, se a V. Exa. e a Relatora concordarem, que, em relação à quebra de sigilo, se houver insistência para se chegar a um acordo, então, possamos fazer em relação, por exemplo, ao Sr. George Washington, que esteve aqui, em relação ao Coronel Jean



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lawand, que esteve aqui, e, se for o caso, em relação ao Coronel Mauro Cid, excluindo... Porque aqui existe uma tentativa também de quebra de sigilo em cima de esposas e familiares que não estão sendo, em princípio, investigados por essa CPML. Mas, em princípio, Sr. Presidente, eu acompanharia aqui todos os documentos que não são acobertados por sigilo e sugeriria esse acordo em cima desses três indivíduos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Eu quero, antes de passar a palavra para o próximo inscrito, acompanhar V. Exa. nessa sua posição de que não devemos buscar aqui trazer, aleatoriamente, o indiciamento e a investigação de familiares, apenas pelo fato de serem familiares. Nós temos a individualização das condutas. Então, eu acho realmente essa opinião trazida pelo Senador Sergio Moro muito importante.

Com a palavra, o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que essa posição de V. Exa. de criar esse grupo é fundamental. Agora, das convocações e quebras de sigilo tem que ver a fundamentação, a justificativa. Por exemplo, eu tenho um foco aqui, porque eu já não tenho mais dúvida de que tudo que aconteceu no dia 8 poderia ter sido evitado. Eu tenho já essa conclusão.

Então, é evidente que, relacionado a isso, tem pedidos também de quebra de sigilo, mas coisas evidentes. Então, não dá pra... Eu sei que a Relatora citou vários nomes, mas só citou o que interessa à base de Governo. Eu acho que tem outros que também precisam ser ouvidos e teriam que ter o sigilo quebrado. Então, esta Comissão, eu acho que tem esse papel, mas a base de convocação, a base de quebra de sigilo é a justificativa do requerimento. Então, eu tenho alguns que eu gostaria, depois da Comissão, não é? Tenho a justificativa correta para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quando eu fiz a proposta de a gente votar os documentos... Porque esta CPI precisa ter material para estudar. Toda CPI faz as oitivas baseada em dados. A gente aqui está invertendo. A gente primeiro faz a oitiva, depois vai estudar o que cada, qual é a implicação de cada figura que a gente está ouvindo. Isso limita a nossa intervenção junto aos depoentes. Em geral, é o contrário, a gente estuda primeiro a situação de cada depoente para depois fazer a oitiva. A gente aqui está invertendo. Então, o que o depoente diz parece que é verdade. Nós estamos fazendo exatamente uma CPI ao contrário, aqui, dessa forma. Então, isso não é investigação. A gente está ouvindo para, depois,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudar o que que tem no sigilo, o que que tem no celular, o que que tem na conta. Isso é uma loucura.

Então, o que a gente precisa fazer é primeiro ter os documentos, o que tem na quebra de sigilo, o que que tem no celular, o que que existe, para poder fazer oitiva e questionar o depoente. Então, eu estou achando muito estranho o que está acontecendo aqui.

Então, já veio aqui o Silvinei que, claramente, mentiu; já veio aqui o George Washington; já veio aqui o Lawand; tem a empresa Combat, que nós aqui vimos que tem problema com essa empresa, que nós temos que quebrar o sigilo; existe uma indicação da Relatora de fiscalização do PC. Qual é o problema de quebrar esse sigilo para gente poder ter os dados para poder inquirir os próximos? Então, estão querendo encobrir o que aqui? Não estou entendendo qual é a preocupação de membros desta CPI de não ter os dados para poder investigar? Nós estamos querendo inverter a CPI. Eu nunca vi a gente começar ao contrário. A gente primeiro ouve, para depois ver quais são os dados? Qual é o problema? Quem nós estamos querendo encobrir aqui? Não estou entendendo qual é o problema.

Se precisar votar individualizado, a gente até vota individualizado. Não tem problema nenhum. Não precisa nem votar em bloco, pode até justificar. Votar em bloco economizaria tempo para poder ouvir o Sr. Mauro Cid, que está aí aguardando, mas, se precisar votar individualizado, a gente vota. Mas não temos por que não quebrar os sigilos para ter os dados para poder inquirir, senão tudo o que falar aqui aparentemente é verdade o que se diz, ou não se diz, porque todo mundo aqui está podendo ficar calado. Então, sinceramente, eu não sei o que que vocês estão tentando encobrir, mas que nós precisamos investigar precisamos. Esta CPI não pode ficar desmoralizada a cada depoimento que acontece aqui. Nós temos que quebrar os sigilos para ter os dados, para poder fazer as inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, só uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar a palavra aqui para Relatora, eu só quero fazer aqui uma observação: existem requerimentos de quebra de sigilo bancário – está aqui o Promotor Carlos Sampaio, eterno Promotor Carlos Sampaio, que conhece bem esta realidade –, existe o requerimento de quebra de sigilo bancário e o requerimento de relatório de inteligência financeira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São duas coisas diferentes. O relatório de inteligência financeira é algo muito mais sucinto, que não é tão invasivo e que o próprio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo já entendeu que até a própria polícia pode requerer. Então, eu penso que nós temos que fazer essa diferenciação. Talvez fosse o caso de separar e fazer aqui, exceto esses nomes que são consensuais, a quebra de sigilo bancário e, quanto aos relatórios de inteligência financeira, aprovar os requerimentos, porque eu não vejo problema com isso.

Senador Magno Malta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, é que eu ia dar uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, desculpe. Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Na verdade, V. Exa. fez a colocação da primeira parte que eu ia falar; e a segunda é aos que estão preocupados em relação a familiares quero dizer que nós temos apenas aqui um familiar que é a esposa do terrorista George Washington. E ela, na verdade, é sócia-proprietária do posto o qual, na verdade, cedeu uma caminhonete zero, que foi comprada à vista, R\$300 mil, não sei quantos mil reais, pra ele vir do Pará para cá, ou seja, ela não está sendo, ela não está... As informações acerca dela não são porque ela é esposa do George Washington, do terrorista George Washington; são porque ela é sócia de uma empresa. Então, que fiquem claras essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Deputado Arthur, Srs. Senadores, Senadoras, Deputadas, Deputados, eu quero pegar a fala de todo mundo. Acho que todas as falas, numa somatória, têm um sentido muito forte. Sei que a Senadora Jandira discorda de quase 99% do que eu penso e eu também, mas nisso sou obrigado... Nós concordamos em alguma coisa. Uma CPI só chega a algum lugar se ela tiver quebra de sigilo. Eu nunca presidi uma CPI que tivesse resultado em que eu não convocasse alguém para depor quando eu já tinha tudo na mão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Exato.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Você só pode convocar... Por isso que a convocação está equivocada desde o começo. Você precisa, primeiro, ter tudo na mão. Por isso que tem uma outra coisa, Senador Marcos Rogério, que V. Exa. conhece muito bem. É preciso ter compartilhamento. A CPI precisa oficial ao Supremo Tribunal Federal, que sempre entregou as investigações que tinham. O Ministério da Justiça precisa entregar o que tem para que você possa convocar alguém.

Veja só, Senadora Laura, um dos momentos mais importantes... Toda vez eu lhe chamo de Senadora, porque você tem pinta de Senadora. Senadora Laura, os meninos até brincam,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa rapaziada nova aqui de primeiro mandato, que eu falo em CPI do Narcotráfico e eles acham que já está muito distante, é meio Jurassic Park. Nós convocamos, não, convidamos o Ministro da Justiça Renan Calheiros para ir à CPI do Narcotráfico. E ele foi. A Deputada Jandira estava lá, naquela ocasião, quando foi a prisão de Hildebrando Pascoal. Foi o Ministério da Justiça que entregou os 12 CPFs que o cara tinha, de todos os problemas que existiam no Acre. O Acre, aliás, deve um busto para nós, não é? Porque nós fomos lá fazer.

Então, veja, é preciso realmente que se quebre sigilo e depois se convoque, com as pessoas-chave. Aí, concordo com o Senador Marco Rogério: não dá para fazer uma quebra coletiva, agora, do indivíduo que já esteve aqui, que a gente sabe que tem envolvimento, poderia ter-se quebrado o sigilo primeiro e, depois, traria... Só que essas pessoas já têm muitas informações no Ministério da Justiça.

E aqui eu peço, Sr. Presidente, à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber – é ela ainda, não é? –, e ao Ministro Alexandre de Moraes, que é dono desse estômago de elefante em que cabe tudo dentro, que é o inquérito da *fake news*, para que cedam as informações que já existem, até porque as pessoas todas já foram investigadas, os crimes já foram tipificados, até aqueles que estão ainda na Colmeia e na Papuda.

E fiz um apelo hoje à nossa Relatora e a alguns Senadores para que todos possam ser ouvidos. Concorde, na verdade, com essa cooperação. E, com essa cooperação, as pessoas que já foram ouvidas aqui e que mentiram, como é o caso do último aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – O Lawand?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, o da bomba lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – George Washington.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Se esse sigilo tivesse sido compartilhado, teria sido absolutamente diferente também o do Lawand. Teria sido absolutamente diferente porque nós teríamos elementos. Então, quando o cara mente, você prova a ele com o elemento na mão. Agora, você ouve o cara, ele vai embora, e depois é que você vai quebrar o sigilo dele? Eu concordo plenamente com isso e concordo que nós devemos tomar uma decisão aqui: que o indivíduo a ser votado para ser ouvido aqui, que nós já tenhamos todos os elementos dele na mão, com todos os sigilos quebrados, aqueles que nós entendemos que fazem parte... Tanto aqueles que operaram, assim, de uma forma atabalhoada, sabe? E participaram, quebraram, zonearam... E deve pagar quem fez isso e quem também se omitiu ou correu ou deixou ocorrer; todas essas pessoas!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto, Sr. Presidente, eu acho que a fala de todos... A partir dessa conversa que nós tivemos aqui, essa fala de todos aqui corrobora para que a gente comece a andar agora de forma definitiva como e enquanto CPI. Mas, mais uma vez, peço que o Supremo Tribunal Federal e que o Ministério da Justiça façam conosco essa cooperação. Não há qualquer investigação sem Polícia Federal. A Polícia Federal tem em andamento investigações que podem mandar a V. Exa., à relatoria, à Presidência, para que nós tenhamos elementos para ouvir o indivíduo sentado aqui com os elementos já de prova na mão, para que nós possamos, na verdade, responder à sociedade aquilo que à sociedade se precisa responder.

Encerro aqui fazendo mais um apelo: precisamos ouvir todos os envolvidos. Falei com o Senador Randolfe aqui – que não é mais Harry Potter, agora é He-Man, porque ele manda muito; manda muito, é He-Man –, pedi a He-Man que me ajudasse a fazer duas Subcomissões, para que a gente possa ouvir o pessoal da Papuda e da Colmeia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Toda proposta de acordo é salutar. Só temos que aparar algumas arestas para que o acordo seja realmente efetivo para o desenvolvimento dos trabalhos.

Eu concordo, deve haver as quebras de sigilo, mas com as parcimônias devidas, para não haver a generalidade de uma intromissão, de uma invasão na privacidade sem qualquer sentido. Se há uma necessidade, quanto ao Policial Rodoviário Federal Vasques, Silvinei Vasques, de uma quebra de sigilo, que se faça. Agora, eu indago à Comissão, à Presidência e à Relatora que...

Por favor, por favor.

O PRF Vasques enviou a esta Comissão, nesta semana ou na semana passada, cerca de 300 páginas de documentos produzidos pela própria PRF. Esses documentos foram analisados para se perquirir, logo em seguida, uma quebra de sigilo? Eu acredito que não. Essa deve ser uma medida última nesse sentido.

Que seja feita. Agora, como foi destacado aqui, por que adentrar a família inteira do Coronel Cid, que nem foi ouvido ainda. Eu acho, eu acredito que esse seja um grande exagero. Que se faça a quebra de sigilo do Coronel. Pode ser possível, está como investigado, mas não numa família. Tu entendes esse pedido?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Não tem da família, Deputado. Não tem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Ah, que maravilha! Então, pronto! Então, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Ramagem.

Com a palavra...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Um momento, um momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Um momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe. Pensei que V. Exa. tinha concluído. Perdão.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Então, todos esses requerimentos tiveram razão de ser colocados porque já havia, na pauta, dois requerimentos de oitiva do fotógrafo da Reuters e do major do Exército Brasileiro, que trabalhava no GSI. Esse, inclusive, é requerimento do Governo. Eu quero saber se, num acordo, serão aprovados esses dois requerimentos nossos.

Mais outra questão que eu coloco aqui, bem clara: todas essas pessoas que estão tendo quebra de sigilo e investigação, não foi comprovada ou demonstrada qualquer lógica de vinculação com o 8 de janeiro, ou seja, o fato determinado desta CPMI ainda não foi atingido. Nós estamos chegando, depois do recesso, a dois meses de CPMI e ainda não chegamos no trabalho do 8 de janeiro, que é o foco principal e total dessa CPMI. Nós, da Oposição, da Minoria, só tivemos aprovado o requerimento do General Gonçalves Dias e do Oficial de Inteligência Saulo. Até o momento, nós não sabemos quando eles estarão aqui, nesta CPMI.

Por favor, Sr. Presidente, foram colocados no acordo, num possível acordo, a possibilidade de se delegar uma subcomissão que fará essa pauta de oitivas e de diligências. Seria, portanto, de seis Parlamentares.

Eu quero lembrar que o foco principal é o 8 de janeiro, que esse é um instrumento da Minoria, que a Minoria não está sendo atendida, que o requerimento de instauração da CPMI foi acerca da responsabilidade dos vândalos, responsabilidade pelas omissões e arbitrariedades judiciais. Então, eu gostaria de saber como seria desenvolvida essa escolha de seis Parlamentares, e que não seja com voto de maioria, que seja até por uma proporção, que os requerimentos da Oposição, da Minoria sejam atendidos, sejam colocados em pauta para serem ouvidos e as diligências cumpridas até o final desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Delegado Ramagem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para dizer que, às vezes, com muitas conversas aqui e aprovação de requerimentos, nós perdemos muito tempo. Nós perdemos um tempo precioso da inquirição de Mauro Cid. Então, poderíamos deliberar posteriormente acerca disso? Justamente porque, assim que começar a Ordem do Dia, nós deveremos parar com a inquirição.

Então, é complicado isso, e o que parece realmente é o que a Deputada Jandira Feghali disse, que nós estamos começando sempre da forma contrária.

Dias atrás eu dei uma entrevista dizendo que é a própria imprensa que está nos municando de informações, porque nós não conseguimos ter as informações que nós precisamos – inclusive, eu até acredito que por conta do fato de ainda haver Parlamentares investigados dentro desta CPMI e que atrapalham o nosso acesso a informações. Por quê? Porque investigados não podem ter informações privilegiadas, isso é um absurdo, isso não existe em lugar nenhum! Então, tudo que nós estamos vendo aqui é contrário ao que determinam as regras.

E, sim, nós temos poder de polícia durante o período de CPMI, com todas as responsabilidades, mas também com todos os acessos de juízes e de membros do Ministério Público. Então, que isso seja levado em consideração e que parem de uma vez por todas de atrapalhar as investigações, porque tudo isso, essa preocupação com esse acesso, é o que nos demonstra a preocupação, realmente, de descobriremos a verdade real. Até mesmo porque, se nós conseguirmos abrir os sigilos de alguns investigados, poderíamos até desistir das suas oitivas, porque... Não são inocentes? Há muitos inocentes aqui, pelo jeito. Então já nós vamos poupar tempo desistindo dessas oitivas.

E outra. Ouvir com todo o respeito, Senador, ouvir essas pessoas que estão presas ou não na Papuda e na Colmeia é um tanto quanto preocupante, porque aqui nós estamos buscando peixes grandes, os covardes que ficaram por de trás dessas pessoas, e muitos deles ali, como vocês dizem, são inocentes. Esta CPMI é para buscar culpados – e não, inocentes. E esses processos... Essas pessoas já estão sendo investigadas. Direitos humanos: vocês poderiam formar uma comissão.

Todos os defendidos pela defensoria pública, segundo eu descobri com o defensor público que está sendo sabatinado hoje, o Dr. Igor, todos os assistidos pela defensoria pública já estão respondendo em liberdade – todos. Quem está preso... Segundo dados oficiais da defensoria pública, os que estão presos estão sendo assistidos por advogados contratados privados. Portanto, isso é à parte. Essa discussão é à parte do escopo desta CPMI, com todo o respeito. Nós buscamos aqui aqueles que ainda não estão sendo investigados ou, ainda, que não foram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontados: são os mandantes e os financiadores, não aquelas pessoas que foram colocadas na linha de frente pelos covardes.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senadora.

Olha, tem aqui quatro Parlamentares inscritos. Eu vou encerrar depois da fala dos quatros, para que a gente possa encaminhar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São cinco, porque se inscreveu o Senador Girão, e depois disso nós vamos encaminhar.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, vou ser breve, bem porque concordo com a linha geral que foi colocada, concordo hoje até com o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Vixe! É mesmo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E acho que realmente... Eu também fui... Nós temos algo em comum: eu fui Relator de Comissão Parlamentar de Inquérito, da CPI do Narcotráfico em Minas Gerais. Então, essa experiência tem que ser trazida também. E é claro que a gente só descobre as coisas em relação àqueles que estão por dentro daquele assunto. Muitas vezes na CPI do Narcotráfico, eles nos acusavam de estar escutando bandidos. Mas é óbvio: o tráfico era feito por bandido, eram eles os que sabiam as coisas.

E, na questão relativa aos culpados, nós temos que escutar esses que estão sendo indiciados, esses que estão realmente sendo investigados. E não há como investigá-los se nós não tivermos acesso aos telefones e, em alguns casos, à questão dos bancos. Então, solicitar esses dados é fundamental. Se a gente não aprova aqui esses documentos, nós não vamos investigar. Muitas vezes quem fala não é o depoente: é o telefone dele, de que foi quebrado o sigilo, que fala pela gente.

Nós estamos vendo agora o George Washington, porque saiu aí, pela Polícia Civil, o que estava no telefone do George Washington. E tinha muita coisa que aqui ele mentiu, inclusive ele disse que a bomba, por exemplo, não era para o caminhão, que ele estava falando que ia colocar bombas nas redes elétricas. Quem leu o relatório dele, que é público agora, que foi enviado pela CPMI, quem lê o relatório vê que ele mentiu claramente. Ele falava claro que estava lá para ele colocar a bomba no caminhão, pra estourar a bomba no caminhão. Então, vejam bem, é óbvio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, se isso estivesse conosco já, essa quebra, nós teríamos tido outro tipo de... Por isso, eu acho que nós precisamos de olhar as quebras de sigilo não apenas dos que já falaram, mas daqueles que são investigados, que nós concordamos que têm que ser vistas na investigação.

Concordo que não é para fazer aqui perseguição, então não é para pegar familiares de todos, etc. Não. Mas tem familiares que também estão envolvidos, que precisam ser ouvidos; não podem também deixar de ser ouvidos só porque são familiares. Então, no caso, por exemplo, do Mauro Cid, eu não propus quebra de sigilo da esposa, nem estou pretendendo pedir isso, mas ouvi-la é necessário não porque ela é esposa do Mauro Cid – acho que ela vai ter que ser ouvida aqui, eu tenho um requerimento; não vai ser votado hoje pelo acordo que nós estamos fazendo –, mas, é óbvio, ela fez uma série de ligações no telefone dela, o que também já é público, em que ela própria falava pelo golpe. Então é outra coisa, é porque ela militou por aquilo e não por ser esposa. Então nós temos que separar realmente o joio do trigo.

Por fim, eu queria apenas polemizar com o Senador Izalci, porque eu também acho que tudo isso poderia ser evitado. Por exemplo, se o ex-Presidente Bolsonaro tivesse passado a faixa pro Presidente Lula, não tivesse feito reunião com embaixadores, nós teríamos resolvido.

Então é claro que essa linha de investigação, por isso que eu quis dizer isso, é uma linha de investigação que não é apenas o 8 de janeiro; por isso nós estamos escutando o Mauro Cid, ela é um processo. Houve uma tentativa de golpe no Brasil.

Então eu proporia, Presidente, pra terminar mesmo, que nós fizéssemos as quebras de sigilo. Não tem problema que a gente veja individualmente, mas que não fique restrito a que sejam apenas os que foram ouvidos; aqueles que são investigados, que estão denunciados, que nós achamos que é justo, também têm que ser apreciados anteriormente a serem ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vou complementar, voltar a falar o que já falou o Senador Magno Malta, a Deputada Jandira, o Deputado Rogério, porque isso é óbvio. É impossível você fazer uma boa inquirição se você não tem os dados para inquirir, se você não tem o conhecimento completo daquele cidadão. Meu pai dizia assim: "Nunca pergunte o que você não souber a resposta". É isso. Nós precisamos saber a resposta antes de inquirir.

Mas, Sr. Presidente, eu queria só fazer aqui um minirresumo dos requerimentos da Senadora. Tem três requerimentos de sigilo bancário, só três. Um do George Washington, um do Naime e o terceiro... Não. Dois, dois.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não. Quebra de sigilo não.

Ah, tem o terceiro, está aqui: o Jean. São só os três de sigilo bancário e... Todos os sigilos, digamos, sigilo bancário e sigilo telemático. Os outros são RIFs, ou seja, do Requerimento 16 ao Requerimento 25, são RIFs.

O RIF é o tal relatório de inteligência financeira; não é quebra de sigilo geral. Depois, as outras quebras de sigilo a Relatora teve a preocupação de colocar a partir de 1º de janeiro. Nós não fazíamos isso, Magno. A gente quebrava da vida inteira. Ela teve a preocupação de quebrar a partir de 1º de janeiro. Então, não há nada nos requerimentos que impeça a votação, se a gente quer – e eu acho que aqui... Olhem, eu não assinei a CPMI, mas a maioria assinou. Ou a gente quer que a CPMI funcione ou a gente não quer que ela funcione. E ela só vai funcionar se a gente votar, Sr. Presidente.

Então, acho que o ideal seria – conversei agora com o Deputado Filipe Barros – nós votarmos esses três requerimentos, que são de sigilo bancário mesmo; dois, sigilos bancários, só dois. Na verdade, bancário é o do George Washington e o...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... do Coronel Naime, porque os do Jean são só telefônico e telemático. Aí nós votaríamos esses dois sigilos bancários, que são mais – digamos – relevantes, separadamente, e todo o resto em bloco, Sr. Presidente.

Aqui ela faz... Os pedidos são de informação.

E, para completar a minha questão, eu queria saber o seguinte: a Mesa já conta com o apoio da Polícia Federal, da Abin – isso, para mim, é o mais importante –, do Ministério Público? Ou seja, já tem uma força-tarefa auxiliando a Relatora, Presidente? *(Pausa.)*

Meu Presidente, uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Os órgãos de segurança, ou seja, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Abin já mandaram representantes que ficaram à disposição desta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mandaram alguns, Deputada. Há outros que não mandaram ainda. Estamos aqui trabalhando para que isso seja feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É, porque eu acho que isso talvez fosse uma... Todos nós, independentemente de ser Governo ou oposição... É impossível para a Relatora sozinha ler todos esses documentos. É importante que você tenha um olhar investigativo e, por isso, é importante a presença, especialmente, da Abin e da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Laura Carneiro.

Com a palavra, o Deputado Aliel.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR. Pela ordem.) – Bom dia! Bom dia a todas as colegas, a todos os colegas, e à imprensa, que nos acompanha.

Presidente, eu quero corroborar aqui com as palavras de V. Exa. Aqui nós temos um instrumento de investigação dentro do campo político, Deputado Carlos Sampaio. E aqui a condução dos acordos políticos facilita a investigação, como muito bem disse o nosso Senador Magno Malta.

Agora, é claro, o objetivo de alguns aqui é no sentido de não dar os instrumentos necessários para que a gente consiga fazer a investigação de maneira límpida. O que nós queremos aqui são as informações para que a gente possa fazer a elaboração de um relatório que colabore com o esclarecimento dos fatos.

Quando você quebra o sigilo de alguém que tem indício de envolvimento grave, você consegue ter, a partir disso, provas objetivas e não subjetivas, para que possa ser feita a investigação e a punição, caso assim a Justiça entenda por correto, já que aqui nós temos a elaboração apenas de um inquérito.

A Senadora Eliziane Gama, a nossa Relatora, teve um cuidado muito especial em relação aos pedidos aqui apresentados. E é bom deixar claro que não há qualquer tipo de perseguição no sentido das quebras de sigilos dos envolvidos que estão sendo requeridas.

Presidente, só peço um pouquinho de silêncio porque é importante essa...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Aliel está com a palavra. Eu peço que façamos silêncio.

Por favor, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Obrigado, Presidente.

Essas informações são de suma importância para dar uma linha investigatória aqui dentro da CPI. Por que é que há o pedido de quebra de sigilo de algumas pessoas ligadas familiarmente a alguns dos investigados? Porque há indícios claros de cometimento de crimes e o envolvimento nos atos que acabaram culminando no dia 8, que são gravíssimos! Tentativa de golpe, participação financeira... Porque existem dos atores que participaram dessa patifaria que aconteceu no nosso país vários tipos de envolvimento diferentes: uns tinham interesse no golpe para a tomada do poder; outros tinham interesse financeiro, como nós pudemos observar, lucrando com o acontecimento dos fatos; outros tinham negociações e situações que nós precisamos ainda entender.

Quem participou da quebradeira no dia 8 já é de conhecimento, mas como é que a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal chegaram a essas pessoas? Através da quebra de sigilo, através das informações que deram subsídio às investigações feitas pelos órgãos competentes, e nós também precisamos desses instrumentos ou nós vamos fazer puramente o debate político aqui, o que não é o objetivo.

A CPMI tem condições de fazer descobertas importantes, já há cometimento de crime quando vêm aqui os investigados mentir dentro desta CPI, isso é crime previsto no Código Penal, e a gente precisa neste momento aqui das informações específicas. Por isso eu quero parabenizar o Presidente Arthur. A condução feita dos trabalhos aqui precisa ter esse equilíbrio no sentido de construir esses acordos. Agora, para aqueles, independentemente de posicionamento ideológico aqui, que querem descobrir o que aconteceu de fato, é preciso ter o comprometimento que seja colaborado com provas, porque aqui não está sendo feita inquisição de pessoas, não se está prendendo pessoas aqui para obrigá-las a falar nada, não estão aqui sendo feitas negociações às escuras, combinado, investigação com o acusado. O que nós estamos fazendo aqui, de maneira transparente, é buscar informações para que a gente tenha subsídio e possa montar um relatório digno, com a verdade, com a transparência e que possa trazer informações que colaborem com as investigações que são muito importantes para o nosso país. Muito importantes para que isso não fique no esquecimento e para que se demonstre que aqui as instituições têm muito mais força do que vontades individuais e pessoais das pessoas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Pastor Henrique Alves.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem, Presidente. Presidente, só pela ordem, só pela ordem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Não é de minuto, de tempo não. Eu só quero que o senhor apresente o contador de tempo da fala de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Está falando deliberadamente sem contagem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São três minutos para cada um. Por favor, marcar o tempo.

Não, Deputado, nós combinamos aqui iríamos concluir as questões de ordem e iremos encaminhar para dar prosseguimento à reunião.

Pastor Henrique Alves.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Valeu Abin!

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, bom dia. É Pastor Henrique Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Tudo bem, tranquilo.

Senadora Eliziane...

Aliás, queria pedir ao Sr. Presidente só para recompor o tempo. Nem consegui começar por conta do barulho.

Obrigado.

Bem, a minha questão de ordem é baseada no art. 151 do Regimento Comum do Congresso e no art. 148 do Senado e tem pertinência com o que está sendo debatido aqui até agora.

Veja bem, Senadora Eliziane: no dia 22 de junho, nós entramos aqui com uma questão de ordem relacionada ao ex-Diretor da PRF, Silvinei Vasques, porque nós entendemos que ele mentiu a esta CPMI sobre abordagens, operações e fiscalizações no dia 30 de outubro, dia do segundo turno.

Naquele momento, a Senadora acatou o nosso pedido de notícia-crime, lembrando que a configuração ou a caracterização da mentira tinha como base a resposta do Ministério da Justiça a um requerimento de informação feito pela Deputada Sâmia Bomfim, no ano passado, ou seja,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma diferença entre o que o Silvinei falou e o que o Ministério da Justiça nos informou. Mas atenção: naquele dia 22 de junho, também foi acatado para nós enviarmos um....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Vou pedir silêncio, Sr. Presidente, senão não consigo desenvolver o raciocínio.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Então, veja: nós enviamos, como CPMI, um ofício ao Silvinei e ele nos enviou – atenção a isto – as fontes para os dados que ele apresentou. E daí, dialogando com o Delegado Ramage, nossa equipe estudou o documento oficial que Silvinei enviou a esta CPMI. E, com muita tranquilidade, fruto de estudo detalhado, eu quero afirmar que ele mentiu a esta CPMI. E agora a base não é só o documento do Ministério da Justiça, que já era importante; é o documento que ele mesmo enviou a esta CPMI: o número de fiscalizações na Região Nordeste foi o dobro da Região Sudeste, no dia 30 de outubro. E eu estou me baseando no documento que ele mesmo enviou a esta CPMI.

Portanto, para concluir, o que eu queria solicitar – vou ler formalmente e entregar à Senadora: sendo assim, gostaríamos de apresentar à eminente Relatora uma minuta de notícia-crime, que poderá auxiliar os trabalhos desta Secretaria...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Calma aí. Ser interrompido não ajuda a minha fala.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Mas é o tempo, Sr. Presidente. O tempo, Sr. Presidente. São três minutos inteiros mais o aditivo de tempo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está certo, Deputado. V. Exa. não pode ultrapassar o tempo. V. Exa. encaminha aqui para a Relatora. Tem três minutos.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – São 30 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não.

Excelência, V. Exa. não pode...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu fui atrapalhado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não, não. V. Exa. extrapolou o seu tempo. Eu vou dar 30 segundos para V. Exa. concluir. São 30 segundos, Deputado, para V. Exa. concluir, por favor!

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, a minha fala foi a única do bloco inteiro a ser cortada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Excelência, 30 segundos para concluir.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu fui interrompido o tempo inteiro!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, 30 segundos para concluir.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – O senhor está sendo injusto!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O próximo orador inscrito é o Senador Girão.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, Presidente. Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Girão, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Não, Presidente, deixe-o terminar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu dou 30 segundos. Se V. Exa. quiser os 30 segundos, eu vou dar. Se não quiser, vou interromper a sua fala.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu fiz uma questão de ordem baseada no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. vai concluir, Deputado?

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, tem 30 segundos.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu vou entregar à Senadora a prova de que Silvinei Vasques mentiu, com base no documento que ele mesmo enviou.

Além disso, solicito a aprovação do Requerimento 1.045, que é a quebra de sigilo telemático, telefônico e bancário. Silvinei Vasques mentiu a esta CPMI e ele precisa ser responsabilizado por isso, de acordo com a legislação do processo penal. Ele é peixe grande e não pode passar pano em cima dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, o último inscrito e, depois, vamos encaminhar.

Senador Girão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Quem mentiu foi o Ministro da Justiça.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, colocar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Favor marcar, ali no painel, três minutos para o Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu queria só subscrever o requerimento extrapauta do Deputado. O Requerimento 1.045.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Obrigado, Senadora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu também subscrevo, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Eu também subscrevo, Presidente.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, Deputado Duarte também. Subscrevo o pedido.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Eu também subscrevo, Presidente. Deputada Erika Hilton.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Deputado Rafael Brito também subscreve, Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Deputado Aliel Machado também subscreve.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Deputado Rogério Correia.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Deputada Duda Salabert também subscreve.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu queria só pedir à assessoria, se puder, aqui, para eu olhar para o Presidente, por favor. Por favor.

Sr. Presidente, nesse acordo que está sendo construído, eu queria deixar claro para o senhor que, mais uma vez, as imagens tão esperadas pela população brasileira, para entender o que aconteceu no dia 8, por que é que a Força de Segurança Nacional... Onde é que estava a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Força de Segurança Nacional, que foi chamada pelo Ministro Flávio Dino? As imagens do Ministério da Justiça, novamente, não estão na pauta. Eu achava que estivessem.

Eu queria fazer esse pedido de inclusão, na pauta, dessas imagens do Ministério da Justiça e também fazer uma solicitação ao senhor, para que não retire o fotógrafo da *Reuters*, porque aquela encenação que aconteceu ficou escandalosa perante a população brasileira, nas imagens vazadas da CNN. Uma encenação: "Espera aí. Quebra desse jeito. Não, agora quebra assim, com esse ângulo". É brincadeira!

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente, aproveitando este tempo, está acontecendo uma onda de *fake news*, de ilações, com relação ao meu nome, e isso é inadmissível! Eu já sabia, quando cheguei aqui no Congresso, que tem certos partidos e alguns Parlamentares que jogam baixo, cujo objetivo é assassinar reputação.

Agora, quem conhece a nossa história sabe do trabalho que a gente tem feito e a rede social... Em primeiro lugar, o número que saiu, em documentos que estão sendo divulgados em relação ao meu nome, com um suposto contato com o terrorista George Washington, não é o meu número.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O meu DDD é 85 ou 61. São os dois únicos números que eu tive na minha vida. Estão colocando um DDD de Recife que nada tem a ver comigo.

O segundo o aspecto: eu tenho redes sociais que somam quase 1 milhão de pessoas seguindo. Mensagens – eu não tenho como acompanhar todas as mensagens! E essa mensagem, segundo o próprio delegado falou aqui, não foi respondida, e foi enviada a Parlamentares.

Então, é brincadeira – Parlamentares aqui desta Casa, onde a regra da boa convivência é o respeito – fazer esse tipo de ilação!

E todo mundo que conhece o meu trabalho aqui sabe, principalmente os Senadores, que, sobre essa questão de CACs, por exemplo, eu sempre fui contra a flexibilização de porte de arma, sempre lutei contra, aqui dentro do Senado, discordando do Governo anterior!

Então, é um absurdo esse tipo de colocação feita e eu vou processar a todos – todos – os que fizeram esse tipo de ilação!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Passamos agora ao encaminhamento.

Está aí, nos computadores de todos os Parlamentares, uma proposta de relação extrapauta que consta de 197 itens. Esses itens... Se nós excluirmos as convocações, estarão excluídos desse requerimento – eu peço que quem quiser anote – os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12 e 13...

São muitos itens aqui, mas vamos colocar os que ficarão, que é mais fácil.

Ficarão os itens 10, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 41...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – O 41 também?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 141, 143, 144, 145, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174 – aí entram os sigilos telefônicos das pessoas que já estiveram aqui –, 176, 177 – e, aí, os relatórios de inteligência financeira, porque isso não é quebra de sigilo bancário; relatório de inteligência financeira não teria problema –, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196 e 197.

Então, esses seriam os documentos que seriam votados e aprovados.

Então, aqueles que forem pela aprovação...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – É só para concluir o encaminhamento e acrescentar o Requerimento 1.045...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão. E o 145 também...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... do Sr. Silvinei Vasques.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que é muito oportuno...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É 1.045, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É 1.045, que trata da quebra de sigilo do ex-Diretor da Polícia Rodoviária Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se pudesse haver um tempo para que nós pudéssemos apenas analisar do que se trata...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Façamos o seguinte: vamos botar em votação, então, todos aqueles que são consensuais, depois se discute o 1.045, que a gente individualiza.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Mas quais são os consensuais? Me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esses todos que estamos colocando. É que V. Exa...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu não sei quais são.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas estão aí...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu não sei com quem foi tratado o assunto, porque eu não fui procurado, e sou titular, por exemplo. Consensual de que maneira? Eu não sei o que estou votando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Carlos Sampaio, nós tivemos aqui uma reunião anterior ao início dos trabalhos, onde combinamos que aprovaríamos consensualmente essa relação de requerimentos, que são requerimentos de autoria de vários Parlamentares, Senadores e Deputados do Governo e da oposição, que encaminharam a esta Presidência. Então, nós estamos aprovando esses requerimentos e também acertamos que não estamos aprovando agora nenhum requerimento de convocação nem de convite de ninguém. E faremos uma equipe, um colegiado de seis Parlamentares, que definirão para uma próxima reunião as convocações. Então, todos esses requerimentos que foram lidos aqui dizem respeito a requerimentos encaminhados a esta Presidência e que pedem documentos apenas. Não há nada mais do que documentos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu não estava presente, mas, se V. Exa. está dizendo que houve um acordo entre a oposição e a base, eu retiro aqui a minha fala. Confio em V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em relação a esse último pedido, embora seja uma quebra relativa, nós temos alguns pedidos que são pedidos talvez um pouco atípicos, com que nós deveríamos ter a cautela de pelo menos saber qual a relação desses investigados ou desses pedidos com o objeto da CPI, com o que nós estamos investigando aqui. Por exemplo, estão pedindo transferência de sigilo de todos os ajudantes de ordens da Presidência, *e-mails*, mensagens. Sr. Presidente, ali tem temas, assuntos que não dizem respeito a esta CPI. Agora, se há motivação, se há justa causa para se fazer a transferência desses dados para a CPI, mediante motivação, fundamentação, o.k. Mas aqui não há nenhum elemento que demonstre isso. É o caso aqui do Daniel Lopes, Luis Marcos Reis, Adriano Alves Teperino e outros mais.

Com relação à quebra de sigilo daqueles que já foram ouvidos aqui, eu acho que nós temos que votar um a um, não há nenhum problema para a gente votar. Eu acho que quebra de sigilo não se vota em varejo. Agora, com relação a quem atuava na Presidência da República, solicitar transferência genérica de dados para esta CPI me parece colocar em risco, inclusive, elementos de segurança nacional, o que não é o caso. Eu questionei aqui agora há pouco a assessoria, respeitosamente: qual é o elemento indutor para esses requerimentos? O que há de elemento a justificar isso aqui? E um dos argumentos que me foi passado aqui, Sr. Presidente, com todo respeito: nós não estamos aqui para investigar o uso de cartão corporativo do Presidente da República. Esse não é o papel dessa CPI. Com todo respeito. Nós não vamos fazer pesca... Eu acho que isso aqui não é o papel da CPI, Presidente. Se alguém faz por aí, não é o papel da CPI. Se quer investigar cartão corporativo...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... de Presidente Bolsonaro, de Presidente Lula, de Dilma e de outros, abra uma CPI específica e vá investigar. Agora, não é objeto desta CPI.

Eu estou alertando, porque esse é um conteúdo que está no âmbito desses requerimentos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar a palavra a qualquer Parlamentar, veja bem, eu não vou continuar a fazer aqui várias questões de ordem, porque, se todos os Deputados agora quiserem fazer de novo uma questão de ordem para tratar do encaminhamento, nós vamos passar aqui a vida inteira e não vamos sair desse lugar. Então, não se trata de fazer novas questões de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer ao Deputado Marcos Rogério que nós estamos aqui tentando fazer um acordo – ao Senador Marcos Rogério. Estamos aqui tentando fazer um acordo. Obviamente, cada um dos Srs. Parlamentares que encaminhou para cá um pedido de informação tem a sua motivação. Se nós pudermos fazer isso por acordo, muito bem. Senão, eu penso que vai ser muito difícil nós avançarmos numa aprovação em bloco.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas não é especificamente, Deputado, porque se formos discutir...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Presidente, eu tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... cada um dos itens, vai ficar impossível fazer um acordo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Por isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, a Presidência retira a proposta de fazermos aqui por acordo e tudo bem.

Pois não, Deputada Laura.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, Deputado André Fernandes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Só um minutinho.

Presidente, a Relatora nos deu uma lista...

Gente, pelo amor de Deus!

(Soa a campainha.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Uma lista com 36 requerimentos. Foi essa lista que eu analisei na minha fala, foi essa lista que eu mostrei ao Senador Marcos. Nessa, são 36 requerimentos. O senhor anunciou 101 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro, Deputada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Calma, Presidente. Calma, Presidente.

Para terminar a frase...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu anunciei aqui que estava fazendo uma apresentação de uma pauta coletiva.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Calma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se fosse só da Relatora, obviamente não teria acordo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Calma, Presidente. Calma.

Então, o que nós combinamos, a partir do requerimento da Deputada Jandira, é que nós votaríamos nenhuma convocação. Nós só votaríamos requerimentos de documentos. Não foi isso? Sigilo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está sendo mantido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – e documentos de uma maneira geral.

Os 101, aí eu quero saber: a lista que V. Exa. apresentou é por número de requerimento. É o número da pauta ou o número do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o número da extrapauta, da pauta que está aqui. É o número da pauta.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, da pauta. Então, de um a nove são todos oitivas; onze, doze e treze também são oitivas. Aí eu quero entender se a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu li os que não são votados, Deputada. Foi isso que eu li. Eu li os que... Eu li aqui. Eu não li de um a nove. Eu comecei aqui, está aí na filmagem... Eu comecei pelo dez.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E do dez eu passei para o trinta e cinco, e por aí vai.

Não há, na leitura que eu fiz, nenhum requerimento de convocação nem de convite...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – De pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... de pessoas. O que há aqui são apenas documentos. É isso que está aí.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu li o que vai ser aprovado no acordo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos votar.

Em votação os requerimentos que foram lidos pela Presidência.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Presidente... Presidente...

E o 1.045?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, e a pauta?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está aprovado com o 1.045.

Passamos agora...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente... Presidente... Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Vamos para a oitiva.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Eu voto contra. Eu gostaria de registrar meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já está aprovado. Já está aprovada a relação.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Só registre meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora Damares Alves, pois não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Presidente Arthur, pra perguntar: foi aprovado com o 1.045 ou sem?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com o 1.045.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Mas esse não era o acordo, Sr. Presidente.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Quero registrar o meu voto contra. Não foi unânime.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Voto contra da Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Damares. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pronto.

Passamos agora...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, os requerimentos da pauta também estão aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Da pauta, não. Foi só isso...

Sim, esse e o da pauta. As convocações não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Vamos para a oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Convocação nenhuma. O acordo foi excluir todas as convocações. Todas as convocações foram excluídas. Foi o acordo feito aqui.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Arthur.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Vamos para a oitiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós acertamos que faríamos aqui hoje a aprovação apenas de documentos, não seria aprovada nenhuma convocação. Foi esse o acordo.

Passamos agora, então, à segunda parte da nossa reunião de hoje, que se destina à oitiva do Tenente-Coronel Mauro Cid. Então... (*Pausa.*)

Eu solicito que o depoente, o Sr. Mauro Cesar Barbosa Cid, seja conduzido à mesa, juntamente com seus advogados.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quem é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Deputado Paulo Magalhães.

Querido amigo, grande representante do meu estado, meu querido Presidente, eu folgo em vê-lo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dei a palavra ao Deputado Paulo Magalhães, por favor.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu folgo em vê-lo conduzindo tão bem os trabalhos desta Comissão, mas quero que V. Exa. agilize a vinda do Mauro Cid, porque ele já está esperando há muito tempo. Daqui a pouco ele vai embora e nós não podemos contestar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já determinei a entrada, Deputado.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – E outra coisa: se ele ficar silente, fica logo autorizada, por esta Comissão, a abertura do seu sigilo. Se ele ficar em silêncio, fica logo autorizado por esta Comissão o seu sigilo quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Terá que ser votado um requerimento, mas V. Exa. pode apresentar esse requerimento, e eu tenho certeza de que os Srs. Parlamentares...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... vão aprovar.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para um pequeno comentário.

Nas outras oitivas, V. Exa. determinou que as testemunhas não fossem aqui coagidas nem xingadas, nem maltratadas. Eu gostaria de saber se isso prevalece para hoje também, para que não seja chamado de bandido, de ladrão, disso ou daquilo, porque são patentes do Exército Nacional. As outras pessoas que já passaram por aqui foram humilhadas aqui nesta Comissão. Então, eu gostaria de pedir ao senhor que V. Exa. garantisse a integridade moral dessas pessoas que aqui estivessem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A palavra de V. Exa. é válida e a Presidência observará esses procedimentos, Deputado. (*Pausa.*)

Esclarecimentos.

Decisão da Ministra Cármen Lúcia, em medida cautelar de Habeas Corpus nº 229.323, do Distrito Federal, de 26 de junho, concedeu parcialmente a ordem, apenas para assegurar ao paciente: a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906, de 1994; b) o direito de não ser obrigado a produzir prova contra si, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo, sendo-lhe vedado faltar com a verdade quanto aos demais questionamentos não inseridos nem contidos nesta cláusula.

Decisão do Ministro Alexandre de Moraes, na PET nº 10.405, do Distrito Federal, de 29 de junho de 2023, determinou que o depoente comparecesse a esta Comissão: a) na condição de testemunha, tendo o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; e b) seja assistido por seus advogados durante a sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI.

Considerando que as decisões, Tenente-Coronel Mauro Cid, não escusam de firmar termo de compromisso, eu vou ler o termo de compromisso para que V. Sa. responda.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado?

Por favor, no microfone.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao depoente pelo prazo de 15 minutos, que ele tem direito – e quero esclarecer que V. Sa. tem direito a falar por 15 minutos, e, depois dos 15 minutos, os Srs. Parlamentares usarão da palavra, de acordo com a ordem de inscrição, e, ao final, em querendo, V. Sa. poderá usar a palavra por mais cinco minutos, para fazer algum acréscimo que tenha faltado durante as falas.

Fica claro, portanto, Coronel, que, pelas duas decisões do Supremo Tribunal Federal, V. Exa. não precisa falar absolutamente nada que o autoincrimine. Entretanto, V. Exa. está aqui na condição de testemunha. Portanto, aquilo que não o incriminar, aquilo que não for contra a sua defesa, o senhor tem a obrigação, pela lei, de responder. Então, V. Exa. pode se calar naquilo que, eventualmente, o incrimine; mas não pode se calar naquelas outras questões que não o incriminem, porque, na condição de testemunha, V. Exa. é obrigado a dizer a verdade e não se calar.

Portanto, eu passo a palavra...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, são inúmeros os ataques e as acusações em relação ao Mauro Cid. Não é possível que ele esteja na condição de testemunha. Ele é investigado desta CPMI. Tratá-lo como testemunha é não tratar como ele tem sido tratado pelo fato na própria CPMI. Então, ele tem o direito de permanecer calado, como qualquer outro investigado tem o direito de permanecer calado. A gente tem que dar o respeito e a ordem a ele, conforme ele tem sido tratado em todos os atos das oitivas anteriores. Então, assim, tratá-lo como testemunha vai prejudicar o próprio Mauro Cid ter o direito dele preservado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abilio, tem sido uma praxe essas decisões do Supremo Tribunal Federal. Eu quero dizer que eu concordo, em dizendo que vários outros depoentes que aqui estiveram, nesta Comissão, vieram na condição dupla de investigado e de testemunha.

Nós sabemos que o Tenente-Coronel Mauro Cid está aqui por conta, e essa foi a motivação da sua convocação, ele está aqui em função de mensagens telefônicas que foram encontradas no celular do Tenente-Coronel com o Sr. Coronel Lawand, que já esteve aqui, e que teria um teor golpista. Esse é o motivo de o Tenente-Coronel estar aqui.

Em relação a esse fato, sem dúvida ele está aqui na condição de investigado. Não há dúvida. Aí ele está na condição de investigado. Em relação a esses fatos, ele não tem nenhuma obrigação de responder e pode se calar sem nenhum prejuízo para si. Entretanto, ele está aqui também na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição de testemunha, e os Parlamentares poderão inquiri-lo em outros elementos, em relação a outros fatos, outros acontecimentos, outras condições que não dizem respeito, especificamente, a essas mensagens, e aí ele estará respondendo na qualidade de testemunha.

Então, essa é a condição que foi colocada, inclusive, nestas duas decisões que eu acabei de ler, de autoria da Ministra Cármen Lúcia e do Ministro Alexandre de Moraes.

Passo agora a palavra ao Tenente-Coronel Mauro Cid.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um instante, Coronel. V. Exa. poderá observar o seu tempo ali naquele cronômetro, para que possa controlar a sua fala.

Peço que zere o tempo para que ele possa reiniciar a sua fala.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Arthur Maia; Exma. Sra. Relatora, Senadora Eliziane Gama; Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Magno Malta, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes nesta sessão, manifestando o meu respeito a V. Exas.

Nesta oportunidade, acho importante trazer a trajetória, a minha trajetória dentro das Forças Armadas. Sou Tenente-Coronel do Exército, tenho 27 anos de serviço e atuei em várias unidades operacionais. Fui observador militar nas Nações Unidas, no Chipre, e também fui instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras.

Em 2018, eu havia sido selecionado para participar de um curso de Estado Maior no Exército americano. Entretanto, fui redesignado pelo então Comandante do Exército para assumir a função de Chefe da Ajudância de Ordens da Presidência da República. Nesse ponto, é importante destacar que essa função é exclusivamente de natureza militar, conforme a regulamentação do Decreto 10.374, de 2020. Ademais, a minha nomeação jamais teve qualquer ingerência política. Minha vinculação administrativa era estabelecida pelo Gabinete de Segurança Institucional, inclusive por meio de onde provinha minha remuneração.

Para conhecimento de V. Exas., o Ajudante de Ordens é a única função de assessoria próxima ao Presidente que não é objeto da sua própria escolha, sendo de responsabilidade das Forças Armadas selecionar e designar os militares que a desempenharão. As atribuições da Ajudância de Ordens estavam descritas no art. 8º desse referido decreto – abro aspas –:

À Ajudância de Ordens compete:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente [da República] nos assuntos de natureza pessoal, em regime de atendimento permanente e ininterrupto, em Brasília ou em viagem;

II - receber as correspondências e os objetos entregues ao Presidente da República em cerimônias e viagens e encaminhá-los aos setores competentes; e

III - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Fecho aspas.

Na prática, a função do Ajudante de Ordens consistia basicamente em um serviço de secretariado executivo do ex-Presidente, tendo como exemplo a realização das seguintes tarefas: execução da agenda; recepção e encaminhamento de pessoas para reuniões; atendimento de ligações e recebimento de correspondências; impressão de documentos; recebimento e entrega de presentes; e auxiliar nas atividades particulares e privadas do ex-Presidente – almoço, viagens, finanças pessoais, etc.

No dia a dia das reuniões e agendas realizadas pelo ex-Presidente, nós recepcionávamos os participantes e os direcionávamos ao local desejado, ficando do lado de fora das salas de reunião, sempre à disposição, caso o mandatário necessitasse de algo. Da mesma forma, exatamente pela descrição inerente da função, não questionávamos o que era tratado nas respectivas agendas e reuniões.

Recebíamos muitas ligações e pedidos de autoridades – Ministros do Executivo, Legislativo e Judiciário –, como, por exemplo, para encaixe na agenda do ex-Presidente; participação e encaminhamento de temas para *live*; transmissão de recados; pedidos para participar de algum evento ou viagem; e até mesmo verificar a possibilidade de tirar uma simples foto com o ex-Presidente.

Na mesma linha, nos quatro anos em que servi como Ajudante de Ordens, não estava na minha esfera de atribuições analisar propostas, projetos ou demandas trazidas pelos ministros de Estado, autoridades e demais apoiadores, ou seja, não participávamos da atividade relativa à gestão pública.

Neste momento, com o devido respeito a V. Exas., passo a esclarecer os motivos da postura que adotarei ao longo desta sessão. Como é de conhecimento de V. Exas., é importante destacar que sou investigado pelo Poder Judiciário, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal, até onde tenho conhecimento, em pelo menos oito investigações criminais, sendo elas: a suposta participação e incitação dos atos de 8 de janeiro; a suposta falsificação de cartões de vacina; a suposta fraude na retirada de presentes recebidos pelo ex-Presidente; supostas irregularidades em pagamentos recebidos em nome do ex-Presidente e da ex-Primeira-Dama; o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suposto vazamento de inquérito sigiloso da Polícia Federal; a suposta divulgação de notícias inverídicas, *fake news*; o suposto envolvimento em milícias digitais; e o suposto envolvimento em atos antidemocráticos realizados no ano de 2019. Esclareço essa questão para que V. Exas. compreendam que as investigações que recaem sobre minha pessoa vão além do escopo dos atos que envolvem os tristes episódios de 8 de janeiro. Por esse motivo, inclusive, diversos outros questionamentos que poderiam ser feitos para além desse contexto fático também não podem, por respeito ao Poder Judiciário, ser esclarecidos na condição de testemunha, pois, como demonstrei, sou formalmente investigado.

Exatamente por isso, minha defesa técnica impetrou um *habeas corpus* perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo, em razão da minha condição de investigado, que nesta sessão me fosse assegurado o direito de permanecer em silêncio em relação a questionamentos que possam me incriminar, ou seja, justamente aqueles que estão correlacionados às investigações criminais. A ordem foi parcialmente concedida pela Exma. Ministra Cármen Lúcia nos seguintes termos – abro aspas: "[...] concedo parcialmente a ordem, apenas para assegurar ao paciente [...] o direito de não ser obrigado a produzir prova contra si, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo [...]".

Quanto ao contexto das apurações, também por respeito ao Poder Judiciário, não irei me valer desse ato para me defender, pois, por liturgia processual, meus advogados me orientaram que minha defesa técnica deve ocorrer perante o órgão que efetivamente tem competência para decidir acerca de minha culpabilidade sobre as condutas que me são imputadas e, ao final, por mandamento constitucional e reserva de jurisdição, delimitar a aplicação ou não de sanções.

Por outro lado, e sendo algo que não representa a minha opinião pessoal, mas sim a convicção de um órgão de Estado sobre a prisão preventiva à qual estou submetido, tomei conhecimento de que a Procuradoria-Geral da República se manifestou da seguinte maneira. Diz a PGR nas ff. 3.827 e 3.828 da Petição 10.405 – abro aspas: "Por fim, salienta-se que finalidades que já se entendiam vedadas passaram a contar com disposição expressa, por se considerar que a segregação cautelar não pode ser determinada como antecipação de cumprimento de pena, como decorrência imediata da investigação, deflagração de ação penal (art. 313, §2º, do Código de Processo Penal), de que resulta proibida a chamada prisão para averiguação" – fecho aspas. Ou seja, a PGR concluiu pela necessidade imediata da revogação da prisão que me é imposta há 70 dias por medidas cautelares menos gravosas. Contudo, a revogação da minha prisão foi indeferida.

Por todo o exposto e sem qualquer intenção de desrespeitar V. Exas. e os trabalhos conduzidos por esta CPMI, considerando a minha inequívoca condição de investigado, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orientação da minha defesa e com base na ordem no Habeas Corpus 229.323, concedido em meu favor pelo Supremo Tribunal Federal, farei uso do meu direito constitucional ao silêncio.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu informo que, como havíamos combinado uma hora de tempo de inscrição depois de iniciada a sessão, estão encerradas as inscrições. Tem 23 oradores membros da Comissão inscritos e 3 oradores não membros inscritos.

Eu queria propor aqui, da conversa que tive com a nossa Relatora, para ver se isso faria consenso. Nós combinamos – Coronel, é importante que o senhor tenha conhecimento disso –: a fala dos Srs. Deputados é uma inquirição. Então, o Deputado pergunta, e o depoente responde no tempo do Deputado, que tem dez minutos. O Deputado é dono do tempo, ele pode interromper na hora em que se julgar satisfeito com a resposta de V. Sa. Mas eu queria aqui, estava discutindo com a Relatora, propor que, em caso de o depoente ficar permanentemente calado, que a gente reduzisse esse tempo; em vez de dez minutos, para cinco minutos. Haveria acordo de todos?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para sete minutos?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu concordo. Eu concordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sete minutos. Eu acho que sete minutos é razoável. Se não vai ter inquirição...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Questão de ordem do Deputado Éder Mauro.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Concordo. Não haveria acordo para isso. Não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Segurança jurídica, Deputada Jandira Feghali. A gente começa...

Então, tudo bem. Então, mantemos os dez minutos, conforme foi combinado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, inicialmente, a nobre Relatora, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, Vice-Presidente, Sr. Mauro Cid, o primeiro preceito...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O primeiro preceito da ética militar é cultuar a verdade, a lealdade, a probidade, a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal. Portanto, todos nós, nesta Comissão, esperamos sinceramente, muito embora V. Sa. tenha feito já a exposição em cima dessa medida cautelar assegurada ao senhor, do silêncio, mas, nos outros pontos, na verdade, que não o incriminem, esperamos, na verdade, que o senhor possa agir, nesta Comissão, dentro do que alguns, na verdade, gostam de falar das quatro linhas desse preceito da ética militar, que é exatamente cultuar a verdade.

O senhor, Sr. Mauro Cid, sempre esteve – o senhor colocou, agora há pouco, na sua exposição inicial – entre os melhores de sua turma, provavelmente um futuro general, a exemplo do seu pai, que é um general, aliás, muito respeitado na carreira militar. Depois de tudo que foi encontrado no seu celular, com trocas de mensagens de cunho golpista, que, como já foi colocado pelo Presidente, foi a razão inicial da sua convocação a esta Comissão, revelam claramente que, no mínimo, o senhor, na verdade, agiu com omissão. Aí eu já faço um recorte: quando da sua fala inicial, o senhor se refere a uma das suas funções como transmissor de recados. O Supremo Tribunal Federal entendeu pela existência de indícios de sua participação em esquema de falsificação de carteiras de vacinação, de inserção de dados falsos, com claro abuso das prerrogativas militares. Aí, por essa razão, o Brasil inteiro sabe, o senhor hoje se encontra preso.

A investigação da Polícia Federal, levada a efeito na Petição 10.405, do STF, apontou o seguinte: na data de 19 de dezembro de 2022, a Polícia Federal encaminhou relatório de análise parcial nº 049, do ano passado, de 2022, em que evidenciou a possível prática de atos ilícitos realizados pelo então chefe da ajudância de ordens do Presidente da República, Mauro Cid; pelo também ex-integrante da ajudância de ordens, Sargento Luis Marcos dos Reis; pelo médico Farley Vinícius Alcântara; pelo militar Eduardo Crespo Alves; e pelo advogado e ex-militar Ailton Gonçalves Moraes Barros, todos no objetivo de inserir dados falsos de doses de vacina contra a covid-19 em nome de Gabriela Santiago Cid, esposa de Mauro Cid, no sistema do Ministério da Saúde, o ConecteSUS, além da confecção de cartões de vacinação físicos contendo dados falsos sobre doses de vacina, também em nome de Gabriela Santiago Cid.

E eu inicio, então, da seguinte forma, Tenente-Coronel. A sua família saiu do Brasil no dia 21 de dezembro de 2022, quatro dias antes da tentativa da explosão de uma bomba no Aeroporto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Brasília. Essa data do dia 21 também foi um dia estratégico, porque nós verificamos na agenda do então Presidente Bolsonaro uma agenda muito intensa, com a presença inclusive do Ministro da Defesa – do então Ministro da Defesa –, de um subchefe de assuntos estratégicos e vários outros. O senhor antecipou a saída da sua família do país nove dias antes da sua saída junto com o Presidente Bolsonaro para os Estados Unidos e, portanto, para isso providenciou cartões de vacinação com dados falsos para toda a sua família no sistema ConecteSUS. Eu pergunto ao senhor: o senhor confessa que solicitou essa inserção de dados falsos?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Em respeito ao... Respeito o posicionamento de V. Exa., mas reitero as minhas manifestações iniciais, entendendo que, em razão do escopo de tudo que eu estou sendo investigado, eu vou seguir a orientação da minha defesa técnica e, baseado no *habeas corpus*, permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, eu quero até dizer pro senhor que a pergunta que vou fazer, para mim, pessoalmente, é algo até muito difícil, porque muitas mulheres aqui são mães – e há pais também. Nós temos filhos adolescentes, e eu pessoalmente tenho duas filhas adolescentes. E o senhor juntamente com a sua esposa e as suas filhas viajaram e fizeram uso de comprovante de vacinação falso para burlar as exigências sanitárias. O senhor tem ciência, na verdade, dessas implicações criminais, de fatos que são relativos, inclusive, à sua família? – inclusive, algumas delas, de menor idade.

Por exemplo, o art. 297 e também o 307 do Código Penal são muito claros em relação a esse ponto...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, não faz parte do escopo da CPMI! Sr. Presidente, com todo o...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Vamos garantir à Relatora, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Deputado Éder Mauro, V. Exa., na condição de não membro, não pode fazer questão de ordem. Eu até falei equivocadamente: não pode, infelizmente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Pode, sim, Sr. Presidente!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. *Fora do microfone.*) – A Relatora está fazendo perguntas que não têm nada a ver...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, eu não posso e nem vou intervir na fala de nenhum Parlamentar, a não ser quando a gente concede uma questão de ordem e que, aí, a pessoa muda do tom da questão de ordem para fazer um posicionamento político, aí esta Presidência tem que intervir. Agora, na abordagem que cada um está fazendo na sua inquirição, eu não vou, de maneira nenhuma, intervir.

Eu quero dizer o seguinte: o depoente tem todo o direito de permanecer calado. Obviamente que ele não pode, não precisa permanecer calado apenas no que diz respeito ao objeto desta CPI, porque é a questão lá das mensagens trocadas dele com o Sr. Coronel Lawand. Qualquer outra pergunta que diga respeito ao que ele está sendo investigado – seja em relação a cartão de vacina, seja em relação a qualquer... –, ele não precisa responder, ele vai permanecer calado. Então não há nenhum prejuízo para o depoente, mas não cabe a esta Presidência ser censor da palavra dos Parlamentares.

Então eu vou pedir a todos que permaneçam calados. Cada um terá, durante o seu tempo, o direito de falar aquilo que desejar, da mesma forma que a nobre Relatora terá também direito de assim fazer.

Então peço a todos: vamos dar prosseguimento com calma e serenidade, como tem sido a tônica desta CPMI.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, na verdade, eu vou até fazer aqui uma colocação aos que estão incomodados. Nós tivemos... O objeto desta Comissão é exatamente o ato do dia 8 de janeiro. Nós estamos aqui ouvindo um depoente que pesa sobre ele – e as informações são claras e públicas, do conhecimento de todos vocês – troca de mensagens claras com outros militares acerca deste evento, deste ato, deste dia 8 de janeiro, em que ele sai do país oito dias antes, dez dias antes aproximadamente. A gente precisa entender o porquê de tudo isso, o porquê dessa saída. Então não estou saindo do escopo da investigação.

Gostaria que V. Exas. mantivessem, na verdade, o silêncio para que a gente pudesse ou ouvir a resposta do depoente ou ouvir qual a posição dele acerca dos nossos questionamentos.

Sr. Mauro Cid, a sua filha mais velha, Beatriz, estuda nos Estados Unidos – aliás, me parece uma menina estudiosa, dedicada – e porta no país o certificado de vacinação emitido claramente com fraudes apontadas na investigação no âmbito da Polícia Federal. A vida, naturalmente, dela para o senhor é a que mais importa, assim como importa para todos nós a vida de nossos filhos, mas elas foram submetidas claramente a uma situação de ilegalidade. E aí o processo de investigação hoje em curso da Polícia Federal aponta claramente um indicativo de sua parte, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir desses encaminhamentos, da inserção de dados falsos. A partir de filmagens inclusive e eventuais documentações obtidas junto ao Aeroporto de Guarulhos, do dia 7 de dezembro de 2021, é possível que se consiga comprovar que uma de suas filhas saiu rumo aos Estados Unidos às 19h26, em voo da Latam, num momento em que, segundo a própria embaixada norte-americana no Brasil, era obrigatória a apresentação do cartão de vacinação pelo passageiro. Isso é claro. Todos nós sabemos que ninguém saia do Brasil naquele momento sem efetivamente ter essa carteira de vacinação, ou seja, está claro que houve, por parte de seus familiares, a utilização de um cartão de vacinação falsificado por V. Sa. O senhor confirma essa informação ou não?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Compreendo e respeito o posicionamento de V. Exa., mas reitero minhas manifestações iniciais e intimamente entendo que, em razão do escopo das oito investigações que mencionei e de acordo com a orientação da minha defesa técnica e da ordem do *habeas corpus*, permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, aqui nesta Comissão, o nosso objetivo não é trazer nenhum constrangimento a ninguém. Nós estamos aqui focados na investigação. Nós estamos aqui focados, na verdade, em trazer dados e elementos que subsidiem, na verdade, o nosso relatório, e, para isso, nós buscaremos os instrumentos que estão diante de nós, quebras de sigilos, inclusive até com a possibilidade real de oficiar, por exemplo, ao Estado americano a respeito da falsificação desses certificados utilizados pela família de V. Sa. Então, eu acredito que, se houver, da sua parte, uma disposição de nos ajudar com essas informações, V. Sa. nos dará, na verdade, elementos para não termos que recorrer a essas decisões, que são decisões, naturalmente, excepcionais, mas que nós não deixaremos de fazer, sob pena de estarmos prevaricando na nossa ação aqui nesta Comissão.

Considerando, aliás, que o senhor não estará falando, queria também destacar aqui, Sr. Mauro Cid, que nós vivemos, nos últimos anos, precisamente nos últimos quatro anos, uma verdadeira ação negacionista e até mesmo com convicções pessoais muito extremistas de várias pessoas no país e, naturalmente, de integrantes do governo anterior. E, aí, eu pergunto ao senhor mais uma vez: aderir, por exemplo, a movimentos extremistas ou a movimentos da extrema-direita, como, por exemplo, o antivacina, os boinas vermelhas e vários outros, que estavam todos envolvidos nas correntes golpistas que evidenciaram, por exemplo, o dia 8 de janeiro, no seu caso específico, acaba trazendo, de forma muito clara, a partir dos elementos e dos dados, hoje, que estão em curso no âmbito da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal, sacrifício não apenas para o senhor, mas também para toda a sua família.

Eu pergunto ao senhor: o senhor não sente nenhuma culpa, na verdade, em, da sua parte, ter havido essa adesão a esses movimentos extremistas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Novamente, eu digo que respeito o posicionamento de V. Exa., mas mantenho as minhas considerações iniciais e, em razão do escopo dos inquéritos em que estou sendo investigado e de acordo com a orientação dos meus advogados, eu permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, o senhor fez, no início da sua exposição, aqui nesta Casa, os pontos, a posição e a característica do que é um ajudante de ordens, e, nessas características, nessa apresentação feita por V. Sa. inclusive, o senhor coloca, entre outras questões, que apenas transmitia recados, ou seja, não havia, pelo perfil da sua função, evidenciada por V. Sa. aqui nesta Comissão, uma autonomia da sua parte, no sentido de tomar atitudes tão importantes, entre elas a inserção de dados do Presidente da República, da filha do Presidente da República.

Eu pergunto ao senhor: o encaminhamento desses dados a esses servidores, para que, na verdade, se chegasse a esse certificado de vacinação, foi feito sem nenhuma aquiescência do então Presidente Bolsonaro?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Com todo respeito a V. Exa., eu reitero as minhas manifestações iniciais e, em razão do escopo do que eu sou investigado e orientado pela minha defesa técnica, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, tem uma pergunta que fica na cabeça de todo brasileiro: quando o ex-Presidente saiu do Brasil, no finalzinho do seu mandato, ele era Presidente da República – ele saiu, inclusive, no avião presidencial –, e, naquele momento, não haveria, por exemplo, a necessidade de ele portar o cartão de vacinação, mas, na verdade, foi criado esse cartão de vacinação, essa certificação para que ele viajasse para os Estados Unidos. Qual é a razão disso? Havia, por exemplo, uma possibilidade de que ele utilizasse esse cartão para outras viagens a outros países após 31 de dezembro, que era quando finalizava o mandato dele como Presidente da República?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Mais uma vez, em respeito a V. Exa., mas, dentro das minhas considerações iniciais e do escopo em que estou sendo investigado, baseado no *habeas corpus* e na orientação da minha defesa, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, o Sargento Reis, que, aliás, era o seu supervisor e, portanto, tinha uma função estratégica dentro da ajudança de ordem...

O SR. ANDRÉ FERREIRA (PL - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para não comprometer, inclusive, a linha técnica da defesa do depoente aqui, estou vendo gente tirando fotos das folhas que ele tem em mãos. Então, assim, é só para pedir um pouco mais de privacidade, porque isso pode comprometer a defesa técnica do depoente. É só para cooperar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – É aquele de chapéu lá?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, pode continuar o trabalho. O que está aqui em cima da mesa é público, todo mundo está vendo e está sendo filmado aqui de todos os ângulos. Não há como a gente evitar que haja essas fotografias.

Eu solicito ao pessoal que está na cobertura de filmagem e fotografia que se atenha a esta mesa para a frente e vamos deixar essa parte aqui do nosso plenário reservada exclusivamente aos Parlamentares e à assistência da Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – É apagar se foi fotografado aí um documento dele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Não tem nada, não fotografou, não...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Há algum prejuízo, Coronel, por ter fotografado? *(Pausa.)*

O depoente está afirmando que não tem nenhum prejuízo em ter fotografado o documento dele.

Por favor, prossiga, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Mauro Cid, o Sargento Reis estava nos movimentos do dia 8 de janeiro de 2022, ou melhor, agora deste ano de 2023. Além disso, ele se encontra preso pelo esquema de fraude em certificados de vacinação, sendo responsável pela falsificação desses registros, inclusive de familiares seus.

Eu pergunto ao senhor: como era a sua relação com o Sargento Reis? O senhor tinha relação pessoal com ele?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Novamente, em respeito a V. Exa., mas, dentro do escopo das investigações a que estou submetido e de acordo com a orientação da minha defesa técnica, permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, ele, na verdade, como eu disse, era o seu supervisor. Na administração pública, existe um princípio – aliás, é um princípio do direito – que fala sobre a responsabilidade do administrador em cima de quem ele escolher; ou seja, há um princípio que é o *culpa in eligendo*, ou seja, você escolhe alguém e automaticamente você tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade sobre essa pessoa. E sobre o Sargento Reis, que, aliás, é um praça, ao contrário do senhor, que é um oficial, pairam investigações de fatos criminosos de um nível grave, por exemplo: falsidade ideológica, que é a participação dele na emissão dos cartões de vacinação; peculato eletrônico, que é a participação do Sargento e também do seu sobrinho na tentativa de inserir dados falsos no cartão de vacinação; e também associação criminosa, porque, segundo a Polícia Federal, ele e outros investigados se associaram para o fim de cometer crimes relacionados à inserção de dados falsos. Há informações, inclusive, de que ele receberia recursos de empresas – aliás, nós estaremos, inclusive, pedindo a quebra desses sigilos – e, de posse, na verdade, desses recursos, fazia saques em espécie para fazer pagamentos a integrantes e a membros da família do então Presidente Bolsonaro.

Eu pergunto ao senhor: considerando o princípio da responsabilidade sobre as pessoas que estão hierarquicamente abaixo do senhor, o senhor não tem nenhuma responsabilidade em relação a esses atos do Sargento Reis?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Com todo respeito a V. Exa., mantenho as minhas considerações iniciais. Dentro do escopo dos temas que estou sendo investigado, seguindo novamente a orientação da minha defesa técnica e o *habeas corpus*, permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, além dos agentes públicos que discutiam abertamente a quebra da ordem constitucional, os executores de diversos atos de apoio ao golpismo, a exemplo, por exemplo, do terrorista George Washington e tantos outros, existem alguns atores privados que financiaram os atos antidemocráticos com o fim do período eleitoral. Algumas dessas empresas, inclusive, a exemplo do grupo empresarial Sipal, tiveram contas bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal no mês de novembro e várias outras ações referentes a essas empresas, e aí eu cito especificamente a empresa Sipal, que é ligada à família Scholl – acredito que é essa a pronúncia. Eu pergunto ao senhor: o senhor tem conhecimento dessa empresa Sipal? Conhece alguém que seja ligado, na verdade, a essa empresa Sipal?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Mantenho as minhas considerações iniciais. Dentro do escopo das investigações que são conduzidas pelo Supremo Tribunal Federal, sigo as orientações do meu advogado e, baseado no *habeas corpus*, me manterei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor conhece o Paulo Roberto Cardoso e o Sr. Sandro Roberto Costa?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Sem querer desrespeitar V. Exa., mas permanecerei em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, veja, nesse caso específico aqui, não há inquéritos onde há a investigação do seu nome referente ao caso Sipal. Então, nós temos uma decisão da Ministra Cármen Lúcia, que, na verdade, é uma medida cautelar, acerca do seu silêncio, mas nesse caso específico não há investigação do seu nome. Então, eu quero aqui colocar mais uma vez acerca desses dois servidores, o Paulo Roberto Cardoso e o Sandro Roberto Rocha. Na verdade, o senhor não tem conhecimento sobre ele, o.k.? (*Pausa.*)

Então, vou dar essas informações aqui, até lembrar um pouco aqui o senhor e todos os presentes: o Sr. Paulo Roberto Cardoso e o Sandro Roberto Rocha, na verdade, integravam a equipe da Presidência da República e têm relação familiar com sócios da empresa Sipal. Veja, a empresa Sipal recebeu um empréstimo do BNDES no valor de R\$22,5 milhões, recursos que foram para a aquisição, dentre outros elementos, de caminhões.

E, no inquérito que há hoje, as investigações, algumas que já são de conhecimento público, apontam claramente.... As informações que chegaram, no bojo de informações que chegaram a esta Comissão, apontam claramente que havia pelo menos dez caminhões com as características daqueles que foram comprados com este recurso público, da ordem de R\$22,5 milhões esse empréstimo, nos acampamentos aqui em Brasília, ou seja: nós temos uma empresa que recebe recurso público da ordem de R\$22 milhões, compra caminhões, pega dez caminhões e os coloca no acampamento aqui de Brasília, e de lá saiu todo um planejamento para a invasão à sede dos três Poderes, aqui em Brasília, e também de lá saiu o planejamento para o ato terrorista, cujo objetivo era a explosão de um carro-bomba no aeroporto. E a ligação desses dois servidores da Presidência da República é constatada através de vinculação de sociedade com essas empresas.

Eu pergunto para o senhor mais uma vez: o senhor, de fato, não conhece o Paulo Roberto Cardoso e o Sandro Roberto Rocha?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes da resposta de V. Sa., eu quero, inclusive, chamar a atenção dos seus advogados de que a Relatora não está fazendo um juízo de valor, e não está, de maneira nenhuma, o acusando de nada, e não há nenhuma investigação a V. Sa. sobre este fato.

De fato, o senhor trabalhou no Palácio do Planalto. E o senhor ter conhecimento de quem são as pessoas que trabalham lá é algo absolutamente natural. Obviamente que qualquer Parlamentar ou qualquer funcionário da Câmara que trabalha aqui conhece os seus colegas e tal.

Então, eu não vou solicitar que o senhor responda a nenhuma pergunta de mérito, mas a pergunta é muito objetiva: se o senhor sabe quem são essas pessoas. Se sabe, diga "sim"; se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sabe, diga "não". Mas eu penso que é o tipo da pergunta em que o senhor não pode ficar calado, porquanto não há nenhum juízo de valor em relação a isso.

Se for o caso, o senhor ouve os seus advogados. Mas essa é a posição que eu tenho.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Presidente e Relatora, compreendo e respeito o posicionamento de V. Exas., mas reitero minhas considerações iniciais e, intimamente, entendo que, em razão do escopo do que sou investigado, seguindo as orientações da minha defesa técnica, permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, as operações financeiras com o uso de moeda física é um comportamento que levanta suspeitas quanto à sua licitude, notadamente porque a maior parte da movimentação financeira do mercado paralelo ocorre exatamente com dinheiro em espécie.

Nós já temos, inclusive hoje, várias normas que são apresentadas pelos órgãos de fiscalização e controle no Brasil e também pelo próprio Banco Central (Coaf), que apresentam exatamente isto, ou seja, lavagem de dinheiro ocorre exatamente com a utilização, na grande maioria das vezes, desse dinheiro em espécie. Por exemplo, a Carta Circular nº 4.001, do Banco Central, diz que, para combater crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a lei número tal, são suspeitas de lavagens de dinheiro as operações em espécie, em moeda nacional, com a utilização de contas de depósitos ou de contas de pagamento sem lastro razoável que as justifiquem, bem como os aumentos substanciais no volume de depósitos em espécie de qualquer pessoa natural ou jurídica sem causa aparente.

E aí nós temos aqui várias outras normas que são apresentadas inclusive pelo Coaf, que apontam, claramente, que há uma suspeição quando há, por exemplo, vários saques de valores em espécie.

Nesse sentido, Sr. Mauro Cid, as investigações da Polícia Federal apontam, na verdade, para movimentações financeiras muito intensas a familiares do ex-Presidente Bolsonaro. Portanto, como determina a própria norma do Banco Central e do Coaf, eles são pessoas politicamente expostas e, por conta disso, até há algumas intervenções de questionamento por parte desses órgãos.

Então, eu queria só que me trouxesse aqui... Por exemplo, nessas investigações da Polícia Federal, há, claramente, a presença de movimentações financeiras significativas de familiares e algumas delas, claramente, direcionadas por V. Sa. Por exemplo, a Polícia Federal encontra mensagens suas sobre pagamentos e depósitos de valor, em espécie, feitos a parentes do então Presidente Bolsonaro, portanto, dificultando – através do pagamento, em dinheiro vivo, de forma fracionada – a identificação de quem repassou o dinheiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve, por exemplo, a localização de 45 depósitos do Mauro Cid, no valor de R\$2.840, para um dos familiares. Houve, por exemplo, outros pagamentos para planos de saúde de familiares. Houve outros pagamentos também para membros da família do então Presidente em valores, de fato, fracionados.

Eu pergunto ao senhor, de uma forma clara: por que a utilização, de uma forma tão intensa, de dinheiro em espécie? Eu vi, hoje, inclusive, uma matéria, na televisão, que apontava, Deputada Jandira Feghali, a alta frequência, por exemplo, de pagamento Pix. Hoje, todo mundo faz Pix, não é? Então, às vezes, até as pessoas que solicitam alguma ajuda, nas ruas, dizem: "Eu estou aqui com o meu Pix". Você quase não vê, realmente, o dinheiro físico, não é? Você está lá com o dinheiro virtual, mas o senhor fazia questão de utilização de dinheiro físico. Por que é que o senhor utilizava tanto dinheiro físico?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Novamente, todo o meu respeito a V. Exa., mas reitero as minhas considerações iniciais e essa pergunta que a senhora está fazendo está dentro do escopo do que eu estou sendo investigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, uma informação que eu queria que o senhor me desse... Basta o senhor dizer se foi físico ou se não foi físico, porque, de fato, nessa informação da Polícia Federal aqui, eu não tenho a definição de como foi esse pagamento.

O senhor teria recebido um depósito da ordem de R\$400 mil. Esse recebimento, no valor de R\$400 mil, em março do ano passado, foi um valor de transferência ou foi um valor de depósito em dinheiro físico?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Novamente, com todo o respeito a V. Exa., esse escopo está sendo investigado pela Polícia Federal, então eu vou seguir a orientação dos meus advogados e do *habeas corpus* e me mantenho em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, quando do mandado de busca e apreensão, a Polícia Federal encontrou, por exemplo, no seu cofre, o valor de US\$35 mil e também o valor de R\$16 mil, todos em dinheiro, em espécie.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E é bom lembrar que, aproximadamente alguns dias antes, algum período antes, algumas semanas antes, o senhor fez uma viagem aos Estados Unidos que a gente chama de bate e volta, o senhor foi aos Estados Unidos e voltou em apenas dois dias. Esse valor de US\$35 mil em espécie, juntamente com esses R\$16 mil em espécie, o senhor teria trazido dos Estados Unidos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Novamente, em respeito a V. Exa., reiterando minhas considerações iniciais, as perguntas estão dentro do escopo do que já está sendo investigado. Então, seguindo novamente a orientação dos meus advogados e do *habeas corpus* que foi concedido, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós temos aqui, nos questionamentos feitos entre o senhor e o Lawand, que veio aqui e trouxe uma justificativa, absolutamente, eu acho, até desrespeitosa a esta Comissão, quando ele apresentou a justificativa das mensagens que ele enviava ao senhor... Ele, inclusive, chegou a ser instrutor seu. E, nos vários questionamentos, já que o senhor não está falando, eu nem vou... Vou até resumir aqui. Com relação a essas mensagens, por exemplo, quando o senhor fala a ele, quando ele faz insistentemente perguntas e questionamentos para que o senhor envie ao então Presidente o convencimento para que ele realmente possa dar ordem ao Comando principal das Forças Armadas do Brasil, para que faça, na verdade, a implantação de uma intervenção militar, o senhor responde o seguinte ao Sr. Lawand: "Mas o Presidente não pode dar uma ordem se ele não confia no Alto Comando do Exército". Essa ordem a que o senhor se refere... Porque o Lawand disse outra coisa, ele falou que não se tratava de uma questão de uma tentativa de implantação de um golpe. Por que o Presidente não confiava no Alto Comando do Exército?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Dentro do escopo do que eu estou sendo investigado, com todo o respeito a V. Exa., vou seguir a orientação dos meus advogados e permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vou, então, seguir agora sem perguntas mais sobre a questão do Lawand, mas colocando o seguinte: o senhor diz na mensagem, claramente, quando ele, mais uma vez, insiste, "Cid, pelo amor de Deus, o homem tem que dar a ordem. Se a cúpula do Exército Brasileiro não está com ele, da Divisão para baixo está". E ele vai: "Assessore e dê-lhe coragem. Pelo amor de Deus" e tal. Aí o senhor responde: "Muita coisa acontecendo. Passo a passo". E aí, daqui a pouco, inclusive, eu vou falar sobre esse passo a passo...

Na verdade, eu vou ler aqui já sobre esse passo a passo que o senhor... que foi encontrado no seu aparelho celular, que, no documento encontrado e arquivado com o tema "Análise ideias Ives Gandra", traz um roteiro indicando o passo a passo das medidas concretas a serem tomadas. Aí, no passo a passo, é o seguinte: a nomeação de um interventor, a fixação de prazo para o restabelecimento da ordem constitucional, a designação expressa de subordinação das Forças Armadas e instituições de segurança pública ao interventor, a suspensão dos atos do Poder Judiciário e o afastamento dos que praticarem atos contra a Constituição Federal, a abertura de inquérito para investigar a conduta das autoridades afastadas preventivamente, crime de responsabilidade de Ministro do Supremo Tribunal Federal a ser encaminhado ao Senado Federal para julgamento do transgressor, o interventor suspende atos inconstitucionais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Judiciário, afastados Ministros do TSE e chamados a integrar a corte os suplentes – aí cita Kassio Nunes, André Mendonça e Dias Toffoli –, fixar prazo para realização de novas eleições.

Eu pergunto ao senhor: era essa a elaboração desse passo a passo que o senhor refere a Lawand, que seria uma tentativa de justificar aí a anulação do processo eleitoral de 2022 e, portanto, decretar uma GLO e o estado de sítio no país?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Senadora, novamente reitero minhas considerações iniciais em razão dos escopos em que eu estou sendo investigado. Inclusive, esse fato já foi alvo de oitiva junto à Polícia Federal. Eu vou seguir a orientação dos meus advogados de permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, quando o Lawand falava insistentemente com o senhor no celular, o senhor, na verdade... Uma das suas perguntas... Numa das suas respostas que está aqui na documentação, o senhor diz: "[Olha, o] General Heleno [...] [veio] aqui hoje". Aí o Lawand responde: "[...] [Ótimo]!! Cumpru o que falou que faria".

Nesse mesmo dia, que é exatamente o dia 21 de dezembro, e aqui consta... Eu fiquei realmente assim muito impressionada com isso aqui, porque, no mês de dezembro todo... Primeiramente, no dia 21, você tem uma agenda intensa lá, que é o dia em que o senhor refere que o General esteve lá. Nesse dia, esteve o Ministro da Defesa, esteve o Ministro de Minas e Energia, também esteve o Embaixador de Relações Exteriores, esteve o Augusto Heleno, esteve o Ciro Nogueira, que era então Ministro da Casa Civil, e esteve o Renato de Lima França. Ele era Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Agora uma coisa curiosa, Sr. Mauro Cid, é que o Sr. Mauro França, que era Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência... Se a gente pega, por exemplo, a agenda do então Presidente Bolsonaro, a partir do dia 1º, praticamente, em todos os dias de agenda oficial do Presidente Bolsonaro, ele recebeu esse Sr. Renato. Por exemplo, no dia 1º e no dia 2, não teve agenda; no dia 3, não teve agenda; no dia 4, não tem agenda; aí, no dia 5, tem uma agenda; no dia 6, você já tem a presença do Renato. Na segunda agenda do mês, é com a presença do Renato. Aí vem uma quarta agenda. Na agenda seguinte, que é do dia 8, a presença mais uma vez do Renato; no dia 9, não tem agenda; aí, no dia 10, tem uma agenda externa, interna não tem; tem no dia 12 – no dia 12, mais uma vez com o Renato –; no dia 13, tem uma outra agenda, é também com o Renato; no dia 14, tem uma outra agenda também com o Renato; no dia 15, é também com o Renato; no dia 16, é com o Renato; no dia 17, não tem com ninguém; no dia 18, não tem com ninguém; no dia 19, é com o Renato; no dia 20, é com o Renato; no dia 21, é com o Renato; aí, no dia 22, é com ele; no dia 23, não tem mais nada; no dia 24, não tem nada; no dia... Veja, das agendas do Presidente do mês de dezembro, 90% só foram com o Renato França.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta para o senhor... O senhor estava muito próximo do então Presidente Bolsonaro. Havia alguma relação pessoal dele com Renato França ou era simplesmente uma relação institucional?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Mais uma vez, Sra. Relatora, vou manter minhas considerações iniciais dentro do escopo dos temas que são investigados. Então, seguindo a orientação do meu advogado e baseado no *habeas corpus* que me foi concedido, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para interpelar.) – O Renato, Deputado, era o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, e, aliás, eu vou até apresentar um requerimento solicitando informações. Aí, atendendo aos colegas, que estão muito incomodados com quebra de sigilos ou coisa parecida, eu vou solicitar a ele informações sobre essas agendas e por que uma presença tão frequente, no mês de dezembro, com possibilidade de invasão de sede da Polícia Federal, com claramente atentado a bomba, com um clima de tensão, no Brasil, enorme, não é? E uma agenda intensa apenas com este servidor.

Seguindo aqui, Sr. Mauro Cid, em seu celular, na verdade, foram encontrados vários documentos, não é? E, nesses vários documentos, havia uma presença, na verdade, de dois aparelhos telefônicos... de dois números de telefones, um com a finalização 4085 e outro com a finalização 3302, que era para onde o senhor na verdade passava esses textos, e esse telefone era registrado na sua agenda com o nome Major Cid, AJOPR. Antes de lhe perguntar sobre essas outras perguntas, esse segundo número era utilizado pelo senhor ou ele era utilizado pelo ex-Presidente Bolsonaro?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Senadora, novamente, com todo respeito a V. Exa., dentro do escopo das investigações que são conduzidas e seguindo a orientação dos meus advogados, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para interpelar.) – Considerando que o senhor não vai responder, vou então passar aqui a essas perguntas, que são referentes a esses documentos que estavam no seu celular, inclusive deixando espaço para apresentar decisões inconstitucionais do Supremo Tribunal Federal, enfim, e vou seguir aqui para a questão dos grupos. Primeiramente, o senhor participava de um grupo "Dosssss". Eu realmente tentei descobrir o que é esse "Dosssss" e a gente não conseguiu. É DO, aí tem cinco S. Duas perguntas para o senhor, simultaneamente: o senhor pode pelo menos me dizer o que significa o "Dosssss"? E também se esse grupo, todos os integrantes que havia, 101 integrantes, se todos eles eram integrantes das forças especiais, do sistema de operações especiais das Forças Armadas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Senadora, novamente, com todo respeito a V. Exa., intimamente entendo que, em razão do escopo do que sou investigado, seguindo a orientação dos meus advogados, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Para interpelar.) – Esse senhor Jean... Tanto o Jean como o Márcio Resende fazem assim colocações muito fortes, não é, quando dizem: "Olha, sem volta. Ou o PR [portanto ao Presidente, naturalmente, eles estavam se referindo] ou as Forças Armadas [que no caso é FA] fazem algo, ou seremos arrastados para o problema, o que é pior". Isso aqui quem fala, por exemplo, é o Jean. Lá na frente, o Márcio Resende... Que ele fala, na p. 63: "Se o Bolsonaro acionar o 142, não haverá general que segue as tropas. Ou participa ou pede para sair". Quer dizer, me parece que esse grupo "Dosssss"... Não era qualquer integrante que estava nesse grupo, não eram praças, não eram pessoas comuns da sociedade; eram pessoas que integravam o alto escalão das Forças Armadas no Brasil, possivelmente pessoas do Grupo de Operações Especiais.

O senhor, inclusive, Sr. Mauro Cid, está com a farda aqui. O senhor vem, na verdade, investido, até fisicamente, aqui com uma representação das Forças Armadas do Brasil.

Nós temos um grupo onde – nesse grupo – tem integrantes das Forças Armadas. Eu sempre digo que a gente tem que separar o joio do trigo. Existem bons e maus em todos os lugares – como aqui, no Congresso Nacional, tem bons e maus; como, nas nossas famílias, tem; como, nas empresas, tem. É assim que funciona a sociedade como um todo. Dentro das Forças Armadas também tem bons e maus.

Uma pessoa que faz uma apologia a um golpe, uma pessoa que tenta, na verdade, envolver as pessoas que estão no entorno do Presidente da República, para que o Presidente da República tome uma decisão de fazer uma intervenção no Brasil, não são pessoas que têm, na verdade, o direito de carregar a imagem de uma instituição séria como as Forças Armadas no Brasil.

E eu acho que o senhor, na verdade, até em nome da farda que o senhor está vestindo, deveria minimamente nos dizer quem eram essas pessoas, porque o senhor estaria, na verdade, fazendo algo importante para essas Forças Armadas que o senhor está aí a representar: separar o joio do trigo, deixar os bons e os que são maus terem a responsabilidade sobre os seus atos. Isso é um senso de justiça.

Eu pergunto ao senhor de forma clara: esses Srs. Jean e Márcio Resende integravam, de fato, o Exército Brasileiro? E ainda mais: quem era esse interlocutor que dizia: "Olha, vai ter careca sendo arrastado por blindado em Brasília". Quem eram esses integrantes desse grupo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Excelência, eu compreendo e respeito todo o posicionamento de V. Exa., mas reitero minhas considerações iniciais: intimamente, entendo que, em razão do escopo que sou investigado em mais de oito temas pelo Supremo Tribunal Federal, vou continuar seguindo a orientação dos meus advogados e, baseado na ordem de *habeas corpus* que me foi concedido, permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Mauro Cid, eu tive acesso à lista de visitantes que o senhor, na verdade, tem recebido. Agora, ultimamente, o senhor está recebendo mais familiares.

Eu pergunto ao senhor: por que o Eduardo Pazuello foi visitá-lo?

(Intervenção fora do microfone.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Visita íntima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Deve ser. Visita íntima.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu pergunto ao senhor: por que o Eduardo Pazuello e o Fábio Wajngarten estiveram em algumas visitas com o senhor agora nesse período de prisão?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, não tem nada a ver com a CPMI, Presidente. A gente só está aqui perdendo tempo. Olha, é lamentável o trabalho que a Relatora está fazendo. É uma perda de tempo isso aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Parlamentares, eu peço a todos...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ...aqui: vamos respeitar o direito de todo Parlamentar de usar o seu tempo da forma que bem entender. A Relatora está fazendo a sua fala, está fazendo, portanto, uma inquisição de acordo com o raciocínio dela.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Inquisição mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço a todos que respeitem...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ela está citando colegas nossos aqui, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para que eu não possa intervir na fala de ninguém.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Relatora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Sr. Presidente, dizer que é visita íntima é um desrespeito ao depoente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Concordo, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... que foi o que destacaram aqui atrás. Então, é importante que se mantenha a linha aqui. É um desrespeito ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe, Senadora, mas ninguém falou em visita íntima.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Falaram, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Falaram, falaram.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Falaram, Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Senadora Soraya, minha colega de partido...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, a Relatora quer saber, Sr. Presidente...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, visitante...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou falando da inquisição da Senadora. Se alguém falou isso fora do microfone, eu não tomei conhecimento.

Mas vamos lá.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas vamos lá. Não, por favor, senhores.

Vamos continuar com o depoimento e vamos manter a ordem, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu quero, inclusive, aqui, Presidente, excetuar... Eu quero, inclusive aqui, excetuar...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu gostaria inclusive... Eu gostaria, inclusive, de excetuar aqui a lista de visitantes dos familiares, que é íntima, como alguém chegou a colocar lá atrás. Eu estou falando aqui de outros atores e, inclusive, de pessoas que tiveram função pública absolutamente... Absolutamente tiveram função pública no Governo anterior, continuam tendo agora, e tem um nível de representatividade grande, num escopo que nós estamos a investigar nesta Comissão.

Então, mais uma vez, eu pergunto: o senhor poderia, na verdade, nos dar elementos sobre a razão das visitas, por exemplo, do Eduardo Pazuello e do Fabio Wajngarten durante o seu período de prisão?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Senadora, novamente eu reitero minhas manifestações iniciais dentro do escopo das investigações a que eu sou submetido. Então, em razão do *habeas corpus* e do assessoramento da minha defesa técnica, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Nós tivemos informação de que o senhor sempre colocou, por exemplo, a questão do Lawand como alguém mais distante – o Jean Lawand também esteve visitando-o agora neste período, como também esteve visitando-o agora um dos integrantes deste grupo "Dosssss", que era o grupo, para todos vocês que estão ansiosos pelo 8 de janeiro, que era o grupo que fazia a defesa clara dos atos golpistas para o Brasil, e aí estava inclusive presente no 8 de janeiro. O Anderson Azevedo Quixaba, por exemplo, também o esteve visitando, o Lawand, que dava ao senhor uma pressão, de fato, muito grande para que o então Presidente instaurasse uma GLO no Brasil. E a gente recebe quem a gente permite, ou seja, o Lawand esteve também com o senhor.

Também esteve com o senhor o Ridauto Lúcio Fernandes, que é um velho conhecido de CPI do Congresso Nacional. Tivemos com ele inclusive na CPI da Pandemia. Tem alguns aqui, como o Coronel Elcio Franco, tem algumas pessoas que eles andam, não é? Permeiam de Comissão para Comissão, estavam na pandemia e agora estão aqui no 8 de janeiro... Aliás, tem até convocação para eles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estive com o senhor, um dado curioso, que é o Roberto Escoto, que é... Que tem uma empresa, Águila Internacional – aquela empresa, não é? –, que faz, na verdade, um apoio não apenas no Brasil, mas em todo o mundo de mercenários, coisa que, inclusive, nós estamos acompanhando hoje em alguns países do mundo, que o Roberto Escoto também o esteve visitando, como o estiveram visitando várias e várias outras pessoas, mas eu não percebi nenhum familiar do ex-Presidente da República o visitando. O senhor se sente abandonado pelo ex-Presidente Bolsonaro?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Em respeito a V. Exa. novamente, baseado no escopo das investigações a que sou submetido, seguindo orientações de meus advogados, permanecerei em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero finalizar, Presidente, dizendo ao senhor, Sr. Mauro Cid, que existem alguns nomes aqui, que estão vivos, outros que já não estão mais entre nós, como o General Santos Cruz, Gustavo Bebianno, Major Olimpio – que foi, aliás, um grande companheiro nosso –, Sara Winter, Oswaldo Eustáquio, Allan dos Santos, Daniel Silveira e tantos outros, na verdade, que acabaram, em algum momento, falando exatamente desse abandono que tiveram.

O senhor estava, Sr. Mauro Cid, numa posição absolutamente estratégica. O senhor era o Ajudante de Ordens do Presidente da República, era alguém que acompanhava, de forma pessoal, o ex-Presidente, que tinha uma função estratégica em relação ao ex-Presidente, e hoje o senhor está preso, hoje o senhor tem oito inquéritos que constam contra o senhor.

O senhor tem filhos, o senhor tem filhos adolescentes, o senhor tem uma esposa, o senhor tem um pai com uma carreira militar irretocável, o senhor tem uma caminhada dentro das Forças Armadas e fatalmente chegaria a ser General, que é o sonho de qualquer membro da carreira militar hoje no Brasil. E, ao mesmo tempo, hoje, o senhor está aqui nesta CPI, sendo ouvido por esta Comissão, num cenário que nenhum brasileiro gostaria de estar, que é sendo inquirido por vários outros Parlamentares e respondendo por crimes que possivelmente não foi o senhor que cometeu diretamente, mas que o senhor pode ter sido levado a cometer por alguém que lhe pediu que cometesse alguns atos criminosos.

Eu quero finalizar, deixando pro senhor um apelo, até em nome da sua família e em nome da sua história: que o senhor, na verdade, se dispusesse, ou se pelo menos pensa em se dispor, a contribuir com os trabalhos desta Comissão, trazendo as informações que são fundamentais para um objeto fundamental que nós temos e o objeto claro desta Comissão, que é a investigação dos atos do dia 8 de janeiro. O senhor tem interesse de colaborar com esta Comissão?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Senadora, eu compreendo e respeito todo o posicionamento de V. Exa., mas, dentro de todo o espectro que eu estou sendo investigado, vou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar seguindo a orientação dos meus advogados e, baseado em *habeas corpus*, me mantereis em silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada, Coronel Cid.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, eu quero dizer que eu cometi uma falha, felizmente, colocando um requerimento que eu mesmo havia pautado, mas que foi lido por mim aqui erroneamente, que foi a convocação de uma personalidade, que é o fotógrafo Adriano Machado, da agência Reuters. Foi um erro, foi um erro cometido pela Presidência. O acordo que foi feito aqui – e acordo é para ser cumprido – era que não seria feita nenhuma convocação. Portanto, vamos colocar esta convocação como nula. E peço que seja retificado esse ato.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, após aprovado?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, eu fiz questão...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, após aprovado? Aprovam e retiram a aprovação de ofício?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Eu acho muito válido para contribuir com a investigação da CPMI, inclusive.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Qual é o medo do fotógrafo, gente? Não dá para entender...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acordo é para ser cumprido. Ninguém é obrigado a fazer acordo, mas acordo é para ser cumprido.

Passamos agora aos próximos oradores inscritos.

Agora falarão os autores de requerimentos.

Então, em primeiro lugar, o primeiro inscrito, Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu vou... Diante da manifestação já do Sr. Mauro Cid de permanecer em silêncio, eu vou mudar um pouco a dinâmica. Vou fazer as perguntas que eu faria, e o senhor só me interrompa, por favor, se o senhor resolver participar e responder. Se for para continuar lendo esse texto, eu preferia que só no final... Eu lhe darei um espaço para que o senhor deixe registrada dentro do meu tempo a sua resposta, está bem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim fica claro – claro – que 8 de janeiro não foi um episódio isolado. Não vivemos sequências de coincidências, mas sim a consequência de uma trama malsucedida que se constituiu nos últimos quatro anos de governo, por meio de descrédito das instituições, descrédito do sistema eleitoral, descrédito da mídia. Mas essa trama deixou alguns vestígios: um é o documento do golpe, a minuta do golpe encontrada com o ex-Ministro da Justiça Anderson Torres; e outro é o roteiro do golpe, encontrado no celular do Sr. Mauro Cid.

Os autores Daniel Ziblatt e Steven Levitsky, que são cientistas políticos que estudam a democracia, afirmam que as democracias modernas geralmente não são alvos de golpes militares tradicionais como antes, mas, sim, de estratégias mais sutis que ocorrem dentro do próprio sistema político, como a gente viu acontecer no Governo anterior. Teve Presidente promovendo constantemente mentiras acerca do sistema eleitoral que o elegeu por cinco vezes e elegeu a todos nós que estamos aqui nesta CPMI. Além disso, o Presidente atacava o Judiciário e dizia que não cumpriria suas ordens. Foi também o primeiro e único Presidente, desde a redemocratização, a não passar a faixa ao seu sucessor. O que poderia caracterizar mais desrespeito às regras do jogo do que um ato como esse? O ex-Presidente homenageou torturadores, negou a legitimidade dos seus oponentes, fez desfile com tanque de guerra em dia de votação importante, querendo pressionar este Congresso Nacional. Por uma coincidência – por uma coincidência – um roteiro de golpe é encontrado pela Polícia Federal no celular do seu mais próximo assessor. É muito difícil a gente continuar falando aqui de coincidência ou casos isolados!

Mas, ainda que o senhor se cale, Coronel Mauro Cid, o seu silêncio para mim fala muito. Ele é como um grito no ouvido de todos que defendem a verdade e de todos que defendem a democracia. O senhor está sendo investigado por todas as atrocidades que neste momento estão ligadas ao ex-Presidente, desde a apropriação indébita das joias sauditas, passando pela falsificação dos cartões de vacina e ao possível... À tentativa de golpe de Estado.

Eu queria dizer ao senhor que o senhor tem um grande momento hoje. O senhor já deve ter conversado com sua defesa, mas deveria ter enxergado a manhã de hoje como uma oportunidade. Eu acho que não é justo, de verdade, que o senhor carregue esse peso sozinho. O senhor não é culpado sozinho por isso tudo, e não é justo que o senhor carregue sozinho esse peso, como o senhor está carregando agora.

Eu passo aqui a ler algumas perguntas que eu faria ao senhor caso o senhor estivesse colaborando e respondendo com a CPMI.

Os vários documentos encontrados no telefone do senhor compõem um roteiro de golpe. Um deles, criado no dia 25 de outubro de 2022, nas vésperas da derrota para o segundo turno,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensaiava um afastamento de Ministros do STF que ocupavam cadeira no TSE. Pergunta: por quais motivos os senhores queriam afastar os Ministros do Supremo do TSE?

Outra pergunta. Ainda nesse documento, havia a previsão de nomear um interventor. Pergunta: quem seria nomeado como interventor para tomar o poder?

A data de criação desse documento é de cinco dias antes do segundo turno, ou seja, era um ambiente em que as pessoas já viam pesquisas e sabiam mais ou menos o resultado que teríamos legitimamente nas urnas. O Coronel Lawand disse que lhe pedia sempre que convencesse o então Presidente a dar a ordem, e o senhor informou que o Presidente não daria a ordem porque ele não confiava no Alto Comando do Exército. Pergunta: o que o ex-Presidente não fez, deixou de fazer, por não confiar no Alto Comando do Exército?

Lawand disse também que pediu uma ordem de pacificação do país. Ele aqui, ou é, como disse no dia a Senadora Soraya Thronicke, merecedor do Oscar de melhor ator... Aliás, ou ele merece o Prêmio Nobel da Paz, como disse a Senadora Soraya Thronicke, ou ele merece o Oscar de melhor ator. Mas digamos que ele fosse o pacificador do país naquele momento. Pergunta: por que o ex-Presidente não quis pacificar o país? Se Lawand, que era o pacificador, vocês, que não atenderam ao pedido dele, são o quê?

Por que o senhor afirmou, em mensagens de telefone, que o então Presidente não confiava no Alto Comando do Exército? O que o Alto Comando do Exército fez para perder a confiança do ex-Presidente, segundo a sua própria afirmação.

Em outro documento encontrado no seu telefone, o roteiro era o seguinte: um, requerimento do Chefe do Poder Executivo direcionado aos comandos das Forças Armadas; dois, análise do requerimento pelos comandantes; três, deferimento do pedido e início das operações.

O Alto Comando do Exército se negou a seguir esse roteiro, o passo a passo do golpe? Foi isso que aconteceu? Outro: foi por isso que o senhor afirmou, então, que o ex-Presidente não confiava no Alto Comando do Exército?

Quando perguntei ao seu amigo Lawand aqui, nessa mesma cadeira, se o Alto Comando do Exército era contra o apaziguamento deste país, ele me respondeu, entre aspas: "Não, essas foram afirmações do Coronel Cid. É o Cid quem afirmou", fecham-se aspas.

Então, havia uma ruptura nesse momento. O Senhor e o ex-Presidente Bolsonaro de um lado, o Alto Comando do Exército do outro lado, o cidadão, Coronel Lawand, como grande pacificador, o anjo enviado pelo senhor para poder fazer essa mediação. E ficou claro para mim



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, nessa narrativa, como gostam de falar e usar essa palavra, os senhores estavam no lado contrário da pacificação.

No dia 10 de dezembro, Lawand lhe enviou uma mensagem confirmando o apoio por parte do Exército ao golpe, ao golpe de vocês, e o senhor respondeu: "Muita coisa acontecendo passo a passo". Uma coincidência é que, no dia anterior, depois de ficar 40 dias em silêncio, o ex-Presidente afirmou aos seus apoiadores que, entre aspas: "Tudo dará certo no momento oportuno". Por que é que Lawand e os demais colegas de farda tinham o senhor, Coronel, como um influenciador direto e conselheiro privilegiado do então Presidente?

É interessante, porque, em todo o canto em que a gente mexe, surge o nome e a participação do senhor. É como se fosse no conto infantil do Grilo Falante, o Pinóquio, sempre alguém colocando coisa na cabeça do antigo Presidente. E todos os dedos, nesse momento apontados para o senhor, Coronel.

Quando o caso da falsificação do cartão de vacina do ex-Presidente veio à tona, ele atribuiu toda a culpa e autoria ao senhor, em depoimento à Polícia Federal. Nesse caso específico do roteiro do golpe, a culpa também é toda do senhor? Eu tenho certeza de que não é – eu tenho certeza de que não é.

O senhor é, sim, culpado também por esses crimes que esta CPMI está investigando. O senhor, como oficial das Forças Armadas, filho de general, assessor direto do Presidente, recebe um texto terrivelmente golpista – vários textos terrivelmente golpistas – e não leva ao conhecimento de ninguém? O senhor prevaricou?

Por tudo, Presidente, que tenho visto e ouvido aqui nesta CPMI, cada dia fica mais claro e cristalino que testaram as instituições e tentaram, sim, um golpe de Estado, mas deram de cara...

(Soa a campanha.)

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ... num paredão, não um paredão de fuzilamento, mas o paredão das instituições do povo de bem e do seu patrimônio mais caro, que é a democracia.

Muito obrigado.

O senhor tem 40 segundos se quiser fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Coronel informa à Presidência que não quer usar esses 40 segundos.

Quero informar a todos que nós suspenderemos o trabalho às 13h e retomaremos pontualmente às 14h. Então, vou pedir a todos, inclusive ao depoente, que a gente esteja aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às 14h, para retomar o depoimento. É uma hora apenas. Eu não vou... Independentemente de quem esteja ou não esteja, nós vamos retomar os trabalhos às 14h.

Passo ao próximo orador inscrito, o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, se o Sr. Mauro Cid falasse hoje, acabavam os trabalhos da CPI. Não precisava investigar mais nada. Bastava que ele quisesse contribuir com a investigação, porque ele viu tudo, ele ouviu tudo e ele sabe de tudo. É incrível como, onde havia um malfeito do Bolsonaro, lá estava Mauro Cid – onde havia um malfeito do Bolsonaro, lá estava o Mauro Cid. É por isso que são tantos inquéritos que o senhor hoje responde perante o Supremo Tribunal Federal. Rachadinha, aí diz que: "Não, a atribuição era cuidar da vida financeira do Presidente". Joia, aí ele diz: "Não, era a minha tarefa receber presentes". Ué, joia milionária é um simples presente?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Lula recebeu...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, acabei de ser atrapalhado, incomodado e importunado. Eu pediria que o senhor acrescentasse o tempo, para ver se isso educa aos mal-educados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Darei um minuto a mais a V. Exa. V. Exa. está correto.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, aí o outro vem com brincadeiras: "Pedir mais minuto, Sr. Presidente?"

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, continue, Deputado. Continue.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu não quero tempo de V. Exa., eu quero respeito e educação...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, deram 15 minutos para o homem lá...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Tempo, quem conduz, é o Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Quinze minutos, Presidente? Deixe meia hora, então, para ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – É que na hora que fala que...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, era um minuto a mais: o senhor deu dois minutos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu dei dois minutos porque tiveram duas interrupções.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ah, então está bom...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, é que na hora em que fala rachadinha e joia, começam as interrupções...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – É que nem o sítio, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O objetivo é impedir que a gente fale, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Quando se fala de um malfeito de Bolsonaro, lá está Mauro Cid; rachadinha, joia, vazamento de inquérito sigiloso, lá está o Mauro Cid; milícias digitais, lá está o Mauro Cid; *fake news*, lá está o Mauro Cid; atos antidemocráticos, lá está o Mauro Cid. E ele tentou dizer aqui o que era o papel do ajudante de ordem.

Duas passagens na fala inicial dele merecem a atenção de todos nós, Sras. e Srs. Congressistas. Em uma ele diz: "Não estava na minha esfera de atribuições analisar as propostas, projetos ou demandas trazidas". Ele recebia as propostas, as demandas e não apreciava. E o que ele fazia com essas demandas que ele recebia? É a segunda parte da fala inicial dele que merece registro: ele encaminhava para os setores competentes. Ele recebe uma minuta golpista, segundo ele, na sua defesa, ele não avalia a minuta golpista. O que ele faz? Encaminha para os setores competentes. Encaminha sabe para quem, Sras. e Srs. Congressistas? Para o ex-Presidente, agora inelegível, Jair Bolsonaro. Esta era a tarefa: pegar as informações e repassar para o Presidente, segundo ele, sem sequer apreciar. "Não questionávamos o que era tratado nas reuniões, nas ligações, nas mensagens." Infelizmente o integrante do Exército com uma carreira brilhante quer fazer crer que era apenas um carregador de pasta, quer fazer crer que era apenas um carregador de pasta. E o ajudante de ordens se transformou no cumpridor de ordens. Ordens no sentido de executar a rachadinha, de recuperar a joia apreendida, de vaziar o inquérito sigiloso. O ajudante de ordem que vira um cumpridor de ordem, é por isso que o senhor está sentado aqui, Mauro Cid.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senão, vejamos, no seu celular apreendido pela Polícia Federal tem a minuta golpista, uma minuta de GLO de decretação de estado de defesa e de estado de sítio para impedir a posse do Presidente Lula, legitimamente eleito. Quando o senhor recebe a minuta golpista, o senhor deveria ter estancado naquele momento qualquer tipo de acesso que aquelas pessoas tinham ao senhor, mas, pelo contrário, tanto o senhor não estancou que diversos outros golpistas se sentiram no direito e com liberdade e com proximidade para tratar de ainda mais desse assunto com o senhor. Quem tratou desse assunto com o senhor? Coronel Lawand, que havia sido seu professor. Quem tratou desse assunto com o senhor, tentativa de golpe? Sargento Luis Marcos dos Reis.

O Deputado Abilio, numa tentativa infantil de constranger um Parlamentar que usa o seu direito de fala, que aguarda durante muito tempo, fica gravando o Deputado. Está me achando bonito, Deputado? É para levar para casa para poder ficar me admirando depois?

Esse papel de brincar aqui não cabe no Congresso Nacional, não cabe no Parlamento sério. O Deputado Abilio confunde brincadeira com momento de trabalho. O senhor pode ter tempo a perder, eu não tenho, não. O senhor pode ter tempo a perder, eu não tenho, não. É um desrespeito ficar gravando aqui enquanto a gente fala, Sr. Presidente. Eu vou lhe mandar uma foto pro senhor botar no seu quarto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abilio, eu vou pedir para você parar essa filmagem.

Deputado, Deputado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir para V. Exa. parar essa filmagem.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Abilio, é demais. Abilio...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pare essa filmagem, Deputado. Veja bem...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, não tem condição de a gente trabalhar desse jeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, veja bem, V. Exa., depois, poderá utilizar a filmagem aqui do Plenário, mas eu faço um pedido a V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou fazendo um pedido a V. Exa. Entenda como um pedido meu.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Porque é um pedido do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, muito obrigado, muito obrigado. *(Risos.)*

Por favor, prossiga, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – A pedido do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O nosso desejo é fazer essa investigação com seriedade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Fico feliz pelo prestígio que eu tenho com V. Exa. Muito obrigado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Todo esse objetivo é para fazer, Mauro Cid, com que o senhor não reflita sobre o que, de fato, está acontecendo. O que, de fato, está acontecendo é que o senhor já foi abandonado – o senhor está sozinho agora. O que, de fato, está acontecendo é o que disse o ex-Presidente Bolsonaro no dia 18 de maio de 2023: "Cada um siga a sua vida agora". O senhor segue assumindo todas as culpas e as responsabilidades para não se defender, escondendo, quando o senhor poderia estar contribuindo.

O senhor quer fazer crer que é um carregador de pastas, mas não. O senhor organizava as *lives*, inclusive aquelas que divulgavam *fake news*; o senhor também participava passando os eslaides na reunião com os embaixadores, que tornou inelegível o Sr. Jair Bolsonaro; o seu *e-mail* foi usado por uma empresa para receber doação eleitoral do ex-Presidente Bolsonaro – essa ligação é gigantesca –; e tinha estudos para dar suporte jurídico à quebra democrática.

Eu me lembro de um voto do Ministro Gilmar Mendes, em que ele diz que, para a falta de votos, não tem remédio jurídico que dê jeito.

Para tentar interromper o Presidente Lula de tomar posse, tentaram de todas as formas um golpe de Estado: tentaram, colocando bomba no aeroporto; tentaram com minuta golpista de GLO; tentaram, invadindo as sedes dos três Poderes, num grave atentado à democracia. E disso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo o senhor participou diretamente. Em todos esses momentos, o senhor participou diretamente.

Hoje, o senhor, vestido com essa farda, infelizmente, envergonha o Exército Brasileiro, após ter jogado sua carreira no lixo. O senhor, tal como seu pai, seria general. O senhor foi um aluno brilhante por onde o senhor passou. O senhor deveria ter ido para os Estados Unidos e não ter sido ajudante de ordens para cumprir ordens ilegais, manifestamente ilegais, que lhe trouxeram, como herança, hoje, oito inquéritos no Supremo Tribunal Federal, mas aumentando, com mais investigações vindo.

De fiel assessor, o senhor vira agora bode expiatório – de fiel assessor, o senhor vira agora bode expiatório –, onde só o senhor está respondendo por atos de que o senhor sabe que não era o autor intelectual.

Ajudante de ordens. O que nós queríamos era que o senhor dissesse quem dava as ordens para o senhor, que não era o GSI. Quem dizia o que fazer com a minuta golpista? Quem dizia o que fazer com as tentativas de intervenção? É por isso que o senhor falava: "Não, o Presidente não pode dar uma ordem se ele não confia no Alto Comando do Exército". Aqui, é a quebra de sigilo telefônico do senhor, e o senhor não pode dizer que o senhor não disse.

Quando perguntavam "Ah! Não vai ter golpe, não?", o senhor dizia: "Infelizmente, não". Quando perguntavam "Tem que fazer alguma coisa?", o senhor falava: "Muita coisa acontecendo. Passo a passo". O que era muita coisa acontecendo? Era a minuta golpista. O que era muita coisa acontecendo? Era uma bomba no aeroporto. O que foi que aconteceu? A tentativa golpe de Estado no dia 8 de janeiro.

A Constituição garante, Sr. Mauro Cid, o direito ao silêncio com um objetivo: para o senhor não se incriminar. Mas o que eu queria aqui não era que o senhor se incriminasse; eu queria era que o senhor se defendesse. E, para o senhor se defender basta, o senhor dizer o que o senhor fazia com os pedidos de GLO que o senhor recebia; o que o senhor fazia com os pedidos de intervenção que o senhor recebia diariamente. Basta o senhor dizer isso. O senhor não vai estar se incriminando, vai estar se defendendo. Por que o que pode acontecer? A gente intensificar a investigação, e amanhã estar sentada aí a senhora sua esposa, não por ser sua esposa, mas porque na quebra do sigilo dela mostra que ela também participou dos atos golpistas. E não é o que nós queremos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, aí é demais. Presidente, falar da esposa, da família é não ter um mínimo de senso. Tudo bem que há liberdade, Presidente, mas tem limite...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Tem total pertinência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O Pastor... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, essa Presidência não vai interferir na fala dos Srs. Parlamentares, a não ser que seja uma ofensa pessoal a alguém...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aqui não tem pela ordem.

Por favor, continue, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, eu quero que se deixe claro que isso não é uma ameaça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu quero que deixe bem claro que isso não é uma ameaça, é uma estratégia de investigação. As falas reproduzidas na investigação pública sobre a senhora sua esposa são gravíssimas. A conversa dela com a Ticiania Villas Bôas é algo que esta CPI pode e deve, sim, avaliar se vai querer ouvi-las ou não. Se o senhor ajudasse a investigação nada disso era necessário; se o senhor se defendesse, nada disso era necessário.

Mas, repito, de fiel assessor para virar bode expiatório com a trajetória que o senhor tem?! Não é o desejo que nós queremos. O que nós queremos, de fato, é que, agora invertendo, tal como disse o ex-Presidente ao senhor, que cada um siga sua vida. Siga sua vida, se defenda! Diga o que o senhor fez com todas as tentativas de GLO...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... que o senhor recebeu! Diga o que de fato o senhor fez com todos esses pedidos de intervenção federal que o senhor recebeu! Diga, de fato, qual era a transação financeira feita nos porões do Palácio do Planalto por meio de rachadinha! Diga justamente quem lhe dava ordem para tentar liberar a todo custo as joias; a quem o senhor vazou em informações do inquérito! Se defenda, Sr. Mauro Cid! Ajude a esclarecer todos que participaram da tentativa de golpe no nosso país, do atentado à democracia! Faça valer essa farda que o senhor veste do Exército Brasileiro!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o pedido e o apelo que eu faço para que nós possamos avançar ainda mais na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, pela ordem.

Eu queria fazer aqui um pedido até de uma forma muito tranquila. Aqui nesta Casa, Rubens, neste plenário... Deputado Rubens, nós temos um Colegiado, gente, em que há divergência. Presidente, nós temos um colegiado aqui com divergências. A Deputada Jandira com o Senador, agora há pouco, protagonizaram isso. Quer dizer, eles são oponentes do ponto de vista da política, mas convergem no respeito. E o que está acontecendo aqui, Presidente, com o Deputado Abilio é surreal. Presidente. Eu queria fazer um apelo ao senhor...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – É surreal!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e um apelo à oposição desta Casa: que os colegas aí advertissem o Abilio.

Eu acho o Rubens com uma paciência fora do comum. Meu irmão, parabéns, porque eu no seu lugar...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Mas por que o Abilio? Por que só o Abilio?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você também. Vocês dois, na verdade.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – A mim? (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É verdade. É.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Em toda sessão...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Quem mais deu subsídio a V. Exa., Senadora?

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, Presidente, nós já tivemos aqui – vou finalizar – nesta, no Congresso Nacional, na CPI da pandemia, que foi uma CPI que teve uma projeção nacional muito grande, ato extremo de o Presidente da Comissão de ter que mandar retirar um Deputado de mandato da Comissão, por conta da situação de intransigência e de balbúrdia que tentou instaurar na Comissão! Eu acho que a gente não pode chegar a esse extremo na Comissão. Agora, não dá também para banalizar e aceitar uma atitude, com todo o respeito ao Deputado Abilio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu pediria aos nobres colegas dessem pelo menos a oportunidade de os Parlamentares usarem a tribuna com o devido respeito, que é como o Deputado Rubens se manteve. Parabéns ao Deputado Rubens, porque está surreal isso aqui!

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Qual é a acusação contra o Abílio?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, a Presidência entende que um pressuposto elementar da democracia é a tolerância mútua. Nós temos que tolerar quando aquele com que nós não concordamos está falando diferente daquilo que nós queremos ou daquilo que nós pensamos. Esta Mesa vai agir contra ofensas pessoais dirigidas a qualquer Parlamentar ou a qualquer depoente.

Agora, eu quero dizer que também existem essas regras não escritas. Obviamente que não está escrito no Regimento Interno que um Deputado não pode ficar do lado do outro que está falando dando risada e fazendo piada. Isso não está escrito no Regimento, mas, obviamente, é uma atitude congruente com o convívio Parlamentar.

Não dá, Deputado! V. Exa. sabe que eu tenho apreço por V. Exa., mas eu não posso admitir que nenhum Parlamentar, seja V. Exa. ou outro, fique filmando outro Parlamentar, fique do lado dando risada do outro Parlamentar que está falando, porque isso não contribui com os trabalhos e muito menos com a imagem desta Casa. Nós temos todos o dever de zelar pela imagem do Congresso Nacional e desta CPMI.

Então, eu vou dizer que nós não vamos admitir esse comportamento de V. Exa. Peço a V. Exa. educadamente que V. Exa. reveja a sua posição. Peço que nenhum outro Parlamentar fique filmando, a não ser que seja um pedido do Parlamentar. Pode ser que você peça a um amigo seu que o filme. Mas, não sendo dessa forma, nós não vamos admitir que um Deputado esteja falando e outro esteja aqui filmando a pessoa, sabendo que aquilo é uma joça. Nós não podemos admitir isso.

Então, a Mesa tem conduzido isso aqui com muita tranquilidade, com muita serenidade. Assim haveremos de continuar. Eu peço a todos, portanto, que evitemos este comportamento de estar do lado de um Parlamentar, mesmo que não seja falando nada, gesticulando, dando risada, fazendo ali uma forma de tumultuar a fala de quem está falando.

Eu não vou conceder a palavra ao senhor neste momento, Deputado...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, para cooperar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque realmente não é esse o propósito da Mesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, não vou conceder, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, por favor.

Vamos dar prosseguimento ao trabalho. É apenas uma ressalva que a Mesa está falando.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, questão de ordem. Tem gente cometendo crime aqui na Comissão. Tem gente cometendo crime aqui na Comissão, Sr. Presidente. Eu posso levantar uma questão de ordem ou V. Exa. não vai me deixar falar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, se está cometendo um crime, por favor, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Qual é o artigo?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, a Lei – e eu estou falando de lei – 13.869, de 5 de setembro de 2019, que foi a que veio justamente para ser a nova Lei de Abuso de Autoridade, é muito clara lá no seu art. 15, parágrafo único, inciso I:

Art. 15. Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo:

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório:

I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio;

Já aconteceu aqui de três pessoas que me antecederam estarem falando, o depoente estar usando o direito dele constitucional de permanecer em silêncio e estar acontecendo ameaça em cima de ameaça. Eles estão cometendo crime de abuso de autoridade! Começou, inclusive, pela própria Relatora!

Então, o que eu estou pedindo aqui, Sr. Presidente, é que tenhamos diretrizes para que, daqui a pouco, o próximo que venha a inquirir não fique dizendo: "Se você não falar, vamos chamar a sua esposa, a sua prima, a sua tia..." O que é que vai virar esta Comissão, Sr. Presidente?

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, de maneira nenhuma, não houve essa ameaça, não houve ameaça a ninguém. O depoente está aqui... Apesar de ter impetrado vários mandatos de segurança no Supremo Tribunal Federal para que não viesse à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPMI, o depoente está aqui porque o Supremo Tribunal Federal entendeu que ele tinha que vir a esta CPI.

Ele pode exercer, sim, e está exercendo o seu direito de ficar calado. Esse é um direito que ele tem, a Mesa está preservando esse direito, não tem problema nenhum. Agora, nem teve ameaça – não vi; ninguém ameaçou ninguém aqui – e nem houve constrangimento. Nós temos que respeitar o trabalho que estamos fazendo e não podemos trazer esse tipo de adjetivação.

Vamos dar prosseguimento ao trabalho.

Com a palavra o Senador... Perdão, é que eu me atrapalho aqui, às vezes, com Rogério Correia e Rogério Carvalho. Mais uma vez, eu estou aqui me atrapalhando. Rogério Carvalho é o oitavo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Mas é porque a Senadora não veio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Senadora é a terceira. Quem vem abaixo dela é o Deputado Rogério Correia.

Eu, mais uma vez, errei com V. Exa. A menos que o Deputado queira trocar com V. Exa...

Quem está inscrita agora é a Senadora Ana Paula Lobato, que não está presente.

Eu passo ao quinto inscrito, que é o Deputado Rogério Correia, e não o Senador Rogério Carvalho.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. não erra nunca.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou iniciar solicitando que se passe um vídeo, porque o nosso depoente, o Sr. Mauro Cesar Barbosa Cid, disse que está respondendo por, aproximadamente, oito inquéritos. Este vídeo coloca parte desses oito inquéritos nos quais ele é responsável, está respondendo por eles. Estes inquéritos são da pessoa particular do Mauro Cesar Barbosa Cid, não tem nada a ver com as Forças Armadas ou com o Exército Brasileiro. Então, realmente, pelo fato de ele vir fardado, eu quero separar as denúncias que estamos aqui fazendo ou questionando com as Forças Armadas brasileiras.

Então, eu pediria a V. Exa. que pudesse passar esse vídeo de dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Secretaria da Mesa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu solicitei esse vídeo porque as denúncias e os inquéritos são muito sérios; se de fato comprovado, isso dará anos e anos de prisão a Mauro Cesar Barbosa Cid. Aí nós vimos a gravidade das denúncias que são feitas, e ele mesmo disse aqui que são oito ou nove inquéritos. Um deles, esse relativo ao golpe, está na seguinte frase, com despacho no Supremo Tribunal Federal: "reuniu documentos com o objetivo de obter o suporte jurídico e legal para a execução de um golpe de Estado". É claro que eu perguntaria ao Mauro Cesar, se ele estivesse disposto, se isto foi orientação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, articular este golpe de Estado, do qual V. Exa., o senhor, está aqui e está no Supremo Tribunal Federal respondendo por inquéritos e também investigado pela Polícia Federal.

Mas nós ficamos sabendo agora, através da imprensa, que solicitou um acesso à informação, pela Lei de Acesso à Informação, a que a imprensa tem o direito, e a imprensa recebeu a seguinte resposta em relação a *e-mails* oficiais, ao *e-mail* oficial do senhor: que não existia absolutamente nada no *e-mail* oficial. O que deduzimos? Que o senhor apagou o que estava no *e-mail* oficial da ajudância de ordem, e isso evidentemente é crime. O silêncio que o senhor faz aqui é respaldado pela Constituição, mas apagar documentos para apagar provas, não. Neste caso, é algo sério, que é mais uma denúncia que é feita ao senhor. Está agora no *The Intercept*, que fez a solicitação através, repito, da Lei de Acesso à Informação.

O senhor fica em silêncio, mas, como já foi dito pelo Deputado Rubens Júnior, o Presidente, quando fez uma visita ao Senado em maio, simplesmente disse: cada um pro seu lado, "cada um siga a sua vida". É claro que nós precisamos alertar o senhor, porque tem um ditado que é muito usado lá nas Minas Gerais: galinha que acompanha pato morre afogada. E o Presidente Jair Bolsonaro não está nem aí para isso.

Veja bem, o senhor teve no seu celular o que é chamado passo a passo do golpe, a garantia da lei e da ordem que viria em seguida, com o estado de sítio decretado. O documento está lá. Eu não vou fazer a leitura dele porque já é de conhecimento público, mas, lá na assinatura, Sr. Presidente, está apagado. Colocaram uma folha exatamente em cima do nome que faria ou fez, sabe-se lá – a assinatura ou o nome –, a garantia da lei e da ordem do passo a passo do golpe. Estava apagado com uma folha. Eu não sei se foi o Sr. Mauro Cid que colocou essa folha para apagar o nome de quem estava lá, porque o senhor mesmo mandou pro seu outro telefone este documento da garantia da lei e da ordem para que eles tivessem sua observação pessoal no outro telefone, como se fosse algo importante. É quando a gente tem no telefone e coloca, no nosso pessoal, algo que a gente quer lembrar. Foi lá que o senhor guardou este material com esta folha que tampou o nome.

Ora, quem poderia assinar a garantia da lei da ordem e o estado de sítio? O ex-Presidente Jair Bolsonaro. É esse o nome que estava lá. A pergunta que eu faço – o senhor pode me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responder ao final, é a única pergunta que eu lhe farei, já que não quer responder – é se o Presidente Jair Bolsonaro, o ex-Presidente, já tinha assinado a garantia da lei e da ordem, deixado assinada, ou se lá constava apenas o nome dele. Essa é uma questão importante. Certamente a Polícia Federal e o Supremo Tribunal Federal estão olhando.

Eu sei que o pai do senhor, um general que é muito respeitado nas Forças Armadas, está ansioso. Hoje saiu uma matéria em que ele está, inclusive, buscando junto a alguns setores políticos, setores do próprio STF ver se consegue sensibilizar para que o senhor seja solto. Eu acho que a atitude que o senhor faz aqui nada ajuda, porque o senhor simplesmente assume para si toda uma culpa que a gente sabe que tem alguém por trás, que seria o principal interessado nesse golpe, que é o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Mas eu quero, nesses dois minutos finais, relembrar um diálogo que está também de posse do celular do Coronel Elcio e do Major Ailton, que aparecem também no seu celular falando em golpe, pedindo que o senhor agisse para convencer o Presidente a dar golpe, assim como fez o Lawand, que fez aqui um papelão. E, nesse diálogo entre o Coronel Elcio, que era o segundo homem do Ministério da Saúde, no Ministério da Saúde de Bolsonaro, ele e o Major Ailton falam que era necessário ter ações mais concretas, e que, se pudessem, eles pediriam que viesse o comando das tropas de Goiânia para fazer valer aqui a força do que eles chamavam de impedir a fraude eleitoral e dar o golpe de Estado, e, portanto, que eles precisariam convencer quem estava lá a trazer para cá 1,5 mil homens armados.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso é o que estava no celular da conversa deles.

E o senhor foi depois indicado pelo Presidente Jair Bolsonaro para estar exatamente nesse comando. O senhor traria para cá esses 1,5 mil homens? Era isso? O coronel que era responsável... O general que era responsável, inclusive, por retirar o senhor deste comando que foi indicado por Bolsonaro se negou a fazer e teve que ser demitido pelo Presidente Lula, porque queria manter o senhor naquela posição. O que o senhor faria lá? Traria esses 1,5 mil homens para consolidar o golpe do dia 8? O senhor fazia parte disso ou não? Ou era o Presidente Jair Bolsonaro? O senhor seguia a ordem dele, que estava foragido, com o cartão que o senhor falsificou, lá nos Estados Unidos? O senhor tem muito a temer. Realmente, o silêncio do senhor pode acobertar o Bolsonaro, mas também não vai livrá-lo da prisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Próxima oradora inscrita, a Deputada Erika Hilton.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem, Presidente, só um minuto, um minuto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Obrigada, Presidente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem da condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Pois não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Eu só gostaria de pedir um entendimento da parte do senhor, da seguinte forma: quando algum Parlamentar apresenta um vídeo, ele é responsável por todas as palavras ditas no vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com certeza.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Porque, quando se apresenta um vídeo de *fake news*, como foi apresentado agora há pouco, esse Deputado tem que ser responsabilizado...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... por *fake news* que ele apresenta, pois é uso da sua própria palavra dentro da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não há dúvida.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... podendo ser ele responsabilizado por isso, não é?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, pode questão de ordem para quem não é membro?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não há dúvida de que todo Parlamentar que expõe um vídeo é o responsável e está tomando como suas as palavras das pessoas que estão falando no vídeo, como essa decisão inclusive foi lida aqui na Mesa da Presidência quando nós afirmamos a possibilidade de que se pudesse usar vídeo na CPI. Então, quem coloca qualquer tipo de vídeo é responsável totalmente por esse vídeo.

Passo a palavra para a próxima oradora inscrita...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Responsável por ser verdade. Nada de *fake news*, Brunini.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... Deputada Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, a quem cumprimento, e a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, é muito difícil toda sessão o Deputado atrapalhar os trabalhos da CPMI, causar tumulto. Eu aconselharia que o Deputado procurasse tratar sua carência em outro espaço, este espaço é sério, este espaço é o espaço de trabalho...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Espera aí, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – ... e é incompatível com este espaço que sejamos interrompidas, filmadas, constrangidas não só pelo Deputado Abilio, mas...

(Soa a campainha.)

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – ... por outros que assim o fazem, enquanto a Senadora Relatora fazia sua fala, enquanto o Deputado Pastor Henrique Vieira assim o fazia.

Peço a V. Exa., Presidente, que conduza com ordem os trabalhos desta CPMI, para que sejamos respeitadas enquanto fazemos o uso da nossa fala.

Dito isso, Sr. Mauro Cid, gostaria de dizer que particularmente me chocou o senhor chegar a esta CMPI vestido de farda. Ainda que seja um direito de V. Sa., é de fato chocante, tendo em vista tudo que envolve o nome de V. Sa., o senhor chegar ornamentado com as vestes das Forças Armadas, porque tenho certeza de que o seu comportamento junto ao Presidente, ex-Presidente da República e agora inelegível constrange, envergonha e diminui a reputação das Forças Armadas brasileiras.

Sr. Mauro Cid, o senhor sabe o que o senhor... por que o senhor foi convocado a comparecer a esta...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, Presidente, Presidente, eu queria aqui...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Eu pediria que o senhor me desse mais um minuto, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – É porque o Sr. Mauro Cid foi homofóbico aqui. O Sr. Abilio foi homofóbico, fez uma fala homofóbica quando a companheira... Quando a companheira estava se manifestando, ele acusou e disse que ela estava oferecendo os serviços. Isso é homofobia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Foi mesmo, Presidente. É homofobia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... é um desrespeito, e eu peço a V. Exa. que peça para o Deputado se retirar do Plenário neste momento, por homofobia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Arthur, é verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Tumulto no recinto.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O senhor tem prova? Como é que é? Tem a filmagem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – É só devolver, é só pegar a gravação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Ele foi homofóbico e ele precisa – precisa – ser retirado do Plenário...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Negativo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... para garantir o funcionamento da CPI.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pergunta ao Deputado Carlos Santana. É verdade, Arthur, é verdade.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Quer dizer que pode mandá-lo ir atrás...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... de tirar a carência dele nos outros lugares?

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Exatamente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Isso pode falar?

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Exatamente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Ah, isso pode!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, Deputado, Deputado Rogério... Senador Rogério Carvalho, Senador Rogério Carvalho...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aí não dá. Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e a Senadora Soraya Thronicke...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, com todo respeito que tenho por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... eu vou dar encaminhamento à fala.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Além de ser crime...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou decidir no seguinte sentido: tanto o Senador Rogério Carvalho como a Senadora Soraya Thronicke estão afirmando que ouviram V. Exa. fazer essa afirmação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu também afirmo. Eu também afirmo, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não ouvi.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – E o que é que isso tem a ver com homofobia? E, se ele falou, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Presidência...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... a Deputada o mandou ir atrás de tirar a carência nos outros lugares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Presidência...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Isso é um desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Presidência está falando, Deputado. Tenha calma.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Isso é um desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Presidência... eu não ouvi, mas outros Deputados estão dizendo que ouviram.

O Deputado Abilio diz que não falou. Então, a nossa decisão é a seguinte...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas, se vários ouviram, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, a nossa decisão é a seguinte: nós vamos fazer uma investigação, vendo inclusive as filmagens, porque, se V. Exa. falou, vai ter a leitura labial e vai ser fácil que isso seja identificado. E, obviamente, Deputado, que, se V. Exa. de fato agiu dessa forma, vai ter uma penalidade contra o senhor. Não há dúvida de que V. Exa. será penalizado.

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou... Há um contraditório. V. Exa. está falando uma coisa...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem outros...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Nossa, que valente! Que valente! Que valentão! E por acaso pedir a alguém para tirar a carência é algum tipo de crime?

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. quer assumir essa mesma fala, é um direito que a V. Exa. tem, Deputado. É um direito... V. Exa. tem o direito. Quem vai julgar se é crime não é V. Exa., fique tranquilo.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos dar prosseguimento. Vamos dar prosseguimento.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos dar prosseguimento.

Eu solicito...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode não ter filmado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu solicito à Secretaria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode não ter imagem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que envie para a Polícia Legislativa a cópia dessa filmagem...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode não ter filme.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... das afirmações trazidas aqui por vários Parlamentares contra o Deputado Abilio, para que se faça a apuração.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – E o André, que assumiu também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E o Deputado André, naturalmente, que assumiu também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço desculpas à Deputada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Pela ordem.) – Questão de ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode não ter filme.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Olha só, a imagem é feita de quem está falando...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode não ter filme.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... e não de quem fala fora do microfone.

V. Exa. pode não só perguntar aos dois Senadores, mas também ao Deputado que estava ao seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada, nós já tomamos a providência, e a Polícia Legislativa vai dar o veredito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E não vai encontrar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... vai dar o veredito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marco Feliciano, se é sobre o mesmo tema, eu pediria a V. Exa. para que a gente encerrasse...

Pois não, pode falar, Deputado.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Só um minutinho.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Abílio, por favor. Abílio, por favor, só um minutinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma pergunta.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF) – Pela ordem, Presidente.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Pela ordem, por gentileza.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou ouvir o Deputado Marco Feliciano.

A Mesa já decidiu sobre esse episódio. Em seguida, vou devolver a palavra à Parlamentar que estava usando a palavra.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria entender e compreender em que contexto a Senadora falou sobre a carência do Abílio, porque, quando você dá, automaticamente você recebe.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Só queria compreender, só compreender.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente. V. Exa. tem esse direito.

Deputada Erika Hilton, por favor – o tempo está parado –, V. Exa. pode prosseguir com a sua fala.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Obrigada, Presidente.

Bom, não vou entrar nessa seara de baixo nível...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, eu vou pedir para que V. Exas. respeitem a fala da Parlamentar.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Presidente, eu pediria a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não é possível um negócio desse. Eu tenho sido...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – ... que garantisse e assegurasse a minha fala.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputada.

Eu tenho sido tolerante com todos, mas temos que respeitar a fala de todo mundo. A Deputada está falando, ela se inscreveu, chegou aqui no horário correto, tem direito de usar a sua fala. Ela está aqui por uma vontade da população brasileira, como todos nós. Temos que respeitar a fala de todos os Parlamentares.

Eu peço desculpas a V. Exa., Deputada, em nome deste Plenário inteiro. E peço, pela última vez, que as pessoas se mantenham em silêncio, para, respeitando, ouvirem a fala da Deputada Erika Hilton.

Por favor, Deputada.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Peço que V. Exa. recomponha algum minuto do meu tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Será feito, Deputada. Pois não.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Bom, dando continuidade...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Tu estavas gravando... Ela te chamou de *gay*, e tu não vais processar?

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Presidente...

Presidente, eu vou explicar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado André Fernandes, eu peço a V. Exa. que respeite a Presidência.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – ... está desrespeitando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não está respeitando esta Mesa, Deputado. E se V. Exa. continuar desse jeito, eu vou ter que tomar providência contra V. Exa., o que eu não quero. O que eu não quero. Eu respeito a todos e exijo respeito.

Eu disse e sempre e repito: eu não vou aceitar que qualquer Parlamentar tente desmoralizar o trabalho desta Presidência. Não vou aceitar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., por favor, se mantenha silente. E na hora que V. Exa. for falar, V. Exa. fala o que quiser, mas ela está fazendo a fala que ela entende necessária.

Se V. Exa. ou qualquer outro Parlamentar entende e se toma por ofendido na fala de alguém, V. Exa. tem o recurso do Conselho de Ética. Agora, esta Presidência não vai admitir que Deputados fiquem interrompendo a fala de outros.

Por favor, Deputada Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Presidente, para aliviar o histerismo dos Deputados que não compreenderam o que eu quis dizer, eu usarei o meu tempo para me explicar quando falei sobre a carência do Deputado Abílio.

A todas as sessões, o Deputado parece querer chamar a nossa atenção, parece fazer algo para chamar a atenção. E isso me parece um comportamento baseado na psicanálise, não em questões de gênero ou de sexualidade, que é a única coisa que tem na cabeça dessa gente.

Eu jamais entrei nessa seara, isso não é da minha competência. Quem discute essa temática e tende a perseguir essa comunidade não sou eu (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.*), é esta gente que está do lado de lá. Quando eu disse sobre carência, era exatamente baseada no comportamento de querer o tempo inteiro chamar a atenção.

Eu poderia até aconselhá-lo a adotar um cachorrinho para não se sentir tão só. Era sobre isso a que eu me referia. O comportamento do Deputado não condiz com a posição desta CPMI. Por isso, toquei no ponto da carência.

Agora, todos os argumentos nefastos, de baixo calão, de baixo nível, fora de um decoro parlamentar que está sendo colocado aqui, é de fato assustador, porque jamais, jamais entraria nesse campo em um debate tão sério como esta CPMI.

O que demonstra o Sr. Mauro Cid, voltando ao que interessa, que é a oitiva do depoente que está aqui, é que o depoimento de V. Sa. é tão importante, que este caos histórico que está presente neste plenário é a tentativa de nos confundir. É a tentativa de nos tirar a atenção daquilo que de fato interessa, que são as tentativas de golpe antidemocrático, que aconteceu neste país com a contribuição e participação de V. Sa. É isso que está colocado.

A importância do depoimento de V. Sa. é tão grande, que aqueles que sabem que V. Sa. tem algo extremamente revelador e importante a contar querem causar caos, desinformação, confusão, ataque, mentira, mas nós e o povo brasileiro não nos distrairemos com essas tentativas de mudar o holofote daquilo que é central e necessário aos trabalhos desta CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo mais, Sr. Presidente: não aceitarei e não tolerarei ser desrespeitada, interrompida ou colocada em comparações de baixo calão e de baixo nível. Trato todos os colegas com respeito, com diplomacia, e assim também exijo. E aqueles que fugirem desta diplomacia terão que responder criminalmente por qualquer tentativa estereotipada e criminosa da minha identidade.

Volto, então, a me referir ao senhor, que é quem interessa, Sr. Mauro Cid, e pergunto a V. Sa. se o senhor sabe por que o senhor foi convocado a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Deputada, com todo respeito a V. Exa., da mesma forma que eu me portei, reitero as minhas considerações iniciais e, intimamente, entendo que, em razão do escopo das investigações que mencionei, seguindo a orientação da minha defesa técnica e a ordem do *habeas corpus* que me foi concedido pelo Supremo Tribunal Federal, vou permanecer, vou usar o meu direito de permanecer em silêncio.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Sr. Mauro Cid, eu pediria a V. Sa. que, quando não for responder, só diga que permanecerá em silêncio, pra não comer tanto do meu tempo.

Tenente Mauro Cid, o senhor não vai responder nenhuma das minhas perguntas? O senhor não pretende responder nenhuma das minhas indagações?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Eu continuo com o posicionamento e o assessoramento da minha equipe técnica, que me assessorou a permanecer em silêncio, baseado no *habeas corpus* que me foi concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Excelente.

O senhor tem ideia de que o seu silêncio pode nos deixar ainda mais interessados em saber o que fez, quem o senhor está tentando esconder, proteger, que o vosso silêncio pode dizer muito mais do que caso o senhor dissesse alguma palavra? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Com todo respeito a V. Exa., reitero minhas considerações iniciais e, em razão do escopo de toda investigação a que sou submetido, vou seguir o assessoramento da minha equipe técnica em permanecer em silêncio.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Bom, Presidente, diante do silêncio do depoente e da nossa obrigação de investigar o que ele está querendo omitir, estou protocolando à Mesa, neste momento, dois requerimentos para ouvir, na condição de investigados, o Sr. Jair Messias Bolsonaro e a Sra. Michelle Bolsonaro, que acho que são as figuras centrais e importantes, pra que nós possamos ouvir nesta CPMI, que são as pessoas com quem V. Sa. tinha uma profunda



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proximidade, e muito provavelmente não queira nos responder aquilo que de fato é dever de nós perguntarmos porque deva estar querendo encobrir, proteger ou omitir fatos extremamente relevantes, importantes e necessários na reconstrução da cronologia da tentativa de golpe que ocorreu neste país. Então, por isso, relevarei à Mesa esse requerimento para convocação do Sr. Jair Bolsonaro e da Sra. Michelle Bolsonaro, que acho que são vozes e são figuras importantes nos trabalhos desta CPMI, pra que nós possamos ouvir.

E, mesmo assim, sabendo que V. Sa. não responderá a nenhuma das minhas indagações, mesmo assim as farei, para que o povo brasileiro tenha conhecimento daquilo que gostaria de perguntar a V. Sa. e para que também fica imprimido em V. Sa. quais foram as práticas que V. Sa. teve ao longo dos quatro anos da gestão Bolsonaro.

Bom, então, seguirei aqui fazendo as minhas perguntas, começando por... Eu queria que o senhor descrevesse suas funções do governo passado, formalmente. Nós já sabemos que o senhor poderá descrevê-la mesmo. Desde a sua prisão, podemos ver filmadas, porque foram resgatadas diversas imagens do senhor, em diversas ocasiões, realizando atividades muito diferentes junto ao ex-Presidente, como, por exemplo, filmando, navegando nas redes sociais com o ex-Presidente, compartilhando ligações telefônicas, repassando informações ao pé do ouvido, acompanhando-o em eventos de todo porte... O senhor vivia com ele para cima e para baixo, não é? Isso é um fato e nós sabemos. E cumprindo, às vezes, tarefas que não eram tarefas que o senhor deveria cumprir.

E o senhor obedecia, recebia ordem de quais pessoas? O senhor recebia ordem apenas do ex-Presidente da República ou recebia ordem de outras pessoas para além do Presidente da República?

Nunca recebeu ordem de nenhum Parlamentar, familiar do Presidente – esposa, filhos –, gente que fazia a comunicação do Presidente?

O senhor não precisa responder. Vou fazer as perguntas corridas no tempo que me resta, porque já sei que V. Sa. não irá querer respondê-las.

O senhor conheceu ou fazia parte do chamado "gabinete do ódio", que coordenava e incentivava pelas redes sociais ataques às instituições brasileiras, às eleições, e insuflava manifestações golpistas contra o Supremo Tribunal Federal e a democracia do nosso país?

Sr. Mauro Cid, podemos dizer que o senhor, então, andava para cima e para baixo com o Presidente Bolsonaro, mas somente com ele e seguindo apenas as suas ordens, ou seguia ordem de outras figuras além do ex-Presidente Bolsonaro?

Tenente, além de íntima relação com o ex-Presidente, o senhor diria também que tinha uma relação íntima com o cartão corporativo da Presidência? Você realizava as compras pelo cartão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corporativo da Presidência ou acompanhava de perto o andamento das compras junto ao cartão corporativo? O senhor tinha autonomia nesses gastos? Por quem eles eram autorizados? Porque, ainda que se tenha dito que não é para se tratar do cartão corporativo, o cartão corporativo é um recurso público, é de interesse do povo brasileiro, é recurso nosso. Então, é interessante e importante que nós saibamos qual era a relação e a familiaridade de V. Sa. com esse cartão. Quem mandava o senhor pagar as contas da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro com dinheiro sacado do cartão corporativo? Era o ex-Presidente ou eram outras figuras...

(Soa a campainha.)

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – ... que faziam esse pedido?

Sr. Mauro Cid, aonde o senhor estava nos dias 21 de maio de 2019, 10 de julho de 2021, 7 de setembro de 2021 e 1º de maio de 2022?

Eu teria outras questões para fazer, mas o meu tempo foi tomado pela confusão histórica que se generalizou neste plenário.

É lamentável que o senhor se negue a dar esclarecimentos importantes, inclusive para não ter inculcado em si mesmo a única responsabilidade total dos fatos que aconteceram. Nós sabemos que não era de interesse de V. Sa., e V. Sa. não seria o beneficiado da tentativa de golpe. Então, talvez, esta fosse uma oportunidade para que V. Sa. pudesse falar, esclarecer e mostrar ao povo brasileiro aquilo que de fato é interessante e, quem sabe, limpar a sua barra, que está bem suja.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Duarte Jr.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – É o último – não é, Presidente? – antes do intervalo do almoço, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Oi?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – É o último, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não entendi.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Antes do almoço, gente!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É, eu acho que sim, não é? Depois da fala do Deputado, vamos suspender os trabalhos por uma hora.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Tenente-Coronel Mauro Cid, "bora" conversar.

Eu acredito que, no fundo, as pessoas têm algo de bom dentro delas, e eu espero muito que o senhor possa, nesta manhã, nestes poucos minutos que restam, honrar aquilo que retoricamente defendia: Deus, pátria e família.

Eu já pude perceber aqui que as duas primeiras questões são defesas retóricas, porque Deus defende a vida; já o senhor compartilha mentiras sobre a vacina. Pátria... O senhor utiliza uma farda, mas neste momento não está em defesa da nossa nação. Pelo contrário, o que nós pudemos perceber é que lutou contra a democracia, atentou contra a democracia, que lhe garante hoje o direito de permanecer calado.

E eu quero crer que o senhor defende a família, que o senhor defende a sua família, como qualquer homem sério. Por isso, aqui farei questionamentos e espero, sinceramente, a sua resposta em defesa da sua família, em defesa da sua honra, em defesa dessa farda que o senhor hoje utiliza mesmo sem estar a serviço.

Cid, qual o preceito da ética militar?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Deputado, em respeito ao senhor...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É uma pergunta simples, Cid – é uma pergunta simples. Qual é o primeiro preceito da ética militar?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Em respeito ao senhor, reitero minhas considerações iniciais, que, intimamente, por tudo o que eu tenho sido investigado, vou seguir a orientação dos meus advogados e do *habeas corpus* do STF e vou permanecer em silêncio.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu não quero crer que o senhor esqueceu ou não sabe que o primeiro preceito da ética militar é cultivar a verdade, a lealdade, a probidade, a responsabilidade como fundamentos da dignidade pessoal. O que nós percebemos aqui, Cid, é uma série de fatos que contrariam todos esses preceitos. Por isso que é contraditório, é paradoxal a utilização dessa farda.

Cid, comecemos aqui por probidade. Você sempre foi um aluno brilhante, e tudo o que aconteceu o senhor colocou fora, rasgou toda e qualquer possibilidade de progressão no Exército Brasileiro. O senhor tem certeza de que quer continuar calado, tendo oportunidade de falar para todo o país – o Brasil está vendo – o que de fato aconteceu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Deputado, respeito o posicionamento de V. Exa., mas reitero minhas manifestações iniciais, dentro do escopo...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Cid, eu já sei o resto da sua frase.

Então, aqui eu trago algumas evidências, algumas provas.

Trocas de mensagens.

Em dezembro de 2022, dia 10 de dezembro, Lawand mandou: "Cid, pelo amor de Deus, o homem tem que dar a ordem". O senhor responde: "Muita coisa acontecendo passo a passo". Vai ficar calado, Cid?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Novamente...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Pelo visto vai ficar calado, comportamento que não combina com essa farda; eu esperava coragem do senhor.

No dia 14 de dezembro: "Preciso falar contigo assim que puder". Lawand fala: "Por favor, dê um sinal de vida". O senhor responde: "Nada resolvido ainda". O que é que não está resolvido? A tentativa de um golpe de Estado? Saiba que o seu direito de permanecer calado, garantido pela Constituição Federal de 1988, é um direito garantido em uma democracia. Em momentos de ditadura, um dos primeiros remédios constitucionais que são extintos é o *habeas corpus*, e o senhor, ainda assim, não quer aproveitar esta oportunidade de esclarecer o que aconteceu? Estou lhe perguntando.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Respeito o posicionamento de V. Exa., mas reitero minhas manifestações iniciais, dentro do escopo...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – No dia 21 de dezembro, na escuta, Lawand pergunta: "Soube agora que não vai sem nada. Decepção, irmão. Entregamos o país a bandidos". Você responde: "Infelizmente". "Peça, por favor, para avisarem o povo que está há 52 dias nos acampamentos". Aí você responde: "General Heleno esteve aqui".

O que é que o General Heleno fez? Não vai responder? Vai se comportar como tem feito até agora, como um capacho, não em defesa da democracia, não em defesa desta nação, não em defesa do Brasil, não em defesa de Deus, não em defesa da pátria, e colocando em risco a sua família.

E quando eu falo da sua família, Mauro Cid, antes que alguém aqui possa afirmar que é um ato arbitrário, que não tem conexão, eu vou trazer luz aos fatos, porque, infelizmente, lamentavelmente, a Gabriela Cid, que é sua esposa, está tão envolvida quanto você nesses atos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por essa razão que eu lhe peço: esclareça esses fatos para que não seja necessário que ela venha aqui prestar informações que o senhor não está esclarecendo.

E aqui eu faço questão, com base nos relatórios, nas informações trazidas pela Polícia Federal, mensagens trocadas entre a sua esposa e a Tici Villas Bôas, que é filha do General Villas Bôas, afirmando o seguinte. A Gabriela Cid, sua esposa fala: "Temos que pedir novas eleições com voto impresso [...]. Temos que exigir novas eleições com voto impresso. Estamos diante de um momento tenso onde temos que pressionar o congresso. Agora!!!". A Tici responde: "Ou isso, ou a queda de Moraes". Moraes, é o Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Aí ela responde, sua esposa: "Também acho. Esse homem tem que cair. Ele que está estragando o país. O resto é tudo remediável". A Tici responde: "Se a gente conseguir tirar ele o STF dá uma recuada. Porque o que eles vão fazer é prender o Presidente [aí se referindo ao ex-Presidente Jair Bolsonaro] [...] com base no inquérito das *fake [news]*".

Estou falando com o senhor, Mauro Cid, olhe para mim, tenha coragem pelo menos de olhar nos meus olhos.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Faz isso não...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – A sua esposa responde: "Exato".

Eu estou sendo interrompido, Sr. Presidente. Eu peço um minuto no meu tempo. Essa é a regra do jogo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – O senhor combinou que ninguém iria ser constrangido nem...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ninguém está constrangendo. Eu estou fazendo esse questionamento.

Eu fui interrompido, Sr. Presidente, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Um minuto a mais, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – As mensagens continuam.

A filha do General Villas Bôas pergunta, afirma: "O Exército Brasileiro tinha que mandar alguém falar com os cabeças dos caminhoneiros e dizer quais têm que ser as reivindicações deles". A sua esposa responde: "Sim, estão falando em intervenção federal, mas tem que ser *impeachment*, novas eleições com voto impresso". A Tici responde: "Isso não vai acontecer até



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda ordem. A coisa foi democrática", afirmando que estamos diante de uma democracia, que o voto, que a eleição foi legítima. A sua esposa responde: "E as pessoas não podem sair das ruas". Eu sublinho esta questão: a sua esposa afirma que as pessoas não podem sair das ruas. "Elas têm que se manter lá até que algo seja resolvido". A Tici responde: "Têm que ficar. Se saírem, já era". A sua esposa continua: "Sim, foi o que pediu o Presidente. [Sr. Presidente, eu destaco isto de que foi o que pediu o Sr. Presidente.] E acho que todos que podem têm que vir para Brasília".

Eu lhe pergunto, Mauro Cid: com base em que a sua esposa pedia para que as pessoas viessem a Brasília? Foi uma ordem do Presidente? Foi uma conversa sua dentro de casa, durante o almoço? O que foi que aconteceu?

Ela afirma, no dia 2 de novembro de 2022, às 13h34: "Invadir Brasília, como no Sete de Setembro. Dessa vez, o Presidente, com toda a força, agirá". No dia 4 de novembro de 2002, ela afirma: "Amanhã, todo mundo nas ruas. Convoca as pessoas ao máximo!!! Não podemos perder o foco. Há muita coisa sendo esclarecida e o povo precisa ser pressionado".

Estamos diante de uma tentativa clara de golpe, Mauro Cid. O que eu peço é o que o senhor aproveite esse tempo para responder.

No dia 14 de novembro, sua esposa afirma: "Tici, como você está fazendo para montar o local? Cachorro-quente, doação em dinheiro ou doação de alimento?". O senhor colaborou? A sua esposa colaborou? Sua família colaborou com os acampamentos, Mauro Cid?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Com todo o respeito a V. Exa., Deputado, baseado novamente nas minhas considerações iniciais...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Já conheço o final da sua frase...

Sua esposa continua: "Os caminhoneiros vão parar. Não há como eles concordarem com essa multa imposta pelo Alexandre de Moraes e não fazerem nada pelos companheiros. O STF, o TSE é corporativista, todos se unem. Está na hora de o Brasil se unir pelo Brasil". Aí ela afirma: "Doação de descartáveis é muito bem-vinda. Ajudem". Ou seja, estão claras aqui as provas do financiamento dos acampamentos. É por isso que eu estou falando: em defesa da família brasileira, em defesa da sua família, responda a esta CPMI, esclareça esses fatos. Caso contrário, Sr. Presidente, aqui eu reafirmo o requerimento que nós fizemos de convocação da Sra. Gabriela Cid, porque nós precisamos de resposta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, se me permite aqui, art. 131...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mais uma vez, eu sou interrompido, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, art. 131...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu estou no meio do...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu estou fazendo uma questão de ordem séria.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas no meio da minha fala, Sr. Presidente?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu, em momento algum...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pode dar o tempo que falta a ele de sobra, sem nenhum problema.

Eu acho que as coisas têm um certo limite.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu estou no meio da minha fala. Sr. Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Se V. Exa. me permitir, eu faço o questionamento, que é um questionamento...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Depois da minha fala.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ... jurídico e sério.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu estou na minha fala.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Você terá todo o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Carlos Sampaio, deixe o orador... Falta um minuto para ele concluir a fala dele. V. Exa. falará em seguida.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. falará em seguida.

Pode prosseguir, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Por mais um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já teve um minuto. Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, infelizmente, na falta de resposta do Sr. Mauro Cid, eu quero ratificar aqui que nós estamos requerendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mais uma vez interrompido...

Eu quero anunciar aqui que nós estamos, dadas as suspeitas de enriquecimento ilícito e de envolvimento de sua família, Mauro Cid, na organização criminosa, nós estamos requerendo a quebra do sigilo telefônico e fiscal de seu pai, seu irmão e de sua esposa, pra que esses fatos que o senhor não esclareceu possam ser esclarecidos. Nós aqui estamos em defesa de Deus, da família e da pátria. Uma defesa real, uma defesa verdadeira e não uma defesa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mais uma vez eu estou sendo interrompido aqui.

O senhor pode se acalmar, pode se sentar e o senhor terá o seu momento de fala.

Eu estou sendo interrompido, Sr. Presidente, por gentileza.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu não consigo compreender esse desespero, Sr. Presidente. Durante toda a reunião de hoje, V. Exa. percebeu, estou calado. No momento da minha fala, eu fui interrompido por quatro vezes. Aqui nós estamos buscando respostas. Aqui nós não estamos debatendo questões.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e espero que esta CPMI busque as informações. Pra isto que nós estamos solicitando a quebra desses sigilos: porque nós precisamos dar resposta à sociedade brasileira, nós precisamos dar resposta à população brasileira. E eu peço ao senhor, Sr. Presidente, que possa estabelecer uma organização desses trabalhos. Esse comportamento infantil e imaturo deteriora a imagem da política e dos políticos. Isso aqui não é a Escola do Professor Raimundo. Isso aqui não é local para que vocês possam agir de forma infantil e imatura. Ajamos com responsabilidade, responsabilidade essa que nós temos graças à força do voto popular. Nós não podemos permitir um...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – ... comportamento infantil e imaturo e que possa servir de cortina para prática criminosa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Questão de ordem, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho o maior respeito pelo Deputado Duarte. Em momento algum, quis interrompê-lo. Ao contrário, até comecei dizendo a V. Exa. que deveria dar o tempo a ele que fosse por mim utilizado. O que eu não posso aceitar é que a pessoa que tem o direito de não se autoincriminar seja pressionada por via diversa, transversa ou tangencial a fazê-lo. Quando ele diz na frase: "Não vai responder. Na falta de respostas, vamos apresentar um requerimento aqui pedindo...". Isso é uma ameaça, é uma ofensa ao direito dele de se defender e de não se autoincriminar.

E eu falo isso como promotor de justiça, Sr. Presidente, porque quando eu entrei, como promotor de justiça, aos 23 anos, meu pai me ensinou que o bom promotor é aquele que nasceu para defender, porque aquele que nasce com o dom de acusar não pode ser uma pessoa feliz por excelência. "Você nasceu, meu filho, para defender a Constituição, para defender o meio ambiente, para defender o consumidor. Ninguém nasce para ser feliz, se nasceu com o dom de defender".

Em nome desse dom da defesa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – E eu peço que ele respeite a minha fala...

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu peço que ele respeite a minha fala, que ele respeite a minha fala.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Deputado... Deputado, o colega está falando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado está falando, e eu peço a todos que...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Pede tanto respeito na sua fala e não deixa o Deputado falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço que a gente ouça aqui a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, todos os colegas que falaram aqui falaram com respeito ao depoente, e o depoente, a todo momento, se dirigiu com respeito a todos nós. Não é possível alguém chegar e dizer: "Olha para mim, capacho!". Isso não comporta urbanidade.

Olha o que disse a Ministra que concedeu o HC a ele. Olha o que disse, textualmente...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Só para concluir, Sr. Presidente, para que todos aqui tenham clareza.

Disse a Ministra Cármen Lúcia, Sr. Presidente: "De se realçar que, no exercício de suas atribuições constitucionalmente definidas, as Comissões Parlamentares de Inquéritos devem assegurar que a pessoa inquirida seja tratada *sem agressividade, sem truculência ou deboche* [...] ...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ... resguardando-se o dever de respeitar a dignidade da pessoa humana".

Não foi isso que eu vi nas indagações que foram feitas agora. E eu pediria a atenção de V. Exa. para que, em todas as vezes que houver uma fala do tipo: "Eu respeito o seu direito de calar-se, mas, se não falar, vamos fazer os seguintes requerimentos"... Isso é ameaça, isso é pressão e ofende o texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Carlos Sampaio, eu tenho imensa admiração por V. Exa., e V. Exa. sabe disso. Eu acolho em parte a vossa questão de ordem. Quanto a tratar o depoente, o Coronel Mauro Cid, ou qualquer outro com deboche, com falta de respeito, concordo plenamente. A Mesa será mais atenta a essa condição.

Quanto ao requerimento, diante da negativa de se calar, eu não entendo como ameaça, porque a pessoa faz uma inquirição na expectativa de ter uma resposta, e é direito do depoente não falar, mas, na medida em que ele não fala, o inquiridor fica também com o direito de utilizar a prerrogativa que ele tem de fazer um requerimento. Então, isso não caracteriza, na minha visão, exatamente uma ameaça, mas eu concordo com V. Exa. que não podemos tratar com desrespeito o depoente nem os nossos colegas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu agradeço a V. Exa. o acolhimento em parte, e apenas faço um registro: ele tem o direito de ouvir a família inteira do Coronel; ele só não pode dizer que fará o requerimento no momento em que ele se nega a responder a algo, porque esse não é um requerimento que ele quer fazer, é um instrumento de pressão no depoente. É apenas esse registro que faço.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Eu quero excluir...

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, vamos encerrar aqui.

Eu quero excluir da fala da Deputada Erika Hilton – e peço à Taquigrafia que assim proceda – o termo "gentalha". Que seja excluído, por conta da urbanidade e respeito parlamentar.

Está suspensa a sessão.

Nós retornaremos às 14h.

(Suspensa às 13 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Declaro reaberta a nossa reunião e passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho. Agora, sim. E lhe peço desculpas, é a segunda vez que eu atrapalho, na ordem de inscrição, V. Exa. com o nobre Deputado Rogério Correia

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Para mim é uma honra!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dois grandes Parlamentares e, por isso mesmo, sem maiores problemas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor pedisse silêncio ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço silêncio a todos, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Bom, eu quero inicialmente cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos; cumprimentar a nossa Relatora, que não está presente, mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meus cumprimentos a ela pela inquirição que ela fez até o momento; cumprimentar o inquirido, o Tenente-Coronel Mauro Cid.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que nós temos uma instituição ou instituições que formam as Forças Armadas brasileiras que investem bastante nos seus quadros e formam profissionais com uma competência relativamente muito, uma grande competência ou com grandes competências, com grandes qualidades profissionais, e isso deve encher os brasileiros de orgulho, ter instituições que formem seus quadros, que invistam nos seus quadros e façam dessa instituição uma instituição competente e uma instituição melhor.

Mas eu sinto dizer que aqui nós estamos diante de uma situação que foge a essa regra, nós estamos diante de um tenente-coronel que, mesmo respondendo a quatro inquéritos por fraude de cartões de vacinação, por agir para tentar liberar joias que seriam presentes dados à República Federativa, mas tentou agir para pegar essas joias para a família do Presidente Bolsonaro, agir junto com as milícias digitais e também participou ativamente da organização dos atos de 8 de janeiro. Então, esse integrante que é o Tenente-Coronel Major Cid não devia, em homenagem ao Exército Brasileiro e em respeito a essa instituição, aqui representar o seu uniforme. Eu acho um desrespeito de V. Exa., na condição que V. Exa. está de suspeito, trazer este uniforme, porque mostra para o Brasil o envolvimento que não é institucional, mas parece que V. Exa. está aqui representando uma instituição. Então, acho isso reprovável na conduta de V. Exa. Isso é a minha opinião.

Também quero dizer que V. Exa. esteve presente em uma ligação com o Procurador, o Major do Exército, que hoje é advogado, Ailton Barros, quando V. Exa. tentou forjar um cartão de vacina para a esposa, a sua esposa, a Sra. Gabriela, um ano depois de conseguir forjar o cartão de vacina do Presidente Bolsonaro.

Então, eu tenho um vídeo aqui, que eu queria que passasse rapidamente, para mostrar a ligação de V. Exa. com o Presidente Bolsonaro. (*Pausa.*)

O meu tempo está correndo. (*Pausa.*)

Então, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eles vão tentar, Senador, corrigir o problema, enquanto V. Exa. prossegue na sua fala.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu queria mostrar, Presidente, que a relação do Sr. Mauro Cid era uma relação muito próxima com o Presidente Bolsonaro. Portanto, ao longo dos quatro anos de Governo, ele não participou só dos eventos que levaram ao 8 de janeiro. Ele também participou da organização de *lives*, que deu, como consequência, epidemia com causa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morte. E ele colabora aqui: no momento em que ele falsifica um cartão de vacinação, ele está praticando um crime de epidemia, que pode causar a morte de alguém. Quando ele falsificou o cartão de vacinação do Presidente Bolsonaro, ele também estava praticando... Isso consolida a tese de que o Presidente Bolsonaro praticou o crime de epidemia com causa morte, que saiu da CPI da covid. E foram mais de 400 mil vidas perdidas! E a gente sabe que o efeito Bolsonaro naquela pandemia foi causador de centenas de milhares de mortes por orientação equivocada. E aqui é a prova cabal de que ele agiu de forma intencional, inclusive com o apoio do Tenente-Coronel Mauro Cid.

Tem um outro fato que me chama a atenção, além dos fatos que já foram mencionados aqui do atentado, do dia do ato terrorista contra as instituições, das *lives* que ele organizava para atender aos interesses do Presidente Bolsonaro, da movimentação de dinheiro. Além de isso, o advogado e ex-militar reformado do Exército, o advogado Ailton Barros, fala para ele sobre a morte de Marielle Franco e diz que sabe quem matou Marielle Franco; e, se ele sabe, o entorno de Bolsonaro deve saber quem matou Marielle Franco.

Então, eu queria mostrar o vídeo aqui para ver como Bolsonaro se refere a ele. (*Pausa.*)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, o que isso tem a ver com a CPMI, Presidente?

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Em outras palavras – o vídeo é mais do que suficiente, é autoexplicativo –, V. Sa. era responsável por todas as operações e era o chefe do comando das ordens do Presidente Bolsonaro. Portanto, a relação é muito clara: tudo em que V. Sa. está envolvido e como agiu para produzir o 8 de janeiro, tudo veio por ordem do Presidente Jair Messias Bolsonaro; foi dito pelo próprio Presidente, aqui, que V. Sa. era responsável por representar todas as ordens dadas pelo Presidente.

Aí fica aqui a dúvida e o questionamento sobre o assassinato de Marielle. Porque o assassinato de Marielle aparece – e ninguém está falando – no áudio de uma conversa entre o senhor e o Ailton Barros, militar reformado a quem o senhor pede ajuda para forjar o cartão de vacina inclusive, cometendo crime de epidemia com causa morte, com risco de provocar a morte.

Então, o senhor sabia, o senhor sabe, o entorno do Presidente Bolsonaro sabe quem matou Marielle? O Ailton Barros sabe quem matou Marielle? Ele falou para o senhor quem matou Marielle?

(*Soa a campainha.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – O senhor acha que, na condição de militar, ficar sabendo que alguém... Um crime que abalou o Brasil, que o Brasil tomou conta e tomou conhecimento... O senhor acha normal o senhor ouvir dizer de alguém que sabe quem matou Marielle e não denunciar essa pessoa?

Assim como o senhor não fez todo o dever que o senhor aprendeu, no Exército Brasileiro, que é respeitar a Constituição. V. Sa. não só desrespeitou a Constituição como tentou organizar um estado de sítio para tomar o poder. Como foi frustrado, veio o ato terrorista do dia 8 de janeiro, que decorre de uma tentativa frustrada de golpe, porque as instituições e porque a sociedade brasileira defenderam a democracia, e vocês não foram capazes de convencer quem podia dar a ordem, que era o Comando do Exército, para poderem fazer um golpe militar, e fizeram um ato terrorista, no dia 8 de janeiro, organizado e urdido por V. Sas.

Eu não tenho mais perguntas a fazer, mas deixo esta: por que o senhor não denunciou o advogado Ailton, que disse que sabe quem matou Marielle? Essa pessoa circulava em todos os ambientes do Palácio do Planalto, em todos os anexos, e inclusive usou o termo "sabe da coisa toda". Eu vou usar o termo "a coisa toda". Ele sabe da coisa toda, inclusive quem matou Marielle!

O senhor sabe quem matou Marielle?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Respeito o posicionamento do senhor e com toda a consideração a V. Exa., reitero as minhas considerações iniciais. Intimamente, entendo que, em razão do escopo em que eu estou sendo investigado e de acordo com as orientações do meu advogado e seguindo o *habeas corpus* que me foi concedido, permanecerei em silêncio. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra agora à próxima oradora inscrita, Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Mauro Cid, qual é a sua idade? *(Pausa.)*

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Deputada, com todo respeito a V. Exa., mas, para manter a coerência do que eu venho falando e seguindo a orientação da minha equipe técnica, eu permanecerei em silêncio.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, eu fiz essa pergunta de propósito porque vai ficando claro que, apesar do direito dele de ficar em silêncio para as coisas que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incriminem, me parece que não há sentido em algumas negativas de resposta do depoente, em algumas coisas absolutamente simples.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero concordar integralmente com...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Perguntar qual é a idade o incrimina em quê?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero concordar integralmente com V. Exa. Inclusive, chamei o patrono do Tenente-Coronel Mauro Cid para dizer a ele que ele estava fazendo com que o seu cliente descumpra uma ordem do Supremo Tribunal Federal...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e disso, infelizmente, acarretará a necessidade de nós, que não precisávamos fazer isso, fazer uma denúncia, mais uma denúncia, contra o Sr. Mauro Cid ao Supremo Tribunal Federal, haja vista que a Ministra do Supremo determinou que aquilo que não o incriminasse ele tinha a obrigação de responder, uma vez que ele não está aqui apenas como depoente, mas como testemunha. É o procedimento, entretanto, que ele está adotando, e obviamente que cabe à CPI tomar as medidas cabíveis.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Exatamente, Presidente. Eu fiz essa pergunta propositalmente para demonstrar que ele está descumprindo a decisão do Supremo Tribunal Federal, e falo isso também...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desrespeitosa a conduta contra o Supremo Tribunal Federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Exatamente.

... aos advogados, porque não é possível. Foram feitas aqui algumas questões que não têm nada a ver com incriminá-lo, e ele simplesmente não responde. Isso é o descumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal e da Ministra Cármen Lúcia. A Relatora também fez algumas perguntas nesse mesmo sentido, e ele se negou a responder. Então, eu fiz de propósito e ia perguntar, inclusive, quantos filhos ele tem, e ele também não responderia. Mas bastou a primeira para demonstrar que o descumprimento é claro, e eu ia propor exatamente isso, que se denunciasse ao Supremo Tribunal Federal o comportamento do depoente e dos seus advogados diante da decisão da Ministra Cármen Lúcia.

Até porque, Sr. Mauro Cid, aqui está claro, o senhor pode não falar, mas o seu celular fala. Todos os fatos que estão arrolados falam pelo senhor. Está claro para todos nós aqui,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independentemente de quem apoiava Bolsonaro ou não, que o senhor sabe de tudo. Aliás, é um depoimento, para nós, que seria muito importante se o senhor estivesse falando, mas mesmo que o senhor não fale, está claro para nós que o senhor sabia de tudo e participou de tudo durante o Governo Bolsonaro. Se tem uma pessoa que sabe detalhadamente de tudo o que ocorreu no Governo e de todos os crimes cometidos, em que o senhor se envolveu ou não se envolveu diretamente, é o senhor. É o senhor. E todos os fatos que envolvem o senhor... Contra fatos, não tem histórias, não tem negativas, não tem historinhas, são fatos. O seu celular expressa objetivamente aquilo tudo de que o senhor participou. E mesmo naquilo que o senhor não respondeu no seu próprio celular, que o senhor não interagiu, das duas uma: ou o senhor concordou ou o senhor não denunciou. E aí há outro crime, que é o crime de prevaricação, porque quem tem, no celular, um preâmbulo de um ato institucional, como o senhor tinha... E o senhor passou de um celular pro outro para arquivar um documento que o Sr. Ives Gandra inclusive sustenta juridicamente, inclusive cobrindo a assinatura, e nós vimos isso. Se o senhor não denunciou que tinha um golpe de Estado em curso, o senhor prevaricou, porque quem não concorda denuncia, porque isso faz parte da preservação da democracia brasileira.

E eu sei separar o que são ações individuais de militares com a instituição Forças Armadas. Eu sei separar exatamente isso. E o senhor inclusive disse para o Sr. Jean Lawand assim: "O Bolsonaro não vai agir porque ele não tem o apoio do Alto Comando do Exército". Vários disseram isso aqui. E também já lhe perguntaram – eu não vou nem perguntar de novo, porque o senhor não vai responder – o que significava isso e como o senhor sabia disso, se o senhor participou de alguma reunião, se ele lhe disse isso: "Eu quero dar o golpe, mas não vou conseguir, porque eu não tenho sustentação". Porque é isto que fica claro: Bolsonaro queria dar o golpe, mas não tinha sustentação do Alto Comando. E ficou claro para nós que não tinha mesmo; senão, ele teria dado.

Por que tem relação do cartão de vacina com esta CPI? Porque o cartão de vacina foi para ele sair e, obviamente, esse cartão sustentou uma fuga para que o golpe fosse dado sem que ele estivesse aqui, porque todas as ações foram feitas para que as Forças Armadas pudessem intervir – para que as Forças Armadas pudessem intervir – pra ter uma GLO, pra ter uma intervenção direta.

E quero dizer que isso continuou depois de 8 de janeiro, nobre Relatora. Inclusive, a gente tem os dados aqui de tudo que foi feito depois do 8 de janeiro. Está aqui: quatro torres foram derrubadas depois de 8 de janeiro – torres de energia, quatro torres foram derrubadas –; explosivos foram colocados ainda em Feira de Santana em 10 de janeiro; em 11 de janeiro, outro artefato explosivo foi encontrado na Rodoviária do Plano Piloto. Depois do 8 de janeiro, ainda a ação golpista e a irresponsabilidade continuaram. Isso tudo está descrito pela Abin, no relatório da Abin que chegou a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu perguntaria – o senhor só diga: ficarei em silêncio ou não ficarei em silêncio; não precisa repetir toda a sua frase por causa do tempo –: o senhor conhece Albemar Rodrigues?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Ficarei em silêncio, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Marcio Nunes de Resende?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Ficarei em silêncio, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Esses dois são militares de alta patente que participavam do WhatsApp "...Dosssss"!!!! e eles aqui provocam permanentemente o Mauro Cid, que é também do grupo de WhatsApp "...Dosssss"!!!!. Eles falam ali que queriam ver um careca arrastado por blindado em Brasília, obviamente fazendo uma menção ao Ministro Alexandre de Moraes. E o outro dizia: "Se a gente não tem coragem de enfrentar o Cabeça de Ovo e uma fraude eleitoral, vamos enfrentar quem?". É o tempo todo provocando a ideia da ilegalidade. É um grupo só de militares de alta patente do Estado Maior das Forças Armadas, comandante de batalhão. Aqui não tem baixa patente, aqui não tem praça, não tem cabo, não tem soldado. Só tem alta patente.

O Sr. Sargento Dos Reis era da sua equipe de ajudante de ordens?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sargento Dos Reis era da equipe dele, subordinado dele, Supervisor da Ajudância de Ordens. E ele estava no 8 de janeiro, fazendo vídeo, comemorando a invasão dos três Poderes – comemorando. E era da equipe dele.

Eu poderia perguntar: foi o senhor que mandou ele para lá?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sobre os depósitos e saques na conta de Michelle, o senhor sabe a origem dos recursos desse dinheiro em espécie na conta da Primeira-Dama Michelle Bolsonaro?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, Excelência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Todos os recados. O senhor disse que sua tarefa como Ajudante de Ordens era passar recados, passar as mensagens. O senhor passou os recados do Sr. Lawand, do Sr. Ailton Barros e de todos os militares que queriam o golpe, do grupo do WhatsApp "Dosssss", para o Sr. Bolsonaro?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, Excelência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Uma pergunta aí de cunho mais ideológico: o senhor era também perfilado com a ideia de que as Forças Armadas devem ser Poder Moderador, como sustentava o Sr. Ives Gandra?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Permanecerei em silêncio, Excelência.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Bom, eu só tenho mais um minuto e meio e direi o seguinte: o senhor, Sr. Mauro Cid, sabe que... O senhor não disse a idade, mas objetivamente o senhor é uma pessoa jovem, e, pela carreira que o senhor contou aqui, o senhor jogou fora a sua carreira, não é? A sua carreira objetivamente está interrompida. Alguém disse aqui que jogou no lixo. Exatamente isso. E não pense que essa atitude dos bolsonaristas desta Comissão é para protegê-lo. Não é. É para proteger o Bolsonaro, porque...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... o senhor sabe que o perfil de Bolsonaro é: um manda e o outro obedece. E nós sabemos que o senhor obedeceu, obedeceu. Não quero dizer que o senhor não tem culpa nem que o senhor não concordasse com ele, mas o senhor obedeceu a ordens. E já tem aí requerimentos de vinda de Bolsonaro, já está agregado por muitos de nós o requerimento para Michelle Bolsonaro também, que objetivamente terão que vir a esta CPMI.

E o senhor não tenha dúvida de que lamentavelmente o senhor, que já tem oito inquéritos, esse inquérito deve aumentar e que, vou repetir aqui, contra fatos não tem histórias e não tem negativas... Infelizmente, o senhor jogou fora a sua carreira, jogou fora uma história que poderia ser uma história melhor. Repito, contra fatos não há negativas. E, quando o seu chefe vier aqui, ele já virá num momento em que as quebras de sigilo estarão dadas e nós chegaremos no seu chefe. E é esse o nosso objetivo, esse é o objetivo da CPMI.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Na ausência do próximo orador inscrito, que seria o Senador Fabiano Contarato, passo à próxima oradora, que é a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Boa tarde. Obrigada, Presidente.

Primeiro, parabenizá-lo pela conduta e a postura na condução do trabalho, muito firme quando necessário e buscando sempre o equilíbrio. Parabenizo-o e agradeço também pela postura.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar a minha fala, também presto a minha solidariedade à Deputada Erika Hilton, que é vítima de uma violência política aqui neste espaço. E aí é alarmante saber que, todo momento em que uma travesti ocupa algum espaço de destaque, ela é recebida com violência política, tentativa de silenciamento ou objeto de chacota, seja usando, de forma risível, caricata e patética, perucas, seja por meio de olhares, falas, que nos tentam associar, de forma antiética, à prostituição, como se a prostituição fosse a única possibilidade para nós travestis e transexuais, lembrando que nós estamos aqui eleitas justamente por interesse popular, que quer nos retirar desse cenário de aviltamento social que alguns Parlamentares insistem que nós ocupemos exclusivamente.

Indo agora para o tema da oitiva, primeiro, é importante destacar que a tentativa de golpe do Brasil não foi um ato pontual ou individualizado; foi algo estrutural. E essa estrutura do golpe no Brasil é formatada e composta por uma quadrilha criminoso diretamente ligada ao Jair Bolsonaro. Repetindo: a estrutura golpista que se formou nos últimos anos tem relação direta com uma quadrilha criminoso diretamente relacionada ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, quadrilha essa que não só tentou um golpe de Estado, mas também fraudou cartões de vacina, colocou bombas em aeroportos numa tentativa de atentado terrorista, contrabandeou joias, tentou derrubar, de forma ilegal, ministros e, pelo que mostram as investigações, tem relação até com o assassinato da Vereadora Marielle Franco.

E, Mauro Cid, eu vi aqui que alguns Parlamentares chegaram a, em um ou outro momento, elogiar a sua carreira e a sua formação. E eu questiono isso. Primeiro, porque, no momento da maior tragédia da história nacional – porque no Brasil, diferentemente de outros países, a maior tragédia nossa não foi uma guerra belicosa contra outras nações; a maior tragédia do brasileiro foi uma guerra contra a covid –, naquele momento, o que nós esperávamos de pessoas e figuras como o senhor, que ocupa o alto escalão das Forças Armadas, era lutar contra o inimigo, que é o vírus. E o senhor escolheu justamente o lado do inimigo, o lado do vírus, o lado do negacionismo, deixando de lado o povo. E centenas de milhares de mortes o senhor também vai carregar nas costas junto com aquele que o mandava tomar atitudes irresponsáveis.

E é uma vergonha – reitero o que o Senador disse anteriormente –, é uma vergonha o senhor vir de farda, porque o senhor não está representando o que são as Forças Armadas no Brasil, até porque o senhor tentou resgatar algo que já foi sepultado há décadas; tentou resgatar e mimetizar, no ano passado, um dos momentos mais trágicos da história do Brasil, uma página infeliz da nossa história, que foi o golpe militar ocorrido em 1964 e que hoje as Forças Armadas já questionam e não toleram mais. E o senhor tentou ressuscitar esse episódio.

E eu iria fazer uma pergunta sobre a relação... Se o senhor conhece e poderia dar luz a um grupo de elite do Exército especializado em insurgência popular. Mas, como o senhor não respondeu nem a sua idade, o que mostra um desrespeito com a decisão do STF e com esta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa, mostrando que o senhor de nacionalista não tem nada e de conservador não tem nada – porque a base do conservadorismo é o respeito às instituições, e nem o respeito às instituições o senhor tem, porque não respeita esta Casa, não respeita os três Poderes e não respeita a farda que está vestindo... Então, de conservador o senhor não é nada e de nacionalista, menos ainda. Iria fazer essa pergunta, mas ficarei sem resposta.

Eu sou Professora de Literatura – e nós professoras fomos perseguidas, inclusive, pelos grupos políticos aos quais o senhor tem relação – e eu aprendi a etimologia da palavra covardia. Covardia, em sua etimologia, significa rabo – covardia, em sua etimologia, significa rabo –, ou seja, uma pessoa covarde é aquela que está com o rabo entre as pernas, que foge do conflito, que foge da guerra. Covardia, que é uma marca do bolsonarismo e que, desculpe-me a sinceridade, eu vejo no silêncio de V. Sa.

E aí, para terminar a minha fala, reitero o que foi dito antes, que nós sabemos perfeitamente que, se há uma estrutura do golpe no Brasil, o senhor é apenas uma engrenagem dela, mas que vai assumir a culpa sozinho, e isso é mais um ato antinacionalista, porque quer encobrir os crimes de mandantes inelegíveis que estão por aí tentando praticar novos crimes.

Então, fica a nossa nota de repúdio ao senhor e de aplauso às verdadeiras Forças Armadas, as quais o senhor está longe de representar.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – No início da sessão, eu falei com V. Exa. se seria permitido ataques pessoais ao depoente, como chamá-lo de covarde, ladrão, bandido, e V. Exa. disse que isso não iria acontecer. E, como isso aconteceu e eu tenho a palavra do senhor, desde o início da sessão, de que isso não iria acontecer, peço que sejam retiradas das notas taquigráficas as palavras que usaram para atingir o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tomarei essa providência.

Eu solicito que a taquigrafia retire os textos ofensivos atribuídos ao depoente.

Passo a palavra agora ao Deputado Abilio Brunini para uma questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um instante.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pronto.

Presidente, no momento eu até tratei isso como uma acusação que não daria em nada, até porque não tem nada a se dar, e levei até com humor naquele momento, Sr. Presidente, até porque eu achei muito cômicas as formas e acusações que estavam me fazendo. Mas a gente precisa restabelecer a verdade, Presidente, precisa restabelecer a verdade.

Deputados de esquerda – não sei se por não estarem conseguindo colar a narrativa em cima do depoente aqui em questão –, Deputados de esquerda editaram vídeos – editaram vídeos; está inclusive postado no Twitter do Partido dos Trabalhadores, no Twitter de alguns outros Deputados –, vídeos editados, e nem sequer uma palavra minha, Presidente – nem sequer uma palavra minha.

Nos vídeos, em todos que estão no Twitter, nos *sites* de notícias, em todos, não tem uma palavra minha de homofobia, não tem uma palavra minha de ataque à Erika, não tem uma palavra minha de ataque a ninguém – e não tem. A polícia poderá investigar o que for. Não tem. Não tem um ataque meu à Erika. Sempre tenho a tratado com respeito e não desferi nenhuma palavra em direção a ela, assim como a nenhum outro Parlamentar, nem por questão de gênero, nem por nada. Mas os *sites* de notícias, os veículos, as pessoas da esquerda, Deputados de esquerda que estão publicando no Twitter têm me atacado como homofóbico, coisa que eu não admito, Sr. Presidente.

Não admito homofobia, não admito. Peço respeito a todos, peço respeito a mim também. Não posso deixar que essa narrativa seja consagrada, ou uma narrativa construída, Sr. Presidente, ou uma narrativa elaborada.

Eu não tenho interesse algum em destratar qualquer pessoa aqui por questão de gênero, assim como não tenho feito até o momento. E não aceito, Sr. Presidente, que tentem, por falta de não conseguir colocar a pecha e alguma coisa em cima do Cid, de querer brigar com ele, por ele não estar respondendo às perguntas do pessoal – a decisão é dele, não é minha... Mas eu não aceito que seja atribuído a mim nenhum título de homofóbico, ou de transfóbico, ou de qualquer gênero desse tipo.

E eu estou pedindo pro senhor, Presidente, porque o senhor... Nas matérias consta que o senhor pediu à polícia que seja feita investigação. Peço que seja célere essa investigação, até para que eu possa apresentar denúncia caluniosa nas causas que foram feitas sobre mim. Não fui homofóbico em lugar nenhum, em momento nenhum de fala. O Senador em questão, que pediu a palavra naquele momento, deve ter sido orientado, Sr. Presidente, sobre algum tipo de narrativa para poder chegar e distorcer os fatos. Não é verdade! Eu peço... Por que eu peço isso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao senhor? Porque pegar um vídeo, editá-lo, colocar na internet sem sequer uma fala minha não pode ser justo nem com a CPML, que busca a verdade, e nem comigo, que estou aqui presente e não cometi nenhum ato desse tipo.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abilio, foi feita uma acusação contra V. Exa. Eu, sinceramente, não ouvi, apesar de outros Deputados, que merecem, claro, toda a nossa credibilidade, haverem afirmado que ouviram as palavras de V. Exa., e, por isso mesmo, pedi para que a Polícia Legislativa, que tem um acesso mais privilegiado às imagens, possa identificar isso.

Passei a palavra a V. Exa. pra se explicar, justamente porque, da mesma forma, havia também uma acusação contra a Deputada Erika Hilton por uma fala contra o senhor, não é? E o Deputado Marco Feliciano levantou-se também, pedindo uma explicação à Deputada. Eu passei a palavra à Deputada Erika, que imediatamente justificou qual era o contexto do que ela havia dito. Agora, o senhor veio aqui à mesa, pediu também o mesmo direito de se explicar. Eu dei o direito de V. Exa. se explicar. E, obviamente, com as imagens, tudo isso será esclarecido.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpelar.) – Uma boa tarde, Sr. Presidente.

Cumprimento toda a Mesa; cumprimento os demais Parlamentares; cumprimento o Coronel Cid – eu conheço seu trabalho, conheço sua brilhante carreira, conheço seu caráter e afirmo, com toda a certeza, que o senhor hoje é um preso político no Brasil, e não é o único, diversos outros, diversas pessoas, inclusive no 8 de janeiro, que não causaram dano algum, só por estarem com a Bandeira do Brasil ou com uma Bíblia debaixo do braço, assim como o policial militar Max Guilherme, o Capitão do FE do EB Sérgio Cordeiro, entre diversas pessoas.

Foi tratado aqui de cartão corporativo quando se sabe que o Presidente Bolsonaro não fez um único saque do seu cartão pessoal; se tratou aqui de joias e presentes quando se tem ciência de que todo o trabalho dos ajudantes de ordem teve sempre ao lado o patrimônio do Planalto, tomando conta, juntos; e falam de cartão de vacinação, quando nunca o senhor poderia ter sido preso por esse motivo.

Então, vamos tratar aqui da impossibilidade de vínculo do senhor com o 8 de janeiro e das arbitrariedades judiciais que estão fazendo o senhor estar preso.

O senhor relatou as funções dos ajudantes de ordens, que é da natureza de secretariado executivo, responsável pela agenda, recepção, encaminhamento de pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas reuniões com o Presidente Bolsonaro, o senhor participava ou sentava à mesa – por favor, silêncio – para deliberar sobre assuntos de governo?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito, entendo a pergunta do senhor, mas, para manter a coerência...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Eu irei interrompê-lo, Coronel. Eu sei que o senhor não irá responder, então vou fazer umas perguntas como se fossem retóricas e as de que eu tenho conhecimento eu irei responder.

O senhor tinha algum poder de decisão no governo na gestão Bolsonaro? Tenho certeza de que não, pelas suas atribuições de ajudante de ordem.

Qual foi a sua última missão com o Presidente Bolsonaro? Eu tenho certeza de que a última missão foi a viagem aos Estados Unidos com o Presidente, encerrando a sua missão e deixando de estar com o Presidente.

O senhor se encontrou com o Presidente Bolsonaro após essa última missão? Eu tenho ciência de que o senhor não se encontrou mais com o Presidente Bolsonaro após essa missão; que o senhor, após essa missão, tirou as festas de fim de ano e janeiro quase que inteiro para estar com a sua família em férias devidas, ou seja, não há a menor possibilidade de que o Coronel Cid estaria em planejamento, execução ou arquitetando qualquer ato vinculado ao 8 de janeiro. Isso aqui ficou muito claro.

O senhor estava em contato com altas autoridades do Governo Lula, responsáveis pela segurança da Esplanada e do patrimônio federal? Tenho certeza de que não.

Houve alguma decisão do Presidente Bolsonaro de ruptura institucional ou de quebra dos Poderes políticos? Todos sabemos que não, e querem demonstrar, e não conseguem por falta de fundamento lógico e fático.

Portanto, está claro, Coronel Cid, que o senhor não teve vinculação alguma com o 8 de janeiro. Da mesma forma, o Presidente Bolsonaro, que, enquanto Chefe do Executivo, não praticou nenhum ato de governo de ruptura institucional ou quebra dos Poderes políticos. Pelo contrário, o Presidente Bolsonaro, que não estava se manifestando...

Por favor... Silêncio aí, por favor.

O Presidente Bolsonaro, que não estava se manifestando, se manifestou para debelar o possível caos em rodovias do Brasil. Mais ainda: foi ao STF, simbolicamente, para demonstrar que aceitava o resultado das eleições. Mais do que isso: nos últimos dias de seu mandato, não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficou em Brasília, não foi para o Rio de Janeiro, nem São Paulo, nem outra parte; se dirigiu ao exterior, sem qualquer vinculação com os atos do 8 de janeiro.

Corroboram a isso tudo, inclusive, falas de altas autoridades deste Governo Lula. Em recente entrevista do atual Diretor-Geral da Polícia Federal, fica claro, pelas falas dele, que, a administração pública conhecia dos riscos do 8 de janeiro e que houve uma falha generalizada da administração pública do Lula em janeiro.

Da mesma forma, o Ministro da Defesa, Múcio, informou, declarou a todos que, das pessoas que estavam no 8 de janeiro, não havia qualquer liderança, o que desvincula não apenas o Coronel Cid do 8 de janeiro, como também o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Agora, Coronel Cid, demonstrado isso, vamos à demonstração das arbitrariedades da sua prisão.

No começo de 2022 ainda, foi imputado ao senhor crime de violação de sigilo funcional, e isso no inquérito policial federal, da Polícia Federal. Ora, quem determina sigilo funcional de um inquérito é um delegado de polícia ou um magistrado. Quem disponibiliza as informações desse cara... desse inquérito é um delegado de Polícia Federal. Sobre o assunto, quando perquirido, o delegado informou que no inquérito não havia sigilo algum decretado tanto por ele como pela Justiça.

A Corregedoria da Polícia Federal, no caso, declarou, da mesma forma, que não havia sigilo algum. O Procuradoria-Geral da República, em vista dos fatos, declarou que não havia sigilo algum, e mais, declarou a tipicidade da conduta do Coronel Cid, ou seja, não há fato típico, ou seja, não há crime algum do Coronel Cid.

Portanto, esse inquérito era para ser arquivado. A PGR entrou com diversos pedidos de arquivamentos, só que o Ministro Alexandre de Moraes não considerou nenhum deles, mesmo com a investigação policial já encerrada. Se nós sabemos que pode haver uma supervisão judicial, mas não com tantas ilegalidades e arbitrariedades promovidas pelo próprio Judiciário.

Diversos pedidos de arquivamento, diversos recursos de agravo impetrados e não apreciados, vários pedidos, acredito que dois pedidos, dois pedidos de soltura do Coronel Cid que não foram deferidos. Ainda há diversas manifestações da execução pelo Ministro Alexandre de Moraes de *fishing expedition*. O que é isso? É a pesca não fundamentada para a perseguição. Conforme jurisprudência do Ministro Gilmar Mendes, *fishing expedition* é quando se tem a ampla deflagração de medidas que buscaram pescar provas contra os denunciados e possíveis novos investigados (Reclamação 43.479). Da mesma forma, o Ministro Luiz Fux: quando um meio de obtenção de prova é empregado com exclusivo fim de contornar uma proibição legal ou para realizar devassa na vida privada de investigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Coronel Cid, o senhor é realmente um preso político.

Nós vivemos no Brasil, hoje, perseguição política, democracia relativa, censura seletiva, arbitrariedades judiciais e a total quebra do Estado democrático de direito. Há um desordenamento jurídico geral, inclusive no escopo desta CPMI, que vem convocar o senhor sem o menor vínculo com o 8 de janeiro. Que esta CPMI volte ao seu escopo principal e perquiria aqui os vândalos, a responsabilização dos vândalos, das omissões das autoridades públicas do Governo Lula.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Delegado Ramagem.

Passo a palavra agora à próxima oradora inscrita, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigada. Eu vou ser muito rápida.

Primeiro, eu vou cumprimentar o Coronel, que está na Comissão, depondo. Eu precisava fazer esse registro e desejar, Coronel, que Deus o abençoe, abençoe sua família neste momento difícil. Quando tudo isso passar, que as verdades sejam trazidas, que esta Comissão conheça as verdades, mas que Deus o abençoe nesse momento difícil. E faço isso pela forma como o senhor sempre lidou comigo enquanto Ministra, enquanto servi ao Governo Bolsonaro.

Segundo: eu preciso registrar, Presidente, que eu fui o único voto, hoje, pela manhã, contrário à aprovação dos requerimentos em bloco. E por que fiz isso? Eu queria muito manifestar a minha preocupação com os demais colegas da Comissão.

Nos últimos requerimentos que nós aprovamos, nós quebramos sigilo de servidores da Presidência da República, e os requerimentos falam "o *e-mail* institucional", e isso me preocupa muito, e eu precisava compartilhar isso com vocês, porque a gente está expondo uma instituição, que é a Presidência da República. Que a gente tenha cuidado todas as vezes em que a gente for quebrar o *e-mail* institucional de uma instituição como a Presidência da República.

Presidente, eu acho que aqui na Comissão, além de mim, foi gestor já aqui o Izalci, eu acho que... A Deputada Jandira, não sei se foi gestora, mas a Deputada Laura foi gestora. Nos gabinetes de um gestor, os pedidos de socorro chegam. Imagine num gabinete de Presidência da República. As mensagens que chegaram nos *e-mails* desses servidores de que estão sendo quebrado o sigilo a partir de hoje... Por exemplo, colegas: nós estávamos vivendo um momento muito ruim lá no Afeganistão, e havia pedido de socorro aqui no Brasil, e muitos pedidos chegavam lá nos *e-mails* institucionais. Nós quebramos hoje sigilo de assuntos, inclusive,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possivelmente de segurança nacional e de soberania nacional. Então, eu dei o meu voto contrário porque eu precisava deste momento aqui para registrar a minha preocupação com as instituições.

Se a gente tivesse mesmo certeza de que se precisava da quebra desse sigilo, se a gente não foi nem convencido da quebra desses sigilos dos *e-mails* institucionais da Presidência da República... Eu precisava manifestar a minha preocupação.

Na sequência, Presidente, como eu sei que o Coronel não vai responder a nenhuma pergunta – e esta possivelmente é a nossa última reunião antes do recesso –, eu precisava chamar a atenção também dos colegas que estão investigando de que muitos documentos já chegaram à nossa Comissão, e a gente vai precisar ter uma atenção muito especial aos documentos que já estão chegando.

Nós temos os documentos que chegaram da Polícia Federal dando conta ao Ministério da Justiça de quão grave era a situação no dia 7. Esses documentos chegam ao Ministério da Justiça, pela Polícia Federal. Até printei aqui – passe rapidamente – os ofícios que são públicos, tá, gente? Está lá o Ofício 5, de 2003, que chega dia 7. E ali dão conta da gravidade da situação. E essa minha preocupação é porque...

Eu não tenho nenhuma procuração para defender o Ministro Dino. Não tenho. Eu tenho boa relação com ele. Enquanto fui Ministra, o Ministro Dino, Governador. Tivemos relações institucionais muito pacíficas. Inclusive, havia colaboração entre o nosso ministério e o Governo. E eu considero o Ministro Dino, Presidente, se não o mais inteligente de todo o Governo Lula, um dos mais inteligentes. E as informações que o Ministro Dino recebeu eram informações muito sérias, e a gente vai ter que prestar atenção nisso.

Quem está em volta do Ministro Dino que o levou a não tomar as decisões que precisavam ser tomadas? Esta Comissão está se debruçando sobre os atos de 8 de janeiro e aqui a gente tem um início de um caminho para a gente continuar a investigação, para a gente não se perder em tantas brigas aqui na Comissão, em tantos desentendimentos, mas a gente ir para o foco.

Não acredito que o Ministro Dino, tão inteligente como é, não teria tomado as decisões que precisavam ser tomadas no dia 8. Então, eu queria muito chamar a atenção da Comissão para os ofícios que já estão à disposição da gente, pra gente ler. É possível que o Ministro tenha incidido em erro, em omissão, mas não acredito que tenha sido uma decisão sozinha dele.

Então, registro aqui a minha preocupação.

E a gente agora, nesses próximos dias, a gente se debruçar na leitura, Presidente, dos documentos. Tem documentos preciosos que eu acho que vão dar muito norte à nossa Relatora,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e todos nós podemos ajudar a Relatora na leitura dos documentos, mas eu faço o registro desses dois ofícios que a Polícia Federal manda para o Ministro da Justiça, o Ministro Dino.

Está registrada a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – A Deputada Laura pode ir na minha frente. Eu vou depois.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Obrigada, Senadora, porque eu tenho uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A permuta...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Depois dela. A permuta, depois dela.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A permuta então... Está sendo permutado...

Então com a palavra, a Senadora Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Adorei "Senadora". (*Risos.*)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Bom precedente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É que, como já disseram aqui antes, V. Exa. tem toda a pinta de Senadora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas é só pinta, Presidente. Não tenho voto para isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Apesar da sua juventude e de o Senado exigir que tenha 35 anos, eu sei que V. Exa., com pouco espaço, mas já alcançou essa idade.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Quase lá. Quase lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe. Eu não ouvi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Outras permutas poderão ser feitas?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, da minha parte não há nenhuma...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Desde que esteja inscrito.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Desde que esteja inscrito. É óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Claro. Entre os inscritos, Deputado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Óbvio.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Isso é óbvio, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Porque aconteceu aqui de ter mudado com quem não estava inscrito.

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou começar não pelo depoente, mas só explicando que o Ministro Dino recebeu efetivamente um ofício e, a partir desse ofício, ele se comunica com o Governador Ibaneis. Exatamente por isto que houve a destituição do Governador, porque as providências não foram tomadas na velocidade que deveriam ser, mas não as providências do Ministro Dino; outras providências, do Governo do Estado do Distrito Federal.

Mas vamos à matéria mais importante, que é o recebimento hoje do Mauro Cid entre nós.

A Deputada Jandira perguntou a sua idade. V. Sa. não quis dizer, talvez porque está jovem ainda. Eu estou acostumada a dizer a minha porque eu estou velha.

Mas eu quero perguntar ao senhor primeiro: o senhor tem dois números de telefônicos, é isso?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Deputada, com todo respeito a V. Exa...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Obrigada pelo respeito.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – ... mas dentro das minhas considerações iniciais...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O senhor não vai responder que tem dois telefones.

Bom, mas o senhor tem dois números telefônicos. Aliás, o senhor faz um negócio bem interessante. O senhor manda de um telefone pro outro e faz assim o seu arquivo. E foi por isso, por conta desse arquivo que o senhor fez de um telefone para outro, que nós estamos aqui hoje. Se não fosse esse arquivo, talvez o senhor não estivesse aqui entre nós.

Então vamos... Vou fazer a primeira pergunta pro senhor.

Na sua primeira fala, o senhor disse que a única função, que a grande função que o senhor tinha é... Em sendo ajudante de ordens, o senhor era estilo um secretário executivo. Ai a pergunta é: um secretário executivo dá consultoria política e administrativa pro seu, vamos dizer, chefe maior?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Senadora, com todo respeito a V. Exa., mantenho as minhas considerações iniciais e intimamente entendo que, em razão do...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sem problema.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – ... escopo das investigações e orientado pelo meu...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Já sei, o senhor não vai responder. Perfeito.

Vamos continuar.

O senhor foi sócio ou é sócio ou alguém da sua família direta, ou seja, as suas filhas ou sua esposa, de alguma empresa citada em alguns dos inquéritos?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Excelência, com todo respeito, entendo a pergunta de V. Exa., mas, pra manter a coerência, eu não vou utilizar esse meio para me defender.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Perfeito. O senhor não vai falar. Já sei.

Agora eu vou ler para o senhor e para todos algumas transcrições da fala do Ailton Barros no seu telefone. Diz assim: "Conceito de operação. Então, hoje já é meia-noite e cinquenta e nove de quinta-feira, dia 15 de dezembro. É o seguinte... Então, entre hoje e amanhã, sexta-feira, tem que continuar pressionando o Freire Gomes para que ele faça o que ele tem que fazer". O que ele tinha que fazer? O que ele tinha que fazer? O que o Freire Gomes tinha que fazer? (*Pausa.*)

Já sei, o senhor vai responder que não vai responder. Só me diga se é isso. Não, só no microfone fala "sim", para depois eu não ficar doida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sim, o senhor não vai responder.

Vamos lá, vamos continuar.

Aí ele diz assim:

[...] Até amanhã à tarde, ele aderindo... Bem, ele faça um pronunciamento, então, se posicionando dessa maneira, para defesa do povo brasileiro. E, se ele não aderir, quem tem que fazer esse pronunciamento é o Bolsonaro, para levantar a moral da tropa, que você viu, eu não preciso falar [o português é meio assim, mas, enfim], está abalado em todo o Brasil: no agronegócio, nos caminhoneiros, no meio empresarial, no cidadão comum. Estamos todos quase jogando a toalha, né? Então, o que nós temos que fazer? Até sexta-feira, até amanhã, fazer um pronunciamento, ou Freire, ou Bolsonaro, de preferência o Freire Gomes. Aí vai ser tudo dentro das quatro linhas.

O senhor se lembra dessa fala? Só diga "sim" ou "não".

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Excelência, eu não vou usar esse... Para me defender, vou manter a coerência, seguindo a orientação do meu advogado...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Está certo, não vai responder. Perfeito, já entendi.

Aqui, entre os inqueritos – e aí o advogado também podia ajudar –, nobre Presidente, existe um deles que trata também... É o inquerito... Eu não tenho o número aqui. Mas trata também de corrupção de menores. O senhor tem ciência disso?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Com todo o respeito, Excelência, mantendo a coerência...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mantendo a coerência, o senhor não vai abrir a boca.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Sim, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Perfeito.

Pois é, mas o senhor, infelizmente, responde. E o mais grave de tudo, Presidente, é que essa corrupção, essas menores de quem se trata são as filhas dele. Isso é muito grave, porque, na verdade, o senhor não só, de alguma maneira, falsificou a sua vacina – e aí era um problema seu, assim como o da sua esposa, que pensava como o senhor, era um problema dela –, mas a de duas menores, porque, à época em que foi feita a vacina, a sua filha era menor, e a outra filha



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Mas eu não estou nem falando da filha do Bolsonaro, estou falando das filhas dele. Para mim, é mais grave ainda quando ele comete corrupção de menores com as filhas dele. É por isso que ele responde ao inquérito.

Então, o senhor não sabe que está respondendo, mas só para lembrar ao senhor que o senhor está respondendo. O senhor quer falar alguma coisa sobre isso? Não gostaria de estar respondendo a um inquérito por corrupção de suas próprias filhas?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Respeito o posicionamento da senhora, só que não...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Continue e vá até o final, porque eu quero ouvir tudo.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Respeito o posicionamento dado de V. Exa., mas reitero minhas considerações iniciais e intimamente entendo que, em razão do escopo das oito investigações que mencionei e de acordo com a orientação dos meus advogados e a ordem do *habeas corpus* que me foi concedido, vou utilizar o direito de permanecer em silêncio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Perfeito. Continue em silêncio.

O senhor frequentava os QGs e o senhor ali, o tempo todo, sabia o que queriam os manifestantes. Qual foi sua atitude? O senhor em algum momento percebeu que aquilo podia dar errado, que podia ser um caos, que podia acontecer o que aconteceu de quebrar o Congresso Nacional, de quebrar o Senado, a Câmara, o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e que isso era um dano ao Erário, o Erário que o senhor defende com a sua farda? Em algum momento?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Excelência, respeito o posicionamento, mas vou reiterar minhas considerações...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Perfeito.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – ... em razão do escopo das investigações a que sou submetido e vou continuar seguindo orientação dos meus advogados e, baseado em *habeas corpus*, me manterei em silêncio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Descumprindo decisão judicial, você devia complementar. Mas vamos lá.

O senhor... É verdade que no seu celular – resumindo, Presidente, eu estou tentando resumir aqui o que todos fizeram e perguntaram –, é verdade que no seu celular tinha temas como anulação das eleições, ou seja, aquela eleição em que todo mundo votou, que foi lá para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fila, pegou seu ônibus, pegou sua condução, chegou lá, conseguiu votar no Lula, no Bolsonaro, o senhor queria anular? Pelo menos é o que está escrito: as anulações. Segundo, o objetivo era uma intervenção militar? É isso? Será que um país democrático permite isso? Terceiro, a ideia era prender um ministro do Supremo Tribunal Federal? Mas o ministro de um tribunal federal, os ministros dos tribunais federais não são uma parte absolutamente importante da democracia? O Poder Judiciário?

Então, eu só queria entender se o senhor, de alguma maneira, quer contraditar algum desses temas? Só saber se o senhor quer.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Mantenho a minha posição em respeito a V. Exa.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Minhas considerações iniciais estão mantidas. Então, vou continuar seguindo a orientação dos meus advogados e permanecerei em silêncio.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Olha, eu queria, Presidente, até para ser justa, terminar com um comunicado. Todos aqui, a maioria de nós perguntou como é que o Mauro Cid estava, como depoente, vestido com a farda. Eu mesma, sinceramente, estranhei porque eu tenho um respeito enorme pelas Forças Armadas. Mas para o meu espanto, isso foi uma...

(Soa a campainha.)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... está aqui uma nota do Exército – eu me assusto com esse trem – uma nota do Exército que diz o seguinte: "O Centro de Comunicação Social do Exército informa que o Tenente-Coronel Mauro Cesar Barbosa Cid foi orientado pelo Comando do Exército a comparecer fardado".

Aí, Presidente, é que eu entendo menos, porque, se para mim isso foi assustador – e para vários dos Deputados e Senadores aqui que fizeram uso da palavra –, imaginar que ele recebeu a ordem para estar fardado... Eu só não entendi por que não deram a ordem para o coronel da semana passada. Qual é a diferença entre o coronel desta semana e o coronel da semana passada?

Enfim, Sr. Presidente, eu fico muito triste, porque, de alguma maneira, a gente não conseguiu contribuir para a CPI, mas quero avisar uma coisa: não faz diferença, porque todos os seus *e-mails*, todas as suas mensagens, inclusive as que você apagou, serão restituídas e entregues a esta CPML através do requerimento que nós aprovamos hoje.

Obrigada a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o próximo orador escrito, através de permuta com o Senador Marcos Rogério, o Deputado Marco Feliciano...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ela pediu... Não, é porque a Deputada Soraya...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, deixa eu explicar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, como é? Não é você. V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espera aí, espera aí, espera aí. Não, a Soraya não era antes da senhora.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Fiz essa concessão.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, Deputada Laura Carneira, a senhora é suplente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Então, são quatro titulares e uma suplente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Nem poderia falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Eu fiz a educada...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eram quatro titulares e uma suplente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está perfeito.

Veja só...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eram quatro titulares e uma suplente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, está certo, está certo.

É porque havíamos feito aqui uma orientação – deixa eu entender isso aqui – na vez passada de que já vinha a relação, colocando quatro efetivos e um suplente. Está sendo seguida essa regra?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não está sendo seguida.

Então, eu vou pedir ao Deputado Marco Feliciano que aguardemos, porque V. Exa. é um cavalheiro e sempre vai desejar que as mulheres estejam em primeiro lugar.

Portanto, passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Foi uma concessão, Presidente, mas eu também não sabia e não estava preocupada se era suplente ou não.

O.k., agradeço ao Pastor Marco Feliciano. *(Pausa.)*

Então, eu gostaria que retomasse...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Senadora Soraya Thronicke.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, todos os demais, Sr. Depoente e Srs. Causídicos, boa tarde!

Eu gostaria de iniciar perguntando ao depoente: Coronel-Tenente Mauro Cid, o senhor se declara inocente?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito, entendo a pergunta da senhora, de V. Exa., mas, para manter a coerência, não utilizarei esse espaço de fala para me defender. Em razão do escopo do que estou sendo investigado, seguindo orientação dos meus advogados e baseado em *habeas corpus*, vou fazer uso do meu silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir de agora, o senhor, se possível, pode consentir apenas com um o.k., para que não percamos mais tempo, com todo o respeito.

Eu fiz essa pergunta inicialmente porque a maioria das pessoas que estão sendo inquiridas e estão sendo investigadas se declaram inocentes. Isso é normal.

Eu gostaria de perguntar ao senhor: o senhor está sendo ameaçado ou coagido? (*Pausa.*)

O senhor não vai responder? (*Pausa.*)

O. k.

Eu gostaria de lhe perguntar...

Primeiro, quero lhe parabenizar pela troca de advogados. O seu advogado Rodrigo Roca, que foi o primeiro advogado, e hoje o senhor está com os causídicos Bernardo Fenelon e Bruno... Desculpa, doutor, eu não consigo ler o seu nome aqui. Mas, enfim, é difícil também falar Thronicke. Enfim, perdoe-me!

Eu gostaria de elogiar primeiro porque o senhor libertou-se de um primeiro advogado que nitidamente, na primeira entrevista coletiva que deu, esqueceu que o senhor existia, defendeu Jair Bolsonaro. Isso é esquisitíssimo! Para nós, que somos advogados, entendemos. Eu gostaria de saber – sei que o senhor não vai responder – se o senhor já representou na Ordem dos Advogados do Brasil contra esse advogado? (*Pausa.*)

Que é o melhor. Seria o correto, para que tenhamos sempre dignidade no exercício da advocacia, coibir atos como os do seu antigo causídico. Se não me engano, até mesmo o seu pai interveio para que trocassem de advogados. E o senhor contratou o presente escritório de advocacia, que é perito em delação premiada.

Nós achávamos que o senhor iria fazer uma delação. Eu ainda estou na esperança de ouvir essa delação. Inclusive o Sr. Bernardo Fenelon é especialista em delação premiada, tem livro escrito a esse respeito, mas também estudou em Salamanca, na Espanha, e teve aula sobre crimes de colarinho-branco, corrupção, crime organizado e – pasmem –, terrorismo. O senhor procurou os especialistas corretos para os crimes pelos quais o senhor está respondendo.

Partindo disso, nós precisamos entender... Eu iria perguntar se o senhor se declarava inocente, eu iria fazer a seguinte pergunta: por que calas se és inocente? Por que calas? Não precisa responder também.

Se o senhor quiser responder – responder de verdade –, o senhor tem até o direito de me interromper. Fique à vontade, porque eu não vou ficar nem um pouco chateada. Fique à vontade mesmo, ainda temos seis minutos e vinte e oito para o senhor falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre muitas reflexões sobre o silêncio no processo penal, eu vou destacar aqui dois juristas, Aury Lopes e Alexandre Moraes da Rosa, que dizem o seguinte: o silêncio do acusado é um tapa no conjunto da expectativa criada pelo julgador ou por quem está conduzindo as investigações. O exercício desse direito de silêncio é muito complexo e dele você tem que, muitas vezes, assumir riscos. Não raro se por em silêncio gera uma dimensão implícita do que se poderia dizer, daí a importância de se estudar os efeitos do silêncio no processo penal. Há um sentido – sim – no silêncio. Opera-se na lógica da costura imaginária ideológica do sentido ao silêncio. No solo fértil do silêncio, pode brotar tudo, absolutamente tudo, e o senhor não tem controle do que brota a partir do seu silêncio, dada a confusão entre o vazio e o nada. O senhor abre uma gama para que se deduza qualquer coisa e, dentre todas essas deduções possíveis, o senhor pode ser condenado. O senhor vai ser mais um que foi abandonado pelo antigo Governo.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta. Eu sei que o senhor não vai responder. Gabriela Cid confirmou aos policiais que utilizou um certificado falsificado pelo próprio marido. Nesse ponto, Gabriela Cid, sua esposa, mentiu em depoimento? (*Pausa.*)

Já sei, o senhor não vai responder. Então, o senhor diz que Gabriela Cid mentiu, a sua esposa mentiu, em depoimento, atuou contra o senhor, em defesa de Jair Bolsonaro! Daí se depreende, novamente, que há, sim, alguma coação, porque não é possível que a sua família entre... Não é possível que o senhor permita que a sua família seja exposta dessa maneira. O seu pai, seu irmão, dentre outras pessoas, estão completamente nesta teia de crimes que vocês estão assumindo pelo silêncio.

E eu quero terminar.

E eu quero dizer o seguinte: em uma recente entrevista à *Veja*, o ex-Presidente Jair Bolsonaro contou que considera o senhor como um filho. Mas o seu pai age como um pai. Seu pai vai estar sentado aí, sua esposa vai estar sentada aí, provavelmente seu irmão. Seu pai age com um pai aguerrido, procurando livrar a cria deste enredo no qual ele se meteu, um filho que lhe inspirava muito orgulho, e que deve inspirar. Ele não quer que o seu filho assuma sozinho.

Eu pergunto para o senhor: o senhor tem dois pais, o seu pai, o General Mauro Cesar Cid, e Jair Messias Bolsonaro. Qual é o pai que o senhor considera mais?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor não vai responder. Eu digo para o senhor... O senhor não precisa responder. O senhor considera Jair Messias Bolsonaro seu pai. O senhor nega seu pai, o senhor nega a sua família.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Por favor, Sr. Presidente, eu gostaria que me devolvessem o tempo...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – ... porque eu não vou aceitar gracinhas num momento tão sério como esse.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – É só não fazer piada.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – É só não fazer piada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A palavra é da Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Sr. Mauro Cid, o senhor nega o juramento que o senhor fez quando vestiu essa farda. O senhor nega o seu pai, o senhor nega a sua esposa, o senhor nega as suas filhas, o senhor nega o seu irmão. Nenhum deles está negando o senhor, a não ser Gabriela, que o entregou. A troco do que a Gabriela o entregou? O senhor está há 70 dias preso. A troco do quê?

E o senhor mentiu aqui, o senhor disse, dentre...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O senhor disse que, dentre as suas atribuições, o senhor esperava lá na sala de fora, o senhor esperava para fora. Mentira. Mentira! São tantas mentiras! Qual é o preço delas? A sua liberdade ou a sua vida?

O senhor conhece o Coronel Naime, da PM?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Senadora, novamente, em respeito a V. Exa...

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – O.k., vai dizer "não". O.k.

Gostaria de saber se o senhor tinha alguma relação de confiança com ele, se havia ajustado alguma coisa.

Enfim, nesta minuta de golpe que foi encontrada no seu celular...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (PODEMOS - MS) – Por incrível que pareça, eu só quero fazer um alerta aos Parlamentares que ficam aqui defendendo os golpistas: nós fomos completamente desconsiderados, eu acho que eles iriam destituir o Parlamento brasileiro, porque na minuta só é considerado, a partir do golpe, a partir das atitudes que seriam tomadas, das



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas que seriam tomadas, como nomeação de interventor, tudo delimitado, fixação de prazo para restabelecimento e tal, só se tratava do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Esqueceram completamente do terceiro Poder, dos freios e contrapesos. Nós seríamos destituídos, aqui não haveria mais nada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Passo, agora sim, a palavra, através de uma permuta do tempo, ao ilustre Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Senadores, Brasil que nos assiste, meu querido amigo Mauro Cid, por quem eu tenho muito respeito, eu sinto muito, lamento muito meu amigo estar sentado aí neste momento, sendo aqui achincalhado, xingado, acusado e, por um acordo feito com o seu advogado, ter ficado em silêncio. Eu sei que isso não está sendo nada fácil pro senhor.

Esta CPI ou esta CPMI já perdeu, no meu modo de pensamento, o seu norte. Nós já ouvimos aqui, Sr. Presidente, algumas pérolas. Nesta CPMI, já foi falado sobre Donald Trump, hoje foi questionado quem matou Marielle, questionaram até a carência de um grande amigo meu aqui, um Deputado. Se perguntou aqui a um coronel – e isso dito *ipsis litteris* –: "Coronel, qual é a sua patente?". Agora mesmo, a pessoa que me antecedeu disse que o depoente mentiu, sendo que até agora ele não disse nada, ele fez um voto de silêncio e está aqui seguindo à risca. Então, esta CPMI, eu acho, se tornou aquilo que a gente tanto temia: entretenimento. E eu espero que, daqui para frente, ela melhore muito.

A narrativa que tenta aqui ser construída é de que houve uma trama para se dar um golpe no país, um golpe feito com Bíblia e, eu vou dizer aqui sempre, feito com orações, um golpe feito com o cântico do Hino Nacional e as cores verde e amarelo o encabeçando. Esse é o golpe que aqui querem atribuir a inocentes e ao Presidente Jair Messias Bolsonaro. É claro que houve vândalos – vândalos –, e esses, sim, têm que ser punidos, mas não pessoas inocentes.

Aqui a nobre Relatora, pra mim, é relatora, é acusadora, é julgadora, já é executora, inclusive propagando *fake news* hoje aqui, Sr. Presidente. Hoje a Senadora falou *fake news*. Eu vou ler aqui um *print* que eu tirei, agora há pouco, do Instagram do jornalista Oswaldo Eustáquio. Ele publicou isso há três horas: "A Senadora Eliziane Gama, Relatora da CPMI do dia 8, precisa ser incluída no inquérito das *fake news*. Disse agora, carregando uma narrativa falsa de que eu me sentia abandonado pelo Presidente Bolsonaro. Diferente da fala da Senadora, sou soldado,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca me senti abandonado". Mas a Senadora usou aqui o nome dele e citou... Talvez seja a advogada dele, eu não sei. Então, esta CPMI tem tomado esse norte aqui, não é?

O depoente está aqui por causa de mensagens em celular. E eu fiz questão de buscar aqui na história, porque a história e a internet não perdoam, não é? Vou pedir aqui, inclusive, *data maxima venia*, porque vou citar uma pessoa que está aqui, mas eu tenho certeza de que ela vai compreender. Veja só, quanto a colocar palavras em mensagens de celular, pra mim não há crime nenhum nisso nem há fato imoral. Imoral foi ordenar tornar público, exhibir as mensagens privadas, violando a Constituição, no seu art. 5º, inciso X, pois a intimidade e a vida privada são invioláveis.

Vale lembrar aqui que, em 2016, o mesmo STF, que ordenou dar publicidade às mensagens do celular do depoente, mandou tornar sigilosa conversa de Dilma e Lula. O Relator desse processo da Lava Jato era o Ministro Teori Zavascki. Ele acatou essa decisão que veio da PGR e tornou as mensagens que até então eram públicas fechadas. O mesmo STF, que manda liberar as mensagens do depoente, mandou guardar as mensagens de Dilma e de Lula. Então, tem uma... De fato, a democracia neste país é relativa. Há uma democracia para esquerda e há uma democracia para direita. Tudo para os amigos e os *hermanos*, e para os outros, nada.

Eu quero terminar aqui, Sr. Presidente, dando voz a um brasileiro, e eu queria que todos prestassem bastante atenção, e como eu queria que o som fosse bom, porque ele está indo e cortando aqui para mim, sem retorno.

Nunca o Brasil viu uma infâmia tão grande quanto as prisões políticas em massa feitas pelo STF.

Não há hoje no Brasil um escândalo que possa se comparar, em matéria de sordidez, de perversidade e de pura e simples violação maciça da lei, com o campo de concentração montado há seis meses em Brasília pelo [...] [Judiciário]. É a pior, mais extensa e mais prolongada agressão à Constituição Federal, ao Código Penal, às leis processuais e aos direitos essenciais do cidadão que jamais foi cometida na história do Brasil – nenhuma tirania, militar ou civil, durante a Colônia ou a República, cometeu uma infâmia tão maligna quanto a que está sendo cometida com as prisões políticas em massa feitas no dia 8 de janeiro, ou mesmo depois, pelo Poder Judiciário.

São, sim, prisões políticas, apesar do vasto esforço feito para escondê-las como atos de "defesa da democracia". É simples: se as prisões só são mantidas porque os carcereiros usam a força armada para violar de maneira sistemática as leis em vigor no país, então elas são políticas. As pessoas não estão presas porque a autoridade pública conseguiu provar que cometeram crimes. Estão presas porque o regime, tal como ele é hoje, quer que fiquem presas. São inimigos políticos; têm de ser castigados. É assim que se faz nas ditaduras. É assim que se faz no Brasil de hoje. [...]



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse escândalo gera um outro escândalo – o silêncio, pusilânime ou cúmplice, com que está sendo ocultado no mundo e no Brasil. Lá fora denunciam, com horror, a “destruição da Amazônia pelo agronegócio” e outros delitos imaginários. Sobre as prisões políticas em massa, não se diz uma palavra. Aqui dentro [do Brasil] é pior. Salvo a *Gazeta do Povo*, que cobre os fatos com profissionalismo, respeito à técnica jornalística e destemor, e mais algumas poucas exceções, a imprensa brasileira não diz nada, ou praticamente nada, sobre os horrores da Papuda. É como querer encontrar, no *Pravda* da Rússia soviética, notícias sobre os campos de concentração para presos políticos. Mais: a mídia não apenas esconde os fatos do público, mas quando diz alguma coisa a respeito é para ficar a favor dos atos de repressão. É um momento único na história da imprensa brasileira – os jornalistas são hoje os defensores mais indignados da perseguição política e da violação às leis pelas polícias do STF. O mundo político também se cala; está fixado nas suas emendas do orçamento, e outros interesses do mesmo tipo. [...]

Pior de todos é a Ordem dos Advogados do Brasil, que tem o dever mínimo de dar apoio aos advogados, quando as suas prerrogativas legais são rasgadas em público, e o direito de defesa dos cidadãos é eliminado pelo STF. A OAB já foi notificada cinco vezes pelos advogados dos presos a respeito das ilegalidades seriais cometidas contra seus clientes. Não respondeu nada até hoje [Sr. Presidente]. Está contra os advogados e a favor dos carcereiros.

As vítimas, enquanto isso, seguem sendo massacradas. Há 250 presos no presídio da Papuda; no total, foram detidas cerca de 2.000 pessoas, muitas delas sofrendo hoje a tortura legal das tornozeleiras eletrônicas. É um cenário de pesadelo. Os presos foram denunciados, mas nenhum deles é réu, e nenhum deveria estar sendo julgado pelo STF, e sim pela Justiça comum. Já estouraram todos os prazos para que possam estar detidos. Quase todos são acusados primários, que pela lei tinham de estar soltos há muito tempo.

Há pessoas que foram presas depois das depredações de 8 de janeiro – uma, pelo menos, chegou a Brasília no dia seguinte. Entre os presos, há um homem com câncer, uma senhora de 70 anos e mães com crianças menores de idade. Recebem uma assistência médica miserável – não têm acesso real aos remédios de que precisam. No caso dos diabéticos, estão morrendo aos poucos dentro de suas celas. As denúncias não são individualizadas, e não se apresentam provas da conduta delituosa dos presos; são acusados em lotes [Sr. Presidente].

O [...] [Judiciário] diz que tem de ser assim mesmo, como ocorre, segundo ele, nos crimes de rixa – mas os presos (descritos pela imprensa como "golpistas" ou "terroristas", embora não tenha acontecido nenhum golpe ou ato de terror) estão sendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusados de "associação criminosa armada" e "golpe de Estado". Que armas? Não foi apreendido nem um estilingue. É o pior momento da Justiça brasileira.

Esse texto é de J. R. Guzzo, um grande jornalista brasileiro.

E eu peço desculpas aqui ao grande jornalista Guzzo, porque eu omiti aqui, na fala sobre o seu texto, os nomes próprios, que ele deu aqui, de juízes. E fiz isso com medo de ser punido, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu, Deputado Federal, medo de ser punido; citar nome e ter um alvo nas minhas costas. Não medo de ser punido eu, porque eu não tenho medo de ir para cadeia ou de pagar por qualquer coisa que seja; medo de tocarem na minha família, de tocarem na minha esposa, nos meus filhos, nos meus fiéis, na nossa Igreja, porque o Estado democrático de direito no Brasil foi abolido.

Cid, que Deus te dê força! Com você estão as minhas orações, as orações da minha família e as orações de um país que sabe que hoje você está sendo julgado, mas um dia você ainda vai ser considerado herói.

Que Deus te abençoe!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Da condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – O senhor pediu que a gente não fizesse nenhum tipo de humor, sarcasmo ou deboche na fala dos Parlamentares – inclusive, eu tenho tentado muito seguir essa orientação do senhor. Contudo, mesmo tentando não rir dos Parlamentares, na fala do Marco Feliciano, a Jandira e a Duda fizeram alguns sorrisos, alguns deboches. Então, eu peço para o senhor que todos fiquem tristes e que ninguém sorria na fala dos Parlamentares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o próximo orador inscrito...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, que absurdo isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... Deputado Aluisio Mendes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É um absurdo esse tipo de comentário. Eu fiquei absolutamente...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve nas minhas colocações, mas eu queria fazer algumas citações aqui.

Primeiro, a tristeza de ver um oficial da estirpe do Coronel Mauro Cid sentado nessa posição. O mesmo disse – peço aqui à colega Jandira e ao Brunini que me deem condição de continuar a minha exposição. Por favor, tá, Jandira? Obrigado. Obrigado, Jandira – da minha tristeza de ver um oficial da estirpe do Coronel Cid, como falei também do Coronel Lawand.

Eu aqui peguei algumas informações sobre a carreira do Coronel Cid: Oficial brilhante na Aman, 01 no curso de Comando de Estado-Maior do Exército, Forças Especiais e Comando, quer dizer, quem conhece a história do Exército – um Oficial com essas credenciais, fala quatro línguas fluentemente – não tem dúvida nenhuma de que o futuro do Coronel Cid e do Coronel Lawand, sem dúvida nenhuma, seria o generalato. E essa carreira se encerra a partir desse momento. E isso é muito triste, Coronel Cid, não é?

Eu falo aqui com conhecimento de causa – talvez entenda a posição de V. Sa.: eu ocupei, durante mais de dez anos, uma função muito assemelhada à sua, como ajudante de ordens e secretário particular de um ex-Presidente da República – por mais de dez anos. E sei que essa função, muitas vezes, como você explicou aqui, nos leva a decisões e a atitudes inerentes à função, à proximidade, à intimidade que se estabelece a partir dessa convivência. E, em todas essas que vi citadas aqui como atitudes suas, me vi também exercendo as mesmas funções. Muitas vezes recebemos informações, documentos totalmente abilolados e não passamos à autoridade por totalmente falta de condição de passar aquele documento. Levamos a eles o que é importante, o que é essencial, o que a nossa função sinaliza para fazer.

Tenho certeza – e aqui é uma condição pessoal – de que essas elucubrações de golpe, de estado de sítio que chegaram até o seu conhecimento através do celular ou de outras formas – acredito – o senhor não levou ao Presidente, até porque eram coisas absurdas, que não condizem com a nossa Constituição e o Estado democrático de direito. Mas, sem dúvida nenhuma, existem outras razões para que o senhor esteja sentado aí. A essas razões cabe à Justiça se aprofundar e provar, verdadeiras ou não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acho absurdo é que um oficial do Exército, com domicílio registrado, nas atribuições que o Exército lhe atribui, está preso até hoje, por supostamente – isso a Justiça vai dizer se é fato ou se é versão – ter falsificado um cartão de vacina.

Temos observado, nos últimos tempos, até de maneira muito assustada, decisões dos tribunais superiores colocando traficantes presos em flagrante, com toneladas e toneladas de drogas, devolvendo bens apreendidos adquiridos com esse tráfico de drogas, por decisões que têm assustado a sociedade brasileira... E vemos hoje um oficial do Exército, da ativa, preso preventivamente, por supostamente – digo supostamente, porque acho que a Justiça vai chegar à conclusão se o senhor é culpado ou não – ter falsificado um cartão de vacina. Tempos estranhos esses.

Não tenho dúvida nenhuma de que o senhor como o Coronel Naime são presos políticos. O senhor poderia estar cumprindo medidas como tornozeleira eletrônica, proibição de sair da sua residência, mas preso preventivamente há quase 70 dias, ou mais de 70 dias, por supostamente – digo supostamente, não conheço os detalhes do inquérito – ter falsificado um cartão de vacina.

Nós precisamos realmente, e aqui eu falo com os colegas da base do Governo, nos debruçar sobre isso. A esquerda, durante muito tempo, e até justificadamente, questionou as prisões ocorridas no regime militar. Muitas delas sem fundamentação jurídica nenhuma. E corretamente fez isso. Será que nós não estamos vendo uma inversão de valores aqui também? O senhor preso preventivamente há mais de 70 dias, sendo oficial da ativa, com residência fixa no país, sem nenhuma possibilidade de fugir ou de evasão, há mais de 70 dias cumprindo essa prisão.

Eu acho que chegou a hora de a gente botar a mão na consciência e verificar o que está sendo justo, o que está sendo injusto, o que é correto, o que é incorreto. Mas o que aqui me causa uma profunda tristeza é ver dois brilhantes oficiais... No caso do Coronel Lawand, não. Eu acho que ele, sim, fez por merecer as punições que caberão a ele. Não pode um oficial do Exército sentar nessa cadeira onde o senhor está hoje e negar o que está escrito, o que ele escreveu, e tentar dar uma versão diferente daquilo que nós lemos. É minimizar a inteligência dos Parlamentares aqui presentes. Mas, no seu caso, não.

Acho que a sua estratégia foi exatamente a que eu tomaria se estivesse no seu lugar, porque o que for dito aí, aqui nesta CPI, não tem fé de ofício. Tudo o que o senhor dissesse aí iria ser deturpado e tomaria um viés diferente. Por isso acho correta a sua decisão. E aqui levo à sua família o meu sentimento de tristeza por um oficial com essa história, com essa formação e com um futuro brilhante que se avizinhava ver aqui hoje encerrada a sua carreira no Exército Brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as minhas palavras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de iniciar a minha fala, porque a estratégia do Coronel Mauro Cid de ficar em silêncio é legítima do ponto de vista jurídico, é um direito constitucional, mas eu queria chamar atenção para o que foi dito. De verdade, tem algo que ele disse e que, na minha opinião, merece muita atenção, porque veja, Senadora: qual foi a resposta do Mauro Cid a todas as perguntas feitas até esse momento? Um parágrafo que cita um direito constitucional, a assessoria técnica da defesa em ficar em silêncio, correto? Não foi isso que ele disse até agora?

Mas, quando foi dada a palavra a ele, no momento inicial, quando ele tinha 15 minutos, ele disse somente isso? Não. Ele poderia ter dito somente isto, que foi a conduta permanente ao longo de todo o depoimento: "Ficarei em silêncio por conta da assessoria técnica, meu direito de defesa, previsto constitucionalmente, com base em um *habeas corpus*". Mas repararam que, na primeira fala dele, quando ele tinha liberdade de falar, antes das nossas perguntas, ele não se ateve apenas a esse texto? O que ele disse antes disso, lido de forma objetiva, foi preparado e foi escrito? Ele disse que não estava na esfera das funções dele apreciar e emitir opiniões. Eu insisto: ele poderia não ter dito isso, mas quis dizer, escreveu o texto. Isso é um recado, está dizendo alguma coisa.

Além disso, ele diz no texto inicial dele a ideia de encaminhar a setores competentes. Ele poderia não dizer isso, mas ele disse.

Então, eu quero hoje valorizar o que foi dito, porque o resto foi a repetição de um direito constitucional que de fato ele tem.

Então, nesse texto inicial dele, aparentemente só formal, sem nenhuma sinalização ou sentido a mais, na minha opinião, ele se coloca dentro de uma hierarquia, ele reconhece os limites e as competências da sua função, que era de ajudante de ordens de quem? Bolsonaro. Ele inicia dizendo que ele era um ajudante de ordens e que determinadas coisas não estavam na esfera dele – de apreciação, de opinião – e que ele encaminhava.

Então, vamos lá! Se tem uma investigação apontando que tem minuta de golpe no celular dele – e obviamente ele sabe disso –, se tem uma investigação apontando que tem fraude no cartão de vacinação de Bolsonaro – obviamente ele sabe disso –, ele sabe do que ele é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigado, ele sabe os crimes aos quais ele está respondendo. E, no início do depoimento dele, ele diz: "Eu era apenas um ajudante de ordens".

Na minha opinião, esse texto inicial está dizendo o que ele acredita que hoje ele pode dizer. Na minha opinião, o texto inicial está dando um indicativo do que ele poderá vir a dizer, porque, eu insisto, ele não chegou aqui e disse: "Boa tarde, Excelências. Ficarei em silêncio, de acordo com a previsão constitucional". Tem dois parágrafos anteriores em que, de forma técnica e objetiva, ele lembra qual era a função dele, qual era o lugar dele dentro de uma hierarquia.

Ora, se a investigação comprovar que houve crime cometido por Mauro Cid, ele hoje acabou de nos dizer, nos dois primeiros parágrafos, que ele não estava sozinho, que ele estava dentro de uma hierarquia e que ele não tinha nem o poder de ir além daquilo.

Então, na minha opinião, o que passou despercebido tem valor em termos de investigação. Fora o contexto: a relação histórica com Bolsonaro, pessoal e política; fora o contexto minuta de golpe no seu celular. Mas, além desse contexto, Duda, eu realmente prestei atenção na leitura inicial do Mauro Cid, quando ele faz questão, voluntariamente, de dizer para nós: "Eu fazia parte de uma hierarquia; fora disso, não é competência minha". Ora, se a investigação concluir que há crime cometido por ele, esse primeiro parágrafo de hoje se torna fundamental, porque ele está dizendo para nós: "Não estou sozinho, não tinha competência de ir além disso, eu estava cumprindo ordens". Talvez o parágrafo inicial dele hoje seja histórico. Do jeito que ele pôde dizer, ele disse: "Estava cumprindo ordens". Ora, se nós descobirmos que essas ordens eram criminosas, ele estava cumprindo ordens de quem? Eu acho que ele mesmo nos deu a resposta: ajudante de quem? Submetido a quem? Cumprindo ordens de quem? Valorizo muito os dois primeiros parágrafos aparentemente formais. Poderia dizer: "Boa tarde, ficarei em silêncio". Não: "Boa tarde, eu era só um ajudante de ordens". Isso tem sinal! Na minha opinião, isso tem recado. Na minha opinião, isso entra como material. Na minha opinião, vamos em frente com isso.

Mas, na parte final, tem uma outra questão que nós precisamos abordar com a sociedade brasileira: a relação com as Forças Armadas. Porque fica uma ideia de uma associação pró-Forças Armadas do bolsonarismo, como se nós fôssemos contra, mas nós estamos diante de um Coronel, que está fardado e que, ao que tudo indica, fraudou uma carteira de vacinação. E, numa conversa com o Coronel Lawand – nós não podemos esquecer isso –, está escrito lá que Bolsonaro disse, segundo o Mauro Cid, que ele não confia em quê? Não confia – a Jandira falou isso textualmente – no Alto Comando do Exército. Então, eu quero chegar aqui a uma conclusão importante – eu estou falando, e não perguntando, porque já sei de antemão que o Mauro Cid não responderá. Eu quero quebrar essa ideia. Eu quero poder dizer que fica comprovado que determinadas ações criminosas envergonham o Exército e que, segundo o texto verificado no celular do Mauro Cid, Bolsonaro não confiou no Alto Comando do Exército para dar consequência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a um golpe contra a democracia. Então, nós temos que afirmar para a sociedade brasileira, se continuar nesse caminho de investigação, que o Alto Comando de fato não quis e que a relação também não é tão boa e confiável entre esse setor e as Forças Armadas, que devem de fato cumprir um papel de defesa da democracia, da legalidade, perfeitamente falando.

E, para terminar, Sr. Mauro Cid, o senhor é Tenente-Coronel, tornou-se ajudante de ordens, nessa situação submetido a Bolsonaro. Mas eu queria poder dizer o seguinte: concordo com a linha do Deputado Rubens Júnior. Defender-se agora, na minha opinião, é dizer a verdade sobre todas as pessoas que participaram disso, porque o senhor está deixando de ser – abro aspas para o Rubens Júnior – "fiel assessor para bode expiatório". Na minha opinião – posso estar equivocado do ponto de vista jurídico –, quanto mais responsabilidade sobre o senhor, maior a sua pena; quanto mais o senhor reconhecer que houve uma arquitetura política e coletiva, por uma dimensão de proporcionalidade, menor a sua pena.

E o bolsonarismo... Eu quero terminar com isto: na minha concepção, existe direita, existe conservadorismo, como a Duda muito bem descreveu, e existe uma outra coisa chamada bolsonarismo, que a gente vê nos bastidores aqui, no plenário. É glorificação do ódio, é sarcasmo, é ironia, é desprezo completo à dignidade do outro, é riso diante do sofrimento humano, é uma lacração intencional na busca por autopromoção a partir do ódio deliberado contra o outro. O bolsonarismo faz da violência política e da política violência no microfone e fora do microfone.

Então, essa lógica cruel não vai ter compaixão do senhor, não vai defender o senhor; pelo contrário, vai comemorar...

(Soa a campanha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... toda a responsabilidade em cima do senhor, porque é da lógica do bolsonarismo a ausência completa de solidariedade, compaixão, sensibilidade, amor ao próximo. É a violência como política e a política como violência.

Nesses últimos 40 segundos, eu gostaria de manifestar a solidariedade à companheira Erika Hilton. Eu jamais compararia uma frase tipo "a pessoa que está chamando atenção está carente" com crime tipificado em lei de homofobia. Não dá para comparar. E, neste país, muitas pessoas são assassinadas por crimes de ódio, de homofobia e de transfobia. Isso machuca, isso entristece, isso promove sofrimento e, lá na ponta, isso estimula ações de violência e produção da morte.

Nós poderíamos divergir, trocar ideia, pensar diferente, mas a extrema-direita é a promoção do ódio e da morte. Solidariedade à Erika.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo orador inscrito, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Coronel Cid, o senhor recebeu pressão da Relatora para que pudesse fazer uso da palavra nesta CPMI?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito ao posicionamento, à pergunta do senhor, eu vou manter minhas considerações iniciais...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – ... manter a minha coerência e permanecer em silêncio.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu faço essa pergunta, Sr. Presidente, porque é com o que nós temos que tomar cuidado nesta Comissão. A imprensa noticiou, desde ontem, que "Relatora da CPMI vai convocar sessão extraordinária caso Mauro Cid fique em silêncio". "CPMI pretende usar esposa de Mauro Cid como elemento de pressão". Nós não podemos admitir isso nessa CPMI.

Você sabe por que está preso, Coronel?

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID – Deputado, mantenho o meu posicionamento, baseado no meu *habeas corpus* e na orientação do meu advogado para permanecer em silêncio.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Exa. está preso porque V. Exa. não é traficante, porque, se fosse traficante, já tinham te soltado – eu não tenho a menor dúvida disso.

Saiu recentemente, Coronel Cid, matéria na *Veja*: "Em documento sigiloso, vice-PGR, [Sra.] Lindôra Araújo, dispara contra Moraes e [...] [Polícia Federal]". Nessa matéria, Srs. Deputados e Senadores, eles citam o parecer da Procuradoria-Geral da República em que a Dra. Lindôra disse que não há razão para a sua prisão preventiva, prisão preventiva essa em que V. Exa. está preso há mais de 70 dias, que não há razão, inclusive, porque não foi solicitada pelo Ministério Público.

Ela cita também os inquéritos, Senador Moro, inquéritos promovidos pelo Ministro Alexandre de Moraes, que, como bem disse o Senador Magno Malta, parece um estômago de elefante, porque cabe tudo. O inquérito das *fake news*, que foi aberto, Deputada Jandira, em 2019 e até hoje não tem denunciado, não tem arquivo, há quatro, cinco anos o inquérito existe, e se recusam a compartilhar o inquérito com a CPMI... E esse é apenas um dos inquéritos.

Depois teve o inquérito dos atos antidemocráticos, que ele arquivou e abriu um igual, o das milícias digitais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é dentro desses inquéritos que nunca têm fim – e que se recusam a compartilhar, Sr. Presidente, com esta Comissão – que foi feita essa ilegalidade da prisão preventiva do Coronel Cid. E a Procuradora-Geral da República, a Sra. Lindôra, ainda fala e coloca no seu documento a "pesca probatória".

E eu quero dialogar aqui com os meus colegas que são do Governo, mas que são juristas – Deputado Rubens, por exemplo –, porque, em janeiro deste ano, saiu matéria no *site* Metrôpoles, que está aqui, e essa matéria do *site* Metrôpoles relata que o Sr. Ministro Alexandre de Moraes, no dia 12 de dezembro, quebrou o sigilo telefônico, o sigilo telemático, pediu a localização das antenas e pediu registros de ligações desde 2017 – desde 2017. Mas de quem que ele pediu tudo isso, Senador Cleitinho? Ele pediu de oito pessoas, oito investigados, mas estendeu, Senador Esperidião Amin, para quaisquer pessoas que tenham dialogado, conversado com essas oito pessoas. Ou seja, é um elefante branco: qualquer pessoa pode ter o seu sigilo telemático – telefone – quebrado em decorrência dessa decisão do Ministro Alexandre de Moraes.

Então me parece, senhores advogados do Coronel Cid... Eu não posso afirmar categoricamente, até porque os inquéritos não são disponibilizados com esta Comissão, mas me parece que essa prisão para averiguação do Coronel Cid é uma tentativa de lavar as provas obtidas de maneira ilegal dentro dessa decisão do Ministro Alexandre de Moraes de janeiro.

Aí prendem o Coronel Cid, ameaçamos a sua família, proibem as suas visitas e apreendem o seu celular, para lavar as provas que já tinham obtido por essa decisão de janeiro. Repito, eu não posso afirmar isso com todas as letras, Senador Girão, mas é o que me parece, e eu tenho direito de achar isso até que se prove o contrário. Os inquéritos não vieram aqui, os inquéritos não foram compartilhados com esta Comissão.

E aí, Sr. Presidente, dentro de um dos inquéritos em que o Coronel Cid é investigado, assim como eu... Eu quero falar aqui abertamente para todos os Deputados e Senadores e até pedir a V. Exa., Sr. Presidente, para que a gente possa tomar providências em relação a esse inquérito. Se me permite, vou ficar em pé para mostrar os documentos para vocês.

Eu fui Relator da PEC do voto impresso, Rubens – eu fui o Relator da PEC do voto impresso. Nessa PEC, nós aprovamos, Deputado Eduardo, um requerimento, pedindo à Polícia Federal todos os inquéritos que versassem sobre a invasão de urnas eletrônicas. Esse requerimento foi aprovado por unanimidade. Os Deputados do PT aprovaram, assim como os Deputados do PL ou do PSL naquele momento, todos aprovaram. Com base nisso, eu, como Relator, encaminhei ao Superintendente da Polícia Federal esse documento, Senadora Eliziane Gama, solicitando a cópia do inquérito, com base no requerimento que nós aprovamos por unanimidade na Comissão. E, no requerimento que eu envio ao Superintendente da Polícia Federal, eu ainda tomo a cautela, orientado pela assessoria desta Câmara dos Deputados, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescentar a Súmula 14, do Supremo. Digo o seguinte: "Alternativamente, caso o franqueamento de amplo acesso ao teor do inquérito em questão prejudique os andamentos das investigações, requer-se a concessão parcial de cópias, devendo ser excluída apenas a parte de diligências ainda não cumpridas".

Pois bem... Mandamos esse ofício ao Superintendente da Polícia Federal, e eu recebi a resposta, o *e-mail* do Delegado da Polícia Federal, dizendo o seguinte: "Encaminho a V. Exa. a cópia integral dos autos do inquérito policial". Está aqui.

A Câmara dos Deputados, a pedido da Comissão Especial, recebeu o inquérito em questão.

Quando nós recebemos esses documentos, eu imediatamente encaminhei ao Presidente Arthur Lira. Está aqui o ofício encaminhando ao Presidente Arthur Lira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Que inquérito?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O inquérito a que eu me refiro é o inquérito de 2018, que investiga supostas invasões em 2018.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – De 2018?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Exatamente.

E aí nós discutimos e debatemos isso publicamente na Comissão Especial. Era fato público. Pasmem vocês: o Ministro Alexandre de Moraes abriu o inquérito para investigar o Coronel Cid, a mim e o Presidente Bolsonaro.

O Delegado responsável pelo inquérito, Deputada Jandira, foi prestar depoimentos. E, no depoimento do Delegado Victor Feitosa, ele diz, com todas as letras, categoricamente, que o inquérito não estava sob sigilo. A sindicância aberta pela Corregedoria da Polícia Federal afirma nesse documento que o inquérito não estava sob sigilo – essa é a conclusão da sindicância.

A Câmara dos Deputados, a Procuradoria Parlamentar então juntou ao inquérito esse parecer, dizendo que existem dois atos da Mesa da Câmara dos Deputados que disciplinam o recebimento de documentos. E, com base nesses dois documentos, a Câmara dos Deputados recebeu o inquérito sem qualquer anotação de sigilo para qualquer Deputado e Senador que pudesse pegar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – E o Senado também recebeu.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – E a Procuradoria da Câmara ainda conclui dizendo que esse inquérito em que o Coronel Cid e eu estamos, junto com o Presidente Bolsonaro –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria da Câmara dos Deputados –, é um abuso de autoridade a continuidade desse inquérito.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – Não existe isso no Brasil não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Depois disso, o Procurador-Geral da República (PGR) pede o arquivamento, com base em tudo isso que eu falei agora, e, mais, ele cita normativas internas da própria Polícia Federal e conclui que o inquérito não estava tramitando dentro do sistema da Polícia Federal, em que tramitam inquérito sigilosos.

Esse pedido de arquivamento do Procurador-Geral da República, o Aras, é de 17 de fevereiro de 2022. Desde então nós estamos aguardando, em berço esplêndido, o Ministro Alexandre de Moraes arquivar esse inquérito.

Então as estratégias são as mesmas, é a pesca de provas. Eles chegam, Deputado Feliciano...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... com a narrativa pronta e, aí, com base nisso, tentam selecionar provas para corroborar com as conclusões a que eles já chegaram antecipadamente.

Então, Sr. Presidente, não é minimamente razoável que uma pessoa esteja presa há 70 dias por falsificação de documento público. Eu não quero... Dialogando aqui com os Deputados, não é possível que alguém, em sã consciência, ache normal uma pessoa presa preventivamente... Qual que é a razão da prisão preventiva? O Coronel Cid vai continuar falsificando atestados de vacina, sendo que nem é mais necessário atestado de vacina para entrar em nenhum lugar?

Então, não há razão de ser a prisão preventiva do Coronel Cid, a não ser corroborar com uma conclusão antecipada a que eles já chegaram lá atrás e que querem, mediante essas prisões, que são torturas, simplesmente fazer valer uma narrativa que, pouco a pouco, nós estamos vendo que é uma narrativa mentirosa.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha fala inicial, Presidente, eu fiz questão de dizer que o Coronel Cid não falaria nada e acrescentei que, não falando, nós iríamos pedir a quebra do sigilo bancário e telefônico, e V. Exa. me disse que precisaríamos aprovar um requerimento. Desde já, o meu requerimento está apresentado.

Mas não poderia eu deixar de, nesta sessão, fazer um registro: que lealdade canina a deste Coronel! Lealdade ao chefe, lealdade ao comandante, lealdade àquele que ele não distingue como pai ou amigo pela ligação que os une. E aí, Coronel, eu faço questão de dizer que V. Exa. galgou mais um posto, um posto de lealdade e de correção tão difícil hoje. V. Exa. foi testemunha de muitas coisas, ouviu muito e se nega a falar.

Setenta dias de prisão! Isso não lhe intimidou. E, pelo que vejo, podem vir cem, cento e cinquenta... V. Exa. não vai incriminar quem V. Exa. sabe que foi o grande responsável.

Presidente Arthur, a frustração do golpe está evidente. O golpe foi frustrado. Os armadores do golpe estão frustrados e silentes, nada dizem, porque aí está o Governo deslanchando, baixando o dólar, melhorando a condição do povo que mais precisa. E, nesta terra, no Brasil, já se respiram novos ares.

Nós temos hoje, nesta sessão, a condição de dizer que este Governo tem superado as expectativas. E tenho certeza de que, em breves dias, nós estaremos aqui a comemorar vitórias, avanços, e até a autoestima do povo brasileiro vai estar elevada, Presidente Arthur.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que o Coronel já merece uma promoção: a promoção da lealdade e da correção, porque não vai abrir nem delatar ninguém daqueles que comandaram tudo isso de que nós fomos vítimas.

O Brasil vai ser testemunha do quanto o povo brasileiro sofreu e quem está ajudando o Governo, nesse momento delicado, a vencer as etapas, trazendo dias melhores para a nossa terra.

Muito obrigado, Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Senadores. Era essa a colocação que eu queria fazer.

Desde o primeiro momento eu disse que o Coronel não falaria, e aí está a grande prova, Presidente. O Coronel não falou nada, apenas disse que estava no direito constitucional, e nós, brasileiros, estamos aqui até para elogiá-lo pela lealdade e pela correção com o seu patrão, com o seu chefe.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Paulo Magalhães.

Com a palavra o próximo orador inscrito, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados e Deputadas, Coronel Cid, amigo Coronel Cid – continuo chamando de amigo –, tudo que aqui foi colocado, se eu tivesse condições de coletar, quem sabe eu faria um discurso altamente repetitivo, mas rico, porque ideias diversas foram colocadas aqui.

Muitos queriam esta CPI, como nós; outros, não; nem assinaram a CPI. Mas está mais do que claro, você está dentro dos seus direitos constitucionais, em requerer o direito, porque pesam sobre você desde o cartão de vacina até as acusações – em que pesem mexer no seu coração de pai – citando as suas filhas, de uma forma desnecessária, absolutamente desnecessária. E sei que a sua família está assistindo em casa, e sei que quem está deste lado de cá, da bancada, está na desvantagem; quem está do lado de lá esta na vantagem e fica valente do lado de lá, fica valente.

Mas quero dizer a você que existem dias difíceis, mas existem coisas aqui, Nikolas, que se colidem, porque existem dias difíceis, mas existem "G. Dias", e a mira na verdade é o mais próximo do Presidente.

Você foi mirado porque você é o ajudante de ordem e você colocou o seu procedimento no começo, procedimento que eu presenciei, você, como ajudante de ordem do Presidente da República, e realmente essa é a função. E quando as pessoas, os misericordiosos que aqui estão, os samaritanos, apelam para o seu sentimento e dizem "fale tudo, senão você vai ficar sozinho", "você vai ficar abandonado", "não se sente abandonado?", esses misericordiosos... Eu sei que eles são, porque eu os vejo na porta da Papuda e da Colmeia todo dia, querendo visitar aquelas mulheres doentes, com câncer, com bolsa de colostomia, homens doentes, pessoas com comorbidades que foram colocados como terroristas e levados para uma emboscada, para serem filmados pela televisão aberta, serem chamados de terroristas, e tinha crianças dentro dos ônibus que só três horas depois eles sacaram e levaram e colocaram todos os segregados dentro de um campo de concentração, ou seja, dentro do ginásio de esportes, para que eles assinassem um termo de, de, de... uma declaração de culpa, um termo culpa. E depois: "Teje prejo!". E daí cada um foi recebendo. As investigações chegando. Houve muita coisa? Houve. Houve muito abandono? Houve. Da parte de quem? Da parte de quem? De toda uma sociedade que viu essa sandice ocorrendo com pessoas que cantavam o Hino Nacional.

Eu aproveito para lhe perguntar uma coisa... Porque Jair Bolsonaro teve oportunidade de dar o golpe, se ele tivesse que dar o golpe no poder, sentado na cadeira, com o povo do lado dele, mas o povo do lado mesmo! E esperou para dar o golpe depois que passou tudo isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, é de uma incoerência tão grande... E você cumpriu o seu papel: quatro anos de fidelidade ao Presidente da República. Você não é diferente. Por que trazer você rapidamente e açodadamente, e por que tentar impedir a chegada de G. Dias, que passou oito anos de fidelidade ao Lula? Se você sabe muito, G. Dias sabe mais!

Se abrir o sigilo de G. Dias, vai encontrar muito mais coisa do que no seu celular. Se abrir o sigilo da família de G. Dias, vai encontrar mais coisa do que no celular da sua esposa. E G. Dias é tão leal e certamente vai ficar calado também quando vier aqui. Não sei se vai ter a mesma coragem que ele teve ao falar à Polícia Federal, ao falar na CPI do Distrito Federal, quando ele abriu o verbo, deu nomes. Os documentos alterados que estão aqui e chegaram do GSI, foram oito anos de fidelidade a Lula e a Dilma, a Dilma! E parabéns mesmo pela sua fidelidade!

Quando o outro coronel aqui esteve, revoltado, que lhe mandou mensagens, as suas respostas monossilábicas em nada te comprometem. Mas você era o Ajudante de Ordem de Jair Bolsonaro. O alvo não é você. Você está pagando por ter sido o Ajudante de Ordem de Jair Bolsonaro. Agora, eu lhe pergunto: essas minutas de golpe, esses desenhos de golpe... Por que todo mundo foge do dia 8? Houve vandalismo? Houve. O Ministro da Justiça foi avisado. Tem documento. Não tem nada demais em cooperar. O Ministro Alexandre de Moraes já tinha feito? Já tinha feito! Ele já fez? Já fez! Já enquadrado todo mundo.

A minha pergunta é... As pessoas estão em casa de tornozeleira, mas com um montão de crime nas costas para poderem responder. E aqueles que estão presos... Aliás, quem está falando aqui é quem vai à Papuda, é quem vai à Colmeia, é quem tem tido conversas com a Relatora, com o Presidente, pedindo até misericórdia, pois essas pessoas precisam ser ouvidas. Elas estão envolvidas no inquérito, com processo nas costas. E não serão ouvidas?

Então, o homem mais próximo de Lula é o G. Dias. Esse eles querem impedir de vir. "Esse vamos esperar para frente." Os aliados de G. Dias não podem vir agora. Quem tem que vir é você, que era o homem mais próximo de Bolsonaro, porque o alvo nunca foi você. O alvo é Jair Bolsonaro, mas não vão achar, porque Jair Bolsonaro poderia ter dado um golpe como Presidente da República, sentado na cadeira e com o povo com ele, multidões com ele, e não deixou de estar, não. Só uma informação para quem está dizendo que está abandonado: visitem a Papuda e a Colmeia, entrem e vocês vão ver por quem é que eles perguntam, para quem é que eles mandam lembrança e abraço. Estão orando. Continuam cantando, Presidente, o Hino Nacional dentro da Papuda e dentro da Colmeia, Pastor Marco Feliciano! Ninguém arregou de nada! Ninguém arregou de nada!

Agora, o nosso foco é o dia 8. Eu lhe pergunto: nessa minuta de golpe, nessas reuniões para dar o golpe, quantas vezes o senhor se reuniu com essa mulher aqui? Teve alguma reunião com ela?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Senador, com todo o respeito, para manter a coerência, eu vou continuar seguindo a orientação do meu advogado. Vou permanecer em silêncio.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Porque essa senhora aqui seria a Presidente do Brasil caso tivesse ocorrido o golpe. Irmã Ilda estava, na frente do QG, orando. Esta aqui seria a Presidente. Aliás, eu vou até fazer um quadro dizendo: A Presidente que poderia ter sido – Irmã Ilda.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Portanto, há só uma diferença básica, em tudo o que eu ouvi aqui, entre você e G. Dias: protela-se a vinda do mais próximo de Lula e antecipa-se a vinda do mais próximo de Jair Bolsonaro. Essa narrativa não tem fundamento, ela não tem prosperidade, ela não tem fundamento e, certamente, cairá por si. É verdade. Tudo o que nós achávamos que esta CPI poderia produzir, no final, essa montanha vai parir um rato. Se pelo menos o nosso povo, as pessoas simples deste país que estão sendo investigadas, estão em casa, com a tornozela na perna, aqueles que ainda estão presos, ainda estão chorando, ali na Papuda e na Colmeia, forem inocentados de um crime que nunca cometeram, Senador Flávio, certamente, nós teremos cumprido o nosso papel.

Cid, Deus te abençoe! Continuo te chamando de amigo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O próximo orador inscrito, que tinha permutado o seu tempo, é o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Presidente, eu desejo saudar todas as Senadoras, Senadores, Deputadas e Deputados; cumprimentar V. Exa., a nossa Relatora, o Tenente-Coronel Mauro Cesar Barbosa Cid e seus advogados; e lhe dizer, Presidente, que, mais uma vez, a Bahia tem razão. Eu subscrevo as palavras do grande Deputado Paulo Magalhães. No momento em que o sentimento de lealdade está tão relativizado quanto as narrativas, elogiar a lealdade faz bem ao ser humano, faz bem, sinceramente, ao meu coração. Não bastasse isso, quero lhe informar que o nosso comum amigo está em Santa Catarina, está em Florianópolis hoje, e eu interrompi uma audiência dele com o Governador do estado, nosso ex-companheiro de Senado, Jorginho Mello.

Eu não tenho nenhuma pergunta para fazer ao Tenente-Coronel Mauro Cesar Barbosa Cid e deixei para saudar, em último lugar, o Magno Malta. Você fez uma intervenção, meu amigo, muito pertinente. Nós estamos aqui, priorizando, nesta CPI, que foi retardada, deliberadamente, na sua instalação, tomando, provavelmente, o quinto depoimento de quem aqui chegou, porque ele passou pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, poderia ter ido à CPI do Distrito Federal



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e certamente faz parte dos inquéritos, que eu vou chamar de um inquérito só, do Supremo, ainda que tenha vários números. E é a respeito disso que eu quero falar. A nossa CPMI está ocupando o quinto vagão da composição investigatória, que nós temos o dever histórico de fazer, do que aconteceu no dia 8 de janeiro. Mas nós somos o quinto vagão, porque todos os que vieram depor aqui e que foram priorizados pela CPMI já passaram por quatro lugares, no mínimo. Portanto, não, é impossível extrair alguma novidade aqui. Agora, nenhum dos agentes da omissão foi chamado até agora.

Portanto, se continuar nessa batida – eu não estou fulanizando, mas isso também confirma as suas palavras, Senador Magno Malta –, se continuar nessa batida, Presidente, nós vamos ter que fazer a CPMI da obstrução da investigação. Porque quero lhes dizer em que ponto nós estamos a propósito dos tais relatórios, Senador Magno Malta, aqueles relatórios que estão disponibilizados, ainda em caráter sigiloso, para os membros da CPMI, e todos já foram ver, pelo menos os interessados, e todos ali podem observar que, no dia 6 de janeiro, às 19h40min, foi prestada a seguinte informação: "Pessoal, vai haver invasão do Congresso Nacional". Estão ouvindo? Quarenta e oito agências. Nenhuma pessoa vinculada a qualquer uma dessas 48 agências foi chamada para vir aqui.

E quero lhes dar uma informação única. Nós todos já pedimos... Porque ouvimos do atual Diretor-Geral da Abin, Luiz Fernando Corrêa, na CCAI da semana passada, quinta-feira da semana passada, que os documentos, Presidente, nunca foram sigilosos. Quem após sigilo no primeiro, aquele que foi modificado, foi o GSI, não foi a Abin. Quem retificou foi a Abin, e quem fez o relatório anexo dos que receberam a mensagem foi a Abin. Então, foi dito pelo Diretor-Geral da Abin que aquilo nunca teve sigilo.

Nós requeremos três vezes: em fevereiro, em maio e na semana passada. E o senhor sabe o que a Advocacia geral do Senado fez com o nosso pedido? Fez uma petição ao Ministro Alexandre de Moraes, ontem, pedindo permissão para entender que aqueles relatórios não têm sigilo.

O grau de obediência que nós estamos tendo ao império da omissão é um escândalo. Repito: os relatórios de 20 de janeiro, que eu recebi como Presidente da CCAI, e o relatório de 9 de maio, que a Abin mandou porque foi flagrada a modificação no despacho do Ministro Alexandre de Moraes, que determinou a entrega dos relatórios à Procuradoria Federal no Distrito Federal, à Procuradoria da República no Distrito Federal. Nada disto valeu, continua sigiloso. Com uma cautela que, mais do que despertar suspeita – e eu vou dizer isso no Plenário –, é um desserviço às obrigações do Senado Federal de não esconder a verdade.

Então, eu estou aqui para dizer, Presidente, com respeito, amizade e admiração que o senhor sabe que são verídicos, legítimos e devidos, eu repito, que nós estamos num caminho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tortuoso de insistir numa narrativa que já passou por quatro outros fóruns, que eu não vou repetir. Nós somos o quinto vagão dessa composição e não temos a coragem de procurar investigar as omissões. E quem acreditar que não houve nenhuma omissão realmente está em outro planeta, ou está noutra narrativa, ou quer convencer, pela ausência do contraditório, que o seu dogma é verdadeiro. E dogma imposto não sobrevive a nenhum Estado democrático de direito. Querer esconder a verdade é mais trabalhoso do que esconder crime, do que esconder vítima.

Dessa forma, eu queria aqui fazer uma proclamação: todos têm direito de perguntar. Já escutei aqui até alguns insultos a quem não quis responder o que o interrogador queria ouvir. Isso não é novidade, a Inquisição só fez isso. E quero fazer um apelo para que nós tenhamos a humildade de privilegiar os fatos sobre as nossas narrativas preconcebidas, e aqui elas existem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu quero dizer a V. Exa. que, como nós estabelecemos e é do conhecimento de todos, estamos seguindo aqui uma ordem cronológica, mas V. Exa. tem razão quando diz da necessidade de que pessoas também chamadas pela oposição sejam ouvidas. De sorte que, na primeira reunião, na primeira semana do retorno dos nossos trabalhos, vamos chamar, sim, porque já está convocado o ex-Diretor da Abin para que ele fale sobre esse assunto tão ventilado que é essa produção de relatórios diferentes, que são do conhecimento de todos nós.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – O Presidente me permite rapidamente só uma sugestão a V. Exa.? Que, na primeira reunião, também nós tenhamos uma exclusivamente deliberativa para tratar das quebras.

Hoje nós pedimos informações, foram separadas as quebras, mas o ideal é que no início do segundo semestre a gente peça logo as quebras, para que não aconteça o que o Senador Magno Malta disse, de a gente fazer uma oitiva de uma testemunha ou de um investigado sem ter as informações na mão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O.k.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu queria solicitar de V. Exa. que nós já abramos o semestre com todos os pedidos de quebra eventuais, aí o Plenário decide, e aí sim a gente dá sequência nas oitivas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado André Fernandes. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai para o final da fila.

Então, passamos ao próximo da lista...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, posso trocar com o André Fernandes, para economia processual?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Posso utilizar o tempo, Sr. Presidente, para economia...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, só mediante permuta. Só mediante permuta já combinada entre os dois Parlamentares.

O Deputado André Fernandes, no caso, vai para o fim da fila, e eu passo a palavra para o próximo orador inscrito, que é o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação ao Tenente-Coronel Cid... Tenente, só para esclarecer, isso já ficou evidente, mas até para poupar tempo, V. Sa. não pretende responder nenhuma pergunta, por orientação dos seus advogados? E eu não o estou censurando.

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Não. Não senhor, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Só para registrar aqui, já que eu tenho o passado aqui de juiz, esse direito ao silêncio é um direito que está na Constituição, é um direito muita gente às vezes não entende, mas tem uma longa construção histórica, vem lá do direito inglês, do Thomas More, de John Wigmore. E, quando essas pessoas utilizaram esse direito, isso não tem um caráter infamante. Só para deixar claro aqui, sem fazer comparações de um indivíduo com outro, mas é importante resgatar que o fato de ser exercido o direito de silêncio, seja a pessoa culpada ou inocente, não tem nada de desabonador necessariamente, porque muitas vezes, como se depreende aqui de alguns comentários, numa linha de quem cala consente, isso não é verdade dentro do nosso direito brasileiro e isso também não é verdade em relação às construções em torno do direito ao silêncio. Inclusive, a nossa lei diz expressamente que de quem fica em silêncio não se pode inferir a responsabilidade criminal em relação a isso.

Dito isso, Presidente, eu vou respeitar o direito ao silêncio do depoente e vou me abster de fazer outras perguntas em relação a ele, como aliás eu procedia com acusados quando era juiz. Eu perguntava: "Pretende ficar em silêncio?", "Pretendo ficar em silêncio". "Vai responder a alguma pergunta?", "Não vou responder a nenhuma pergunta". E eu cessava. Eu acho que é um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco perda de tempo ficar fazendo perguntas apenas aqui por um exercício retórico. Entendo aqui a questão da atividade parlamentar, mas não vejo lá muito sentido em relação a isso.

Aproveitando aqui o meu tempo, eu só quero registrar o seguinte: o Tenente-Coronel está sendo investigado no Judiciário, está sendo investigado aqui na CPMI, e caso sejam descobertas provas de sua vinculação aos atos de 8 de janeiro, de violência, depredação aos prédios públicos, V. Sa. tem que ser responsabilizado. No entanto, o que a gente tem visto até o momento aqui, pelo menos das provas que nós conhecemos que nos foram compartilhadas, não existem ainda com clareza esses elementos probatórios.

Foi a mesma coisa aqui quando foi ouvido o terrorista, aí sim, aquele George Washington, que planejou colocar uma bomba, que foi corretamente condenado pela Justiça do Distrito Federal, foi responsabilizado por aqueles atos específicos, mas não cabe responsabilizá-lo por 8 de janeiro, que é objeto aqui dessa CPMI.

Da mesma forma, naquela tentativa de invasão e depredação da Polícia Federal em 12 de dezembro, salvo engano, absolutamente reprovável, manifestantes exaltados que praticaram atos de depredação e violência têm que ser responsabilizados, mas não cabe responsabilizá-los por 8 de janeiro.

O que a gente vê aqui em relação ao Tenente-Coronel são mensagens de WhatsApp... E, sinceramente, aqui eu faço um juízo, uma avaliação, porque eu não conheço todas as provas, não conheço o que existe lá no processo no Supremo Tribunal Federal e nem conheço o que pode eventualmente aparecer. Mas, se existem algumas mensagens lamentáveis e deploráveis na comunicação do Tenente-Coronel com o Coronel Lawand, no final da mensagem, no final da troca de mensagem, o que eles afirmam é que não vai haver nada. E é isso que está nas mensagens. Então, o que a gente tem que se perguntar é onde estão as mensagens que relacionam o Tenente-Coronel ao dia 8.

E vejam que o Tenente-Coronel cometeu uma insensatez de deixar mensagens deploráveis no seu celular, que hoje são utilizadas para atacar, inclusive, a sua reputação e a sua honra. E, de fato, aqui eu sou obrigado a concordar que essas mensagens são ruins, são desabonadoras aos seus emissores; mas nada dessas mensagens os relaciona a 8 de janeiro necessariamente.

Então, se o objetivo é responsabilizar alguém por 8 de janeiro, como está o depoente aqui, a grande pergunta que tem que se fazer para esta Comissão é onde estão essas mensagens. Por que ele não apagou... Se ele tivesse apagado essas mensagens, por que ele não apagou essas outras que o trouxeram a essa posição hoje?

Então, nós temos sim que aprofundar as investigações, mas nós temos que entender que não é só o silêncio. Aqui, existe aquela expressão "o silêncio às vezes é eloquente", mas a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ausência de alguns elementos probatórios também é eloquente. E nós não vislumbramos com facilidade, pelo menos até agora – e podemos ser surpreendidos ali adiante –, a presença de elementos probatórios que vinculam o Tenente-Coronel exatamente aos atos de 8 de janeiro. Se existem, não estão no celular apreendido e, pelo menos, não foram tornados públicos até o momento, o que nos leva a crer, já que tudo que tem aparecido de desabonador tem sido amplamente divulgado, que esses elementos talvez não existam.

De outro lado, eu quero reiterar o que foi dito anteriormente: eu sou contra que sejam chamados a depor aqui familiares de qualquer investigado. E me parece que essa é a posição muito serena do nosso Presidente desta Comissão. Cada um responde pela sua responsabilidade específica e a culpa não se transmite. O que quer dizer que se o Tenente-Coronel for culpado aqui de qualquer coisa, essa culpa não se estende aos seus familiares, seja filha, seja esposa, isso vale também para outros investigados.

Não contem comigo para aprovar qualquer requerimento de convocação de familiar para esta Comissão, ou para quebra de sigilo bancário, ou qualquer outra coisa, a não ser que tenha alguma responsabilidade ali delimitada. Eu lembro que quando fui juiz da própria Lava Jato – sei que tem muita gente que não concorda com a Lava Jato, não vamos entrar aqui no mérito –, mas, em relação à filha do José Dirceu, não recebi denúncia oferecida pelo Ministério Público. Não recebi denúncia oferecida pelo Ministério Público contra a filha do Eduardo Cunha, nem em relação à respectiva esposa. E tratei sempre com muito cuidado essa questão da individualização das responsabilidades.

Então, foi muito salutar hoje terem sido retirados ou não terem sido votados esses requerimentos, mas para aqueles que fizeram os requerimentos apontando esposas, filhos, filhas como investigados aqui eu sugeriria uma reflexão: se não estamos dando um passo além do que deveríamos e caminhando para alguma espécie de excesso.

Por último, Sr. Presidente, eu vou aqui acompanhar a posição dos Senador Esperidião Amin. E fico muito feliz pela sua fala logo em seguida. Nós temos que começar a apurar também essa parte da omissão dentro deste Colegiado. Eu requeri, entre os meus requerimentos está a oitiva de destinatários daquelas mensagens, daqueles alertas da Abin, em vários órgãos do Governo, e penso que seria apropriado, ali no início de agosto, sem prejuízo da retomada da investigação...

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... por eventuais culpados diretos por 8 de janeiro, nós pudéssemos também esclarecer melhor os motivos dessa omissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou aqui adiantar a minha posição, acho que nós temos que terminar a investigação para qualquer conclusão, se foi uma falha generalizada, como alguns dizem, ou se foi uma omissão deliberada, mas esta CPMI não vai cumprir o seu papel – e eu tenho certeza que a intenção de todos aqui é que ela cumpra o seu papel, especialmente da Presidência e da Relatora – se nós não começarmos a ouvir essas pessoas para esclarecimento desses fatos específicos.

Então, essas são as minhas ponderações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador escrito, que seria o Senador Girão, mas fez uma permuta com o Deputado Nikolas Ferreira, a quem eu passo a palavra.

Só um instante. O Deputado Nikolas havia feito uma troca com o Deputado Mauricio Marcon. Eu pergunto, no lugar do Deputado Mauricio Marcon, falará o próprio Deputado ou o Senador Girão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nenhum dos dois está aqui.

Girão, você falará no espaço do Deputado Marcon? *(Pausa.)*

Perfeito.

Deputado Nikolas.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Deputados e Senadores. Boa tarde, Coronel Cid.

Coronel Cid, o senhor é um preso político, e eu te explico por quê. Se o seu nome fosse Anna Carolina Jatobá, que jogou uma criança de cinco anos do prédio, Isabella Nardoni, o senhor estaria solto; se o seu nome fosse Elize Matsunaga, que matou e esquartejou o seu marido, o senhor também estaria solto. Se o seu nome fosse André do Rap, que é um traficante internacional, o senhor também estaria solto. Se o seu nome fosse Sérgio Cabral, condenado a 400 anos por propina e corrupção, o senhor também estaria solto. Se o seu nome fosse Luiz Inácio Lula da Silva, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o senhor estaria solto.

Até então, nesta CPMI, nós só vimos personagens de uma estória com "e", de uma tentativa da esquerda de construir uma narrativa de um possível golpe que nunca aconteceu. Enquanto isso, nós temos os agentes de omissão e, além do mais desses agentes, as pessoas que injustamente foram presas sendo silenciados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero mostrar aqui um momento especial, nesta CPMI, para os corações misericordiosos que estão aqui, que sempre, Senador Magno Malta, lutam pelo direito da pessoa humana, que dizem respeito da dignidade da pessoa humana, do Estado democrático de direito; eu quero mostrar, na frente dos seus olhos, já que vocês não querem trazê-los aqui, já que vocês afastam essas pessoas, porque não aguentam enxergar a realidade; eu quero mostrar essa cena de uma mãe que está há seis meses dentro de uma cadeia, comendo um alimento que um cachorro rejeitaria, não tem nenhum tratamento dos direitos humanos, não tem nenhuma visita de nenhum Deputado ou Senador petista, encontrando os seus filhos, com marcas, agora, o resto da vida. Como explicar agora para um filho daquele tamanho que a sua mãe tem uma tornozeleira eletrônica, porque ela simplesmente estava em um QG, orando e pedindo para que algo acontecesse e Deus estivesse ali à frente disso? Isso é um escárnio com o nosso Brasil. Isso é um escárnio com as pessoas de bem, que veem uma mãe presa e um traficante solto, que veem um coronel preso, onde está tendo efeitos colaterais com sua família, onde está sendo aqui exposto, sendo chamado de covarde, sendo perguntado sobre qual pai ele gosta mais, se é o pai dele ou do Bolsonaro, dizendo que o senhor mentiu. Como que o senhor mentiu, ora, se o senhor está em silêncio?

Esse é o nível das pessoas de esquerda que estão aqui, enquanto ficam aqui tentando levantar narrativas para poder tentar ganhar capital político... Porque me acusam, Senador Magno Malta, de que eu faço aqui para poder ganhar *like*. Eu não tenho culpa se, Deputados de esquerda, vocês não têm o *like* que eu tenho. Agora, se vocês querem dizer que vocês não estão usando isso aqui para poderem ganhar capital político, vocês estão mentindo, porque vocês não moveram um dedo sequer para poder de fato investigar as omissões e as pessoas que estão sofrendo injustamente.

E, agora, com relação às ilegalidades e à Constituição nossa, que está sendo rasgada, existe algo que chama-se *fishing expedition*, que é a pescaria probatória, ou seja, você faz uma procura especulativa ali, sem causa provável, alvo definido ou finalidade tangível, pra poder tentar emplacar uma narrativa. E é isso que estão tentando fazer. Uma Deputada aqui de esquerda, inclusive, do democrático Partido Comunista do Brasil, disse que o alvo desta CPMI é dizer que o Bolsonaro comandou tudo isso.

O que eu tenho a dizer para vocês, senhores, é que um golpe que nunca existiu não pode ser investigado. Você...

Ali, no dia 8 de janeiro, os Comandantes das Forças Armadas eram do Lula! Que golpe é esse que não tem apoio do Comando das Forças Armadas? Que golpe é esse que não tem uma arma? Que golpe é esse em que você não tem um Presidente definido, um ator definido, você não tem planejamento? A Rússia deve olhar para gente e deve rir, falar: "É isso que eles estão chamando de golpe? Está de sacanagem, não é?".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, isso daqui, infelizmente, enquanto nós não ouvirmos os pais e mães e avós e avôs que estão lá dentro... E eu conheço vários e recebo os seus familiares lá no gabinete, chorando, pedindo justiça. É a primeira vez, Senador Magno Malta, que eu vejo o investigado pedir investigação e os que acusam obstruírem a investigação. Alguma coisa está contrária aqui no nosso Brasil. É isso que eu tenho para dizer.

Quem aí está com familiares sofrendo dentro ali daquele presídio saiba que, muitas das vezes, os injustiçados, no momento em que está acontecendo a injustiça, não são honrados. A sua história, muitas das vezes, é deixada de lado; é feita chacota, como muitos fazem aqui. Mas podem ter certeza de que, enquanto nós tivermos fôlego, a gente não vai deixar que narrativas falsas, fraudulentas, mentirosas ganhem o coração das pessoas, porque eu acredito neste país e acredito que a verdade tem o seu poder. Muito embora a mentira ganhe espaço em manchetes, muito embora a mentira ganhe espaço em blogues, muito embora a mentira ganhe espaço no coração das pessoas, eu acredito que a verdade possa alcançar. E essas injustiças que estão acontecendo serão sanadas ou aqui nesta Terra ou na nossa vida próxima.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Nícolas Ferreira.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Izalci.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu queria ter um filho assim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, vou reforçar o que eu venho falando há tempos, que é a questão das omissões.

Alguns Parlamentares que me antecederam deixaram claro aqui com relação a "Ah, ele ligou para o Governador". O Ministro Flávio Dino, eu concordo, é muito inteligente, mas basta a gente quebrar o sigilo telemático, as mensagens e ver com quem ele falou. Ele já disse que falou com o Governador. Tudo bem, mas nós temos dados – o Esperidião Amin disse aqui por diversas vezes... Desde o dia 6 de janeiro – para quem não sabe, não é? –, evidentemente, era na sexta-feira, todos já sabiam que mais de 3 mil pessoas estavam vindo a Brasília, e a intenção era depredar os prédios públicos, o Supremo.

E, por sinal, Presidente, não chegaram ainda as imagens do Senado Federal; temos apenas as da Câmara e do Supremo. Eu quero reforçar isso. Ora, se não tem nada o que esconder, vem mostrar! "Não, eu não falei com o Presidente Lula". E a gente sabe que falou, mas a gente precisa... Se ele não tem nada para esconder, vamos ver qual é a mensagem que o Ministro Dino falou para o Presidente na hora. Será que a resposta do Governador: "Ah, não; está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo sob controle"... E ele, sabendo das informações desde sexta-feira, não tomou nenhuma atitude? Está correto, se nós temos o Batalhão da Guarda Presidencial, exclusivamente para cuidar do Palácio? Todos conhecem o plano de ação aprovado com a participação do Supremo, do Congresso, do Palácio do Planalto, das entidades de segurança pública. Existiu plano de operação no dia e não foi aplicado. Todos sabiam que ia acontecer isso. Agora, deixar acontecer e não fazer nada porque já tinha falado com o Governador, isso não é realmente resposta para nós. Nós queremos saber.

E aí, de fato, a gente tem que dar um espaço realmente para aqueles que se omitiram, porque não poderíamos, na prática, simplesmente abandonar e trazer aqui. O G. Dias tinha que estar aqui. Talvez fosse o primeiro deles. Pelo vazamento, cadê o fotógrafo agora? Vamos ver se a gente consegue. Saiu da pauta, o Adriano Machado saiu da pauta. Por quê? Porque não querem uma coisa que está clara nos vídeos.

Então, é lógico, aqui, Presidente, eu não... Eu fiz várias perguntas aqui, mas, como realmente o Coronel Mauro Cesar está usando o direito do silêncio... Eu não estou aqui para passar a mão nem na direita, nem na esquerda, eu quero a verdade dos fatos e vi, em alguns vídeos, em alguns áudios, mensagens, que já foi respondida, mas ninguém fala nisso aqui.

Que medidas concretas... O Tenente-Coronel não precisa responder, porque a resposta é a mesma, mas que medidas concretas V. Exa. adotou em razão das mensagens recebidas pelo Landau... Lawand, Jean Lawand. Qual foi a medida concreta? As mensagens trocadas com o Lawand Junior eram conversas privadas, restritas a vocês dois e fruto desse desespero, como disse a própria Vice-Procuradora? Porque isso poderia ser encontrado em diversos celulares de muita gente no país, então. Ou foi, de fato, inserido no contexto de uma articulação dentro das Forças Armadas?

Então, nessa narrativa de golpe, de que todo mundo fala, aqui da esquerda, a própria Vice-Procuradora disse claramente isto: que, na prática, como foi dito aqui, houve uma pescaria de informações.

Então, o ex-Presidente Bolsonaro tinha ciência dessas tratativas? O que ele disse, durante todo esse período? No celular de V. Sa. foi encontrado um texto apócrifo que terminava com a frase: "Declaro o Estado de Sítio e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem". Em quais circunstâncias esse texto foi produzido? Porque, com o Coronel Naime, que esteve aqui e esteve na Câmara, tiraram simplesmente... Dentro de um contexto maior, tiraram uma palavra: "Ah, deixa invadir". Por quê? Porque o DF tentou, por diversas vezes, no mínimo três vezes, retirar o acampamento, e o Exército não deixou naquele momento. Então, dentro do contexto, ele disse: "Então, tá, deixa invadir". Aí, por causa disso, está preso há seis meses. Nós, inclusive, estamos solicitando aí que haja a liberação. Ele tem filho, inclusive, com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência. Só quem tem e que participa desse movimento é que sabe o que significa isso na família.

Isso aqui eu estou falando em função do diálogo da Polícia Federal, do relatório da Polícia Federal. Lógico, também tinha aqui a Lindôra Araújo, que é a Vice-Procuradora-Geral, que diz aqui, textualmente – ela insinua, está na peça –, que Alexandre de Moraes autorizou procedimentos ilegais, decretou prisões sem fundamento e tentou promover o que na Justiça se chama pesca probatória. Disse também a Vice-Procuradora-Geral, que assina o documento: essa sequência de eventos foi a típica "pescaria". Ou seja, toda a... Aqui, ela fala, ela reclama que o Ministro teria autorizado a análise do *e-mail* pessoal de Mauro Cid sem um pedido formal à Polícia Federal.

Eu até perguntaria, no caso aqui da Polícia Federal: V. Sa. se sente perseguido pelo Ministro Alexandre de Moraes? Se afirmativo, que garantias constitucionais não foram observadas?

V. Sa. entende que a Polícia Federal têm sido usada de maneira equivocada para perseguir adversários políticos do atual Governo?

V. Sa. entende que o Ministro Alexandre de Moraes fez uso de um pretexto no caso do cartão de vacina para promover uma devassa na sua vida com o objetivo de encontrar alguma prova aleatória de outro crime?

V. Sa. saberia nos dizer qual foi o verdadeiro motivo do Ministro Alexandre para ter agido dessa maneira? Seria, por acaso, chegar ao ex-Presidente?

Então, a gente tem várias indagações que nós queremos saber de fato.

Mas a própria Vice-Procuradora diz aqui, ela reclama que o Ministro autorizou a análise do *e-mail*. Diz ainda, em duras palavras, a Procuradora, que desqualifica completamente o relatório produzido pela Polícia Federal: "Trata-se de redação de cunho crítico que até poderia ser encontrada em mesas de cursinhos preparatórios para o vestibular".

Então, Presidente, o de que eu gostaria é que V. Exa. pautasse também na mesma proporção de ações, que é o caso, que estão convocando várias pessoas, mas que a gente buscasse realmente aqueles que deixaram acontecer e que poderiam ter evitado. O primeiro deles, evidentemente, é o Ministro da Justiça, porque ele sabia de tudo, ele viu o que estava acontecendo. É óbvio que ligou para muita gente, não foi só para o Governador. Será que ele falou com mais alguns? Porque a Defesa sabia, a Abin sabia, o GSI sabia, todos os órgãos, o Exército sabia, a Aeronáutica, a Marinha. Eles têm documentos – aqui, nossos, já para acesso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos Senadores e Deputados – que reconhecem que receberam o aviso, o documento. E por que deixaram chegar aonde chegou?

Então, essas omissões precisam ser apuradas. Não podem ser ignoradas – como a gente percebe que há resistência em aprovar os requerimentos.

Então, eu espero que a gente consiga aprovar a quebra, sim, telemática não só dos que foram anunciados aqui, mas de todos aqueles que se omitiram. Então, eu gostaria de que, na próxima reunião, também nós aprovássemos esses requerimentos de quebra de sigilo para, quando eles vierem, aqueles que se omitiram. Que a gente possa também indagá-los, questioná-los do porquê se omitiram nessa...

Para nós, o Distrito Federal, Presidente... Eu acompanhei aqui – estou aqui há 50 anos – a posse do Presidente: não teve problema nenhum, absolutamente nenhum. Nós acompanhamos aqui o *impeachment*...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... as ações que tiveram aqui, botaram fogo no Ministério da Justiça, no Ministério das Relações Exteriores. Aconteceu o quê? Nada. Por que nós não vamos chamar aqui as pessoas que foram identificadas no vídeo? As pessoas gritando: "Olha, não quebra! Não quebra", e as pessoas quebrando. Queremos ver os vídeos todos e chamá-los aqui – inclusive os do Senado, porque não chegaram ainda as gravações do Senado Federal.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações.

Que, na primeira semana, a gente possa aprovar todos os requerimentos, independentemente de ser ação ou omissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito boa tarde, Sra. Relatora, Coronel Cid, senhores advogados.

Cid, primeiro, eu não sei – você não respondeu – se Bolsonaro é seu pai ou não, mas, se for, já vou lhe falar: nós somos irmãos. Porque o Presidente Bolsonaro, na entrevista, disse que o considera um filho, ele também me chama de filho. Então, eu vou agora respeitar o seu direito constitucional. Acho que, com sabedoria, você está exercendo a sua...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, olha o Abilio aqui incomodando. Mais um minuto aí, pelo amor de Deus. Incomodando e fazendo vídeo aqui, tirando onda aqui.

Sei dos seus serviços prestados ao Brasil e tive a honra de servir o Brasil no mandato do Presidente Jair Bolsonaro.

Então, Cid, respeitando o seu direito de ficar em silêncio, eu quero corroborar, reiterar as palavras do Deputado Nikolas Ferreira, de Minas Gerais. Você é um preso político, você é um perseguido político. Não tem no Brasil ninguém... Muitos do 171 do Código Penal – falsidade, documento – soltos no Brasil, muitos, e você, por um cartão de vacina – se prejudicou, foi a si próprio; não foi provado nada, está se investigando –, prendem para fazer, além de *fishing expedition*, que é procurar a sua vida toda para no final alcançar o Presidente Bolsonaro, pra desmoralizá-lo e para aterrorizar sua vida... Você está sendo torturado psicologicamente. Você sabe para quê? Pra você falar, pra você vomitar, pra você caguetar, até que invente, pra prejudicar o Presidente Bolsonaro.

Então, Cid, eu quero fazer algumas lembranças a todos aqui presentes, tá?

Em 8 de abril de 2017, o político Henrique Capriles foi tornado inelegível por 15 anos na Venezuela, sabe por quê? Tinha condições de ganhar de Chávez e Maduro. Em 30 de junho de 2023, María Corina Machado, política venezuelana, também tornada inelegível, Cid. Juan Guaidó, que, pela Constituição deles, teria que ser o Presidente interino – e ninguém lá respeita nada –, teve que se refugiar nos Estados Unidos, porque iam matá-lo e a família dele. Em 12 de julho de 2022, Cid, aqui em Brasília, Lula se diz mais maduro, e foi uma correlação lógica ao ditador assassino condenado pela ONU, com documentos fartos sobre a prisão arbitrária.

Sabe quantas pessoas, hoje, presos políticos, têm na Venezuela, Cid? Quinze mil! Sabe o que é a diáspora? Na diáspora de Israel, foram 8 milhões de refugiados. A Venezuela já tem 7 milhões e já, já, vai ultrapassar Israel, porque o povo está fugindo de lá. E sabe o que acontece no Brasil, Cid? Lula recebe esse assassino narcotraficante, condenado por crimes contra a humanidade não pelo Jorge Seif nem por Jair Bolsonaro, mas pela Organização das Nações Unidas, Michelle Bachelet, que é uma política de esquerda, ex-Presidente do Chile.

E aqui – disso eu me envergonho das Forças Armadas – as nossas Forças Armadas prestando continência para um assassino, que tem uma recompensa dos Estados Unidos por sua cabeça, Cid.

Mas, continuando aqui, numa linha em que nós precisamos pensar juntos, tá?

Em 4 de maio de 2023, o TSE torna Luciano Hang inelegível, um empresário catarinense que nunca se candidatou a nada – inelegível.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 16 de maio, Cid, Deltan Dallagnol caçado!

Eu li os documentos, porque eu não sou jurista, sou administrador, e você sabe disso. Nos documentos... Ele tem documento do Ministério Público Federal dando a benção para ele se exonerar para concorrer ao cargo. O próprio Ministério Público deu a benção para ele, escrevendo que não tinha nada contra ele, que não tinha processo aberto, não, não, não, não, não. Eu li. Caçaram o garoto.

Silêncio na Câmara, silêncio no Senado. Vergonhoso! Vergonhoso! Porque pode ser qualquer Deputado de esquerda aqui ou Senador de esquerda, se amanhã fizerem covardia, mesmo que não seja do meu espectro político, eu vou defender, porque não é o mandato dele, é a decisão soberana da democracia da urna do povo brasileiro, Cid! Silêncio nas Casas, vergonhosamente.

Em 29 de maio, Lula recebe Maduro em Brasília com honras de chefe de Estado. Que bonito para o Brasil! Que lindo!

Em 21 de outubro de 2022, Tenente-Coronel Mauro Cid, o TSE proíbe a associação de Lula a Maduro, mas, como nós dizíamos, e o Presidente, nos seus vídeos eleitorais, mostrava... "Olha com quem esse cara anda! Olha quem esse cara é!". Mas o TSE: "Não, não pode associar Lula a Maduro". Coisa linda, né?

Outra coisa, Cid: em 17 de outubro de 2022, o STF proíbe a associação de Lula ao aborto. Sabe o que aconteceu em 17 de janeiro de 2022? Lula retira Brasil da aliança internacional antiaborto. Caramba! Precisamos repetir: Bolsonaro tem razão sempre! Ele advertia a gente lá!

Tem mais, Cid! Tem mais, tá? Superior Tribunal Militar deveria se manifestar, sabe por quê? Sabe o que é que está escrito no art. 124 da Constituição? Que militares são julgados pelo Superior Tribunal Militar. Mas sabe o que aconteceu no dia 27 de fevereiro? "STF fixa competência para si para processar e julgar militares pelos atos de 8 de janeiro". OAB em silêncio, Superior Tribunal Militar em silêncio, Forças Armadas em silêncio, Parlamento em silêncio.

Temos jornalistas censurados, Cid. Temos jornalistas com passaporte cancelado; veículos de comunicação censurados, suspensos e desmonetizados, Cid, pelo crime de opinião, que, pelo que eu conheço da Constituição, desinformação, *fake news*... Não tem tipificação criminal para isso.

Parlamentares... Otoni de Paula, Deputado Federal do Rio de Janeiro, não tem rede social. Silêncio no Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Parlamentares cassados, Cid.

Não concordo com o que o Daniel falou naquele vídeo, absurdo! Mas, mas, constitucionalmente, ele teria o direito de expressar a sua opinião. Cassado! Foi o fim dele. Está preso hoje, inclusive.

Cid, graça presidencial, atribuição exclusiva do Presidente da República, cassada pelo Supremo Tribunal Federal. Inédito no Brasil!

Bolsonaro inelegível por reunião com embaixadores. Na Constituição não diz – nem no Código Penal, Cid – que é proibido falar de eleições. Não está escrito, mas foi tornado cassado por isso.

E para responder, nos sete segundos que me sobram, perguntaram... Disseram aqui que isso seria evitado se o Presidente Bolsonaro tivesse passado a faixa presidencial para o Lula.

Você é militar. Jamais um militar – e eu me solidarizo com o Bolsonaro aqui –, jamais um militar honrado como o Presidente Bolsonaro poderia passar uma faixa presidencial para um ladrão condenado em várias instâncias, o qual... Foram devolvidos mais de R\$15 milhões pelos seus comparsas. Ele jamais teria que passar essa faixa presidencial.

Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Girão... Acho que tem uma permuta aqui. *(Pausa.)*

Então, com a palavra agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Marcos Rogério também não está presente.

O Senador Marcon...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não está presente.

O Deputado Evair Melo não está presente.

Deputado Aliel Machado. *(Pausa.)*

Também não está presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sr. Vice-Presidente, Tenente-coronel Cid e seus advogados...

Presidente, mais um capítulo muito triste que a gente vê alguns Parlamentares da extrema esquerda escrevendo aqui nesta CPMI. São as mesmas pessoas que dizem que Lula é inocente, alguém que foi condenado em primeira instância; condenado, por unanimidade, em segunda instância; prisão e condenação confirmadas no STJ; prisão, manutenção da prisão e condenação confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal – e eles querem insistir com essa mentira de que Lula não teria feito nada.

As mesmas pessoas, Tenente-Coronel Cid, que vêm aqui com a maior cara lavada falar para o Brasil que o senhor já está condenado, que o senhor é culpado, que a culpa da guerra da Rússia contra a Ucrânia é do Tenente-Coronel Cid; o senhor, que ainda está com inquéritos em aberto, para ver se há culpabilidade, para ver se o senhor será condenado em alguma punição. Ainda faltam várias instâncias para isso. E mesmo com eles sabendo que existe, em diversos desses inquéritos, pedido do próprio Ministério Público para o trancamento do inquérito, para o arquivamento das investigações, para o relaxamento da prisão do senhor.

Então, eu sei que eu não precisaria falar isso, mas percebo que o senhor fica inabalado. E é assim mesmo que tem que ficar, porque, vindo de quem vêm essas acusações criminosas, caluniosas, o que cabe ao senhor, neste momento, fazer é assim mesmo: manter a sua serenidade, a sua tranquilidade, a sua paciência, e não se deixar cair em tentativas de armadilhas, como disse aqui o Senador Magno Malta.

Pessoas tão baixas, sem escrúpulos, sem moral, querem explorar até a sua família, para tentar fazer com que o senhor invente alguma coisa que satisfaça essa gana persecutória deles.

Os mesmos que defendem hoje que Lula teria sido injustiçado, por muito, mas por muito menos, já estão condenando aqui o senhor.

Eu vejo o Governo Lula sendo rápido, Deputado Eduardo Bolsonaro, em instaurar investigações para analisar discurso de Parlamentar. Aí é rápido! Agora, para chamar a Força Nacional para impedir depredações, no dia 8, foi lento, Senador Magno Malta. Esqueceu! Avisaram, mas ele não deu muita importância.

Eu quero ver esse mesmo ímpeto da extrema esquerda aqui nesta CPMI de pedir prisão de depoente, porque, em público, o Ministro da Justiça já está mentindo descaradamente: que não sabia de relatório de GSI, de Abin, que não tinha informação de nada, quando as provas documentais – pelo menos aquelas às quais nós já tivemos acesso, aqui na CPMI – mostram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente que ele sabia e não tomou as providências que lhe cabiam! Assim como o ex-Ministro do GSI sabia que tinha um batalhão da Guarda Presidencial a postos, para reforçar a segurança do Palácio do Planalto, e não o fez.

Eu quero ver, quando eles se sentarem aqui para depor, se eles vão continuar bancando essas mentiras, Presidente. Eu quero ver se a extrema esquerda vai pedir a prisão dele. Eu quero ver se a extrema esquerda vai ficar ameaçando o Ministro antes de ele sentar aqui para testemunhar, como fizeram com o Tenente-Coronel Cid.

E assim... Tanto não tem nada para falar, que até Marielle tentam criar algum vínculo com Bolsonaro, no depoimento do senhor.

E eu posso falar, Senador Magno Malta, porque eu conheci a Marielle. Falam tanto, não é? "Bolsonaro miliciano!" Não é esse rótulo, é porque nós sempre defendemos os policiais! E vou continuar defendendo, até o fim da minha vida, aqueles policiais que dão a vida pela nossa segurança! Esses, sim, colocam a vida em risco, porque eles não conhecem. A gente tem que valorizar!

E você sabe, Tenente-Coronel Cid, que a Marielle era assessora de um Deputado Estadual, quando eu era Deputado Estadual na Assembleia do Rio, e eu fui a diversos debates com ela. Uma pessoa que ia para o debate de ideias. Mostrava o seu ponto de vista, eu mostrava o ponto de vista oposto, acabava o debate, e não tinha nenhuma ameaça um para o outro, não tinha desrespeito nenhum com o outro, não tinha ameaça de familiar de um com o do outro, para ver, aqui, hoje, Senador subir no caixão de Marielle para produzir cortes de vídeos, para dar satisfação para o seu eleitorado!

Respeitem, pelo menos, a família da Marielle, porque eu tenho certeza de que, se ela estivesse viva aqui, hoje, certamente ela estaria reprovando esse tipo de postura da extrema esquerda aqui hoje, porque ela estaria aqui, fazendo os seus questionamentos, mas não estaria levando para o lado pessoal.

Pessoas que sequer conheceram a Marielle, subindo aqui no seu caixão, para fazer política, para tentar lacrar...

Como eu sei que o senhor não está respondendo às perguntas, eu vou tomar aqui como, pelo menos, o que eu acredito que esteja acontecendo: a origem da investigação sobre o senhor foi uma quebra de sigilo – de ofício – por um Ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito de *fake news*. E olha como é *fishing expedition*, olha como é pescaria: como não tinha nenhuma razão para fazer essa busca e apreensão, hoje, o que foi apurado, nas conversas do senhor, no seu telefone, está servindo de base para um monte de outros inquéritos que sequer eram para ter sido presididos por um ministro, por um juiz...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E olha só que curioso: a quebra de sigilo veio do âmbito do RE 2021 0077841, na Polícia Federal. Esta sigla, Parlamentares, RE, significa "registro especial". Ou seja: ocorre quando o expediente é aberto em outro órgão que não a Polícia Federal.

A gente, quando faz faculdade de Direito, aprende que a cronologia de uma investigação é a seguinte, Presidente: tem um fato que pode ser enquadrado como infração penal; na sequência, abre-se um inquérito na polícia ou no Ministério Público, e hoje acontece o contrário: você tem um inquérito aberto, sem ter fatos criminosos a serem investigados, e esse inquérito vai puxando tudo o que o Ministro do Supremo quer – um ministro do Supremo quer! É o inquérito "*minority report*". "Eu vou deixar aqui aberto, porque podem aparecer novas suspeitas para afrente, e eu vou precisar desse inquérito para fazer o que eu quiser; pra, mesmo sem ouvir as pessoas, determinar uma busca e apreensão; pra manter preso um Tenente-Coronel Cid, ilegalmente." Se condena tanto aqui a postura de Moro, mas o que acontece hoje é muito além daquilo que já foi proibido naqueles tempos, que era a prática de condução coercitiva. E não tem nenhuma vergonha de se manter esse posicionamento mais ou de se esconder ou disfarçar. A própria imprensa notícia o que pega de bastidores, que se mantém Tenente-Coronel Cid preso, Max Guilherme preso, Cordeiro preso para ver se eles abrem o bico. Isso, sim, é uma grande afronta aos direitos humanos, aos princípios constitucionais diversos que nós temos na nossa Carta Magna...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... e a imprensa, principalmente, ou parte dela, tratando como normal.

Então, quero lamentar os tempos que nós estamos vivendo e dizer que hoje quem está aplaudindo amanhã pode chorar. Hoje quem está achando graça, fazendo comentários em redes sociais depreciativos, amanhã pode ver o líder da sua facção partidária passando por algo parecido. Isso é democracia relativa, defendida por esse líder dessa facção partidária.

Então, quero rogar aqui a Deus que continue lhe dando muita resiliência, Tenente-Coronel Cid, muita sabedoria, muita coragem, muito equilíbrio, inclusive também à sua assessoria jurídica, pra proteger a sua família, porque não há mal que dure para sempre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Passo a palavra agora, na ausência do Senador Randolfe Rodrigues, ao próximo orador inscrito, Senador Cleitinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, servidores dessa Casa aqui, ao Mauro Cid, que está aqui nesse momento, Sr. Mauro Cid. E como o senhor não vai falar, eu vou falar para você.

Você está aqui como preso político, você está aqui porque você foi o homem de confiança do ex-Presidente Bolsonaro por quatro anos, e querem vincular de todas as formas à questão do dia 8. Mas o que a gente viu aqui até agora é falar da questão da vacina, que não tem nada a ver com o dia 8, é a questão do cartão corporativo, que não tem nada a ver com o dia 8, e por aí vai, a questão de joias... Vamos fazer o seguinte, gente, vamos abrir uma CPI aqui também de cartão corporativo, mas vamos colocar a verba indenizadora também de todos os políticos do Brasil. Eu topo entrar. Quer quebrar sigilo? Eu já falei que tem que fazer o seguinte: a hora que chegar no final do mandato, tem que ter uma lei para quebrar sigilo de telefone e bancário de todos os políticos. É muito fácil apontar o dedo, e eu até acho que quem não deve não tem que temer nada. Então, o senhor está aqui simplesmente porque você... como preso político, querem vincular à questão do dia 8, mas não se achou nada no dia 8.

Agora, é o seguinte o que virou esse país: quem é amigo pode tudo, agora, quem é inimigo, quem é oposição e até quem discorda, é o rigor da lei. E o que está acontecendo aqui é isso. Porque você está aqui, está até com suspeita de questão de ter falsificado a vacinação e está preso. Agora, o Sr. G. Dias está solto com falsificação de relatório. Olha como é que esse país, gente! Olha como é que pode, como o próprio Nikolas disse: o Sr. ex-Governador do Rio de Janeiro, com 400 anos de prisão, está fazendo *live* de falar de turismo no Rio de Janeiro e rindo da cara do povo. Esse pode ficar solto. O ex-Presidente da Câmara também, o Sr. Eduardo Cunha, está andando para tudo quanto é lado e dando entrevista, levou família para Dubai para gastar dinheiro público. Esse está solto, mas você está preso pela questão da vacina.

Então, eu queria só falar de uma situação aqui: está na hora de a gente convocar o G. Dias, está na hora de a gente convocar o fotógrafo, está na hora de a gente convocar, porque lembro até a questão do Globo Repórter: onde que está, onde se viu esse pessoal que quebrou? Vamos trazer esse pessoal que quebrou. Tem uma tal de Ana Priscila, que não representa a direita. Ela não me representa. Ela tem que estar aqui. Vamos perguntar para ela por que ela falou o seguinte: "Missão dada, missão cumprida", Flávio Bolsonaro. Vamos saber quem mandou dar a missão para ela, pra ela poder vir aqui e falar para gente. Está fácil de resolver, a convoque e esses outros que quebraram, porque eu queria saber cadê esse povo? Cadê esse pessoal que quebrou? Esses têm que pagar.

Agora, eu queria falar que tem milhares de nomes. Escutei aqui, não sei se foi Senador ou Deputada falando que a gente tem que convocar os grandes, os peixes pequenos. Espere aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses peixes pequenos aí estão presos, e os estão tratando como culpados. Eles têm que estar aqui para poder mostrar a inocência deles. E a maioria, quase todos são inocentes, são patriotas, são pessoas que estavam revoltadas, como eu.

Eu queria falar uma coisa aqui agora para todos os políticos do Brasil, pra toda a população brasileira. Tem hora que eu ando na rua e falam assim: "Lá é difícil, não é, Cleitinho? Como é que é lá? Nossa, você não deve estar aguentando, não é, Cleitinho?". Eu não estou aguentando? Lá é bom demais, lá eu ganho quase R\$30 mil líquidos por mês, gente, ganho em dia. Logo, logo, nós estamos entrando de recesso. Inclusive, tem até político que está em navio, dançando forró. Como é que isso aqui é ruim? Isso aqui é bom demais. Isso aqui é uma beleza. Nisso aqui tem privilégio, tem regalia, tem um monte de coisa. Isso aqui... Gente, quem não quer ser político? Que dia que salário de político atrasou? Isso aqui é uma delícia, é bom demais. Eu tenho que ajoelhar e agradecer a Deus.

Sabe o que é difícil? Quando eu era verdureiro, trabalhando lá no varejão, de 7h até quase 10h da noite, de segunda a segunda. Meu próprio pai, com 70 anos, vai pro Ceasa segunda, quarta e sexta, todos os dias, muitas vezes trazendo mercadoria. Às vezes, o comércio era ruim, o tomate estragava. O que a gente tinha que fazer? Ou ficavam vencidos tomate, batata e por aí vai. A gente doava. Quer dizer, é pagador de imposto. E sabe por que eu entrei na política? Porque eu estava lá ralando igual doido, às 7h, 8h da manhã, 9h, 10h, e vai, vai, chegava em casa e no jornal: "Fulano roubou. Fulano botou dinheiro dentro da cueca. Beltrano não sei o quê". E, como eu, esse cidadão aqui brasileiro, milhões de brasileiros...

E aí eu vou falar uma coisa que até agora... Muita gente foi embora, Parlamentar principalmente que se identifica com a esquerda. Começar a respeitar quem é de direita, começar a respeitar quem é patriota, parar com esse negócio de falar que é terrorista... Essas pessoas são os patrões que pagam todos os nossos salários aqui. Que dia vocês já me viram ofender alguém que é de esquerda ou de direita ou de centro aqui? Sabe por quê? Porque eu tenho vergonha na minha cara e eu sei que todos pagam o meu salário. Então, comecem a respeitar quem é patriota, quem é conservador e quem é de direita. Essas pessoas se levantaram foi de revolta de saber que estavam sendo roubadas, que o dinheiro que você paga em imposto, rigorosamente em dia, estava sendo roubado. Eu estou mentindo aqui? Os jornais sempre falaram isso.

Eu fui um desses que tive que pegar e falar: sabe de uma coisa? Eu vou parar de fazer vídeo nas redes sociais e eu vou pro debate, eu vou ter que ir pro campo. E essas pessoas... Muitas dessas que estão presas são revoltados que não aceitam mais um país desse jeito aqui. E nós podemos tomar vergonha na cara e não aceitar isso mais. Então, o que eu quero falar para você, Mauro Cid, é: você é um que está aqui como um preso político, viu? E eu espero que as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas... "Ah, eu quis finalizar dizendo a questão do Bolsonaro." Gente, já o colocaram inelegível, Flávio?

Aí eu vou fazer uma comparação para vocês. Você já viu os times do Brasil quando estão na Libertadores e não querem pegar o Boca nas oitavas? Não, não, não, não. Que diferença que faz pegar nas oitavas, nas quartas? Você não quer ser campeão? É igual a mim quando eu fui candidato a Senador: "O Aécio Neves está liderando a pesquisa". Eu peguei, fiz um discurso e falei assim: mande-o vir, eu quero é ele. Se eu quero ganhar, eu vou ganhar dele.

Que medo é esse que vocês estão do Bolsonaro, gente, daqui a três anos? Já que na eleição foi democraticamente tudo certo, que medo é esse do Bolsonaro? Deixem-o vir. Vocês não são os bons? Vocês não ganharam? Vão para eleição novamente. Que medo é esse? Eu não tenho medo, não. Eu não tenho medo nenhum. Então, parem de ficar perseguindo o Presidente Bolsonaro e o respeitem. Ele é um ex-Presidente e tem que ser respeitado como todos. Alguns não. Muito obrigado.

Olha, quem ficou chateado comigo, quem ficou chateado comigo, pode orar que vai passar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria reiterar aqui o que vários colegas já disseram, que o Major Cid é um preso político. Acho que ninguém... Tenente-Coronel, foi promovido. É um preso político e ninguém tem dúvida disso. E de fato a questão toda é que ficaria muito ruim ir direto ao Presidente Bolsonaro. Então, estão começando pelas beiradas, estão começando pelo entorno dele, para sentir como é que fica o clima.

Quando saiu a megaoperação da Polícia Federal, talvez e muito provavelmente a única do Brasil, os meus colegas da Polícia Federal... Eu, por exemplo, sou formado em Direito, estou pós-graduando, trilingue, o pessoal... Tem gente lá que é físico nuclear, Presidente. A missão do cara é entrar na casa do Presidente Bolsonaro, fotografar o cartão de vacina da Primeira-Dama, pegar o celular do Presidente, depois, cumprir um mandado de prisão contra um oficial do Exército Brasileiro, porquanto ele foi um suspeito de falsificação de vacina. Eu não tenho conhecimento de que nenhuma pessoa nesse país tenha recebido uma visita da Polícia Federal por conta de cartão de vacinação.

E agora, que começam a surgir ainda... Agora de maneira mais tranquila, porque não é mais o Bolsonaro o Presidente, começa a surgir que realmente a vacina dá efeito colateral.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Epidemia daquela síndrome lá, que eu nem sei falar o nome, do francês lá, Guillain Barré, um negócio assim. Deputados aqui... Como Helio Negão teve coágulo, que, se para no coração ou para no cérebro, pode ser fatal, Deputado Éder Mauro. Eu acho até que pode... Não vai demorar muito para sair uma decisão na Justiça dizendo que esse tipo de conduta cai na falta de culpabilidade. Talvez a dispensa da... Aquela inexigibilidade de conduta diversa, que é um dos componentes do crime. Acho que não vai demorar muito para vir uma tese nesse sentido.

Mas, quando a Polícia Federal foi à casa de Bolsonaro e à sua casa, Coronel Mauro Cid, eu tinha certeza de que dali em diante ia começar a sair um monte de notícia, um monte de vazamento sobre fatos que não tinham nada a ver nem com cartão de vacina nem com qualquer outra coisa referente a V. Exa., porque eu sei que a gente sofreu na pele, porque o meu irmão Flávio, que está aqui ao meu lado, também sofreu com isso. Eu vi extratos bancários dele na televisão, no Jornal Nacional. Eram sempre vazamentos. Aí num dia falava: "Ah, comprou apartamento assim, assim, assado". Ele lá: "Ó, comprei na planta, está aqui a carta da Caixa Econômica". Pá. Aí, no dia seguinte: "Ah, mas o Queiroz mandou dinheiro para não sei onde". Aí ia ver, era uma outra coisa. E assim ia a conta-gotas um assassinato de reputação.

É por isso que é fácil vir aqui dizer, Coronel Cid, que muito me honra falar que sou seu amigo, sim; não vou chegar agora e virar as costas e tratar como leproso, não, como a esquerda quer, que V. Exa. é vítima de todo esse processo que na verdade tenta calar e castrar a opinião política do povo brasileiro. O Bolsonaro só está no meio do caminho. E indo aqui para os termos técnicos que alguns Deputados aqui falaram, o Senador Flávio Bolsonaro, o Deputado Filipe Barros, de maneira muito séria e inteligente, eu não vou fazer as indagações porque sei que V. Exa. está se mantendo no direito de permanecer em silêncio, acompanhando as orientações dos seus advogados, e assim deve ser, até porque não adianta o que a gente venha a falar, a esquerda vai distorcer, como ocorreu comigo esse final de semana. Falei especificamente de professores doutrinadores. Esquecem os doutrinadores e estão querendo generalizar, como se eu tivesse feito uma fala com relação a todos os professores.

Mas, enfim, esse inquérito, no bojo do qual saiu a prisão de V. Sa., começou em agosto de 2021. Reparem, a gente está falando aqui de uma pessoa que tem, há cerca de dois anos, as suas mensagens e a sua vida privada devassada, lembrando que nós aqui, que somos Parlamentares, muito bem sabemos: os nossos celulares, Deputados e Senadores, já são caixas de mensagens do país inteiro. Ou aqui ninguém recebe pedido para transferência de hospital ou pedidos para os mais diversos tipos de demanda? Agora, imaginem como é que é o celular de uma pessoa que assessora o Presidente da República. É dez vezes pior do que o celular de cada um de nós aqui. É impossível dar conta de todas as mensagens de WhatsApp.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse inquérito, que começou dois anos atrás, Deputado Filipe Barros, se iniciou depois de uma transmissão ao vivo feita pelo Presidente da República e o Deputado Filipe Barros, explanando o inquérito da Polícia Federal, que, até aquele momento, não era sigiloso. E o Deputado Filipe Barros comprova com documentos que ele pediu, enquanto Relator da PEC do voto impresso, esse acesso ao delegado de Polícia Federal, fazendo a ressalva de que das partes que fossem sigilosas que não lhe fosse franqueado o acesso. E foi lhe dado pelo delegado de Polícia Federal o acesso a todo o inquérito, o qual o Deputado Filipe Barros deu a todos os membros daquela Comissão Especial da PEC 135, da Deputada Bia Kicis, sobre o voto impresso.

Esse inquérito comprovava, através de um documento do técnico do TSE Sr. Giuseppe Janino que um *hacker* invadiu o sistema do TSE, pelo menos, de março a novembro de 2018. E como é que se sabe isso? Porque o *hacker* que invadiu os sistemas deu uma entrevista para a revista *TecMundo*, e a Presidente do TSE à época, Rosa Weber, se viu obrigada a abrir um inquérito policial.

É deste inquérito policial que Jair Bolsonaro e Filipe Barros fizeram uma transmissão ao vivo. E isso daí começou a ser tratado como vazamento de dado sigiloso de investigação da PF. Mas era público! Vazamento de quê? Se até o delegado deu para o Deputado, que depois franqueou a toda a Comissão, aquele bendito inquérito. Porque era feio para o sistema, não é? Ficou ruim para o Barroso continuar com a sua narrativa de que as urnas eletrônicas são invioláveis sendo que o sistema do TSE foi invadido, com um documento do próprio papa das urnas eletrônicas dizendo que foi invadido. E, se não me falha a memória, ainda tinha lá, o *hacker* ainda fala: com a senha do Ministro Banhos. Desceu aos detalhes. Só que a coisa ficou pior, porque, quando o delegado federal pediu acesso aos registros *log* por onde passou o *hacker* naquele momento, o TSE disse que não tinha mais os registros, que eles foram deletados, Mauro Cid. O cara invadiu o sistema do TSE, e o TSE se esqueceu de permanecer os dados nos registros; deletou sem querer. Porque, na verdade, não foi o TSE; era uma empresa terceirizada – olha a segurança da democracia brasileira. Mas, pois bem. Esse aí é o bojo do inquérito que prendeu V. Sa.

E a pergunta que eu faria: a PGR pediu o arquivamento desses inquéritos? Sim, e mais de uma vez. Dia 17 de fevereiro de 2022, a PGR pede o arquivamento do inquérito de vazamento de dados. Em agosto de 2022, a PGR pede novamente o arquivamento do inquérito. O inquérito foi arquivado? Não, o inquérito não foi arquivado. E aí a pergunta que fica – queria ouvir os nobres juristas da Casa – é: se a PGR, que é a parte acusatória, pediu o arquivamento duas vezes e o arquivamento não foi feito, quem diabos toca a parte acusatória dessa bagaça?

E aí viria a minha próxima pergunta: a quebra de sigilo de V. Sa, se não foi pedida pelo MP, qual a autoridade que pediu? A resposta é óbvia. E é gracioso que vão falar: "Não, mas a Polícia Federal é que pediu. Provocou o Alexandre de Moraes para dar essa quebra de sigilo".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Marcel Van Hattem fez um discurso sensacional meses atrás nesta Casa daqui, em que ele explanou, ele denunciou que, só para dar um exemplo, no dia 8 de janeiro, às 23h22, o Diretor-Geral da Polícia Federal pediu a prisão do seu colega, outro policial federal, Anderson Torres, e, no mesmo dia, 8 de janeiro, Alexandre de Moraes deu uma decisão de nove laudas requerendo a prisão não só de Anderson de Moraes, mas também do Coronel Fábio Augusto Vieira, Comandante da PMDF. Trata-se de uma mente brilhante. Em 38 minutos, ele conseguiu ler um pedido de prisão, fundamentá-lo em nove páginas e dar aquela decisão no mesmo dia. Se isso aqui não é um jogo combinado de cartas marcadas, eu não sei o que é. Se isso daqui não fere o tal do Estado democrático de direito, eu não sei mais o que pode violar.

Vou recapitular aqui o que a gente está falando. O Mauro Cid não tem relação com o inquérito das urnas eletrônicas. A suspeita de falsificação desse cartão de vacina...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... nada tem a ver com o 8 de janeiro, e talvez ele seja a única pessoa deste país, de 210 milhões de habitantes, que esteja encarcerado por conta disso.

A lei brasileira fala que inquéritos federais com réu preso têm que ser concluídos em 15 dias, prorrogáveis por mais 15 dias. Ou seja, no máximo em 30 dias, a PF tem que entregar o relatório desse inquérito. Já se passam 70 dias, e Mauro Cid continua preso. Onde é que está o império da lei?

E, finalizando, o que estão fazendo na verdade...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Ditadura.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... é trancafiar uma pessoa honesta, um réu primário na cadeia e tacar fora a chave. Só que eles não percebem que amanhã eles podem ser as vítimas dessa democracia relativa. A imprensa já começou... Semana passada, quando o Gilmar Mendes deu uma tuitada rebatendo o Lula com relação a essa questão de democracia relativa, todo mundo acendeu o sinal amarelo. A esquerda botou um pé atrás e falou: "Opa! Calma aí, calma aí que essa brincadeira não está mais tão engraçada".

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Até o ...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Eu quero crer que não seja necessário todos nós, um a um aqui, que a gente venha a sofrer esse tipo de perseguição implacável para gente se dar conta das maldades que estão acontecendo. E é isso que eu falo, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo votos aqui, Mauro Cid, de que um dia a justiça será feita, a verdade vira à tona e, certamente, não só a sua família, mas todo o Brasil sentirá orgulho da pessoa que V. Sa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais nada, eu tenho que cumprimentá-lo por ter já sinalizado aqui, feito um pacto com os colegas, que, a partir do segundo semestre, quando a gente voltar, depois do recesso, finalmente nós vamos conseguir ouvir o outro lado. Porque agora é uma tentativa de enfiar goela abaixo uma narrativa deste Governo que quer proteger, que quer esconder, que quer blindar os poderosos no país. E não se vai no escopo do objeto desta CPMI. Já foi falado aqui, mas é bom a gente repetir.

Esta CPMI foi assaltada, foi tomada pelo Governo Lula, que não queria de jeito nenhum, absolutamente. Tanto é que infestou de Parlamentares governistas, que nem sequer assinaram esta CPMI, que é um instrumento da oposição histórica, desde que eu cheguei aqui, desde que eu me entendo. Pode ser que eu esteja equivocado, Deputado Evair, mas eu nunca vi uma CPI sendo ocupada pela situação, pelo Governo, pra blindar, com oferecimento de cargos, segundo a mídia, com oferecimento de emendas parlamentares. E, aliás, por falar nisso, é um escândalo que permanece da semana passada até hoje.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer, em primeiro lugar, dar as boas-vindas, aqui nesta Comissão, ao Sr. Mauro Cid. Eu sei que o senhor não está respondendo às perguntas. Estou indo por outro caminho aqui. Vou fazer a primeira. Se o senhor não responder, eu nem faço as demais.

Mas a gente precisa, enquanto não chega o segundo semestre, a gente precisa, pelo menos, dar uma resposta à sociedade, enquanto a gente tem isso aqui, enquanto a gente tem rede social ainda, porque até isso querem tirar da gente. Mas, mesmo em minoria aqui nesta Comissão, Senador Magno Malta, a verdade está vindo à tona, porque as pessoas estão acompanhando, estão levando a sério. E está muito na cara, a máscara, está muito na cara quem está dizendo a verdade, quem está querendo fazer só narrativas: os que se dizem democratas, que tem um Presidente que fala da democracia relativa, mas que recebe ditadores e que diz como é que se deve fazer narrativa. É um negócio, é uma desfaçatez tão grande!

Mas eu queria lhe fazer este questionamento: o ex-Presidente da República tinha acesso aos relatórios e informes de inteligência emitidos pela Abin? Como funcionava a tramitação do documento até a Presidência? O senhor tem conhecimento disso, por favor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CESAR BARBOSA CID (Para depor.) – Senador, com todo o respeito a V. Exa., eu vou usar uma coerência e vou manter o meu posicionamento de permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu entendo a sua situação. Eu confesso que entendo a sua situação, porque o que foi usado com o senhor é o chamado *fishing expedition*, clássico, pescar as provas; joga aquela tarrafa para ver o que é que vem, porque tem a narrativa que eles têm que seguir, aquele roteiro cinematográfico. E isso aí pode até ser legal, mas é imoral.

Eu não vou nem insistir em perguntas, porque eu vi os requerimentos que chamaram o senhor aqui, e a maioria deles fala dessa questão da falsificação do cartão de vacina. O que isso tem a ver com o dia 8 de janeiro eu não sei.

Mas o que eu sei é que eu fui candidato a Presidente do Senado, Sr. Presidente. No dia 8 de dezembro, eu lancei e foi difícil para chegar aqui ao Senado federal, foi difícil para eu adentrar na Casa em que eu trabalho, tive que fazer volta. Eu vim ali pela Esplanada dos Ministérios, era barreira por cima de barreira, não consegui, fui fazer a volta para entrar, mas a facilidade que aconteceu no dia 8 de janeiro é inexplicável. Por isso que a Abin – Abin, Abin! – é uma chave importante.

Hoje – eu quero parabenizar todos os Parlamentares aqui – nós aprovamos a questão das imagens do Ministério da Justiça. Isso é chave! No segundo semestre, não tem como esta CPML fugir, Senador Jorge Seif, e não aprovar aquele fotógrafo da Reuters, Adriano Machado, que fez ali o ensaio fotográfico, no Palácio do Planalto, de como se quebrar a porta da Presidência. Ele tem que ser ouvido, Sr. Presidente! Não tem jeito! Pra gente buscar... Se a gente quer buscar a verdade, passar a limpo essa história do dia 8, a gente precisa saber disso.

Como o Senador Magno Malta colocou, é muito estranho – muito estranho – se protagonizar um golpe de Estado num domingo, pessoas sem armas, com Bíblia debaixo do braço. Agora, tem aquela história... E aí é que a gente tem que ver, identificar possíveis infiltrados aí. Tática de guerrilha... Quem é que... Quem são os extremistas que estavam lá? Isso a gente precisa saber, porque tem o maria vai com as outras, tem o efeito manada, e essas pessoas estão sofrendo enquanto a gente cansa, brinca de fazer narrativa, dentro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, achando que as pessoas vão se convencer. Tirem as nossas redes sociais! Usem os veículos, se vocês quiserem convencer a população! Porque aqui, nesta Comissão, a gente vai demonstrar e nas nossas redes sociais o que é que está acontecendo. Nós vamos cobrar.

Sr. Presidente, eu peço a autorização da Mesa para passar uma imagem, que foi a imagem da semana passada. E eu peço o áudio dessa imagem, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Está bom, Presidente.

Muito obrigado à Secretaria.

Se essas imagens não tocam o coração daqueles que se dizem, sempre se disseram, defensores dos direitos humanos no Brasil, eu não sei o que é que vai tocar o coração, ou se é tudo falácia, sempre foi.

Eu tive contato com essas crianças, porque nós fizemos um evento aqui na Biblioteca do Senado – o Marcel van Hattem articulou, e nós conseguimos junto à Presidência da Casa – na semana passada. E essas crianças estavam perambulando aqui com a irmã de 20 anos. O que essa... A Agnes – é o nome dela –, de 20 anos, largou a faculdade, trancou a faculdade, deixou o emprego para cuidar das crianças. O que ela falou dessas crianças é algo surreal, Sr. Presidente: se sentindo abandonado, sem querer comer, o de três; o de oito, sem motivação, questionando a vida – com oito anos de idade. Eu tenho um filho, eu tenho um filho dessa idade.

É surreal o que está acontecendo no Brasil, e os advogados dizendo que não têm direito à defesa, que não têm acesso aos autos. Aí vem um colega ou uma colega aqui dizer *fake news* que já está repercutindo aí, que todos os presos assistidos pela defensoria pública estão soltos e somente os que são defendidos por advogados privados é que estão presos. Isso não é verdade. Vamos parar com isso, com *fake news*.

E nós vamos levar, Sr. Presidente, nesse um minuto que me falta... Nós teremos aqui – fica o convite a todos –, quinta-feira, às 14h, nós conseguimos aprovar, na Comissão de Segurança Pública desta Casa revisora da República, uma audiência para ouvir esses advogados que estão com seu direito vilipendiado e para ouvir os familiares. A verdade vai vir aqui.

Eu quero agradecer aos Senadores que aprovaram esse requerimento. É quinta-feira, agora, dia 13 de julho, às 14h. Estão convidados para ouvir o relato de brasileiros que estão sendo segmentados, estão sendo colocados de lado.

E eu vou levar, Sr. Presidente, com muitos Parlamentares daqui, que estão se articulando, para a ONU, Direitos Humanos da ONU... Nós vamos denunciar o que está acontecendo, o vilipêndio, o desrespeito aos direitos humanos desses brasileiros que são presos políticos assim como Mauro Cid Barbosa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu sou técnico agrícola lá do interior, da roça. Eu vou contar um caso aqui, um caso bem típico lá do interior, para tentar trazer uma demonstração clara do que é essa manobra sórdida que a base deste Governo tenta fazer. É um caso até curioso, e peço até desculpa, porque é um caso muito popular.

Não sei se vocês conhecem galinha-d'angola. Quem conhece galinha-d'angola aqui? Se vocês já tiveram, digamos, um caso curioso, oportunidade de procurar um ninho d'angola, de galinha-d'angola: o bicho mais sabido que nós temos numa propriedade é a galinha-d'angola. Na roça tinha muita galinha-d'angola. Uma das funções, eu ainda menino, era achar o tal do ninho da galinha-d'angola. E qual era a senha? Quando a galinha-d'angola cantava no morro – na minha região tem muitas montanhas –, elas cantavam no alto de um morro, possivelmente, o ninho dela estava no outro extremo, no outro lado, no outro morro. Galinha-d'angola nunca cantava perto do ninho. E assim, vai desenvolvendo vendo a técnica. Então, assim, na mesma altura, no mesmo ângulo, o ninho da galinha-d'angola estava exatamente no outro lado, oposto, completamente diferente de onde ela estava, ou seja, ela é um animal que, por preservação, naturalmente, desenvolveu o senso de dar sinais trocados.

A gente, que é criado na roça, aprende a conviver com a natureza e com os animais. Isso para mim foi uma grande escola de vida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES) – Aqui são perfeições.

Aí você vai lá no século I. Sabe que após... Quando começa lá o cristianismo, Pedro e Paulo fogem de onde estavam e vão para Roma, Roma que era um centro político importante, e Pedro e Paulo, então... Por isso, inclusive, que a Igreja Católica, o catolicismo tem a sede em Roma, sendo que Jerusalém, de lá, era muito distante. Mas Pedro e Paulo, então, começam a organização da Igreja Católica em Roma.

E, no século I, surge uma expressão muito curiosa que tem tudo a ver com galinha-d'angola, que é quando queremos indicar que todas as alternativas de que dispomos levam para o mesmo lugar e têm o mesmo resultado. Podemos dizer – e aí surge a expressão – que todos os caminhos levam a Roma, e isso vai nos levar a pensar: mas Roma tinha tantas estradas assim?

A expressão remonta do fato, no século I – eu já tinha dito –, de quando o Império Romano era o umbigo do mundo, estava centralizado ali, ia da Bretanha – que, na verdade, hoje é a Inglaterra – à Pérsia – que hoje é o Irã. Ele chegou a ter 80 mil quilômetros de estradas, por isso a expressão. Como Roma se tornou um centro político e econômico importante, naturalmente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também veio aí esse destino de Pedro e Paulo, o que levou também, em função dos acontecimentos do cristianismo, seus centuriões importantes. Juntou esses dois fatos.

O que eu quero dizer para isso – e a minha conclusão desses fatos aqui? A esquerda brasileira sórdida, maldosa, que vive trocando de discurso e retórica no seu dia a dia, ela tem uma única direção. Eu disse isso ontem, inclusive na oportunidade vou repetir aqui na Comissão. O sonho deles é que alguma pista e algum caminho que eles estão adotando possam levar a Jair Messias Bolsonaro. Eles estão usando todas as estratégias para tentar achar esse caminho – um desses caminhos que não é Roma. Mas o sonho deles é poder chegar à cozinha de Jair Messias Bolsonaro, só que eles estão iguais às galinhas-d'angola, estão cantando num lugar completamente errado. Eles não passam aqui daquelas galinhas barulhentas que dão sinal trocado, porque nem sabem por onde é que estão indo – estão completamente perdidos. E aí convocam o Cid, convocam o Pedro, o Paulo, o Joaquim. Estão completamente perdidos.

O sonho deles era conseguir achar um rastro, uma digital, que pudesse levar a algum indício de Jair Messias Bolsonaro. Disse isso ontem e eu vou repetir aqui, e até peço desculpas de novo pelas expressões que eu uso, pela minha forma do meu dia a dia: até o papel higiênico da casa do Bolsonaro acho que levaram para saber se é dele mesmo, ou se alguém esteve lá usando na casa dele.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Que isso, rapaz!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Que isso!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES) – Ou seja, está ficando feio para eles.

A Polícia Federal está trabalhando exclusivamente para eles – para nós, não está trabalhando. A Abin está trabalhando para eles – para nós, não está trabalhando. Toda a investigação do mundo está à disposição da base do Governo Lula, e eles não conseguem achar o ninho da galinha-d'angola, porque não vão achar, porque estão procurando no lugar errado, porque não existem os caminhos que eles estão procurando, porque não existe esse mapa da navegação, porque não tem a digital de Bolsonaro. Aí ficam expondo pessoas – não vou nem entrar no mérito aqui – comuns que estão aí sendo sacrificadas.

Eu, assim, não consigo imaginar o Alexandre de Moraes dormindo. Eu, como cristão, sou pai de família, sou lá da roça, um técnico agrícola, eu não consigo imaginar esse homem dormindo, porque não tem no direito, não tem na história, não sei onde está conseguindo arrumar fundamento para ficar de pé com esse inquérito que nem ele sabe como terminar. É a tal da ponta da linha que ele pegou, e isso não tem fim. Eu acho honestamente que ele, de vez em quando,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensa: "Pelo amor de Deus, caia um raio para eu ficar livre disso!", que nem ele está sabendo se livrar disso, e fica nessa, todo dia, arrumando uma retórica, uma desculpa. Está ficando vergonhoso, porque são coisas óbvias.

E, nessa semana, eu espero que o Governo tome providência, houve o assédio moral do Diretor da Polícia Federal, quando ele disse que policial federal – tenho por lei hoje o direito de fazer essa visão política –, se for candidato, vai ser expulso. Isso é assédio moral, isso é feio inclusive. Não vou nem entrar no... Eu não sou operador de direito. Isso é feio. Isso é, assim, uma clara demonstração... Policial federal que fizer um gesto para ajudar nas investigações... Eu estou aqui, estou na CPI do MST, nós não conseguimos ninguém, nenhum agente, nenhum delegado da Polícia Federal para nos ajudar na CPI do MST, porque tem assédio moral, porque sabe que, se fizer um gesto, vai ter punição severa. Toda investigação do mundo está à disposição deles.

A D. Ernestina – eu vou usar a expressão aqui, porque a minha história é que me trouxe até aqui – é uma senhorinha muito simples que foi criada perto de nós. Há uma expressão que não é do português, mas é dela: "Meu filho, 'diseste'". A expressão dela era essa. Era uma mulherzinha muito simples, muito carinhosa, que fazia um feijão amassado lá com farinha para nos tratar todos os dias, que dizia assim: "Meu filho, 'diseste'".

Vou falar para esquerda brasileira, vou falar para base do Lula, usar a expressão da saudosa D. Ernestina, uma mulher humilde, que rezou muito para mim, fez chá e xarope: 'diseste', vocês não vão achar o que vocês querem. Por quê? É muito simples, o próprio Diretor da Polícia Federal, usando suas últimas falas, disse: "Foi uma falha generalizada. Eu estive com o Ministro da Justiça, Flávio Dino, no dia 7. Nós tínhamos...". Ele está dizendo isso, não estou nem falando mais. Aqui já deve ter sido repetido muitas vezes, mas tem que falar todos os dias. É óbvio que o Governo do Sr. Ministro Flávio Dino, a Abin, o GSI tinham informações de fumaça – expressão usuária: onde tem fumaça tem fogo. Essa é a expressão do nosso dia a dia.

Eu só tenho uma dúvida a comprovar: se o Lula foi avisado no dia 7 ainda à noite ou se ele foi avisado dia 8 de manhã, porque ele fugiu de Brasília – ele fugiu de Brasília. Essa saída do Lula para São Paulo tem que ser investigada aqui. Eu quero o plano de voo. Não vou nem pedir ao Coronel Cid, que sabe muito bem. Ele sabe como é que funciona um deslocamento presidencial. Todo mundo sabe como funciona aqui. Isso não é Uber: se você digita aqui, o avião da FAB decola na pista e você vai embora. Não é assim que funciona. São no mínimo – nem que seja o Cid para ajudar... Devem ser 40, 50, 80 homens envolvidos numa simples operação dessa. Você não mobiliza isso... Isso não é Uber. Ainda não está...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES) – Viagem presidencial ainda não está no aplicativo. Espero que um dia esteja para poder baratear o custo inclusive, senão o Lula vai quebrar o Brasil de tanto viajar.

Então, Coronel Cid, o senhor tem o meu respeito. Tive oportunidade de trabalhar ao seu lado como Líder do Governo Bolsonaro. Sempre fui muito cordialmente atendido. Sei do rigor que o senhor tinha com as agendas. Nós tínhamos até reclamações, às vezes, porque o senhor tinha função realmente ali de ser rigoroso, a gente tentava furar... O senhor dizia: "Olha...". O senhor realmente cumpria as suas responsabilidades, o seu papel ali. Nós tínhamos que seguir o caminho do gabinete, era um outro trâmite.

Eu quero dizer o seguinte: a esquerda não vai conseguir achar o caminho de Roma, que é o caminho de Bolsonaro, porque os caminhos que vocês estão levando não vão levar... Porque não existe essa rota. Vocês estão cantando no outro morro. Vocês estão como a galinha-d'angola cantando no morro completamente ao contrário.

E a gente quer, na verdade, saber aqui do crime de irresponsabilidade e prevaricação feito por este Governo, que se omitiu dos fatos e informações e fez com que realmente o Brasil não soubesse da verdade, não soubesse das preventivas, e, naturalmente, o fatídico dia 8 aconteceu por irresponsabilidade e prevaricação do Ministro da Justiça, da Abin, do GSI e do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Encerramos, assim, a relação dos membros efetivos e suplentes desta CPMI e passamos agora aos não membros. Tem três inscritos, sendo que um não está presente, que é a Deputada Julia Zanatta.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito por três minutos, o Deputado Alípio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Abílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Abílio Brunini. Perdão, Deputado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Ele se comportou bem hoje, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito bem. Hoje, ele tem nota 7.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Eu estou inscrito?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. não se inscreveu, Deputado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – O Magno Malta está dando uma de Lula, é?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Bom, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de, mais uma vez, como não membro, estar mais presente que o Cid Gomes aqui nesta CPMI. *(Risos.)*

E aí o senhor me pede para não rir, Sr. Presidente, que não é para fazer deboche, que não é para rir... Mas onde está o Cid Gomes, que brigou tanto para ser o Primeiro-Vice-Presidente?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Está trabalhando.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Deve estar patrolando alguém no Nordeste.

Mas, Sr. Presidente, eu estou tentando entender. A gente pega um cara, tira-o da condição em que ele está de preso político e o traz vestido com uma roupa de que a Erika Kokay e a Erika Hilton não gostam – outros Parlamentares também não gostam, porque estão mais preocupados com a moda dentro do plenário e ficam me atacando de *aerolook*, e o seu fardamento é muito bonito, por sinal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – *Aerolook*, minhas vestimentas, falando que aquela camisa cinza que eu uso... Tenho tem 37 unidades daquelas, Presidente, mas chamam de *aerolook* e é só uma camiseta cinza de R\$39,90. Mas parabéns pela vestimenta. É melhor o senhor estar vestido com uma farda e respeitando a farda, ao contrário de outros que não a respeitam, do que o senhor estar aqui vestido de alguma forma e colocando dinheiro na cueca. É muito melhor o senhor estar desse jeito. Porque a reputação do Líder do Governo não é das melhores. Quem dera o Líder do Governo tivesse a reputação que o senhor tem dentro das Forças Armadas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o questionamento hoje parece que foi sobre paternidade, porque todo mundo aqui quer ser filho do Bolsonaro – acho que até o Rogério Correia quer ser filho do Bolsonaro aqui, Sr. Presidente. *(Risos.)*

E isso fica complicado, porque o Eduardo e o Flávio estão presentes com ciúmes, e, por questões estéticas, o Rogério Correia não ia dar muito certo para ser filho do Presidente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro, mas também me leva ao questionamento sobre a banalização dos instrumentos na CPMI.

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – E aí, quando a gente começa a perceber que o convidado, ou a testemunha, ou o investigado não vão colaborar com nenhuma informação por próprio direito deles de manter o sigilo, a gente vai aceitar que todas as vezes seja usado o instrumento da CPMI apenas para ter um microfone para falar *fake news* o tempo todo, como tem sido feito aqui nesta CPMI? É só narrativa, narrativa, narrativa! Quando é que a CPMI vai trazer aqueles que, de fato, foram responsáveis, como o G. Dias, que precisa trazer, o fotógrafo, que precisa trazer, e tantos outros?

Quero dizer, Sr. Presidente, que, apesar de a esquerda me odiar, eu tenho o maior prazer de relembrar o Enéas: meu nome é Abílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo agora a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem, que somará os três minutos a que faz jus aos cinco minutos da Liderança da Oposição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele concede um aparte se for o caso.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Arthur... Começou?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. tem oito minutos, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela Liderança.) – Poderia repor o tempo, por favor, Presidente? Agradeço.

Sr. Presidente Arthur Oliveira Maia. Arthur de Oliveira Maia, certo? Da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Que o Brasil todo saiba bem o seu nome, porque V. Exa. sabe da responsabilidade que possui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como, Deputado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Que o Brasil todo conheça bem sempre o seu nome, como tão bem o conhece o povo da Bahia, pois V. Exa. tem aqui, ao conduzir a CPMI, uma responsabilidade histórica neste momento em que nós vivemos uma verdadeira ditadura no nosso país.

V. Exa., como Presidente – e vejo ao seu lado o Senador Magno Malta, como Segundo-Vice-Presidente –, tem, como condutor dos trabalhos desta Comissão, que infelizmente está, como foi dito já por vários Parlamentares, sofrendo uma tentativa de sequestro por parte do Governo... Está sofrendo essa tentativa de sequestro, mas V. Exa. não está deixando, não está permitindo. E, pelo contrário, precisa continuar nessa senda de mostrar ao Brasil o que está acontecendo, porque a história lhe dará razão, como dará razão à justiça e à verdade, dentro de 10, 20, 30 anos.

O que nós estamos vivendo neste momento... E não entrarei nem no mérito da testemunha ou do investigado que aqui está porque, utilizando-se do direito constitucional de não falar, está permanecendo em silêncio. Faço aqui as considerações em virtude daquilo que estão tentando imputar a pessoas inocentes, justas, que ainda presas estão, algumas sofrendo restrições de liberdade, homenageadas aqui pelo vídeo mostrado pelo Senador Eduardo Girão, que certamente tirou o chão de todo mundo. A Alessandra Faria Randon apareceu no vídeo aqui, Sr. Presidente Arthur de Oliveira Maia da Silva. Infelizmente, eu vi gente continuando a olhar o telefone, olhando para o lado, enquanto outros sentiram, sensibilizados, aquilo que milhões de brasileiros viram pelas redes sociais quando esse vídeo foi divulgado, Senador Magno Malta. V. Exa. esteve comigo na Papuda e também na Colmeia, onde encontramos essa senhora e tantas outras pessoas que estão injustamente sofrendo esse processo absurdo.

E me lembrei de uma música de Bob Dylan, de 1962, chamada *Blowin' In The Wind*. E, lá pelas tantas, da metade para o fim da música, ele pergunta: "*How many times can a man turn his head, and pretend that he just doesn't see?*", quantas vezes uma pessoa pode virar a sua cara e fazer de conta que não está vendo?; "*How many ears must one man have before he can hear people cry?*", quantas orelhas um homem precisa ter até ouvir as pessoas chorarem? Sr. Presidente, o que nós estamos vivendo no Brasil é um absoluto absurdo! E, no final, o cantor, que também é um poeta, diz: "*How many deaths will it take till he knows that too many people have died?*", quantas mortes têm de acontecer até que o ser humano perceba que pessoas demais morreram?

Sr. Presidente, essas injustiças que estão acontecendo no Brasil, essa ditadura do Judiciário, essa ruptura do Estado de direito não pode ser tolerada.

Até onde vai o poder do ser humano, a ânsia por buscar protagonismo ou o pequeno poder, a ponto de colocar pessoas inocentes injustamente na cadeia? E esta CPMI ainda sendo utilizada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por pessoas insensíveis, que não são capazes de assistir a um vídeo, porque sabem que se assistirem vão se sentir cúmplices, porque o são, de tudo que está acontecendo no nosso país, Sr. Presidente.

Eu não posso aceitar isso, Presidente Arthur de Oliveira Maia da Silva, V. Exa. também não aceita. Continue na condução dos trabalhos, V. Exa. tem o apoio para fazer justiça neste país, porque é isso que o povo espera. (*Palmas.*)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – Continuando aqui o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Entendo que V. Exa. está concedendo um aparte ao...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sim, Sr. Presidente, considerando que o meu tempo restante é de quatro minutos, metade dele fica para o Deputado Cabo Gilberto, Vice-Líder da Oposição, com quem eu combinei que teria o tempo e tenho certeza de que ele abrilhantar com suas palavras esta egrégia Comissão.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. Para interpelar.) – Primeiro quero agradecer a V. Exa., Presidente Arthur Maia. O Estado da Bahia está muito bem, presidindo os trabalhos, trazendo obviamente a questão igualitária ao máximo possível, apesar de o Governo "lule" tentar... (*Pausa.*)

Posso continuar? Pode repor meu tempo, por gentileza, Presidente?

Sr. Presidente, sabemos que o desgoverno Lula tenta tomar por assalto a CPMI, que muito menos assinaram. Criaram narrativas constantes contra a CPMI e só aceitaram e assinaram por conta, obviamente, das imagens que todo o Brasil acompanhou, do General do Lula, o Sr. G. Dias. Sabemos também que hoje no país existe uma ditadura da toga, isso é fato público e notório de todos. Senão, vejamos, a Constituição Federal está sendo rasgada em vários artigos: art. 1º, a questão dos três Poderes; art. 5º, direitos e garantias fundamentais; art. 48, determinação do Congresso Nacional; art. 53, perseguição aos Parlamentares, que o diga o Senador Marcos do Val, que teve a Polícia Federal que invadiu o seu gabinete, desmoralizando todo o Congresso Nacional, em que infelizmente a maioria é omissa e frouxa, Sr. Presidente. Que o diga o Deputado Daniel Silveira, mais um preso político; Coronel Naime, que está preso sem saber do que está sendo acusado; o Comandante-Geral da PM do DF, que foi preso nos atos, no dia 8; o próprio Anderson Torres, que foi preso posteriormente, ou seja, são vários presos políticos, Sr. Presidente, jornalistas. O gabinete do Marcos do Val, a questão de tornozeleira para Deputado, Sr. Presidente, Max Guilherme, o Capitão Cordeiro, defensor das pautas conservadoras, censura prévia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Coronel Mauro Cid? O Coronel Mauro Cid é o que conhecemos do direito, é a pesca probatória, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – E predatória.

Não existe nada, nenhum fato, que leve o Coronel Cid a responder qualquer tipo de inquérito, só ilações e acusações de narrativas do desgoverno "lule"... desgoverno "lule". Daí colocam ele na cadeia, torturam ele psicologicamente, como a outros militares, como a outros presos políticos que existe no nosso Brasil. Por isso que eu afirmo com bastante tranquilidade que estamos hoje num estado de exceção, que estamos hoje na ditadura, porque a Constituição está sendo desrespeitada, e a prova está sentada aí do seu lado. O Coronel Mauro Cid é mais um preso político, assim como outros que estão na cadeia sem ter cometido crime algum, apenas por ilações e para tentarem pressioná-los psicologicamente.

Essas pessoas vão ter, Sr. Presidente, um impacto bastante grave quando a justiça de Deus chegar...

(Soa a campainha.)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – ... essas pessoas que estão fazendo isso com o Coronel Cid e com os demais presos políticos atualmente no nosso país vão pagar caro. Não na justiça dos homens porque já ficou claro que o nosso Brasil está, algumas pessoas, algumas lideranças políticas estão batendo palma para a ditadura do Judiciário, que avança constantemente.

Mas o maior culpado, Sr. Presidente, é o Congresso Nacional. A maioria dos seus membros, Senadores e Deputados, que não têm coragem de defender a Constituição Federal. Ficam nessas narrativas para tentar manipular a opinião pública, tentar colocar o Coronel Cid como se um marginal fosse. Coronel Cid é mais uma vítima do Poder Judiciário através da ditadura da toga.

Claro, Sr. Presidente, não pensam na família do Coronel Cid, na sua esposa, nos seus filhos, nos seus genitores, nos seus familiares, como nos demais presos políticos. É uma vergonha o que estamos observando aqui no Brasil em pleno século XXI, na vigência da Constituição, que é a Constituição Cidadã, que foi rasgada. Infelizmente, o Congresso Nacional é omissa para discutir e defender a Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Coronel Cid. Força, fé, que o senhor vai sair dessa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado. Último orador inscrito, Deputado Rogério Correia, que falará nos cinco minutos a que faz jus a Liderança do Governo.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, já adianto a V. Exa. que vou pedir uma questão de ordem após a fala do Deputado Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu quero me dirigir ao Mauro César Barbosa Cid...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu me inscrevo para questão de ordem também, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... para dizer ao Tenente-Coronel que não se iluda...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu me inscrevo para questão de ordem também, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu ouvi aqui todos. Não houve uma interrupção...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A conversa ali atrás é de vários Deputados, de Governo e Oposição, mas eu realmente vou pedir silêncio aí para que o Deputado Rogério Correia use a sua palavra.

Pois não, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Em desagravo, me perdoe, Deputado Rogério, é que realmente tinha tanta conversa aqui. Eu nem tinha percebido que o senhor tinha começado. Perdoe mesmo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Vamos começar, Presidente, de novo, que é melhor.

Tenente-Coronel Mauro Cid, eu quero dizer a V. Sa. que não se iluda com o que o senhor escutou aqui. A situação sua só tende a piorar com esse silêncio de não querer dizer de fato o que aconteceu. Eu estou vendo agora que o Ministro Moraes, do STF, achou elevadíssima as visitas de Mauro Cid, que recebeu 73 pessoas em 19 dias na prisão especial. Os últimos 19. A situação só tende a piorar.

O que o senhor escutou aqui foram pessoas de ultradireita que têm interesse em esconder a perspectiva do que fizeram, que foi o golpe, esse processo de golpe. E aqui eles querem te



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradar, até para que você não diga nada. Essa é a narrativa. Em outras palavras, um puxa-saquismo para ver se isso faz de você um bobo da corte e não realmente um tenente-coronel que deveria dizer a verdade aqui e vai ter que acabar dizendo na Polícia Federal e na Justiça.

Então, não se iluda com eles. Eles são minoria aqui. São minoria no Brasil porque perderam a eleição. E são minoria no Tribunal Superior Eleitoral, que já deixou inelegível o ex-Presidente Jair Bolsonaro exatamente por atos antidemocráticos porque ele questionava com embaixadores e queria dizer ao mundo inteiro que aqui no Brasil não tinha democracia para que ele desse o golpe.

Por isso ele está inelegível. A situação dele também só vai piorar. Amanhã ele vai ter que responder pelo que está no telefone do Senador Marcos do Val. Imagino o que esteja lá. Agregado ao que está no seu telefone, que ainda não veio tudo. A verdade virá à tona.

Então, não se iluda. Não ache que eles estão do seu lado. Eles querem apenas livrar Jair Bolsonaro, querem te fazer de bobo da corte.

Fique tranquilo e faça, de fato, o inventário do que aconteceu e diga a verdade ao povo brasileiro. Você sabe toda a verdade. Se tivesse dito aqui, nós terminaríamos a CPMI. Mas o senhor preferiu ficar calado e escutar as risadas e outras questões de elogios de falsos amigos do senhor. Então essa é a primeira questão que eu queria levar.

A outra é que também não se iluda. E aí, o povo brasileiro não se iluda com esses falsos democratas. O voto de Jair Messias Bolsonaro, no *impeachment* da Dilma, ele falou o seguinte, isto aqui, aspas: "Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff." O cara que torturou a Dilma Rousseff. Foi isso que ele falou na tribuna, no Plenário.

Quantas crianças foram – crianças! – torturadas na época da ditadura militar, que agora eles colocam ali como se as crianças fossem deles, a defesa intransigente. Torturar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Cale a boca. Torturaram.

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É isso mesmo, Presidente. Não é possível.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Cale a boca, que eu estou falando. É isso mesmo.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Presidente, eu não vou aceitar que... Ah, eu não tinha nada a ver com a história aqui, ainda manda eu calar a boca.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu estou falando...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... a sua primeiro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ...calar a boca quem está falando.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, pelo amor de Deus!

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se for você, eu não sei se foi você.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não fui eu.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu quero que cale a boca quem está falando. Não, eu não falei com você. Então pronto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Você olhou para mim e falou para mim. Você está achando que eu sou o quê?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, não foi com você, não, rapaz. Eu não estou nem te vendo aí.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Conclua, Deputado, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu sou bonito, eu sei, mas não precisa fazer esse tipo de comentário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, conclua.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não estou nem te vendo aí, não. Estou falando com quem está me interrompendo. V. Exa. poderia...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Deputado, conclua.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... repor o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Conclua, Deputado, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, não vou concluir, Presidente, eu tenho tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá, eu lhe dou mais um minuto, Deputado, pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois não.

Eu não interrompam! Escutei a todos que falaram a bobagem que quiseram. A ditadura torturou, fez o que fez, e Jair Bolsonaro, para dar um voto, chamou exatamente o torturador Brilhante Ustra, Coronel Brilhante Ustra. Esse é o democrata.

Aí ficam falando agora democracia relativa que o Lula fala. Em outro conceito, querendo discutir conceitos.

E ele agora fala...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... em tortura. "Vamos metralhar a petralhada." Lembram-se disso?

Outros vão à tribuna e dizem que professor é igual traficante, professor doutrinador, para colocar pessoas contra professores. Isso é democrático? Ora, sinceramente.

Então essa imagem da mãe que colocaram aqui não é a imagem do que de fato acontece.

Quem falou em Marielle Franco foi o Major Ailton, que disse que sabia quem matou Marielle Franco. Falou no telefone com V. Sa. Tem que saber se ele sabia mesmo quem mandou matar Marielle Franco. Quem é que estava envolvido nesse processo? Ele fala isso no telefone, quem mandou matar. Quem matou, a gente já sabe. Agora, quem mandou matar a Marielle? Já sabe, já está na Justiça quem matou Marielle, era o vizinho inclusive, que estava lá, que morava lá como vizinho de Jair Bolsonaro. Está lá ele, que foi quem matou Marielle. Já está no processo.

Quem mandou matar é que está...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... sendo visto ainda. E precisa ser visto. E o Major Ailton disse que sabia. O Major Ailton disse que era o número dois, o segundo irmão do Bolsonaro. Está também aí, segundo irmão de Bolsonaro. O Major Ailton fala isso, segundo irmão. Estava lá ele dizendo que o primeiro irmão era não sei o que, ele era o segundo irmão. Isso tudo está lá. Tudo está colocado lá.

Então veja bem, ver aqui o Juiz Sergio Moro falar em respeito à família... Eu perguntei para ele, não respondeu até hoje se ele devolveu o iPad do neto do Lula, que depois veio a morrer, e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles não queriam nem deixar que o Lula fosse visitar, como não deixaram ir ao irmão dele. E agora vêm falar de família?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sinceramente, vocês não falam nada. É bom que ele responda se foi entregue o iPad do neto do Presidente Lula. É bom que saiba.

Então vir falar de família, de respeito à família, sinceramente, a gente escuta muita coisa.

Agora, é impressionante, Presidente: não se consegue falar aqui, a não ser com a ultradireita berrando. E foi assim de manhã e está sendo agora.

Então, não há condições de funcionar dessa forma. Se eles não aceitam democracia, não venham...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado, para concluir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... não venham julgar aqui, que é a única coisa que eles sabem fazer: interromper os outros, aos berros, aos gritos e com ameaças. A mim não ameaçam. Então, eu posso ter o direito de falar durante o tempo que tenho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu tenho tocado nisso aqui sempre de uma maneira muito democrática. Temos aqui uma lista de inscritos, que já se encerrou.

O Deputado Aliel estava inscrito e saiu. Iniciamos aqui a fala das lideranças. Ele estava inscrito. Chegou aqui pedindo à Mesa para usar a palavra. Eu gostaria que todos os inscritos possam usar a palavra. Então, vou conceder a palavra ao Deputado Aliel, numa concessão, por cinco minutos, Deputado, para que V. Exa. não deixe de falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Para uma questão de ordem, Presidente, já que eu fui mencionado aqui pelo Deputado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB. *Fora do microfone.*) – Foi citado.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Fui citado, de maneira ofensiva.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Três minutos para o Senador Sergio Moro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Mais uma vez, reiterando aqui o que aconteceu na Lava Jato, vamos poder construir narrativas ou coisa parecida. Pode pesquisar lá, Deputado: José Dirceu teve a filha acusada por corrupção. Eu entendi que era um exagero acusatório, tinha ali alguma demonstração de que teria se beneficiado, talvez, de recursos desviados, mas eu entendi que não tinha a prova do dolo e indeferi medidas contra a filha do José Dirceu, seu colega de partido, que foi condenado por corrupção, mas a gente não transfere a culpa para o familiar.

A mesma coisa fiz com Eduardo Cunha em relação à filha dele, que também tinha sido acusada de corrupção. Condenei o Eduardo Cunha, porque provado estava ali, inclusive confirmado em duas instâncias a condenação, depois anulado por questões processuais. Mas, em relação à filha, que tinha ali alguns elementos de que teria usufruído de recursos decorrentes da corrupção, mas entendi: ah, não tenho prova suficiente de dolo. Então, a gente tem que separar as coisas aqui.

E me preocupa, quando a gente vê nesta CPMI... Foram apresentados diversos requerimentos para ouvir filha de não sei quem, para ouvir a esposa do depoente aqui presente. E quando a gente vai ver, se tiver alguma justificativa, perfeito.

Eu, uma vez, condenei, de fato, por exemplo, a esposa do Fernandinho Beira-Mar, porque tinha provas de que ela estava envolvida diretamente em tráfico de drogas, mas quando se vem aqui para ouvir por conta de conversa de WhatsApp... Que são lamentáveis... Mas quem nunca comete exageros ali no privado, de falar besteiras, e que depois se arrepende? A questão é assim: a gente vai... O crime que pode ter acontecido... São condutas, condutas que foram praticadas...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... que aí podem gerar responsabilidades para os seus autores. Agora, mensagens, muitas vezes colocadas de maneira descuidada, açodada... Então, eu reitero aqui o meu posicionamento: eu não vou votar favorável a qualquer requerimento que envolva familiar de investigado. E não faço isso porque aqui é o Tenente-Coronel Cid ou quem quer que seja. Já fiz isso em relação ao José Dirceu, na Lava Jato. Se forem para cima dos familiares, cuidado, porque, um dia, todo esse rancor, esse rigor, podem se voltar contra você, podem se voltar contra as pessoas aqui. Então, vamos separar as coisas e evitar misturar.

Quem fez a apreensão de *laptops* do filho do Lula foi a Polícia Federal, como medida investigatória, não foi a meu mando; eu decretei a busca e apreensão; e, depois disso, foi devolvido. Então, assim, não fale coisas que não sabe, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, agora, por cinco minutos, o Deputado Aliel.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR. Para interpelar.) – Presidente, eu agradeço a democracia de V. Exa.

Mais uma vez, aqui eu lamento o Tenente-Coronel se manter em silêncio, mas, talvez, seja um aprendizado, Tenente, de o senhor entender o quanto a democracia é importante. V. Exa. só pode permanecer em silêncio, porque as instituições estão funcionando, porque V. Exa. recorreu ao Supremo Tribunal Federal, o mesmo que foi atacado por essa armação golpista, que, infelizmente, foi orquestrada por um grupo de pessoas. Acredito eu que, pelo currículo de V. Exa., que é um currículo grandioso, V. Exa. tenha sido mais um dos iludidos por esse grupo político que não aceita o valor e a importância da democracia. Por não ser pau de arara aqui, por não obrigar as pessoas a dizerem aquilo mesmo quando aquilo possa não ser uma verdade, é que V. Exa. pode se manter em silêncio, mas se manter em silêncio não significa a proteção que V. Exa. acredita ter. Depois do dia de hoje, converse ainda mais com seus advogados, porque os mesmos que colocaram V. Exa. nessa condição hoje de estar respondendo a oito inquéritos não vão se furtar de jogá-lo na cova dos leões no momento de abandoná-lo.

Eu não tenho intuito ideológico aqui – falo isso com a maior verdade do mundo –, e a minha preocupação aqui é institucional, a defesa da democracia, a defesa da instituição de que eu participo aqui nesta Casa, a defesa da vontade coletiva da população e não da vontade pessoal de um ser, de um indivíduo que ultrapassa todos os limites, como aconteceu no dia 8, ocasionado por fatos anteriores ao dia 8, que é o objetivo que nós estamos tendo aqui.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, por mais que seja pequena, tivemos uma vitória já da Comissão. Na última sexta-feira, depois de uma reportagem do Congresso em Foco, onde eu relatei a vontade de fazer a convocação do Governo do Distrito Federal, a Governadora em exercício exonerou Giderclay Zebalos Bezerra, que estava lotado no gabinete do Governador do Estado do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que participou da quebraadeira aqui do dia 8 e que até agora estava nomeado no gabinete do Governador. Depois do trabalho investigatório desta CPI por nós feito e publicado pelo Congresso em Foco, acabou tendo exoneração. E foi uma descoberta desta CPMI.

Quero lamentar aqui a fala do Senador Sergio Moro. Juiz faz análise de condenação, membro de CPI faz o trabalho investigatório. E foi ali que ele se confundiu na Lava Jato quando fazia o papel de acusação. Quem é ele para decidir ou não se aceitaria? Aqui a parte investigatória; cabe ao juiz, isento em relação a provas, condenar ou não. Não dá para misturar as coisas como misturaram lá! Investigação com condenação, com combinação! Isso também é ferir o Estado democrático de direito!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso com muito respeito que tenho ao voto popular, ao voto que elegeu todos nós que estamos aqui.

Agora, não podemos...

(Soa a campainha.)

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – ... deixar de entender que a defesa da democracia está acima do interesse partidário de defender colegas e amigos ou de se preocupar só com voto. Nós precisamos aqui de um comprometimento em relação ao que aconteceu dentro desta Casa.

Quando se fala da esposa do Tenente-Coronel... E eu tenho, Tenente, profunda admiração e respeito pelos serviços prestados, reconhecemos, mas não é por ligação familiar, é porque está envolvida, é porque a quebra de sigilos mostrou participação. V. Exa. estando ou não estando aqui, ela está envolvida, foi colocada no bojo desse discurso mentiroso de *fake news*, que enganou o povo brasileiro, grande parte dele na boa-fé, mentindo sobre o processo eleitoral, sobre a vacina e sobre tantas outras coisas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, questão de ordem.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. *Fora do microfone.*) – Que artigo?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O 334, inciso II.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Mas estou esperando ele autorizar.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Para contra-argumentar, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu tenho uma questão de ordem também, Presidente. *(Pausa.)*

Só 334 do quê?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Para contra-argumentar a questão de ordem dele, 95, §5º.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem com base no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado, para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir uma questão técnica que pode ajudar nos trabalhos da CPMI, especialmente no segundo semestre, até mesmo na reunião de hoje. Aplicado subsidiariamente à presente hipótese... Apresento questão de ordem para solicitar a declaração da prejudicialidade dos requerimentos cujas matérias já tenham sido apreciadas e rejeitadas por CPI e CPMI, mesmo que não sejam formalmente iguais. É uma matéria que foi votada, foi rejeitada e é reapresentada.

Com efeito, Sr. Presidente, o art. 334, aplicado subsidiariamente a este, dispõe sobre a prejudicialidade da matéria, que acontecerá, de acordo com inciso II do referido dispositivo, em virtude do seu pré-julgamento pelo Plenário em outra deliberação, em claro atendimento ao princípio da irrepetibilidade, expresso no art. 67 da Constituição Federal, derivado do princípio da segurança jurídica, essencial para a atividade democrática e exigível perante qualquer ato de qualquer Poder.

Nesse sentido, diante do panorama da condição de segurança jurídica e sob a luz dos princípios do direito que visam à estabilidade do processo, à segurança jurídica, ao respeito das decisões já tomadas, é inviável que se conceba a reapreciação de requerimentos já rejeitados, salvo se houver alteração na quadra fática, que demande a mudança de entendimento. Novos fatos, novos argumentos, nova discussão. Nesse diapasão, inclusive, o inciso IV do art. 216 do Regimento Interno do Senado é claro ao determinar: os requerimentos rejeitados serão arquivados, feita a comunicação ao Plenário. E esse caso, por força do §5º do art. 60, também é aplicável por analogia à presente hipótese.

Apenas para ilustrar o nosso entendimento, Sr. Presidente – já me encaminho para o final –, tenho em minhas mãos um parecer da Consultoria Legislativa da Câmara, numa solicitação do Deputado Rogério Correia, justamente sobre esse assunto. E a resposta é justamente... No plano constitucional, nós já temos a irrepetibilidade. No caso de PEC, está expresso no art. 60, §5º. No caso de medida provisória, está expresso no art. 62, §10. No art. 67 da Constituição também. Embora essas normas não façam... Expressa à proposição requerimento...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Se eu puder concluir, Sr. Presidente?
(Pausa.)

Entendemos ser a mesma *ratio* a ser aplicada, por analogia. Se não pode o mais, imagine o menos! Nesse caso, a interpretação literal, seguramente, não seria o melhor caminho.

Tenho ainda, para concluir, Sr. Presidente, uma nota informativa do Senado Federal, onde se diz, justamente, na mesma direção, em relação ao princípio da irrepetibilidade. Para garantir a segurança jurídica, cita Canotilho, onde se diz: "Deduz-se já e que os postulados da segurança jurídica e da proteção da confiança são exigíveis perante qualquer ato do Poder Legislativo, para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitar o princípio da coisa julgada, a estabilidade no processo legislativo na Constituição, a soberania no plenário, além do dever de transparência".

E, por fim, menciono a última expressão da referida nota técnica da Consultoria, que diz...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Para concluir. É o último parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já está bastante clara a sua...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – É o último parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A fundamentação é desnecessária.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não. É o último parágrafo. Eu garanto a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A reapreciação dos requerimentos idênticos ou similares a outros já rejeitados de forma indefinida no tempo e sem que haja fatos novos relevantes para a investigação acaba por comprometer o bom andamento do processo da investigação.

Era essa a nossa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para contraditar a questão de ordem...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Para contraditar também, Presidente.

O SR. MERSINHO LUCENA (PP - PB) – Para contraditar também.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Para contraditar já, só pode ser um Deputado para contraditar, e já se inscreveu o Deputado Delegado Éder Mauro. É apenas um.

Delegado Éder Mauro, para contraditar.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) – O Delegado Éder Mauro representa bem a gente, Sr. Presidente. Nós estamos satisfeitos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, só uma pergunta: não membro pode contraditar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – ... disse que pode.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA. Para contraditar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

De antemão, eu quero, logo, lhe solicitar que rejeite a questão de ordem do colega que a colocou, exatamente porque ele criou uma série de fundamentos, mas não disse exatamente o que ele quis dizer.

E quero aqui me dirigir ao Sr. Cid e lhe dizer, amigo, que não se preocupe. Sei que a sua situação não é boa. Sei que a situação da sua família, dos seus filhos, da sua esposa não é menos pior. Nós imaginamos até quando é que vai acontecer conosco! Eu tenho um filho de 11 anos e fico imaginando que, a qualquer momento, eu vou receber a Polícia Federal em casa e sair preso de lá. Como se sentirá o meu filho de 11 anos? Como se sentiram aqueles filhos que receberam a mãe, patriota, presa injustamente? Não tenho dúvida disso.

Eu não tenho dúvida, inclusive, Srs. Parlamentares, desta CPMI, com todo o respeito à Presidência de V. Exa., porque eu o conheço e sei da seriedade do seu trabalho, mas vejo que é uma CPMI já com o relatório pronto, em que já está definida a direção em que ele vai. Eu não tenho a menor dúvida disso. Eu não vejo, por exemplo, aqui, as pessoas realmente responsáveis pelo que aconteceu no 8 de janeiro. Eu não vejo aqui o Sr. G. Dias, que serviu água, que deu direção para alguns marginais que estavam lá, quebrando, antes de os patriotas chegarem. Eu não vejo aqui, por exemplo, o repórter ser chamado, aquele que se diz de direita, que estava com todo o aparato profissional, encenando um quebra-quebra e, ainda, senhores, a pessoa vindo ver na câmera para ver se o trabalho está bem feito: "Bora reproduzir! Ficou bom? Para que a gente, quando jogar na imprensa [a mando do descondenado], nós vamos ter exatamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – ... a questão de que ele fez o trabalho dele e que nós vamos dar a direção e a narrativa de que foram os patriotas que quebraram".

Nós não podemos aceitar isso aqui! O Brasil e o povo não merecem que esta CPMI tenha uma direção do mal, mas eu quero dizer àquelas pessoas do mal que aqui estão e que, muitas das vezes, não conseguem enxergar nos olhos e olhar nos olhos que o mal não perdura para sempre; ele vai acabar. Não tenha dúvida disso, senhor.

Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – E a contradita?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, questão de ordem. Art. 10-A.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – Senhores e senhoras, antes de terminar a sessão...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu tenho questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – ... eu quero responder ao Deputado Rubens Pereira, trazendo aqui uma palavra da própria Secretaria da Comissão, dizendo que o argumento para reapresentação de requerimento de CPI não cabe interpretação ampliativa do direito parlamentar de apresentar requerimentos, sendo que a irrepetibilidade, por força constitucional, aplica-se tão somente a emendas à Constituição, a medidas provisórias e a projetos de lei. Normas restritivas de direitos interpretam-se restritivamente.

O vetor interpretativo das CPIs, em linha com a jurisprudência do Supremo, diferentemente de todas as demais Comissões, deve ser a proteção de um direito das minorias parlamentares. Impedir a reapresentação de requerimentos rejeitados significa tolher das minorias o direito de convencer as majorias sobre a importância de determinado requerimento para as investigações, para além de cercear o exercício do mandato parlamentar, porquanto não há norma limitativa expressa no Regimento.

O caráter jurídico-político das CPIs, o único órgão do Parlamento destinado a investigar, autoriza que, diante da evolução das investigações, determinada medida que foi rejeitada seja considerada posteriormente, tendo em vista a sua utilidade para a investigação.

Na CPI do BNDES no Senado Federal, em 2017, aprovou-se uma convocação, no caso, a convocação do atual Presidente, e, logo em sequência, essa convocação foi rejeitada pelo Colegiado. Se a CPI pode rejeitar a sua convocação já aprovada, por via oblíqua pode aprovar a convocação já rejeitada. Por isso, acontece, sem qualquer alarde, por exemplo, na CPI da Pandemia: foi rejeitada a convocação de Carlos Gabas, em julho de 2021, contida no Requerimento nº 102, do Senador Eduardo Girão, mas foi representado, em agosto de 2021, o Requerimento nº 1.239, do Senador Marcos Rogério, com o mesmo objeto, tendo isso se dado sem qualquer questionamento.

Não bastasse tudo isso...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não vou conceder, porque não há tréplica, não há tréplica em questão de ordem.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, posso só anunciar que eu irei recorrer?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não bastasse tudo isso, eu quero acrescentar, como Presidente desta Comissão, que nós temos, acima de qualquer norma regimental, a possibilidade de fazermos acordos, e todos sabemos que o que fizemos aqui foi um acordo, um acordo que todos nós apoiamos, um acordo com que todos concordamos.

Eu fiz questão de ler, antes da votação, e dizer que estava nos computadores o número de cada um dos requerimentos que estavam sendo aprovados. Eu vou reler – e está aqui nas notas taquigráficas – o que foi dito. Eu dito:

Muito obrigado, Senador Girão.

Passamos agora ao encaminhamento.

Está aí, nos computadores [está até agora, inclusive] de todos os Parlamentares, uma proposta de relação extrapauta que consta de 197 itens. [...] Se nós excluirmos as convocações, estarão excluídos desse requerimento – eu peço que quem quiser anote – os itens 1, 2 [...] [aí começo a ler]...

São muitos itens aqui, mas vamos colocar os que ficarão, que é mais fácil.

Ficarão os itens [e aí eu relaciono] 10, 35, 36, 37, 38, 40 [...]

Agora, os Deputados que estão aqui, cada um tem um assessor. Eu não vou fazer papel de trabalho de assessor de Parlamentar, não vou. Os Parlamentares têm assessores para fazer esse trabalho, não será a Presidência que vai exercer esse papel. Desculpem-me, desculpem-me! Não será este Parlamentar que vai fazer esse papel.

Acordo se sobrepõe a Regimento, e foi feito através de acordo, está aqui nas notas taquigráficas.

Não bastasse tudo isso, a Secretaria da Mesa trouxe aqui esses exemplos de projetos que foram reapresentados depois de rejeitados em outras CPIs – falo aqui da do BNDES e da Pandemia –, mas nesta CPI também nós já fizemos isso. Foram rejeitados os requerimentos de convocação do General G. Dias e do chefe da Abin, do Diretor da Abin, e, em seguida, nós votamos aqui, por acordo, e aprovamos esses requerimentos que haviam sido rejeitados.

Portanto, não procede de nenhuma maneira essa posição de querer agora impedir reapresentação de requerimentos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Sr. Presidente, art. 95, § 6º, não permite o Parlamentar questionar a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não tenho dúvida disso, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, sem questionar a sua decisão, o senhor poderia por escrito, entregar essa decisão de V. Exa. por escrito. Fazê-la...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está nas notas taquigráficas, não tem problema, Deputado.

Eu vou passar a palavra para a Relatora e, em seguida, vou encerrar a sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, só para deixar aqui registrado nas notas taquigráficas, porque me parece que não saiu no microfone, a decisão do Deputado Rubens Júnior de recorrer da decisão.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, eu disse que respeito a decisão da mesa...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ela é irrecorrível quando é constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não é matéria constitucional, Deputado. Não é matéria constitucional.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Irrepetibilidade de requerimentos é matéria constitucional, no meu entendimento. Eu vou recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, é porque não conta requerimento em Constituição.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O recurso não é a V. Exa. Eu estou apenas comunicando...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, então, recorra ao Presidente do Senado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, à CCJ da Casa do recorrente.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É o STF.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Questão de ordem, Deputado Marcel Van Hattem, e, em seguida, a Relatora para encerrar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, o art. 10-A do nosso Regimento Comum diz que:

Art. 10-A. O número de membros das comissões mistas estabelecido neste Regimento, nas resoluções que o integram e no respectivo ato de criação é acrescido [peço a atenção de todos] de mais uma vaga na composição destinada a cada uma das Casas do Congresso Nacional, que será preenchida em rodízio, exclusivamente [entre vírgulas, para deixar bem claro] pelas bancadas minoritárias que não alcancem, no cálculo da proporcionalidade partidária, número suficiente para participarem das referidas comissões.

E o art. 58 das Comissões da nossa Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que "O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação."

E o § 1º assegura que "Na constituição das Mesas e de cada Comissão, [...] [haverá], tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa."

Sr. Presidente, por que eu trago esse assunto outra vez aqui a esta egrégia Comissão e fiz questão de tratar dele já na primeira reunião, na de instalação desta Comissão Mista? Porque nós recorremos, como partido, ao Supremo Tribunal Federal, pedimos que reavaliasse a configuração desta Comissão, porque, repito, Sr. Presidente, faço questão de ler de novo apenas esse trecho do art. 10-A: "a vaga preenchida em rodízio desta Comissão deve ser pelas bancadas minoritárias".

E nesse caso, a vaga que era, por direito, destinada ao partido Novo, hoje está ocupada pelo Partido dos Trabalhadores que, como V. Exa. bem sabe e todo mundo sabe, não é bancada minoritária.

Por que eu trago hoje essa questão de ordem a V. Exa.? Porque saiu uma decisão do Ministro Barroso, decisão liminar – fico contente aqui com a presença, aliás, sempre presente, do nosso Senador Eduardo Girão –, dizendo que é decisão *interna corporis* e que, portanto, apesar de nós estarmos buscando justiça no Supremo Tribunal Federal...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu quero contraditar..



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se eu puder terminar, Presidente. Obrigado.

Pode contraditar, não tem problema. Eu acho importante contraditar, porque esse é um direito de minoria. O PT já foi minoria nesta Casa, aliás, quando começou era muito pequeno, assim como o PCdoB ainda é minoria – vejo Deputado do PCdoB –, assim como a Rede é minoria. Eu digo no sentido de partido pequeno.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Faz parte da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Para concluir, por favor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O importante é a defesa da Casa.

A Rede teve, durante todo o mandato passado, apesar de não superar a cláusula de barreira, então, vaga nas Comissões Mistas, nas Comissões de Inquérito, de acordo com o rodízio. O Novo, neste ano, teve, pelo Presidente Arthur Lira e agora confirmado pelo Presidente Pacheco, essa vaga negada, denegada.

Então, Sr. Presidente, eu faço... E bota base constitucional, porque, com a negativa da liminar pedida por nós para o Barroso, entramos com agravo regimental para que o Plenário do STF possa resolver, mas, em virtude de ter sido dito que é questão *interna corporis*, pelo menos pelo Ministro Barroso, e respeitosa discordamos, entendemos que V. Exa., como Presidente desta egrégia Comissão, para garantir que os trabalhos sejam de acordo com a proporcionalidade estabelecida pelo Regimento e pela Comissão, deve conversar com ambos os Presidentes e pedir que a minoria seja representada, porque a minoria de hoje é o Novo, Senador Girão, mas amanhã pode não ser.

E para concluir, Presidente, um dos argumentos utilizados na peça protocolada pelos Presidentes tanto da Câmara quanto do Senado foi que o Senador Girão tem vaga na Comissão e, portanto, a minoria estava sendo contemplada. Não é verdade. Ele está contemplado pelo acerto feito com a oposição no Senado, no bloco. Desculpem-me os procuradores das duas Casas, foi mentira ou, para falar mais bonito, um equívoco, dizendo que o Novo, por ser minoria está representado na vaga do Senador Girão. Ele está representado na vaga da oposição. O Novo está sendo perseguido nesse ponto, assim como eu defenderia se a Rede o fosse, se o PCdoB o fosse. Eu não estou fazendo aqui uma defesa partidária.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E peço, para concluir, a V. Exa., Sr. Presidente, que interceda junto aos Presidentes das duas Casas para corrigir isso, antes que o Plenário do STF avalie, porque é uma questão, se *interna corporis* for de fato, que pode ser resolvida por um diálogo bem-feito por V. Exa.

Afinal de contas, repito, para finalizar: hoje é o Novo; amanhã o prejudicado pode ser o Partido Comunista, pode ser a Rede, pode ser qualquer outro partido que ainda é pequeno e que tenha eventualmente a vontade de crescer. Não podemos aceitar isso numa democracia. Fere de morte a Constituição.

Muito obrigado por sua paciência e tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marcel Van Hattem, eu tenho uma grande admiração por V. Exa., pela sua inteligência, pelo seu preparo. Ouvi, com todo o respeito, a sua questão de ordem, mas, naturalmente, não posso conhecê-la na condição de Presidente desta CPMI. Essa é uma decisão que cabe única e exclusivamente à Mesa da Câmara dos Deputados, sobre a qual não tenho nenhuma ingerência.

Então, eu não posso conhecer e declaro que não conheço a questão de ordem de V. Exa.

Passo a palavra à Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É a última oradora inscrita. Então, eu encerro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Se não der para conhecer, pelo menos para conversar com ambos V. Exa. pode. E conto com seu diálogo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Deputada Jandira, eu não vou mais conceder questão de ordem.

A Deputada vai falar e, em seguida...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – E vou recorrer da decisão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vai, Deputado, nós vamos encerrar a sessão.

Pois não, Senadora.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu vou recorrer da decisão...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, só para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vou fazer isso. Não vou dar questão de ordem mais, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... só para constar, pela formalidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vou fazer isso, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Só para constar, pela formalidade, recorrerei em virtude do mérito constitucional.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, veja, a bem da verdade, nós precisamos fazer aqui alguns esclarecimentos.

V. Exa. falou do acordo e, aliás, é algo que tem estado muito presente, sobretudo aí pela diversidade deste Plenário, para que ele possa, na verdade, funcionar com a mínima civilidade.

Mais cedo, nós apresentamos, foi – e aí são fatos que nós precisamos apresentar – apresentada uma pauta para o dia de hoje, e, na pauta para o dia de hoje, não constava, por exemplo, os requerimentos apresentados tanto pela relatoria quanto por Parlamentares que integram a base do Governo.

Conversei com V. Exa. e V. Exa. foi absolutamente muito amigável e me pediu que protocolasse um requerimento extrapauta junto, conjuntamente. Aliás, neste requerimento tem, inclusive, a assinatura de V. Exa., como uma demonstração de que era uma iniciativa nossa, conjunta.

Nos nossos requerimentos, houve, então, dois protocolos: houve o meu protocolo, que foi de 1284, e houve o protocolo assinado, além de mim, pelo Senador Randolfe, que é de nº 1285. Nos dois requerimentos, constavam uma somatória de 121 requerimentos. Os requerimentos, eles são conhecidos por números, naturalmente, mas eles têm um conteúdo.

Eu, inclusive, falei mais cedo que esse protocolo havia sido feito aqui, na Casa. Eu não tenho nenhum computador na minha frente, e foi feito um debate, um acordo aqui do lado, proposto pela Deputada Jandira Feghali, em que ela disse o seguinte: "Retiraremos da nossa proposta extrapauta e da pauta apresentada para o dia de hoje todos os requerimentos de convocação, e deixaremos apenas nessas duas propostas os requerimentos de informação e os requerimentos de quebra".

Ou seja, nesse nosso conjunto de extrapauta, havia vários pedidos de convocação que foram retirados. Foi o acordo que nós fizemos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, depois, eu tenho a informação de que outros requerimentos, que estavam fora tanto dessa nossa pauta – nossa extrapauta – quanto da pauta apresentada para o dia de hoje, foram aprovados por unanimidade e que foram fruto de um acordo.

Então, acho que, da mesma forma como o senhor hoje, pela manhã, teve um gesto, ao anular, de ofício, uma convocação que não constava no acordo, eu acho que V. Exa. deveria ter um gesto em relação a esses requerimentos.

A Deputada Jandira Feghali está aqui. No calor, você não tem como chegar... Olha só a quantidade de números! É uma quantidade de 121 números, que foi apresentada aqui em um tempo de 10, 15 minutos. É inviável, na verdade, a gente fazer um acompanhamento e fazer uma votação de algo que não estava na apresentação do acordo.

Então, Presidente, eu queria pedir aqui a benevolência de V. Exa., que tomasse uma atitude semelhante.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Não, negativo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na verdade, acho que o termo não é nem benevolência, quero até retirar o termo. Eu quero fazer um pedido em nome de uma justiça, de um acordo que foi firmado por nós, da base e da oposição, para que nós fizéssemos valer aquilo que foi acordado mais cedo aqui...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Quero contraditar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... nesta mesa, ao lado por todos nós, inclusive com a presença de alguns da oposição.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, eu só queria falar, porque fui em quem fiz a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha cara Relatora Eliziane Gama, nós fizemos aqui um acordo incluindo os requerimentos que estavam nos computadores. Obviamente, eu recebi, de fato, esses dois protocolos que V. Exa. encaminhou – um protocolo de sua autoria, outro protocolo de autoria do Líder Randolfe Rodrigues –, mas, obviamente, todos os Deputados que estão na CPI têm o direito de enviar, também, pedidos para colocar requerimentos em pauta. Todos têm esse direito. E, obviamente, assim o fizeram outros Parlamentares.

Nós chegamos aqui, nesta Comissão, e, no começo do debate, eu solicitei que colocassem nos computadores todos os requerimentos que haviam sido encaminhados a esta Presidência, e citei o número, que eram 197 requerimentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, iniciamos uma conversa aqui. Algumas pessoas levantaram a dificuldade que seria a aprovação de convocações, e, então, nós combinamos a exclusão de todas as convocações, e, inclusive, combinamos mais do que isto, combinamos que faríamos uma comissão com três Parlamentares de cada grupo, da Oposição e do Governo, para que esses...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, só um pedido de informação a V. Exa. Os requerimentos que estavam no pedido de extrapauta da Senadora Eliziane foram votados também, ou não entraram?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Não entraram.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Mesa me informa aqui que os da Senadora Eliziane foram apresentados, sim. Os do Randolfe não foram porque foram apresentados em cima da hora. Estão me informando aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Quarenta e oito horas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O acordo era do que estava na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foram apresentados em cima da hora.

Agora, pessoal, veja bem: a gente teve uma votação...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Era o que estava na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... por acordo. Eu repito aqui o que eu disse: esta Presidência não vai fazer assessoria de Deputado, Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas ninguém está pedindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou fazer esse papel. Estão querendo, sim, porque eu informei que os requerimentos estavam listados, os 197, nos computadores. Se a assessoria de V. Exa. ou de qualquer outro Parlamentar não leu um por um, problema da assessoria. Eu não posso assumir esse... Eu não posso assumir, de maneira nenhuma, essa responsabilidade. De sorte que esta Mesa já decidiu, foi um acordo que foi feito. Posteriormente, nós excluimos uma convocação, inclusive de minha autoria a solicitação, porque era fora do acordo, porque havia o acordo de excluir convocações. Agora, tirar uma coisa que não está no acordo e foi incluída por engano material, tudo bem; anular simplesmente o que foi aprovado aqui por acordo é impossível.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se há essa dificuldade, e eu reconheço que há uma dificuldade posta, eu acho que é preciso que se busque caminhos, mas esta Presidência não pode simplesmente, de ofício, tirar o nome de ninguém.

Por fim, eu coloco em votação a ata da 7ª Reunião...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... solicitando a dispensa da leitura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, só tem que ficar registrado que nenhum dos requerimentos apresentados pelo Senador Randolfe do extrapauta do acordo foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está registrado, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja a gravidade do problema.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está registrado, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu quero só registrar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Deputados e Senadores votaram e foram embora já.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... que a proposta que eu fiz...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Já está resolvido.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu quero apenas registrar que a proposta que eu fiz era juntar o que estava na pauta mais o extrapauta apresentado pela Senadora Eliziane e pelo Senador Randolfe. Esse foi o acordo. Não era para acrescentar outros...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira, eu não quero polemizar e não vou polemizar. Eu não quero polemizar e não vou polemizar, mas o que eu ouvi de V. Exa. aqui, em pé, eu e a senhora...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... foi, no momento em que a senhora, inteligentemente, para facilitar o acordo...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Claro. Claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... sugeriu que nós retirássemos – o mérito foi todo da senhora – as convocações, o que eu aceitei prontamente, porque facilitava o nosso entendimento. Agora, o que está em questão, Deputada Jandira... A senhora é uma mulher experiente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... uma mulher consciente e que sabe ser justa. Já tive várias oportunidades de tratar...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Nunca tive outro comportamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei disso, é por isso que eu faço questão de afirmar: conheço V. Exa. aqui neste Parlamento há 12 anos; na maioria das vezes estivemos em lados opostos, mas tenho uma admiração e respeito pela sua seriedade.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É recíproco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

E nós sabemos que não se tratou do mérito das questões. O que eu disse foi apenas: olha, existe uma relação que está no computador de todos os Parlamentares, com 197 itens. Entenda e seja justo comigo. Não cabe a mim fazer a avaliação dos requerimentos e se aquilo que está sendo colocado no computador, se o Deputado que está votando, de fato, está votando certo ou está votando errado. Eu não posso! Eu não posso fazer esse papel de assessor. Eu autorizei que cada Parlamentar desta CPMI tenha direito a um assessor; a Liderança tem mais uns tantos; a Senadora Eliziane, como Relatora, tem mais uns tantos. Eu não posso fazer esse papel. Entendam minha posição, pelo amor de Deus. Não queiram me crucificar por algo pelo qual eu não tenho responsabilidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Bota pelo menos o do Randolfe para votar agora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, eu quero colocar em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – A ata está aprovada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que será na primeira terça-feira após o recesso parlamentar.

(Iniciada às 09 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 53 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezoito minutos do dia hum de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Duda Salabert, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Aliel Machado, Delegada Adriana Accorsi e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Nelsinho Trad e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Cid Gomes, Eliziane Gama, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Amanda Gentil, Carlos Sampaio, Paulo Magalhães e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva - Saulo Moura da Cunha. Finalidade: Depoimento de Saulo Moura da Cunha. Oitiva do Saulo Moura da Cunha, em atendimento aos requerimentos 939/2023, 944/2023, 947/2023, 974/2023 e 993/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023, nas sedes dos Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Saulo Moura da Cunha, convocado na condição de testemunha.

Antes de chamar a testemunha para depor, eu quero dizer a todos que nós recebemos um ofício do Ministério da Justiça, do Sr. Ministro Flávio Dino, referente a uma solicitação de um requerimento que foi aprovado nesta Comissão, na última sessão, que solicita as imagens internas do Ministério da Justiça no dia 8 de janeiro, e o Sr. Ministro nos respondeu afirmando que não poderia passar essas imagens em virtude de que as mesmas fazem parte do conjunto de provas que faz parte de um inquérito que está em sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Vejam bem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, na reunião que eu tive com o Sr. Ministro presidente dos inquéritos, Alexandre de Moraes, o que nos foi colocado pelo Ministro foi que havia alguns inquéritos que estavam sob sigilo e que esses inquéritos sob sigilo que tinham ainda alguma diligência a ser feita e cuja divulgação pudesse trazer prejuízo a essa diligência ele não poderia entregar naquele momento para a CPMI. Isso é absolutamente compreensível. Por exemplo, quando eu estive com o Ministro Alexandre de Moraes, dias depois aconteceu uma operação, inclusive nesta Casa, aqui no Senado, no gabinete do Senador Marcos do Val, e esse era um dos inquéritos que estavam em sigilo. E, obviamente, se naquele momento em que eu estive com o Ministro ele tivesse entregado à CPMI a íntegra desse inquérito, essa operação estaria fadada ao fracasso, haja vista que todos aqueles envolvidos que eram alvo da operação estariam previamente avisados de que a operação aconteceria. Portanto, eu acho que era plenamente compreensível – e que é plenamente compreensível – que, havendo inquérito em que haverá ainda uma diligência, isso seja mantido em sigilo.

Outra coisa completamente diferente são as provas que fazem parte desse inquérito. O fato de ter uma diligência não estende esse sigilo para as provas. O único objetivo do sigilo é preservar essa ação, essa ação visada na diligência, para que ela não esteja condenada ao fracasso. Portanto, não faz sentido, não faz sentido nenhum que tudo aquilo que esteja fazendo parte dos inquéritos não possa ser do conhecimento desta CPMI.

Sendo assim, e até pela obrigação que eu tenho como Presidente deste Colegiado de manter a integridade, a autoridade deste Colegiado, eu não posso aceitar que as partes que sejam objeto de determinado requerimento simplesmente tenham o direito de dizer "eu não vou atender", porque, se isso for feito, se nós adotarmos e aceitarmos passivamente esse tipo de comportamento, esta CPMI está fadada mais do que ao fracasso, está condenada ao ridículo. Se, em todos os requerimentos que nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovarmos aqui, simplesmente o alvo do requerimento dizer "olha, eu não vou entregar"... E, se nós agirmos dessa forma em relação ao Ministro Flávio Dino... Tenho todo o respeito ao Ministro Flávio Dino. Eu não o conheço pessoalmente, nunca estive com o Ministro pessoalmente e, por isso mesmo, não tenho nenhum motivo para ter nada contra ele; pelo contrário, considero-o o um quadro público, uma figura e um quadro da mais alta significância neste país, Senador da República etc. Mas, se eu aceitar passivamente que o Ministro pode se denegar a dar conhecimento à CPI de um documento que a CPI requereu, obviamente isso prevalecerá para todos e quaisquer outros alvos de requerimentos desta CPMI.

Assim, eu quero informar ao Colegiado que estou determinando à Advocacia do Senado para que solicite ao Supremo Tribunal Federal uma ordem para que o Supremo solicite, determine ao Ministro que sejam entregues esses documentos. Então, essa decisão é a decisão que a Mesa está tomando.

Vou abrir as questões de ordem – tem algumas pessoas inscritas pela ordem.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer uma busca e apreensão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pela ordem, em primeiro lugar, o Deputado Rubens Pereira, depois o Senador Esperidião Amin, depois o Deputado Ramagem, depois o Senador Sergio Moro.

Eu peço que...

Me dê aí um papel e uma caneta, para que eu possa ordenar aqui essa ordem.

O Senador Izalci...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente Arthur Maia!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um minuto... Deixa eu botar aqui essa ordem para que não haja dificuldade em relação a isso.

Então, o primeiro é o Senador Rubens. Oh, perdão! O Deputado Rubens – é porque eu tenho o dom da clarividência, e então eu estou aqui vaticinando. (*Pausa.*)

Bom, eu vou pedir aqui à Mesa, a partir de agora, que faça aqui pela ordem: Deputado Rubens Pereira, Senador Esperidião Amin, Deputado Ramagem, Senador Moro, Deputada Jandira, Deputado Rogério Correia.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, perdão! Perdão, Senador Izalci.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois, não, Deputado Rubens Pereira.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, até aqui, em todos os momentos, nós tivemos um relacionamento extremamente respeitoso, e, sem dúvida alguma, nós não deixaremos de tê-lo em eventuais divergências – e, no caso, a divergência é mínima. Eu dirijo de V. Exa. apenas porque V. Exa. pede para que a Advocacia do Senado recorra até o Supremo Tribunal Federal. Não é necessário. O caminho, ao meu modo de ver, é diametralmente oposto: não dialogando com o Judiciário, mas num diálogo com o próprio Poder Executivo, com o Ministério da Justiça.

Tão logo eu vi a resposta do Ministério da Justiça dizendo que as imagens constam do inquérito e que, portanto, levando em consideração a Súmula Vinculante 14, pode atrapalhar o andamento da investigação, eu mesmo entrei em contato com o Ministro da Justiça para ter maiores informações. E o Ministro da Justiça, Flávio Dino, me afirmou de forma categórica que não teme absolutamente nada, está 100% à disposição para colaborar com a investigação. E aí eu perguntei qual, então, seria o caminho para termos acesso a essas imagens, já que foi aprovado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e ele disse: "Olha, aqui eu sou uma autoridade administrativa, eu sou uma autoridade do Poder Executivo, eu não sou uma autoridade judiciária ou judicante, ou mesmo que comande precisamente o inquérito". O que é que ele diz então? Que o ofício deveria ter sido remetido ao Diretor da Polícia Federal, e ele decide se ceder essas imagens atrapalha ou não a investigação, que, ao meu modo de ver, não atrapalha.

Portanto, o que eu peço a V. Exa. é que, em vez de enviar um pedido ao Supremo Tribunal Federal, o faça para quem preside o inquérito. E quem preside o inquérito? A Polícia Federal. E a Polícia Federal irá, neste caso, dizer "olha, compromete a investigação ou não compromete a investigação" e encaminha, que foi exatamente o mesmo posicionamento que o Ministro Alexandre Moraes teve.

Ele diz: "Essa informação eu posso repassar; essa tem diligência em andamento, e eu não posso repassar". O que eu quero afirmar a V. Exa.? O Ministério da Justiça não tem como dizer se atrapalha ou não o andamento da investigação, repito, porque quem preside o inquérito é a Polícia Federal. Mais uma vez, da parte do Ministério da Justiça, não há nenhum óbice. A informação dada à Comissão é na seguinte direção: "Olha, esse vídeo consta de um inquérito. O inquérito é sigiloso. Ele ser encaminhado ou não para a Comissão não cabe ao Ministério da Justiça decidir, mas, sim, à Polícia Federal".

Então, concordando com V. Exa., demonstrando aquilo que eu tenho dito desde o início – que o Governo não teme –, o que eu peço é que V. Exa. oficie à Polícia Federal, ao Diretor-Geral Andrei, para que dessa forma nós possamos ter o acesso às imagens, inclusive do Ministério da Justiça.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, posso só fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É porque tem uma série de Deputados e Senadores inscritos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas é em relação a esse ponto, Presidente. Apenas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Tem uma lista, não é, Presidente?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, é para contrapor esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas veja só, Senador, todos aqui vão falar sobre esse ponto – eu não tenho dúvida. Então, eu vou inscrever V. Exa., e V. Exa. falará oportunamente, porque o Filipe Barros já está inscrito.

Eu vou inscrever o Senador Marcos Rogério também, e passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Serei muito conciso, Presidente.

O Ministro da Justiça não pode nos dar conselho agora. Ele já deu a posição dele: ele não entrega. Nós não temos que pedir para a Polícia Federal. O dono do prédio é o Ministério da Justiça, onde ocorreram fatos que até agora não se conhecem. Não tem nada a ver com inquérito. É uma peça histórica. Portanto, ninguém após a condição de sigilo às imagens.

Isso faz parte – vamos ser muito claros – da dificuldade de se conseguir saber o que aconteceu em matéria de omissão. É um grande esforço, que hoje vai ter o seu dia inaugural, em termos de possibilidade de saber sobre omissão. Sobre as ações, sobre vandalismo, o nome que queiram dar, eu acho que tudo pode ser feito a mais, mas já temos uma linha percorrida, tanto é que os que têm vindo depor aqui sempre ocupam o quinto vagão dessa locomotiva, dessa composição da busca dos autores do dia. Agora, da omissão nós não conseguimos nada, a não ser a vinda hoje aqui do Sr. Saulo Cunha, que foi quem escreveu o relatório histórico com mensagens que queriam evitar o dia 8. Mas não evitaram. Por quê? Porque houve omissão.

Então, eu entendo que o que o senhor vai fazer é razoável: que a Advocacia geral do Senado ponha isso a claro. O inquérito e as suas diligências não devem ser prejudicados por nós, mas os fatos ocorridos vão ser censurados?

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Isso é uma censura a um filme – censurar um filme. Censurar um filme para a sociedade brasileira não saber o que aconteceu? Não tem nem pé nem cabeça. E, com o maior respeito ao jurista que é o Ministro, este conselho está desautorizado a dar pela decisão, no meu modo de ver, irreverente, pela mensagem irreverente que ele mandou para esta Casa.

Todos os outros solicitados atenderam. E, se ele quisesse consultar a Polícia Federal, é mais fácil ele consultar do que nós, não é? Quer dizer, a demonstração de má vontade é essa. Quer dizer: "Procure quem é vinculado ao meu ministério, quem está aqui sob a minha ordem". O que que é isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, para questão de ordem, o Deputado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero agradecer e elogiar pela sua medida de levar à Advocacia do Senado e ao Supremo Tribunal tal questão. Quero ainda que faça administrativamente um pedido de reconsideração ao Ministro de Estado Flávio Dino, para verificar se ele vai atender a medida. A negativa de atendimento a medida não é apenas inadmissível, mas inconstitucional. Então, eu venho trazer aqui que Parlamentares de oposição já estamos manejando uma medida perante o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da República, para trâmite no Supremo Tribunal Federal, para apurar essa negativa do Ministro. Primeiro, para instá-lo a fornecer as imagens, conforme requerimento dessa CPMI. Como se vê, o Ministro não apenas desprezou a atribuição constitucional dessa CPMI, como a do próprio Congresso Nacional.

E desrespeita, ainda, já um julgado do próprio Supremo Tribunal Federal sobre essas imagens, que decidiu que o esclarecimento do caso depende da análise – imprescindível – de "todas as imagens que auxiliem na identificação dos responsáveis". Asseverou, ainda, que "inexiste sigilo das imagens, com base na Lei de Acesso à Informação". Isso foi um despacho do Supremo Tribunal Federal, de 21 de abril de 2023, nos autos do Inquérito 4.923, do Supremo Tribunal Federal.

Então, caso o Ministro Flávio Dino não atenda, que venha a ser apurado crime de responsabilidade do Ministro de Estado e desobediência do Ministro Flávio Dino.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, cabe aí elogiar a providência para obter essas informações, mas tem que fazer uma ressalva.

A Constituição atribui a esta Comissão, a CPMI, poderes próprios de investigação de autoridade judicial e não poderes próprios de investigação de autoridade judicial quando assim entender o Supremo. Então, a gente não precisa, esta Comissão não precisa de autorização do Supremo Tribunal Federal para cada passo que nós formos realizar.

Eu até entendo que, diante desse impasse, a providência oportuna é provocar a Advocacia do Senado para provocar o Supremo Tribunal Federal, mas eu sugiro o seguinte, que fosse solicitado que o Supremo Tribunal Federal disponibilizasse os vídeos diretamente, se ele os recebeu, ou, se não disponibilizar os vídeos, que determinasse, então, ao Ministro da Justiça que os fornecesse.

E vou acompanhar aqui a sugestão do Deputado Ramagem, para que nós reiteremos também ao Ministro Dino, porque esta Comissão tem poderes próprios, e ele tem o dever de fornecer esse material.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um material de que ele tem à disposição e é um material que, evidentemente, vamos aqui ser claros, não coloca em risco de maneira nenhuma as investigações em curso.

São fatos que aconteceram, vídeos que aconteceram em 8 de janeiro, já há mais de seis meses. Não existe qualquer possibilidade de isso colocar em risco qualquer investigação em curso do Supremo Tribunal Federal. E creio que, se o Ministro se recusa a apresentar, ele, sim, acaba incorrendo em crime de responsabilidade, desrespeitando não só esta Comissão, mas o próprio Congresso Nacional.

Então, a minha sugestão, Presidente, é seguir na linha que V. Exa. colocou, sim, provocar a Advocacia do Senado, mas reiterar a determinação...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... ao Ministro Dino para que apresente, sob pena de configuração não só de desrespeito a esta Comissão, mas de crime de responsabilidade.

E quero registrar aqui, Presidente, que eu já fiz requerimentos ao Ministério da Justiça, aqui nesta Comissão, e têm sido prestadas as informações de maneira absolutamente evasiva. Esse comportamento de não entregar esses vídeos tem sido também encontrado em outras situações. Eu requeri, por exemplo, informações sobre o efetivo da Força Nacional no dia 8 de janeiro, onde que essas pessoas estavam, quando que elas interviram, e as informações vêm evasivas, vêm imprecisas. Solicitei outras informações e isso sempre vem de maneira evasiva.

Do outro lado também, Presidente, reitero a necessidade de que o Supremo Tribunal Federal compartilhe o conteúdo do inquérito. Os defensores, embora com dificuldade, pela Súmula 14, já têm direito de acesso aos inquéritos relacionados às denúncias já oferecidas, ações penais que estão tramitando. E, se o acesso pelos defensores não coloca em risco as investigações, como dizer que as investigações estão em risco pelo acesso por esta Comissão? Na parte que eventualmente envolver diligências em curso, como diz a Súmula 14, é absolutamente razoável que o Supremo não compartilhe. Agora, existe uma série de provas já, lá nos inquéritos, que não existe nenhuma razão de não virem para cá. E nós já estamos há meses do início desta Comissão e ainda não recebemos cópia desses inquéritos. Ainda não temos os laudos da Polícia Federal sobre esses vídeos. E a gente tem visto o esforço de V. Exa. absolutamente louvável junto ao Supremo, mas creio que está na hora de o Supremo poder já fornecer essas provas para nós, para que nós possamos realizar um trabalho até complementar de investigação e não de reiteração daquilo que já foi realizado. Em parte, nós estamos aqui indo em zigue-zague, porque não temos acesso a essas provas que o Supremo já produziu. E nós não somos inimigos ou adversários das investigações do Supremo, nós apenas queremos fazer uma investigação complementar.

Então, fica essa sugestão também, Presidente, para que nós possamos ter esses elementos e reiterar ao Ministro da Justiça que forneça diretamente, porque nós não devemos precisar de interposição do Supremo para obter essas provas. Lamentavelmente, estamos sendo forçados a essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provocação, mas entendo que temos também que provocar diretamente novamente o Ministro, alertando para as consequências do descumprimento e do desrespeito à decisão desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É tempo livre, Presidente? É tempo livre ou tem tempo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode falar, Deputada. Fique à vontade.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Porque eu estou vendo o tempo circular aqui sem parar, então...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A questão de ordem...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A questão de ordem tem... Todos estão falando em tempo de questão de ordem.

Então, estamos concedendo aí um limite de cinco minutos. Claro que, se o Parlamentar puder falar menos, seria interessante. Mas o prazo máximo que nós estamos estabelecendo é de cinco minutos para que cada um possa usar da palavra.

Pois não, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero alertar e lembrar que o Ministro Flávio Dino é um Senador e já foi Deputado Federal; portanto, ele tem total respeito pelo Parlamento brasileiro, conhece a missão de uma CPMI e a sua própria missão como Ministro da Justiça. Parece-me que ele se acautelou diante do inquérito que está sob sigilo, mas ele, como disse o Deputado Rubens Júnior, não tem nenhum óbice em encaminhar às imagens. Ele apenas se acautelou em função do sigilo do inquérito.

Então, eu acho que – a gente aqui, conhecendo, inclusive, o Ministro Flávio Dino como uma pessoa absolutamente acessível e de grande contribuição ao Parlamento brasileiro – valeria a pena um reenvio dessa decisão da CPMI, solicitando diretamente a ele novamente, reiterando, as imagens.

Eu acho que, do ponto de vista dele, não há problema, até porque esse requerimento, na minha cabeça, nunca fez muito sentido, porque o Ministério da Justiça não foi invadido, não teve quebra-quebra, não teve nada ali. Imagem não tem som. Então, eu não sei, de fato, o que querem apurar ali. A hora em que ele chegou ao ministério? Com quem ele conversou? São questões em que... Sinceramente, eu não vejo o menor sentido de a gente ter essas imagens aqui. Mas já que a CPI decidiu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter, eu não imagino que haja qualquer óbice ou preocupação do Ministro em encaminhar as imagens. Eu acho que houve uma cautela. Como juiz que é, como magistrado que é, tem lá o conhecimento jurídico dele e teve a cautela. Mas acho que, se a CPI reiterar ao Ministro essa solicitação, não precisa a gente fazer o envolvimento nem do Ministério Público, nem do Supremo. Eu acho que vale uma comunicação direta a ele, solicitando novamente as imagens, e que ele apure com a Polícia Federal a possibilidade do envio e converse diretamente com a CPI.

Porque eu acho que aqui o que está se tentando fazer é tentar jogar nas costas do Ministro da Justiça que houve uma omissão dele, quando tudo mostra que isso não aconteceu, inclusive o decreto de intervenção e as ações que ele tomou, as medidas que tomou inclusive com a intervenção na Polícia Militar. Acho que nós vamos ter a clareza aqui de quem foi a omissão. E o próprio inquérito policial militar que foi divulgado pela Abin também nos mostra isso, não é?

Então, nós vamos poder debater isso aqui com muita tranquilidade. Que houve omissão, a gente sabe que houve, mas sabe de quem e onde. Então, é bom mesmo que a gente debata isso, porque é importante a gente debater a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, do Governador Ibaneis, da Polícia Militar do DF e de algumas figuras que têm uma relação muito íntima com o próprio Governo anterior.

Então, eu acho que a gente vai poder debater isso bem aqui, mas não vejo necessidade de a gente fazer uma ação tão dura quando há a possibilidade, tranquilamente e diretamente com ele, de se obterem as imagens.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, o Deputado Rubens Júnior propôs uma solução – e eu acho que isso soluciona – que é verificar com a Polícia Federal se isso faz parte do sigilo.

Eu chamo a atenção para isso, porque a forma como V. Exa. quer resolver o problema – e eu sei que V. Exa. quer fazê-lo – é remeter de novo ao Supremo Tribunal Federal. O STF vai dar razão ao Ministro Dino, porque, se é sigiloso e se está no inquérito sigiloso, precisa ter um aval de outro, e pode ser que o Supremo não dê esse aval e dê razão ao Ministro Dino em relação a isso.

Rubens Júnior está propondo uma solução: que seja visto na Polícia Federal se essa parte do inquérito faz parte do sigilo ou não. O Ministro já disse que, do ponto de vista dele, não há problema algum – do ponto de vista do Ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solução está sendo proposta pelo Deputado Rubens Júnior. A Polícia Federal, dizendo que não há problema de esse vídeo fazer parte daqui, da CPMI, porque não faz parte de problemas de sigilo que estão no inquérito... Está resolvido o problema.

Então, ele está apontando uma solução, mas não me parece que a oposição queira uma solução para isso. Aí a Deputada Jandira tem razão, porque não há nada que se investigar, neste caso, no Ministério da Justiça, porque lá não foi onde os bolsonaristas quebraram os Três Poderes. Eles se concentraram no Congresso Nacional, eles se concentraram na Câmara e no Senado, eles se concentraram no Palácio e eles se concentraram no Supremo Tribunal Federal. Então, são essas cenas, inclusive a do Supremo Tribunal Federal, que foi a última a ser colocada e levantada, exatamente porque servia ao sigilo. Por isso é que eu digo que talvez essa não seja a solução, e, sim, a solução proposta pelo Deputado, mas não foi no Ministério da Justiça que ocorreram as quebraadeiras que foram incentivadas pelo bolsonarismo.

A nós não interessa, de forma nenhuma, fazer cortina de fumaça, tentar mirar onde não se deve, porque nós precisamos exatamente descobrir como é que foi todo esse processo. Daqui a pouco, nós vamos iniciar um procedimento de escutar o que aconteceu na Abin, e nós temos um relatório da Abin que é muito claro em dizer que não foram poucos os empresários que contrataram ônibus fretados para transportar os golpistas. Isso está muito claro no documento: foram 83 pessoas e 13 organizações, segundo aponta a Abin, naquele processo que culminou com a tentativa de golpe e com a quebraadeira.

O envolvimento de empresários no garimpo ilegal é também apontado na Abin – isso nos interessa saber –, garimpo ilegal do Pará, que foi rastreada uma rede de empresários que contribuiu para a vinda dos golpistas. Empresas transportadoras que deram suporte a ações violentas: foram 272 caminhões que integraram comboios para Brasília, a partir de 4 de novembro – também está sendo colocado.

Portanto, esses são os procedimentos que nos interessa fazer. Ameaças e novas ações violentas após o dia 8 a Abin também aponta. Então, nos interessa saber a razão, quem é que organizou esse golpe, os ataques que tiveram as linhas de transmissão depois do 8 de janeiro, incentivados por golpistas, e a Abin identifica quem são esses. Influenciadores digitais que participavam de grupos extremistas que fizeram convocações para os atos golpistas...

Veja bem, Presidente, são tantas coisas a serem analisadas, que, realmente, essa cena é cortina de fumaça. Por isso, não tem, para a gente, problema nenhum ver essas cenas no Ministério da Justiça. Agora, precisa-se fazer um caminho legal, correto. A participação em atos extremistas que ajudaram e auxiliaram bolsonaristas...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... a saírem do Distrito Federal, também a Abin já aponta quem é que facilitou a saída desses golpistas. A intensificação de atuação de extremistas violentos de direta é colocada no relatório da Abin; o mapeamento dos presos e foragidos no 8 de janeiro está também no documento da Abin; identificação de grupos extremistas violentos em Brasília que poderiam ameaçar a posse do Presidente Lula. Por fim, em 11 documentos, a Abin vai demonstrar que empresários do agronegócio, do agro fascista patrocinaram os ataques e articularam, anteriormente, diversos atos para pedir intervenção militar no Governo Bolsonaro. Isso é o que nos interessa ver.

Então, esse problema realmente, do prédio do Ministério da Justiça, é como o Ministro disse, não há problema algum, mas ele não pode remeter algo dentro da ilegalidade, porque ele é Ministro da Justiça.

Eu acho que a solução proposta pelo Deputado Rubens Júnior soluciona rapidamente para quem de fato quer dar continuidade ao processo da CPML.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Izalci.

Olhe, tem aqui, além do Senador Izalci, inscritos o Deputado Filipe Barros, o Senador Marcos Rogério, o Deputado Aliel, o Senador Flávio Bolsonaro, o Deputado Aluisio Mendes e o Senador Girão.

Depois dessas falas – eu não inscreverei mais ninguém –, eu vou dar a decisão da Mesa a respeito desse assunto que todos estão tratando. Espere aí, Magno Malta, desculpe, está aqui inscrito já, e depois o Senador Mourão.

Então, eu vou ouvir esses Parlamentares e, em seguida, vamos dar a decisão da Presidência em relação a esse assunto.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. pela decisão. É inadmissível o ministério, por exemplo, se negar a entregar isso à CPI.

Agora eu fiquei animado, a partir de agora eu estou animado, porque a base de Governo acabou de dizer aqui: não teme nada e está disposta a entregar tudo; é só você requerer novamente as informações, que eles vão mandar. Se não temem nada e é possível o Ministro Dino atender tudo isso, nós devíamos ter aprovado já. Eu tenho um requerimento meu quebrando realmente o sigilo telemático e celular do Ministro Dino só nesse período. Quando ele ligou para o Lula, o que o Presidente falou de volta, quais as providências que eles tomaram. É só isso. Então, ali resolve toda a questão da omissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, eu pelo menos li a matéria sobre a decisão do STM (Superior Tribunal Militar) em que ficou claro: a decisão do inquérito é de que realmente houve omissão. O Governo... Eu estou falando isto há três meses: o Governo poderia ter evitado – o Governo atual – tudo que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Então, essa questão das câmeras, das imagens é fundamental, e têm que vir completas.

E quero aproveitar, Presidente, para que V. Exa. também reivindique... Aqui não chegaram ainda as imagens do Senado, por incrível que pareça. As imagens do que aconteceu aqui no Senado Federal não foram disponibilizadas ainda aqui para a CPMI. Então, também é uma coisa que tem que ser reiterada aí ao Presidente. A Relatora não sei se já pediu, também reforçou isso, mas o Senado não forneceu as imagens do que aconteceu aqui no dia 8 de janeiro.

Agora, Presidente, eu vejo que determinados requerimentos que são coisa óbvia e que foram inicialmente recusados na votação do primeiro dia – eu acho que o pessoal estava muito preocupado... Eu acho que nós devemos agora retomar a aprovação de diversos requerimentos que foram feitos, que vão esclarecer exatamente isto: se houve ou não omissão. Teve ação? Todo mundo sabe que teve ação, e é isso que nós estamos apurando, mas as omissões são muito claras para mim.

Então, eu quero aproveitar essas falas da base de Governo para que V. Exa. possa reiterar essa questão, mas também solicitar a questão das imagens e também das mensagens que foram trocadas naquele momento pelo Ministro com o Presidente Lula e outros... Então, eu acho que com isso se desvenda esse mistério.

Mas, Excelência, Presidente, só para reforçar, as câmaras aqui do Senado não foram fornecidas, e foram aprovados os requerimentos. Então, é importante também checar isto: por que o Senado não encaminhou essas imagens para cá. Eu não vi as imagens.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Verificado, foi verificado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, Presidente, é isso.

Eu acho que V. Exa. tem razão e o parabenizo pela posição de, realmente, pedir a interferência da advocacia do Senado para ter aqui o óbvio, que são as imagens porque, como já foi dito aqui pelo Deputado Ramagem e também pelo Senador Sergio Moro, isso não atrapalha, não dificulta e não compromete o sigilo à entrega das imagens aqui.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Filipe Barros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, apenas para contribuir com este debate, antes que V. Exa. faça a sua decisão sobre essa questão de ordem, é importante que se esclareça, Deputado Rubens, que, em inúmeros pedidos que esta CPMI tem feito à Polícia Federal, nós estamos recebendo como resposta que a Polícia Federal não pode compartilhar com esta CPMI, uma vez que aquilo que se tem pedido estaria sob sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, parece-me ser uma medida protelatória, Senador Kajuru, nós mandarmos esse pedido ou reiterarmos esse pedido para a Polícia Federal, sob pena de termos como resposta a resposta que a Polícia Federal tem mandado, como de praxe, para esta CPMI: a Polícia Federal dizer que não pode compartilhar, uma vez que essas imagens estão anexadas a um inquérito em sigilo no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, nós não podemos deixar esta CPMI ser desmoralizada, Presidente, e V. Exa., como Presidente, tem tido um trabalho muito sério e imparcial para que esta CPMI, de fato, cumpra com o seu objetivo.

Nesse aspecto, nós temos todos os instrumentos jurídicos, inclusive, necessários para determinar que o Ministro da Justiça encaminhe de imediato essas imagens. Inclusive, podemos fazer busca e apreensão dessas imagens no próprio prédio do Ministério da Justiça, porque nós temos que respeitar a decisão soberana desta CPMI. Nós aprovamos, por unanimidade, esse requerimento pedindo as imagens. O Ministro agora disse que não pode compartilhar. A CPMI funciona como inquérito. Portanto, nós temos todos os instrumentos regimentais e jurídicos, Presidente, para que V. Exa. determine de imediato, inclusive, a busca e apreensão dessas imagens dentro do Ministério da Justiça.

Então, eu gostaria de contribuir para que esta Comissão, de fato, cumpra com o seu objetivo. E, se a gente permitir que esses requerimentos não sejam respondidos, já, já vai virar uma festa: os requerimentos que são aprovados aqui eles vão responder se quiserem. A gente não pode permitir que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer algumas indagações, a par do que foi suscitado aqui, mas não sem antes cumprimentar V. Exa. pela postura firme na condução desta CPMI, diante de uma negativa ilegal e inconstitucional como essa, a postura de V. Exa. na defesa do papel desta Comissão Parlamentar de inquérito. Assiste razão a V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O questionamento inaugural que faço é: o inquérito da Polícia Federal se sobrepõe ao inquérito que estamos a trabalhar nesta CPMI? Porque, ou alguém fugiu da escola, ou compreende que uma Comissão Parlamentar é de inquérito.

Se assim é, acabemos com esta CPMI, porque ela está esvaziada de poderes, de competência.

Se alguém diz que eu tenho que ir lá, pedir autorização para o delegado da Polícia Federal para acessar uma imagem pública, um documento público, que eles dizem que não tem nada a ver, que não há crime, que não há por que se bisbilhotar o que estava acontecendo dentro do Ministério da Justiça, mas não querem que se toque lá, é estranho, Sr. Presidente. E mais estranho ainda é alguém que defende CPI ou CPMI como um instrumento legítimo para exercer o controle político da administração vir aqui e dizer que a CPI tem que se curvar a pedir...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... a outra autoridade que preside o inquérito.

Vem cá, V. Exa. preside o inquérito. Como representante desta Comissão, V. Exa. preside o inquérito e V. Exa., investido nesta função, diante de um requerimento legitimamente aprovado no âmbito da Comissão, solicita a imagem. E aí, agora, alguém vem aqui dizer: "Não, olha, é melhor V. Exa. consultar... Converse com o delegado para ver se pode". Olha, tem alguma coisa errada, Sr. Presidente. Tem alguma coisa errada.

Ora, quantos inquéritos tiveram cópias enviadas para CPIs e CPMIs mesmo esses estando em sigilo?

Eu participei, recentemente, de uma CPI, a CPI da Pandemia. Era um carnaval de inquéritos sigilosos chegando lá. Muitos colegas Senadores participaram da CPI da pandemia. Agora, os mesmos que defendiam uma posição contrária lá, aqui tentam fazer diferente. O que o Ministro da Justiça fez, respeitosamente, é crime. É crime. Se negar a entregar documentos legitimamente solicitados é crime. Abuso de autoridade, obstrução à investigação. Flávio Dino comete abuso de autoridade – comete abuso de autoridade. E o que mais me estranha e o que mais me causa espanto é a base governista sustentar uma tese que diz que não tem nada a ver, que lá não há o que esconder, que não há o que se temer, mas, ao mesmo tempo, sustenta a tese de que não se deve compartilhar, porque se trata de objeto de investigação em sede de inquérito. Ora, escolham a tese que querem sustentar. A narrativa não se sustenta.

Então... Mas essa negativa me parece a mesma estratégia do Palácio do Planalto.

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Lula, primeiro, declarou sigilo, decretou sigilo sobre as imagens do Palácio do Planalto. Não queriam compartilhar. Diziam não ter o que esconder, mas não queriam compartilhar. Quando vazam as imagens, aí são desnudados sobre o que aconteceu no âmbito do Palácio do Planalto. As imagens revelariam integrantes do Governo em colaboração com os invasores. É a mesma base que vem aqui dizer que "Não, Dino não tem que liberar. Vai lá, Presidente, consulte o delegado. Peça conselho a ele".

É apequenar, é tratar com menoscabo, com desvalor esta CPMI e nós não devemos... E, por isso, cumprimentei V. Exa. pela postura firme na condução dos trabalhos desta CPI.

Creio que se assim não for, Sr. Presidente, nós ficaremos aqui apenas sustentados nas narrativas que a base governista tenta vender dentro desta CPI, sem avançar na investigação.

Hoje teremos um depoimento importante, mas essas imagens, esses documentos são importantes para a instrução da investigação que estamos a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado Aliel.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa., Presidente, e dizer do meu apreço pela condução de V. Exa. de maneira equilibrada, com respeito a todos aqui, trazendo o equilíbrio necessário para quem preside algo tão importante dentro do Congresso Nacional.

Isso é de suma importância, porque esse peso faz toda a diferença na condução para que a gente tenha esse equilíbrio e encontre os nossos objetivos principais aqui.

Contra fatos, Presidente, não há argumentos. Nós temos aqui narrativas políticas e a tentativa de uma divisão entre quem é Oposição e quem é Governo. Eu, particularmente, não estou aqui para fazer esse tipo de análise.

Nós temos um ato que aconteceu no dia 8 de pessoas que foram enganadas, que foram levadas a não aceitar o resultado democrático das urnas, que fizeram aqui uma quebradeira, que fizeram aqui um ataque aos prédios institucionais e às instituições, portanto, fizeram um ataque à nossa nação. Isso não é uma questão partidária ideológica, foram crimes que aconteceram aqui.

É falsa a narrativa de falar em colaboração aos ataques que aconteceram de quem era atacado. O que nós temos são imagens claras de pessoas envolvidas muito antes do dia 8 através de várias ações que aconteceram, desde o questionamento das urnas eletrônicas, para colocar em xeque as instituições e, portanto, nós temos um crime gravíssimo aqui, que vai muito além do dano ao patrimônio. Nós queremos descobrir quem financiou, queremos descobrir quem mandou, queremos descobrir quem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulou, como no caso da visita que nós tivemos do Sr. Vasques, dias antes do segundo turno, a um assessor especial do Presidente da República, do então Presidente da República.

Eu quero destacar aqui um fato muito importante que um membro desta Comissão trouxe hoje aqui, que é o Deputado Rubens Júnior. Um membro desta Comissão conversou com o Ministro da Justiça, o Ministro da Justiça que, por sinal, é Senador da República, que foi Deputado Federal e que foi juiz, juiz que passou em primeiro lugar no concurso, e que está tomando uma atitude cuidadosa para que outras pessoas não questionem o devido processo legal. O Ministro Flávio Dino responde hoje administrativamente; se existe a determinação de um sigilo não é correto que ele tome uma decisão administrativa, compondo o Governo que compõe, em relação à autonomia da Polícia Federal. A Polícia Federal hoje tem um inquérito, assim como nós temos aqui, e, portanto, a requisição de ações já não cabe mais administrativamente por uma decisão política.

Quem está fazendo o discurso contrário está tentando levar o debate para o campo ideológico-político. Existem regras, inclusive a regra constitucional.

Quando existem dois inquéritos sobre o mesmo assunto, o que não é casual, dentro da esfera puramente jurídica, existe a necessidade da condução adequada de pessoas que, de fato, querem apurar o que está acontecendo. Se nós temos uma informação aqui que é válida, de boa-fé...

(Soa a campainha.)

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – ... trazida por um integrante desta CPMI, e esse integrante nos diz que o Ministro tomou uma decisão administrativa e que cabe fazer a solicitação a quem detém o poder jurídico sobre ela, é o caminho mais fácil para nós resolvermos essa situação; é o caminho mais célere para que a gente possa resolver essa situação; é o caminho para, de fato, nós termos as imagens e não o debate puramente ideológico-político.

Esta CPMI tem a função não apenas de descobrir o dia 8. O dia 8 está fácil de entender, a quebradeira daqueles que foram usados. Nós queremos descobrir o que está por trás – e muita coisa já está aparecendo. As investigações estão mostrando todas essas ações, e nós vamos encontrar esses financiadores, os que estimularam, os que coordenaram, os que incentivaram a quebradeira e o ataque às instituições do nosso país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente, porque eu tenho uma questão de ordem para ler, para que a V. Exa. possa responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer que V. Exa., a sua postura neste momento desta reunião, na volta agora, no segundo turno, é absolutamente importante.

Eu estou aqui ouvindo, observando e não acreditando em muita coisa que estou ouvindo. CPI tem poder de justiça. O nível do Deputado Arthur Maia não é mais baixo do que o nível do Presidente, nem do Supremo e nem do Executivo. Isto é uma CPMI do Congresso Nacional. Não tem essa história de "eu não vou entregar".

E depois, o seguinte: na palavra do Deputado Rubens Júnior, que eu conheci menino, quando o pai dele presidia a Assembleia Legislativa e eu fui para lá com a CPI do Narcotráfico, ele era bem pequenininho, o seu pai – não é, Deputada Laura? – o seu pai, como Presidente da Assembleia Legislativa, tinha esse entendimento junto ao Poder Judiciário do seu estado, razão pela qual nós chegamos àquelas conclusões no Maranhão.

Então, não se tem que dizer a esse Colegiado que vota um requerimento que não vai fazer. A estatura de V. Exa. hoje é a estatura de Rosa Weber, é a estatura de Alexandre de Moraes. Não é que isso aqui é menor. Nós temos que ficar fazendo pedido, nós temos que pedir, para implorar... Nada disso! Nós estamos num processo investigativo em que qualquer investigação é obrigada a ser mandada aqui uma vez que é solicitada.

Então, a mim causa asco e causa até muito espanto ver tanta narrativa de pessoas que já participaram de tantos desses processos tentando colocar uma CPMI abaixo de ministérios.

Olha, o Dino é Ministro. Ele é Senador, mas neste momento ele é servidor público. Ele está como Ministro. Ele pode ser convocado para vir aqui em vez de ser convidado. Esta CPI pode sim.

Na CPI do Narcotráfico, o Senador Renan foi convocado, foi lá e colaborou com a CPI. Nós só prendemos Hildebrando Pascoal porque ele foi lá e colaborou como Ministro da Justiça, entendendo esse papel. Então, a mim me espanta muito, Sr. Presidente. Eu precisava fazer essa fala, reforçando a sua posição – reforçando a sua posição –, enquanto Presidente, porque a resposta do Ministro é ofensiva a V. Exa. e ofensiva a este Colegiado, foi quem votou.

Sr. Presidente, rapidamente, eu passo a ler aqui – espero que eu consiga – essa questão de ordem assinada pelo Deputado Ramagem, por mim e pelos outros integrantes, questão de ordem de presídio, com fundamento...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, Senador, com todo respeito...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... eu queria pedir a V. Exa. o seguinte: eu estou concedendo a palavra a todos os Parlamentares para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sobre essa questão de ordem. Então, assim que eu decidir sobre essa questão, eu passo a palavra, primeiro, ao Senador Aziz...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que me pediu em primeiro lugar e, em seguida, a V. Exa., para ouvir sua questão de ordem. Pode ser assim?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, concluo, mais uma vez, lhe parabenizando pelo posicionamento, até porque aqui tem muitos que já presidiram CPI e sabem – e sabem –, inclusive, que essas regras não podem ser quebradas, elas não podem ser quebradas até porque o Poder Executivo instala. Por exemplo...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... investigações administrativas, inquéritos administrativos com relação aos seus funcionários, ministros, seja lá quem for lá dentro, e busca nos outros Poderes aquilo que pode ser útil com o Poder Judiciário, como o STF, e instala um inquérito que é do seu regimento interno, como é o regimento das *fake news*, e vai buscar nos outros Poderes.

Então, apequenar esta CPI significa darmos o fim nela de uma vez, porque nós não somos subalternos deles.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu vou ser muito breve porque muito do que eu ia dizer já foi dito por meus colegas que me antecederam.

Mas só quem não conhece o Ministro Flávio Dino, do Maranhão, pode se surpreender com essa decisão dele. A sua prepotência, a sua arrogância, as suas pretensões ditatoriais mostraram aqui a esta Casa quem é o Ministro Flávio Dino. Eu acho que nunca houve na história do Congresso Nacional, nos *Anais* desta Casa, um ministro que se recusa a fornecer a uma CPMI documentos que ele tem obrigação de fazer, por dever constitucional. E aqui eu fico, assim, muito surpreso – e aqui respeito muito a minha colega Jandira Feghali; já estivemos nas mesmas fronteiras aqui nesta Casa, por exemplo, nas CPMIs, na CPI da Petrobras – ao dizer que não há nada de ser apurado nessas imagens do Ministério da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim, o Ministro Flávio Dino deu quatro versões sobre o horário que ele chegou ao ministério: uma na Rede Globo, uma na CCJ, uma na Comissão de Segurança Pública... Nós precisamos saber qual dessas é verdadeira. O Ministro Flávio Dino tinha sob sua autoridade a Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal. Ele foi avisado, no dia 7, pela Abin e pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, nomeado por ele, que aquele movimento estava se organizando. E quais foram as providências que o Ministro Flávio Dino tomou? Nenhuma, com relação às forças policiais sob sua autoridade. Então, é muito importante que a gente tenha acesso a essas imagens.

Eu não vejo razão para essa preocupação excessiva do Ministro Flávio Dino de, solicitado que foi por esta CPMI para fornecer essas imagens, tergiversar e dizer que não pode entregar porque faz parte de um objeto de um inquérito sigiloso. Aqui foi dito pelos Deputados e Senadores que formam a base do Governo que não existe nada de secreto nessas imagens – até porque não pode haver –, e por que essa recusa?

E acho, sim, que V. Exa. não tem que solicitar ao Diretor da Polícia Federal essas imagens. O senhor tem que fazer ao Ministro Flávio Dino novamente essa solicitação e dizer para ele que, à recusa de fornecer, ele será responsabilizado criminalmente por isso, porque esse é o papel desta CPMI.

Na CPMI da Petrobras nós convocamos o Ministro Eduardo Cardozo a esta Casa, e ele veio e forneceu as informações necessárias. E nós chegamos à conclusão de que a Polícia Federal naquela época usou de meios ilegais para grampear as pessoas sem autorização judicial. E essas informações foram dadas aqui pelo Ministro Luís Eduardo Cardozo àquela época. Se o Ministro Flávio Dino continuar criando dificuldades a esta CPMI – como disse o Senador Sergio Moro, todas as informações solicitadas ao Ministro Flávio Dino são enviadas de maneira escusa e tergiversando sobre as informações –, nós iremos convocá-lo aqui para que ele preste esclarecimentos.

Por isso, quero parabenizar o senhor pela sua decisão firme com relação ao respeito a esta CPMI. E o Ministro Flávio Dino vai aprender, por bem ou por mal, que esta Casa precisa ser respeitada.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, antes de contar o meu tempo, só para saber: a gente pode tratar agora apenas da questão das imagens do Ministério da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Da questão de ordem.

Veja bem, eu na verdade estou sendo aqui bastante complacente, porque todos os Deputados falaram, Deputados do Governo e Deputados da Oposição aqui, expondo seu ponto de vista. É claro que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui estão fazendo uma defesa do seu ponto de vista muito mais do que uma questão de ordem. Por isso mesmo, eu determinei que... Já havia concedido para vários Deputados, Senadores etc., então ainda falta aqui o Senador Girão falar, e eu vou decidir. Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Omar Aziz; depois, para a nova questão de ordem, ao Senador Magno Malta.

Por favor, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu vou... Rapidamente, só para contribuir, eu quero falar exatamente da questão de ordem seguinte, que o Senador... Mas só sugerir a V. Exa... Porque hoje é um momento importante de traçar uma linha aqui de qual é a nossa atuação e a nossa credibilidade.

Então, Presidente, quero só sugerir, além do que já foi dito, que se reiterasse ao Ministro da Justiça, sim, as imagens, com um prazo de 48 horas para que ele responda, envie para cá essas informações, sob pena, sim, de esta Comissão encaminhar à Procuradoria-Geral da República uma representação por crime de responsabilidade contra ele, porque ele não pode – eu vou usar aqui um gerúndio educado – não pode continuar "andando" para esta Comissão, menosprezando o trabalho parlamentar como ele vem fazendo desde que sentou naquela cadeira de ministro. Tem que se impor respeito, a gente tem que ter respeito aqui. Não há uma hierarquia nossa em relação ao Presidente da República ou ao Presidente do Supremo. Nós caminhamos dentro da lei, mas temos as nossas prerrogativas, que neste momento... Daí a importância da postura de V. Exa., que eu também parabeno, de não deixar que "andem" mais uma vez sobre as nossas cabeças, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente Arthur Maia; demais colegas aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo pela sua firmeza, pelo seu equilíbrio em se fazer respeitar. Porque eu acho que o que está em jogo aqui, como a regra da boa convivência é o respeito, é se dar ao respeito. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes próprios de investigação, e eu não fico muito surpreso – confesso, Sr. Presidente – com essa negativa do Ministro da Justiça com relação às imagens importantíssimas; quero deixar muito claro e vou explicar por que do Ministério da Justiça naquele fatídico dia.

Eu não fico surpreso porque o próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fala que nós temos uma democracia e que a democracia é relativa. Claro, o Ministro da Justiça está seguindo a cartilha da democracia relativa, porque é um desrespeito a esta Comissão! Isso mostra o apreço a uma instituição como o Senado Federal, que é questionada lá fora pela população brasileira sistematicamente. Nós somos muito questionados por estarmos aí sendo esmagados muitas vezes por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderes – porque agora tem um alinhamento muito claro entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. E a gente percebe um questionamento cada vez maior nesse sentido quando vê a própria Ministra Presidente do STF, Rosa Weber, também não compartilhar a investigação, os documentos solicitados, requerimentos que o senhor foi lá, se reuniu e pediu.

Então, o que nós estamos fazendo aqui? O que é que nós estamos fazendo aqui? O salário, quanto é que custa o salário nosso? Quanto é que custa para rodar esta instituição Câmara e Senado Federal para fazer um trabalho, para mobilizar passagem aérea, gabinete e assessores para a gente chegar aqui e ter um Ministro da Justiça que não quer mandar as imagens? Ora, fazer pedido à Polícia Federal? Que conselho é esse? Isso é um desrespeito às prerrogativas de Parlamentares.

Aí fica, Sr. Presidente, aquele questionamento: será porque vai ser revelado onde estava a Força de Segurança Nacional no dia 8 de janeiro? É isso? – porque a própria imprensa brasileira mostrou que o maior contingente da parte da Força de Segurança Nacional só chegou às 16h25 de domingo na Esplanada dos Ministérios. Onde é que ela ficou? Onde ela estava? Esse é o grande questionamento, que a gente vai precisar dessas imagens. A gente não pode esconder a poeira embaixo do tapete.

O primeiro semestre – os primeiros dois meses desta Comissão – foi só ouvindo um lado. A gente precisa rememorar que o Governo não queria, de jeito nenhum, esta CPMI e fez de tudo. Com as imagens – olha a coincidência – vazadas lá do Palácio do Planalto, se viu uma colaboração, como colocou aqui o Senador Marcos Rogério, de integrantes...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... do GSI servindo água, recebendo os visitantes como se estivessem em casa. O que mais será revelado nessas imagens que o Ministro Dino não quer entregar? E outra coisa, por que essa demora? É cortina de fumaça? Por que essa demora? Estão querendo ganhar tempo? Pra quê? Essas imagens têm que chegar, Sr. Presidente, no máximo em 48 horas aqui nesta Comissão. E eu já vou dizer que nós temos que ver a questão de perícia também dessas imagens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, do que foi colocado aqui pelos vários Deputados – é claro que nem todos fizeram questão de ordem, mas colocaram suas posições a respeito desse assunto que a Presidência abriu os trabalhos apresentando a esta Comissão –, eu infiro do que foi colocado três posicionamentos: o posicionamento trazido aqui pelo nobre Deputado Rubens Pereira Júnior, que propõe que nós venhamos a ouvir, a solicitar informações à Polícia Federal; existe um outro posicionamento diferente, que é o de pedir uma reconsideração da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posição tomada pelo Ministro; e há essa posição apresentada inicialmente pela Mesa de já encaminhar imediatamente ao Supremo Tribunal Federal a solicitação dessas imagens.

Diante dessas posições, eu vou tomar uma posição que seja intermediária, que não seja nenhuma coisa...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, antes de V. Exa. tomar... Eu queria falar um minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, veja bem...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Porque se a V. Exa. tomar a decisão e depois... Com o que eu vou falar, eu acho que V. Exa. estará tomando uma decisão sem me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Posso fazer isso. Posso passar a V. Exa. e depois passar a Senadora Eliziane. Porque deixe-me te explicar o que é que aconteceu.

Enquanto nós estávamos aqui debatendo esse assunto, todo mundo estava se inscrevendo, e nós lemos aqui a relação de inscritos sobre essa questão de ordem, dizendo que estava encerrada a inscrição dessa questão de ordem, mas que, em seguida, nós decidiríamos e passaríamos adiante. Outros Parlamentares me pediram a inscrição, e nós também negamos. Mas, se V. Exa. não se importar – porque essa decisão minha já está tomada –, eu, em seguida, passaria a V. Exa. a palavra, como passarei também à Senadora Eliziane, porque é uma questão de justiça. Eu li aqui para todos que estava encerrada a lista de inscrição.

Então, eu vou tomar uma posição intermediária. Eu vou solicitar, sim, a reconsideração ao Sr. Ministro da Justiça para que ele apresente a esta Comissão essas imagens no prazo de 48 horas. *(Palmas.)*

Se assim ele não agir, nós tomaremos, então, a decisão – já está tomada a decisão – de fazermos a solicitação perante o STF (Supremo Tribunal Federal).

Quero apenas dizer, Deputado Rubens Pereira, que esta Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, posso acrescentar ao encaminhamento de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode sim, mas deixe-me só concluir, Senador.

Quero apenas colocar para esta Comissão que, depois que foi aprovado esse requerimento, o Ministro encaminhou para esta Comissão um ofício pedindo a dilação de prazo para que ele nos atendesse. Nós concordamos com a dilação de prazo, entendendo que a dilação de prazo era



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente para que fosse apresentada essa solicitação da CPMI. E, ao invés de ser apresentado o que foi solicitado, o que veio foi uma negativa. Então, o Ministro teve, no seu tempo... Ele, sendo o chefe, o comandante maior da Polícia Federal, poderia solicitar e perguntar ao Diretor-Geral da Polícia Federal se poderia ou não entregar e dar uma resposta baseada nessa posição, mas jamais encaminhar para esta Comissão, remeter esta Comissão a um subalterno seu, que é o Diretor da Polícia Federal.

Então, a nossa decisão é no sentido de, em primeiro lugar, determinar à Mesa que reitere ao Ministro Flávio Dino a solicitação desta CPMI, alertando que, caso esta mudança de posicionamento não seja apresentada, que nós, aí sim, encaminharemos a nossa solicitação ao Ministério Público Federal.

Espere aí, pela ordem, agora, o Senador Omar Aziz, depois a Senadora Eliziane, depois o Senador Randolfe.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Omar Aziz.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ao Supremo ou ao Ministério Público. Só para entender. Não era ao Supremo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ao Supremo Tribunal Federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Você falou Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão, falei errado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa. a gentileza de ceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Senador.

Com a palavra o Senador Omar Aziz. Eu peço silêncio aqui para que a gente possa ouvir o Senador.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a gentileza de V. Exa. de ceder a palavra, e parabenizar o Senador Sergio Moro, que está mais velho hoje, bem mais velho.

E aqui, minhas escusas, porque eu só soube do convite do casamento hoje, quando cheguei a Brasília, Randolfe. Parabéns e que Deus te abençoe aí na sua nova vida de casado!

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Eu não fui convidado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Foi sim, todo mundo foi, só que só chegou depois o convite. Não diga isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Sem controvérsias nessa área.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Sem controvérsias nessa área.

Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho ao ex-Governador, ao Senador, colega Flávio Dino e hoje Ministro, nessa etapa da vida dele, nós não temos que pedir, não, nós estamos exigindo as informações. Seja quem for, isso aqui é uma Comissão que investiga, é polícia. A gente tem acesso a qualquer documento. Eu não preciso nem desta Comissão para ter acesso aos documentos de toda a República. Eu sou Presidente da Comissão de Fiscalização do Senado, o que eu pedir lá eles são obrigados a mandar. Se eles não quiserem mandar, eles é que têm que ir à Justiça e justificar por que que não estão mandando. Não somos nós que temos que ir à Justiça. Por isso que eu queria falar antes de V. Exa., porque todo mundo sabe que eu sou Governo. Agora, eu tenho que ter coerência na minha vida. Não dá para ter dois pesos e duas medidas.

Como Presidente de uma CPI recentemente, eu fiz busca e apreensão, mandei prender um... Por quê? Porque se tem poder de polícia. Não depende da boa vontade de nenhum órgão do Governo qualquer tipo de informação referente ao que nós estamos investigando aqui. Que mandem as informações, senão eles estão cerceando a nossa investigação. E aí, quem tem responsabilidade – e eu não vou entrar no mérito da responsabilidade, porque seria muito prematuro – vai ter que ser responsabilizado.

Agora, não somos nós que temos que ir ao Supremo, não. Quem tem que ir ao Supremo é quem lhe é feito pedido e ele acha que não pode dar, ele vai ao Supremo e diz: "Eu não posso dar", e o Supremo decide. Assim como as pessoas que são convocadas para vir aqui vão ao Supremo e dizem que vão ficar caladas, e o Supremo tem dado. Não é a pessoa que vem aqui que vai dizer que vai ficar calada, é o Supremo que tem decidido em relação a isso.

Então, Sr. Presidente, Supremo Tribunal Federal tem que ser procurado não é por esta Comissão, é por aquela pessoa que acha que não pode dar informação e vai justificar ao Supremo, não a nós.

Esta Comissão tem que ser respeitada como uma Comissão que está fazendo um inquérito. E para fazer um inquérito, nós não queremos fazer um inquérito sem ter as provas necessárias, para que essas pessoas que são responsáveis por isso sejam indiciadas no relatório final, até porque nós não decidimos aqui pena, nós encaminharemos isso ao Ministério Público Federal e aos órgãos para que continuem essas investigações. Infelizmente, muitas coisas que nós encontramos, agora mesmo... A Abin, que vai ser ouvida daqui a pouco, alertava sobre questões que levaram à morte de muitas pessoas e nada foi tomado de providência, mas eu não vou entrar nessa questão, porque isso é uma questão que já passou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo o respeito que, eu volto a repetir, tenho pelo Ministro Flávio Dino, esta Comissão tem poder de polícia, e alguém que se achar injustiçado que recorra à Justiça e não nós temos que recorrer à Justiça. Aliás, esta Comissão aqui pode pedir busca e apreensão a hora que quiser, de qualquer órgão que quiser, para ter as informações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz. A fala de V. Exa. é muito elucidativa dos poderes desta Comissão.

Eu tenho buscado aqui sempre agir com muita parcimônia dos poderes desta Comissão, muita parcimônia, sem querer constranger ninguém, sem querer criar problema para ninguém, mas obviamente que nós temos que preservar a autoridade e o poder investigativo deste Colegiado.

Com a palavra, a nobre Relatora...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – O Omar tem experiência própria, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente. Exatamente, Senador.

Com a palavra, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, V. Exa. já tomou a decisão de fazer a retomada, na verdade, desta solicitação, mas eu quero fazer aqui um registro que eu julgo importante.

Quando nós iniciamos os trabalhos desta Comissão, todos nós, na verdade, tínhamos a clareza de que já havia em curso vários outros inquéritos. Nós tínhamos inquéritos no âmbito da Polícia Federal, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, na Polícia Civil e também aqui na Assembleia Legislativa do DF. Então nós iniciamos o trabalho de investigação com um novo inquérito aqui nesta Comissão. Quando o Presidente desta Casa visitou o Ministro Alexandre de Moraes, ele deixou claro que estaria atendendo à solicitação desta Comissão, resguardados os documentos atinentes a processos com pendência de diligência, respeitando o que diz a Súmula Vinculante 14. Inclusive, para isso, nós deixamos até de aprovar requerimentos de quebras ou de compartilhamento – não é de quebras, na verdade de compartilhamento – de informações em respeito a esta solicitação do Ministro Alexandre de Moraes, exatamente porque obstruiria, traria, na verdade, prejuízos em relação a essas novas diligências. Nós temos, na verdade, hoje uma solicitação...

E, ao mesmo tempo – e aí é um ponto específico porque há uma complexidade nesta CPMI –, nós temos nesta CPMI membros desta Comissão que são investigados e até denunciados. É compartilhar informações sendo que nós temos investigados como membros desta Comissão que terão acesso direto a estes documentos, seja aqueles que são de baixo sigilo ou de alto sigilo. Então, daí, na verdade, a complexidade que eu apresento a esta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos solicitando imagens de um órgão que é do Ministério da Justiça. Dentro do Ministério da Justiça, nós temos uma Polícia Federal, que, é claro, é subordinada, mas o delegado do inquérito tem autonomia. Então, na verdade, é um mínimo de respeito à condição desse inquérito, Deputada Jandira Feghali, que está hoje em curso na Polícia Federal.

Então, o Ministro Flávio Dino – eu também liguei para ele – demonstrou toda a disposição de compartilhar as informações. Agora, havendo a comunicação também ao Diretor-Geral da Polícia Federal, seria, na verdade, buscar uma alternativa sem ter que arrombar uma porta, já que essa porta está aberta.

Então, eu acredito que seria importante, para além do encaminhamento, na verdade, ao Ministro Flávio Dino, que é Ministro da Justiça e que o Presidente acaba de colocar, essa solicitação também ao Diretor-Geral da Polícia Federal, que entendemos que seria, na verdade, uma alternativa em respeito ao Presidente do inquérito, que tem sua total autonomia e que tem hoje posse, inclusive, dessas imagens.

Muito obrigada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – A Relatora fez menção...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu falo de denunciado de uma forma geral.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... que há Parlamentares investigados e denunciados dentro da CPI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero fazer... Eu quero fazer... Eu quero fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu gostaria que declinassem os nomes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... para que a gente não ficasse aqui com a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero fazer a retificação, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... espada no pescoço de todo mundo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu falei de investigado, de investigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ela está fazendo uma retificação. Ela está fazendo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quero fazer uma retificação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Investigado. Está claro.

Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, eu quero responder à nossa nobre Relatora, dizendo que a esta Presidência cabe única e exclusivamente cumprir o que é aprovado pelo Colegiado desta Comissão.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Colegiado desta Comissão aprovou um requerimento dirigido ao Ministro Flávio Dino para que ele apresentasse as imagens do Ministério da Justiça. Eu não posso mudar o destino desse requerimento e enviar para A, para B ou para C.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu cumpri o que foi aprovado pelo Colegiado desta Comissão. (*Palmas.*)

O Colegiado mandou encaminhar para o Ministro, eu encaminhei para o Ministro. E é isso que está valendo. Fora disso, a gente extrapola o meu direito e o direito deste Plenário de determinar a quem devem ser dirigidos os requerimentos.

Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Pela ordem.*) – Presidente, o senhor vai reabrir as inscrições?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não, não.

Senador Randolfe, quer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Não, Presidente. Nos termos do que o Senador Omar colocou, já estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Então, eu passo a palavra agora – já tinha sido anunciada uma nova questão de ordem – para o Senador Magno Malta, para que faça a sua questão de ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Presidente, para a próxima questão de ordem...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Pela ordem.*) – Também me inscrevo, Presidente, para a próxima questão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, espere aí. Vamos fazer o seguinte... Veja bem, veja bem: se, em cada questão de ordem, 20 Deputados e Senadores forem falar, fica insustentável. Espere aí, espere aí, espere aí.

Vamos fazer o seguinte...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Reduzir o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos fazer o seguinte...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – CPI com cartão de entrada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente, o Senador Kajuru está corretíssimo.

Olha, vamos fazer o seguinte: o Senador Magno Malta vai ler a sua questão de ordem. Poderão falar dois Parlamentares contra e dois a favor, e, em seguida, a Mesa vai decidir. Ponto final.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Mas questão de ordem vai ter votação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como? Não, Deputada...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pode ter uma contradita.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É uma contradita.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele faz e faz uma contradita e V. Exa. decide.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, podem ser duas, podem ser duas contraditas.

Então...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Gente, tem um depoente ali fora e já são quase 11h da manhã. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, será...

Olha, o Regimento do Congresso Nacional determina que seja apenas um a fazer a contradita da questão de ordem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, só...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, nós vamos ter aqui uma palavra. O Senador Magno Malta vai falar, um Deputado ou Senador vai contraditar, e eu vou decidir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, só para... Eu abri mão de falar na outra questão de ordem com o compromisso de que o senhor me daria a palavra para comentar essa questão do Senador Magno. Só para... Não é para abrir uma exceção.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, V. Exa. pode apresentar a questão de ordem no lugar do Senador Magno Malta?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Deixa dois de dois e diminui o tempo, Presidente. Dois de dois, e diminui o tempo. Pronto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente... Vamos seguir o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu nunca vi questão de ordem apresentada pela metade. Ou um apresenta, ou outro. Eu pediria ao Senador Magno Malta que conceda que o Senador Flávio Bolsonaro faça a questão de ordem, de que eu sei que ele é também signatário. Em seguida, alguém fará a contradita, e a Mesa decidirá, para que a gente possa avançar no nosso trabalho...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Seguir o Regimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... de ouvir o depoente.

Então, pode ser? V. Exa. pode passar a questão de ordem para o Senador Flávio Bolsonaro fazê-la?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, eu vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, vai falar o Senador Magno Malta. Em seguida, alguém para contraditar, e eu vou decidir.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Presidente, Presidente... Defina tempo, Presidente. Por fineza, defina o tempo de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O tempo para questão de ordem são cinco minutos.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São cinco minutos para questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente.

Por favor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores... Sr. Presidente, eu quero, por questão de economia processual, me utilizando do Regimento do Congresso Nacional, arts. 144 e 403, do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos de acesso à documentação sigilosa da CPMI, aprovada em 27 de junho de...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, só um parêntese aqui; o seu tempo está preservado.

O tempo para questão de ordem é de cinco minutos. Então, se V. Exa. quiser fazer um resumo, seria bom, porque talvez não dê tempo de V. Exa. ler toda a questão de ordem, e nós vamos cumprir esse prazo de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, deixa eu ver aqui onde eu estava.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Vai retomar o tempo dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode retomar, dos cinco minutos iniciais, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, bom, eu vou ler aqui e vou chegar às explicações.

Essa questão de ordem tem a ver exatamente com os documentos sigilosos que chegaram do Coaf para esta Casa e estão no cofre. Na verdade, seria importante lê-la toda, citando a lei, os regimentos, de maneira a que ficasse muito claro, mas, por economia processual e a pedido de V. Exa., explicamos o requerimento.

Pedi informações sobre a pessoa do Mauro Cid Barbosa, em referência ao período compreendido entre o dia 1º de novembro, de 2022, a 31 de maio de 2023. Contudo, juntamente com as informações do Mauro Cid, o Coaf enviou uma infinidade de dados sobre Pix encaminhados legal e espontaneamente ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, assim como transação bancária da sua esposa. Além disso, o encaminhamento apresenta informações sobre um período totalmente diverso daquele solicitado, englobando transições ocorridas entre 1/01/23 a 04/07/23.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nota-se que essas informações foram direcionadas a esta CPMI de forma sorrateira e furtiva, mediante a inserção de um texto de, aproximadamente... – preste atenção, Sr. Presidente; Sr. Presidente, me dê mais um minuto –, de aproximadamente, cinco páginas de uma única célula do programa Microsoft Excel.

Veja, ainda, que o documento no formato PDF que acompanha a mencionada a planilha do Excel descreve, de modo vil e enganoso, que as comunicações das operações financeiras enviadas se referem apenas a Mauro Cid e abarcam tão somente o período compreendido entre 1/11/2022 e 31/05/2023, Documento 153, na pasta de documentos sigilosos.

Sr. Presidente, os fatos são graves, demonstram haver ilícitos no encaminhamento da documentação do Coaf, com possível conhecimento de membros desta CPMI, expondo indevidamente dados reservados e desvirtuando os trabalhos desta Comissão.

É importante resgatar o art. 325 do Código Penal, que tipifica violação de sigilo funcional conduta consistente em "revelar fato de que tem [só um minutinho, Sra. Relatora] ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação".

Embora os dados já tenham sido acessados e sorrateiramente vazados, impõe-se uma postura firme, considerando-se por parte desta Presidência, não apenas para restringir o acesso aos documentos sigilosos de pessoas que não eram alvo da diligência aprovada – dados esses que nunca deveriam ter sido encaminhados pelo Coaf –, mas, principalmente, para identificar e punir os responsáveis pela confecção do documento bem como pelo seu vazamento.

Desse modo, uma vez assentada a flagrante ofensa...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... às garantias constitucionais sensíveis e à competência de V. Exa. na direção dos trabalhos desta CPMI e na impetração daquilo que deve ou não estar acessível aos membros do Colegiado, requeremos que seja tomada a seguinte providência – Sr. Presidente, aqui eu queria que V. Exa. me ouvisse:

a) encaminhamento da representação à instância correcional do Coaf, notificando o possível cometimento de infração disciplinar por parte dos autores do relatório de inteligência financeira enviado a esta CPMI;

b) instauração de procedimento administrativo para se chegar ao responsável pelo vazamento das informações sigilosas, iniciado por listagem de todos os Parlamentares e respectivos assessores que acessaram os documentos antes da circulação das informações pela imprensa no dia 27 de julho de 2023;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) apresentação de notícia-crime à Procuradoria-Geral da República para instauração de procedimento criminal, visando identificar e punir os responsáveis pela confecção do relatório e pelo vazamento dos dados.

Posso encerrar, Sr. Presidente? Posso, Sra. Relatora? Está bom.

d) Desentranhamento de todo e qualquer documento encaminhado pelo Coaf em informações que extrapolam o escopo do Requerimento nº 1.023, de 2023, do Sr. Senador Jorge Kajuru, o qual foi direcionado especialmente ao Sr. Mauro Cid Barbosa, ao período compreendido entre 1/11/2022, 1º de maio, e 31/05/2023. Portanto, toda e qualquer informação recebida que, porventura, esteja fora desses parâmetros deve ser desprezada e o acesso restringido, não podendo ser utilizada de nenhum modo por nenhum integrante desta CPI.

Assinado pelo Senador Flávio, pelo Senador Magno Malta, pelo Delegado Ramagem.

Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, esperem aí, não tem ninguém inscrito. Aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Escrever sobre o quê?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Subscrevendo. Desculpe, subscrevendo o documento.

Olhem bem, eu gosto de ser justo com todo mundo. Durante a primeira etapa aqui da primeira questão de ordem, todo mundo se inscreveu, todo mundo falou.

O Senador Flávio Bolsonaro, na hora de falar, me disse que queria falar sobre a outra questão de ordem. Eu havia entendido que nós manteríamos – e claro, era uma decisão errada – e abríamos de novo a fala para todo mundo, mas o Senador deixou de falar entendendo que seria dessa forma.

Então, por uma questão de justiça, eu vou conceder três minutos ao Senador Flávio Bolsonaro e, em seguida, vou passar, para a contradita, para o Rogério Correia.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Presidente, só 30 segundos, porque o meu nome... Trinta segundos, eu não vou passar 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. Pela ordem.) – Não vou passar.

O meu nome foi citado e eu só quero deixar bem claro para o Brasil que o meu pedido foi até 31 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Até 31 de maio.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – E eu não concordo com o que o Coaf fez de acrescentar os meses de junho e julho. Não foi o que eu pedi. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela deferência.

Só complementando a questão de ordem, à qual subscrevo também: é grave demais, sim, Presidente. Crimes foram cometidos aqui, nesta CPMI, e no Coaf.

O requerimento do Senador Kajuru é muito claro. O Requerimento 1.023 fala sobre o prazo, que é de 31 de outubro de 2022 até 31 de maio de 2023, com escopo em transações internacionais – Senador Kajuru, V. Exa. tinha se esquecido de citar isso aqui. E o que faz o Coaf indiretamente? Pelo fato de dois assessores do ex-Presidente Bolsonaro terem tido seu sigilo afastado e serem procuradores para poderem movimentar as contas de pessoa física do ex-Presidente Bolsonaro, aprovou-se a quebra de sigilo do Sr. Mauro Cid, aprovamos a quebra de sigilo do Sr. Câmara, que tinham as procurações para tratar das contas de Bolsonaro, e, por tabela, vem toda a quebra de sigilo do ex-Presidente Bolsonaro.

Fora do escopo temporal, sem absolutamente nada em relação às transações internacionais, Senadora Eliziane – o que é grave, e eu não vejo indignação de V. Exa. e nem de ninguém da base aqui com relação a isso.

E, reforçando, Presidente, para concluir, eu acho que nós temos que convocar aqui o Presidente do Coaf para dar explicações de por que é que ele respondeu a esse requerimento nesta CPI, CPMI fora do escopo do que lhe foi pedido. Será que alguém deu ordem? Alguém encomendou esse RIF ilegalmente? Alguém coagiu o Presidente do Coaf a enviar isso aqui para cá fora do escopo? Com qual objetivo?

E mais, Presidente, temos que apurar os crimes cometidos aqui, nesta CPMI, de quem vazou esses documentos.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – E, com todo o respeito, Senadora Eliziane, a informação que chega, até agora, é que quem teve acesso a esses documentos foram os assessores de V. Exa. Os assessores de V. Exa. tem o registro de que tiveram acesso a esses relatórios muito antes da publicação disso pelos veículos de imprensa.

Não estou fazendo acusação. É um informe.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está sim – está sim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – E eu quero que V. Exa. cheque...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Todo mundo teve acesso – todo mundo teve acesso.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu quero que V. Exa. cheque isso e tome as medidas cabíveis, porque isso aqui é crime, crime previsto no art. 325 do Código Penal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Todo mundo teve acesso. Todo mundo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não. Tem o registro, *login*, senha, nome e CPF de quem acessou para poder ter acesso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador. Por favor, para concluir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – ... a essas informações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, para contraditar, por cinco minutos, o nobre Deputado Rogério Correia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou me inscrever para falar depois dele, Presidente, até para responder ao Senador Flávio Bolsonaro. Mas depois da contradita do Deputado Rogério.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA) – Senadora, quem vai dar a decisão sou eu, depois da contradita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente. Ele citou meu nome, e eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. vai me assegurar a fala como Relatora para responder...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor – por favor –, Deputado Rogério Correia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a essa colocação do Senador Flávio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para contraditar.) – Presidente, primeiro, a denúncia que ele faz em relação à Relatora é muito grave, porque ele não tem provas e faz denúncias.

Então, a Relatora, com certeza, vai desdizer isso.

Agora, o Coaf é ligado...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aqui silêncio para que a gente possa ouvir a palavra do Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O tempo é quanto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São mais cinco segundos para o Deputado Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, são cinco minutos. São cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – São cinco. Ele colocou só dois. *(Pausa.)*

Presidente, o Coaf é vinculado ao Banco Central. O Banco Central, até contra a minha vontade, ganhou um processo de autonomia que foi votado pela maioria do Congresso Nacional.

Então, o Banco Central e o Coaf são autônomos e seguem uma legislação que aí não foi citada e que é importante de se dizer. E a principal legislação é a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro, que é de 1998. É a Lei 9.613.

Toda a informação – e isso é de um tratado internacional que o Brasil faz – é repassada ao Coaf com base nessa legislação e nesse tratado internacional. Foi isso que o Coaf fez. E, ao fazer isso e com essas normas, ele recebe do banco e faz a passagem imediata. O Coaf não faz triagem daquilo que ele recebe dos bancos.

Portanto, não há nada de perseguição, e quem é do Banco Central e do Coaf não tem a menor condição de saber ou de fazer triagem naquilo que é repassado. Então, não se pode fazer uma caça às



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bruxas, como querem fazer ao Coaf, porque eu vou, depois, dizer o que está por trás dessa caça às bruxas e, aliás, o que estão querendo esconder em relação a isso. Mas essa é a legislação.

Por que aparece o ex-Presidente Jair Bolsonaro nessa questão, se foi pedido o Mauro Cid? Porque ele é procurador, ou seja, ele é procurador do titular, o Mauro Cid. Ao ser procurador, vem também, nos principais membros que fazem desta conta participação, a informação do Coaf – isso na legislação que eu citei. Por isso as contas também de Jair Bolsonaro...

Presidente, V. Exa. não ouviu, depois V. Exa. vai dar prosseguimento não sei como à questão que eu estou aqui levantando.

Então, para resumir a V. Exa., que vai fazer a definição, existe uma legislação. O Coaf segue essa legislação, um tratado internacional. Por que aparece o Senhor ex-Presidente Jair Bolsonaro? Porque ele é procurador da conta. Então, o Coaf, ao fazer a remessa, também faz de quem é procurador e daqueles que são os agentes principais da conta. Por isso o Coaf enviou. Não se pode perseguir o Coaf por isso, não se pode restringir o Coaf, isso não pode ser feito. Não está fora do escopo, porque ele é procurador da conta, e isso está claro; ele é obrigado a fazer isso, o Coaf, por mais que os bolsonaristas não gostem, porque aí entra o que eles querem esconder.

Estavam aí todos alvissareiros falando que o Ministro Dino queria esconder as cenas que estavam lá no Ministério da Justiça. E por que vocês querem esconder o que está por trás das contas do Bolsonaro? Por quê? Por que querem esconder algo que o Coaf é obrigado a fazer? Porque Mauro Cid e Bolsonaro eram como irmãos, disse o próprio Bolsonaro, e as contas eram de ambos. Por isso essa conta veio e, nesta conta que veio, se Bolsonaro... Se Mauro Cid pagava as contas... E vocês vão ver que lá tem coisa do arco da velha mesmo, eu sei que vocês devem ficar assustados mesmo, tem coisa do arco da velha. Por exemplo, Mauro Cid recebe lá recurso do sargento, que é aquele Sargento Reis, que depois vai pagar a conta de Michelle Bolsonaro. E o Sargento Reis recebe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E o Sargento Reis recebe, por exemplo, a Combat Armor, que é, a Combat Armor, aquela empresa que o Silvinei fez contratos milionários...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, isso está sob sigilo.

Presidente, o que ele está revelando está sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, cada um responde pela sua posição e pelas suas palavras.

O Deputado tem direito a falar. Não vou cercear a palavra de ninguém, Deputado.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vou cercear a palavra de ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ele está fazendo uma acusação, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A outra empresa, Cedro do Líbano, tem recursos também da Codevasf e foi para este Sargento Reis, que depois fez repasse para Michelle Bolsonaro, que tem que ter até o sigilo quebrado também. Tudo isso nos diálogos golpistas, por isso eles têm medo.

Quem pagou os Pix nos interessa, sim! Sabe por quê, Presidente? Tem que saber quais golpistas, quais pessoas ligadas aos CACs ou financiadores do golpe que também contribuíram com Pix para Bolsonaro. Isso é que é o medo que eles têm! Agora, o Coaf fez a obrigação.

V. Exa. disse agora mesmo que V. Exa. cumpre aquilo que foi determinado. O sigilo do Mauro Cid foi determinado. V. Exa. não sabia, e nem eu, que ele, Bolsonaro, era procurador do Mauro Cid. Em sendo, veio o recurso do Coaf. Não se pode perseguir o Coaf!

Sobre vazamentos aqui, isso é outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado, para concluir, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu concluo.

V. Exa. deu três minutos a mais pro outro, eu vou só concluir.

É evidente que sobre vazamentos, é claro, tem que se saber, vazamentos não podem ser feitos. Isso tem que ser verificado aqui. Então, isso é outra questão, mas é muito bom saber que o Coaf...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... não pode estar junto. Está fazendo aquilo que lhe é dever fazer, e foi dever de V. Exa. solicitar essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, três minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Presidente, apenas para esclarecer, sobre a questão do Coaf.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu não posso conceder a palavra a V. Exa. agora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Porque houve...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque a gente tem um rito.

Eu vou pedir a compreensão de V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A gente tem um rito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É apenas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... se cada um quiser falar na hora que tiver um esclarecimento para trazer, a gente não vai conseguir avançar com os trabalhos. Eu tenho todo o respeito e carinho por V. Exa., mas eu peço a V. Exa. que aguarde o momento oportuno para falar.

A Senadora vai falar porque o nome dela foi citado. Em seguida, nós vamos decidir para ouvir aqui a nossa testemunha de hoje, que está aguardando.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Senador... Presidente, eu primeiramente queria cumprimentar o Deputado Rogério. Eu acho que ele fez, assim, de uma forma muito clara e direta, exatamente por que se chegou a este resultado de dados por parte do Coaf.

O Coaf, de fato, ele tem... Ele recebe de forma automática essas informações e as repassa. Se você é procurador, você tem autonomia sobre uma conta, você tem, na verdade, as prerrogativas de comandar aquela conta. Automaticamente, vêm as informações para a CPMI, atendendo o requerimento que foi aprovado em Plenário por esta Casa.

Agora, eu queria colocar agora...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A Relatora virou advogada do Coaf agora, Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu estou, eu sou uma advogada da justiça, você pode ter certeza disso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Senadora está falando, eu vou pedir silêncio a todos aí, respeitando a palavra da Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas ela está falando, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, da justiça. Da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quando V. Exa. falou, ninguém interferiu. Cada um pode falar aquilo que acha que deve falar, e que responda pela responsabilidade do que está falando. A Senadora está usando da palavra e eu peço a todos que a ouçam, da mesma forma como ela educadamente ouviu a todos.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, eu queria fazer aqui uma colocação da informação do Senador Flávio Bolsonaro, que é gravíssima. Não é grave, é gravíssima.

O Senador Flávio Bolsonaro colocou – está registrado aqui, na taquigrafia da Casa – que apenas os servidores do meu gabinete, os consultores da minha equipe, tiveram acesso ao *login*, que é uma informação que só quem tem é a Mesa dos trabalhos. Só quem tem acesso ao volume e às pessoas que tiveram... Só quem tem informação desses acessos é a Mesa, a Secretaria da Mesa.

Então, isso é um dado que V. Exa. coloca...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, é um informe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que a gente precisa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu falei informe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas eu preciso saber...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu não sou obrigado a te falar minha fonte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... até porque, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... aqui nós temos 60 Senadores, aqui nós temos 60 Parlamentares...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... cada um com um servidor autorizado a ter acesso.

Eu, como Relatora, quero dizer para V. Exa. que eles tiveram acesso, sim, e, quando chegam os documentos, eles estão lá olhando, na tela do computador, para saber qual chegou; e eu peço imediatamente que eles vão lá para analisarem e me trazerem as informações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, muitas dessas informações... Pessoas que não têm um tipo de informação com profundidade nem conseguem ter a decifração dos dados. É por isso que nós temos delegados da Polícia Federal, é por isso que nós temos servidores da CGU, do TCU, da Receita Federal, do Banco Central. Para quê? Porque eles têm a *expertise* própria para isso, e esses servidores é que nos estão dando respaldo para isso.

V. Exa. traz aqui uma denúncia. Aliás, V. Exa. incorre aí...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não incorro em nada, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... num crime do Código Penal, que é a denúncia caluniosa, porque V. Exa. está me caluniando.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Eu estou pedindo para investigar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja bem outra coisa que eu quero deixar aqui, de forma muito clara para todos vocês: eu quero dizer para você que, quando eu ouvi e li essa matéria no jornal *O Globo*, eu fiquei absolutamente triste, Senador, porque, se existe uma coisa que traz e que prejudica, são esses vazamentos de informações, porque esses vazamentos de informações impedem, na verdade, que a gente avance na investigação.

V. Exa. pode ter certeza de uma coisa: eu estou com a total responsabilidade desta Comissão e vou a fundo. Todas as informações que vieram aqui nós estamos desdobrando, estamos buscando.

Inclusive, vamos apresentar novos requerimentos para isso, porque a gente precisa entender esse volume exorbitante! Veja, as empresas acusadas de financiarem o ato do 8 de janeiro, somadas, elas dão quase... Só para vocês terem uma ideia, o faturamento delas está estimado em R\$10 bilhões. É um volume enorme! São empresas milionárias que são hoje acusadas de terem financiado o 8 de janeiro, e nós vamos investigar, com a ajuda do Coaf, com a ajuda do Banco Central, com a ajuda da Receita Federal, da CGU e do TCU.

Então, eu queria, Presidente, pedir a V. Exa. que V. Exa. tomasse as devidas providências e apurasse a acusação, que – o senhor pode ter certeza – é caluniosa, por parte do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – É o que eu pedi, Eliziane. É o que eu pedi: para investigar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – De acordo com o art. 158-A do Código de Processo Penal, para resguardar a cadeia de custódia, não cabe a esta Presidência retificar ou fazer ajuste nos documentos recebidos por esta Comissão. Eles são



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expostos aos Parlamentares e registrados na Comissão na forma em que chegam, nem mais nem menos. Não cabe a esta Presidência ser sensor desses documentos para dizer aquilo que deve ser apresentado ou não. Pela indicação do Coaf, o mencionado RIF teria sido solicitado por outros órgãos também. Não é possível afirmar, categoricamente, que o RIF mencionado foi atípico, uma vez que as informações mencionadas pelo Senador Magno Malta decorrem do fato de o alvo figurar como representante legal em outras contas bancárias. É necessário informar se isso foi, de fato, atípico. É preciso descobrir se isso, de fato, foi atípico.

Diante disso, defiro em parte a questão de ordem para determinar a apuração do incidente.

Inicialmente, solicitarei à própria assessoria desta Presidência que proceda a esta apuração e, caso seja identificada a necessidade de uma apuração mais técnica, nós encaminharemos este assunto para a Polícia Federal, para que a Polícia Federal, através de um inquérito pertinente, possa apurar as responsabilidades.

Essa é a decisão desta Presidência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, o senhor não se manifestou sobre os as outras duas questões, por isso a minha preocupação. Tanto o escopo ou prazo que esta Comissão aprovou o requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, mas ele...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, veja só, Deputado, eu estou dizendo que vou fazer a apuração. Claro que essa apuração terá que dar resposta a tudo isso, inclusive o prazo. O prazo... Não há dúvida, não há dúvida. Isso tudo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... transações internacionais...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso tudo será apurado, inclusive o prazo. Obviamente que nós estamos fazendo a apuração pelo completo da questão de ordem.

O Senador Kajuru, que é o autor do requerimento, afirmou aqui, de maneira explícita, que o que foi trazido à Comissão está apresentado a maior do que aquilo que ele solicitou. E foi o que eu disse há pouco quando diziam de nós encaminharmos esse pedido aqui das imagens ao Senador Flávio Dino, ao Ministro Flávio Dino. Esta Mesa não faz requerimentos em nome da Comissão daquilo que não é aprovado neste Plenário. Nós só encaminhamos aquilo que é aprovado no Plenário. O Plenário encaminhou uma coisa. E vamos ver se o que foi trazido à Comissão está de acordo com o que a Comissão solicitou ou não. Esse é o fato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu não vou polemizar, é apenas para trazer a esta Comissão uma informação. Foi dito aqui que o Coaf está subordinado ao Presidente do Banco Central, que tem autonomia. Isso é *fake news*. A Medida Provisória 1.158, de 2023, coloca de volta o Coaf sob subordinação ao Ministério da Fazenda. Ele é subordinado ao Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Não havendo mais questões de ordem para serem decididas, eu solicito que seja conduzido à mesa o depoente, o Sr. Saulo Moura da Cunha.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Só agradecendo, Sr. Presidente, a minha questão de ordem ser deferida por V. Exa. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Obrigado. Obrigado, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Presidente; eu não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou deferindo para fazer a apuração.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, foi indeferida a questão de ordem que pedia... O que é que a questão de ordem pedia? Ela pedia que esse documento fosse anulado, etc. Isso foi deferido?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Em parte. Em parte.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou... Eu estou determinando, Deputado, que eu não tenho condição, como eu li aqui há pouco, de dar uma resposta objetiva sobre o que o Senador Magno Malta trouxe à nossa cola; se são informações verdadeiras ou não. Eu não tenho como fazê-lo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, não deferiu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, não está deferida, obviamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não está deferida.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, o que nós determinamos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vai pedir para investigar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... foi a averiguação, que seja feita, porque...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, não está deferido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu determinei a apuração.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Essa foi a decisão.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O Presidente é Arthur Maia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Indeferiu a questão de ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O Presidente é Arthur.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Essa foi... A decisão foi fazer uma apuração. Eu não posso deferir nem indeferir.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não estou deferindo nem indeferindo. Eu só vou deferir ou indeferir...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, o senhor vai trazer a questão de ordem para depois dar uma opinião, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele vai recolher e apurar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... recebendo a questão de ordem...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Só vai recolher e apurar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente. Eu estou recolhendo, recebendo a questão de ordem – estou recebendo a questão de ordem – e determinando a apuração.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, tá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, passamos agora... Passamos agora à oitava da testemunha de hoje, o Sr. Saulo Moura da Cunha.

Quero esclarecer aos senhores... Eu quero esclarecer aos Srs. Parlamentares a decisão da Ministra Rosa Weber em medida cautelar de Habeas Corpus nº 230.791/DF, de 31 de julho: concedeu parcialmente a ordem, apenas para assegurar ao paciente o direito de não responder a perguntas atinentes às informações de que tem conhecimento por força de sigilo funcional; o direito à assistência por advogado durante o ato; o direito de não sofrer constrangimento físico ou moral decorrente do exercício de direitos anteriores.

Termo de compromisso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa., Sr. Saulo Moura da Cunha, promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Prometo. (*Fora do microfone.*)

Está ligado?

Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso II, da Lei 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito" constitui crime, punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Passo a palavra ao depoente por 15 minutos.

Mas, antes de passar a palavra, eu quero esclarecer a V. Exa. que V. Exa. poderá falar por 15 minutos; depois que V. Exa. falar, os Srs. Parlamentares, a começar pela Relatora, terão direito a fazer as suas inquições, todos com o tempo de dez minutos, exceto a Relatora, que não tem um prazo determinado. Nesse prazo de dez minutos, quando o Parlamentar estiver inquirindo V. Sa., ele é dono do tempo.

Então, ele poderá interromper V. Sa., porque o tempo dele estará correndo mesmo durante a vossa resposta. Ao final da fala de todos os Parlamentares, V. Exa. terá, em querendo, mais cinco minutos para eventualmente esclarecer algum ponto que não tenha ficado devidamente claro para todos.

Então, neste momento, eu passo a V. Exa. a palavra pelo prazo de 15 minutos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, Exma. Sra. Relatora, já adianto que não tomarei os meus 15 minutos aqui. Vou usar este momento inicial apenas para me apresentar e falar rapidamente sobre o trabalho desenvolvido pela Abin.

Eu sou Oficial de Inteligência concursado da Agência Brasileira de Inteligência há 24 anos. Ocupei a direção de dois departamentos, foi Superintendente no Estado de Mato Grosso do Sul, estive como adido no Japão, e, entre janeiro e fevereiro deste ano, fui designado Diretor Adjunto da Agência



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Inteligência, estando lá, portanto, no dia 8 de janeiro e nos dias que antecederam, obviamente, nos seis dias úteis que nós tivemos antes dos lamentáveis eventos de 8 de janeiro, conduzindo a Agência Brasileira de Inteligência.

Eu queria deixar claro que este *habeas corpus* aqui, em momento nenhum, visa a que eu não preste esclarecimentos a esta Comissão. Eu estou aqui para justamente esclarecer... Nós temos versões dúbias sobre alguns alertas que a Abin fez, sobre alguns documentos encaminhados. Eles serão esclarecidos, na medida do possível, sem que, obviamente, os nossos métodos, as nossas ferramentas, as nossas fontes sejam expostas. Mas eu estou aqui à disposição da CPI e bastante, eu diria, até aliviado, porque é um momento em que Agência Brasileira de Inteligência pode vir a público, ou pelo menos perante esta Comissão aqui, deixar claro que cumpriu os seus deveres funcionais e os seus deveres, a sua missão institucional.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Dr. Saulo.

Eu quero informar ao Plenário que já está encerrado o tempo de uma hora desde o início da nossa sessão para que aqueles que quisessem usar da palavra se inscrevessem. Nós temos 29 Srs. Deputados e Senadores e Senadoras e Deputadas inscritos, e vamos iniciar, portanto, essa inquirição pela ilustre Relatora, Eliziane Gama. Depois virão os autores dos requerimentos, que são vários – o Deputado Ramagem, o Senador Izalci, o Deputado Pr. Marco Feliciano, o Deputado Nikolas Ferreira, o Senador Magno Malta, o Deputado André Fernandes são os autores do requerimento. Em seguida, de acordo com a lista de inscrição que está aqui e é do conhecimento de todos.

Portanto, fica claro que não há mais possibilidade de novas inscrições a partir deste momento.

Com a palavra a nobre...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Presidente, apenas uma pergunta: V. Exa. vai encerrar os trabalhos para o almoço a partir de que horas? É só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho que a gente pode fazer como temos feito até agora: encerrar...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – A partir das 13h até as 14h.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... às 13h, até às 14h, para que todos possamos almoçar.

Passo a palavra agora à S. Exa. a Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhoras colegas Parlamentares, senhores colegas Parlamentares, Sr. Saulo Moura da Cunha, meus cumprimentos.

Eu inicio, Sr. Saulo... V. Exa. vem, na verdade, assegurado aqui, com uma decisão já do Supremo Tribunal Federal em relação a alguns pontos específicos que V. Exa., em função do sigilo profissional, não pode de fato responder, mas vou fazer aqui algumas perguntas e, na medida do possível, naquilo que for possível, gostaria de contar com as suas respostas e colaboração para o bom andamento dos trabalhos e, sobretudo, para o nosso relatório final.

Nós recebemos, Sr. Saulo, um documento sigiloso, que está aqui sobre a minha mesa, que, na verdade, pela Abin foi encaminhado, respondendo, na verdade, a vários requerimentos que nós encaminhamos no início desses trabalhos. Fizemos uma série de requerimentos e questionamentos à Abin, e a Abin, então, nos respondeu com um vasto relatório, de forma muito pormenorizada, fazendo um levantamento histórico inclusive do que ocorreu não apenas no 8 de janeiro, mas remontou, por exemplo, ao mês de outubro, ao mês de novembro e também foi a anos anteriores, durante o Governo Bolsonaro, ou seja, quando, nesse período, o senhor estava assumindo cargos estratégicos tanto no Governo anterior quanto ainda neste Governo, pela sua posição estratégica, até assumindo ali, de forma interina, em algum momento, de fato a Diretoria da Abin neste Governo. Então, por conta disso, eu vou aqui iniciar, respeitando aqui alguns dados sigilosos, mas fazendo referência a esse relatório.

Esse relatório de inteligência que foi produzido pela Abin faz menção, por exemplo, à participação de várias lideranças, porque, quando nós iniciamos os nossos trabalhos, nós focamos, para além dos executores – e inclusive uma boa parte ainda se encontra presa –, para além desses que se encontram presos, para além desses executores, nós estamos focados na busca da autoria intelectual e também dos financiadores, aqueles que custearam, de fato, o 8 de janeiro. E esse relatório da Abin faz, por exemplo, referência à participação de lideranças empresariais do agronegócio nesses atos. E aí cita, por exemplo, o Movimento extremista Brasil Verde Amarelo, que é formado por integrantes, por exemplo, da Andaterra, da Aprosoja, do Mato Grosso e de Goiás, e também da União Democrática Ruralista (UDR), que teria tido atuação desde o ano de 2018 e teria participado dos bloqueios rodoviários e também dos atos ocorridos a partir do dia 31 de outubro de 2022, a partir do resultado das eleições, considerando que o questionamento do processo eleitoral foi o ponto central que circundou todos esses atos extremistas, sobretudo o 12 de dezembro, o 24 de dezembro e também o 8 de janeiro.

Eu pergunto ao senhor, diante desse levantamento de informações que chegaram e que, na verdade, foram levantadas inclusive pela Abin, que se iniciaram muito antes até do dia 8 de janeiro: a Abin comunicou esses fatos às autoridades? E quais autoridades e quais órgãos aos quais a Abin fez esses encaminhamentos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senadora, a senhora tem a data desse relatório específico de que a senhora está falando?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O relatório que chega... Ele chegou agora a esta Comissão.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, esse específico...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, esse relatório não foi produzido pelo senhor. Na verdade, esse relatório faz referência...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Faz referência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a períodos nos quais o senhor tinha função estratégica dentro da Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, eu retornei do Japão e reassumi minhas funções na Abin como coordenador, na verdade, em julho de 2022. Certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então, eu participei do governo de transição, certo? Isso em dezembro, do grupo de transição do Governo. Isso em dezembro, certo? Depois permaneci lá dois meses. Efetivamente, durante a minha gestão, foram produzidos relatórios de inteligência com algum teor desse tipo que foram encaminhados para cá. Só que eu os encaminhei em janeiro. Então, assim, eu não tenho de cabeça efetivamente os dados desse relatório. O que eu posso lhe garantir... E a questão, em relação à difusão, se a Abin – não fui eu que encaminhei, foi a nova direção da Abin –, mas no relatório de inteligência há um campo chamado difusão. E nesse campo – eu não sei, daqui eu não lembro, eu não vi esse relatório – há ali, nesse campo difusão, todos os órgãos aos quais esse documento foi encaminhado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A minha pergunta para o senhor é a seguinte. Porque, de fato aqui, é um levantamento. Eu digo um relatório porque é um conjunto de dados que a Abin...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... entrega à CPI. Mas ela não encaminha, por exemplo, esses relatórios, de uma forma individualizada, que foram encaminhados aos órgãos. Por isso, na verdade, o meu questionamento.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah, sim. Então, eu solicitaria que a senhora solicitasse isso à Direção da Abin, que ela pode informar à senhora individualmente a difusão de cada relatório desses.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu pergunto ao senhor...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... quando, na verdade, se faz um levantamento e chega, por exemplo, a informações claras, digamos, de possível participação em atos ou manifestações ou até de financiamento. Qual é a prática usual que se ocorre pela Abin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A prática usual é encaminhar esses relatórios àqueles parceiros do sistema brasileiro que tenham alguma área de atuação relativa ao conteúdo daqueles relatórios.

Então, normalmente, se encaminha, se houver algum indício de crime, ao Ministério da Justiça ou à Polícia Federal ou, eventualmente, até algum parceiro local aqui do Distrito Federal, se for o caso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No caso da Abin, especificamente, eu vi, inclusive, na própria função e nas prerrogativas próprias da Abin, ela acaba, às vezes, tendo acesso direto ao Presidente da República, muito embora, do ponto de vista do organograma, ela estivesse lá ligada, por exemplo, ao GSI. Esse direcionamento direto à Presidência da República também era uma prática usual de fazer esse encaminhamento?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não é uma prática usual. A Abin, pelo menos na época em que eu estava lá, era subordinada, e durante um bom período foi, ao Gabinete de Segurança Institucional, certo? Então, não era uma prática usual relatórios serem encaminhados direto à Presidência da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, em algum momento, isso chegou a ser encaminhado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso informar à senhora. Quem detém essa informação é, possivelmente, o Ministro-Chefe da Casa Civil ou a quem a Abin estiver sendo subordinada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De acordo com o art. 1º, a própria lei – que é a lei que estabelece, na verdade, as questões próprias da Abin – fala exatamente isso. Ou seja, a Direção-Geral da Abin pode, na verdade, subsidiar ou deve subsidiar o Presidente da República de forma direta para que possa atuar em torno de atos que venham, sobretudo, contra o Estado brasileiro. Que venham, na verdade, degradar ou atingir o Estado brasileiro.

E aí, nesse sentido, Sr. Saulo, eu quero fazer aqui algumas outras colocações. Por exemplo, nesse relatório que nós recebemos...

E aí, Presidente, eu queria até colocar no cuidado aqui o documento, que está em cima da minha mesa. Espero que a gente não tenha fotografos aqui atrás para fotografar e, de repente, dizer que eu vazei dados, não é?

Sr. Saulo, a Abin conseguiu monitorar diversas empresas com caminhões registrados em seu próprio nome e que participaram das manifestações antidemocráticas do Governo anterior,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente em novembro e dezembro de 2022 e ainda no ato do 8 de janeiro, agora no mês de janeiro de 2023.

Há apuração da participação de empresas como, por exemplo, a Sipal Indústria e Comércio, com pelo menos dez caminhões. Pessoas físicas vinculadas à Sipal também foram investigadas, ou melhor, foram investigadas e citadas, inclusive, nesse relatório da Abin, sendo informado que a Argino Bedin, por exemplo, participou com cinco caminhões e depois um outro membro da família Bedin com mais três caminhões.

Ainda há menção, por exemplo, de produção de informes de inteligência de pessoas ligadas a empresas do agronegócio, como, por exemplo, a Agritech, a Meta Comércio de Produtos Agrícolas, a Eucateca, enfim, são empresas que constam tanto na investigação, por exemplo, da Polícia Civil de Brasília, quanto na investigação da Polícia Federal e também no Supremo Tribunal Federal.

Deste volume, na verdade, de 272 caminhões que foram identificados, em quase todos, inclusive, oriundos do Mato Grosso, Goiás, Bahia e Pará, havia características de serem de propriedade de grupos empresariais e não especificamente de caminhoneiros autônomos, mas que eram ligados, na verdade, a esse volume de empresários.

Eu pedi aqui, inclusive, Presidente, para fazer um levantamento dessas empresas. Veja, conforme a ANTT, entre 7 e 8 de janeiro, chegaram a Brasília mais de 130 ônibus com aproximadamente 5 mil passageiros, algo que foi, inclusive, pelo relatório, detectado pela Abin.

Há a identificação de 4 mil passageiros, 105 ônibus, além de, pelo menos, 50 outros indivíduos associados a grupos que incentivavam os atos antidemocráticos. E uma coisa interessante é que a Abin usa, de forma muito clara, o termo extremistas, radicais extremistas. E suas respectivas lideranças e a identificação eram ligadas a esses movimentos de extrema-direita e movimentos violentos. As empresas investigadas somam, hoje, 430 milhões em faturamento anual e elas participam de um conglomerado econômico que significa, Deputado Rogério, R\$10 bilhões em faturamento estimado. Por exemplo, citam-se grupos relevantes, dentre eles a Sipal e o Grupo Bedin, ou seja, todo esse volume de empresas foi detectado pela Abin e, neste caso específico, o senhor estava como adjunto da Abin, assumindo a função de Diretor-Geral, porque era um momento em que não havia uma definição clara acerca disso.

Nesse conjunto de empresas que eu acabo de citar e nesse volume de informações que tem vários detalhes que eu não posso citar por força de uma decisão de sigilo, desses relatórios especificamente dessas empresas, vocês fizeram encaminhamento para quais órgãos especificamente?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senadora, como eu disse para a senhora, eu não lembro de cabeça para quais órgãos foram encaminhados, certo? Agora, eu posso lhe dizer...

Ele está na íntegra aí, esse relatório? Não está, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tive acesso a ...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está. Como eu estou lhe falando, o relatório que nós recebemos... O relatório que nós recebemos, na verdade, da Abin, é este relatório que está sobre a minha mesa. Ele faz um apanhado geral de outros pequenos relatórios que, na verdade, de forma anexa... Não estão todos, eu acredito que não estão todos aqui...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então, como eu disse para a senhora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e que, na verdade, foram feitos e levantados no período em que o senhor era Diretor Adjunto.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sem dúvidas. Quanto a isso, não há dúvidas.

Mas, como eu disse para a senhora, eu não posso lembrar de cabeça exatamente qual foi a difusão desses relatórios.

O que eu quero ressaltar é que esses relatórios são técnicos, certo? O Diretor da Abin, obviamente, aprova o relatório e difunde os relatórios. Agora, eles passam por um processamento da área técnica, que checa dados oriundos de operações de inteligência, oriundos de fontes abertas. E, normalmente, esses relatórios são encaminhados, como eu disse para a senhora, para aqueles órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência que têm áreas de atuação referentes ao tema, certo?

Então, de cabeça, eu realmente não sei. Tenho certeza de que, se for solicitada à Agência Brasileira de Inteligência a difusão desses relatórios, ela vai fornecer para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora, Sr. Saulo, veja, eu concordo que o senhor, na verdade, possa não lembrar de forma pormenorizada, mas a gente não está falando de uma coisa pequena, nós estamos falando de uma informação, de um dado muito robusto; quer dizer, a gente está falando de um volume de empresas muito grande.

Por exemplo, eu vou aqui a mais uma pergunta para o senhor: entre os dias 8 e 9 de janeiro, houve, pelo menos, três ataques a torres de transmissão de energia – uma no Pará e duas em Rondônia. Em 12 de janeiro de 2023, houve tentativa de sabotagem em torres de transmissão em Rio das Pedras, em São Paulo. Em 10 de janeiro de 2023, uma mochila suspeita de conter explosivos foi encontrada em Feira de Santana, na Bahia, em um viaduto. Em 11 de janeiro de 2023, foi achado um artefato explosivo próximo à rodoviária do Plano Piloto, em Brasília. Quer dizer, não é uma informação de pequeno porte que possa passar despercebida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas informações também o senhor não lembra para quais órgãos elas foram encaminhadas para que as devidas providências, de fato, fossem tomadas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Veja bem, eu não estou dizendo que as informações são de pequeno porte. Elas são importantes, são informações que nós produzimos possivelmente após o 8 de janeiro, obviamente, para auxiliar o processo, inclusive, investigatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, repita para mim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – São informações que nós produzimos, possivelmente, após o 8 de janeiro. Esse relatório deve ter sido posterior a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas o fato aconteceu nesse dia.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não, eu sei. Eu estou falando da produção do relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, a produção do relatório. É diferente. Esse aqui foi produzido depois.

O que eu estou querendo colocar para o senhor é que nós tivemos, por exemplo, sabotagem.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós tivemos tentativa de ataques a torres de transmissão naquele período.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim, sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E, naquele período, naturalmente, a Abin, que é a Agência Brasileira de Inteligência, deveria ter, minimamente, as informações para impedir que isso ocorresse.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, nós não tínhamos essas informações, senão os ataques, obviamente, não teriam ocorrido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, vocês poderiam ter a informação...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas não tínhamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e não terem tomado as providências para impedir. É diferente.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, absolutamente.

Se nós soubéssemos desses ataques, com certeza, eles seriam encaminhados às autoridades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o senhor está me dizendo que, neste momento, a Abin não tinha relatórios...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Neste momento dos ataques, ainda não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... desses ataques.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês, então, não conseguiram receber, no volume de informações que vocês tinham...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... qualquer tipo de ataque à torre de transmissão.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso foi processado posteriormente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso... Ou seja, no dia 31 de outubro de 2022, logo após o processo eleitoral, onde nós tivemos uma série de ataques e tentativas de sabotagem em torres de transmissão, o senhor está me assegurando que, naquele momento, a Abin, possivelmente, não teria a informação também?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Estou lhe assegurando possivelmente, porque eu não estava à frente da Abin em 31 de outubro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 8 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 8 de janeiro, nós estávamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E, nesse 8 de janeiro, o senhor não tinha a informação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sobre o quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre os ataques e os fatos que ocorreram naquele período. Mais uma vez, em 11 de janeiro, que foi, aliás, um pouquinho mais depois, foi encontrado artefato explosivo próximo à Rodoviária do Plano Piloto, em Brasília.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Esse... Por isso que eu estou perguntando a data para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Onze de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Onze de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Já foi no período em que o senhor estava à frente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, no meu período.

Esse relatório foi produzido posteriormente aos atos de 8 de janeiro. Possivelmente, eu lhe digo, a motivação dele foi, inclusive, fazer uma associação entre os atos do 8 de janeiro e os atos que o antecederam, certo? Então, há um processamento histórico, e o processamento está aí, certo? Eu não sei de detalhes técnicos desse relatório, eu não posso aqui me aprofundar, certo? Mas o que eu garanto à senhora é que, se a Agência Brasileira de Inteligência chegou à conclusão de que há um encadeamento entre os fatos e colocou no relatório, esse relatório foi encaminhado às autoridades decisórias, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente... Sr. Saulo, eu vou fazer aqui mais uma pergunta acerca... aí mais voltada para o dia 8 de janeiro.

Por exemplo, consta também, nos relatórios, claramente, que houve, existiu a atuação de CACs, que são profissionais – caçador, atirador e colecionador de armas –, nos eventos relacionados aos atos antidemocráticos e vários outros envolvidos, pessoas, inclusive, com porte, com posse de armas, todos eles, inclusive, aqui catalogados e claramente apresentados, inclusive com a possibilidade de terem, por exemplo, armamento.

Nós ouvimos aqui, Sr. Saulo, o Sr. George Washington, que foi o terrorista da bomba, e ele veio com um arsenal, na verdade, de guerra. Ele colocou, inclusive, as informações que nós temos aqui...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... é de que havia, para além do George Washington, várias outras pessoas com um arsenal, de fato, muito grande de armas. Na investigação da Abin, fica muito claro que havia uma busca de pessoas que tinham acesso a armas para participarem desses atos antidemocráticos. Vocês não conseguiram detectar isso em tempo hábil para que tomassem e informassem os outros órgãos de execução, para que as medidas, de fato, fossem tomadas e evitassem que isso ocorresse?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senadora, no dia 8... Entre o dia 2 de janeiro e o final da madrugada do dia 8 de janeiro, a Abin produziu 33 alertas de inteligência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Do dia?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – De que dia?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Do dia 6 de janeiro... Do dia 2 de janeiro até o final do dia 8. Até o final do dia 8, a Abin...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Produziu dois ao dia 8?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foi isso, produziu isso, 33 alertas de inteligência, que não são relatórios. Eu queria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – .. até fazer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Uma diferença.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... uma diferença conceitual.

O relatório de inteligência é um documento estratégico. Então, ele é um documento que passa por um processamento, ele demora um tempo para ser produzido. Nós, efetivamente, entre o dia... Nós tínhamos... Nem foi a minha gestão; a gestão anterior entregou um relatório ao governo de transição, falando sobre a presença – se eu não me engano, eu não posso entrar em detalhes aqui sobre ele, esse relatório foi encaminhado para a Comissão – de atores extremistas nos movimentos que estavam sendo feitos em frente aos quartéis e ao QG.

Esse é um relatório bastante extenso, ele traz nomes, ele foi encaminhado ao governo de transição e foi encaminhado também ao Gabinete de Segurança Institucional.

Entre o dia 2, no qual eu assumi, e o dia 8, nós efetivamente não produzimos relatórios de inteligência. Não havia, naquele momento... Nós não tínhamos nem capacidade. Nós estávamos chegando e nós não tínhamos nem capacidade de produzir documentos estratégicos. O que nós produzimos? Um outro instrumento de inteligência, que se chama alertas de inteligência. O que é um alerta de inteligência? Um alerta de inteligência é uma informação que é, sim, processada, ou seja, ela chega por uma das fontes que a Abin tem ou um dos meios de que a Abin dispõe e ela passa por processamento, ela passa por uma primeira análise. Nesses alertas, que, inclusive, já foram disponibilizados à CPMI, se eu não me engano, nós falamos ali que houve detecção de estímulo a invasões e ocupação de prédios, nós falamos, no próprio dia 8, sobre a presença de pessoas que diziam estar armadas e posteriormente, num dos documentos que possivelmente também foram encaminhados para cá, nós apresentamos a identificação de algumas dessas pessoas. Então, em tempo, eu diria, real, a Abin produziu esses alertas. Necessariamente nesses alertas, nós, pelo menos nos alertas processados, não identificamos imediatamente indivíduos ali. Isso é uma questão também de polícia. Eu quero lembrar também que a nossa inteligência estava acompanhando esse evento do ponto de vista da proteção das instituições democráticas de direito. Havia... A operação do dia 8 estava a cargo da Secretaria de Segurança Pública, que dispõe de uma inteligência própria, para a qual nós estávamos encaminhando informações também praticamente em tempo real.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Antes de chegar a esses alertas, Sr. Saulo, que é agora o ponto que vou seguir, eu ainda quero finalizar sobre essa questão desses dados que nós recebemos aqui da Abin.

Veja, nos documentos que foram encaminhados pela Agência Nacional de Transportes, ela informou à Abin que teria identificado, em seu sistema, diversos ônibus fretados com passagem por Brasília no período da convocação dos atos antidemocráticos que circulava nas redes, o que indicava a possibilidade da chegada de manifestantes no Distrito Federal.

No dia 6, às 17h, se identificaram 43 ônibus, que chegaram com 1.622 passageiros; no dia 7, se identificaram mais 105 ônibus, com 3.951 passageiros; depois informou mais 39 ônibus, com mais de 1,3 mil passageiros, que teriam chegado à área do SMU; no dia 8, às 10h30, informou ter identificado mais 133 ônibus, com 5.021 passageiros, ou seja, um volume de fato significativo de ônibus e de pessoas, usando aí a nomenclatura do Coaf, uma movimentação muito atípica, o volume de fato de veículos que vieram até aqui.

O senhor disse que nesse período não foi construído de fato um relatório. Os alertas em relação a esse volume, por exemplo, de ônibus e de passageiros, se deram em que grau? Em que grau de adesão, em que grau de gravidade? Nesse volume, de fato, de 33 relatórios.

E ainda, somando a isso, veja bem. Para o ato Tomada do Povo no Brasil, observaram-se, depois dessa quantidade de ônibus, outros novos ônibus que foram fretados de estados, com o objetivo de transportar manifestantes para o ato Tomada do Poder. E a ideia, como ocorreu, seria a invasão do Congresso Nacional, ou seja, havia claramente, como eu disse, uma movimentação atípica, com um grande número de veículos e com um grande número de manifestantes. Não foi qualquer movimentozinho.

Nesse grau de criticidade, nesses alertas, neste momento, do dia 6, do dia 3, porque o senhor disse que os alertas vieram do dia 2 ao dia 8. Eu digo do dia 2, do dia 3, do dia 4, neste momento inicial, esse grau de alerta era de que nível? Era de um nível baixo? Porque, de fato, a movimentação não era baixa, a movimentação era muito alta.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

Até o dia 4, mais ou menos, as informações que nós tínhamos eram de que a manifestação teria... O ato, vamos dizer assim, porque depois ele se transformou num evento extremista, teria baixa adesão. Nós estávamos recebendo, quero ressaltar, informações apenas da ANTT. A Abin, estou falando pela Abin...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Hã-hã.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei se a ANTT estava encaminhando essas informações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo resultado da Abin, pelo relatório da Abin, a ANTT encaminhou para a Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso, para a Abin. Só que a ANTT pode ter encaminhado também para outros órgãos, eu não sei se só para a Abin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Entendi, entendi.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso está nos alertas. Se eu não me engano, no dia 5, nós tínhamos cerca de 43 ônibus, informados pela ANTT.

A Polícia Rodoviária Federal não estava nos informando de nenhuma movimentação atípica, nós não recebemos nenhuma informação da Polícia Rodoviária Federal nesse período, apenas da ANTT.

Quarenta e três ônibus são, efetivamente, um contingente grande, mas não um contingente imenso, vamos dizer assim. Nós percebemos, no entanto, do dia 6 para o dia 7, esse incremento foi para 105 ônibus. E nós informamos, nós fizemos um alerta, já no dia 7, desse incremento. Esse alerta foi encaminhado para o Ministério da Justiça, para a Dint, foi encaminhado para o CIE, foi encaminhado para o Centro de Inteligência da Marinha, foi encaminhado para a Assessoria de Inteligência de Defesa, foi encaminhado para a Secretaria de Segurança Pública.

O que nós tínhamos, efetivamente? Uma informação... E eu estou tratando desses dados aqui porque eles estão nos alertas, nós falamos da questão do sigilo. Os alertas já são públicos, certo? Por isso que eu estou tratando desses dados...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... aqui, descendo a esse nível de detalhamento. Os alertas foram publicizados.

Então, no dia 7, efetivamente, do ponto de vista de inteligência, você já tem um aumento significativo desse número de ônibus. O que nós não tínhamos ainda era efetivamente – eu vou usar um adjetivo – a qualidade desses passageiros, ou seja, se havia ali entre eles, já imiscuído, algum extremista, alguém portando arma etc. Essa informação nós não tínhamos. Mas nós informamos, sim, um incremento, uma atividade não usual na chegada para Brasília, ou seja, no dia, na tarde do dia 7, eu já diria para a senhora, os órgãos de segurança do GDF e alguns órgãos do Governo Federal já tinham, sim, uma ideia de que nós teríamos uma manifestação, pelo menos uma manifestação com grande participação de pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso já no dia 7. Mas vamos entrar nos alertas, só...

É minha última pergunta, sobre a questão dos relatórios.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mês, ainda, por exemplo, no Governo anterior, em que o senhor esteve como secretário, como responsável pela parte de relação institucional, se não me foge à memória, de comunicação, o senhor tem conhecimento, por exemplo, do envio desses relatórios, da mesma forma que enviam para alguns órgãos, também do envio direto para o Presidente da República?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não tenho conhecimento. Não posso afirmar isso para a senhora, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem conhecimento.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O único relatório de que eu tomei conhecimento, assim mesmo do Governo anterior, assim mesmo, porque eu fazia parte do grupo de transição, foi um relatório enviado em 27 de dezembro, ainda com foco, também, na posse do Presidente – eu acho que esse relatório foi encaminhado para cá também –, em que nós falamos, em que a Abin fala sobre a presença de alguns atores extremistas entre ali os manifestantes.

A Abin não afirma que são todos, obviamente, extremistas, mas ela identifica ali alguns atores com passados extremistas, com um histórico, já, de violência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E esse relatório foi encaminhado para quais autoridades? O senhor se recorda?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu só posso dizer... Eu só tomei conhecimento desse relatório, porque ele foi encaminhado para o grupo de transição do Governo. Eu não sei qual foi a outra difusão, se houve outra difusão dele, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Eu vou seguir, agora, em relação aos alertas e eu lamento muito, Sr. Saulo, que o senhor não possa ter respondido, e aí me fica muito claro que não respondeu não por causa, especificamente, do sigilo profissional, mas porque não tinha lembrança de algumas informações. E é sempre bom destacar que, quando a gente faz uma convocação, você tem um tempo hábil para isso. Você tem um prazo em que as pessoas possam, na verdade, se municiar desses dados, até para ajudar os trabalhos do relatório.

Vamos, então, agora, aqui, seguir, especificamente, porque, ao que me parece – não sei se estou errada; se estiver, o Deputado Ramagem pode falar depois –, é o ponto específico acerca dessa diferença de relatórios que chegaram tanto na Ccai quanto também em resposta a um pedido da Procuradoria-Geral da República.

Eu assisti ao depoimento do G. Dias na Câmara dos Deputados e eu quero, na verdade, fazer aqui uma referência à fala que ele diz quando questionado sobre a adulteração dos dois relatórios que foram produzidos. Você tem um relatório que foi produzido pela Ccai, que foi apresentado, inclusive,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respondendo a um Parlamentar, e você tem um segundo relatório, que foi apresentado pela PGR. Eu tenho, na verdade... Que foi respondido, na verdade, à PGR. O Moretti responde ao segundo relatório e o primeiro relatório é respondido pelo senhor. Eu estou aqui com os dois. Eu falo relatório, mas, na verdade, são esses alertas, que são apresentados, como você já fez a apresentação da divisão, da diferença.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, exatamente. É. Eles não são relatórios. Eles são alertas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato. Estou citando como relatório apenas por uma questão de nomenclatura, mas, de fato, é um compilado, na verdade, de alertas que são apresentados nesses dois relatórios.

O G. Dias afirma, por exemplo, no requerimento: "Não adulterei, nem fraudei nenhum documento. Os dois documentos são iguais, só diferem na informação a respeito da difusão. Colocaram o GSI no documento como destinatário das mensagens de alerta, mas eu nunca participei de grupo de WhatsApp."

A minha pergunta para o senhor é clara: o senhor adulterou o relatório da Abin sobre os alertas que foram enviados pra cá, para o Congresso Nacional?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu não adulterei.

Eu fiz os dois relatórios. Eu fiz o primeiro, uma planilha que continha os alertas encaminhados pela Abin a grupos e continha ali também os alertas encaminhados por mim pessoalmente, pelo meu telefone, para o Ministro-Chefe do GSI. Certo?

Eu entreguei essa planilha ao ministro e o ministro determinou que fosse retirado o nome dele dali porque ele não era o destinatário oficial daquelas mensagens, que ali fossem mantidas apenas as mensagens encaminhadas para os grupos de WhatsApp.

Ele determinou que fosse feito, eu obedeci a ordem.

Nós temos o art. 9º-A, da Lei da Abin, que deixa claro que quem determina as informações que serão encaminhadas às autoridades competentes é o Ministro-Chefe do GSI.

Eu peguei essa primeira planilha e mandei arquivar na Abin para se houvesse necessidade de consulta futura. Certo?

Essa primeira planilha ficou arquivada na Agência Brasileira de Inteligência.

Portanto, a primeira planilha incluía os alertas encaminhados aos grupos de mensagem da Abin e também todos aqueles alertas que eu encaminhei do meu telefone pessoal para o ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor está dizendo que o senhor, então, adulterou a pedido do G. Dias.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não adulterei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, colegas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não adulterei, refuto isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor retirou uma informação...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por ordem do Ministro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor atendeu...

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, colegas, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, senhores, nós estamos ouvindo aqui a inquirição da Relatora. Ela está fazendo uma inquirição, a meu ver, inclusive, importantíssima!

Então, eu peço silêncio porque penso que estamos vivendo aqui um dos momentos importantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Está se fazendo aqui um requerimento objetivo, inteligente e muito pertinente.

Eu peço a todos aí que ouçamos com atenção!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor retirou o envio ao Ministro G. Dias a pedido dele, ou seja, o senhor atendeu a uma ordem absurda do Ministro do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não diria que a ordem é absurda, eu diria que eu segui uma ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas é uma ordem absurda...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A ordem não é ilegal porque o art. 9º-A diz que é ele quem determina quais informações serão encaminhadas.

Não houve, da minha parte, nenhum interesse em esconder informação, tanto que eu apresentei a informação ao ministro. Certo? Cabe ao ministro decidir se ele encaminha ou não aquela informação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não... Da parte da Agência Brasileira de Inteligência, não houve nenhuma iniciativa em esconder que o ministro recebeu informações, e ele recebeu essas informações de mim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando ele fez essa solicitação ao senhor, e o senhor seguiu a ordem absurda... É bom lembrar que o senhor também tem responsabilidade sobre isso, o senhor atendeu a um pedido de uma ilegalidade, o senhor retirou, na verdade, um dado e não apresentou no relatório que foi enviado à Cecap, então, há uma responsabilidade compartilhada por ter atendido a uma ordem absurda, que fique isso claro. Isso está claro no processo legal que trata da administração pública.

A minha pergunta para o senhor: para além do Ministro do GSI, outras pessoas tiveram conhecimento de que o senhor havia enviado, do seu aparelho celular, próprio, para o aparelho celular do Ministro, os informes e os alertas acerca dos atos do dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acredito que várias pessoas da minha equipe sabem disso.

De qualquer maneira, os registros dessas mensagens podem ser solicitados pelas autoridades competentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Saulo, o senhor disse que o outro é assinado pelo Moretti, mas foi o senhor que fez?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor está dizendo que ele apenas assinou, mas a produção foi sua?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso me dá uma informação importante? É isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

Como eu disse, a primeira planilha foi arquivada. Foi feita uma nova solicitação – Ministro diferente, para o novo Ministro –, e o novo Ministro decidiu encaminhar a planilha, a primeira planilha.

E aí já é o Moretti que encaminha, não sou mais eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas a segunda planilha, essa segunda planilha... Por que é que eu faço essa pergunta de forma clara?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa segunda planilha também foi produzida pelo senhor nos moldes em que foi encaminhado à PGR?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa segunda planilha é a primeira planilha que eu apresentei ao Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, perfeito.

Ela é a primeira planilha com algumas pequenas alterações, que aí é um ponto central que eu quero discutir com o senhor.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, ela inclui as mensagens encaminhadas ao Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Eu percebo que na primeira planilha, quando o senhor... Por exemplo, na planilha que o senhor envia para a Ccap, o senhor...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ccap?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, para a Ccap, desculpa; Ccap, que é a Comissão do Congresso Nacional.

... o senhor, na verdade, faz uma referência ao Ciisp/DF.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No mesmo documento, o segundo – em que, de fato, vem o mesmo conteúdo –, o senhor substitui o Ciisp/DF pelo Ministro do GSI.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, é que tem algumas mensagens que foram encaminhadas para os dois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, por que o senhor retirou de um e colocou no outro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, isso pode ser algum erro técnico, mas, com certeza, algumas mensagens foram... aliás, algumas não, várias mensagens que foram encaminhadas para o Ciisp também foram encaminhadas para o Ministro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Ciisp/DF, ele foi... ele já havia instalado com antecedência, não é isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele foi instalado no dia 7.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Se ele foi instalado no dia 7... porque há uma diferença. Por exemplo, em um dos relatórios, você faz referência ao Ciisp/DF. No outro relatório, você fala Ciisp/DF Manifestações.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É. É o mesmo grupo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí, um detalhe... É o mesmo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É o mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se é o mesmo, por que, então... E ele foi criado no dia 7?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele foi criado no dia... Eu não sei se ele foi criado no dia 7. Eu fui incluído nele dia 7.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi criado no dia 7, porque aqui no documento consta. Ele diz o seguinte: o grupo Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal foi recriado no dia 7.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi criado no dia 7, está entre parênteses, "(Ciisp/DF Manifestações), com participação de representantes dos seguintes órgãos", aí ele pega tanto órgão estadual quanto órgão federal.

À época, a Célula de Inteligência era chefiada pela Delegacia da Polícia Federal aqui, do DF; ou seja...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, pela Delegada de Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perdão, Delegada de Polícia Federal, mas estava no nível estadual.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa célula é da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Se ele foi criado no dia 7, por que você tem alerta para este mesmo Ciisp no dia 6?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pode ter sido um erro material – pode ter sido o mesmo material.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 6, você tem o Ciisp/DF recebendo alerta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pode ter sido um erro material.

Agora, isso tudo, todos esses alertas estão no grupo do Ciisp/DF. Estão lá, estão registrados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que vieram pelo seu levantamento a partir do dia 3?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso... Não, não! Entre o dia 3...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Entre o dia 2 e o dia 9.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Entre o dia 2 e a criação do Ciisp/DF, não foram enviados, obviamente, não foram enviados relatórios para ele. Pode ter havido um erro material.

Entre o dia 2 e a criação desse grupo, a Abin estava encaminhando esses informes para um grupo que assim se condicionou chamar Consisbin, mas não é um grupo que envolve todo o Consisbin. Esse grupo envolve a Assessoria de Inteligência de Defesa, os três centros militares, a Dint/Seopi, que naquela época ainda existia – eu acho que foi extinta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você fala do Consisbin...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... o Conselho, o Conselho do Sisbin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É apenas o nome do grupo. Eu já peguei esse grupo criado. Ele tinha esse nome Consisbin, certo? Mas ele não envolve todos os órgãos do Consisbin, certo?

E para o GSI, depois nós... Pelo que eu entendi, foi feito um novo levantamento. Inclusive o GSI também estava nesse primeiro grupo, não o Ministro, mas o GSI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Esse erro material que o senhor diz, que pode ter sido um erro formal, um erro material, mas é algo que diz muito, mas diz muito mesmo, porque você tem um anúncio que vem no dia 6, você teve um dia inteiro para você poder fazer todo um planejamento e uma organização, entender a gravidade de fato da manifestação, para poder seguir, por exemplo, o plano escudo e para outras ações que teriam sido vitais se fossem de fato planejadas para termos de fato uma contenção desses manifestantes. Ela está na segunda página aqui...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Só para esclarecimento... Na segunda página?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A data do dia 6 está na segunda página do documento, que foi o primeiro feito pelo senhor ao G. Dias.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Efetivamente, deve ter sido um erro material, certo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa planilha não foi... Ela foi mandada fazer por mim. A parte do Ministro fui eu que pedi para incluir. Mas eu pedi para minha equipe fazer esse levantamento. É possível que tenha havido um erro material.

Agora, há um registro lá no Ciisp de todas as informações encaminhadas pela agência. De qualquer maneira, ainda que não existisse o Ciisp, a Abin estava encaminhando para uma série de órgãos essas informações. Não havia omissão da Abin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode citar?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, Assessoria de Inteligência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Todos esses... Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Assessoria de Inteligência do Ministério da Defesa; Centro de Inteligência do Exército; Centro de Inteligência da Marinha; Centro de Inteligência da Aeronáutica; Dint (Diretoria de Inteligência), da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Esse acompanhamento você enviou, mas tem uma confirmação de que ele recebeu esse documento, esses alertas ou é só aquela confirmaçãozinha lá pelo WhatsApp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nesse momento... Isso é uma outra questão também que... Eu posso aproveitar a sua pergunta para falar do WhatsApp?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro, claro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Que foi questionado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Antes de falar do WhatsApp, eu queria só que o senhor me desse qual seria essa confirmação, mas pode entrar no WhatsApp...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, é isso, só tem essa confirmação do WhatsApp, ou seja...

Agora, esses órgãos indicaram para a Agência Brasileira de Inteligência pessoas responsáveis. Eu não sei quem são, porque não tive acesso a essa lista, mas me parece também que a Agência Brasileira de Inteligência encaminhou pra cá quem eram os integrantes desse grupo, quais eram os números de telefone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, sim, temos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tive acesso a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto eu queria também deixar claro: a partir do momento que eu deixei de ser Diretor da Abin, eu paro de ter acesso à documentação que a Abin encaminhou pra cá. Eu não tenho mais... A senhora falou dos relatórios. Eu não tenho mais acesso a esses relatórios. Eu passo a ser um servidor comum, certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então, inclusive, os outros documentos que foram encaminhados pra cá não me foram comunicados, não teriam por que sê-lo.

A questão do WhatsApp, ao chegarmos lá, já havia essa prática. Ela foi utilizada inclusive na posse do Presidente.

Não vou entrar no mérito do uso do WhatsApp. Obviamente não é uma ferramenta ideal, mas era o que tínhamos.

E, numa situação tática operacional...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – É praxe hoje?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É praxe. Não deveria... Eu digo assim: num mundo ideal, todas as agências envolvidas aí – são mais de 20 agências...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É... O Senador está me corrigindo ali: 48 agências estavam nos grupos. São do Distrito Federal; agências aqui da Casa, da Polícia da Casa; da polícia da... Ou seja... Do Supremo, do Supremo Federal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – TSE.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – TSE. Ou seja, nós tínhamos ali agências de todos os tipos, que são diferentes, têm diferentes doutrinas de inteligência e não compartilham nenhuma ferramenta de comunicação que seja – eu digo aí comunicação sigilosa – que seja comum. Então, fica impraticável, num evento tático desse, para a gente... Era o que tínhamos naquele momento.

E, como eu brinco, numa situação que evolui rapidamente, um sinal de fumaça é um sinal de inteligência. Então, as mensagens de WhatsApp foram encaminhadas porque era a ferramenta que nós tínhamos e elas não têm menor valor por isso, pelo menos na visão da nossa doutrina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos falar então, agora, do WhatsApp.

O WhatsApp, Sr. Saulo, é uma empresa, ou melhor, é um aplicativo de uma empresa estrangeira e privada. Veja... Eu, sinceramente, eu acho meio que surreal até você pegar todo um serviço de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência do Estado brasileiro e colocar isso através de uma comunicação de um aplicativo de uma empresa privada estrangeira. Quer dizer... O senhor não acha que isso é um absurdo, não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Concordo plenamente com a senhora, mas eu quero ressaltar o seguinte: os relatórios de inteligência, que são documentos efetivamente classificados, jamais serão encaminhados por WhatsApp. Jamais! Certo? O WhatsApp é utilizado para o que nós falamos: fazer alertas em tempo real. Eles não trazem ali nenhuma informação estratégica classificada, certo? Para transmissão dos relatórios de inteligência, o Sistema Brasileiro de Inteligência dispõe das suas ferramentas, uma ferramenta criptografada ponta a ponta, com...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é essa ferramenta?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É a plataforma criptográfica portátil do Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, todo membro do Sistema Brasileiro de Inteligência dispõe de uma plataforma dessa, de um correio... O algoritmo é de Estado, o algoritmo é brasileiro, desenvolvido no Centro de Pesquisas para a Segurança das Comunicações, e essa é a plataforma que é utilizada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas tem um nome próprio? *(Fora do microfone.)*

Ela tem um nome próprio essa plataforma?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A gente chama de Correio Sisbin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto, Correio Sisbin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Correio Sisbin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o Correio Sisbin, a informação que eu tenho é que ele foi desativado algum tempo atrás.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, o Correio Sisbin não está desativado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não está desativado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas nós temos, na verdade, as informações de que o Correio Sisbin foi desativado... Inclusive, eu queria até pedir que a minha assessoria pegasse mesmo o documento sigiloso porque tem um dos depoimentos... Eu gostaria que solicitasse... *(Pausa.)*

Eu tenho uma informação que fala que o Correio Sisbin foi desativado por falta de mão de obra qualificada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; a senhora deve estar se referindo a uma outra ferramenta que existia, que era o Radar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tem o Radar...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Existia uma ferramenta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... tem o Olho Vivo... O Olho Vivo seria um grupo a que alguém também, em uma das sindicâncias do GSI, faz referência na verdade a esse grupo, que eu até fiquei sem entender se seria mais um outro grupo de WhatsApp...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; não conheço esse grupo Olho Vivo.

Havia uma ferramenta chamada Radar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas essa ferramenta – inclusive, foi desativada por dificuldade de manutenção – ela era uma ferramenta para troca de informações entre, basicamente, a cúpula do GSI e a Agência Brasileira de Inteligência e mais alguns...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o Correio Sisbin não foi desativado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; o Correio Sisbin permanece ativo até hoje, as plataformas criptográficas. Só que ele não se presta a esse tipo de informação que nós estávamos tendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Durante todo o Governo anterior, Sr. Saulo, o processo então de alertas sempre foi via WhatsApp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Que eu tenha conhecimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De alertas...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Dos alertas que eu tenha conhecimento, sim.

O nosso Deputado Ramagem está aqui e talvez ele possa depois esclarecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Depois ele fala, porque não é...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não acompanhei. Mas, assim, eu acredito, pelo menos eu... No momento em que eu cheguei lá, havia esse sistema. Ele foi, inclusive, utilizado na posse do Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, a...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para esse tipo de ferramenta... Me perdoe, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

Voltando...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para esse tipo de comunicação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Para o tipo de comunicação, então, de alertas era utilizado o WhatsApp. Mas o correio Sisbin nunca foi utilizado para...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... para alertas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, para alertas não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi utilizado para relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para relatórios. Ele é um documento. Ele exige, inclusive, alguma técnica, não é? Você tem que criptografar o documento, passar por um canal seguro, tem que ter alguém na outra ponta que faça a decifração. Ele não é um documento, ele não é um meio ágil, certo? Ele é um meio que é utilizado para esse tipo de transmissão de documentos mais estratégicos e basicamente classificados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre a questão... Vou aqui seguir em relação às células de inteligência, até para que a gente possa entender.

Você tem o Ciisp e você tem a célula de inteligência que seria a parte, por exemplo, física do Ciisp. É isso? Seria uma junção presencial de integrantes desses órgãos para que tomassem as medidas fruto, por exemplo, desses alertas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa... A gerência do Ciisp não cabia à Abin, certo? Nós apenas fazíamos parte dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero só saber da célula de inteligência, de como é que ela funciona.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tenho conhecimento profundo da célula de inteligência. O que eu sei que aconteceu? Primeiro, foi acordado pela própria Secretaria de Segurança Pública que haveria esse grupo de WhatsApp Ciisp, onde seriam colocados ali os alertas de cada instituição que estava ali – foi lembrado, são 48 instituições. Então, qualquer informação que fosse considerada relevante seria colocada ali para o conhecimento de todos ao mesmo tempo, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a impressão – e isto quem pode esclarecer melhor é a Secretaria de Segurança Pública – que houve também o acionamento físico depois dessa célula, posterior, já no limite dos acontecimentos do dia 8.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas as informações do G. Dias, no depoimento dele na Câmara Legislativa do DF, é de que a parte física, por exemplo, não teria sido efetivada, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu para o 1º de janeiro, do que ocorreu para o Sete de Setembro, onde houve todo um planejamento. Porque é meio estranho, por exemplo, você receber alertas tão graves e, de repente, você ficar debatendo apenas isso em nível de WhatsApp...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por isso é que eu estou falando pra senhora: não posso afirmar se a célula foi ativada fisicamente, não posso afirmar com certeza, porque a gerência dessa célula não era da Abin, era da Secretaria de Segurança Pública.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor há de convir comigo, até pelo seu conhecimento e a sua experiência, que num cenário dessa natureza o ideal seria, de fato, trabalhar com uma célula presencial, ou seja, um agrupamento de pessoas de forma presencial.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sem dúvida, certo. Mas isso é uma decisão... Mais uma vez, como eu disse, a operação de segurança não era da Abin; a operação de segurança era do Governo do Distrito Federal. Ele tem as suas ferramentas, ele decide como vai fazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Saulo, mais uma vez eu... Até porque eu acho que nesta Comissão nós teremos acareações – e eu vou, inclusive, apresentar aqui alguns requerimentos –, porque a gente vai... No decorrer do processo, você vai vendo que há uma incompatibilidade, às vezes, de falas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Aqueles alertas que foram colocados na célula do Ciisp... Na célula do Ciisp havia representantes da Polícia Militar do DF. Havia representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Federal, da Secretaria de Inteligência, do Ministério da Justiça, todos esses. Agora, eu não tenho conhecimento de que a Abin tenha encaminhado algum alerta direto para a PM. Mas eles foram encaminhados, sim, para a Célula Integrada de Inteligência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, eu tenho um documento aqui, que é assinado por membros, inclusive, aqui da Polícia Militar, que fala claramente que não produziu e nem recebeu – e nem recebeu – esses informes ou relatórios de inteligência que diziam respeito, por exemplo, a risco de insurgências populares no Distrito Federal no período de janeiro de 2023.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mais uma vez, relatórios de inteligência, realmente, nós não mandamos nenhum. Agora, os nossos alertas foram inseridos na Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública, onde havia representantes da Polícia Militar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito. Ou seja, a Polícia Militar tinha informação e não agiu.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A Polícia Militar... Eu não sei se ela tinha informação. A informação estava disponível para a Polícia Militar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, se o alerta chegou, em tese eles tinham informação.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas o alerta chegou, com certeza, à célula de inteligência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Chegou ao grupo onde estava acertado – isso é bom a gente lembrar –, onde estava acertado, numa reunião entre os órgãos de segurança, combinado que ali seriam depositadas as informações de inteligência da operação. Chegou ali, certo? Então, se a Polícia Militar diz que não recebeu, é porque o servidor que estava lá disse que não recebeu. Agora, todos os órgãos que ali estão teriam obrigação de tomar conhecimento daquelas informações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito, muito importante a sua informação, porque é bom lembrar que a Polícia Militar do DF é inclusive mantida por fundo federal. É o fundo constitucional que assegura, na verdade, a eles, que dá a eles, na verdade, as condições de fazer essa proteção de forma mais ostensiva, especialmente aqui na Praça dos Três Poderes.

Sr. Saulo, já partindo aqui para a parte da finalização da nossa oitiva, eu queria que o senhor me desse, de forma pormenorizada, qual foi o horário em que o senhor falou com o G. Dias e deu a ele o alerta sobre a gravidade, o grau, a criticidade das manifestações do 8 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, a senhora diz falar ou se comunicar? Porque nós temos as duas coisas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, tudo bem. Ligar para ele. Quando o senhor deu a informação sobre o grau da criticidade? Porque ele recebeu informações antes – inclusive, ele coloca isso –, mas eu digo do grau de criticidade.

Por que eu pergunto isso – até já colocando aqui para o senhor? O G. Dias fala que chegou a ligar, por exemplo, para o Penteadado. O Penteadado falou para ele: "Olha, está tudo tranquilo [ele estava em casa com a família]; não, está tudo tranquilo". E ele falou: "Estou indo para aí". Ele falou: "Não precisa vir, não; está tudo tranquilo". Então, ele fica em casa. Depois, ele teria falado com o senhor e o senhor teria mostrado, na verdade, uma inquietude. E ele, então, teria vindo a partir dessa sua colocação.

Pergunto para o senhor: qual horário foi esse?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, eu posso fazer um antecedente só para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... a senhora entender a questão da criticidade?

Eu comecei a falar no dia 8 de janeiro com o General G. Dias passar... Não falar, passar informações por ele, para ele, encaminhar as informações que eu recebia, por volta das 8h da manhã, inclusive ressaltando a questão dos 105 ônibus, certo?

Eu repassei para ele todos, mais uma vez, os alertas da Agência Brasileira de Inteligência. Repassei para ele também algumas informações que estavam no grupo da célula integrada de Segurança Pública, que diziam respeito à presença de manifestantes que estavam, inclusive, cobrindo o rosto com máscaras com vinagre, ou seja, se preparando, eventualmente, para uma ação violenta.

Por volta de, no iníciozinho, um pouco antes de a marcha começar o deslocamento, nós já tivemos informações de que havia entre os manifestantes, efetivamente, um chamamento, inclusive estavam fazendo isso num carro de som – há relatórios aí, há fotos –, chamamentos para invasão de prédios, certo? Por volta de uma, uma e alguma coisa. No momento em que a marcha saiu, eu recebo a ligação de um colega responsável pela segurança – eu não vou falar o nome dele aqui, mas depois –, responsável pela segurança de um dos órgãos dos três Poderes, muito preocupado e dividido com ele, nesse primeiro momento, as nossas preocupações. E ele, inclusive, me pede para falar com o General G. Dias, eu passo o contato do General G. Dias e ligo para o General G. Dias, por volta de uma e meia, e falo com ele: "General, nós temos a impressão, nós temos já uma certa convicção [e nesse momento a marcha se deslocava, ela não havia rompido ainda nenhuma barreira, ela começava a se deslocar] de que as sedes dos Poderes serão invadidas, ou, pelo menos, haverá uma ação violenta em relação a esses prédios". Isso é por volta de uma e meia da tarde, por aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi, então, o horário em que o senhor, possivelmente, falou com ele por telefone a última vez?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por telefone, mas eu fiquei... Não, nesse da eu só falei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O primeiro contato...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O primeiro contato por WhatsApp, foram vários...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por hora de? Por volta de?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – De 8h da manhã. Nós trocamos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, nesse horário de 8h da manhã, o senhor conversou com ele por telefone ou só deixou a mensagem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu só conversei com ele por telefone. Às oito e pouco da manhã, eu sinalizo os 105 ônibus, e ele me responde, dizendo: "Acho que vamos ter problemas".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por WhatsApp. Certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu continuo encaminhando as mensagens e, por volta de uma e meia, eu falo com o Ministro e passo essa minha preocupação. Já havia, por parte, pelo menos, da Abin, uma certa convicção de que nós poderíamos ter atos extremistas e não seria apenas uma passeata pacífica. E o próprio General reconheceu isso no seu depoimento, se não me engano.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Saulo, o G. Dias fala no depoimento – e ele, na verdade, será ouvido aqui – que ele fez contato, por exemplo, com o Coronel Penteado, que era o número dois... perdão, o General Penteado – estou rebaixando aqui –, o General Penteado, que era o Secretário-Executivo do GSI, ou seja, era o número dois dele e, naquele momento, o Penteado teria dito a ele que estava tranquilo, que ele não precisava vir.

Ele também, por exemplo, fala com o coronel, o General Amorim – que eu coloquei aqui –, o Amorim, que era o chefe de coordenação de análise de risco, e ele também teria dito que era uma baixa gravidade, criticidade baixa. Ele também teria falado com o Feitosa, que é ex-Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial, e que também teria passado tranquilidade.

Ao mesmo tempo, por exemplo, nós temos, 11h36 da manhã, o Tenente-Coronel Alex Marcos já sabe, por exemplo, que as manifestações desceriam para a Esplanada. O senhor fala, inclusive, das informações também que o senhor tem. Por exemplo, o Coronel André Garcia aciona o Pelotão de Choque do Batalhão às 11h54. O Gustavo Rosty, é bom lembrar que o Rosty, inclusive, é um dos citados pelo Lawand naquelas conversas que teve com o Mauro Cid, e nessas conversas, o pai, melhor dizendo, o pai do Rosty, é claramente alguém que estimulava, por exemplo, atos golpistas. Mas ele, na verdade, já tinha a informação 12h40, não é? Mas o General só tem a informação da criticidade, segundo ele, através de uma ligação com o senhor, já por volta, já próximo das 2h da tarde, ou seja, em sendo verdade que ele não recebeu as informações por parte deste corpo que estava sob a sua responsabilidade, pode-se pensar, por exemplo, que ele teve uma obstrução de informação, que teve uma sabotagem, que ele não, de fato, tinha conhecimento para que as providências, e aí eu digo especificamente o plano escudo fosse acionado em tempo hábil?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso afirmar isso à senhora. O decisor, nesse caso, o General G. Dias, obviamente não estava recebendo informações, eu acredito, só da Agência Brasileira de Inteligência. Eu quero lembrar o seguinte: no grupo Ciisp há um representante do GSI também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas ele ainda está lá, o G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não é o General G. Dias. No grupo Ciisp...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só um representante?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... há um representante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No grupo de WhatsApp que não é ele, é uma outra pessoa.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É uma outra pessoa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que é o Jader.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente. Ele está... Ou seja, essa pessoa do GSI está recebendo também, pelo grupo Ciisp, todas as informações que a Abin está colocando lá, certo? Isso é importante a gente dizer também.

Agora, eu não posso afirmar por que o General agiu ou deixou de agir, o que ele fez. Isso não cabe a mim afirmar. O que eu posso afirmar é que, se ele recebeu essas informações da sua equipe do GSI, elas divergem das informações da Abin. E eu acho que os fatos comprovam que a Abin estava no caminho correto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O General... O Amorim – na verdade, naquele momento, o Jader estava respondendo pelo Amorim –, quando ele é questionado, inclusive pelo G. Dias, sobre o nível de criticidade, ele fala que é nível laranja. O que é o nível laranja? O senhor pode me explicar? O senhor tem essa informação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não tenho essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu imagino que laranja está abaixo de vermelho, não é?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A gente não usa essa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu sei...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O Palácio tem uma metodologia de avaliação de risco da segurança presidencial que não é compartilhada conosco, que, aliás, são doutrinas diferentes. A gente não usa esse tipo de alerta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu queria até pedir aqui, Presidente, com a permissão de V. Exa., que a gente passasse aqui rapidinho para finalizar a nossa participação. É isso que a gente precisa entender e acho até que a gente precisa chamar aqui – eu acho que a Jandira tem requerimento dessa natureza – o Penteado, o Feitosa, para entender. Quer dizer, você tem um ministro que solicita



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação... E olha só o que nós tínhamos cedo ainda: "A ordem agora é acampar dentro do Congresso, Planalto e STF". A ordem é essa. Essas informações já estavam sendo difundidas – olha, tem o horário ali: 17h01 – dois, três dias antes.

Seguem aí as outras.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, isso aqui está em tudo quanto é grupo, isso aqui não é coisa sigilosa, não. "O Exército quer você aqui".

Então, na verdade, tem várias outras informações que estavam sendo difundidas, e essas informações que foram difundidas, na verdade, mostravam o nível de gravidade, mas, ao mesmo tempo, essas informações não chegaram ao Ministro do GSI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu ousou interromper, porque V. Exa., no primeiro dia de reunião, disse que era proibido apresentar recurso visual.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, realmente, no primeiro dia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu fui vítima disso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... nós não havíamos definido as regras para a exibição de imagens, de mídia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, não foi no primeiro dia, no primeiro dia de sessão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De sessão, de sessão.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O Vin Diesel.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, em seguida, nós lemos aqui um documento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Fico satisfeito, mas eu não sabia dessa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... regulamentando a nossa prática. Inclusive, não só a Relatora, mas vários Deputados e Senadores, tanto do Governo quanto da oposição, já usaram desse expediente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Trouxe a algema do escravo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pronto, é verdade. A regra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É cada uma em um braço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Mostre a foto do Vin Diesel, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu quero, então, finalizar a minha participação aqui, na oitiva com o Sr. Saulo, apenas para tratar...

Eu queria saber se o senhor tem alguma informação, se o senhor teve informações – nós tivemos acesso, inclusive, a sindicâncias, a investigações que estão em curso – acerca de ferramentas que foram utilizadas dentro da Abin e que teria, na verdade, havido um certo desvio de finalidade em relação à interceptação telefônica ou telemática.

O senhor tem informação de que a Abin, em algum tempo, possa ter utilizado instrumentos dessa natureza e que, ao mesmo tempo, também houve e está havendo investigação em torno desse desvio de finalidade?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Não tenho conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Passo agora a palavra ao primeiro Deputado inscrito, autor de requerimento, Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpellar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui o Sr. Saulo, com larga experiência na Agência Brasileira de Inteligência, passou por coordenações, direção e ainda com a representatividade no exterior da nossa inteligência brasileira.

Sr. Saulo, eu devo interrompê-lo quando estiver satisfeito com a resposta em razão de ter que dosar do meu tempo.

O que está claro e evidente é que a Abin cumpriu seu papel institucional de alertas – de avisar de ameaças, ameaças que se concretizaram, inclusive com invasão, dano a patrimônio público – desde o dia 2 de janeiro até o 8 de janeiro a diversas autoridades públicas, federais e distritais, para tomada de decisão.

Então, Sr. Saulo... E o senhor ainda, quando Estado, cumpriu seu dever de levar a informação dos alertas não apenas à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, mas a esta CPMI após, e ao Judiciário, à PGR, a quem invocou.

Então, Sr. Saulo, o senhor foi exonerado da sua função de Diretor-Geral por fazer a coisa certa, porque a agência fez a coisa certa, só que, nesse desgoverno do PT, não é praxe, eles não estão acostumados a fazer a coisa certa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Saulo, o senhor poderia definir para nós o que é inteligência corrente, se a Agência Brasileira de Inteligência produz inteligência corrente e a diferença dos alertas de inteligência para um Relint, se o Relint é transmitido por WhatsApp, por exemplo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Perfeitamente, Deputado Delegado Ramagem.

Bom, inteligência corrente é aquela inteligência que, como o próprio nome diz, acompanha fatos e situações que estejam se desenvolvendo e que possam causar alguma crise em potencial ou alguma ameaça à ordem constitucional, ou seja, são fatos e situações que são de uma evolução rápida. É isso que a agência chama de inteligência corrente.

É para justamente alertar aquelas autoridades envolvidas na prevenção ou na coação de eventuais fatos detectados pelo nosso... nós chamamos de Centro de Monitoramento de Crises, em que nós utilizamos os alertas. Eles foram criados justamente para isso, segundo eu recebi já esse legado, mas eles foram criados para isso, para que tivéssemos uma ferramenta rápida para informar aquelas autoridades sobre esses fatos e situações.

Os alertas, mais uma vez, não carregam informações por si só sigilosas; eles, por exemplo, não vão carregar ali fatos, dados pessoais.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, Sr. Saulo. Eu vou interrompê-lo aqui. Já está respondido. O relatório de inteligência carrega informações que não são passadas pelo WhatsApp.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente. Elas são sigilosas, e, portanto, têm que ser...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Foi colocado aqui, na Comissão, que não se deveria utilizar WhatsApp nem mesmo para esses alertas apenas, por se tratar de uma empresa estrangeira que seja proprietária do WhatsApp.

Eu venho com a informação de que a Claro... Quem é dono da Claro é uma rede da América Latina, de propriedade de um bilionário mexicano; a TIM tinha participação da Telecom Italia; a Vivo tinha participação da Portugal Telecom e da Telefónica espanhola; e a Oi foi comprada por todas elas. Portanto, dessa forma, nós não podemos nem utilizar para alertas os nossos telefones mais? Então, a forma devida de alertas, oportuna, célere, foi bem-feita pela Abin, pelo melhor meio de comunicação naquele momento.

O ex-Diretor, o ex-Ministro G. Dias afirmou que a Abin era diretamente ligada ao gabinete do GSI, e as informações eram direcionadas diretamente ao chefe do GSI. O senhor concorda, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, essa era a nossa subordinação à época.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mensagens, do dia 2 ao 7 de janeiro, o senhor entende que esses alertas foram informações relevantes.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sem dúvida, apesar de algumas delas não trazerem ali ainda a possibilidade de você ter uma manifestação de grande porte, mas elas são relevantes, até porque elas foram geradas. Então, elas eram de necessidade de conhecimento daquelas autoridades.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Perfeito. Todos nós entendemos como relevantes. Apenas o General G. Dias entende diferente, conforme o seu depoimento na Polícia Federal. A imprensa denunciou que o G. Dias manipulou um relatório que o senhor enviou para o GSI.

O General Gonçalves Dias pediu diretamente ao senhor para tirar o nome dele da lista de difusão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, ele solicitou diretamente a mim.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Os informes e alertas de inteligência que eram passados pela Abin ao GSI eram passados também ao General Feitosa, Secretário de Segurança da Presidência, diretamente, ou eram centralizados no General Dias, chefe do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não eram passados ao General Feitosa. Esses informes não eram passados diretamente à Secretaria de Segurança Presidencial, pelo menos do que eu tenha conhecimento.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Portanto, era responsabilidade do G. Dias difundir internamente, dentro do GSI, e na Guarda Presidencial, no Batalhão da Guarda Presidencial.

Sr. Saulo, eu vou direto aos relatórios, ao relatório de difusão de alertas da Abin. Pelo seu conteúdo, eu não vou poder ler todos, mas, no primeiro envio, foram 29 e depois foram suprimidos, a meu ver, quatro, pela intenção do General G. Dias. Portanto, no segundo relatório encaminhado, 33 difusões.

Eu vou ao primeiro alerta, do dia 2 de janeiro: "Em Brasília, prossegue concentração em frente ao QG do Exército. Há cerca de 500 participantes. Tendas do acampamento são desmontadas". Ou seja, em 2 de janeiro, havia apenas 500 pessoas, mobilização alguma, crime impossível de qualquer golpe. Isso joga por terra qualquer menção ou acusação de incubadora de terrorista para todas as pessoas que, em 2022, estavam à frente dos quartéis-generais, de forma democrática, pacífica e ordeira, como se tentou – e se tenta até hoje – perseguir, criminalizar todo o segmento político de direita do Brasil inteiro, de pessoas pacíficas que defendem o seu país.

Dia 4 de janeiro: "Em Brasília, verifica-se redução do público", diminuiu mais ainda.

Como o tempo está curto, eu vou pular para outros mais para frente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dia 7 de janeiro: "Mantêm-se convocações [aí entram as convocações violentas que vieram de fora, de um punhado de pessoas que cometeram esses delitos e que têm que ser responsabilizadas, não as pessoas que estavam se manifestando pacificamente] para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios". Isso no dia 7 de janeiro.

Dia 6 de janeiro, antes: "Há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades", "acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional". Dia 6 de janeiro, e ninguém fez nada.

Dia 7 de janeiro: "Mantêm-se convocações para ações violentas e tentativas de ocupações de prédios públicos, principalmente na Esplanada dos Ministérios". Essa foi a data em que o Lula decidiu se evadir de Brasília, mesmo com todas as autoridades cientes dessas informações.

Eu vou pular direto, porque o tempo está acabando, para um último, que foi diretamente do senhor para o Ministro G. Dias. Dia 8 de janeiro, às 13h: "Iniciado o deslocamento para a Esplanada. Há discursos inflamados com pessoas pintando o rosto como se fossem para um combate. Há, entre manifestantes, relatos de que as forças de segurança policiais e militares não irão confrontá-los". Novamente há relatos de que as forças de segurança policiais e militares não irão confrontá-los. Esse foi um alerta da Abin a todas as autoridades públicas distritais e federais, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foi um alerta encaminhado por mim ao Ministro.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem. Diante de todas...

(Soa a campainha.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... essas informações, ninguém fez nada.

Todos nós vimos as imagens e ficamos revoltados e indignados. Os Ministros do STF da mesma maneira, mas reagiram de forma excessiva e incontrolável. Afastaram o Governador do DF, prenderam o Secretário de Segurança, prenderam mais de mil pessoas sem individualização de pena.

O que nós vimos aqui hoje é a prova incontestável de que nada disso teria ocorrido se não fossem as omissões das autoridades públicas.

Em 2022, nós tivemos manifestações com mais de um milhão de pessoas e nada aconteceu porque a segurança foi feita, inclusive com os alertas de sempre da Abin.

Então, o que nós queremos é a responsabilização do STF a quem de direito e com o devido rigor pelas omissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Só porque eu acabei não fazendo essa solicitação para o depoente.

Sr. Saulo, o senhor coloca à disposição desta CPI o seu sigilo telemático? É muito importante.

Muito obrigada.

O senhor pode responder no microfone?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Coloco sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA) – Como nós iniciamos aqui o depoimento já bastante atrasados, às 11h, eu vou prosseguir com as falas dos Srs. Parlamentares até 13h30. Às 13h30, nós suspenderemos por uma hora.

Então, com a palavra, o próximo orador inscrito, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, só para esclarecer que só existia um relatório da Abin. Esses relatórios citados pela Relatora foram construídos depois do dia 11 de janeiro, ou seja, depois do fato acontecido. Só para ficar registrado. E, de fato, o Ciisp/DF só foi incluído às 9h da manhã, 10h da manhã, do dia 8, no Ciisp/DF. A primeira informação foi exatamente dia 8.

Pergunto ao Sr. Saulo e o cumprimento, já, pela disposição de colocar o seu sigilo e pela forma como V.Sa. está respondendo.

Mas olha só, entre dia 1º de dezembro – V.Sa. já falou – até 8 de janeiro, V.Sa. esteve diretamente envolvido com a área de inteligência do Governo Lula, inicialmente na equipe de transição e depois na Abin. E, neste período, foram objetos de difusão ao menos um relatório de inteligência e 32 alertas relacionados ao episódio do dia 8, sendo que 18 desses alertas, para além do relatório de inteligência, foram difundidos antes do início da invasão dos prédios e tal.

Pergunto, bem objetivamente: o que deu errado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi negligência das áreas de inteligência dos órgãos que receberam as informações da Abin ou foi omissão dos tomadores de decisão desses órgãos? E, no caso de omissão, houve algum interesse político por detrás desse comportamento?

Pode responder.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senador, eu não sei dizer o que o senhor... Não posso afirmar o que deu errado.

A informação quando sai da Agência Brasileira de Inteligência... Nós perdemos o controle dessa informação. Então, pode ser uma cadeia de fatos, os quais levam à queda de um avião – uma coisa levou à outra –, ou pode ter havido algum tipo de omissão, mas eu não posso afirmar para o senhor, porque eu não domino a cadeia de conhecimento depois que esse conhecimento sai da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas, como o profissional que V. Exa. é, ou foi por negligência, ou foi por omissão, óbvio, não é?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu posso dizer ao senhor que, apesar de produzida a informação, ela não obteve sucesso em fazer quem tinha de...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – De tomar as providências.

Obrigado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ...tomar as decisões.

É isso que eu posso dizer.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, por exemplo, a Diretoria de Inteligência e o Ministério da Justiça receberam 14 desses alertas aí, para além do relatório, evidentemente, de inteligência, antes da invasão. Alguém do Ministério da Justiça tratou alguma coisa com o senhor sobre esses informes nesse período que antecedeu as invasões?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ninguém.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ninguém.

V. Sa. saberia dizer se esses informes chegaram tempestivamente ao Ministro Flávio Dino?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe informar. Como eu disse, a gente perde a cadeia de controle da informação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, de algum modo, o Ministro-Chefe do GSI recebeu, diretamente, no seu zap, dez vezes, dez desses alertas aí antes do início. O Ministro Gonçalves Dias chegou a tratar alguma coisa com o senhor sobre esses informes neste período que antecedeu as invasões?

Assim, de...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Como disse para o senhor, às 8 horas da manhã, ele recebe um informe sobre a quantidade dos ônibus e me responde, por WhatsApp, uma resposta bem curta, dizendo: "Acho que teremos problemas". E, depois, à 1 hora, ou à 1 hora e meia, mais ou menos, nós conversamos sobre a minha preocupação em relação a essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. saberia dizer se o Ministro G. Dias repassou esses informes para as demais áreas do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei lhe informar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tanto V. Sa. quanto o General Gonçalves Dias participaram da equipe de transição do Governo e, nesse período, inclusive, foi produzido, difundido o Relatório 323 de inteligência, que fala do grupo de extremistas, do Exército brasileiro, se apresenta indicativo de mobilização etc. – etc. –, se elevou o risco de ocorrência de ações violentas. Isso foi difusão. Foi difundido este relatório.

V. Sa. e o General G. Dias chegaram a tratar desse assunto no período da equipe de transição, durante a transição?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O General G. Dias tomou conhecimento desse relatório. Agora, ele foi entregue à equipe de transição, certo?

Então, naquele momento, eu imagino, não se tinha até certeza se o General G. Dias seria o ministro-chefe do GSI.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas ele tomou conhecimento...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele tomou... Eu não sei se ele leu o relatório. Ele soube que o relatório foi entregue, mas ele foi...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. chegou a ler esse relatório ou não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não com profundidade, porque, naquele momento, eu estava apenas na equipe de transição.

Na verdade, eu não tinha nem acesso...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas na área de segurança?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Na área de inteligência, inclusive. Isso. Eu estava...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – De inteligência.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas o grupo de transição tratava, basicamente, de uma proposta para reformulação da inteligência da Abin.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tá.

O Ministro Flávio Dino, que também fazia parte da equipe de transição, tomou conhecimento desse relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe afirmar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, a equipe de transição chegou a tratar desse assunto com alguém do Governo anterior, Federal ou distrital? Com quem?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe afirmar, porque, com a parte de segurança efetiva da equipe de transição, eu não tinha contato. Nós passamos o relatório, a Abin o entregou, agora, eu não sei quais foram as tratativas que foram feitas na área de segurança da equipe de transição.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Certo.

O General G. Dias adulterou, modificou, pediu para retirar daquelas – V. Sa. já informou isso aqui – encaminhadas ao Ccai, aqui, em janeiro de 2023, ele retirou de dez alertas feitos antes – V. Sa. explicou muito bem aqui – a menção ao Ministro do GSI como destinatário desse informe.

V. Sa. saberia nos dizer o motivo de o General G. Dias querer esconder que ele recebeu dez alertas da Abin antes de ocorrerem as invasões ou não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senador, não sei. Eu posso lhe dizer o que ele alegou para mim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele disse que ele não era o destinatário daquelas mensagens oficiais e que aquelas mensagens foram encaminhadas a grupos de WhatsApp. Essa foi a alegação dele e eu não entrei no...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Que era o instrumento que usava pros alertas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não entrei no mérito dessa determinação do ministro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi a determinação...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Os alertas eram feitos através do WhatsApp.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, os alertas eram feitos através do WhatsApp.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Em que momento V. Sa. tomou conhecimento desse fato?

V. Sa. chegou a indagá-lo sobre a razão de tal altitude? Não? Ele não quis...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele não me deu espaço para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Entendi.

Bem, o uso do WhatsApp para conferir maior celeridade na difusão de alertas na área de inteligência passou a tornar-se uma prática usual desde quando? V. Sa. se lembra?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Olha, como eu lhe disse, eu estava fora aqui do país...

Agora, mesmo antes, eu acredito, do Governo passado, em caso de necessidade, em caso de uma necessidade de comunicação rápida, se utilizava algum meio de comunicação desse tipo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Foi feito algum regulamento? Sabe se existe algum procedimento legal para isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não sei lhe informar doutrinariamente se existe algum procedimento, se está escrito, como disse, eu já herdei essa prática, mas, como eu lhe disse, como não se trata de transmissão de informações sigilosas ou dados sob sigilo...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas V. Sa. reconhece que é um instrumento importantíssimo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É um instrumento...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Imediato, de informações imediatas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... imediato. Como eu disse, é o que temos.

Se na guerra a gente determinar que um apito vai ser uma informação de inteligência, se for combinado que o apito vai ser uma informação de inteligência entre duas partes, esse apito será utilizado como informação de inteligência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ótimo.

Bem, quando o General G. Dias tenta misturar o conceito de relatório de inteligência com alertas para justificar a sua flagrante omissão, não lhe parece uma atitude de má-fé?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não vou fazer esse julgamento de valor, Senador, porque...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... efetivamente são duas coisas diferentes.

Isso é fato, certo? Não foi encaminhado, entre o dia 2 e o dia 8, nenhum relatório de inteligência para o GSI.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Agora, no entendimento de V. Sa., que é especialista nisso, os alertas teriam sido claros suficientes para tomar alguma posição, no entendimento de V. Sa.?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No meu entendimento, os alertas condicionam as autoridades pelo menos ao entendimento de que não seria uma manifestação comum, certo? Ela, no mínimo, seria uma manifestação de grande porte e, a partir de um certo momento, nós já temos ali a convicção de que havia intenção de atos antidemocráticos. Então, até um certo momento, elas dão a convicção de que nós teríamos uma grande manifestação; a partir de um certo momento, nós temos outra convicção.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Para concluir, porque está terminando aqui o prazo.

Ao deixar a Abin, V. Sa...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... foi trabalhar no GSI, ainda na gestão do General Gonçalves Dias. Na semana seguinte, foram divulgadas imagens do Palácio do Planalto e, na sequência, ele foi exonerado.

Qual foi a sua impressão acerca do comportamento do General G. Dias nas imagens divulgadas?

Até esse momento V. Sa. tinha conhecimento da adulteração das informações encaminhadas à CCAI)?

V. Sa. chegou a tratar com ele algum assunto relacionado às imagens?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tinha visto aquelas imagens.

Eu vi as imagens, acho, quando todo mundo aqui... quando todos os senhores e as senhoras viram.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah, desculpe.

Foi nesse momento, eu tomei conhecimento daquelas imagens pela televisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali o General está chegando, eu não sei se aquelas imagens fazem jus. Eu não vi a íntegra também das imagens. Eu não sei se aquelas imagens...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só a última pergunta, só a última aqui.

Depois do dia 8... É porque V. Sa. interrompeu ali, ele estava respondendo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É a última, é a última questão aqui.

V. Sa. chegou a sofrer alguma espécie de pressão do General G. Dias depois do dia 8 de janeiro, ou de alguma autoridade?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não sofri absolutamente nenhuma pressão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Passamos ao próximo orador, que é o Pr. Marco Feliciano, que me parece que não está presente.

Então, passamos ao próximo orador, que é o nobre Deputado mineiro Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar aqui meus pares, agradecer a presença do Sr. Saulo. Obrigado por o senhor estar aqui esclarecendo algumas questões. Muitas perguntas já foram esclarecidas, mas ainda há algumas lacunas, Sr. Saulo, que gostaria que o senhor respondesse.

Doutrinariamente, nós sabemos que a Abin é um órgão de assessoramento e não decisório. Portanto, o senhor está abaixo da decisão do General Gonçalves Dias, correto?

Se o senhor puder só confirmar.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Corretamente.

O senhor, por ter essa função de assessorar, o senhor tinha interlocutores no GSI e no Governo, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu tinha interlocutores... Eu estava chegando à data dos fatos há seis dias. A minha interlocução basicamente é com o GSI.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor passou informações para alguém do Governo além do General G. Dias?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – O que o senhor chama de Governo? Nós passamos para integrantes de órgãos de Governo que estavam nos grupos – certo? –, mas não para ninguém de primeiro escalão de Governo, absolutamente não, porque esse também não é o papel da Abin. A Abin tem uma ligação clara, técnica, com o GSI, e a interlocução com os demais órgãos de Governo deve ser feita pelo GSI.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

Entre os dias 2 e 5 de janeiro, o senhor transmitiu alguma mensagem ou entrou em contato com o General G. Dias sobre a situação prevista para os dias 7 e 8 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 6 de janeiro, eu conversei com ele.

Nós já tínhamos trocado... até num despacho pessoal, mas eu não encaminhei – não me recordo –, mas eu acho que eu não encaminhei nenhuma mensagem específica para ele sobre isso.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ele participava do grupo de WhatsApp em que estava sendo enviado?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não, ele não estava participando de grupos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

O senhor considera que o General G. Dias, por intermédio dos vários alertas que o senhor enviou, omitiu informações relevantes para a sua equipe?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Para a equipe dele?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – De segurança?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso afirmar. Eu não sei se ele repassou essas informações para a equipe ou não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – No dia 8 de janeiro, de manhã, o senhor, enquanto a Senadora Eliziane Gama estava o inquirindo, disse que o senhor teve um diálogo com o General G. Dias pela manhã, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por WhatsApp, por mensagem.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – E o que estava sendo descrito nessa mensagem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Estava sendo descrita a quantidade de ônibus que tinha chegado. Eu falei para ele que, de um dia para o outro, aquela quantidade tinha subido substancialmente, e ele me respondeu: "Eu acho que vamos ter problemas".

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

O senhor consegue descrever, por gentileza, o que, de fato, teve de retirado ou de acréscimo no primeiro relatório em relação ao segundo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Aquelas mensagens que eu citava, que foram encaminhadas por mim ao Ministro-Chefe do GSI. Se eu não me engano, são quatro mensagens – e eu ressalto, essas mensagens que ali constavam foram aquelas produzidas pela Abin – certo? –, que foram redifundidas para ele por mim.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim, então, a adulteração feita naquele relatório foi uma ordem acatada pelo senhor, feita pelo General Gonçalves Dias, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não vou entrar no mérito de se foi adulteração.

Eu recebi uma ordem, de retirar o nome do Ministro, do próprio Ministro.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O.k., então o Ministro solicitou a retirada do nome dele desse relatório.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Correto.

A Abin encaminhou os alertas ao Ministério da Justiça, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Entre os receptores dos alertas estava a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o senhor afirma que esses alertas foram recebidos pelo Ministério da Justiça, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foram encaminhados ao Ministério da Justiça.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Foram encaminhados, o.k., e obviamente, possivelmente – não possivelmente, né? – ele foi recebido por esse Ministério, porque, se foi encaminhado, foi recebido.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Possivelmente foi recebido.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Correto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, por gentileza, de passar um vídeo do então Ministro Flávio Dino, porque alguém está mentindo nessa história. Por gentileza.

Pode passar, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor consegue informar, por gentileza, Sr. Saulo, qual foi esse informe que o Ministro, debochando, ali naquela comissão, de todos os Parlamentares, está dizendo que ele não recebeu? O senhor pode dizer qual informe é esse, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu nunca afirmei que o Ministro da Justiça recebeu os informes. Eu disse que eu encaminhei, eu disse que os informes foram encaminhados para a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, o senhor encaminha um informe e não vê se ele foi recebido ou não?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não; pelo Ministro, não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não pelo Ministro; pelo Ministério da Justiça.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pelo Ministério da Justiça.

Nós não temos esse mecanismo... O ministério... Os órgãos não nos confirmam se receberam ou não.

Agora, mais uma vez, os órgãos federais estavam representados na Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública. A Abin não detém a cadeia do conhecimento depois que ele sai da Abin, certo? Então, em momento nenhum eu posso... eu vou afirmar aqui que o Ministro, que outros ministros receberam essa...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sim, Sr. Saulo.

A grande questão é que uma mensagem, um informe é encaminhado para o Ministério da Justiça... Não estou dizendo que isso chegou ao WhatsApp do Flávio Dino, mas o que eu quero dizer é que o Ministro Flávio Dino possui a soberania sobre o seu ministério. Então, não faz sentido você encaminhar algo, como uma agência, como um órgão, encaminhar algo sem que você tenha confirmação se aquele ministério, aquele órgão recebeu ou não. Afinal de contas, eu envio um *e-mail* e não quero saber se isso foi recebido ou não; eu envio uma mensagem e não me importa se recebeu ou não; ou seja, a mensagem é importante, assim como também o próprio mensageiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, da mesma forma como a Senadora tentou, por diversas vezes, o pressionar para poder tentar colocar a responsabilidade sobre a Polícia Militar, por exemplo, do DF, porque, afinal de contas, a Polícia Militar do DF recebeu... Foi encaminhado isso pelo menos, não é? Não sabe se recebeu ou não. Mas é necessário saber se o ministério recebeu ou não. Afinal de contas, a inteligência só se faz efetiva se aquele órgão recebeu aquilo; caso contrário, é somente encaminhado. E se aquilo ali chegou ou não não importa à Abin? Isso não faz sentido.

Então, a resposta que eu quero obter, a resposta de fato verdadeira que eu quero ouvir é se esse informe, que é muito importante uma vez que até mesmo o próprio GSI estava preocupado, 8h do dia 8, se poderia acontecer isso no mesmo dia, se o Ministério da Justiça recebeu isso ou foi encaminhado isso até o Ministério da Justiça, e o senhor afirmou isso, e se não foi tomada nenhuma medida. Afinal de contas, nós temos vários tuítes do dia 7 do Ministro Flávio Dino dizendo que eles estavam se reunindo com a Polícia Federal, com a PRF; ou seja, de duas uma: ou foi incompetência ou foi um ato de omissão. Porque, se você está se reunindo com a PF, tem ali informes da Abin e ainda assim um punhado de baderneiros consegue invadir a Praça dos Três Poderes e cometer ali aqueles crimes, então, se o PCC ou qualquer organização criminosa do Brasil conseguir aqui invadir, todos nós estamos ao léu.

Então, só pode ter uma das duas; as duas, impossível. Não pode ser incompetência ou omissão ao mesmo tempo. Então, eu de fato gostaria de saber se sempre acontece assim, é um processo claro de que "eu encaminho e não quero saber se chegou ou não", ou se isso foi encaminhado e recebido.

É isso que eu gostaria de saber, Sr. Saulo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, nós não temos condições de saber se foi recebido. Foi encaminhado, e há um compromisso de todos os órgãos que estão nos grupos de inteligência de se manterem a par das informações ali, que constam ali. Agora, inclusive no grupo Ciisp, por exemplo, no grupo da célula de inteligência em segurança pública, é impossível você saber das 48 agências quem recebeu cada informação, a não ser que você ali tivesse quem leu a informação, certo? Agora, há um compromisso. Há um compromisso dos agentes que ali estão de ficarem a par das informações que foram colocadas ali. Agora, efetivamente, eu não posso lhe afirmar se o Ministério da Justiça ficou a par ou não dessa informação. Nós não temos o controle dessa cadeia. Agora, a informação foi colocada. Entre outros, ela foi encaminhada diretamente pelo grupo do Consisbin, mas foi colocada...

(Soa a campainha.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... na célula de inteligência em segurança pública.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Saulo, nesse processo de envio desses relatórios, há um servidor específico que recebe essa mensagem ou simplesmente é enviado para uma caixa ao léu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Há um servidor específico que é determinado. Se eu não me engano, a Agência Brasileira de Inteligência encaminhou para cá quais eram os telefones registrados nos grupos que ali estavam.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Excelente.

Esse servidor do Ministério da Justiça que recebeu esse informe é subordinado a quem?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei lhe informar. É o ministério que determina.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, é o Ministério da Justiça que...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – E eu não sei nem quem é o servidor, certo? Isso cabe a cada órgão. Isso é do controle interno de cada órgão, quem ele determina, que patente, quem é que vai receber aquela informação.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Entendi. Perfeito, Sr. Saulo. Obrigado.

Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra...

Obrigado, Deputado Nikolas Ferreira.

Passo a palavra para o próximo orador inscrito, o Senador Magno Malta, como autor do requerimento.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Nobre depoente, Sr. Saulo; Sr. Presidente; Sra. Relatora, na verdade acho que o material está todo jogado no ar. E, com diversas perguntas que já foram feitas e repetidas muitas vezes, nós não estaríamos ganhando tempo, nós estaríamos perdendo tempo, visto que ele tem sido muito incisivo e corajoso, sem gaguejar nas suas respostas – e eu estou satisfeito em ouvir o que estou ouvindo, não é? – e sem tergiversar no sentido de querer buscar a proteção de A ou a proteção de B.

A gente, quando ouve aqui, alguns Deputados se exaltam e dão informações até que estão sob sigilo, que ninguém nem sabe. Eles falam: "não, porque tem a mensagem no celular de 'fulano'", não sei o que e tal. Eles já sabem. Eles já têm conhecimento, não é? E citam assim: "os bolsonaristas", não é? Ah, tinham infiltrados, ninguém toca nisso, mas não são lulistas. Por exemplo, o cara que derrubou o relógio lá, vestido com uma camisa de Bolsonaro, que está preso, pertence ao MST: "Não, esse cara não era infiltrado, esse cara não fazia parte de nada". Mas é o cara que derrubou o relógio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Posso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Posso? Posso continuar?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Se ela me disser que eu posso, eu vou continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Pode! É que é meio... meio cômico.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – É meio cômico quando eles falam, porque tudo é bolsonarista.

Isso aqui não é cômico, é engraçado. Com uma camisa de Bolsonaro derruba lá um relógio, está preso, é do MST. Ele é de onde? Porque comigo ele nunca andou, nunca vi na minha vida.

Bom, mas deixe eu continuar com o senhor.

O senhor falou que há uma... Que havia aquela listagem no WhatsApp e que tinha mais ou menos umas 20 instituições ali. O nosso querido Esperidião Amin, que é um computador ambulante, disse 48 é que estavam listadas ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O que é que tem aqui?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Que é *fake*.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Quer a palavra, eu te dou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, pode falar – pode falar.

E eu posso falar quando eu quiser...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não é Ave Maria, não, mas é cheia graça, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, é porque, na verdade, V. Exa. coloca uma informação *fake*...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu estou falando e você não pode me impedir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas é *fake*...

V. Exa. me deu o microfone e agora está tirando?

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ele fala lá "bolsonaristas", e V. Exa. fica calada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não! É porque você fez uma ironia comigo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Por favor, me dê a minha palavra! A palavra é minha!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E V. Exa. desinforma nesta Comissão!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não fiz ironia com você!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. desinforma!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – A palavra está comigo, não toquei no seu nome!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Senadora e Senador!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não toquei no seu nome!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Desinforma!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não toquei no seu nome!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora e Senador!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tocou no meu nome sim!

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não toquei no seu nome!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador e Senadora, assim não é possível...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu estou com a palavra!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu tenho aqui tentado garantir a palavra de todos – de todos! Eu tenho garantido...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu tenho aqui garantido a palavra de todos – eu tenho garantido aqui a palavra de todos. E o Senador Magno Malta está com a palavra, e eu peço que todos respeitem a palavra do Senador, a quem eu dou mais um minuto para a sua fala.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu tinha mais de um quando eu fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas vá lá: tem mais um minuto.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – O senhor, quando a Relatora lhe perguntou se o senhor abria seu sigilo telemático, imediatamente o senhor falou: "Sim, não tenho nenhum problema". A minha pergunta é: houve uma coisa muito acelerada e galopante aqui para se ouvir o Cid, porque era o homem mais ligado a Bolsonaro, e um trabalho forte de protelação para não se ouvir o G. Dias; o senhor teria algum problema em ser acareado com o G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senador, se for necessário, obviamente eu atenderei ao clamado da CPMI, mas eu acho que não há necessidade de acareação. Eu sinceramente penso que, no momento em que a Comissão tiver acesso às mensagens, a Comissão vai perceber que não há necessidade de acareação...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Tudo bem...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... que eu estou absolutamente certo do que eu estou falando.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, mas a minha pergunta é exatamente porque percebo que o senhor está certo do que está falando. A minha pergunta é: em havendo essa convocação, o senhor teria algum problema?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não. Em havendo a convocação, não. Eu só rogaria efetivamente...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Mas eu estou aqui elogiando a sua determinação...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu sei.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... a sua coragem, a sua...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu sei. Eu não tenho nenhum problema em relação a isso. Eu só estou apenas ponderando que, uma vez que eu abro meu sigilo, que eu coloco aqui as mensagens que foram trocadas, V. Exas. vão perceber que não há necessidade de acareação.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Como colocou o Deputado Nikolas de que há uma hierarquia e nessa hierarquia o senhor estava abaixo do G. Dias e o senhor lhe comunicava, então há confirmação de que o pedido de retirada do nome dele foi feito por ele.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu acho que o próprio General G. Dias falou isso na CPMI aqui da Câmara Distrital. Ele só não entrou em detalhes do que ele falou, mas ele admitiu que ele pediu que fosse... Que o documento fosse alterado, se não me falha a memória.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado André Fernandes, que não está presente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, está aqui? Perdoe-me, Deputado. V. Exa. sempre tem uma presença tão efetiva, hoje se escondeu ali atrás do Deputado Rubens Pereira, que talvez, pela sua estatura, tenha ofuscado a presença de V. Exa. Perdoe-me.

Com a palavra, o Deputado André Fernandes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E talvez não tenha percebido quem é que está atrás dele.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Saulo, quando foi ouvido pela CPI da CLDF, em 22 de junho de 2023, o General G. Dias afirmou que, em 6 de janeiro, quando já havia encaminhado para encerrar o expediente do Palácio Planalto, telefonou para o depoente, Sr. Saulo Moura da Cunha, a fim de trocar ideias sobre a segurança do Palácio Planalto. O General afirmou categoricamente que vocês dois não prepararam nenhum esquema especial para o dia 8, porque, segundo ele, não havia nenhuma informação que indicasse minimamente que ocorreria aquilo que aconteceu. O senhor confirma, então, essa conversa telefônica?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Bom, em relação a não prepararmos nenhum esquema de segurança especial, eu não participo da preparação de esquemas de segurança do Palácio. O que nós falamos no dia 6 é que ainda não havia nenhum indício concreto...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, o senhor confirma essa conversa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

... que não havia nenhum indício de violência concreto, certo? Já, logo depois, na manhã seguinte, nós já identificamos o aumento dos ônibus e nós conversamos normalmente por zap. Mas essa foi a última conversa telefônica.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O que de fato o senhor informou para o General?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu passei para ele que nós continuávamos monitorando a movimentação para Brasília; que, até aquele momento, a movimentação para Brasília constava de cinquenta e poucos ônibus, segundo a ANTT nos havia informado – isso no dia 6, certo? Isso é na sexta-feira –; que a ANTT havia nos passado 53 ônibus; e que, até aquele momento, essa era a informação que nós tínhamos. Nós ainda não tínhamos nada concreto sobre o grande número que seria identificado apenas no dia seguinte.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Alguma coisa está muito confusa nessa história e logo, logo teremos a oportunidade de ouvir aqui o G. Dias, ex-GSI do Lula – que fique claro –, mas, lá na CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ele afirmou também que não recebeu nenhum alerta da Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu vou repetir o que eu falei aqui.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu encaminhei pessoalmente, do meu telefone celular, diversos alertas para o General G. Dias – diversos. E já coloquei aqui o meu sigilo à disposição.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Bom, Presidente, o que o Brasil está vendo é que tem alguém mentindo nessa história. Diante de uma CPMI, isso é um ato muito grave.

Mas, só continuando aqui o meu questionamento, como é de conhecimento de todos, a Polícia Federal enviou ao Ministério da Justiça, ao Ministro da Justiça, Flávio Dino, um ofício – que são os documentos 4, 5 e 6 em anexo – informando, com base nos alertas recebidos da Abin, sobre os riscos e a necessidade de aumento efetivo das forças de segurança no dia 8. Mais uma vez, volto a dizer, quando ouvido na CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal, G. Dias afirmou que nunca tomou conhecimento dessa solicitação, levando a crer que, dentro do novo Governo, não havia uma mínima comunicação entre o Ministério da Justiça, Flávio Dino, e o GSI, G. Dias.

Sr. Saulo, o senhor sabe ou ouviu dizer se essa falta de comunicação pode ser de algum modo fruto de uma sabotagem, talvez – aí eu estou perguntando se o senhor pode emitir a sua opinião ou responder de fato, concreto –, se existe alguma sabotagem arquitetada pelo Ministro da Justiça para achincalhar o GSI, tendo em vista a enorme relevância e prestígio que o Almirante adquiriu na gestão do General Heleno e do Governo do Presidente Bolsonaro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, Deputado, não posso afirmar isso, não tenho nenhuma opinião sobre esse fato.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor acha ou ouviu dizer que Flávio Dino queria diminuir ou tomar o GSI de alguma maneira?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nunca ouvi dizer isso, absolutamente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Em algum momento, o senhor vislumbrou ou ouviu dizer que Flávio Dino tinha interesse na Abin, nas secretarias ou em algum outro órgão do GSI?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nunca.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, eu faço essas perguntas porque tudo o que aconteceu desde o início dessa CPMI é muito estranho. Parece que na tomada de decisão da parte



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciária houve lados. Ouvimos aqui, nesta CPMI, um coronel da Polícia Militar, daqui do Distrito Federal, que saiu em luta corporal com vândalos naquele 8 de janeiro; foi preso. Pelo que eu sei, continua. E ninguém sabe sequer o motivo. Ele estava de férias, mas, mesmo assim, ele voltou, retornou e fez, combateu os vândalos. Está preso. Quem estava servindo água para os vândalos está solto, não é investigado, não é sequer denunciado.

O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que tinha o mesmo período de tempo de trabalho que o Ministro do GSI do Lula – inclusive esse secretário também estava de férias – foi preso, está hoje ainda sem a sua liberdade. Não é porque ele está em casa que ele está livre. Não, está sendo monitorado, está sendo acompanhado. Não tem a sua liberdade. Quem estava servindo água para manifestantes, aliás, vândalos, não é denunciado.

Parece que o que ouvimos aqui desde o começo está muito claro. Tem o lado dos poderosos – esses, sim, são intocáveis – e tem o lado dos que estão levando a culpa. A gente escuta aqui toda hora: "A invasão dos bolsonaristas... A invasão dos bolsonaristas... A invasão dos bolsonaristas...". Os tais bolsonaristas de que vocês tanto falam foram presos, estão presos. E só tem esse lado na história?

Vocês querem o quê? Prender novamente quem vocês já prenderam? Esta CPMI aqui não vai alargar a investigação? Nós não vamos buscar quem se beneficiou com essas invasões?

Até hoje ainda tem gente presa. São sete meses – sete meses! Tem gente com prisão preventiva – sete meses! E a gente não está vendo aqui, por parte principalmente da relatoria desta Comissão, uma tentativa de buscar e entender o porquê que isso tudo aconteceu, o que está por trás disso tudo. Mudança no Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal aconteceu. Pegaram ali um ou dois cabeças do Governo Lula e estão fritando. Está perceptível. Estão escolhendo aqueles que eles vão decepar a cabeça.

Por que até um tempo atrás o Governo defendia tanto o G. Dias? Abraçou tanto o G. Dias? Abraçou tanto todos os órgãos do Governo? Hoje escantearam e parece que estão querendo achar um culpado para não culpar alguém maior. O povo brasileiro está acompanhando as informações que estão chegando. O G. Dias, ele mesmo, a pessoa, a figura, General Gonçalves Dias, ex-Ministro do GSI, foi quem pediu para tirar o nome dele do relatório.

Saiu no *Metrópoles*, e aqui eu estou citando a imprensa, que o Governo ignorou o plano de defesa no Palácio do Planalto, ignorou o Plano Escudo, o plano de defesa – ignorou.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A viagem de Lula a Araraquara só foi planejada no dia 7 de janeiro, um dia antes dos ataques.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vai a Comissão e pede as imagens do Ministério da Justiça. Vem o Ministro da Justiça debochando da cara de todos os Senadores e Deputados que aqui estão e simplesmente nega as imagens.

Quem, participante, aliado ou próximo ao Governo foi preso pelo STF? Quem? Nenhuma figura sequer. Nenhuma figura sequer. A impressão que temos, e eu repito, é que temos aqui dois lados: o lado dos intocáveis, dos poderosos, e o lado dos que estão carregando toda a culpa.

Sr. Presidente, a minha solidariedade a todos aqueles que continuam presos injustamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento o depoente e seus advogados.

Em primeiro lugar, Presidente, me parece que aqui há um desejo imenso de achar algum crime no Ministro da Justiça, no Ministro Flávio Dino. Esse é um desejo, mas as teses chegam ao limiar da infantilidade, porque, sinceramente, imaginar que o Presidente da República viajou para que o próprio Palácio do Planalto dele fosse agredido, para autorizar uma invasão, um golpe no seu Governo... Imaginar que não houve uma ação do Ministro Flávio Dino...

O Ministro Flávio Dino, primeiro, não é um ditador, ele foi o Ministro que mais compareceu à Câmara dos Deputados. E ele tomou a atitude que tinha que tomar.

Quem faz policiamento ostensivo é a Polícia Militar, não é o GSI, não é o Plano Escudo, não é a Polícia Federal e nem é a PRF. Quem faz o policiamento ostensivo é a Polícia Militar, e ele fez várias demandas ao Governador do Distrito Federal...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos fazer silêncio aqui para ouvirmos a palavra da Deputada, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... e tem provas e documentos e ofícios aqui do Ministro Flávio Dino demandando o Governador, a Polícia Militar do DF e a Secretaria de Segurança Pública para agirem, para que não houvesse exatamente o que aconteceu, porque, até chegar ao Palácio do Planalto, quem segura é a Polícia Militar. Depois que estão ali 4 mil pessoas contra a Guarda Presidencial, não tem como segurar, tem que segurar antes.

E eu acho que nós estamos perdendo aqui o foco do que eu acho mais importante dos relatórios da Abin que é exatamente a detecção dos financiadores. O relatório da Abin é preciso nisso e cita aqui, inclusive, nomes de empresários que aqui estão – todo mundo teve acesso aos documentos que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram à CPMI –, de pessoas que são dirigentes das principais associações garimpeiras no país: Roberto Katsuda e Enric Laureano, além de outros tantos. E mostra também que a participação de grupos econômicos no 8 de janeiro são os mesmos que vieram e financiaram as manifestações de apoio a Bolsonaro em novembro e dezembro de 2022. Isso está no relatório!

Dizer que o golpe foi feito por nós que somos do Governo Lula? Estão aí os mesmos grupos econômicos financiando as manifestações contra as eleições, contra as urnas eletrônicas e a favor de Bolsonaro. Quando teve um milhão na rua, é que eles ainda tinham a ilusão de ganhar a eleição. Só que perderam! Aceitem que dói menos: perderam a eleição.

E, dentre essas questões aqui do financiamento, Presidente, eu quero compartilhar com a CPMI algo muito grave – muito grave – que nós achamos em meio a mil *e-mails* que chegaram à esta CPMI: no dia 27 de outubro – entre os ajudantes de ordem, *e-mails*, comunicados seguindo ordem do Sr. Mauro Cid –, foi guardado no cofre grande um envelope contendo pedras preciosas para o Presidente e uma caixa de pedras preciosas para a Primeira-Dama, recebidos em Teófilo Otoni, ou seja, na campanha, em 26/10/2022, lá em Minas Gerais, na sua terra. Essas pedras nunca foram registradas nem como presente ao Presidente da República e à Primeira-Dama, nem em lugar nenhum. Nós fomos olhar as 46 páginas dos 1.055 presentes recebidos pelo Presidente e pela Primeira-Dama e não constam essas pedras preciosas. E aqui foi dito... "Mauro Cid mandou dizer: as pedras não devem ser cadastradas [está no *e-mail*] e devem ser entregues em mãos para o Mauro Cid".

Isso aqui faz parte da nossa investigação sobre o financiamento do golpe, porque isso aqui vem de onde? De onde vêm essas pedras preciosas, se não do garimpo ilegal? De onde vêm as pedras preciosas que não são cadastradas pelo Presidente da República? Isso faz parte da investigação.

Por isso, eu requeri aqui a quebra de sigilo da Sra. Michelle; para a do Sr. Bolsonaro já tem requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou falando da CPMI.

E também da convocação da Sra. Michelle, do Sr. Bolsonaro e de alguns ajudantes de ordem que não sejam apenas o Mauro Cid, de quem, aliás, eu requeri o retorno, porque, depois do relatório do Coaf, ficou muito grave a situação dele, pelo tanto de movimentação financeira que ele faz, ganhando o salário que ganha.

Então, a primeira pergunta que eu dirijo a V. Sa. é se tem alguma informação da inteligência sobre o circuito dessas pedras, se houve avaliação de para onde foi, onde foi parar, valor e o que foi feito disso em relação ao financiamento do golpe de 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Deputada, não sei lhe informar. Como eu disse, eu fiquei lá entre janeiro e fevereiro. Não posso afirmar que temos informações a partir dessa época. Enquanto eu estava lá, não havia, eu, pelo menos, não recebi nenhuma informação sobre esse assunto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, Presidente, o que eu quero requerer é que a gente aprove, ainda nesta semana, esse requerimento de RIFs, de quebra de sigilo, porque nós precisamos entender por onde passou, até porque há informação de uma movimentação de 720 mil na conta de Bolsonaro só em janeiro – só em janeiro. Então, é bom que a gente tenha essa informação.

Segundo, aqui eu também convoquei, do GSI, o Sr. Carlos José Russo Assumpção Penteado e Carlos Feitosa Rodrigues, que também estão aí. Por que eu fiz isso? Porque no relatório que foi... Numa matéria que foi divulgada pela *Folha de S.Paulo*... E eu não sei, isso deve ter vazado do Exército Brasileiro, porque o relatório é de lá, não chegou aqui, mas nessa matéria diz, o próprio inquérito policial militar do Exército Brasileiro diz que esses dois tinham a responsabilidade de agir pelo GSI – esses dois – e eram pessoas ainda do General Heleno que ainda estavam no GSI – eles dois são ligados ao General Heleno. Então, eu convoco aqui para a Comissão.

Essa matéria também sobre o inquérito policial militar diz que a grande omissão foi da Polícia Militar do GDF. Isso é o relatório do Exército – do Exército.

Então, é importante que a gente tenha isso. Por isso eles estão convocados.

Terceiro: eu faço uma pergunta a V. Sa., é a seguinte... Existe aqui, no relatório, dizendo o seguinte, que a comissão militar do Planalto descreve que solicitou, em 22 de dezembro, ou seja, dois dias antes da tentativa de explosão da bomba, que era necessário apurar, de forma mais adequada, "em face das manifestações políticas que ocorrem no acampamento instalado na área contígua ao QG do Exército e adjacências, com medidas de disciplinamento que se mostrem necessárias para prevenir, combater atos criminosos eventualmente flagrados naquele local, [...] porte ilegal de armamentos, de explosivos e outros artefatos passíveis de causar danos à vida e ao patrimônio".

Se foi é do dia 22, e essa tentativa foi em 24, eu pergunto: a Abin recebeu algum relatório de inteligência do Exército?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nós não recebemos nenhum relatório de inteligência relativo ao acampamento em frente ao QG do Exército de nenhum órgão federal, pelo menos no período em que eu estive lá.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ou seja, é uma confirmação que agrava a situação, porque, nesse QG, segundo a Polícia Militar, toda vez que eles tentavam desfazer o acampamento, quem estava lá, do Exército, não permitia, e não chegou nenhum relatório de inteligência, sabendo que isto aqui existia dentro do acampamento: porte ilegal de arma, artefatos explosivos, etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Presidente – eu tenho 1 minuto e 42 –, eu quero perguntar uma coisa que eu acho extremamente importante: eu tive, nós tivemos a informação de que, em 2018, foi feita uma análise de risco relativa ao Palácio do Planalto – em 2018 – e que a Abin produziu essa análise de risco. Então, eu pergunto se o senhor conhece essa análise de risco da Abin de 2018.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu tenho conhecimento de que ela existe. Não sei do conteúdo dela. Possivelmente, é um relatório de avaliação de análise de risco.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Do Palácio do Planalto.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Efetivamente. Eu sei que ele existe, mas eu não tenho conhecimento...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não teve conhecimento do conteúdo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... do conteúdo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E, de 2018 para cá...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... sabe se alguma medida foi sugerida pela Abin para superação desse risco? Alguma foi colocada em prática?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – As medidas, se elas forem sugeridas, normalmente constam no relatório. Hoje, no nosso relatório de avaliação de risco, eles fazem um diagnóstico da situação e sugerem várias medidas. Eu não tenho conhecimento do conteúdo do relatório, mas possivelmente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está certo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... esse relatório contém sugestões. Não sei se foram implementadas, não respondo pela segurança do Palácio.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Porque aqui estão preocupados em apurar uma omissão de quatro dias, e teve uma omissão de quatro anos no ex-Governo em relação às medidas de proteção de risco do Palácio do Planalto.

E, por fim, Presidente – eu só tenho 23 segundos –, vou dizer o seguinte: aqui, no relatório de difusão da Abin, tem a Secretaria de Inteligência da Segurança Pública, tem o Exército Brasileiro, tem a PM e tem a Secretaria de Segurança Pública, e botaram os policiais de sobreaviso, não de prontidão.

Vocês tiveram informação de que isso seria feito?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Como eu disse, eu não sei exatamente de que relatório a senhora está falando...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Este.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... porque eu não tive mais acesso. Agora, se a difusão está aí, efetivamente eles foram encaminhados para esses órgãos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, Presidente, está claro aqui de onde partiu a omissão, na minha opinião, e quero aqui dizer o General G. Dias já foi exonerado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O General G. Dias já foi exonerado pelo Presidente Lula. É importante só lembrar que ele foi exonerado pelo Presidente Lula.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Vamos agora ouvir o último orador da manhã e, em seguida, vamos fazer um receso de uma hora para o almoço.

Eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Isso é uma convocação à minha brevidade, não é, Presidente? "Olhe, só vamos almoçar depois dele." *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Entre a palavra de V. Exa. e o almoço, eu tenho certeza de que este Colegiado preferirá a palavra de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Pediria a permissão para fazer a apresentação de um pequeno visual; não tem áudio, não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É o roteiro da minha intervenção.

Aproveito este momento, Presidente, para louvar a sua atitude no início da nossa reunião, serena, firme, como deve ser.

Quero cumprimentar o Sr. Saulo, que eu não conhecia, e dizer, como cidadão, que o senhor é um servidor público com consciência do seu dever e da sua responsabilidade pela forma como – aliás, já foi salientada – quando aqui se conduziu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o que eu quero trazer aqui, Presidente, não deixa de ser uma celebração. Esse – antigamente se dizia – eslaide que eu vou apresentar seria apresentado no dia 6 de junho, dia do desembarque teoricamente da liberdade da Europa, e V. Exa., eu sei que contrafeito, me impediu.

Primeiro, eu quero homenagear um amigo nosso, Joaci Góes, na p. 111 do livro *Esquerdas e Direitas – a Superioridade da Sociedade Aberta*, que tem a seguinte citação: "*Sapere aude*". Que quer dizer isso? Ousar saber. É preciso ter coragem; Kajuru, é preciso ter coragem para querer saber o que tem lá dentro. E hoje nós estamos praticando o primeiro gesto de ousadia para saber, com a sua presença aqui.

Quero fazer aqui alguns esclarecimentos, inclusive, com a ajuda do meu eslaide, ficaria mais fácil. Há algum problema?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Pode projetar o (*Fora do microfone.*) eslaide aí solicitado pelo Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Por favor.

Eu quero me referir àqueles três quadrinhos da parte de baixo. Olhe aí o nosso Joaci Góes lá em cima, o livro: *Esquerdas e Direitas – a Superioridade das Sociedades Abertas*. É a supremacia que nós estamos vivendo aqui. Determinar o cumprimento de uma medida da CPMI, só a sociedade aberta pode chegar a ter – democracia.

Então, veja lá, Dr. Saulo, tem o Relatório 1, que é aquele que o senhor enviou para o GSI, que encaminhou à CCAI, que eu presidia. Onde estão aquelas alterações, digamos?

Onze mensagens encaminhadas ao GSI, das quais foi retirado o nome GSI 11 vezes.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – O nome do ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Não, o ministro... Aliás, só o... Está lá escrito: GSI.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, tem mensagens encaminhadas ao... Perdão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Encaminha ao ministro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso, ao ministro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E quatro mensagens a ele encaminhadas, que também foram suprimidas.

Depois vem o Relatório 2, que não foi mandado de graça pelo seu sucessor, que é um homem competente – competente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele mandou isso aqui porque a Procuradoria do Distrito Federal tentou obter o relatório e não conseguiu, foi negado. Recorreram à PGR, a PGR recorreu ao Alexandre de Moraes, que usou o mesmo argumento para dizer o seguinte, e essa é a minha pergunta: quem é que apôs sobre os Relatórios 1 e 2 o caráter de sigilo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O caráter de sigilo saiu da Abin com ele, não foi encaminhado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Do primeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Tanto do primeiro quanto, se eu não me engano, do segundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O seu sucessor disse que não. Isso está escrito no seu depoimento lá na CCAI, mas o número 3 vai lhe permitir corrigir uma resposta sua.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É a lista dos responsáveis pelas caixas postais.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A lista... Eu chamo de caixa postal para todo mundo entender.

Tem os nomes, por exemplo, dos dois responsáveis no Supremo Tribunal Federal, tem os nomes dos responsáveis no TSE e tem os nomes dos responsáveis no Ministério da Justiça. E vou dizer mais: um dos responsáveis é soldado, e está lá escrito do AM.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Amazonas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E é mesmo, não é do MA. Houve até uma controvérsia quando chegou essa relação. Não é do Maranhão, é do Amazonas.

Então, tem a relação, mais de 80 responsáveis. Essa eu acho que até eu defenderia que fosse reservada, porque tem os nomes das pessoas, e eu acho que aí há um excesso. Agora, todos têm um responsável a quem o ministro, se não recebeu, poderia recorrer. É mais subordinado a ele do que o Diretor da Polícia Federal. Portanto, que isso conste.

Nós temos três documentos que não têm mais sigilo. Este terceiro eu até acho que deve ter reserva. E eu trago o cabeçalho, sob responsabilidade minha aqui: este relatório contém mensagens. E hoje é público notório que contém mensagens. E uma delas foi lida para mim, é a mensagem capital: "6 de janeiro, 19h40, o Congresso Nacional vai ser invadido, e os outros prédios da Esplanada também" – 6 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até já comparei com a Semana Santa. Jesus Cristo morreu, mais ou menos, a essa hora e a ressurreição foi num domingo, às 8h da manhã. Às 8h da manhã, foi o horário em que o senhor conversou, por Whatsapp, com o ministro. E, à 1h, conversou pessoalmente, pelo que eu escutei certo.

Então, esta ocorrência, 6 de janeiro até, é mais prolongada do que a Páscoa – tchê! E, agora, nós temos internet, temos presteza. E o Plano Escudo, para quem não sabe, foi atualizado, sim. Ele prevê que, em 25 minutos, você bota o batalhão para proteger o Palácio do Planalto.

Vou repetir: é desídia pura. Eu não chego a dizer que é premeditada. Não chego a dizer isso, mas é tão escancarada que todas as especulações são válidas. E há uma pergunta do direito que ajuda: *quid prodest?* A quem isso beneficia? Isso foi de proveito para quem? Alguém sabe?

Portanto, é justo que, junto com esse pasmo que todos nós temos, se cogitem sobre hipóteses.

E, finalmente, quero fazer justiça ao Presidente Lula pela sua frase na entrevista no dia 12 de janeiro de 2023: "Alguém abriu a porta". Essa frase é dele, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, hoje, com a sua presença aqui, com a demonstração de espírito público de um servidor público, nós começamos... Não é supere – eu quero até corrigir –, é *sapere aude*, em homenagem ao Joaci Góes. Ele não me perdoaria se eu colocasse aqui a expressão errada em latim. Hoje, nós estamos ousando conhecer aquilo que nós não conhecíamos. Muita gente sabia.

Eu não quero anistiar vândalos, nem qualquer outra designação que se dê, mas anistiar e se omitir diante dessa escandalosa omissão que, no Código Penal, é tão grave quanto o crime, quanto à autoria – não é assim, Marcos Rogério? Porque é de se ficar tanso.

Nós temos o Sistema Brasileiro de Inteligência. Olhe, é uma lei de 1999 de que eu me orgulho. Temos uma agência formada por profissionais... Os que eu conheço, não tenho reparos a fazer. Todos têm demonstrado espírito público e consciência de que são uma organização a serviço do Brasil. Então, para falhar, tendo o Plano Escudo...

Vocês lembram, na época da cassação da Presidente Dilma, que a Esplanada foi dividida longitudinalmente, um lado para um lado, o outro lado, para o outro. Isso é o que faz parte do Plano Escudo, porque nós estamos aí em 2016. De lá para cá, ele foi aperfeiçoado e tem essa capacidade de mobilização, que... Quantos... O movimento foi de quantas pessoas de fora, 4 mil, 3,5 mil? A capacidade de mobilização é maior do que essa, incluindo... E é com isso que eu concluo a minha pergunta: onde é que estava a Força Nacional? Será que tem alguma imagem que vai nos dizer qual foi a movimentação da Força Nacional?

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Então, essa é a minha última pergunta,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao sigilo já sabemos, o WhatsApp parece que está sendo usado ainda hoje para mensagens...

Aliás, só o Brasil e a Índia usam. Os maiores usuários de WhatsApp são a Índia, obviamente, e o segundo do mundo é o Brasil. Eu aprendi isso na CPI dos Crimes Cibernéticos, presidida pela Deputada Mariana Carvalho.

E faço essa pergunta: onde é que estava a Força Nacional?

Por favor, muito obrigado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senador, não sei lhe informar. *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Então, nós temos... Com isso, eu encerro a sua pergunta e digo que nós temos a quem perguntar.

O senhor sabe que...

O senhor, Presidente, sabe que nós temos que perguntar.

A Senadora Eliziane também sabe a quem nós devemos perguntar.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, o Senador fez referência ao meu nome.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não foi...

Não posso...

Mas é até para ajudar na informação.

É só uma questão de informação, porque, na verdade, o Ministério da Justiça, o Ministro Flávio Dino fez o encaminhamento do Ofício, inclusive solicitei agora, nº 7, solicitando a Força Nacional, e o Governador do DF deveria deferir ou não, porque a Força Nacional só pode agir se o Governador do estado deferir, aceitar. O que não foi, na verdade, retornado por parte do Governo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas ela estava ali no Ministério da Justiça.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, é só informação, não é defesa, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A sessão está suspensa por uma hora, às 14h30 retomaremos o nosso trabalho.

(Suspensa às 13 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 06 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço o silêncio de todos para retomarmos os nossos trabalhos, passando a palavra à primeira oradora inscrita na sequência, a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Boa tarde, companheiras, companheiros.

Primeiro, agradecer ao Saulo Moura da Cunha por vir não só prestar esclarecimentos, mas também ajudar na investigação que esta CPMI tem feito. Isso mostra não só um gesto profissional, mas também um gesto patriótico de entender a importância de combater qualquer atitude extremista que coloque em xeque a democracia no país e a ordem instaurada. Por isso, agradeço pela transparência, pela lisura e pela seriedade nas respostas, como também agradeço pelos trabalhos que o senhor exerceu no Brasil, contribuindo para a inteligência nacional. Então, profissionais como o senhor têm que ser reconhecidos.

A gente sabe que o bolsonarismo deixou de ser um movimento político eleitoral e tem se transformado num movimento terrorista. Provas sobram.

Nós tivemos uma bomba colocada no Aeroporto de Brasília, invasão e destruição de parte dos prédios dos Três Poderes, uma tentativa de golpe de Estado. Então, nós estamos à frente de algo sério, porque, para o bolsonarismo, não basta a violência simbólica; para o bolsonarismo, não basta mais a violência discursiva; agora, é necessária a violência física. Basta ver o que aconteceu, por exemplo, com o filho do Alexandre de Moraes, do Ministro Alexandre de Moraes no Aeroporto de Roma.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Ou seja, o simbólico, o discursivo é pouco.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – A violência agora tem que ser...

Presidente, peço, por favor...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Por favor, Deputada, continue.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – A violência não é só simbólica, também ela é material.

E aí, Sr. Saulo, a pergunta que lhe faço inicialmente é porque está claro que houve uma cronologia na arquitetura de tentativa de golpe no Brasil: no dia 30 de outubro, setores da Polícia Rodoviária Federal tentaram impedir que eleitores do Nordeste votassem no Lula; no dia 31 de outubro, estradas são bloqueadas por bolsonaristas, questionando o resultado da eleição; no dia 4 de novembro, manifestações na porta dos quartéis; no dia 12 de dezembro, dia da diplomação do Lula, queimaram ônibus aqui em Brasília; no dia 24 de dezembro, uma bomba é colocada no Aeroporto de Brasília, o que poderia ocasionar o maior atentado terrorista não só do Brasil, mas da história internacional; e, no dia 8 de janeiro, depredação dos prédios públicos, destruição de parte desses prédios e de obras de arte, como a de Di Cavalcanti, em marcas típicas de grupos não só extremistas, mas alinhados ideológica e politicamente com o nazismo.

A pergunta que lhe faço, Sr. Saulo, é se o senhor, que tanto contribuiu pela inteligência nacional e tem uma experiência, uma *expertise*; se o senhor, no período em que esteve na Abin, conseguiu ver alguma relação entre essa sucessão de fatos violentos que precederam o dia 8; se eles poderiam ser, de certo modo, uma engrenagem que alimentaria o dia 8; se o senhor vê uma relação nesses fatos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Deputada, eu não posso entrar... Nós encaminhamos aqui uma série de relatórios que estão à disposição da CPMI. Esses relatórios... Vou falar superficialmente porque eles estão sob sigilo, mas obviamente eles enxergam uma sucessão de fatos, certo? Não são fatos isolados. Esses relatórios foram encaminhados não só aqui à CPMI, como também foram encaminhados à Polícia Federal, que faz e está conduzindo o inquérito sobre esses atos extremistas. Mas eu acho que o encaminhamento dos fatos é significativo, certo? Mas eu não posso aqui, por sigilo funcional, entrar em detalhes sobre os nomes que estão no relatório, sobre... A nossa Exma. Relatora aqui falou de entidades.

Mas os relatórios são técnicos, eu queria ressaltar isso. A Abin faz relatórios técnicos. Esses relatórios passam por toda uma linha de análise; eles são checados. Então, o que nós temos foi absolutamente repassado para esta CPMI.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.

Um outro questionamento. O senhor está na Abin desde 1999 e, nesse percurso profissional, o senhor já foi diretor do departamento contra terrorismo. A pergunta que lhe faço é se o senhor vê que os métodos utilizados pelos manifestantes, a forma como eles se dividiram, se organizaram para invadir estrategicamente os três Poderes e a forma como eles entraram nos prédios, o senhor acha que esse método ou a forma como eles adotaram foi algo espontâneo, aleatório? Ou há traços ali, que merecem ser investigados, de que havia uma estratégia de como invadir esses prédios?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu posso falar pelos dois meses que eu estive lá. Então, na verdade, certo, mais uma vez os relatórios foram encaminhados, e parece que há uma certa organização, pelo menos de parte – já mais uma vez eu vou ressaltar – de grupos que ali estavam e eram extremistas, estavam organizados. Houve discursos, houve uma incitação à violência. Não parece algo espontâneo.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.

Essa posição é muito importante do senhor, vindo de um posicionamento técnico e não político. Porque o bolsonarismo aqui na CPMI tem usado o método que eles têm adotado nos últimos anos no Brasil, que é tentar criar uma realidade paralela no país. Então, aqui é o discurso de que quem invadiu os três Poderes eram senhoras nacionalistas sem poder nenhum bélico ou de organização, foi algo esporádico – uma manifestação nacionalista que destrói, por exemplo, uma tela do Di Cavalcanti, o maior pintor nacional. Então essa posição é muito importante.

Uma outra pergunta que tenho é se o senhor tem e pode passar informações sobre a participação de grupos extremistas, como o Ucrâniza Brasil – que é o movimento, ao que tudo aponta, ligado às células neonazistas, Ucrâniza Brasil – e o Movimento Brasil Verde Amarelo, na organização, planejamento e financiamento do dia 8 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso lhe dar essa informação, em questão do sigilo funcional, mas, se eu não me engano, a Abin repassou aqui para esta Comissão relatórios que – não estou falando especificamente se abordam o Ucrâniza Brasil e esse movimento ou fazem relação – abordam esse tema. Mas eu não posso discutir isso com a senhora agora, por uma questão de sigilo funcional. Mas os relatórios foram disponibilizados.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

E, só por uma questão didática, esse movimento Ucrâniza Brasil, que estava aqui, carregava símbolos em alusão ao que aconteceu na Ucrânia, de movimentos ligados ao neonazismo. Então, o que está em debate aqui não é algo de senhoras nacionalistas, que nós respeitamos, mas sim de grupos organizados que tinham o objetivo de instaurar o caos e com isso golpear o Brasil, não é?

E a última pergunta: o senhor acredita que havia risco real da atuação de servidores civis ou militares insatisfeitos com o resultado das eleições que estariam utilizando a estrutura do Governo para auxiliar os manifestantes?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não tenho essa informação, não posso lhe afirmar.

(Soa a campainha.)

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Satisfeita, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu vou iniciar fazendo uma correção, porque fiz uma afirmação, depois o Senador Marcos Rogério disse que era *fake news* de minha parte. O Coaf realmente estava e está no Banco Central, portanto veio do Banco Central – aliás, Banco Central cujo Presidente é um bolsonarista, então não há nada de dados que foram no Banco Central possibilitados de serem arrumados. Então, Marcos Rogério, como a tal medida provisória não foi aprovada, ela caducou. Então, realmente, essa é a informação que vale.

Agora, eu não sei o motivo pelo qual querem censurar o Coaf. Ainda bem que o Presidente não deu guarida à questão de ordem apresentada, porque realmente não se pode censurar dados do Coaf. Eu não sei se é por causa de R\$1,7 milhão... R\$17 milhões – eu falo R\$1,7 milhão porque já acho muito; R\$17 milhões – de Pix que nós vamos ter que conferir realmente se não tem ali quem fornece esses recursos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Depende de quem fornece. Às vezes são membros de CACs, às vezes são membros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É, mas podem ter sido neonazistas, sei lá. Vamos ver quem. Podem ser golpistas... Então, este é que é talvez o medo, porque estão com medo de o Coaf fornecer alguma coisa que era da conta do Mauro Cid. Mas esse é só um dado que eu queria colocar.

Por falar em *fake news*, Senador Marcos Rogério, *fake news* foi a do Senador Magno Malta, dizendo que quem quebrou o relógio aqui foi o MST. Neste caso, eu vou até, Presidente, comunicar a vocês que estou convocando aqui o Sr. Antônio Cláudio Alves Ferreira, que é quem quebrou o relógio. O relógio foi um presente de Luís XIV, Rei da França, para Dom João VI. Então, eu quero que esse Antônio Cláudio Alves Ferreira venha aqui. Ele é de Uberlândia, bolsonarista, estava com a camisa do Bolsonaro...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Podemos aprovar por acordo, Presidente? Aclamação. Está aprovado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu peço a V. Exa. mais cinco minutos para eu recomeçar. Eu não dei a palavra a ele. Não tem condições. Quanto tempo eu tenho, Presidente? Isso vai ficar assim? Vai virar chacota, brincadeira?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas eu pedi a V. Exa. que pusesse ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aos Deputados que a gente ouça aqui com tranquilidade, para não tumultuar o trabalho, porque, toda vez que alguém interrompe, o Deputado tem direito a mais um minuto.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Alguém da esquerda. Ninguém da direita foi interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputado, essa coisa acontece dos dois lados infelizmente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não; não, senhor, Presidente. V. Exa. que parece que tem lado, porque nós não interrompemos nenhuma vez.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Presidente, o senhor é testemunha...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nenhuma vez. V. Exa. é que tem lado.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – ... se existe um Parlamentar aqui que nunca debochou, que nunca aplaudiu, nunca vaiou, fala de nenhum colega, sou eu.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nem eu, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Eu fico calado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E nem eu.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Eu fico calado, ouço...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agora, toda vez eu sou interrompido.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Eu acho que todos deveriam fazer o mesmo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E V. Exa. não reconsidera.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, V. Exa. tem dois pesos e duas medidas aqui. É uma crítica que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não fale isso de mim. V. Exa. não está sendo justo comigo, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É verdade. Tenho que falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não está sendo justo comigo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, V. Exa. coloque ordem e recomponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já lhe restitui o tempo, Deputado. Por favor, continue...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, olhe lá: seis minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Continue, Deputado, sua fala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, eu quero o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. já tem...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Dá dez minutos, Presidente, e pronto. Deu de drama, senão ele vai começar a chorar e vai ficar feio aí, Presidente. Dá dez minutos e pronto.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, se ele não quer falar, vai para o próximo orador, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu vou pedir para V. Exas. pararem de interromper aqui o Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, mas já deu dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque, senão, a gente vai ficar aqui o tempo inteiro com esta situação: o Deputado pedindo o tempo, porque está sendo interrompido; a Mesa tendo que dar o tempo; e a sessão vai virar essa coisa que não vai para frente.

Então, realmente, é muito desagradável isso.

Por favor, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Peço que recomponha novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu já lhe dei dois minutos a mais e não vou dar mais.

Por favor, continue.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, o senhor tem dois pesos e duas medidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É, está certo, Deputado. Julgue como o senhor quiser.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Julgo porque é verdade, é fato. Eu vou pegar uma hora e o senhor vai ver como o senhor atua em relação a uns e outros aqui. Isso não tem condições, questão de ordem e tudo. Ora, sinceramente, não tem condições de o Presidente funcionar dessa forma. O Presidente não pode ter lado.

Não é verdade que aqui alguém da esquerda interrompeu nem um minuto – nem um minuto. E V. Exa. vira e participa da chacota que eles fazem aqui.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, só por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir a V. Exa. que faça essa questão de ordem... Para o Deputado Rogério Correia não interromper e concluir o discurso.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu peço a V. Exa. que recomponha o meu tempo, porque não tem condições de trabalhar assim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Pela ordem.) – Só para uma questão aqui. Além do que é falado no microfone, Sr. Presidente, os demais Parlamentares falam fora do microfone e tentam atrapalhar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso eu não posso... Isso eu não tenho como ouvir, Deputado. Eu não tenho como ouvir.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas eu estou aqui, na mesma distância que V. Exa., e a gente consegue ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não estou dando a questão de ordem a V. Exa. Eu peço que o Deputado Rogério Correia continue a sua fala.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pode recompor?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aí, sim, agora eu vou ter que dar mais um minuto ao Deputado Rogério Correia por conta da interrupção do Deputado Duarte.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu dizia então que *fake news* fez o Senador Magno Malta, que disse que quem quebrou o relógio, que foi um presente do rei da França Luís XIV para D. João VI... Aliás, uma peça belíssima. Foi quebrada por um bolsonarista vestido com a camisa de Bolsonaro. Quebrou o relógio. Esse sujeito tem que vir aqui, porque ele virou um certo símbolo do terrorismo bolsonarista aqui dentro do Congresso Nacional. Então, eu vou fazer a convocação dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu queria dizer também o seguinte: Minas Gerais está ficando aqui em bocas de Matilde. Nós já fomos aqui hoje agraciados com Teófilo Otoni, que parece que o ex-Presidente Jair Bolsonaro recebeu joias e não fez declaração nenhuma. Já tem que investigar isso que aconteceu em Teófilo Otoni. E agora esse de Uberlândia, que quebrou os relógios, também de Uberlândia. Mas que o pessoal não se assuste, que isso são dois exemplos de bolsonaristas mineiros que nada têm a ver com um bom povo mineiro.

Presidente, o Sr. Saulo terminou aqui com uma pergunta do Senador Esperidião Amin fazendo aqui uma risada, no sentido de quando se perguntou onde estava a Força Nacional. E eu também pensei em rir naquele momento. Onde estava a Força Nacional? Mas rir de nervoso. Porque a pergunta que fica é: por que o Governador Ibaneis não convocou? O senhor sabe que quem tem que convocar, pedir a convocação da Força Nacional, é o Governo do Estado. O senhor sabe disso. Não, é o Governo do Estado quem tem que fazer o pedido. E o Ministro Dino chegou a oferecer, e sabe quando que o Ibaneis respondeu a isso? Dia 8 à noite, depois de tudo quebrado.

Então eu também estou convocando o Governador Ibaneis, porque ele tem que vir aqui esclarecer por que ele não quis a Força de Segurança Nacional. E, aliás, por que o Secretário de Segurança do Distrito Federal, de que a secretaria estava à deriva, estava nos Estados Unidos, o senhor ex-Ministro Anderson Torres. Fica aí também um apelo a V. Exa. que possa marcar a data da vinda de Anderson Torres, porque essa, sim, é uma viagem estranha. Assume a Secretaria de Segurança e deixa tudo à deriva. E todas as argumentações que nós vamos ver são de que a polícia do Distrito Federal estava sem comando, porque o comandante principal, que era o Sr. Anderson Torres, não estava aqui. Não deixou também ninguém no lugar. E, portanto, evidentemente, nós teremos que ver.

Mas eu faço uma pergunta ao Sr. Saulo. Depois eu queria até elogiar o trabalho que vocês fizeram do relatório técnico a que eu tive acesso.

Mas, neste caso do G. Dias, o senhor relatou que ele próprio solicitou que o nome dele não estivesse nas informações – esqueci o nome técnico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nos relatórios de alertas, dos alertas.

Se ele tivesse, no relatório de alertas, em vez de solicitar isso ao senhor, não falasse nada, e o senhor encaminhasse o relatório, isso iria mudar alguma coisa no que tinha acontecido no momento?

Não, não é?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Acredito que não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mais uma vez, eu não vou fazer juízo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas é meio óbvio.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... sobre os motivos que o Ministro me solicitou aqui, certo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim. Mas eu estou abstraindo disso, estou dizendo: mudaria alguma coisa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nada, não é? Porque já tinha tudo acontecido.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não mudaria nada. O que vocês estão querendo ver é perfumaria.

Vamos tentar ir ao fundamental? O relatório estratégico, o senhor ajudou na composição dele. Esse, sim, o senhor disse que tem uma análise técnica. Foi muito bem-feita, eu li. Eram pessoas perigosas ou eram só senhoras que estavam aqui, que vocês colocaram no relatório, enroladas na bandeira do Brasil e rezando? Ou tinha pessoas perigosas, terroristas, radicais no relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Como eu lhe disse, eu não posso entrar em detalhes em relação a esse documento. Esse é um documento restrito e eu estou sob sigilo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor se lembra disso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas, se as pessoas constam nesse documento, é porque a Agência Brasileira de Inteligência vislumbrou alguma periculosidade neles. Indícios...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Financiamento... O senhor participou da construção do material. O senhor estava lá.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Indícios de periculosidade ou de financiamento.

O relatório é técnico. O Diretor da Abin não tem, inclusive, autoridade para mexer no relatório, certo? Isso é um impedimento legal. Então...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim. Mas ele consta... Você acha que o trabalho da Abin é sério? É técnico?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Com certeza, o trabalho é absolutamente técnico e apartidário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Apartidário, técnico e competente.

Então, veja bem, não mudaria nada o que o G. Dias fez ou não fez em relação ao nome dele estar ou não estar no relatório. Não estou defendendo. Se foi errado, ele terá que pagar e será punido. Mas não mudaria nada.

Agora, quem fez esse tipo de financiamento, colocou aqui pessoas perigosas, armadas, que é o que está no relatório, com bolas de ferro, barras de ferro, atacaram policiais, isso, com certeza, mudaria se eles não tivessem vindo aqui. Portanto, quem fez com que eles viessem aqui tem que pagar certamente por isso.

Lá consta garimpo ilegal. Se o garimpo ilegal não tivesse financiado os bolsonaristas para virem aqui, provavelmente nós não teríamos estes ônibus lotando Brasília, que foram pagos por eles. Se o Movimento Brasil Verde e Amarelo, o agronegócio fascista... Porque o agronegócio majoritário no Brasil não entrou nisso, mas o agronegócio fascista do movimento Brasil Amarelo entrou. Tem lá um capítulo desse movimento, que o senhor disse que é técnico, sério e apartidário. Financiaram ônibus, muitos. Se essa turma não tivesse financiado, não haveria o que aconteceu.

Os boinas vermelhas, está citado lá, vieram aqui, eram militares pró-golpe, militares principalmente do Exército, mas militares em geral pró-golpe. Está lá no documento da Abin.

Então, veja bem, olha o que a Abin nos disse depois: "Senador, não teria havido nada disso, com certeza, se esse pessoal não tivesse chegado aqui".

Torres de energia que foram depois e se tentou destruir, que a Abin descobriu antes e impediu – foi depois do dia 8, inclusive –, está lá no documento da Abin. Refinarias que eles tentaram ocupar também, a Abin chamou atenção disso. E a Abin chama a atenção, no final das contas, e diz o seguinte: "Queriam levar o caos para o país". Está lá no documento da Abin, Presidente: "Queriam levar o caos para o país. E, se o caos viesse, isso justificaria, portanto, uma intervenção de forças militares no Brasil, pelo caos". O documento da Abin diz isso, que é técnico, apartidário e competente. Então, alguém planejou isso, e não adianta vir com perfumaria: foi um pré-golpe.

Outra coisa que diz esse documento da Abin é que os mesmos que fizeram isso...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... também participaram do 7 de setembro de 2021, aquele em que Bolsonaro disse ao Ministro Alexandre de Moraes: "Chega!". Não vou nem falar o nome que ele falou. "Acabou!". E xingou o Ministro e disse que não mais respeitaria o Supremo. Os mesmos... Isso diz o documento da Abin, não sou eu, não. Leiam o documento da Abin. Aliás o Naime pediu muito que o lêssemos, o Coronel Naime. Esses mesmos que participaram, diz a Abin, muitos deles, no 7 de setembro de 2021, estavam planejando essa vinda no 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu chego à conclusão de que é evidente que é atrás disso que nós precisamos fazer verificação. Quem planejou tudo isso? Por que estava no telefone do Mauro Cid um documento de GLO, um passo a passo de decretação da Garantia da Lei e da Ordem? Houve uma tentativa de golpe no Brasil, que falhou, e os golpistas não poderão simplesmente ser anistiados. A CPMI tem que ir atrás dessas questões.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sr. Saulo Moura da Cunha, Drs. Marcelo e Leonardo, da defesa da nossa testemunha hoje...

Presidente, só uma questão preliminar muito rápida – e de por que eu insisto na importância disto – que é sobre os vazamentos das informações do Coaf que chegaram a esta Comissão. Eu queria pedir a atenção da assessoria de V. Exa. e da Mesa, que vai produzir o libelo para iniciar as investigações.

O requerimento aprovado do Senador Kajuru diz respeito apenas a Mauro Cid, escopo em transações internacionais no período compreendido entre 31 de outubro de 2022 até 31 de maio de 2023. Então, chegam as informações do Coaf sobre o Mauro Cid, e, em função de haver duas pessoas que estão autorizadas a movimentar a conta do ex-Presidente Bolsonaro, incluindo o Mauro Cid, se quebra também o sigilo da conta do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Isso é um fato. E são detalhadas aqui as coisas.

Segundo fato: as informações que chegam a esta CPMI são posteriores a essa data, no escopo do requerimento aqui aprovado, posteriores a 31 de maio de 2023, pegando até final de julho deste ano.

E, para concluir e agravar ainda mais, Sr. Presidente, para eu passar à oitiva do Sr. Saulo, eu tive a informação aqui agora de que Mauro Cid deixou de ter procuração para administrar as contas do Presidente Bolsonaro a partir do dia 1º de dezembro de 2022 – desde 1º de dezembro de 2022. Então, jamais o Coaf poderia acessar as contas do ex-Presidente Bolsonaro a partir dessa data, com o fundamento do requerimento que foi aprovado aqui de quebra de sigilo do Mauro Cid. É crime em cima de crime. Portanto, eu insisto com V. Exa. que algo tem que ser feito com relação ao Coaf, porque não dá para a gente ficar aprovando aqui mais um monte de requerimento de quebra de sigilo de Coaf, sem nem saber a fundamentação, por que ou em que período.

Eu estou com uma relação aqui que, se for verdade, Presidente... Votar em bloco um requerimento da Relatora de dezenas de quebras de sigilo de pessoas que não se sabe nem quem são, e a partir de 2019, inclusive – a partir de 2019! E vamos estar atentos, porque, pelo que eu estou vendo aqui, muito rapidamente, Sr. Presidente, diz respeito às pessoas, que eles estão querendo criar essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

narrativa aqui, financiadores do golpe, pessoas do agro fascista. Vamos tomar cuidado, porque, com certeza, a maioria esmagadora, se não todas as pessoas que fizeram essas doações ou alugaram ônibus jamais concordariam com o final que aconteceu no dia 8, de depredação de patrimônio. De boa-fé, poderiam estar acreditando que estavam ajudando, como fizeram em diversas outras manifestações pacíficas, democráticas, de apoio ao Presidente Bolsonaro. Não tinham nenhum compromisso com o desfecho que houve no dia 8.

E mais – para concluir essa parte –: temos que estar atentos se não tem gente aqui, trabalhando para colocar em evidência algumas empresas no intuito de causar um dano à sua imagem, um prejuízo à sua atividade e, por consequência, favorecer um concorrente. Então, vamos ter muito cuidado com o critério aqui, com lupa, caso a caso, de quem nós vamos autorizar a quebra de sigilo bancário.

Essa é a consideração que eu queria fazer, pedindo a atenção da sua assessoria, porque são vários os crimes aqui que, supostamente, foram cometidos, e nós temos que identificar não só por parte do Coaf, mas por parte de integrantes ou assessores de integrantes desta Comissão.

Dito isso, Presidente, eu quero também saudar aqui o Sr. Saulo, pela sua tranquilidade, pela sua firmeza. E a conclusão, a que é fácil de se chegar, na sua oitiva aqui, hoje, é de que a Abin fez o seu trabalho, informou a quem devia informar, com os instrumentos que tinha ao seu alcance, e, simplesmente, quem tinha a obrigação de compartilhar essas informações e alertar demais autoridades constituídas, já que a partir de 1º de janeiro de 23 o Presidente do Brasil se chamava Luiz Inácio Lula da Silva; deveriam ele e todos os seus subordinados tomarem providências para evitar que acontecesse – não tomaram providência nenhuma, esse é o fato.

A partir de, pelo que o senhor falou aqui, do início, de 27 de dezembro, começam ali... O senhor teve acesso, enquanto na transição ainda, a relatórios da Abin, afirmando que já apareciam ali as seguintes qualificações: havia um movimento grande de pessoas, mas não afirmava que todos eram extremistas; havia alguns que poderiam ser qualificados como extremistas – 27 de dezembro.

Aí, nas trocas de mensagens, também nos alertas que o senhor envia, começa a haver uma desmobilização desses acampamentos a partir de 2 de janeiro deste ano. Portanto, uma diminuição do movimento das pessoas, e acreditando-se que isso iria se esvaziar naturalmente.

Portanto, é óbvio que não há uma premeditação de nada, de ninguém do governo passado, porque, se houvesse, jamais teria essa diminuição dessa articulação, dessa movimentação, que, repito com toda a tranquilidade, é o que foi feito de forma espontânea, sem comando de ninguém. E a partir do dia 5 ou 6 que o senhor começa nos alertas que envia também ao Sr. G. Dias, o senhor começa a informar um aumento na quantidade de pessoas chegando a Brasília, por informações da ANTT, dos ônibus que estavam sendo loteados para trazer as pessoas para cá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, é *fake news* querer concluir que as pessoas só vinham para cá para fazer quebra-quebra ou para assumir prédio de instituição, de poder nenhum. Muitas das pessoas, com certeza, vieram para fazer mais uma das várias manifestações pacíficas que aconteceram.

A partir do dia 5, o senhor fala em 43 ônibus; a partir do dia 6 para o dia 7, mais 105 ônibus.

E aí é que vem o pulo do gato. Já tínhamos no GSI uma pessoa experiente, que já foi Ministro do GSI em 2003, em outro Governo do PT, e ele simplesmente fala para o senhor que ele não é o destinatário final dos alertas que o senhor está enviando e pede que o senhor o retire desse grupo ou lista de transmissão para as pessoas a que chegavam essas informações, pessoas que tinham vinculações com a parte de inteligência dos diversos órgãos de segurança nacional e aqui do Distrito Federal. Quer dizer, a pessoa que é responsável pela segurança do Palácio do Planalto diz que não se sente o destinatário final correto para as mensagens, para os alertas que a própria Abin enviava para ele. Quer dizer, lavou as mãos. É o "transministro" – não é assim que se fala de quem se acha ministro, mas não é, um negócio desse? –, "transministro". E todos os alertas que são enviados – obviamente a Abin não é o organismo responsável por fazer toda a proteção, desencadear o passo a passo do tal Plano Escudo...

E o chocante para mim deste dia, aqui, hoje, Sr. Saulo, é essa fala, às 8h manhã, na troca de mensagem com o senhor pelo WhatsApp do ex-Ministro G. Dias: "Acho que vamos ter problemas", 8h da manhã de domingo. Depois de tudo que nós vimos aqui, desde pelo menos o dia 6 de janeiro, tudo sendo informado à exaustão, difundido para diversos outros órgãos de segurança, e, no domingo, dia 8 de janeiro, aproximadamente às 8h da manhã, ele responde ao senhor: "Acho que vamos ter problemas".

E, pelo que eu já li também, esse Plano Escudo é possível de ser colocado em prática em 25 minutos. Em 25 minutos, todas as barreiras de proteção, as comunicações com os órgãos responsáveis de cada etapa da segurança dos prédios públicos aqui do Executivo, do Legislativo e do Judiciário... Em 25 minutos, já era para estar tudo em ordem, preparado para receber uma grande quantidade de manifestantes; nesse momento, já se tinha certeza da virulência desses atos.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – E o que foi feito? Nada. Absolutamente nada.

Portanto, é importante termos as imagens aqui do Ministério da Justiça, para saber por que é que o Ministro ficou de camarote, observando tudo, sem fazer nada também? Tinha competência, sim. O GSI... Pelo menos na segurança do Palácio do Planalto, a competência é do GSI, e cadê? Onde estava a Força Nacional? Onde estava o Batalhão da Guarda Presidencial? Será que as imagens do Ministério da Justiça vão nos mostrar onde estava a Força Nacional nesse momento? Ou as imagens do Palácio do Planalto vão nos mostrar onde estava o Batalhão da Guarda Presencial no momento da invasão? A partir



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que horas começou? Será que o suposto apoiador de Bolsonaro visto quebrando um relógio histórico não entrou lá no Palácio do Planalto antes que a massa tivesse acesso lá? Nas palavras do Lula, a partir de algum momento, alguém abriu a porta do Palácio do Planalto?

Então, são muitas perguntas que precisam ser respondidas, e eu, mais uma vez, aqui, não tenho perguntas a fazer ao senhor, porque ficou muito claro para mim hoje – muito claro para mim – que o que houve foi no mínimo omissão, mas, a partir do momento em que ele – o Ministro G. Dias – tem a ação de se recusar a receber os alertas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Estou concluindo, Presidente.

... e tem a ação de não mobilizar as forças que estavam sob sua subordinação para promover a segurança do prédio do Palácio Planalto, é muito mais do que uma omissão; algo proposital, no meu ponto de vista.

Mais uma vez, as máscaras estão caindo muito rapidamente. Daí a importância, Presidente, desta CPMI aqui.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passamos a palavra ao Deputado Duarte Jr.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero inicialmente cumprimentar o Sr. Saulo Moura pela participação, pela presença nesta CPMI. Mas o que me gera estranheza, o que me gera espanto é perceber a falta de coerência por parte da oposição, por parte daqueles que defendem o bolsonarismo.

Uma hora eles afirmam que não teve golpe, agora eles passam a afirmar que sim, que houve uma tentativa de golpe. Outrora afirmam que não tem ninguém armado, que ali eram senhoras indefesas, inocentes, que estavam se manifestando num domingo ensolarado aqui na Praça dos Três Poderes. Agora afirmam que não, que estavam armados, que são violentos e que o ex-Ministro do GSI foi conivente, foi omissivo nas suas atuações.

Aqui, na nossa participação, há coerência. Se houve omissão por parte do G. Dias, sim, ele vai responder com todo o rigor que a lei prevê. Aqui a gente não tenta tampar o sol com a peneira, como, por exemplo, cegam, tentam esconder as mensagens trocadas pela Gabriela Cid, esposa do Mauro Cid, falando sobre o financiamento de cachorro-quente, de descartáveis, falando sobre a necessidade de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilização, das pessoas saírem das suas cidades, dos seus estados e invadirem Brasília, pois, com Brasília tomada pela população, com os manifestantes, seria possível fazer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, o senhor está vendo aí, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abilio, esta CPI não é lugar de brincadeira.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Mas não estou fazendo nada...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. está sim. V. Exa. está ali botando um dedo atrás. Vai aparecer no vídeo o que está aqui aparecendo, apontando para o Deputado.

Isso aqui não é lugar de brincadeira, Deputado. Eu peço que V. Exa. leve a sério esta CPI, leve a sério o trabalho de todos nós. Nós não podemos admitir um negócio desse.

Pelo amor de Deus! Isso está sendo visto aqui pelo Brasil inteiro. O Deputado está falando, e V. Exa. com um dedo apontando, aqui vai aparecer no vídeo, na cabeça do Deputado.

Você acha que isso está certo? Pelo amor de Deus!

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Deputado.

Acrescente um minuto no tempo do Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, só para...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não, não. Muito mais que um minuto, Sr. Presidente.

Eu exijo que o Deputado, que se comporta como um menino, saia desta sala porque aqui não é local de imoralidade.

Eu não posso aceitar que comportamentos imaturos, que comportamentos como esse sejam normalizados nesta CPMI.

Eu peço, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa., que atua como Presidente desta respeitosa Comissão, que peça que este Parlamentar saia desta sala, porque este não é o papel de um Deputado eleito por força do voto popular.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega de brincadeira, chega de molecagem! Eu exijo respeito e peço que ele se retire.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não posso fazer isso, mas V. Exa. naturalmente fique à vontade para fazer uma denúncia no Conselho de Ética se V. Exa. achar conveniente.

Por favor, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, eu levantei para dizer que ele fez por 14 minutos... Ele fez a mesma coisa.

Está aqui gravado, eu vou enviar para V. Exa. Ele ficou 14 minutos fazendo gestos atrás, isso não é coisa que se faça.

Por isso é que eu fico nervoso às vezes, porque V. Exa. pode ver que não há, do ponto de vista nosso, nenhum tipo de obstrução à fala de ninguém. Isso não pode se repetir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não está contribuindo, Deputado.

V. Exa. não está contribuindo nem com o lado que V. Exa. defende.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não tem a palavra. V. Exa. não tem a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou dizendo que V. Exa. não está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está sim!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está fazendo pândega com todos os Deputados que estão falando, e comigo também, que estou presidindo esta sessão. E comigo também! Então, isso é inadmissível.

V. Exa., reiteradamente – e o Deputado está certo na colocação dele –, tem feito um papel aqui que não é condizente com o papel de um Parlamentar. E V. Exa. está envergonhando esta CPI. Está, está envergonhando esta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, se V. Exa. continuar com esse tipo de atitude, eu vou ter que tomar uma medida contra V. Exa., o que não é, de maneira nenhuma, o meu desejo, nem contra V. Exa., nem contra ninguém. Mas V. Exa. está me obrigando a tomar uma medida extrema.

Por favor, Deputado.

Restam aí dois minutos. É o tempo do Deputado Duarte.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Peço, por gentileza, que paralise o meu tempo, porque esse tipo de postura, Sr. Presidente, com toda a franqueza, envergonha esse Parlamento, envergonha esta CPMI.

O senhor acaba de advertir o Deputado, e ele aqui, ao meu lado, continua fazendo gesto, fazendo gracejo. Envergonha o Mato Grosso, envergonha o nosso país.

É por essa razão, por posturas como essas, que a política tem perdido a credibilidade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu não estou ofendendo.

Eu peço... Eu peço, por gentileza, que me deixe fazer o meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. acha razoável que V. Exa., tendo sentado lá atrás – e esta é uma prática reiterada de V. Exa. –, saia de lá e venha sentar do lado de quem está falando para fazer esse tipo de coisa? Eu vou exigir de V. Exa. que se comporte!

(Intervenção fora do microfone.)

Eu vou exigir de V. Exa. que se comporte!

Não vai continuar essa palhaçada aqui na CPI. Não vai continuar!

Se V. Exa. tiver mais um ato, um ato que seja, eu vou pedir que, realmente, V. Exa. se retire da sala, porque não é possível um negócio desse.

Por favor, Deputado, continue.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor está correto em não pedir que ele saia, em não o retirá-lo da sala. É uma decisão sua. O senhor é o Presidente da Comissão, mas eu peço que ele saia de perto de mim.

Não é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, continue. Continue.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Em todas as vezes, é isso. Já é a terceira vez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não vai provocar. Se ele provocar, eu vou pedir para sair.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ele já mexeu com o Deputado Rubens Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se ele fizer uma provocação, eu vou pedir para sair.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Uma atitude completamente imatura, Sr. Presidente.

A gente está aqui investigando um ato que atentou contra a democracia, Senadora Eliziane, a possibilidade de um retorno de uma ditadura nesse país e um marmanjo desse, um adulto, eleito por força do voto popular, vem aqui e se comporta feito moleque.

Isso não é postura de um Parlamentar, Abílio. Com todo o respeito que eu tenho a V. Exa.

Eu não tenho nada contra você, mas há limite para tudo. É preciso ter razoabilidade.

O Flávio Bolsonaro, eu discordo de tudo que ele fala, mas eu respeito o momento de fala dele. Assim como, quando eu estou falando, ele, em nenhum momento, vem me interromper. Isso é da democracia.

Mas está feio para a tua imagem. Eu não sei como tu consegues... Não sei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu não estou lhe ofendendo. Eu estou lhe dando uma advertência. Eu estou lhe dando, talvez, um toque, como um companheiro, como um colega, como um amigo de Parlamento, porque eu teria vergonha de andar num aeroporto desse país se fosse V. Exa., porque isso é uma postura ridícula.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Eu estou exercendo meu trabalho, Sr. Presidente. Eu preciso exercer o meu trabalho.

Eu me preparei, estudei com a minha assessoria para formular questionamentos, e o Abílio vem fazer gracinha aqui atrás! Nem em 4ª série num colégio... Um aluno que faz isso em sala de aula vai para a secretaria. É advertido, é suspenso.

Aqui, no Parlamento, qual o exemplo que é dado para a sociedade? Os adolescentes, as crianças que estão nos vendo será que vão repetir esse ato ridículo no colégio, porque aqui pode e, no colégio, não vai poder?

Pelo amor de Deus, vamos servir de exemplo para a sociedade!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É difícil, a gente retomar uma atividade, sabendo de uma postura como essa.

Por que ele faz isso? Para tentar compartilhar vídeos, ridicularizando aqueles que vêm trabalhar com seriedade aqui.

Chega de se comportar feito um menino, Abílio!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, eu vou poder ser ofendido assim...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. não está se sentindo ofendido, porque V. Exa. está provocando isso o tempo inteiro.

Não, V. Exa. está provocando isso o tempo inteiro, Deputado.

Isso não está acontecendo com ninguém nesta CPI além de V. Exa. A única pessoa com quem, em todas as sessões, acontece um problema dessa natureza é com V. Exa.

Então, não venha me dizer que aqui alguém está sendo injusto com V. Exa. não, porque V. Exa. realmente...

Com tudo que o Deputado disse eu concordo, tudo. E tenho certeza de que mesmo quem é do lado de V. Exa. também concorda.

Por favor, Deputado.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, retomando aqui as atividades.

Eu quero formular um questionamento aqui ao Sr. Saulo, que veio aqui para responder perguntas e não para assistir isso que o senhor está assistindo. Peço minhas escusas em nome deste Parlamento.

O senhor lembra das mensagens de alertas... *(Pausa.)*

O senhor lembra das mensagens...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, Deputado André Fernandes, tem um Deputado falando.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – O senhor lembra das mensagens dos alertas enviados pela Abin no dia 6 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Só um momento, eu acho que eu tenho aqui...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mais precisamente quando o senhor procura ali, lá por volta das 19h40.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Dezenove e quarenta, sim.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Certo.

O senhor pode ler pra mim, por gentileza, pra esta Comissão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – "Perspectivas de manifestações em Brasília. A perspectiva de adesão às manifestações contra o resultado das eleições convocadas para Brasília para os dias 7, 8 e 9 permanece baixa. Contudo, há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades. Destaca-se a convocação por parte de organizadores de caravanas para o deslocamento de manifestantes com acesso a armas, intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional".

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – É esse ponto, Sr. Saulo, que eu gostaria de sublinhar: acesso a armas e a intenção manifesta de invadir o Congresso Nacional.

Como é que a Abin chegou a essa conclusão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu não posso discutir aqui com o senhor, eu não posso revelar os nossos métodos operacionais, certo?

O que eu posso garantir pro senhor é que, se essa informação está aqui, ela passou por análise, certo? Ela foi recebida ou de uma fonte ou de uma observação pelos meios técnicos da atividade de inteligência, que são ferramentas de inteligência. Ela passou pela nossa sessão de análise, que considerou a informação confiável e a colocou aqui.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Ou seja, uma atuação técnica, séria, respaldada por documentos, por especialistas, pareceres técnicos que afirmam que, sim, havia manifestantes com acesso a armas, sim, com a intenção de invadir o Supremo, a Câmara e o Senado.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Me permita: o que o alerta diz é que se destaca a convocação por parte dos organizadores de algumas caravanas dessas pessoas, de pessoas que teriam acesso a armas e que estariam dispostas a invadir o Congresso Nacional.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Então, Sr. Presidente, nós chegamos aqui à conclusão que, diferente do que tentam falar, não vieram aqui fazer uma manifestação pacífica, mas, sim, tinham acesso a armas.

Sigo aqui o questionamento e pergunto ao Sr. Saulo se em algum momento o senhor afirma que os informes recebidos pela Abin eram enviados pela ANTT.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Os informes relativos às caravanas.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Às caravanas, perfeito, o senhor falou isso inclusive hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ônibus.

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Mas em nenhum momento o senhor informou se houve algum informe da PRF.

Em algum momento a PRF comunicou as movimentações das caravanas e extremistas, incluindo as pessoas que estavam vindo até Brasília?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No período em que eu estive à frente da Abin, entre o dia 2 e o dia 8, nós não recebemos nenhuma informação da PRF.

Isso, inclusive – não estou aqui fazendo juízo de valor, por favor –, mas inclusive causou, talvez, um cálculo subestimado dos ônibus que estavam vindo para Brasília, porque a ANTT tem acesso a algumas relações de ônibus, porque, muitas vezes, os ônibus locais, alguns, não são computados, mas nós não recebemos nenhuma informação da Polícia Rodoviária Federal nesse período.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Saulo.

Sr. Presidente, se o senhor me permite, só mais um questionamento, mais um bloco de questionamentos aqui com dois questionamentos no máximo. O que ocorre?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – O senhor já...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mais um minuto, Deputado, para V. Exa. concluir.

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meu amigo, eu quero trabalhar. Se tu não queres, sai daqui, por favor. Sai da sala.

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, aqui entre nós...

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Não será permitido...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... assim, é justo isso? É justo?

Entenda bem, é justo me ofender reiteradas vezes? Eu faço humor e sarcasmo com ele e o senhor me repreende.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, tudo o que está...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É justo me atacar dessa forma?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Todo o tumulto que está tendo aqui, o Deputado está tendo aqui o tempo estendido...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É justo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... por conta dos ataques e das coisas que V. Exa...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... me atacar dessa forma, com esse tipo de ataque e com esse tipo de desrespeito?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... do comportamento de V. Exa. aqui dentro.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Não, de modo algum...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... com humor, sarcasmo, tirar sarro desses Deputados meia-boca não é ruim, agora eles virem me ofender diretamente não é...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. não está com a palavra. V. Exa. não está com a palavra. V. Exa. não está com a palavra.

Conclua, Deputado.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Deputado meia-boca é demais.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Ah, mas é, uai!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DUARTE JR. (PSB - MA) – Se fizer uma enquete, agora, em qualquer rede social, vai ver quem é o Deputado meia-boca, se é V. Exa. ou se sou eu. Está certo? Isto cabe à população definir, quem é meia-boca.

Sr. Presidente, por fim, eu queria destacar que alguns outros Parlamentares aqui – eu não vou citar nomes para que não caiba o direito de manifestação desse Parlamentar – fizeram todo um malabarismo para tentar, de alguma forma, culpar o Ministro Flávio Dino, alegar que o Ministro Flávio Dino foi, de algum modo, omissos.

Aqui eu faço referência a alguns documentos que esta Comissão recebeu, inclusive no que diz respeito ao plano de ação para a proteção da Praça dos Três Poderes, que traz aqui a atribuição de todos os órgãos – a atribuição da PRF, a atribuição da Polícia Militar do DF –, que diz o seguinte: cabe à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PM do DF "planejar e executar as ações de policiamento ostensivo, com o objetivo de manter e preservar a ordem pública durante a realização do evento – o evento aqui são as manifestações – empregando, para esse fim, todos os meios necessários", conforme o planejamento próprio desta instituição, acordado em reunião na Secretaria de Segurança Pública, no dia 6 de janeiro de 2023.

Ainda, segundo esse documento, faz-se referência ao art. 114 do Decreto 40.079, de 4 de setembro de 2019, que fala que cabe à Secretaria de Segurança Pública do DF a realização dessas ações de segurança no Palácio dos Três Poderes.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir, aqui eu destaco que caberia ao Ministério da Justiça a atuação que foi realmente executada. Não poderia ser feito nada mais, nada menos, e esses relatórios aqui da Abin servem claramente para ilustrar, para corroborar tudo aquilo que nós estamos defendendo desde o início dessas investigações.

Aqui eu concluo afirmando: nós não podemos aceitar que o discurso do algoz possa vitimizá-lo. Não pode um algoz tentar se transformar em vítima. Nós não podemos trazer para esta CPMI o mesmo argumento de defesa do Daniel Alves, que comete um crime horrendo, de estupro, e tenta culpar a vítima pelas roupas que ela veste.

Nós sabemos, sim, quem planejou, quem pensou esses atos, quem instigou, e nós estamos aqui, através dessa CPMI, buscando provas objetivas para colocá-los na cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Estou aqui, Presidente.

Presidente, primeiro, eu me dirijo ao senhor. Nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis requerimentos para convocar o homem do relógio para vir depor na CPMI: requerimento meu, do Izalci, do Duarte, do Eduardo Bolsonaro, do Ramagem, do Girão.

Então, só estou trazendo essa informação, se o senhor quiser...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito, Deputada.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – ... depois a gente pode colocá-los todos em votação.

Segundo, eu queria falar com a Relatora, mas ela não está, especialmente com relação à questão do Coaf e procurador. Presidente, o relatório de uma CPMI também propõe propostas legislativas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de lei. Nós estamos diante de um fato muito grave. O sigilo do Presidente Bolsonaro, o relatório foi enviado por conta de um procurador. Quebra-se o sigilo do procurador, quebra-se do procurado. Isso é muito grave. Se tem alguma falha na legislação, que a assessoria jurídica desta Comissão encontre esta falha e a gente apresente em forma de uma proposta de lei. Imagine, Presidente – eu sou advogada –: no dia que quebrarem o meu sigilo, quebram o sigilo do meu procurado; no dia que quebrarem o sigilo do meu procurado, quebram o sigilo da procuradora. Nós estamos diante de um fato grave, delicado e que traz... Se foi um erro, esse erro vai ser consertado e quem errou vai ser responsabilizado. Mas a gente vai precisar fechar esta brecha: que se quebre o sigilo do procurado quando for expressamente pedido e sob as penas da lei. Então, fica aí como minha sugestão já para o relatório final da nossa CPMI.

E, agora, eu me dirijo ao Sr. Saulo.

Sr. Saulo, o senhor frustrou todas as minhas expectativas hoje. Eu achei que nós iríamos para uma reunião, nós iríamos estar questionando, inquirindo uma pessoa que iria fugir das respostas, que iria pedir silêncio absoluto, e o senhor veio aqui e o senhor falou a verdade, pelo menos é o que eu estou sentindo. O senhor falou verdade, o senhor não teve medo, o senhor se posicionou de uma forma tranquila. Eu sei que não está fácil para o senhor estar aí, Sr. Saulo, como não está fácil para sua família ter visto o seu nome em tudo que é reportagem nos últimos meses, a forma como o senhor foi apontado, colocaram em dúvida o seu profissionalismo, a sua lealdade com a nação brasileira. Mas eu acho que a sua família hoje sai muito feliz com a sua postura nesta CPMI.

E, nesse sentido também, eu quero fazer aqui um ato de desagravo à Abin, porque, da forma como se fala da Abin, colocaram em dúvida essa agência, e a gente precisa reconhecer o papel dessa agência no país.

Eu queria muito que o senhor levasse os meus cumprimentos a todos os servidores da Abin. Eu conheço os servidores da Abin, são até chatos demais de tanto que trabalham. Eu sei o que eu sofri com vocês em algumas missões oficiais, mas que todos eles sejam, nesta tarde, reconhecidos como servidores com muito valor para a nossa nação.

Feitos os elogios, agora que eu amaciei o seu coração, eu vou às perguntas.

Primeiro, o que me fez pensar que essa seria uma reunião muito ruim, Sr. Saulo? Porque o senhor havia pedido uma reunião reservada, e nós estamos vendo que não haveria necessidade. Pelo menos tudo que nós estamos perguntando o senhor está respondendo. A minha pergunta é: o senhor vê necessidade ainda de uma reunião reservada conosco? Tem alguma coisa que o senhor ainda queira falar para a gente esclarecer tudo que aconteceu no dia 8 e que o senhor não pode fazer isso publicamente? Se o senhor disser que tem mais alguma coisa... Nós precisamos encontrar as verdades, Sr. Saulo. Nós precisamos virar essa página no Brasil. A gente precisa avançar como nação. O senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sente necessidade de uma reunião reservada com os Parlamentares? Se o senhor disser que sim, eu vou apresentar um requerimento agora para a gente ter esse momento reservado com o senhor.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senadora, obrigado, antes de mais nada, pelos elogios. O meu coração já está amaciado. Levarei os seus elogios também aos servidores da Abin.

Bom, Senadora, a nossa intenção de pedir a reunião reservada – estou aqui com os colegas da AGU, a quem faço questão de agradecer o apoio da Advocacia-Geral da União – era no sentido de preservar o sigilo funcional da atividade, certo? Então, inclusive, foi a nossa conversa aqui com o Deputado. Por isso é que eu não estou aqui descendo a detalhes, aos relatórios que foram aqui entregues, até porque, como eu disse, eu não tenho conhecimento integral deles; eles foram feitos há mais de seis meses. Então, esta era a ideia: a da preservação do sigilo funcional, não é? E assim foi gentilmente acertado aqui. Então, quando eu não posso falar alguma coisa... E nem numa sessão reservada também, certo? O nosso Deputado ali perguntou, por exemplo, como a Abin teve conhecimento de certo fato. É uma coisa que o sigilo me impede de falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. *Fora do microfone.*) – Mesmo no reservado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Então... Exatamente, até mesmo numa sessão reservada, porque a Abin trabalha – a gente não pode esquecer – muitas vezes com vidas humanas.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – São pessoas que estão no campo, são pessoas que estão atuando em questões que dizem respeito a crime organizado, questões que dizem respeito a atos extremistas, como aqui estão falando. Então, o sigilo, por exemplo, me impõe... O sigilo da função me impõe não poder falar disso. Foi tão somente por isso que nós estávamos, num primeiro momento, pedindo a sessão reservada, mas ficou acordado aqui que, quando eu não pudesse falar, que eu tivesse que invocar o sigilo funcional, eu assim o faria, e desde já agradeço a compreensão desta Comissão aqui, na pessoa do nosso Presidente, nesse sentido.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A segunda pergunta, Sr. Saulo. O senhor teve aquela conversa pela manhã com o Ministro G. Dias, e ele lhe responde: "Acho que teremos problemas". O senhor já colocou à disposição desta CPMI a quebra do seu sigilo, mas o senhor poderia nos antecipar, quando ele falou "acho que teremos problemas", o que o senhor respondeu para ele? Ou se encerrou aí a conversa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, eu respondi... Quer dizer, na verdade, eu... A conversa se encerrou aí, mas o que eu disse para ele é que nós iríamos continuar o acompanhamento e que eu o manteria informado. E passei a enviar uma série de mensagens, que estarão aqui à disposição da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, certo? E, mais uma vez, essa foi uma conversa por mensagem. Eu só falei com ele mais tarde, no momento em que a manifestação começava a se deslocar.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Sr. Saulo, a testemunha não pode emitir juízo de valores, mas eu não posso perder a oportunidade de aproveitar a sua capacidade técnica neste momento. O senhor tem um currículo maravilhoso – eu pesquisei seu currículo –, tão bom que o senhor foi nos representar fora do Brasil. Com base na sua experiência, às 9h da manhã, quando o senhor teve essa conversa com o Ministro, se uma iniciativa em conjunto tivesse sido tomada, teríamos evitado a tragédia?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senadora, eu acho que os fatos respondem por eles mesmos, certo? Houve uma invasão.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k. Era tudo o que eu precisava.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero, antes de fazer algumas ponderações em relação ao que foi dito aqui pelo depoente, apenas deixar mais um esclarecimento a esta CPI com relação à competência para convocar a Força Nacional.

Foi dito aqui pelo colega Deputado que só os Governadores podem convocar a Força Nacional, e isso não é verdade. É só observar o que diz a legislação, o Decreto 5.289, de 2004: também compete aos ministros de Estado. Eu pergunto se o Ministro da Justiça é ministro de Estado. Se ele não for, ele não tem competência para convocar a Força Nacional. Mas, se ele é, está na lei, está na norma.

Com relação ao Coaf, realmente houve uma medida provisória por parte do Governo voltando o Coaf para o Ministério da Fazenda, mas essa medida provisória acabou não sendo aprovada – operou-se a caducidade –, e, em razão disso, o Coaf realmente continua sob a hierarquia do Banco Central.

Mas eu queria, neste momento, Sr. Presidente, cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos e cumprimentar o depoente Saulo Moura da Cunha. A Senadora Damares tem razão: havia uma expectativa de que V. Sa. aqui fizesse coro ao que outros já fizeram aqui nesta CPMI, ora usando o direito constitucional ao silêncio, ora tergiversando, não dizendo às claras exatamente o que aconteceu. E V. Sa. vem aqui e realmente expõe o que aconteceu, dentro dos limites que a condição de V. Sa. lhe impõe, mas traz revelações absolutamente importantes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse numa entrevista, agora há pouco, que este foi o depoimento mais importante que nós tivemos nesta CPMI sobre o dia 8 de janeiro. Aliás, o único – Kajuru me adverte, aqui do lado. Nós já tivemos vários depoimentos aqui sobre várias coisas, mas, sobre o 8 de janeiro, este é o depoimento mais importante, quando V. Sa. vem aqui e faz as afirmações que faz.

Eu não vou falar aqui de aspectos da governança interna do Palácio do Planalto, da Presidência, de lealdade, de gratidão, nada disso. Não quero amolecer ainda mais o coração de V. Sa., a Senadora Damares já o fez. E, certamente alguém que teve a atuação que teve – V. Exa. já na transição e depois da transição chegar à posição que chegou – e depois ser tratado como foi, não é algo que realmente se espera de quem se nutre confiança e lealdade. Mas V. Sa. está demonstrando lealdade, sobretudo aqui, à sua carreira, à sua função, à sua missão institucional. E aí vem aqui trazer a primeira revelação em relação ao famoso relatório que veio para o Senado Federal e onde havia omissões em relação à participação do ex-Chefe do GSI G. Dias. E aí V. Sa. vai dizer aqui que quem determinou que o nome dele fosse incluído na relação, nos relatórios, foi o próprio G. Dias.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (*Fora do microfone.*) – Fosse retirado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Que fosse retirado – que fosse retirado.

Veja que é mais grave: o relatório estava feito e V. Sa. diz que recebeu uma ordem para que o nome dele fosse retirado do relatório. É isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Exatamente. Eu apresentei ao Ministro uma planilha com os alertas que a Abin havia encaminhado para os grupos de WhatsApp...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pois não.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... e aqueles alertas da Abin que eu havia encaminhado a ele. E ele determinou que o nome dele fosse retirado, alegando, argumentando que ele não era o destinatário daquelas mensagens; que eram os grupos de WhatsApp os destinatários oficiais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, havia informação, inclusive, sobre a possível invasão aos prédios dos três Poderes. Dentro desses alertas, havia informações, já desde esse momento, apontando para isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, os alertas estão à disposição aqui. A íntegra dos alertas está à disposição aqui da CPMI. Alguns dos alertas que foram encaminhados a ele apontavam a possibilidade da invasão de prédios públicos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Agora eu pergunto a V. Sa.: realmente ele não era o destinatário desse tipo de informação, como chefe do GSI?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, nós temos opiniões diferentes, talvez – eu e o Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Pois não.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Se eu encaminhei as mensagens para ele foi porque eu achei que ele deveria conhecê-las.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Quem exerce o poder de mando, chefia sobre a Abin? Qual é o órgão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O Ministro-Chefe do GSI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Ora, e ele vai dizer, então, que não deveria reportar a ele porque ele não era o destinatário. Se ele não era o destinatário sendo o chefe da pasta, quem seria?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, nós encaminhamos essas mesmas mensagens também para outros órgãos. Isso é preciso esclarecer aqui, certo? Foram encaminhadas também para os órgãos de segurança pública; foram encaminhadas para os centros de inteligência das Forças Armadas, para o Ministério da Defesa, ou seja, nós fizemos uma difusão, e todos aqueles órgãos que estavam nas células de inteligência integrada de segurança pública... Também foram encaminhadas para esses órgãos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Bom, eu não vou reprisar tudo o que foi dito aqui, porque eu acho que já está muito clara a fala de V. Sa., mas eu lhe indago ainda: a última conversa que V. Sa. teve com o Ministro G. Dias foi a conversa ao telefone. Posteriormente, após as mensagens, V. Sa. tem uma conversa com ele, acho que por volta de 1h40?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Foi a última conversa?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Por telefone, sim, mas eu continuei enviando mensagens.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É porque, nos relatórios, me parece que esse é o último horário.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim.

O relatório... Só para um esclarecimento: nos relatórios, ali constam as mensagens que a Abin estava produzindo e que eu estava encaminhando para ele. Como os senhores e as senhoras vão perceber, eu encaminhei também outras mensagens que estavam no grupo, na célula de inteligência de segurança pública. Eu falei com o Ministro até mais ou menos... Eu falei com o Ministro por WhatsApp... Não vou dizer falar, não foi exatamente um diálogo. Eu encaminhei mensagens para o Ministro até as 5h da manhã do dia 9 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então, continuaram depois esses diálogos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Em algum momento ele pediu que você parasse de conversar com ele por mensagens?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Só em relação ao relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, mas essa foi uma conversa posterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k., o.k.

Neste momento aqui das tratativas internas, ele não pediu que deixasse de comunicá-lo de nada?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 8?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, absolutamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – O.k., o.k.

Bom, Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhum questionamento a mais. Eu acho que a contribuição que o Sr. Saulo traz no dia de hoje é de suma importância. Talvez tenha sido a maior contribuição que essa CPMI já teve.

E a frase que ele nos trouxe do G. Dias aqui com relação aos alertas... G. Dias diz: "Acho que vamos ter problemas". E daí? O que fez G. Dias? Alertado que foi sobre todos os passos, a mobilização, o tamanho da mobilização que cresce na chegada do dia 8.

Numa das tratativas que ele tem, ele diz: "Acho que vamos ter problemas". Qual foi a medida concreta? Qual foi a medida concreta do chefe...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... do GSI, do Ministro G. Dias? Nós queremos ver o G. Dias sentado nessa cadeira para prestar o seu depoimento e esperamos, com a mesma franqueza que está tendo aqui o Sr. Saulo Cunha, que ele também esclareça qual foi a conduta dele. Comissiva, o que fez, ou omissiva, o que deixou de fazer? Porque, certamente, se tivesse agido dentro do estrito cumprimento do dever legal, nós não teríamos a invasão ao Palácio do Planalto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu iria entrar aqui num outro mérito, Sr. Presidente, mas não há tempo para isso, sobre o Plano Escudo. Eu ia detalhar o Plano Escudo aqui. Eu tenho aqui todos os passos, mas ele não foi acionado, não houve. Não houve a adoção desse plano, que é corriqueiro diante de situações como essa. Nem isso foi feito. A representação do Governo aqui na CPI disse hoje: "Não, mas quem tem que convocar a Força Nacional são os governadores". Não, os ministros de Estado também podem convocar. Onde estava a Força Nacional? O Exército Brasileiro? Onde estava? Ou seja, alguém se omitiu, alguém prevaricou, alguém deixou de agir para proteger, de maneira, me parece, intencional.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Na ausência do Deputado Carlos Sampaio, passo ao próximo orador inscrito, que é o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. Para interpelar.) – Bem, inicialmente, Presidente Arthur Maia, o senhor sabe, desde quando o conheci, através do meu amigo pessoal, Esperidião Amin, nossa reserva cultural e moral desta Casa, eu aprendi a gostar do senhor, a admirar o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É recíproco, Senador. Tenha certeza.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – E, principalmente aqui na Presidência, publicamente, em todas as minhas entrevistas, eu o cumprimento. Só queria amaciar o seu coração e também o coração do Rogério Correia, que vocês dois não precisassem mais deste tipo de discussão, porque são dois homens públicos exemplares e não acrescenta nada para a nossa CPI. Vou imitar a minha amiga, por quem tenho tanto carinho, a Senadora Damares.

Eu quero aqui também aqui, agora, dizer ao Sr. Saulo que se antes eu tinha medo de não o respeitar aqui, de repente o senhor ganhou o meu respeito. E eu sou sincero, o senhor sabe. O senhor deve ter televisão em casa, então o senhor já deve ter me assistido muitas vezes, não é? Eu só tenho 45 anos de carreira na TV.

Então, estou dizendo aqui na sua frente, gostei muito e a melhor surpresa sua, para mim, fui eu quem sugeri à Relatora aquela pergunta: se o senhor abriria o seu sigilo telefônico. O senhor aceitou na hora, o senhor não pensou nem um segundo.

Então, diante dessa sua atitude – que às vezes é rara até aqui no Congresso Nacional, tem muito Parlamentar que não aceita jamais abrir o seu sigilo telefônico, muito menos bancário –, o senhor aceitou na hora. Então, isso significa dizer que, ao ter essa CPI o seu sigilo telefônico, nós vamos ver as mensagens a que o senhor se referiu a 6 de janeiro e a 8 de janeiro em seu WhatsApp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – O senhores vão ver a íntegra das minhas mensagens com o General G. Dias, talvez desde o momento que eu tenha começado a trocar mensagens com ele lá na transição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – A íntegra significa...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Todas.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – ... o que o senhor perguntou e o que ele respondeu?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, toda a linha de conversas que nós tivemos, as mensagens que foram encaminhadas, as respostas do General.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A íntegra das conversas, das várias tratativas que eu tive com ele, sobre outros assuntos inclusive, estará ali.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

A imprensa divulgou que a Abin disparou sete alertas sobre a manifestação – agora vou imitar o meu amigo pessoal, o Marcos Rogério: "Vai vendo, Brasil". O Kajuru fala "manifestação", entenderam, bolsonaristas? Flávio, Cleitinho, Filipe, Damares, Moro, Amin, muitos de vocês são meus amigos pessoais. Eu sou Vice-Líder do Governo Lula e não tenho nenhuma dificuldade de conviver com bolsonaristas. E vão na minha casa, inclusive – Tereza Cristina, Hamilton Mourão –, toda quarta-feira. Portanto, modéstia à parte, nesse ponto eu sou diferente. Então eu não falo "manifestação bolsonarista", eu falo "manifestação" – melancólica, evidentemente, desastrosa – entre a noite de sexta-feira, 6 de janeiro, e a tarde do domingo, dia 8, em que foram registradas as invasões golpistas. A informação procede, pergunto ao senhor?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Desculpe...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – E aí, se sim, por que não foram tomadas providências? Aí, sim, é a minha primeira pergunta.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah, sim. Posso responder?

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Claro, à vontade.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Senador, mais uma vez, como eu expliquei, depois que a informação sai da Agência Brasileira de Inteligência, não cabe – a agência é uma agência de assessoria – à Abin saber o que os órgãos decisores vão fazer dessa informação. Então eu não posso responder para o senhor, até porque eu não tenho conhecimento do que os órgãos fizeram com essas informações. O que nós sabemos é que elas foram colocadas em várias – o Senador Esperidião Amin falou – caixas...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Quarenta e oito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... de mensagens, mas eu não disponho da cadeia de ações que ocorreram a partir dessas informações.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

A Abin não estava presente na reunião entre os órgãos de segurança do Distrito Federal e o Governo Federal, ocorrida no dia 6 de janeiro, que embasou a instauração do PAI nº 2/2023. Nesse encontro, o Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Rosivan, informou que a unidade de inteligência da Polícia Militar identificou a mobilização para os atos do dia 8, porém a informação era de que a adesão estava baixa e não havia certeza se o evento aconteceria. O senhor tinha a mesma impressão?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O senhor vai ver aqui pelos alertas, na verdade, a quantidade de ônibus fica clara para nós a partir da tarde do dia 6 para o dia 7. Eu não sei. Essa foi uma reunião operacional, não foi uma reunião de inteligência, se eu não me engano. Então nós realmente não estávamos nessa reunião operacional.

Agora, a partir do momento da criação da Célula Integrada de Inteligência, nós já passamos a colocar ali o número de ônibus – certo? – e a nossa visão de que já havia, efetivamente, convocações para ações de violência, ações extremistas. E a PM fazia parte dessa célula, certo? Portanto, se não estava ainda aí, nesse dia 6, assim que o grupo foi acionado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não, não. O grupo foi acionado aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Fora do microfone.) – A Polícia Federal aqui do DF?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ah! Sim, do DF. Assim que nós colocamos... Ou seja, a partir dali já havia informações para a PM, pelo menos, ou informações disponíveis para a PM de que poderia ter ações violentas.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

As constatações relatadas pelo Coronel Rosivan, da PM do Distrito Federal, foram inseridas no Sisbin, o Sistema Brasileiro de Inteligência, ou em outro canal de inteligência oficial? O senhor pode me responder?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não sei lhe informar, mas, no Sisbin, com certeza, não foi. Ele pode ter inserido na célula de inteligência de Segurança Pública, mas eu não sei lhe informar.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Sei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No Sistema Brasileiro de Informação... A PM não nos passou nenhuma informação diretamente, certo? A PMDF.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

O Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Distrito Federal mantinha contatos com a Abin, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sobre esse evento especificamente?

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Sim.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, os contatos com a área de Segurança Pública do DF feitos pela Abin são feitos pela Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, ou seja, foi a subsecretaria, inclusive, que criou essa célula integrada de inteligência. Então, não havia comunicação direta, mas, a partir do momento em que a Polícia Militar estava nessa célula, ela estava recebendo as informações.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Perfeito.

O Presidente sabe, o Senado inteiro sabe que eu nunca passo um segundo do meu tempo – nunca passei. O querido amigo Magno Malta já chegou a 36, e eu é que estava presidindo a sessão. Eu o permiti fazer isso e levei bronca de todo mundo. Então, eu não vou passar do tempo.

Quero apenas fazer um registro aqui e pedir a compreensão dos bolsonaristas nesse sentido. Vocês têm todo o direito de discordar de quem é da situação do Governo Lula chamar a manifestação de manifestação bolsonarista. O direito da discórdia é total, mas não o do desrespeito. Por quê? Porque é preciso lembrar que existe aqui o Documento nº 19, Presidente Arthur, que está aqui na CPMI. Nesse documento, a Polícia Civil declara – declara – que todos os manifestantes presos declararam que não queriam que o Presidente Lula subisse a rampa...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – ... e assumisse a Presidência. Então, eu acho que pelo menos o respeito eles merecem. Mas eu prefiro continuar com essa palavra, apenas chamando-a de manifestação.

E mantenho a minha posição – vou passar cinco segundos –: eu fui o primeiro Parlamentar no Senado que discordei de dois Senadores do meu partido, ou seja, não do meu partido que é o PSB, mas do Governo, de que sou o Vice-Líder, quando disseram que Bolsonaro sabia de tudo das agressões. Eu defendi o ex-Presidente Bolsonaro. Eu falei que ele não sabia, de forma alguma. E, do mesmo modo, eu penso que o Presidente Lula jamais sabia e que nós não chegaremos a essa conclusão. Poderemos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar à conclusão de que outros sabiam, mas o ex-Presidente e o atual não seriam irresponsáveis, na minha opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Com a palavra o próximo orador, o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Algo que deveria ser regra nessas investigações, como esta CPMI, é nós termos como norte uma pergunta; esta pergunta é: quem se beneficiou? Quem se beneficiou, politicamente, com o dia 8 de janeiro? Claro, o atual Governo. É por isso que esse depoimento marca, Senadora Eliziane Gama, o início das comprovações das omissões, que, dolosamente, favoreceram o atual Governo Federal.

Pergunto ao Sr. Saulo: o senhor participou da equipe de transição do Governo Lula?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Sim, do grupo de inteligência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O senhor teve acesso ao Relatório de Inteligência 323, feito no dia 27 de dezembro de 2022; portanto, que foi difundido para o Gabinete de Transição?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Nesse relatório, cita-se o seguinte:

Avalia-se que o grupo tenha capacidade, motivação e meios para planejar, executar ou prestar suporte a um ato extremista violento. Ademais, pode atuar como indutor de atos de vandalismo e obter a adesão de participantes da ocupação que originalmente não demonstravam propensão à violência.

A transição do Governo Lula teve acesso a esse relatório, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Sr. Saulo, o senhor foi nomeado, em 1º de janeiro, como Diretor-Adjunto da Abin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 1º de março, a Abin foi transferida da Casa Civil. Até esse momento, o seu superior direto era o General G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 2 de março, um dia depois de a Abin ser transferida para a Casa Civil, saiu a sua exoneração da Abin, mas, no dia 13 de abril, o General G. Dias o chamou novamente para compor os quadros do GSI. Procede?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Procede.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Isso parece muito, Sr. Presidente, com o que aconteceu, Deputado André Fernandes, em relação à Polícia Militar do Distrito Federal, em que o Coronel Klepter deixou a sua tropa de sobreaviso, deixou os policiais em suas respectivas casas, e depois foi promovido por Cappelli, ele foi promovido pelo interventor, o Cappelli.

Em relação à difusão dos alertas de inteligência, Sr. Saulo, eu gostaria de que, inclusive, colocasse os alertas que foram encaminhados – preparei uma apresentação. Nós temos alertas desde o dia 2 de janeiro de 2023, mas, a partir do dia 5 de janeiro, os alertas passam a relatar que havia convocações rumo ao Distrito Federal. No dia 6 de janeiro, às 19h40, o Ministro do GSI recebeu o primeiro informe, alerta de inteligência. Procede, Sr. Saulo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O senhor confirma, então, que o Ministro G. Dias recebeu esses informes? Ele próprio recebeu esses informes?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, Excelência, mais uma vez, esses informes foram encaminhados por mim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Na CPMI do Distrito Federal, da Câmara Legislativa, o General Gonçalves Dias afirmou que, desde o 6 de janeiro, conversou com V. Exa., com o senhor, sobre a segurança do Palácio do Planalto. O senhor já disse aqui que, no dia 8, pela manhã, o General Gonçalves Dias disse, entre aspas: "Vamos ter problemas".

Pergunto: nas conversas com o ex-Ministro-Chefe do GSI, V. Sa. ligava e mandava mensagens de WhatsApp para o telefone privado ou para algum celular funcional de que ele se utilizava?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acredito que seja o privado. Era o único número que eu tinha.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Sa. omitiu do ex-GSI a gravidade prevista para o evento que se avizinhava?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nós não omitimos nenhuma informação. O que acontece é que há uma sequência de eventos. Então, enquanto a agência não tem uma consciência formada, ela não pode fazer afirmações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Certo? Então, o que nós passamos...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, o senhor chegou a abordar com clareza aquilo que estava para acontecer?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu encaminhei para ele exatamente documentos das avaliações, dos alertas da Agência Brasileira de Inteligência que apontam uma evolução da, vamos chamar assim, manifestação e depois das conclamações para atos violentos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito. E, desde o dia 6, então, o Ministro Gonçalves Dias recebeu esses informes?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, desde o dia 6.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 7 de janeiro, ele recebeu outros três informes; no dia 8 de janeiro, ele recebeu outros seis informes a partir das 8h53 da manhã; e depois ainda solicita a V. Exa. que retirasse o nome do relatório que foi encaminhado a este Congresso Nacional?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Em relação aos alertas que o Ministério da Justiça recebeu, pelo que me consta, praticamente todos os informes de inteligência foram encaminhados à Dint, que faz parte do Ministério da Justiça, procede?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Exa., no depoimento que deu na sindicância do GSI, disse que a Dint foi desestruturada após a transição do Governo. V. Exa. reitera essas palavras?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O que eu chamo de desestruturada é que estava em transição. Parece inclusive que a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça depois foi extinta ou remodelada, mas, até aquele momento, nós tínhamos...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Estava desestruturada?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É, nós tínhamos um grupo... Não estou falando que estava desestruturada. Eu usei essa palavra...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É porque V. Exa. falou na sindicância.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu falei essa palavra. Ela estava sendo desmontada, mas, até aquele momento, nós tínhamos como ponto focal, no Ministério da Justiça, a Dint. Até aquele momento, era mantida pelo Ministério da Justiça...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Quem era o Ministro da Justiça à época dos fatos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Flávio Dino, mas eu não estou falando que o Ministro da Justiça que... Não estou...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É porque V. Exa., no relatório da sindicância, disse que, depois da transição, a Dint foi desestruturada.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, mas eu não estou falando que foi o Ministro Flávio Dino que fez isso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, é que ele é o Ministro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Se foi desestruturada, alguém desestruturou a Dint.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Isso é o senhor que está falando. Não sou eu.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sim. Conclui-se, por óbvio.

Em relação ao grupo de WhatsApp Ciisp - Manifestação, no dia 6 de janeiro, uma reunião promovida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para elaboração do PAI (plano de ações integradas). No depoimento que V. Exa. deu também para a sindicância do GSI, V. Exa. afirma que a Abin tinha dois representantes nessa reunião. Procede essa informação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Na reunião de inteligência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Do dia 6?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Não é na reunião operacional. Foram duas reuniões, se eu não me engano.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas no mesmo dia 6?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Parece-me que sim, mas nós fomos chamados apenas para a reunião de inteligência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 7, foi criado o grupo Ciisp – Manifestação. E me chama atenção o fato de que o grupo Consisbin recebeu 26 alertas, enquanto o grupo Ciisp - Manifestação, que era com objetivo específico do dia 8 de janeiro, esse grupo só recebeu quatro informes. Por que essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença de tratamento? Porque no grupo Ciisp, Sr. Presidente, era onde estava o representante do Supremo, do TSE, da Câmara, do Senado. Por que a Abin mandou 26 relatórios, ou melhor, alertas de inteligência para o grupo Consisbin, só que apenas quatro para o grupo Ciisp?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Porque a agência avaliou que eram essas quatro informações que precisavam ser compartilhadas naquele grupo. E esse grupo recebia, além das informações da Abin, outras informações oriundas de outros órgãos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Me parece que a falha de inteligência também está aí, Sr. Presidente, falha essa que o próprio Gonçalves Dias assume na CPI da Câmara Legislativa.

Você tem 26 alertas em um grupo e apenas quatro alertas em outro grupo. Só que esse grupo que recebeu apenas quatro alertas era um grupo, inclusive, em que estavam os representantes dos prédios que seriam invadidos. Isso não pode ser deixado para trás pela Relatora Eliziane Gama.

Em relação aos relatórios, e não em relação aos alertas, aos relatórios de inteligência produzidos pela Abin, antes do dia 8 de janeiro, apenas um relatório foi produzido, que é esse do dia 27 de dezembro, portanto dentro da vigência ainda da Abin feita pelo Governo Jair Bolsonaro. Procede?

Eu gostaria que falasse no microfone, por favor.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Procede.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Depois do dia 8, outros dez relatórios foram feitos pela Abin.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No seu discurso inicial, o senhor afirma que a Abin foi acionada para produzir relatórios elencando todos os fatos passados, ou seja, pegaram conclusões e, a partir daí, começaram a traçar as premissas.

Quem determinou que V. Exa. fizesse esses relatórios elencando os fatos?

(Soa a campainha.)

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Esses relatórios foram feitos de duas formas: uma, por *motu proprio* da Abin, que não podia deixar de ver aqueles fatos e se omitir. Ela tinha que criar informações para assessorar o poder decisório.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O que é elencar os fatos passados, que V. Exa. diz?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Elencar os fatos passados é fazer uma conexão entre as cadeias de ações que levaram ao 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ou seja, havia uma conclusão predeterminada, que é elencar todos esses fatos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não há conclusão predeterminada, Deputado.

Eu não vou entrar no mérito do relatório da Abin. O relatório é da agência, não é meu. Mas não há conclusões predeterminadas.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Alguém pediu para V. Exa. fazer esse elencamento dos fatos passados?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não. A agência pode agir por *motu proprio*.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, partiu de V. Exa. essa iniciativa de elencar todos os fatos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ou seja, de construir uma narrativa partindo de uma conclusão já feita e tentando encontrar premissas, porque foi isso que V. Exa. disse no começo, elencar os fatos passados.

Por fim, Sr. Presidente, acho que fica claro aquilo que nós estamos tentando comprovar desde o início. Eu só queria compartilhar uma informação que eu acho que é de importância para todos nós.

No dia 8 de janeiro, às 6h59 da manhã, o Palácio do Planalto recebeu a visita de uma pessoa. Isso consta dos documentos que nós recebemos.

Quem visita o Palácio do Planalto às 6h59 da manhã? Então, é claro que nós precisamos ainda investigar quem é essa pessoa, mas cada vez mais fica claro aquilo que nós estamos falando desde o início. O Governo Federal foi quem se aproveitou politicamente do dia 8 de janeiro. Partiram de conclusões predeterminadas para tentar encontrar as premissas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo parador inscrito, Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

Eu tentarei ser o mais breve possível, Dr. Saulo. Estou aqui, à sua direita.

Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Desculpe.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – É porque fica o sistema de som e ninguém sabe de onde está vindo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Estou procurando-o, desculpe.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas está... Não, que isso.

Está visto, fique tranquilo.

Queria agradecer, Dr. Saulo, pela sua colaboração. Eu acho que algumas coisas terminaram ficando redundantes mesmo.

Eu acho que a Relatora já fez grande parte das perguntas importantes para a CPMI, e cada um aqui deu a conotação da sua visão política do acontecimento. Mas eu queria lhe perguntar mais algumas coisas.

O ex-Ministro Gonçalves Dias relatou à Polícia Federal, em abril, que soube do envio dos arquivos somente no dia 8 de janeiro, quando ele teve de apresentar uma resposta aos pedidos de informação à Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência do Congresso Nacional.

Aí eu vou abrir aspas:

"Indagado sobre se recebeu informações de inteligência da Abin a respeito do aumento do fluxo de ônibus, chegada de pessoas depois de 6 de janeiro a Brasília, o ex-Ministro informou que não recebeu qualquer relatório de inteligência. Segundo ele, apenas conversou por telefone com o Sr. Saulo Moura em 6 de janeiro, trocando "ideias genéricas" – entre aspas – sobre a segurança do Palácio, não tendo sido falado de nenhum esquema especial para o dia 8 de janeiro, porque, segundo o mesmo, não havia nenhuma informação que indicasse que ocorreriam, naquele momento, os atos que aqui estamos investigando. Entretanto, segundo o documento da Abin, o conteúdo das mensagens enviadas pelo WhatsApp e recebidas pelo GSI indicava a possibilidade de ações violentas e invasão à sede dos Poderes desde 6 de janeiro, além das chegadas de manifestantes no acampamento em frente ao quartel do Exército nos dias que antecederam os ataques, os bloqueios a refinarias e rodovias federais em regiões pelo país todo, além de acampamentos em outras cidades, a articulação dos manifestantes em 8 de janeiro, dia da invasão dos prédios, e relato de que havia movimentação perigosa, bem como o monitoramento de pessoas com acesso a armas e que participariam desses atos".

Ou seja, o documento era bem completo. E já apontava, naquele momento – e eu não estou fazendo, agora, neste momento da minha fala, farei depois –, se o General G. Dias recebeu ou não o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documento. Eu entendi que foi enviado para um grupo de WhatsApp e que ele fala que não estava presente no grupo. A mesma coisa aconteceu aqui com o Coronel Naime, que disse que não recebeu o chamado ou o documento, porque foi recebido num grupo de WhatsApp e ele não olha todos os grupos de WhatsApp. E, realmente, a gente há de convir aqui que todos aqui têm uma série de grupos de WhatsApp e a gente não consegue dar conta dos grupos de WhatsApp.

E aí eu pergunto ao senhor, neste momento: Qual era o nível de cooperação e compartilhamento de informações entre a Abin e o GSI antes e durante o dia dos eventos em questão nesse intervalo de tempo da sua posse até o dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Deputado, como eu disse, as mensagens estão à disposição aqui da CPMI. Essas mensagens foram encaminhadas por mim ao General G. Dias, pelo meu telefone particular. Não foi em grupo. Ele não fazia, realmente, ele não fazia parte de grupos, certo? Eu as encaminhei para o telefone dele, para o número dele.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – No dia 7, é isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Várias mensagens antes.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tá. Antes. Com os relatórios ou só as mensagens?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Com os alertas. Eu não estou falando de relatório.

Eu só queria fazer, mais uma vez, essa distinção, tá?

O General fala em relatórios. Realmente, nós não produzimos relatórios entre o dia 27 de dezembro e o 8 de janeiro.

O relatório de inteligência é um documento analítico. É um documento que não pode ser compartilhado por WhatsApp. É um documento que prescinde tempo de trabalho.

Então, entre o dia 2, na verdade, e a véspera ali, nós não tínhamos nem, ainda, elementos para produzir outros relatórios de inteligência. O que nós estávamos produzindo eram alertas de inteligência, que, sim, eram compartilhados nos grupos de WhatsApp e foram encaminhados por mim, pelo meu telefone particular, para o telefone do General G. Dias.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Está perfeito. Está entendido.

Então, dessa forma, o senhor assegura que o Ministro recebeu, do seu telefone, todos os alertas anteriores ao dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu asseguro que eu os encaminhei para ele.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria agora voltar a essa questão do Ministro, porque o que eu vi aqui, no dia 8 e no dia 9, na imprensa, foi que houve por parte do Governo Federal, principalmente do Ministro Dino, desde a primeira hora da manhã, uma série de tentativas de contato telefônico com as forças policiais do Distrito Federal e com outras forças policiais acerca desse problema.

O senhor sabe alguma coisa em relação a esse fato específico?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, Deputado.

O Ministério da Justiça está fora da alçada do Diretor da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, Dr. Saulo, o senhor já tinha respondido inclusive, está o.k. É só para constar.

Eu queria só falar outra coisa, o senhor fez esses alertas; não é um relatório, mas são alertas. E, nos alertas, o senhor aponta que pessoas tinham armas, sabe, aproximadamente, o número de pessoas que está vindo, o número de ônibus, quem financiou, enfim.

O senhor acha que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi premeditado ou foi uma simples coincidência?

As pessoas que estavam vindo para o dia 8 vinham para fazer o que fizeram?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso... Mais uma vez, eu estou falando aqui da avaliação da agência. Certo? É uma avaliação da agência enquanto eu estava lá, não sei se essa avaliação mudou. Certo?

Nós não podemos afirmar que todos que estavam vindo para Brasília tinham aquela intenção, mas podemos afirmar que alguns ali, entre aqueles que chegaram, claramente tinham a intenção de ocupar prédios, estavam fazendo chamamento à violência, tinham intenções extremistas.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, há um paradoxo muito grande aqui no que a gente está falando agora, porque tem gente aqui que defende que o crime do dia 8 é a omissão. Eu entendo que para haver a omissão, se é que houve e de quem é que houve, que é o que a gente está apurando, tem que haver um ato.

A gente já sabia que essas pessoas vinham armadas, estavam acampadas em frente ao quartel do Exército aqui em Brasília... Por que eu estou dizendo isso, sabe, Presidente, sabe, Relatora? Porque a gente escuta isso quase todo dia de reunião, que foi coincidência, que eram senhorinhas de bandeira, que eram patriotas, pessoas defendendo o país e, pelo relatório da Abin, pelo que o senhor colocou e por esse... Desculpe, por esse outro documento, que não é o relatório, havia pessoas armadas se deslocando para cá e combinando de invadir os prédios dos três Poderes. É bom que isso fique bem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro, porque houve, sabe, Dr. Saulo, uma tentativa claríssima de ruptura institucional. Isso é muito claro!

Houve, não sei, ainda não consigo dizer no meu juízo de valor até que ponto isso atinge as pessoas do antigo Governo ou as pessoas do GSI que estavam no dia 8 de janeiro, mas só lembrando aqui, porque talvez muita gente que está aqui também nunca passou por cargo no Executivo, muitas pessoas que estavam no GSI são do Governo anterior, não são feitas de cargo em comissão como é o ministro, como é o secretário-executivo, são servidores efetivos com função gratificada que tinham, como o senhor mesmo colocou aqui na parte da manhã, apenas seis dias úteis do novo Governo. Então, é bom que a gente coloque isso bem claro só para contextualizar, porque toda reunião a gente fica dessa forma.

Então, quer dizer que houve a omissão, mas, houve a omissão de quê? Das senhorinhas de bandeira? Houve a omissão das pessoas que não são criminosas? Houve a omissão de que tipo de ação?

E uma pergunta que eu faço ao senhor agora, não sei se o senhor consegue responder, é se em algum desses documentos ou em alguma investigação da Abin o senhor identificou algum membro do Governo atual infiltrado durante as manifestações ou dentro do quartel do Exército, inflamando para que aquilo acontecesse no dia 8?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não tenho essa informação para o senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Porque o Coronel Naime já esteve aqui e outro que já esteve aqui também já disse que na investigação da Polícia Militar não havia nenhum infiltrado do atual Governo, nem nas manifestações e nem no quartel do Exército, promovendo invasão de prédio público ou ruptura institucional.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Essa informação nós não tivemos, realmente.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, Presidente, a gente fica – sabe, Relatora? – nesse impasse.

Eu concluo aqui minhas palavras dizendo que a gente precisa decidir o que houve. Se houve uma...

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ...invasão de senhorinhas ou uma simples coincidência do destino, então, não houve omissão de nada. Houve uma fatalidade.

Se a gente está querendo saber se houve omissão de algum agente público, a gente tem que saber que antes da omissão houve um crime sendo cometido por pessoas que estão presas ou não, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas que organizaram, financiaram essa tentativa de ruptura institucional que a gente está vivendo e investigando aqui.

Era só isso, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu queria fazer aqui uma pergunta, mais uma vez, ao Saulo, até para a gente ter esclarecimento e clareza de uma forma mais pontual.

Quando o senhor fala, Sr. Saulo, que o senhor, na verdade, encaminhou e conversou com o Ministro G. Dias e, ao mesmo tempo também, quando o senhor fala do encaminhamento desses alertas, quando o senhor enviava para o Ministro G. Dias, ele retornava para o senhor? Dava algum retorno, algum *feedback* de que estava, de fato, recebendo aqueles alertas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Como eu disse para a senhora, eu tive um *feedback* às 8h53 da manhã, quando eu mandei o primeiro, um dos primeiros contatos com ele, e ele disse: "vamos ter problemas" e, depois, ao momento em que eu falei com ele pelo telefone, ele me pareceu ter ciência dos alertas.

Agora, eu não tenho ali... Eu não sei se a perícia aqui pode saber, ali apareciam dois "vezinhos", mas eu não sei exatamente em que momento ele leu ou não leu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, o senhor fez, foram trinta e poucos alertas aproximadamente do período de 2 ao período de 8 – não é isso? – de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – A Abin fez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, perdão, a Abin fez.

Esses alertas, nesse mesmo período de 2 a 8 de janeiro, também eram encaminhados ao G. Dias?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso dizer se a totalidade deles, mas foram – mas foram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No relatório, porque realmente não estão aqui, consta, na verdade, esse encaminhamento. Eu digo exatamente esses encaminhamentos que o senhor disse mais cedo que foram feitos pelo seu celular.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pelo meu celular.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, pelo seu celular, a partir do dia 2, os alertas também eram direcionados ao G. Dias.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nesses dias anteriores ao dia 8, ele dava algum *feedback* para o senhor ou não deu em nenhum momento? Só deu apenas no dia 8, às 8h da manhã?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, sobre esse assunto nós conversamos na sexta-feira – ele falou isso lá na CPMI – e quando ainda tínhamos apenas a informação dos 43 ônibus e ainda não tínhamos confirmação dos atos violentos.

O Ministro realmente conversou. Nós falamos "olha, até o momento nós temos convocações, mas nós não temos...". Na sexta-feira, realmente não tínhamos ainda, uma confirmação de que havia possibilidade desses manifestantes, dessa manifestação tomar a proporção que tomou, que foi a partir do dia 7, com a chegada dos 105 ônibus, certo?

Agora, efetivamente, no dia, entre o dia, a partir da manhã do dia 8, em que ele me diz, ele me responde "vamos ter problemas", voltamos a falar já no final do dia, em que eu ofereço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No final da manhã?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, no final... Não, falamos por telefone, e ele me responde, novamente, ele interage comigo novamente – vai estar aqui nas minhas mensagens – ao final do dia. Visto que o Palácio estava depredado, eu ofereço para ele, se ele precisasse despachar, uma sala na agência e informo que nós poderíamos convocar o Sistema Brasileiro de Inteligência em apoio à intervenção, se fosse o caso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mais uma informação, Presidente.

Na verdade, o Sr. Saulo já colocou à disposição o aparelho celular. Eu quero perguntar ao senhor se o senhor poderia disponibilizar, neste momento, que ele fosse apreendido de forma rápida, para que a gente pudesse ter acesso a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já combinei com ele que, ao final da sessão, o advogado dele vai acompanhar o membro da Polícia Legislativa, que nós também já solicitamos, para que proceda às conversas que foram mantidas com o General G. Dias.

Passamos agora ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto aqui quase totalmente contemplado pelas perguntas dos meus colegas, mas eu tinha algumas coisas muito pontuais a perguntar pro Sr. Saulo.

Primeiro, que eu acho que o seu depoimento aqui hoje é um dos mais importantes já ouvidos aqui nesta Comissão. Nós estávamos até esse momento procurando e sinalizando para identificação dos responsáveis pela invasão e depredação dos prédios públicos, aqueles criminosos, baderneiros que atuaram de forma decisiva naquilo. Isso já está mais ou menos palmilhado, identificado, muita gente presa justificadamente e muita, injustificadamente, sem razão, mas esse caminho já está bem trilhado.

Hoje nós começamos a nos debruçar sobre aqueles que, por omissão, têm que ser responsabilizados. E aqui eu percebo uma coisa muito clara: que botaram o General Gonçalves Dias como boi de piranha, já o entregaram às piranhas, não é? Aqui não se ouve nenhuma palavra em defesa dele, ele já está plenamente aqui identificado como alguém que se omitiu, tem responsabilidade por omissão pelo que aconteceu. O senhor, de maneira muito clara, diz que ele foi alertado, foi avisado, mensagens foram trocadas, ligações foram feitas e as imagens do General Gonçalves Dias no momento dos atos são muito impactantes. Mas existem outros também que, por omissão, são responsáveis e que estão sendo poupados aqui – um deles é o Ministro Flávio Dino.

O senhor disse que à Dint foi comunicado, através de aviso, da possibilidade de atos graves acontecerem no dia 8 de janeiro, não foi isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Sim, um dos destinatários dos alertas é a Dint.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Eu sou da Polícia Federal, trabalhei na área de inteligência da Polícia Federal; fui Secretário Adjunto de Inteligência do Estado do Maranhão; fui Secretário de Segurança Pública. Sei que um aviso desse de inteligência, quando chega a um responsável, rapidamente chega à autoridade responsável por tomar uma decisão. Não é essa a doutrina de inteligência?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deveria ser.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Não. Eu lhe pergunto se é ou não é a doutrina de inteligência. O senhor é oficial de inteligência.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, é a doutrina de inteligência, mas eu posso...

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – O senhor acha plausível que esse alerta tenha chegado à Dint e ele não tenha chegado à autoridade responsável pelo Ministério da Justiça? O senhor acha plausível, pela nossa doutrina de inteligência, que isso seja possível?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei responder, Deputado. Como eu disse, eu não tenho mais... Depois que a mensagem sai da agência, eu não tenho mais controle.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – O que eu lhe perguntei – o senhor não entendeu a pergunta – é se o senhor acha plausível que um alerta dessa gravidade tenha chegado à Dint, e a Dint não tenha, imediatamente, passado à autoridade responsável por aquele órgão para que tomasse conhecimento disso. Eu não estou falando, perguntando se o senhor acha que foi enviado ou não. Pela doutrina de inteligência, pela norma e pela sua experiência como oficial de inteligência, com mais 30 anos, o senhor plausível que isso tenha acontecido?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe afirmar que seja plausível.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – O senhor, realmente, está tergiversando, mas...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não. Eu não vou fazer esse juízo de valor, porque é outro órgão, e eu não tenho controle sobre outro órgão.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Eu acho que o senhor não está querendo é se complicar nem dizer, mas é óbvio que isso não é plausível. Quem trabalhou na área de inteligência sabe que isso não é possível, não é?

E é claro que essa informação, esse alerta chegou ao Ministro Flávio Dino.

Ele disse aqui na CPMI, aliás ele disse na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara que estavam fazendo ilações, que isso não existe, que esse relatório não existe, nunca chegou e tal. E está claro que chegou ao ministério, ao órgão responsável por municiar o Ministro das informações sensíveis daquele ministério.

O Ministro Flávio Dino disse algumas vezes, aqui e em outros lugares, que acionou a Polícia Militar, acionou o Governador, acionou o Secretário de Segurança Pública, mas não acionou as forças policiais sob sua autoridade, que é a Força Nacional de Segurança Pública, subordinada ao seu ministério, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, com fatos tão graves do conhecimento do Ministro. Não é possível imaginar que ele não tenha responsabilidade sobre isso. A gente tem um ditado popular que é: o que abunda não prejudica. É claro que a competência inicial era da Polícia Militar. É óbvio! Mas, subsidiariamente, dada a gravidade dos fatos que se avizinhavam, ele tinha o efetivo da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e, principalmente, da Força Nacional, com especialidade nesse tipo de ação, e em nenhum momento ele acionou essas forças policiais. Isso é muito grave.

O Ministro Flávio Dino vai ter que vir a esta Comissão explicar isso; vai ter que explicar – porque ele já deu quatro versões diferentes a que horas chegou ao ministério. Por que essa recusa de fornecer à Comissão essas imagens; essa preocupação grande? Disse ao nosso Presidente que ia mandar, que estava elaborando; depois, que não vai mandar mais. Algo de muito grave aconteceu na esfera do Ministro da Justiça, e nós precisamos entender o que foi. Eu não tenho dúvida nenhuma da responsabilidade por omissão do Ministro da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O General Gonçalves Dias já está condenado, a ele não resta salvação, mas, além dele, o Ministro da Justiça e outros pecaram por omissão. E é isso que esta Comissão tem que apurar. Nós vamos também aqui apurar aqueles que deram causa àqueles fatos gravíssimos, aqueles marginais, aqueles criminosos que atuaram naquele dia, mas alguém trabalhou por trás para que aquilo acontecesse, se omitiu de tomar providências que poderiam ter evitado aqueles fatos. E isso também cabe a esta Comissão esclarecer.

É uma pena, Saulo, que você não tenha tido a coragem, talvez, de dizer que o que aconteceu é grave: um alerta de inteligência chegar a um departamento do ministério e, por qualquer situação, não chegou ao Ministro. Isso não é improvável; isso é impossível de acontecer. Porque, senão, esse servidor que recebeu esse alerta, o responsável pela Dint, tem que vir aqui a esta Comissão dizer se recebeu, se não passou e por que não passou. E isso também... Já fiz um requerimento de convocação dele aqui para que diga "recebi e repassei" ou "recebi e não repassei" e "por que não repassei". Porque nós vamos parar com essa proteção excessiva a um ministro que tem muito a explicar a esta Comissão.

Sr. Presidente, eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, vejam que a convocação do Sr. Saulo foi aprovada pela base governista, porque nós não tememos nada nessa investigação. A bancada de oposição não tem voto suficiente para que pudesse permitir a convocação de Saulo, de G. Dias e de quem quer que fosse.

Mas digo isso para justamente destacar, Sr. Saulo, como é bom ouvir o senhor, que é um técnico e que vem aqui para ajudar a investigação.

Pode ter cometido algum erro, um excesso ou uma pouca atuação em determinado momento; poderia ter preparado um relatório e não apenas os alertas na primeira semana. Essa discussão sempre vai existir, mas, objetivamente, o senhor trouxe luz sobre os fatos que aconteceram no dia 8 de janeiro, aqui nesta Casa. E é justamente nessa direção que serão minhas perguntas. Inclusive, o senhor disse agora que a Abin se colocou à disposição da intervenção. O senhor fez essa afirmação.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Sim, da intervenção.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Houve alguma tentativa do Governo para que houvesse alguma omissão de investigação ou de apuração sobre os fatos do dia 8?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Em relação à Abin?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Isso.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pronto. Como é que alguém chega com uma tese dizendo que o Governo causou, e o Sr. Saulo, que hoje nem é mais Diretor da Abin, reconhece: "Eu nunca recebi nenhum comando para acobertar quem quer que fosse". Pelo contrário, ele se colocou à disposição para auxiliar a intervenção.

Por aí, nós já começamos a encontrar a realidade dos fatos do que aconteceu no dia 8 e também do que aconteceu no dia 9, em sequência, que é justamente o Governo: "Vamos apurar para que possamos determinar a responsabilidade de cada um que participou naqueles atos horríveis do dia 8 de janeiro". E aí o nosso ilustre Senador Marcos Rogério usou uma frase que eu vou abrir aspas para repetir: "O depoimento mais importante sobre o 8 de janeiro foi hoje" – palavras do Senador de oposição Marcos Rogério. E aí, para isso, eu preciso ouvir novamente algumas informações que o senhor já trouxe no dia de hoje.

O senhor afirmou ou consta no relatório... Não quero saber a fonte porque o seu sigilo funcional lhe garante, mas o senhor afirmou que, neste ato do dia 8, tinha pessoas que se diziam armadas.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, está nos nossos alertas. No ato do dia 8, havia pessoas que diziam no acampamento que possuíam armas.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Isso já me remete a uma outra pergunta, quando o senhor fala sobre os acampamentos. Nos acampamentos, havia a informação, a partir da inteligência, de que havia pessoas armadas e algumas delas orquestrando um golpe de estado?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Nós tínhamos a informação de que havia dentro do acampamento, no dia 8, convocações para depredação e invasão a prédios públicos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – No furo, Sras. e Srs. Parlamentares, os acampamentos funcionavam como uma fábrica de terrorista, uma fábrica de golpista, onde ali era gestada uma tentativa de golpe de Estado. O senhor sabe informar se o serviço de inteligência antes de o senhor assumir, portanto no Governo anterior, também teve acesso a essas informações dos acampamentos? Ou não sabe informar?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Foi feito um relatório para a equipe de transição que, se eu não me engano, está aqui à disposição desta CPMI, com nomes de grupos e pessoas de caráter radical que teriam sido identificados no meio dos atos, em meio aos atos, dos acampamentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Vejam, portanto, que essa tentativa de golpe que estava sendo gestada a Abin já tinha informado ao Governo passado, que, em vez de coibir, celebrava, comentava no grupo de WhatsApp e torcia por ela.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Da transição.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A Abin, que informou à transição, era do Governo passado. Ou vocês acham que esse informe era apenas para a comissão de transição? É óbvio, senhoras e senhores, que não.

Mas quero prosseguir.

Sr. Saulo, havia uma ameaça constitucional?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Havia uma ameaça de ruptura constitucional a partir do momento, como os próprios fatos demonstram...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sem dúvida, perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – ... as três sedes dos Poderes foram ocupadas e vandalizadas.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu prossigo.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – É uma ameaça à ordem constitucional, sim.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu prossigo.

Já sabemos que os criminosos que se diziam armados, que planejavam lá nos acampamentos... Mas eu queria saber se, na investigação, na inteligência também, de alguma forma, nós podemos definir os objetivos desses criminosos.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, pelas informações que eu tenho – e há outras informações que constam nos relatórios –, o objetivo era a ocupação dos prédios públicos. Eu não posso afirmar – eu, Saulo – outras intenções além disso, mas havia, obviamente, a intenção de uma ruptura institucional a partir da ocupação dos prédios públicos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – É porque, no relatório de inteligência 12, no dia 17 de janeiro de 2023, a expressão exata é "extremistas, violentos e ideologicamente motivados". Se isso não é tentativa de golpe de Estado, é o quê? Perderam a eleição. Não estão satisfeitos. Querem impedir a posse do Presidente Lula; não conseguem. Botam bomba. Invadem a Polícia Federal. E tentam, portanto, no dia 8 de janeiro, uma tentativa de golpe de Estado.

Por que foi o depoimento mais importante? Porque o senhor, que é técnico, que não tem vinculação política, reconhece aquilo que a gente dizia desde o início. Até então, diziam: "Não, são umas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velhinhas que querem apenas se manifestar". Hoje, fica claro que não era isso. Era gente que se dizia armada, planejada, insatisfeita com o resultado eleitoral.

Mas sigamos, porque ainda não acabou por aí.

A tentativa de invasão era a sede dos três Poderes, confirma?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Vejam, senhores, não era algo contra o Governo do Presidente Lula. Manifestação contra um Governo eleito pode acontecer a qualquer momento. Mas, quando é uma tentativa de invasão a três Poderes, isso se chama golpe de Estado. Foram incapazes. A tentativa foi frustrada. Tem que apurar responsabilidades.

E, como V. Exa. bem informa, havia minimamente uma premeditação, procede?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. À medida que há um discurso de que se planeja e se incita, partimos do princípio de que há uma premeditação.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Esta premeditação, portanto, determina ou orienta que esta Comissão de Inquérito descubra quem fez esse planejamento de golpe e também quem financiou, ora, Srs. e Sras. Parlamentares.

E do financiamento vejam as informações. Isso vai iluminar o debate de quinta-feira, e eu vou dar logo um *spoiler*. Tem gente que se beneficiava do Governo Bolsonaro que estava financiando essa tentativa de golpe. Teve gente que, inclusive, financiou a campanha eleitoral do Bolsonaro e estava financiando essa tentativa de golpe. E o bom é que isso não é opinião política; isso são fatos. E fatos a gente comprova na hora em que tiver a quebra de sigilo bancário ou mesmo com o relatório de inteligência financeira.

Um ponto que eu queria ainda discorrer, para poder já me encaminhar para o final, é: quem foi informado? A Abin teve as informações e fez os alertas num grupo de WhatsApp. Aqui já foi muito criticado que a inteligência brasileira use um grupo de WhatsApp. Mas, neste caso, o que eu acho mais interessante é que estava no sexto dia útil de Governo. Na verdade, no quinto. A posse foi dia 1º... Sexto, quinto... Nem as equipes estavam montadas – o senhor sabe, porque o senhor demorou para montar a sua equipe, procede? Demorou?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Perfeitamente.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Quem estava lá no grupo de WhatsApp eram os integrantes do Governo passado, que recebiam as informações e comemoravam e vibravam; que não tinham interesse em coibir ou conter aquelas denúncias golpistas que se avizinhavam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mandaram a informação para as raposas, aí elas não iam tomar conta do galinheiro, elas queriam era tocar fogo no galinheiro. Aí alguém diz: "Ah, chama o Exército". Para quê? Vocês não viram a quebra de sigilo aqui do Mauro Cid? Do Coronel Lawand? Chama o Exército para quê? Para completar o golpe? Só não concluíram o golpe porque houve o decreto de intervenção federal. Quando sustou a ilegalidade e omissão no sistema de segurança, acabou o movimento golpista. Mas, na lógica deles, pelo simples fato...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... de um assessor de quarto escalão ter recebido um alerta da Abin, é suficiente para se fazer uma condenação. Ei, eu quero dizer aqui para o Presidente Arthur Lira e para o Senador Presidente Rodrigo Pacheco terem cuidado, porque daqui a pouco vão convocá-los aqui dizendo que eles foram omissos. Afinal de contas, o prédio deles foi invadido e eles receberam um alerta. De tão estapafúrdia que é essa lógica.

Por fim, houve uma fala de um Deputado que eu respeito muito, mas eu não vou citá-lo, que ele está preocupado com quem se aproveitou politicamente do fato. Eu estou preocupado em apurar quem tentou dar um golpe de Estado. Discussão política, a gente deixa lá para a eleição em 2026. O que nós queremos é apurar quem participou efetivamente dessa tentativa de golpe.

Hoje, com o depoimento do Sr. Saulo, nós temos a prova de que foi planejado, de que foi financiado e de que foi uma tentativa de golpe. Hoje foi o dia em que colocamos mais luz na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador escrito, Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero continuar na linha do Deputado Rubens Júnior. Acredito que hoje estamos avançando bastante na nossa investigação.

Veja, Deputado Rogério, há aqui uma tentativa de dizer o seguinte: a Coordenação-Geral de Inteligência da Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça recebeu alertas. E ligar isso a quem eles querem, por uma questão quase que psicanalítica, pegar, que é o Ministro Flávio Dino.

Então, essa é a tese que está sendo construída a partir da resposta do Sr. Saulo, ou seja, a Coordenadoria de Inteligência da Diretoria de Inteligência do MJ recebeu um alerta. Aqui já tem várias questões para a gente pensar. Recebeu como? Por grupo de WhatsApp. Segurança Nacional brasileira trocando informações por grupo de WhatsApp. Isso tem que ser dito de muitas formas, como já no início a Senadora Eliziane pontuou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Rubens, quem era o coordenador dessa diretoria nesse contexto? Tomás de Almeida Vianna. Que foi nomeado por quem?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Dino.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, Bolsonaro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, não trocou. Triste, eu sei. Aliás, foi até pedagógica essa sua resposta. Muito obrigado por isso.

A resposta inicial de um Parlamentar do campo que está tentando construir essa narrativa foi: "Foi o Dino!". Não. Tomás de Almeida Vianna, o responsável por essa coordenação era nomeado do Governo Bolsonaro, pode procurar. Mas não acabou, não. Não acabou, não.

Quem era o chefe do Tomás antes? Alguém chuta? A Marília. Que foi nomeada por quem anteriormente? Anderson Torres.

Nesse momento, ela estava no MJ? Não, porque ela foi trabalhar onde? Na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Chamada por quem? Anderson Torres. Nem esse argumento se sustenta.

A linha do Deputado Rubens é muito boa.

Até essas informações ficaram provavelmente sob a ciência de quem sequer tinha ligação direta com o Governo eleito, com o Presidente e com o atual Ministro da Justiça, Flávio Dino. Foi muito bom. Se a gente pudesse recortar esse momento em que um próprio Parlamentar que tenta defender a tese de que foi culpa do Governo eleito, que tentou, sei lá, dar um autogolpe, porque não gostou de ganhar a eleição, sei lá o que acontece, a resposta intuitiva e instintiva para "Foi o Dino" é: "Não foi o Dino que nomeou esse coordenador", começa por aí. E ele trabalhava com a Marília, que foi trabalhar com o Anderson Torres, que era o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, que é o órgão responsável pelo policiamento ostensivo no Distrito Federal. É óbvio que houve omissão. Há essa concordância entre todos nós.

Agora, cabe uma outra pergunta: omissão de quem? Omissão da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que era presidida por Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, que estava nos Estados Unidos no dia 8, não estava? Sim ou não? Sim. De férias? De férias?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não sei. Não dormi com ele.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, não estava. Pelo *Diário Oficial*... Como falta inteligência, resta ironia. Pelo *Diário Oficial*, as férias de Anderson Torres começam sabe quando? Nove



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de janeiro. Ainda tem isto: como o servidor público que acaba de assumir o cargo viaja antes de estar formalmente em férias? Estava de forma ilegal nos Estados Unidos.

Dáí eu peguei aqui, para concluir, Protocolo de Ações Integradas... Quando falta inteligência, resta ironia. Protocolo de Ações Integradas nº 2, Manifestação Pública: Chamamento Redes Sociais. Esse protocolo foi feito no dia 6 de janeiro. Um protocolo para organizar a segurança no DF, nos dias 7 e 8, onde chegam os alertas de V. Sa., nesse grupo de WhatsApp, e nas mensagens enviadas diretamente ao aparelho telefônico do Sr. G. Dias. Bem, por esse protocolo, se eu quiser aqui, eu fico meia-hora listando as responsabilidades da Polícia Militar do Distrito Federal, subordinada à Secretaria, subordinada ao Governador.

Vou pegar três exemplos, três exemplos apenas:

- Executar policiamento e monitoramento nas rodovias distritais e de acesso no DF, com o objetivo de prevenir trânsito de veículos de manifestantes para a área central de Brasília [...];
- Reforçar o policiamento ostensivo nas imediações das centrais de distribuição de combustíveis [...].
- Executar o policiamento ostensivo de trânsito no deslocamento dos manifestantes [...];

Esse protocolo de ação da Polícia Militar, Sr. Presidente, foi feito na sexta, mas quando chega domingo, mesmo com esses alertas por grupo de WhatsApp, parte significativa do efetivo estava onde? Protocolo feito na sexta, assinado por sistema pelo Anderson Torres, dizendo quais as funções da Polícia Militar. Mas curiosamente, dois dias depois, parte significativa do efetivo, que deveria estar sob esse protocolo, estava sobre aviso, em casa. Óbvio que houve omissão. Óbvio que houve omissão.

Agora, é uma tentativa fantasmagórica dizer que na última linha de defesa – Palácio do Planalto, STF, e Congresso – é que está toda a questão. Não faz o menor sentido isso. Tem todo um desenvolvimento dos manifestantes até chegar a esse determinado lugar.

Então, na minha opinião, está muito evidente... O depoimento de hoje eu acho muito importante, porque até a tentativa de vincular, insisto, de forma fantasmagórica, ao Ministro Flávio Dino, não se demonstra, até porque o Ministro oficiou a quem tem competência constitucional para fazer a segurança e o policiamento ostensivo.

E, por fim, caminhando para o final... Até peço desculpa a V. Sa. por não estar fazendo perguntas, porque elas seriam retóricas. Às perguntas que tenho, as respostas já foram dadas. Espero que o senhor não trate como desrespeito. Estou buscando utilizar da melhor forma o meu tempo para o debate com a sociedade civil, está bom?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, relatório da Abin... Muitas coisas aqui a gente pode continuar desenvolvendo. E aí eu quero voltar à fala inicial da Senadora, da nossa Relatora sobre financiadores, sobre empresários e sobre um grupo chamado Boina Vermelha. Está aqui, eu vou abrir aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Boina Vermelha – obrigado pela correção.

Esse grupo tem no relatório da Abin: "A presença desse grupo extremista na capital federal eleva o risco de ocorrência de ações violentas, inclusive na posse presidencial", o que reforça a tese de que não foi uma coisa do nada, casuística, dia 8, de repente... Tem discurso, tem evolução, tem indícios, tudo indica que tem planejamento.

E tem um grupo aqui de reservistas autônomos, um grupo informal que se intitula assim e que o relatório da Abin chama de "grupo extremista na capital federal que eleva o risco de ocorrência". Nós precisamos, Senadora, ir a esses nomes dos financiadores, dos que estimulam e dos que se organizam dessa forma, inclusive com membros desse grupo – atenção! – recentemente nomeados em mandato de Deputado aqui na Câmara. Isso não chama atenção? Relatório de inteligência, dizendo que essas pessoas incitam violência contra o Estado democrático de direito e a presença delas na capital...

(Soa a campanha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... federal é um risco. Mas não estão só na capital federal a passeio; estão trabalhando, porque são nomeadas por Deputados nesta legislatura.

Com respeito, com contundência, no bom debate, nós temos que ir até o fim, porque não é por vingança, não é por ressentimento. De verdade, eu não desejo mal, em termos pessoais, àqueles que são meus inimigos. Não fui formado com esse espírito e com essa ética. Vingança e revanchismo não habitam o meu coração, mas justiça e reparação, sim, porque, se o que esse Governo fez cair na história como alguma coisa razoável, é a democracia que perde. O que é crime tem que ser chamado de crime e tem que ser responsabilizado como crime.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Na ausência do Senador Fabiano Contarato, passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas, ouvimos fatos aqui muito graves, na verdade, de que já suspeitávamos. Uma coisa é a responsabilidade de quem se excedeu nas manifestações, invadiu, depredou. Essas pessoas estão sendo responsabilizadas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente, desde o início, foi feita uma responsabilização de pessoas que são apontadas, que teriam se omitido, que foi o caso – vamos entrar aqui no mérito – da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Mas agora o que nós temos aqui, com o depoimento do Sr. Saulo, é a confirmação de que o Ministro do GSI do Lula, Sr. Gonçalves Dias, foi alertado expressamente, desde o dia 6 de janeiro, e, inclusive, respondeu ao depoente, em uma mensagem – ele disponibilizou o telefone dele –, no dia 8, pela manhã, cedo, bem antes, de que haveria o risco de invasões. As mensagens estão aqui, escritas, desde o dia 6, 7: risco de invasão e de violência. E o que fez o GSI? O que fez o Ministro do GSI do Lula, homem de confiança do Lula? Não fez nada! O Exército prestou informações a esta CPMI e afirmou que tinha um pelotão... Desculpe, pelotão, não; tinha um batalhão de 200 soldados para pronto emprego no dia 8, que estariam na Esplanada em 30 minutos, e, no entanto, a solicitação que veio do GSI – era o GSI que era o competente para fazer essa provocação – veio apenas às 11h57 da manhã do dia 8, e com a solicitação de 30 soldados, quando havia 200 disponíveis.

O que explica esse comportamento? Uma negligência absoluta do General Gonçalves Dias? O que aconteceu?

E nós ficamos depois cientes – agora confirmado pelo depoente – de um fato ainda mais grave: o Poder Executivo, o Governo Lula prestou informações falsas à Comissão de Inteligência do Congresso Nacional. O Depoente aqui admite que recebeu uma determinação do Ministro do GSI do Lula para suprimir de um documento a ser encaminhado ao Congresso informações relevantes acerca do que aconteceu no 8 de janeiro. Coincidência? Difícil. E nós aliamos esse fato a um outro, que foi a supressão, desde o início, dos vídeos do Planalto, que só vieram à luz por conta de um vazamento feito pela CNN.

Então, nós estamos assistindo aqui, Presidente, uma sistemática obstrução da Justiça, inclusive em relação a esta CPMI. Agora, será que a omissão foi somente do GSI? Aqui tem uma dúvida relevante que a gente precisa esclarecer: por que o Ministério da Justiça também estava entre os destinatários daquelas mensagens?

Ontem, o Diretor-Geral da Polícia Federal deu declarações e disse expressamente que não precisava ser um vidente para saber que ia ter invasão e depredação. Ele falou expressamente isso e ele falou que alertou o Ministro da Justiça no dia 7, e esse ofício está à disposição da CPMI. Aí nós vemos o Ministro da Justiça, por portaria, autorizar o emprego da Força Nacional, mas, até hoje, nós não sabemos onde estava a Força Nacional de Segurança Pública no dia 8 de janeiro. As informações que vêm da imprensa são de que ela teve uma intervenção tardia, às 16h, após a invasão.

Presidente, se eu fosse Ministro da Justiça e recebesse uma informação de que, no dia seguinte, haveria um risco de invasão do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, eu botava toda a Força Nacional na Esplanada dos Ministérios, eu ligava para o Batalhão do Planalto e pedia mais gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá. Eu não ia simplesmente me fiar numa suposta barreira a ser feita pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Quando daí nós verificamos que as respostas que o Ministério da Justiça tem encaminhado às nossas indagações desta CPMI são respostas evasivas, nós recebemos aqui uma informação de que a Força Nacional tinha 296 mobilizados no dia 8 de janeiro. Mas onde estavam essas pessoas? Quando que elas foram efetivamente empregadas? As respostas não vêm, por isso a gente precisa ouvir os chefes da Força Nacional para entender o que eles estavam fazendo antes da invasão e por que não foram empregados antes.

Quando a gente solicita, requisita os vídeos do Ministério da Justiça, a gente recebe uma resposta negativa: "Ah, peçam lá ao Supremo". O Ministro da Justiça, o Ministério da Justiça deveria aqui ser o primeiro a querer esclarecer esses fatos, para que não paire nenhuma dúvida sobre a correção do seu comportamento.

Agora, o fato é que a responsabilidade dos invasores e pela depredação não exclui a responsabilidade daqueles que, tendo o poder de evitar os acontecimentos, se omitiram. E parece aqui bastante evidente, pelas evidências. Eu questiono aqui se o Governo disputa esse fato de que o Ministro Gonçalves Dias se omitiu, mesmo tendo sido deliberadamente informado do risco de invasão e depredação. E nós precisamos avançar para saber se outros também se omitiram, daí a necessidade de ver essas provas.

Eu tenho umas indagações específicas, Sr. Saulo, muito rapidamente.

Quando o Ministro Dias solicitou supressão das informações do relatório?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Eu não sei lhe dizer a data exata, mas foi exatamente no mesmo dia em que ele recebeu a primeira planilha.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O ofício que o senhor encaminhou ao Congresso é de 20 de janeiro.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Possivelmente um dia antes ou dois.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor recebeu informações do dia 6 ao dia 8, antes das invasões, de que haveria risco de invasão e de depredação. O senhor compartilhou essas informações, discutiu esses fatos com quais autoridades do Governo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não discuti esse fato com nenhuma autoridade do Governo. As informações foram repassadas. Eu falei com o Ministro G. Dias, como já disse aqui, na sexta-feira. Agora, com nenhuma outra autoridade. Nosso canal técnico é o GSI. Agora, elas foram repassadas para esses grupos, para essas entidades, que já estão à disposição da CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor tem conhecimento se o Ministro Dias compartilhou essas informações ou conversou sobre esses fatos com alguma outra autoridade?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Ele não me informou disso.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor não indagou a ele?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não indaguei.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor chegou a ter alguma conversa com ele nesse período entre o dia 6 e o dia 8, até as invasões?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – No dia 6, à noite, nós conversamos, como eu já disse, e depois continuei encaminhando as mensagens para ele. Voltamos a nos falar pessoalmente na tarde do dia 8. Na manhã do dia 8, eu mandei uma mensagem, aquela mensagem aqui já citada, e ele me diz, me responde dizendo que achava que teríamos problemas.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor foi nomeado provisoriamente como Diretor-Adjunto da Abin no dia primeiro? Dia 2 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Primeiro de janeiro, se eu não me engano.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Primeiro de janeiro.

Mas, depois, o senhor foi confirmado nessa posição, correto?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu continuei na posição de diretor-adjunto até o momento em que há mudança da posição da Abin para a Casa Civil. O Presidente achou por bem indicar outro diretor e o diretor-adjunto foi trocado também.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor, por ter permanecido nesse período, tinha a confiança do General Gonçalves Dias no exercício do cargo?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, claro.

Eu espero que sim, na verdade.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Os motivos da sua exoneração?

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Algo relacionado a esses fatos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não que eu tenha tomado conhecimento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nas informações prestadas pelo Exército, o Exército afirma que teria esses 200 soldados disponíveis no batalhão do Planalto, mas que foram requisitados apenas 30 pelo GSI para atuação e eles dependiam da solicitação do GSI para mandar mais pessoas, mais soldados.

O senhor teve algum envolvimento ou participação ou conhecimento deste fato?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, a operacionalização da segurança do Palácio não diz respeito à Abin.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Em relação à Força Nacional, o senhor chegou a conversar com algum dos comandantes? Algum dos membros da Força Nacional sobre a operacionalização da segurança?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Dentro da Abin, essas informações sobre invasão, depredação, não foram compartilhadas pelo senhor com os seus subordinados ou outras pessoas?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Elas foram produzidas... Esses alertas são produzidos por uma equipe de oficiais de inteligência.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Então, era de conhecimento ali dentro da Abin...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... do seu círculo que...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... havia essa ameaça?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Obviamente.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Não era algo que era tratado em sigilo ou escondido ali dentro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, pelo menos pela equipe que está...

Nós temos uma questão chamada de compartimentação, mas, obviamente, a equipe que estava acompanhando, como eu disse, nós temos um centro de monitoramento de crise, essa equipe participava da elaboração dos alertas, até porque era ela que recebia as informações oriundas dos nossos agentes operacionais ou fontes.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Última pergunta para encerrar, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Saulo, se o senhor tiver a resposta para isso, para essa questão – já que o senhor era parte do Governo Lula à época como Diretor-Adjunto da Abin, um cargo, não é de nada, de quarto ou terceiro escalão, um cargo de alta importância dentro da estrutura do Governo –, por que o Governo Lula ignorou os alertas da Abin sobre a invasão e depredação dos prédios públicos no dia 8 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso lhe responder, eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente, Saulo, colegas.

Bom, primeiro, Presidente, se me permite, gostaria de lhe parabenizar pela coragem de hoje de manhã ao bater o pé e dizer que as imagens precisam ser encaminhadas do Ministério da Justiça pra esta Casa.

É bom lembrar que esse requerimento foi votado e aprovado por esta Casa sem que a esquerda tenha se dado conta. Lembra, colega André, que foi num pacotão, aprovamos ali, depois, inclusive, tentaram reverter a aprovação.

Chama-me muito a atenção que alguém que quer ser Ministro do Supremo Tribunal Federal, como o Flávio Dino, não saiba e não queira cumprir a lei, Presidente. É óbvio que esta CPMI tem poder de polícia e que nós podemos ter acesso às imagens.

Então, os meus parabéns!

Só queria lhe dizer que Flávio Dino foi às redes e o senhor já ganhou um inimigo. Ele não está contente com a sua atuação aqui na Casa, então tem que abrir o olho, porque sabe que o homem está com tudo.

Mas queria fazer uma pergunta pro nosso colega Saulo, da Abin.

Saulo, como foi o pedido de G. Dias para fraudar o documento? Ele foi via telefone, pessoalmente, foi via WhatsApp, pombo-correio? Como é que aconteceu esse pedido de G. Dias, Ministro de Lula, para fraudar, então, o nome dele no documento?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Bom, Deputado, o senhor que está falando em fraude, não sou eu. Ele pediu para que o nome dele fosse retirado do relatório. Ele me pediu pessoalmente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Pessoalmente?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Pessoalmente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Pessoalmente. Então, se foi pessoalmente, como é que ele lhe pediu? Foi através de um almoço? Houve outros assuntos?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Não, houve um despacho, e ele me solicitou isso.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ele solicitou? E o senhor aceitou tirar o nome dele? O que seria, no meu ponto de vista – se retirar um fato que existiu – seria uma fraude. O senhor aceitou fazer isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não... Eu acatei uma ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Acatou uma ordem?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Acatei uma ordem.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Como é que o senhor entende que o G. Dias está lá na CPI do MST, provavelmente dizendo que o senhor está mentindo aqui, que o senhor não teria o comunicado dos atos do dia 8 de janeiro em nenhum momento?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu coloquei o meu sigilo à disposição.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Maravilha.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acho que no momento que a CPMI tiver acesso às mensagens, vai ficar claro que versão está correta e é a verdadeira.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Perfeito.

Eu acho que fica mais do que necessário, Presidente, que a gente convoque imediatamente G. Dias para vir aqui e daqui a pouco fazer uma acareação e que ele possa também abrir o seu sigilo, como o Saulo está fazendo, para que a gente possa saber quem está mentindo, porque é um assunto que me parece ser muito relevante. Afinal, um está acusando o outro de mentira.

Mas para quem acha que não aconteceu nada, que simplesmente não fazer nada não é grave, eu agora ali ao meio-dia estava assistindo, por infelicidade, mas enfim, ali no restaurante da Câmara estava passando o programa da Globo, e ela chama esses atos como golpistas. Ou seja, a Rede Globo, financiada com R\$54 milhões do nosso dinheiro, já tem o veredito.

Eu gostaria de fazer uma analogia, para que as pessoas entendam o que é uma omissão.

Vamos pegar o acidente de avião, Senador Cleitinho. O avião pousa, e o mecânico, que é o nosso amigo Saulo aqui, ele avisa mais de 30 vezes ao seu superior: "O avião está com problemas, o avião vai



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cair. Vai cair. Vai cair. Vai cair". Mais de 30. Foram quantas? O senhor me corrija. Quantas vezes foi avisado? Trinta e...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Se eu não me engano, 33.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Trinta e três, beleza. Trinta e três vezes! Ele avisou ao seu superior, ao gerente, que o avião iria cair. Quem que era o seu superior? G. Dias. indicado por quem? Presidente Lula – eu não sei se teu pai, Eduardo, indicou o G. Dias, mas me parece que não, que já era o Governo Lula. Beleza.

O que é que G. Dias fez? Duas opções: ou ele não fez nada e foi omissos, e tem que responder por isso, ou ele avisou aos superiores, e esses superiores nada fizeram, que aqui seria Flávio Dino e Luiz Inácio Lula da Silva.

Como nós poderíamos descobrir se ele foi avisado ou não? Primeiro, abrindo o sigilo, como o senhor fez. G. Dias abrindo seu sigilo telefônico, para nós descobrirmos se ele avisou ou não o Flávio Dino. E nós tendo acesso às ditas imagens do Ministério da Justiça, que, por uma infelicidade da esquerda do Governo, foi aprovado aqui, e que não quer ser revelado pelo Ministro da Justiça. E que o senhor muito bem, ainda compreensivamente, Presidente, deu 48 horas, que aliás já se passaram seis horas, e, pelo que eu sei, a gente ainda não recebeu as imagens para comprovar se Dino estava lá, vendo tudo acontecer, ou não estava, se sabia ou não sabia. E se ele sabia? Se estava lá de manhã e viu acontecer? Então, G. Dias não foi o culpado. O culpado foi o seu superior.

Mas, continuando na analogia, o avião caiu – caiu o avião. Foi avisado mais de 30 vezes. Aí nós tínhamos um bombeiro, Deputado Eduardo Bolsonaro, que se chamava Coronel Naime. O Coronel Naime foi lá, saiu da sua casa, enfrentou o fogo e está preso por omissão, enquanto quem permitiu que o avião caísse, avisado mais de 30 vezes, está solto, e o seus superiores, soltos.

Ora, é algo que a gente só vê no Brasil mesmo. Não faz o menor sentido que um cidadão que ofereceu água, foi avisado 33 vezes, por mais de seis dias, que poderia acontecer uma tragédia como aconteceu está solto, e o Coronel Naime, que saiu da sua casa de férias, levou rojão nas pernas, brigou com vândalos, está preso por omissão. Estava de férias! Ora, em que mundo a gente vive?

Mas aí o Senador Amin fez uma questão que é muito interessante: a quem interessa o que aconteceu? E, ao contrário, colega Rubens Júnior, o senhor falou: "Nós tínhamos... o Governo tinha todo interesse de saber a verdade".

Eu pesquisei, até o André aqui, que foi quem criou a CPMI, me disse que o senhor não assinou a CPMI. Então, é engraçado: tinha interesse de investigar, mas não assinou; tinha interesse de investigar, deu 60 milhões para Deputado tirar assinatura; tinha interesse de investigar, mas não aprova um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento da oposição. Poxa, que interesse é esse? Eu não sei se, para uma criança de três anos, ela vai acreditar que vocês tinham algum interesse de investigar.

Mas a resposta ao Senador Amin é clara. Como aconteceu em 1933, na Alemanha nazista, quando Hitler botou fogo no Congresso e usou aquele ato para perpetrar a sua ditadura na Alemanha, a gente tem fatos aqui. Vamos lá, colega Eduardo: hoje surgiu que CACs estavam nas manifestações. Não houve um tiro, mas "CACs estavam", ou seja, querem implementar a narrativa para desarmar o povo. Afinal, as ditaduras que hoje existem no mundo são todas de esquerda. Afinal, o comunismo só é implementado não pela democracia, porque ninguém quer viver no inferno que eles pregam. Então, qual é o primeiro passo que Hitler fez, que Fidel fez, que Chávez fez? Retirar as armas – já estão colocando isso na narrativa.

Segundo passo, que a invasão foi planejada pelas redes sociais. E qual que seria o foco? Censurar a rede social através do PL 2.630, que Dino tentou emplacar na Câmara. Não conseguiu, agora eles estão visando a um outro ponto para censurar as pessoas.

Criminalizaram a oposição, afinal nós, bolsonaristas, somos todos tratados como marginais: se você não concorda com o corrupto condenado em três instâncias, você é um bolsonarista radical. Ou seja, nós temos agora... A PGR, semana passada, pediu informações dos milhões de seguidores do Presidente. Para quê? Para coagir, como foi visto na Venezuela. Igualzinho!

O povo preso, as mais de 2 mil pessoas... Teve autista, Senador Sergio Moro, teve vendedor de pipoca, teve Uber, que estava lá. Juntaram tudo como se fosse... como se não fosse gente, como se fossem bicho, e botaram na cadeia. Para quê? Para que o povo hoje tivesse medo de sair às ruas e se manifestar contra um governo. Esse é o foco!

E aí eu digo para vocês, para finalizar, Presidente: povo desarmado, rede social censurada, povo com medo de protestar, Justiça aparelhada, que só tem um lado – afinal, Naime preso, G. Dias solto... No meu ponto de vista, parece que esse era o objetivo, e, ao que parece, os verdadeiros golpistas não são os patriotas; são quem planejou e deixou que os atos acontecessem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu tenho um vídeo a ser apresentado, peço para que, por favor, deixe engatilhado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Mas, antes, preliminarmente, eu faço aqui só uma... Chamo a atenção dessa Comissão, porque, muito anteriormente, foi falado sobre a questão do vazamento criminoso do Coaf dos dados bancários do ex-Presidente Jair Bolsonaro, mas que, além dele, constam ainda, de maneira que não foram pedidas pelo Senador Kajuru e atemporais também, as quebras de sigilos dos Srs. José Luiz Carlos da Costa; Jairo Moreira da Silva; Luiz Oliveira; Mauro Cesar Lourena Cid, que é o pai do Coronel Cid; da filha dele, de 14 anos, que preservaram o nome; Antonio Braga Firmo Ferreira, tio da Primeira-Dama; e João Norberto Ribeiro, tio da esposa Gabriela.

Então, só para dizer que essa covardia não foi implementada apenas contra o Presidente Jair Bolsonaro.

E parabenizo aqui a conduta de V. Exa., porque, de fato, isso daí tem que ser investigado. É um escárnio que a gente tenha aqui autoridades arrotando a todo momento as palavras democracia e Estado democrático de direito, e não conseguem preservar os sigilos bancários de uma pessoa da qual não foi pedida a sua quebra. Assim sendo, obrigado.

Peço à Mesa que, por favor, passe o vídeo, para eu tecer as minhas considerações.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Presidente, o vídeo foi feito, obviamente, antes desse depoimento de hoje, mas certamente é a primeira vez que a gente está tendo algo produtora nesta Comissão, no sentido de realmente investigar, trazer aqui uma pessoa para que contribua sobre os esclarecimentos pertinentes aos fatos de 8 de janeiro.

E as matérias já começam a circular na imprensa. A *Revista Oeste*, por exemplo, já está aqui noticiando: "Urgente: ex-Abin removeu o nome de G. Dias de relatório a mando do próprio Ministro".

Bem, além de policial federal, eu sou advogado, e, na minha terra, pelo menos na minha faculdade, na UFRJ, quando me formei em Direito, eu aprendi que uma das causas para a prisão preventiva é a obstrução de justiça. Por muito menos o Secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, foi preso, e ele não tem nenhuma conduta comissiva atrapalhando as investigações. É por isso que a gente tanto reclama aqui que tem havido dois pesos e duas medidas. Como é que pode a esquerda vir aqui...

Agora descobriram até o nome de uma nova servidora, Mirele, Milene, não sei; descobriram o nome de uma servidora e falaram: "Essa daí foi nomeada pelo Bolsonaro, estava no GSI, ou estava sei lá onde, e depois foi para a Secretaria de Segurança Pública do DF". Eu falei: "Acharam agora a servidora que foi a responsável por permitir as invasões". Enquanto que o Secretário de Segurança Pública foi parar na prisão por meses, e aqueles que foram alertados, segundo diz aqui o nosso depoente, o ex-Diretor da Abin, o Saulo Moura da Cunha, mais de 33 alertas, e nada fizeram! Não é que nada fizeram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não, pelo contrário: colocaram ainda... Tendo 200 pessoas disponíveis para fazer a segurança no Palácio do Planalto, apenas 30 efetivamente se encontravam no local.

O outro, o policial, para não dizerem que a gente está querendo privilegiar a Polícia Militar do DF, o Coronel Klepter, que poderia ter colocado de prontidão as tropas para que imediatamente intervissem, em caso de manifestações violentas, deixou o pessoal de sobreaviso em casa, esse que acabou sendo promovido pelo Interventor Cappelli a ser o 01 da Segurança Pública do Distrito Federal.

Então, é muito fácil você entender por que é que a esquerda tenta acabar com estas investigações aqui e faz...

É quase hilário você ver aqui o Líder do Governo vir e dizer: "Não, nós estamos trabalhando pela investigação" – pelo amor de Deus! Segundo aqui o que o Deputado Mauricio Marcon falou, ele não assinou sequer esta CPMI. E *O Antagonista* dando conta de que foram oferecidos R\$160 milhões para o Deputado, para que não assinasse ou que retirasse a assinatura para ocorrer esta CPMI aqui, e vários outros cargos oferecidos.

Então, se você conectar as peças, você vê claramente o que é que está acontecendo, e é importante que esta CPMI se mantenha digna de respeito. E como é que isso se faz? Chamando aqui, na próxima audiência, pelo menos o GSI Gonçalves Dias. E, na sequência, o Ministro da Justiça, Flávio Dino, tem que vir aqui dar explicações.

Ora, se qualquer cidadão se nega a entregar à Justiça o seu celular, ele está fazendo obstrução de justiça! A próxima coisa que vai acontecer com ele, certamente, é uma prisão preventiva. Agora, o sujeito se sente tão acima do bem e do mal, tão acima da lei, que ele vem aqui e "não, não vou entregar e dane-se". Isso porque esta Comissão ainda foi benevolente e dilatou o prazo para que ele entregasse as imagens. E, mais uma vez, a base governista dizendo que faz tudo pelas investigações; deram uma barricada aqui, comeram bola, foi aprovado o requerimento, tentaram retirar depois, viram a ineficiência do seu trabalho e tentam até hoje impedir que essas imagens do MJ venham a público. O que querem fazer impedindo a investigação?

Será que ali está a hora que o Flávio Dino entrou, a hora que ele saiu, e que ele viu de camarote tudo, que estava praticamente torcendo para que esses atos acontecessem, os quais, muitos têm lembrado, remontam à Alemanha dos anos 30, onde houve o incêndio do Congresso alemão, e, após isso, Hitler conseguiu fazer a caça às bruxas daqueles que ele bem entendesse? Se fosse hoje, o Hitleralaria "sem anistia", certamente.

Enfim, Presidente, a história só vai se repetindo.

Eu só tenho uma pergunta a fazer ao Ilmo. Sr. Saulo Moura da Cunha e é com relação às armas. É porque aqui sempre tentam fazer narrativas. Eu recordo ainda que, enquanto em atividade na Polícia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, quando a gente ia fazer algum cumprimento de mandado de busca e apreensão na casa de alguém ou mandado de busca e prisão, se houvesse sequer a suspeita de aquela pessoa ter uma arma, a gente ia fazer a execução dos mandados como se uma arma ali tivesse – por óbvio que a gente não vai colocar em risco os operadores numa situação daquela. A pergunta que eu faço ao...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... ex-Diretor da Abin é: o senhor teria notícias de alguma apreensão de armas no dia 8 de janeiro ou notícias de disparo de fogo no dia 8 de janeiro?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Não, não tenho.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Então, eu acho que...

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O Diretor da Abin... Eu não tenho conhecimento.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Mas eu também não tenho conhecimento sobre todas as apreensões que foram feitas naquele dia. Mas o Diretor da Abin... Eu, em exercício naquele dia, não tenho esse conhecimento.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É porque querem dar contornos aqui de extremistas, etc. No entanto, é o golpe que ocorreu num domingo, com Brasília esvaziada, onde não se tinha quem seria o próximo ditador, caso o golpe tivesse sucesso, que não realizou apreensão de nenhuma arma, mesmo Cappelli andando pela Esplanada dos Ministérios, apontando o dedo para quem deveria ser preso ou não, agindo aí, sim, como um ditador, de maneira arbitrária...

Isso aí tem que ser deixado bem claro, Presidente, porque já foi salientado aqui que querem demonizar a questão das armas de fogo para retirar e desarmar a população, que certamente é, como a história nos mostra, a primeira medida que todo ditador faz.

Além disso, para finalizar também, muito atento com a questão do que a base governista tem dito sobre o uso de redes sociais para a confecção desses atos do dia 8 de janeiro, porque não funcionou a estratégia deles para aprovar o PL 2.630, jogando com o emocional, dizendo que o PL 2.630 deveria ser aprovado para que as criancinhas das escolas não fossem mais assassinadas. É aquela desculpa para inglês ver da maneira mais suja, baixa e vil possível! Agora estão querendo dizer que o controle das redes sociais será para o bem da democracia, para que não se repitam atos como os do 8 de janeiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente, a todos os Senadores e Senadoras, a todos os servidores desta Casa aqui também e ao Saulo, que está presente hoje aqui.

Saulo, eu vou ser bem breve, porque eu já fui muito bem contemplado aqui com várias perguntas, mas o que me chama a atenção aqui é que a base governista está falando que teve omissão, mas não foi do Governo atual. Então, foi de quem? Porque é o seguinte: por que exonerou o G. Dias? Se ele estava certo, não precisava ter sido exonerado, não. Ele podia estar no cargo dele até hoje.

A própria Relatora que está aqui foi coerente hoje, ela foi coerente. Ela disse duas vezes para o senhor: "Absurdo o que foi feito na questão de ter mudado o relatório e nunca ter pedido para se tirar o nome do G. Dias". Então, a gente pede até à Relatora, porque eu sei que ela vai ser coerente no relatório final... A gente está comprovando aqui que teve omissão.

E eu quero deixar bem claro que eu não estou passando pano para nada. Para mim, no país aqui, Sr. Saulo, a gente tem que ser... O que é certo é certo, o que é errado é errado. E você mostrou isto aqui: transparência.

Uma pergunta que eu queria fazer para você é a mesma da Senadora Damares, porque depois eu vou lhe fazer outra pergunta. Então, a pergunta que eu queria fazer é a seguinte: naquele momento, no domingo, que você estava conversando com o G. Dias, na hora que você mostra para ele... E eu vou deixar bem claro que eu sei que o senhor não tinha o poder de decisão. O senhor está ali o instruindo, o orientando. Ele pega e fala: "Vai complicar. Tá complicado". Você, no lugar dele, teria tomado outra atitude?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para depor.) – Senador, eu não posso dizer se eu teria tomado outra atitude, porque eu não sei que outras informações o Ministro tinha naquele momento. Então, não posso responder pelo Ministro.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Você já me respondeu.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – O que eu posso fazer é passar a informação.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Mas você já me respondeu. Muito obrigado.

Então, o que eu quero mostrar para vocês ali é que, naquele momento, teve omissão ali, naquele momento, em que tem até um relatório falando que, em 20 minutos, poderia chamar toda a tropa para poder blindar todos os três Poderes aqui, e não teve isso aqui. Então, é bem clara a omissão que teve. É bem claro... É assim: deixa vir, deixa quebrar tudo mesmo, e vamos ver no que é que vai dar. Isso é nítido! Por que foi que exonerou o G. Dias, gente? Não faz sentido isso, não!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria mostrar o eslaide ali, fazendo favor. E eu queria muito que o senhor agora pudesse não generalizar, mas... Com a foto dessa senhora que vai mostrar aqui, o senhor, como da inteligência, um servidor que tem muita competência e tem experiência... Mostrem a foto para mim, para ele poder falar para mim, fazendo favor.

Essa Irmã Ilda teria, pela experiência que o senhor tem, algum golpe de Estado, com a Bíblia, com a... Eu queria muito que o senhor me respondesse com toda sinceridade.

Aqui, olhem, vou deixar bem claro: quem quebrou vai pagar. Eu estou querendo dizer... Por que é que eu quero individualizar? Vou deixar isso bem claro. Porque inocentes estão pagando pelos pecadores.

Então, eu queria uma resposta muito objetiva do senhor aqui: se uma senhora igual a esta, com a Bíblia na mão, teria algum problema de destruir a nação?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Vou lhe dar a resposta de um oficial de inteligência analista: eu não tenho condições de afirmar com as informações que eu tenho sobre essa pessoa.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor acabou de me responder de novo, porque Deus está vendo tudo e Deus conhece o seu coração e sua intenção. Você sabe que uma Irmã Ilda desta, nunca, jamais na vida, ia dar um golpe de Estado, gente

Mas agora, eu sou um cara tão justo... É porque aí, a base governista, a todo momento, está falando: "Ah, quem financiou? Quem fez? Quem criou isso tudo?". Agora, eu queria aqui tirar, amassar o joio do trigo, porque quem não deve não teme. E eu queria que mostrassem este vídeo agora, mostrassem aqui. Vamos lá, vamos mostrar para toda a população brasileira. Vamos mostrar, já que tem um financista... Olhem aí que coisa! Olhem aí. Aumentem o som. Voltem e aumentem o som, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Mais! Tem mais um aí. Pode continuar. Façam favor aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Eu quero só falar para a base governista, porque acaba que a gente tem sempre que aprovar os requerimentos aqui.... Base governista, vocês querem tanto saber quem foi que fez isso tudo: "Missão dada é missão cumprida". Vamos buscar a Ana Priscila aqui, pedir, o mais rápido possível, para convocá-la aqui, para ela dar "missão dada, missão cumprida", falar quem foi que financiou, quem que mandou ela quebrar o pau, igual ela estava quebrando ali.

A gente tem que separar o joio do trigo. Isso nunca representou a direita. Isso é uma charlatona, que usou a direita, usou a imagem do ex-Presidente Bolsonaro, para fazer graça e pedir Pix. É uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

charlatona. E querem sempre vincular a imagem dela com o ex-Presidente Bolsonaro. Pois ela mesma fala mal do Presidente Bolsonaro, mandando o Presidente Bolsonaro morrer.

Então, se vocês querem tanto resolver este problema aqui e dar transparência para a população brasileira, que tal se a gente convocar essa tal de Ana Priscila agora aqui? Para a gente saber o que é missão dada e missão cumprida? Porque ela vai ter que responder para cada um de nós aqui. Eu estou aqui para fazer o certo, para fazer o justo, dentro deste país aqui. Quem errou vai ter que pagar, mas tem vários inocentes pagando pelos pecadores.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o último orador inscrito, Deputado Abilio.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Sr. Presidente, peço que seja incorporado ao meu tempo o tempo da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... o de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem direito a oito minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Pelo Governo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu acredito que, por mais que o senhor peça para que a gente não tenha nenhum tipo de humor, de ironia ou sarcasmo, por mais que o senhor peça, nós estamos recebendo um ex-superintendente da Agência Brasileira de Inteligência, não é isso?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (*Fora do microfone.*) – Diretor Adjunto.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Diretor Adjunto da Abin?

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA – Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Agência Brasileira de Inteligência. Que usava grupo de WhatsApp para organizar as ações?

Parabéns! Inteligente.

A Agência Brasileira de Inteligência também é a que mandou um monte de relatórios e alertas para o Ministro do GSI e que deixou por isso mesmo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligente. Parabéns!

Teve uma transição de Governo, se eu não me engano – o senhor falou por diversas vezes que fez parte do grupo de transição –, que não foram só cinco dias de transição, não é? É uma brincadeira com a nossa inteligência falar que teve só cinco dias de Governo.

Foram milhões gastos em um hotel, lá no centro, perto da antena, aqui em Brasília, fazendo transição. Se não trocou quem devia trocar, é porque foi muito inteligente.

A Abin deve tratar com tanta inteligência... Um golpe, no domingo, com os prédios vazios, e com o Lula fora, fugido, no dia anterior! Entendi. Muita inteligência!

A Abin notificou, no grupo de segurança, que tinha vários membros participando, o senhor mesmo mandou mensagem para o G. Dias, que sabia, que sabe muito bem que com inteligência dá para evitar que tudo aconteça, mas, com muita inteligência, estava lá o G. Dias abrindo porta, ajudando. Com muita inteligência. Estava lá o fotógrafo, fazendo fotos, como abrir a porta...

O senhor sabia, mais ou menos, quem estava organizando? É claro que sabia. Quem é que estava mais ou menos envolvido? É claro que sabia. O senhor falou, por diversas vezes, que não teve aí o relatório do Exército. Na verdade, com a inteligência que tinha, e que tem, tinha gente lá dentro do Exército, lá dentro do QG lá, de onde o pessoal estava com a manifestação, não tinha?

Tinha alguém lá dentro informando vocês: "Ó, estão fazendo isso!".

Porque como o senhor ia saber que estava passando carro de som lá, se o senhor não tinha relatório do Exército? O senhor tinha alguém lá dentro, dentro das manifestações.

O senhor tinha informação. Como inteligência, que eu imagino que tenha, o senhor tinha alguém que sabia: "Ó, esse aqui está liderando, esse aqui está puxando o assunto, esse aqui está se informando".

Tinha. É brincar com a nossa inteligência. É brincar com a nossa inteligência querer nos fazer acreditar que isso não era de conhecimento do Governo Federal. É brincar com a nossa inteligência querer criminalizar os bolsonaristas por um ato que poderia ter sido repreendido pelo Governo Federal. E aí, desculpem-me aí os que me antecederam e alguns Deputados meias-bocas, alguns Deputados que vêm aqui só para...

Vocês tiram sarro da população brasileira. Vocês tiram sarro das pessoas que estavam orando lá, que estavam com a bandeira na mão. O Rogério Correia publica nas redes sociais dele chacota atacando o Deputado Nikolas. O Pastor da Shopee fica ofendendo outros Deputados aqui também. E acham ruim eu rir da cara de vocês? E acham ruim eu ridicularizar vocês aqui pessoalmente, não pelas redes sociais? Chamam-me de palhaço, de quinta série... Vocês acham que a gente é burro para acreditar nessas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

narrativas de vocês? Nem nós, nem a população brasileira. Rir de vocês, na sua cara, é um ato muito mais de coragem do que de covardia. Eu estou aqui. Eu olho para cada um de vocês. Olho para o Rogério Correia, que tem vergonha de sentar, às vezes, do meu lado, mas nas redes sociais é homem para lá me atacar. Eu estou aqui, ao seu lado. Faz brincadeira comigo! Tira sarro! Agora, não vem tirar a inteligência da população brasileira. Não se faz golpe invadindo prédio público. Para de idiotice! Para de conversa fiada!

Quantas vezes o senhor já teve reunião por Zoom? O senhor já teve reunião por aplicativo? Reunião *online*, virtual, por videochamada? O serviço poderia funcionar em qualquer lugar que fosse. O Presidente é Presidente pelo seu ato, pela sua instituição, não por aquele prédio. O Congresso é o Congresso e pode funcionar remotamente, não pelo prédio. O STF funciona remotamente, não pelo prédio. O que fizeram aqui foi uma narrativa, aí sim, com inteligência, de copiar o que aconteceu com os Estados Unidos para tentar consolidar autoridade para um governo com histórico de corrupção e com altíssima rejeição pela população brasileira, e aí, através de uma narrativa fraudulenta de golpe, tentar silenciar a oposição com medidas arbitrárias e autoritárias, como recorrentemente tem sido feito.

Olhem, Deputados, se eu rio de vocês, é porque a população também ri quando vocês acham que estão conseguindo convencer alguém com essa historinha. Não estão. Quando me perguntam se eu tenho coragem de andar no aeroporto, eu tenho, com alegria. Tiro foto com as pessoas, celebro com elas. Elas estão felizes de eu rir da cara de vocês face a face...

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... com coragem. Elas estão felizes de devolver a cada um desses esquerdistas o que eles fizeram. O que eu estou fazendo aqui na CPMI não é nem 10%, Presidente, do que a Sâmia está fazendo lá na CPI do MST, não é nem 10% do que o Randolfe fez subindo em cima dessa mesa, não é nem 10% do que esses Deputados meias-bocas estão fazendo aqui quando eles ridicularizam, xingam e ofendem os convocados face a face.

Então, se o senhor me repreende por sinais de mão, se o senhor me repreende por sorrisos, vai ter que repreender uma população inteira que não aguenta, que não aguenta essa falsa historinha que estão tentando contar.

E o meu nome, Presidente, o senhor sabe muito bem, o meu nome é Abílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abílio, com todo respeito às colocações de V. Exa., eu não tenho nada a ver com o que está acontecendo na CPI do MST, eu não tenho nada a ver com o que aconteceu aqui em CPMI ou CPIs passadas. Eu não tenho como intervir no que aconteceu ou está acontecendo alhures. Agora, não importa se é V. Exa. ou qualquer outro Parlamentar, eu tenho obrigação de manter a ordem, sob pena de todos nós nos ridicularizarmos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que cada um tem a sua prática política, mas o respeito só faz ajudar na convivência, então, eu não gostaria que V. Exa. trouxesse esses exemplos para poder justificar o comportamento equivocado de quem quer que seja.

Com a palavra – é o último orador inscrito –, no tempo da Liderança do Governo, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Quero apenas dizer que eu não tenho problema nenhum, muito menos receio ou medo, de sentar ao lado de qualquer Deputado, bem porque prezo o processo democrático. Agora, perto de alguns, em especial esse, a gente tem realmente um desconforto espiritual, porque realmente a ignorância e o negacionismo não podem ultrapassar a ciência, e esse foi o caso que nós vimos hoje. Felizmente, aqui prevaleceu a ciência e os fatos.

Eu queria parabenizar o Saulo pelo depoimento que deu, colocou com muita convicção os seus pontos de vista e, do ponto de vista técnico, nos colocou também coisas importantíssimas. Do ponto de vista de quem fala pelo Governo, um Governo que foi eleito e que viu, a cinco dias úteis de quando tinha tomado posse, os três Poderes serem invadidos, é evidente que esse Governo tem um desconforto com esse golpe e a obrigação de punir quem foram os responsáveis por tudo aquilo, e é isso que o Governo está fazendo agora, agindo, portanto, de maneira absolutamente correta.

Não é crível para ninguém, é por isso que a população não acredita, que foi este próprio Governo que assistiu porque quis e facilitou a ocupação dos três Poderes. O Governo daria o golpe em quem se ele estava acabando de ser eleito, tinha feito uma posse maravilhosa? O que levaria o Governo a querer que aquilo acontecesse e a ajudar que aquilo acontecesse? Por isso não é crível, é um negacionismo da ciência e, neste caso, um negacionismo da história, aí querem negar os fatos.

Ainda bem que tem a Abin, por exemplo, a Agência de Inteligência, que não deixa negarem os fatos. Quando ela faz uma análise estratégica do processo, ela vai pegar uma análise desde aquilo que aconteceu há mais tempo atrás. Pega, por exemplo, 7 de setembro de 2021, ocasião em que o ex-Presidente Jair Bolsonaro ameaçou o país de golpe, ameaçou o Supremo, chamou de canalha um Ministro do Supremo e disse que não obedeceria mais nenhuma orientação do Supremo. A partir dali e daquela noite em Brasília, nós tememos que um golpe viria.

E ele foi, fez um ato público no dia 7 de setembro, com dinheiro público – está respondendo por isso –, viajou a São Paulo, onde queria anunciar a garantia da lei e da ordem. Por isso a Abin faz a referência daqueles atos, porque eles foram, desde aquela época, violentos, e faz uma equivalência do que aconteceu aquele dia com o dia 8. Por que equivalência? Porque os mesmos que planejaram aquele dia planejaram o dia 8 e, por trás disso, havia o ex-Presidente da República, que o tempo inteiro dizia que as eleições não eram democráticas, que as urnas não eram confiáveis, que não era para o povo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acreditar no resultado eleitoral. Disse isso a embaixadores – está inelegível por causa disso – e fez uma verdadeira pregação antidemocrática no Brasil. Foram essas as palavras do Presidente da República durante boa parte do seu Governo.

Quando ele perdeu as eleições, ele não teve respaldo político, justiça seja feita. O Presidente da Câmara, que tinha apoiado o Bolsonaro, Presidente Arthur Lira, imediatamente reconheceu o resultado das eleições e, portanto, deixou sem base política o golpe pretendido pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro, e a mesma coisa fez o Presidente do Senado, ou seja, as forças políticas não aceitaram o processo golpista. As Forças Armadas se dividiram, e parte delas, naquele dia inclusive, ao invés de reprimir os golpistas, defendeu os golpistas. Nós vamos ver isso aqui. Quem puder assista às declarações daquelas e daqueles militares, que caíram inclusive daqui de cima, do Senado e da Câmara, empurrados por golpistas, e se machucaram no dia. Não é verdade que não havia armas...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A Polícia Civil encontrou muitas armas, nós vamos ver dentro do processo da Polícia Civil. Esse é público, esse não é sigiloso, não, já está lá, basta ler. Vocês vão ver que havia muitas armas que foram apreendidas.

Fora as armas, pessoal, do George Washington, aquele que tentou colocar a bomba e que aqui ficou calado, que vocês não quiseram apertar. George Washington, ele sim, estava com um arsenal de armas e disse que distribuiria no acampamento, e a Abin agora, e o Saulo disse isso aqui, também vislumbrou que ali era um centro, sim, de preocupações de pessoas ultrarradicais, que incentivavam o golpismo.

Então eu acho que a gente sai daqui, é muito claro: havia um movimento para que houvesse ocupação dos três Poderes e a quebra constitucional, como disse o Saulo, do ponto de vista técnico. Essa é a verdade. Isso ficou mais uma vez provado aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

Passo agora a palavra, para suas considerações finais, ao Dr. Saulo Cunha.

O SR. SAULO MOURA DA CUNHA (Para expor.) – Excelentíssimo Presidente, mais uma vez eu vou ser breve.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Realmente, a Senadora Damares percebe, não é fácil, mas faz parte da vida do profissional de inteligência, e eu, tendo ocupado o cargo mais... tendo respondido pela Abin, a mim me cabia esclarecer que a agência cumpriu a sua missão institucional e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe informações relevantes sobre o dia 8 de janeiro. Então, quero agradecer e me colocar à disposição.

Vou fazer aqui os procedimentos necessários para entregar o meu telefone e permaneço à disposição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se o senhor quiser me entregar o telefone, eu já passo para a Polícia do Senado. Está aqui.

Eu quero parabenizar o Dr. Saulo por essa boa vontade, essa contribuição, essa colaboração verdadeira aos trabalhos da CPI. Realmente V. Exa. veio aqui na condição de testemunha. Eu confesso ao senhor, eu posso falar agora aqui em público: antes de começar a sessão, eu fui ao Dr. Saulo nessa sala que fica ao fundo da CPI para perguntar a ele se haveria alguma diferença para ele ou para o depoimento, para a contribuição que poderia trazer esta CPMI se a reunião fosse secreta ou aberta. E ele me disse que não, que não faria nenhuma diferença porque ele realmente tinha uma única preocupação, que era não poder falar, expor sobre assuntos de que ele tomou conhecimento em função do cargo que ele ocupa, do seu trabalho na Agência Brasileira de Inteligência. E eu confesso que naquele momento eu fiquei em dúvida se de fato era essa a sua preocupação ou se, como outros que vieram aqui, o propósito de V. Exa. seria sonegar informações ao nosso trabalho.

E observei que, ao longo do trabalho, ao longo desse depoimento bastante longo, porque nós começamos aqui às 11h da manhã e já são 6h da tarde, portanto sete horas de depoimento, o senhor realmente trouxe aqui informações muito importantes e verdadeiras para esta CPMI. E, mais do que isso, abre mão aqui do seu serviço telemático, do seu sigilo telemático justamente para contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu quero aqui passar o celular. Tem senha o celular? Passa aqui para o Dr. Leandro, que é o diretor aqui da Comissão, para que possa extrair aqui os diálogos que aconteceram entre o Dr. Saulo Cunha e o General Gonçalves Dias.

Encaminhando para o final desta reunião, registro a presença dos advogados do depoente, o Dr. Leonardo Zaramela Fraga e o Dr. Marcelo Akiyoshi Loureiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Coloco em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa de leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Antes de encerrar ainda a reunião, eu queria fazer aqui a seguinte ponderação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem várias solicitações de vários Deputados, principalmente da Relatora, no sentido de que nós façamos uma reunião deliberativa na próxima reunião. Sabemos que na última reunião em que tivemos uma deliberação aqui de requerimentos se criou aqui, justamente em função de termos aqui uma apresentação de pauta já na hora da reunião, nós tivemos aqui umas dificuldades que foram trazidas por alguns Parlamentares. Eu não gostaria que esse episódio se repetisse.

Diante disso e considerando que eu realmente não tenho conhecimento do que significam todos os requerimentos que foram apresentados, nem pela Relatora nem por outros tantos Parlamentares que se dirigiram a mim, eu quero aqui, portanto, dizer que hoje nós não teríamos oportunidade, não teríamos como apresentar uma pauta. Não temos como, porque eu quero analisar cuidadosamente cada um dos requerimentos que serão apresentados, que serão colocados em pauta.

E também temos um prazo, um prazo legal para que até a meia-noite de hoje apresentemos publicamente essa pauta para que ela seja votada.

Então, para que nós possamos avançar no sentido de fazer uma reunião que de fato seja produtiva na quinta-feira, a minha proposta seria marcar uma reunião deliberativa, colocar apenas simbolicamente um projeto em pauta e amanhã, coletivamente, construirmos uma pauta de acordo.

Claro que essa pauta de acordo não implica que as pessoas tenham que votar naquele requerimento que não for do seu acordo, não for da sua concordância, mas, amanhã, nós chamaríamos, olharíamos com cuidado todos os depoimentos, todos os requerimentos que foram solicitados para a pauta e apresentaríamos essa pauta até a tarde de amanhã para que todos pudessem ter conhecimento. E traríamos essa pauta na condição de extrapauta apresentada pela Presidência para a reunião de quinta-feira.

Isso está de acordo com todos? Como é que a gente poderia avançar nesse sentido?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – Posso falar?

Presidente, eu acho que é um encaminhamento razoável. Acho que amanhã a gente pode estar construindo esse encaminhamento. Eu, inclusive, apresentei um requerimento que seria para hoje, mas em função do que V. Exa. coloca, também acabamos retardando um pouco porque não daria tempo. Nós temos esse requerimento que eu apresentei como extrapauta, mas não solicitei nenhuma convocação, porque, na reunião da semana passada, na sessão deliberativa, havia um acordo de não ter convocados, mas apenas outros requerimentos. Mas, diante, na verdade, dessa nova convocação e, portanto, agora para quinta-feira, eu acredito que a gente possa, inclusive, até ampliar ou substituir, se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for necessário, a partir desse requerimento extrapauta que nós apresentamos hoje. E me coloco, inclusive, para a gente fazer esta reunião amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu quero só finalizar, Presidente, e fazer aqui, em nome da justiça, porque no intervalo daqui dos trabalhos eu fui ao gabinete, conversei com algumas pessoas da Comissão, e a nossa relatoria tem, para além dos indicados da minha assessoria, nós temos servidores de carreira desta Casa e nós temos os servidores requisitados de vários órgãos. Nós temos Polícia Federal, CGU, TCU, servidores do Banco Central e também da Receita Federal, que estão dando apoio à Comissão.

E, diante, na verdade, de ilações, eu diria assim, colocadas pelo colega Senador, de que esses profissionais poderiam ter vazado informação sigilosa desta Comissão, eu quero deixar aqui apenas a minha solidariedade a esses companheiros e reafirmar, Presidente, que eu solicitei a V. Exa. mais cedo, que proceda, na verdade, essa investigação. Falo isso aqui com a total tranquilidade.

Fiquei... lamentei, inclusive coloquei isso para os colegas, lamentei profundamente o vazamento dessas informações, porque esse vazamento traz prejuízos graves para o trabalho e, portanto, para a investigação.

Então, eu quero deixar aqui a minha solidariedade e a minha total confiança nesses profissionais que têm feito um trabalho com muita celeridade, com muita dedicação e com muita probidade – todos eles. Então, fica o meu registro e fica a minha solidariedade, e mais uma vez a minha reafirmação de confiança nesses profissionais.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Pela ordem.) – Só para ressaltar a questão que V. Exa. tem levantado. Primeiro, eu ressalto aqui a minha solidariedade ao Presidente Jair Bolsonaro, que teve seus dados vazados de maneira injusta, mesmo esse relatório do Coaf tendo sido de acesso a pouquíssimas e seletas autoridades. Alguém vazou, não sei quem foi.

Mas, enfim, eu vejo com certo receio pautar para amanhã esses requerimentos, porque, pelo que eu vi...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, veja bem. Eu acho que V. Exa. entendeu mal. Eu não estou pautando para amanhã, eu estou dizendo que amanhã eu avaliarei, pois vários Deputados, tanto do Governo quanto da oposição, me encaminharam solicitações de que requerimentos fossem pautados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso que eu não tenho conhecimento de todos os requerimentos. A Senadora Eliziane, a nossa Relatora, apresentou, salve engano, 95 requerimentos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É que eu vi alguns...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não tive a oportunidade... Então, a minha ideia amanhã é analisar cada um, e está claro que está aberto para quaisquer outros Parlamentares que queiram ver os seus requerimentos pautados. Encaminhem-me amanhã, nós vamos fazer uma análise e, na quinta-feira, aí sim, faríamos uma reunião deliberativa para decidir sobre esses requerimentos.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – É porque alguns dos requerimentos que eu vi fazem menção à quebra de sigilo de pessoas ligadas à Primeira-Dama. Alguns deles, parece-me, Presidente, decorrência até do fruto desse vazamento ilegal do Coaf.

Então, me parece temerário que, de maneira muito rápida, a gente venha a analisar esses requerimentos. De certo já que eu vou me opor, se realmente for configurado esse sendo o caso, mas V. Exa. está esclarecendo, então, que seria para quinta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... a análise desses requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente, para quinta-feira.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – A votação?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para quinta-feira.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – E sobre a construção de uma pauta acordada, V. Exa. estava falando. Se puder falar um pouco mais...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acordada, não. Mas eu vou... quem... os Sr. Parlamentares que tiverem interesse de pautar algum requerimento, os que foram apresentados, com mais urgência, nos encaminhem a relação que amanhã vamos fazer uma avaliação detalhada para que não aconteça o que aconteceu naquela última reunião, e aí na quinta-feira nós colocaremos os requerimentos em apreciação.

Pois não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só observando o seguinte: tem um colegiado de Deputados representando base e oposição para poder sentar com o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor e discutir, talvez um pouco previamente, amanhã à tarde, em algum momento, tomar conhecimento de quais são as pautas para que não tenhamos uma sessão tumultuada na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não teremos uma sessão tumultuada.

Eu me comprometo que apresentaremos a pauta até amanhã, à tarde de amanhã, até o final da tarde, 17h no máximo. Apresentaremos amanhã, na quarta-feira, ou até antes, vamos marcar para 15h o momento final para que a gente possa avaliar esses requerimentos e colocar na pauta para que todo mundo possa ter conhecimento sem nenhuma dificuldade.

Deputado Rogério Correia. *(Pausa.)*

Então, não havendo nada mais a tratar, eu quero agradecer a presença de todos, agradecer particularmente a colaboração da testemunha, Dr. Saulo Cunha, e declarar encerrada a presente sessão, convocando uma nova reunião ordinária para a próxima quinta-feira, às 9h da manhã.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 19 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Izalci Lucas, Fernando Dueire, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Amanda Gentil, Duda Salabert, Rodrigo Valadares, Gervásio Maia, Josenildo, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Laura Carneiro, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Rodolfo Nogueira, Delegado Caveira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Carlos Sampaio, Aluisio Mendes e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1387 de 2023** que: "Requer à Agência Brasileira de Inteligência - ABIN que encaminhe e compartilhe, em formato digital, relatórios e informes de inteligência produzidos pela Agência, no período de 1/10/2022 a 1/1/2023, relacionados aos acampamentos e manifestações." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2023** que: "Convoca Cíntia Queiroz de Castro, Coronel e Subsecretária de Operações Integradas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 355 de 2023** que: "Convoca Marcela da Silva Moraes Pinno." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 382 de 2023** que: "Convoca Marcela da Silva Moraes Pinto, Cabo da Polícia Militar do Distrito Federal." **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 563 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Marcela da Silva Moraes Pinno." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 622 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Cíntia Queiroz, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal e ex-Subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do DF." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 648 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Cíntia Queiroz, Coronel/PMDF, então Subsecretária de Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 885 de 2023** que: "Requer a convocação do Sargento Luís Marcos dos Reis." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 902 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Cíntia Queiroz de Castro, coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, como testemunha." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 1025 de 2023** que: "Convoca Luis



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos dos Reis" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO Nº 1137 de 2023** que: "Convoca o Luis Marcos dos Reis, sargento do Exército." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO Nº 1166 de 2023** que: "Convoca Cíntia Queiroz de Castro." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO Nº 1190 de 2023** que: "Convoca Cíntia Queiroz de Castro, Coronel da PMDF." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO Nº 1422 de 2023** que: "Convoca o senhor WALTER DELGATTI." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO Nº 1426 de 2023** que: "Convoca Luis Marcos dos Reis, ex-supervisor da Ajudância de Ordens do ex-Presidente da República" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 1428 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti" **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 1429 de 2023** que: "Convoca CEL. Cíntia Queiroz" **Autoria:** Deputado Duarte Jr.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 1431 de 2023** que : "Convoca Walter Delgatti Netto" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 1433 de 2023** que: "Convoca Marcela da Silva Moraes Pinno" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 1434 de 2023** que: "Convoca Luis Marcos dos Reis" **Autoria:** Deputado Duarte Jr. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 1439 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti Neto." **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 1514 de 2023** que: "Convoca Luis Marcos dos Reis" **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 1515 de 2023** que : "Convoca Cíntia Queiroz" **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 1525 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti." **Autoria:** Deputado Pastor Henrique Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 1526 de 2023** que: "Convoca Walter Delgatti." **Autoria:** Deputado Rubens Pereira Júnior. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da agência de notícias Reuters." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2023** que: "Convoca, como testemunha, Adriano Machado." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO Nº 246 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Agência Reuters." **Autoria:** Senador Marcos do Val. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2023** que : "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Revista Crusoé e Agência Thomsom Reuters." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO Nº 976 de 2023** que : "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da Agência Reuters." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO Nº 992 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 34 - REQUERIMENTO Nº 1197 de 2023** que: "Convoca Adriano Machado, fotógrafo da agência de notícias Reuters." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 35 - REQUERIMENTO Nº 1161 de 2023** que: "Convoca Tomás de Almeida Vianna." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 36 - REQUERIMENTO Nº 1179 de 2023** que: "Convoca Tomás de Almeida Vianna." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 37 - REQUERIMENTO Nº 1287 de 2023** que: "Convoca Sandro Augusto de Sales Queiroz." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 38 - REQUERIMENTO Nº 1396 de 2023** que: "Convoca o Coronel Sandro Augusto de Sales Queiroz, então Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança Pública." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - REQUERIMENTO Nº 1356 de 2023** que: "Transferência de sigilo bancário e fiscal de Mauro Cesar Barbosa Cid de 2020 até hoje." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO Nº 1452 de 2023** que: "Transferência de sigilo fiscal e bancário de WM Teixeira Assessoria - Serviços Administrativos no período de 2020 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - REQUERIMENTO Nº 1453 de 2023** que: "Transferência de sigilo fiscal e bancário de Lopes e Filho Consultoria LTDA no período de 2020 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - REQUERIMENTO Nº 1050 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de George Washington de Oliveira Sousa, no período de 01 de junho de 2022 e 24 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - REQUERIMENTO Nº 1054 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Alan Diego Rodrigues dos Santos, no período de 01 de junho de 2022 e 24 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - REQUERIMENTO Nº 1343 de 2023** que: "Transferência dos sigilos telefônico e Telemático de Wanderli Baptista da Silva Junior." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - REQUERIMENTO Nº 1344 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e Telemático de Carlos José Russo Assumpção Penteado." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de José Eduardo Natale." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Jader Silva dos Santos." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Gustavo Morong Rosty." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de Marco Edson Gonçalves Dias" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - REQUERIMENTO Nº 1350 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de CARLOS ONOFRE SEREJO LUZ SOBRINHO, de 02/10/2022 a 31/01/2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ANDRÉ LUIZ GARCIA FURTADO, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de CARLOS EDUARDO FEITOSA RODRIGUES, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - REQUERIMENTO Nº 1353 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ALEXANDRE SANTOS DE AMORIM, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - REQUERIMENTO Nº 1354 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ALEX MARCOS BARBOSA SANTOS, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - REQUERIMENTO Nº 1355 de 2023** que: "Transferência de Sigilo telefônico e telemático de GUSTAVO HENRIQUE DUTRA DE MENEZES, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - REQUERIMENTO Nº 1357 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de AILTON GONÇALVES MORAES BARROS, de 01/01/2022 a 31/07/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - REQUERIMENTO Nº 1358 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ADILMAR DE SOUZA DAS CHAGAS, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 58 - REQUERIMENTO Nº 1359 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ANDERSON GUSTAVO TORRES, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 59 - REQUERIMENTO Nº 1360 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de ELÇO MACHADO NEVES, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 60 - REQUERIMENTO Nº 1361 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de GABRIEL KENZO FERRAZ SUMIDA, de 02/10/2022 a 31/01/2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 61 - REQUERIMENTO Nº 1362 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de JORGE HENRIQUE LUZ FONTES, de 2022 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 1363 de 2023** que: "Requer a quebra de sigilo telefônico e telemático de Mauro César Barbosa Cid, no período de 2022 até a presente data." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 1366 de 2023** que: "Transferência de sigilo telefônico e telemático de LAÉRCIO DA COSTA JUNIOR, de 02/10/2022 até 31/01/2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 1367 de 2023** que: "Transferência de Sigilo telefônico e telemático de ADILSON RODRIGUES DA SILVA, de 02/10/2022 até 31/01/2023" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 888 de 2023** que: "Requer compartilhamento de minuta extraída do celular e outras provas referentes ao tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, obtidos pela Polícia Federal." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 897 de 2023** que: "Rrequer, à Polícia Federal, a íntegra da minuta encontrada na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 1067 de 2023** que: "Requer à Junta Comercial do Pará e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que enviem os dados das empresas das quais George Washington de Oliveira já foi ou é sócio ou quotista." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 1338 de 2023** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União a realização de fiscalização nas contratações de empréstimos realizadas por empresas do Grupo Sipal, do qual faz parte a Sipal Indústria e Comércio LTDA (02.937.632/0017-01), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período de agosto até dezembro de 2022." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 1404 de 2023** que: "Requer, ao Tribunal de Contas da União, que realize fiscalização para verificar a regularidade das contratações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal com a empresa COGNYTE BRASIL SA." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 1046 de 2023** que: "Requer a quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL – EIRELI, no período de 1º de janeiro de 2022 a 30 de abril de 2023." **Autoria:** Deputado Rogério Correia.

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 1308 de 2023** que: "Transferência de sigilo (Rifs) de Adriano Barzotto, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 1309 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Alan Juliani referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 1310 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Antônio Galvan referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 1311 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de CEMATU PARTICIPACOES LTDA referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 1312 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Cláudia Scholl Urio, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 1313 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Devalci Ribeiro Valadares, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 1314 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Edson Luiz Casagrande, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 1315 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Franciele Barbosa de Souza, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 1316 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Heitor Garcia de Deus Cunha, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 1317 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Humberto Falcão referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 1318 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Jefferson da Rocha, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 1319 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de João Norberto Ribeiro, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 1320 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de José Alípio Fernandes da Silveira, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 1321 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Júlio Augusto Gomes Nunes, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 1322 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Lopes & Filho Consultoria Ltda, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 1323 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Lucas Costa Beber, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO Nº 1324 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de Vanderlei Cardoso de Barros, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 1325 de 2023** que: "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira - de WM Teixeira Assessoria & Serviços Administrativos, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 89 - REQUERIMENTO Nº 1326 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ZELIA DO CARMO SOARES DE BARROS, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 90 - REQUERIMENTO Nº 1327 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VALDIR EDEMAR FRIES, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 91 - REQUERIMENTO Nº 1328 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de LUCIANO JAYME GUIMARÃES, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 92 - REQUERIMENTO Nº 1329 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Luis Marcos dos Reis, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 93 - REQUERIMENTO Nº 1330 de 2023** que : "Transferência de Sigilo (RIFs) de Marcelo Lourenço Sousa, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 94 - REQUERIMENTO Nº 1331 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Marcos da Rosa, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 95 - REQUERIMENTO Nº 1332 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Nayara Raissa Soares de Barros Bittencourt, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 96 - REQUERIMENTO Nº 1333 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Sérgio Pitt, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 97 - REQUERIMENTO Nº 1334 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Silvinei Vasques, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 98 - REQUERIMENTO Nº 1335 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Somar Representação e Comércio LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 99 - REQUERIMENTO Nº 1336 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Claudio de Barros Nunes, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 100 - REQUERIMENTO Nº 1337 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Maria Wanuzia Batista Barros, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 101 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VALTER GATTO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 102 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1365 de 2023 que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VAPE TRANSPORTES LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 103 - REQUERIMENTO Nº 1368 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de JOEL RAGAGNIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 104 - REQUERIMENTO Nº 1370 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de VITOR GERALDO GAIARDO, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 105 - REQUERIMENTO Nº 1371 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de SERGIO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 106 - REQUERIMENTO Nº 1372 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ADAUTO LUCIO DE MESQUITA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 107 - REQUERIMENTO Nº 1373 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de AGRITEX COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 108 - REQUERIMENTO Nº 1374 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de ARGINO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 109 - REQUERIMENTO Nº 1375 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de COMÉRCIO E TRANSPORTES COMELI LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 110 - REQUERIMENTO Nº 1376 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Dalila Lermen Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 111 - REQUERIMENTO Nº 1377 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de EVANDRO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 112 - REQUERIMENTO Nº 1378 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de JOVECI XAVIER DE ANDRADE, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 113 - REQUERIMENTO Nº 1379 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 114 - REQUERIMENTO Nº 1380 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de RAUL JOSÉ DE ABREU STURARI, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 115 - REQUERIMENTO Nº 1381 de 2023** que: "Transferência do relatório de inteligência financeira (RIF) de Ridauto Lúcio Fernandes referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 116 - REQUERIMENTO Nº 1382 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de TRANSPORTADORA ROVARIS LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 117 - REQUERIMENTO Nº 1383 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de SIPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 118 - REQUERIMENTO Nº 1384 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de SERGIO BEDIN, referentes ao período de 1º de janeiro de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 119 - REQUERIMENTO Nº 1385 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS (INSTITUTO SAGRES), referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 120 - REQUERIMENTO Nº 1386 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Roberta Bedin, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 121 - REQUERIMENTO Nº 1467 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Farley Vinicius Alencar de Alcantara referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 122 - REQUERIMENTO Nº 1468 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de R. P. Cunha Informática referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 123 - REQUERIMENTO Nº 1494 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Roberto Katsuda referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 2 de agosto de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 124 - REQUERIMENTO Nº 1495 de 2023** que: "Transferência de sigilo (RIF) de Reginaldo de Souza Leitão, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 125 - REQUERIMENTO Nº 1496 de 2023** que: "Transferência de sigilo (RIF) de Osmar Crivelatti, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 126 - REQUERIMENTO Nº 1497 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Enric Juvenal da Costa Lauriano, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 127 - REQUERIMENTO Nº 1498 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Djairlon Henrique Moura, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 128 - REQUERIMENTO Nº 1499 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Walter Delgatti Neto, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 129 - REQUERIMENTO Nº 1500 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da Cooperativa Mista de Mineradores do Alto Tapajós, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 130 - REQUERIMENTO Nº 1501 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Brunna Maria Gravena Katsuda, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 131 - REQUERIMENTO Nº 1502 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de BMG Comércio de Maquinas Eireli, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 132 - REQUERIMENTO Nº 1503 de 2023** que: "Transferência de sigilo (RIF) de BMC Máquinas, Equipamentos Pesados, Engenharia e Locações Ltda, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 133 - REQUERIMENTO Nº 1508 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) de Ricardo Pereira Cunha referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 2 de agosto de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 134 - REQUERIMENTO Nº 1509 de 2023** que: "Transferência de Sigilo (RIFs) da empresa Mineracao Carajas Limitada referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 até 2 de agosto de 2023." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 135 - REQUERIMENTO Nº 1510 de 2023** que : "Transiferência de sigilo (RIF) de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

FARLEY VARIEDADES LTDA, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 136 - REQUERIMENTO Nº 1339 de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino de Castro e Costa, informações por meio da remessa de documentos relativos aos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, em Brasília." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 137 - REQUERIMENTO Nº 1340 de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, Coronel José Américo de Souza Gaia, informações por meio da remessa de documentos relativos aos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, em Brasília." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/03>

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023 nas sedes dos três Poderes, em Brasília.

Esta reunião será deliberativa.

Eu quero, antes de começar a reunião, dizer que nós tivemos uma extenuante reunião que antecedeu e tentou preparar esta reunião, onde tentamos fazer uma pauta minimamente de acordo, para que pudessemos fazer esta sessão ser produtiva, meu querido amigo e Deputado Paulo Magalhães.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o acordo que está aqui colocado e que eu passarei a ler consta dos seguintes itens.

Às vezes, vão aparecer aqui várias convocações, porque eu tenho que ler aqui o nome de todos os proponentes de requerimentos, mesmo que sejam repetidos. Então, às vezes, parece que são muitas convocações, mas não são. São seis convocações, salvo engano, eu vou ler aqui todas, que são objeto de vários requerimentos. Tem requerimento de vários Parlamentares, portanto é uma multiplicidade de convocações.

Então, vamos lá. O acordo que foi conversado lá embaixo.

De autoria do Deputado Izalci Lucas, convoca Cintia Queiroz de Castro, Coronel e Subsecretária de Operações Integradas.

Está disponível no computador, mas eu vou fazer questão de ler, para que não haja repetição do que houve da outra vez, de que foi votado aquilo que não era acordo.

Convoca Marcela da Silva Morais Pinno, autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Convoca Marcela da Silva Morais Pinno, autoria do Deputado Duarte Jr.

Convoca, como testemunha, Marcela da Silva Morais Pinno, Senador Randolfe Rodrigues.

Convoca Cintia Queiroz, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Delegado Ramagem.

Convoca, como testemunha, Cintia Queiroz, de autoria do Delegado Ramagem.

Requer a convocação do Sargento Luis Marcos dos Reis, Deputado Rogério Correia.

Convoca, como testemunha, Cintia Queiroz, Coronel da Polícia Militar, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Luis Marcos dos Reis, Senador Fabiano Contarato.

Convoca Luis Marcos dos Reis, Deputado Rafael Brito.

Convoca Cintia Queiroz de Castro, Deputado Rogério Correia.

Convoca Cintia Queiroz de Castro, Deputado Rafael Brito.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Rogério Correia.

Convoca Luis dos Reis, ex-supervisor de Ajudância de Ordem da Presidência da República, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Duarte Jr.

Convoca Cintia Queiroz, Deputado Duarte Jr.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Walter Delgatti Neto, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Marcela da Silva Morais Pinno, Senadora Eliziane Gama.

Convoca Luis Carlos dos Reis, Deputado Duarte Jr.

Convoca Walter Delgatti Neto, Deputada Jandira Feghali.

Convoca Cintia Queiroz, Deputada Jandira Feghali.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Pastor Henrique Vieira.

Convoca Walter Delgatti, Deputado Rubens Pereira Júnior.

Convoca Adriano Machado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Convoca Adriano Machado, Deputado Izalci Lucas.

Convoca Adriano Machado, Deputado Ramagem.

Convoca Adriano Machado, Senador Marcos do Val.

Convoca Adriano Machado, Deputado Pr. Marco Feliciano.

Convoca Adriano Machado, Senador Eduardo Girão.

Convoca Adriano Machado, Deputado Nikolas Ferreira.

Convoca Adriano Machado, Senador Magno Malta.

Convoca Adriano Machado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Essa é a primeira parte dos votos que tratam de convocações.

Então, essas aqui são as convocações, que serão colocadas em bloco, conforme foi acordado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. CID GOMES (PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A gente só tem que saber qual o tamanho do bloco, em primeiro lugar, dessas convocações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acabei de ler.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, não, aí tem convocação que a base do Governo vota contra, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, espere aí. Deixe-me só responder aqui.

Deputado, veja só...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Tem coisa que a gente acertou que não ia pautar e está aí.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Aí tem requerimento da Eliziane com que a oposição também não concorda...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra aqui ao Deputado Cid Gomes.

Veja bem...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, a Mesa vai decidir e vai conduzir os trabalhos. Se for possível votar, será votado; se não for possível votar, não será votado. Paciência. Ninguém é obrigado a votar sob pressão, mesmo no acordo; se não quiser fazer o acordo, não faz. Paciência.

O que nós temos aqui é uma pauta que só poderá ser apresentada e apreciada por acordo, porque essa pauta teria que ter sido publicada 48 horas atrás. Não foi. Não foi. Portanto, se houver aqui uma posição contrária, a pauta não poderá ser apreciada.

Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

Pois não, Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, consultando o Plenário, não há acordo em relação à convocação de um membro integrante da imprensa, até diante do seu próprio sigilo profissional. Por mais que houvesse uma intenção de votar em acordo, a base, neste caso, manifesta-se que votará contra. Se manifesta-se que votará contra, e, ao meu modo de ver, com risco até mesmo de ser a maioria, penso que este item deve ser destacado, votado em separado e respeitada a soberania do Plenário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Meu caro...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Para contestar, Sr. Presidente, para a contradita.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para contestar, o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós estávamos em acordo, e o acordo foi o seguinte, de que isso seria colocado em globo e, posteriormente, o Deputado Rogério iria manifestar o seu voto contrário. Isso foi colocado diante de todos e isso precisa ser cumprido aqui, caso contrário, o acordo, de fato, em palavra, não vale de nada – deixando claro aqui que, se isso não acontecer, a base está descumprindo o acordo que foi feito, inclusive, com a presença do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, aqui...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, de fato, havia essa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já entendi, está entendido. Está entendido.

Olha só, eu vou decidir. Não adianta a gente ficar perdendo tempo naquilo que não é possível avançar. Não adianta a gente perder tempo. Então, eu vou passar a palavra a dois Parlamentares que me pediram aqui, o Presidente, que está aqui do nosso lado, Cid Gomes, e, em seguida, à Deputada Duda Salabert. Em seguida, vamos tomar posição, e, se não é possível, não há acordo. Não há acordo. Paciência.

Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui testemunhar o esforço de V. Exa., que, desde as 9h, portanto, já são mais de duas horas, se reuniu com lideranças que integram essa Comissão da base do Governo e lideranças que integram essa Comissão que militam no campo da oposição. A habilidade de V. Exa., a persistência de V. Exa., a perseverança de V. Exa. fez com que nós conseguíssemos chegar a um entendimento, que parecia algo, ao início da reunião, absolutamente impossível. Então, eu quero, antes de qualquer coisa, ressaltar o seu esforço, ressaltar a sua dedicação para que essa Comissão dê andamento aos seus trabalhos, independentemente das disputas político-partidárias que existem aqui.

No entanto, Sr. Presidente, a repercussão, nesse pequeno espaço de tempo entre o final da reunião antecedente e a abertura dos trabalhos desta Comissão, mostrou muito claramente, a despeito de que houvesse a busca pelo entendimento por parte dos integrantes e da Relatora Eliziane Gama, que tem tido também um trabalho que deve ser reconhecido, que se encontrou uma extrema resistência em relação à convocação de um profissional de imprensa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira, Sr. Presidente, que eu apelo aqui aos integrantes da oposição, porque a gente não precisa talvez nem entrar no mérito disso. Mas, só pra permitir que todo o esforço que foi feito durante essas duas horas não seja jogado às baratas, ao lixo, que a gente permita o destaque dos requerimentos, de cinco ou seis... Não, um, dois, três, quatro... São oito requerimentos que tratam da convocação do Sr. Adriano, destaques. E eu ponderaria que a gente nem votasse. Só tirando do entendimento, a gente vota tudo em que há entendimento e aí nem vota esse; deixamos para um esforço posterior de mais discussão. Será o tempo em que as pessoas, os integrantes da oposição ouvirão apelos que nos chegaram e poderão refletir melhor sobre isso.

Nós não estamos tratando de convocação de agentes públicos, o que é absolutamente normal e razoável que a gente faça. Nós estamos tratando da possibilidade da convocação de um profissional da imprensa, e isso fere, mexe com muitas questões. Então, eu faria esse apelo, em busca do prosseguimento do entendimento, de que se destacassem esses sete requerimentos, e a gente, então, pudesse aprovar um sem-número e dar possibilidade de a Relatora e de esta Comissão prosseguirem nos seus trabalhos.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, espere aí.

Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, bom dia, companheiros e companheiras.

Reconheço a fala do Senador, reconheço também, Deputado Presidente, o seu esforço em buscar um consenso, mas acho que há dois pontos a serem destacados. Primeiro, que já havia resistência na configuração desse bloco, pelo que me foi dito aqui, na construção de um possível consenso na reunião que houve. E quero dizer que nem todos os Parlamentares ali estavam presentes. Eu, por exemplo, não estava presente e não concordo com esse bloco. E falo não só por mim, sou Vice-Presidenta do PDT, na Câmara, e não foi passada pra mim essa conversa. Por isso, discordamos.

Esse consenso aumentou a amplitude, como o Senador bem aqui comentou, ao entrar, ao senhor ler o bloco. Então, o que a gente pede é que não vote esse bloco a fim de buscar pacificar e a gente poder avançar nos trabalhos, já que, como o Deputado Rogério disse, já foi votado ali e rejeitado. E não faz sentido algum, no ponto de vista de buscar consenso, a gente forçar votar esse bloco.

Por isso, peço, por favor, que retire esse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Veja só, não adianta a gente ficar repetindo aquilo de que nós estamos sabendo qual vai ser a consequência. Não há acordo em votar esse requerimento, eu vejo que há uma resistência. O Deputado Rubens Pereira Júnior me falou com toda



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceridade que, apesar de ele reconhecer que foi feito o acordo, mas, chegando aqui houve, de fato, como a Deputada Duda também acaba de dizer, houve uma... Foi mal recebido, vamos dizer assim, pela maioria dos membros do Colegiado. Então, há uma dificuldade. Como esse item era o único item trazido aí... É um item trazido pelo campo da oposição, então obviamente que nós não vamos votar esse bloco de acordos. Então, ficam fora das votações de hoje essas convocações todas, não apenas a do fotógrafo, mas todas.

Passamos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aí não, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Se me permite, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente. Só para eu entender, nenhum...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele nem propôs derrotar.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele não propôs derrotar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente Arthur.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha Senadora, vamos deixar clara a natureza desta pauta. Essa é uma pauta extemporânea. Essa pauta está sendo apresentada agora, era para ter sido apresentada... Para ser efetivamente votada, ela teria que ter sido apresentada 48 horas atrás. Só assim ela teria que ser apreciada agora, independente de qualquer coisa. Como ela não foi, só pode ser apreciada por acordo. Se não tiver acordo, não vai ser apreciada. Não tem jeito.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, só para eu entender. Pela ordem, só para eu entender.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Pela ordem.) – O senhor está suspendendo toda a sessão ordinária de agora? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou indo por item.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou apenas esse item desse bloco?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou indo por item. Eu estou indo por partes, eu estou indo por partes tentando compor...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Mas, Presidente, a discussão é essa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou tentando construir ainda um acordo. Eu estou indo por parte.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou conceder pela ordem.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu já pedi também.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou indo por partes justamente com o propósito de que nós possamos salvar alguma coisa. Mas eu quero repetir: nós só temos condição de aprovar qualquer matéria aqui nessa reunião de hoje, desta pauta que está sendo trazida, se for por acordo. Se não for por acordo, não temos como avançar, porque trata-se de uma pauta extemporânea e todos que estavam na reunião sabiam que é uma pauta extemporânea! O regimento não permite que a gente apresente uma pauta e que quem é contra tenha que aceitar isso.

Então, eu estou lendo por parte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou conceder.

Eu estou lendo por parte. Então, o primeiro bloco que está aqui é o bloco das convocações. Esse não deu acordo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só vai votar o que está na pauta, então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não deu acordo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Rubens.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – A discussão nesse caso não é sobre a pauta, é sobre o método de votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Esse é o bloco com que nós não concordamos, mas há bloco com que nós concordamos, inclusive em requerimento assinado por diversos Parlamentares, já apresentados à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu entendo que V. Exa. concorda, Deputado Rubens, mas acontece que tem outros que não concordam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não. Eles concordam em votar nos outros blocos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eles não concordando, não há a possibilidade de avançarmos.

Pois não, Deputado Rogério Correia... Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, eu estava...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente Arthur!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha gente, vamos aqui... A sessão já é muito difícil.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A sessão já é muito difícil. Nós estamos aqui numa sessão extremamente difícil de a gente conseguir avançar, e se já é difícil com silêncio e ordem, com confusão fica impossível.

Então, todos serão ouvidos, não tem problema, nós poderemos ficar aqui o tempo que for necessário para tentar superar esse impasse, mas é preciso que a gente respeite a palavra de cada um.

Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me parece que do caminho da sala, de lá para cá, algumas coisas foram alteradas. Inclusive...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Dá pra falar sem alguém se meter, Presidente?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Estou falando aqui com meus amigos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Você está falando alto, então fale baixo. Fale baixo! Cochicha, é melhor, no ouvido do outro do seu lado aí.

Algumas coisas mudaram. Inclusive, existia uma proposta da Senadora Eliziane de apresentar e votar todos os RIFs apresentados por ela. De lá para cá, foi retirado por V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – ... pela minha lista.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela sua lista. Esses RIFs estavam na sua lista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegando aqui, V. Exa. retirou RIFs de Michelle Bolsonaro e Jair Bolsonaro.

Nós estamos apresentando...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Foi lá.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Lá não; lá foi o telemático.

Nós estamos apresentando requerimento extrapauta para pôr a voto. O Plenário é soberano nessa questão. E gostaria, inclusive, que esse acordo fosse repostado. Foi feito um acordo de todos os RIFs serem votados. O telemático é que foi retirado lá, os RIFs não. Dos RIFs eu soube quando cheguei aqui, por isso eu lhe abordei ali, dizendo que o Plenário é soberano e que essa decisão tinha que ser tomada.

Eu não posso ser impedida de investigar a movimentação financeira de Jair Bolsonaro e Michelle Bolsonaro diante de tantas denúncias e da investigação do financiamento do golpe. Bom, em relação a isso, nós vamos apresentar um extrapauta.

Lá V. Exa. argumentou comigo que não gostaria de colocar hoje o requerimento de Osmar Crivelatti, que é o ajudante de ordem de Bolsonaro e que está envolvido num monte de coisas, porque queria ser convencido disso. E tirou também da pauta.

Agora, a questão do repórter fotográfico, lá, de fato, entrou neste bloco. No entanto, ao chegar aqui, vários Deputados reagiram a esse acordo de colocar...

Qual é a proposta do Senador Cid Gomes? Qual é a proposta dele? Que não se vote, nem contra, nem a favor. Não é para derrotar hoje, é para discutir melhor como é o do Osmar Crivelatti. Vote o resto, e essa proposta especificamente seja melhor discutida para que todos sejamos convencidos da possibilidade dela, inclusive os Deputados que lá não estavam, do mesmo jeito que V. Exa. quer ser convencido que tem que trazer aqui o Osmar Crivelatti. Isso vai ser conversado depois.

Então, eu penso que a proposta do Deputado Cid Gomes não é derrotar o repórter fotográfico, é apenas adiar a votação para a próxima deliberativa. Essa foi a proposta dele, e eu acho que ela faz sentido para que a gente não inviabilize o conjunto das votações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira Feghali...

Deputado Rogério Correia, o senhor já falou. Agora vamos partir para avançar para um...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Deixe-me contraditar a Deputada Jandira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor já falou, o senhor já falou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Jandira Feghali, eu quero dizer a V. Exa. que cabe à Presidência da Comissão estabelecer uma regra, uma pauta – estabelecer os itens da pauta, fazer a pauta de acordo com aquilo que nós entendemos ser o escopo da CPMI.

Então, veja bem, Senadora, lá na Comissão, havia, por exemplo, um apelo – e todo dia me chega este apelo – para convocar o Ministro Flávio Dino. Eu não vejo até agora motivo para convocar o Ministro Flávio Dino, mas existem Deputados que, da mesma forma como V. Exa. tem a crença da necessidade de convocar, de pedir o RIF de outras pessoas, etc., têm a de convocar o Ministro Flávio Dino. Eu tenho mantido uma posição diferente dos Deputados.

Então, não é de um lado nem de outro. É realmente a tentativa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. já falou. Eu não vou ficar aqui contraditando com V. Exa.

Então, essa é uma posição que eu tenho adotado para tentar ser o mais justo possível.

Pois não, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu vou tentar uma posição aqui intermediária, mas queria chamar a atenção ao seguinte: nós tivemos uma reunião bastante densa e grande com uma parte dos Deputados da Comissão buscando um acordo por solicitação de V. Exa. Eu vou dizer que é razoável que a gente tente esse acordo, embora não seja isso que a oposição faz na CPI, onde ela tem maioria absoluta, que é na CPI do MST. Para você ter uma ideia, o Rui Costa, que nada tem a ver com isso, foi convocado ontem na CPI e o pessoal fez uma série de ponderações e eles agora querem convocar o Ministro Haddad e o Ministro Padilha. Então, a ação deles é exatamente essa. Ali quebra-se o sigilo de tudo e é feito dessa forma.

Tudo bem, V. Exa. até tem razão de não fazer dessa forma, eu concordo, embora não seja essa a posição deles, a posição que está aqui, porque muitos que estão aqui concordam e dão aval ao que é feito lá.

Então, pois bem, na reunião nós fizemos uma série e abrimos mão... fizemos uma série, em nome do acordo que V. Exa. sugeriu, de concessões, mas foram muitas, muitas concessões. A Deputada Relatora tinha lá 28 quebras de sigilo, reduziram-se para seis. Ela tinha 80, reduziram-se a seis. Foi um grande esforço. Nós tínhamos convocação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, também retiramos. Veja bem, nós retiramos enquanto maioria. Então, nós já fizemos muita concessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá embaixo, eu coloquei que esta concessão em relação ao fotógrafo seria difícil de ser feita. Eu alertei V. Exa., eu me exauri de tentar argumentar por um princípio nosso. Não é um problema de não querer ouvi-lo, mas é uma questão de princípio em relação à questão de liberdade de imprensa. Nem todos têm que concordar, mas é uma questão nossa de princípio, que a gente trabalha há muito tempo. Por isso, retirar esse – e eu faria também uma observação a V. Exa. –, neste caso, esse requerimento já foi derrotado. Então, ele é reincidente. É um requerimento que está sendo colocado pela segunda vez, o único deles. Que V. Exa. levasse em consideração isso. Que este requerimento ficasse, portanto, como ele já foi votado, para uma nova apreciação junto com outros e nós fizemos uma rediscussão. Podemos ver, posteriormente, inclusive, alguém que a oposição queira convocar, que não tenha questão de princípio, que a gente discute também. Nós estamos fazendo sinais.

Agora, tem coisas que realmente, Presidente, se eu pedir aqui o que eu quero escutar: "Porque eu vi lá um pastor assim e assado", e vou referir isso a uma legislação que vai atrapalhar. É perfeitamente compreensível que vários vão se colocar contrários a isso por uma questão também de princípio. Então, eu pediria a vocês que nós não rasgássemos toda a tentativa de acordo.

Por fim, é correto fazer essa mediação. Agora, se também questões que nós estamos colocando como essenciais, e nós não fomos intransigentes em fazer o acordo, e é impedido de colocar na pauta, aí está valendo a lei da minoria. Só entra na pauta aquilo que a minoria permite – aí também não é correto, porque vira ditadura da minoria. Nesse caso, não permitir que esse requerimento seja votado e caiam todos os outros, prevalece então, a lei da minoria. Aí realmente não é correto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, eu vou falar aqui apenas uma frase, e essa frase me parece que vai ter que ser repetida por muitas vezes: não tente convencer a mim. Eu não tenho que ser convencido daquilo que eu não posso... (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

A mim, pode ser convencido. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

V. Exa. está certo.

Não tente me convencer, porque não adianta eu ser convencido – eu até gostaria de que tirássemos o fotógrafo e fizéssemos a votação da pauta restante toda, até gostaria, confesso que sim, confesso que sim. Mas entenda que nós estamos em uma situação – eu, V. Exa. e todos os outros – de escravos do Regimento. E o Regimento determina que esta pauta só pode ser apreciada se ela for apresentada 48 horas antes. Não o foi, porque nós tentamos fazer um acordo. Esse acordo não prosperou, infelizmente. Eu faço até um apelo aqui aos Deputados da oposição para que a gente aceite retirar o fotógrafo e votar os outros itens, mas eu sou escravo, Deputado, do Regimento. Então, essa é a minha posição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aqui o Senador Seif, o Senador Izalci, o Senador Magno, o Deputado André Fernandes, o Senador Esperidião, o Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Filipe.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, posso, então, fazer aqui a V. Exa. uma consideração?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sim, claro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Se não prevalecer isso, que V. Exa., então, na próxima reunião, já convoque a data com 48 horas e coloque todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu o farei. Eu vou avaliar o que vai ser colocado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Coloque todos os requerimentos, e nós vamos votar, aqueles com o que nós concordamos ou não, porque, senão, a minoria vai ter sempre o poder de veto, e nós não votamos nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, coloque todos os requerimentos na terça-feira. E nós vamos votar aqueles que nós queremos. E eles votam outros. Não tem mais acordo, se é isso que V. Exa. ou eles preferem. Aí realmente não tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Seif.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente, a maioria só vota acordo quando não tem razão.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Pela ordem.) – Bom dia para o senhor.

Bom dia, todas as senhoras e os senhores.

Presidente, nós gastamos precioso tempo, dinheiro, recurso público de muitos Senadores e Deputados para uma reunião, fazendo acordo. Eu reconheço o Senador Randolfe Rodrigues como uma liderança do Senado. Eu reconheço a Relatora, a Eliziane Gama, como uma autoridade, uma liderança. O Rogério, o Deputado Rogério e a Deputada Jandira estavam todos lá; da nossa parte, também outras pessoas. Conversamos, constatamos, discutimos, tira, não tira. Aí faz-se um acordo. Aí passa tempo, tempo que nós jogamos na lata do lixo, como bem disse o Senador Cid Gomes, para chegar aqui e voltar tudo para trás. Isso é um desrespeito, acima de tudo, com o Brasil e com este Parlamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que se tem reunião se chega aqui a opinião de A ou B, que não estavam na reunião, e simplesmente desfaz todo o trabalho do senhor, como Presidente, da Relatora, do Segundo-Vice-Presidente, do próprio Cid Gomes? Agora, joga-se tudo no lixo. E pronto. Acaba tudo, e perdemos esse precioso tempo. Nós temos que respeitar os acordos que nós fizemos lá!

Outra coisa: infelizmente, o Senador Cid Gomes não está aqui. Quando um fotógrafo ou um profissional, um ser humano está com uma câmera no peito, uma câmera fotográfica ou uma câmera de filmar, isso não torna ele nem super-homem nem mulher maravilha, especialmente quando se ensaia foto para destruir patrimônio público! Não é Lei de Imprensa, não é coisa nenhuma! No Código de Processo Penal, não tem isenção para repórter nem para ninguém que ensaia crime, quem ensaia destruição dentro do Palácio do Planalto, a sede do Presidente da República do Brasil! Então, o Senador Cid Gomes não está aqui, mas deve estar me assistindo. A câmera fotográfica, nenhuma ferramenta de nenhum trabalhador lhe dá autoridade e o poder de passar por cima das leis brasileiras, especialmente porque ele não foi uma testemunha ocular. Ele foi um cúmplice! Ele pediu para repetir a cena. E eles ainda mostram a telinha para ver se a cena ficou boa, da destruição. Então, esse fotógrafo, que já foi protegido pelo Chico Vigilante, vergonhosamente, não será protegido neste Senado Federal e nesta Câmara dos Deputados, porque repórter nenhum nem comissão de repórter, nem direito de repórter está acima da Constituição Federal nem do Código de Processo Penal.

Muito obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, acho que eu sou o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa., porque nós não podemos fazer uma CPMI só de um lado. Só aprova requerimento da base do Governo. Nós colocamos... Aliás, o fotógrafo nem a Oposição conseguiu colocar. O Presidente é que bancou isso. Agora, como fazer... Por exemplo, Relatora, Senadora Eliziane, eu pediria a atenção de V. Exa. Na reunião passada, o Saulo chegou aqui e disse: "Olha, foram feitos alertas". Existe um grupo de WhatsApp que recebe os alertas. Aí, V. Exa. mesmo comentou comigo depois. Aí, o Ministério da Justiça e o GSI têm funcionários que receberam a mensagem. O que eles fizeram com a mensagem? Nós só queremos saber isso.

Então, eu fiz um requerimento...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... por exemplo, da Sra. Livia, que é do GSI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, um instante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquele burburinho ali eu sei que não é um tumulto, é uma tentativa de construir uma solução. Eu sei que ali estão várias inteligências da maior expressão do Congresso Nacional que estão tentando ali... Mas sabe o que acontece? É porque está uma zoadinha muito grande, que não está deixando o Senador concluir. Então, eu pediria que essa conversa importante, e é importante, fosse feita aqui fora, para a gente poder continuar com a fala do Senador Izalci.

Por favor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu pediria a atenção da Relatora.

Senadora Eliziane, V. Exa. é Relatora da CPMI, não é de um lado só.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Então, eu gostaria de pedir a V. Exa... V. Exa. comentou comigo, após o depoimento do Sr. Saulo, que ele disse: "Olha, eu fiz os alertas, 33 alertas". Aí, o que aconteceu? O Ministério da Justiça recebeu o alerta. Quem é que recebeu lá no Ministério da Justiça? Glauber Amorim de Carvalho. Ele recebeu a mensagem do Saulo. O que ele fez com a mensagem? Entregou para quem? Sim, nós precisamos colocar esse Glauber.

Outra coisa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Exatamente esse que é do Amazonas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Exatamente.

A Livia Isabele é do GSI. Ela recebeu a informação da Abin. O que ela fez com a informação?

Então, são coisas óbvias e que a gente não consegue sequer colocar em votação. Então, essa é a ponderação que eu faço. Nós não podemos fazer uma CPMI só atendendo aos interesses da base e muito menos que a Relatora também só aceite, só coloque as questões da base.

Ora, está-se falando em quebrar o sigilo telemático. Ora, eu fiz o 450, que é requerendo a quebra do telemático do Ministro, óbvio. O que ele fez no dia 8? Ele falou com quem? Falou o quê? Isso resolve todo o problema, porque a omissão aconteceu.

O Senador Rogério acabou, desculpe-me, a citação... Na reunião passada, ele falou da questão aqui do relógio, de convocar o rapaz que quebrou o relógio. Agora, hoje, nem isso a gente consegue colocar. Ele é que disse isso.

Outra coisa que é falada aqui, todo mundo fala e ninguém...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – É, já é premonição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha aqui: o Decreto 5.289, que fala realmente do funcionamento da Força Nacional, Senador Magno Malta... Está aqui o art. 4º: "A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado". O ministro de Estado está aqui, no decreto. Ele poderia ter solicitado a Força Nacional. Agora, a gente quer chamar aqui o cara da Força Nacional – a gente não consegue – para saber se ele recebeu alguma intimação, alguma coisa assim.

Então, são essas ponderações que eu faço a V. Exa., que é uma Senadora exemplar e que não pode aqui, numa CPMI, tomar partido. Relator é para relatar a CPI como um todo; não é só de uma parte. Então, eu prezo aqui pela imagem do Presidente da CPMI, porque a gente não pode fazer uma investigação só olhando um lado.

Essa é minha ponderação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu preciso só fazer uma colocação para o Senador Izalci, que ele faz um direcionamento especificamente a mim.

Primeiro, eu quero dizer para o senhor que a definição da pauta de hoje não é minha; eu participei da reunião mais cedo, e, na reunião mais cedo, eu me integrei com base de Oposição e base do Governo, onde houve um debate acalorado, e eu apresentei, inclusive, o volume de requerimentos que, na verdade, eu julgo ser importante para o alinhamento que nós adotamos em relação à investigação.

Inclusive, Senador Izalci, V. Exa. precisa reconhecer isto: uma das convocações de que eu fiz a defesa é requerimento de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Lógico. Eu quero saber a verdade, independentemente de qualquer coisa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, na verdade, V. Exa. não pode dizer que eu estou fazendo aqui uma investigação seletiva. Eu admiti um requerimento de V. Exa. Eu tive aqui um depoimento e uma oitiva com o Saulo, onde eu fiz para ele todas as perguntas necessárias a bem da investigação desta Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Foi ótimo. Agora, por que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, V. Exa., na verdade, faz um levantamento sobre membros, tanto integrantes do GSI, que, aliás, eu também quero dizer que eu apresentei, num volume de convocações e de requerimentos... Que eu apresentei ao Presidente Maia, que a gente teve que cortar a metade deles. Uma boa parte deles é integrante do GSI, da Abin, que, aliás, o GSI tem uma sindicância nesse mesmo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu apresentei de dois generais do GSI que não estão na pauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois é, tem generais do GSI, tem membros, melhor dizendo, do GSI. Tem, na verdade, várias outras representações.

Agora, eu apresentei 89 pedidos de quebra de sigilo – que é bom lembrar –, todos eles ligados a empresas cuja presença dentro do acampamento não é dita por mim; é dita pela Abin, é dita pelo Ministério Público, ou melhor, pelo Supremo Tribunal Federal na investigação e no inquérito.

Então, eu não estou criando coisa da minha cabeça, não. Eu estou criando...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Exa. fez de 2018; 2018 era o Michel Temer, não tinha nada a ver com 8 de janeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O que eu fiz... O que eu falei de 2018, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Dois mil e dezenove, 2018.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. está falando uma inverdade. Nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora Eliziane, eu vou pedir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, só um minuto.

V. Exa... Eu não cito nada de 2018 nesta Comissão, absolutamente nada. Agora, se alguém usa um instrumento que foi comprado na década passada ou 30 anos atrás para espionagem, em relação ao ato do dia 8 de janeiro, ele tem que ser investigado por isso.

Então, é exatamente o que V. Exa. tenta colocar sob suspeição.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, eu pediria a compreensão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero só finalizar, Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não. Vou finalizar agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu vou finalizar, Presidente.

Eu quero só finalizar – o seguinte –, dizendo que a minha posição é uma posição de coerência. Agora, infelizmente, nem todos os requerimentos que eu apresentei, inclusive muitos dos que V. Exa. apresenta,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deu inclusive uma informação importante, que a Senadora Jandira, que não pôde dar detalhamento... É fruto do requerimento. Talvez V. Exa. atirou no que viu e acertou no que não viu...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não, não. Não fala isso, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... e trouxe para cá várias coisas.

Muito obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Aí, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acabamos... Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Dá licença. Ela falou que eu atirei no... São outros requerimentos que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não pode ficar... Eu vou pedir...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não é nem de direita nem de esquerda. Eu quero a verdade.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir aqui, a todos, que a gente faça aqui um procedimento... Conversei com o Líder Randolfe, e faremos o seguinte: vamos colocar em votação o bloco que está aqui. Algum Parlamentar que, eventualmente, seja contra, manifeste a sua posição.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com todos. Em bloco, bloco, loco.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não... Façamos o seguinte, façamos o seguinte, façamos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, olha, eu acho que a gente tem que tentar avançar.

O Senador Randolfe está fazendo aqui um grande esforço para que a gente possa avançar, no sentido de coletar provas para esta CPMI, para poder trazermos aqui elementos que possam assegurar o nosso bom trabalho. Esse é o fato. Então, qual seria a proposta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos colocar... Vejam se haveria acordo, nos seguintes termos... Vejam se é possível fazer nos seguintes termos: nós faríamos a votação em bloco, e os Parlamentares que, depois da votação, quiserem registrar o seu voto contrário, registrarão o seu voto contrário.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma dúvida: vai ser colocada aqui a votação em bloco...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Em bloco.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Aprovado o bloco 1, com... Aí vai dizer os votos contrários de Deputado Rubens, Jandira e tudo mais...

Se, no final das contas, os que declararem voto contrário, mas já uma vez o bloco aprovado, como é que vai ficar essa situação, Sr. Presidente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só registro e permanece aprovado. O Líder do Governo está de acordo?

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, está em votação o bloco... Está em votação o bloco desses requerimentos de convocação que nós lemos.

Aqueles que forem pela sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está aprovado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi aprovado já, Deputado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Qual é o bloco?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi aprovado o Bloco 1.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Por gentileza, Sr. Presidente: com o fotógrafo? Leia, por gentileza, o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com o fotógrafo. Com o fotógrafo.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, quais foram aprovados? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi aprovado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Já leu no início. Não tem manobra não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aqueles que eu li, Deputado Nikolas Ferreira. Todos aqueles que eu li.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Incluindo o fotógrafo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com o fotógrafo inclusive.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – De acordo. De acordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Declaração de voto, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu estou fazendo a declaração de voto favorável, claro, ao requerimento, bem porque esse requerimento tem uma pessoa fundamental de ser ouvida, que é Walter Delgatti. Walter Delgatti foi um *hacker* que denunciou a Lava Jato. Pode-se falar do Walter Delgatti o que quiser, mas aquilo que ele denunciou sobre a Lava Jato foi confirmado no que ficou conhecido como "Vaza Jato".

O Senador que está aqui presente e um Deputado que foi cassado que o digam, mas tudo aquilo que esse *hacker* conseguiu falar da Lava Jato foi comprovado.

Ele agora tem falado coisas que nos deixam assustados. Ele foi, não sei por que – eu pediria silêncio –, trabalhar agora com a Deputada Carla Zambelli. V. Exa. tem visto isso. E, no trabalho que fez com Carla Zambelli, estava incluso lá esse *hacker* invadir o *site* do CNJ e falsificar documentos, com pagamento da Deputada em relação a isso. Esse *hacker* diz agora que foi levado pela Deputada Carla Zambelli à presença do ex-Presidente Jair Bolsonaro que simplesmente disse que gostaria que ele invadisse as urnas eletrônicas para demonstrar que as urnas eletrônicas eram fraudáveis. Isso alimentaria todo o espírito bolsonarista de golpe que veio a culminar com a tentativa violenta de 8 de janeiro. Portanto, esse *hacker* é fundamental que seja ouvido aqui. E muito mais coisa ele vai falar. Tem coisas que ligam, inclusive, ao ex-Ministro da Defesa na conversa que esse *hacker* teve para influenciar a posição do Ministério da Defesa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Isso aí não é uma declaração de voto...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e das Forças Armadas contrária ao processo eleitoral.

E, por isso, votei e declaro o voto favorável a esses requerimentos que aqui nós aprovamos, com todos esses convocados, especialmente Walter Delgatti. Eu peço a V. Exa. que tenhamos a maior prioridade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em chamá-lo, porque ele vai realmente trazer para dentro, para o olho do furacão da CPI ainda mais o ex-Presidente Jair Bolsonaro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – É a mais longa declaração de voto que eu já ouvi!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agora, para terminar a minha declaração de voto, em relação ao fotógrafo...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O Senador Esperidião Amin hoje anda nervoso, mas ele vai ficar mais calmo quando escutar o Walter Delgatti.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu estou até achando a sua declaração enfadonha!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Enfadonha? *(Risos.)*

Mas você não vai achar enfadonha a declaração do Walter Delgatti. Você vai ficar muito entusiasmado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De cabelo em pé ele não vai ficar!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Estou falando da sua...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De cabelo em pé ele não vai ficar! *(Risos.)*

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – De cabelo em pé ele não vai ficar, mas vai ficar arrepiado com as declarações do Walter Delgatti, com certeza.

Agora, em relação ao fotógrafo, chama-se liberdade de imprensa. É por isso que eu faço aqui a declaração – não só eu, mas todo o bloco nosso – da defesa democrática, como em toda a CPI, que faz o relato de que houve um golpe. O fotógrafo estava lá cumprindo a sua função. Se as pessoas queriam ser fotografadas quebrando as coisas, o fotógrafo é que não vai fotografar? Ele foi contratado. Agora, as pessoas que estão quebrando as coisas... Ele quer pegar o melhor ângulo. E nós vamos dizer: "Fotógrafo, você trabalhou errado, você tem que ir lá depor, porque você fez um trabalho errado". Não é correto com a imprensa! Por isso, eu declaro voto contrário... Contrário não! Votei favorável, mas a nossa contrariedade a essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, nós não estamos aqui chamando para... O fotógrafo foi convocado como testemunha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora ao segundo bloco, que convoca o Sr. Sandro Augusto Sales Queiroz, de autoria do Deputado Eduardo Girão; convoca o Coronel Sandro Augusto Sales Queiroz, então Comandante do Batalhão do Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança Pública, do Senador Sergio Moro; convoca Tomás de Almeida Vianna, de autoria do Senador Sergio Moro; e também convoca Tomás de Almeida Vianna, de autoria do Senador Izalci.

A bem da verdade e preservando aqui a posição dos Deputados do Governo, foi combinado de se colocar em pauta esse bloco sem o compromisso de o Governo votar a favor. Esse foi o acordo.

Então, pra não dizer depois que o Governo quebrou o acordo, não houve o acordo pra o Governo votar a favor. Então, eu vou passar aqui pra falar a favor do bloco, o autor do requerimento, Senador Eduardo Girão; pra falar contra, o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou dar a palavra também ao Senador Moro, porque ele também... Primeiro, ao Girão, que é um dos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Girão é um dos autores. Depois, o Senador Moro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São dois, são dois requerimentos. Será rapidamente.

Senador Girão e Senador Moro.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O Senador Sergio Moro vai falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Sergio Moro então.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

É natural que haja divergências na Comissão, é natural que haja visões diferentes sobre o acontecido. Agora, o papel da Comissão é analisar todos os fatos. Então, nós vimos CPIs no passado que marcaram histórias: a CPI do PC Farias, CPI dos "anões do orçamento", CPI dos Correios. Todas essas CPIs tinham esse embate entre situação e oposição, mas foram bem conduzidos ali os trabalhos e, por mais que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existissem alguns problemas, eventualmente algo que deixou de ser feito, que poderia ter sido feito, os trabalhos foram bem desenvolvidos e foram produzidos resultados relevantes.

Nessa CPMI, nós já tivemos um episódio lá trás no qual foi indeferido um requerimento da oitiva do General G. Dias. V. Exa. em boa hora recolocou esse requerimento e contou com a compreensão da situação pra aprová-lo. A oposição ao Governo fez requerimentos simples: ouvir o Diretor da Força Nacional do dia 8 de janeiro, ouvir o Comandante do Batalhão de prontidão da Força nacional do dia 8 de janeiro; funcionários públicos que têm o dever de prestar contas dos seus atos. E nós não os estamos chamando como investigados; estamos chamando como testemunhas, pra que possa ser esclarecido por que a Força Nacional, que tinha mobilizado os 296 soldados naquela data, 2 de janeiro... Onde eles estavam? Em que momento foram empregados? O que eles viram? E, no entanto, o que a gente viu? A gente fez esses requerimentos, e, na reunião prévia a este evento, houve uma grande oposição por parte do Governo de ouvir os dirigentes da Força Nacional, de um Governo que diz que não se omitiu.

Então, aqui eu reiteraria o conteúdo desses requerimentos, muito simples, e aqui faria um apelo ao Governo, aos representantes do Governo nesta Comissão, porque a verdade não machuca ninguém; a verdade tem que ser o objetivo desta dessa CPMI. Se a verdade eventualmente for ruim para o Governo, isso não justifica que esta CPMI se omita e se abstenha de realizar esse simples ato investigatório, que é ouvir o Diretor da Força Nacional e o Diretor do Comando de Batalhão de prontidão da Força Nacional no dia 8 de janeiro.

Não é quebra de sigilo, não é RIF, não é quebra de sigilo telemático; é simplesmente ouvi-los como testemunhas.

Além disso, nós temos dois requerimentos que pedem documentos para a gente saber, a partir da convocação da Força Nacional pelo Ministro da Justiça, no dia 7 de janeiro, o que foi feito, quais foram os atos de comunicação, quais foram as determinações enviadas pelo Ministro à Força Nacional e quais foram as providências tomadas pela Força Nacional.

Eu diria o seguinte: se esta Comissão não dá resposta para isso...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – E aqui nós somos favoráveis a investigar o financiamento, como pretende a Relatora, vamos investigar quem financiou, se é que alguém financiou, estamos concordando com os RIFs que estão sendo requeridos, estamos concordando com as outras convocações, mas, se esta Comissão tem medo de ouvir o Diretor da Força Nacional – e não toda a Comissão, e eu sei que essa posição não é do Presidente da CPMI –, mas, se o Governo tem medo de que nós ouçamos como testemunha o Diretor da Força Nacional no dia 8, aí, Presidente, eu diria, mais uma vez, o padrão de obstrução da Justiça e que nós não vamos cumprir o nosso papel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um apelo aqui aos colegas Parlamentares, mesmo defendendo o Governo, que essa simples diligência seja deferida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para contraditar, Deputada Jandira Feghali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, desculpe, é o Rubens Pereira, porque são dois. Perfeito.

Então, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, na verdade, o que está sendo discutido é o bloco 2 de convocação, não é o bloco de pedido de informação. E, neste caso específico, as duas convocações são de um representante da Força Nacional e de um representante do Ministério da Justiça. E o que é que eu queria informar a V. Exa. – e o Governo, a base encaminhará o voto contra, e isso já foi informado –: por incrível que pareça, quando nós anunciamos a lista do acordo, dois requerimentos do Senador Sergio Moro não foram incluídos. E eu queria, mesmo sendo membro governista, por ter convicção de que o Governo não teme a investigação, de que não tem nada a esconder, solicitar a inclusão dos requerimentos do Senador Sergio Moro: Requerimento 1.339, de 2023, e 1.340, de 2023, que são justamente os que pedem a cópia desses processos administrativos.

Fazendo eu o pedido dos requerimentos da cópia dos processos administrativos, entendo que não é hora de se fazer a convocação, inclusive porque nós nem tivemos ainda a resposta dos requerimentos.

Então, o pedido que eu faço – e faço até um apelo para a oposição – é justamente este: aprovemos os dois requerimentos do Senador Sergio Moro, que pedem a cópia dos processos administrativos, que não estão na pauta, mas eu, membro da bancada governista, estou solicitando a inclusão, porque fazia parte do acordo originário. Sendo assim, a convocação se torna desnecessária.

Encerro por aqui o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, obrigado, Deputado.

Para falar a favor do bloco de requerimentos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Arthur Maia. Parabéns, mais uma vez, pela sua firmeza, sua condução, sua tentativa de pacificação, que a gente vê muito clara. É isso de que o país precisa cada vez mais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós não podemos deixar de lembrar o histórico do que a gente está vendo aqui, Presidente. Se o Governo não quiser convocar... Eu não acredito que nós não vamos chegar a um consenso com relação ao Coronel Sandro Augusto Sales, que é o então Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional. O que é que nós estamos fazendo aqui? A Força Nacional, gente, de Segurança, que, segundo a mídia brasileira deu de forma ampla, e eu quero relembrar os senhores, só chegou depois das 16h à Esplanada dos Ministérios! Vocês esqueceram esse detalhe? Ela foi chamada para defender o patrimônio público, essa é uma das características desse batalhão. E a gente precisa saber onde é que ela estava, onde ela foi posicionada. O Comandante é chave estar aqui, como até testemunha, para dizer como é que foi feita a operação. Documento nenhum vai substituir a palavra do Comandante, a gente olhar nos olhos dele aqui e entender o que foi que aconteceu.

Então, eu não vejo nenhum tipo de problema. Espero, sinceramente, que o Governo não blinde, não proteja, para que não se chegue, sei lá, talvez, a algum poderoso, a vinda do Comandante da Força Nacional do Brasil, Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Que eu mencionei na terça-feira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... e o próprio Senador Esperidião Amin mencionou na terça-feira a importância de ouvi-lo.

Então, eu faço aqui um apelo ao Governo. Vai prejudicar o trabalho dessa Comissão. O Governo, desde o início, não queria que essa Comissão existisse. A gente tem que lembrar, Sr. Presidente: não queria de jeito nenhum que essa Comissão existisse. Fez de tudo, segundo a própria mídia, denúncia de Parlamentares, oferta de cargos, dezenas de milhões de reais em emendas. Tivemos também... Após o vazamento das imagens, não teve como segurar, a pressão popular foi enorme. E aí veio algo que eu nunca tinha visto aqui no Congresso Nacional: um instrumento da minoria, da oposição, Deputado Nikolas, ser ocupado por Parlamentares que nem sequer assinaram...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... o requerimento dessa... objeto dessa CPI. Então, é um sequestro que houve. Não é possível que o Governo vá fazer outro sequestro, que é nessa questão do diretor da Força Nacional, do Comandante, o Coronel Sandro Augusto Sales, Comandante do Batalhão do Pronto Emprego da Força Nacional, que a própria mídia diz que chegou só às 16h. E tivemos outras imagens, o pessoal um pouco atabalhado, saindo às pressas. E isso o Brasil precisa saber para a gente ter investigação de fato sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, a Deputada Jandira Feghali, para contraditar, pelo prazo de cinco minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para contraditar.) – Sr. Presidente, lá dentro da sala da reunião, às 9 da manhã, esses dois requerimentos de informação, tanto da Força Nacional, quanto da portaria do Ministro Dino já tinham sido acordados pra serem votados, e nós concordamos, ao final da reunião, em votar os dois requerimentos, não é?

Então, não há aqui nenhuma tentativa de esconder nenhum dado, até porque as palavras imparcialidade, verdade, obstrução de justiça, democracia me parece que não cabem na boca de alguns que estão falando, não é? Então, me parece que a gente precisa localizar as coisas no lugar certo. Imparcialidade aqui me parece que passa longe de alguns autores de requerimento.

Então, quando nós estamos propondo que, primeiramente, venham os dados, do mesmo jeito que nós pedimos que viessem dados de quebra de sigilo, de RIFs e de documentos antes de convocar determinadas pessoas, é porque nós precisamos ter as informações pra fazer a inquirição. Senão, o depoente chega aqui e o que ele fala é verdade, a gente não tem como contrapor. Tem que chegar antes a informação, e é isso que nós estamos querendo. Então, primeiro, os requerimentos de informação que chegarão; depois, avaliamos a necessidade ou não de fazê-lo. Não há por que a gente passar os carros adiante dos bois neste momento.

O que eu acho é que a gente precisa ter clareza de que há duas linhas de pensamento nesta CPI. Aqui eu já disse, desde a primeira reunião: não é uma questão de governo e de oposição, é uma questão de democracia e não democracia. E aqui há um interesse maior de investigar autoria intelectual ou – talvez a autoria intelectual seja adjetiva demais pra algumas pessoas – mandante do golpe e financiamento do golpe, porque o dia 8, por si só, já está com uma investigação ampla. Agora, nós precisamos chegar aos mandantes, quem mandou, quem articulou, quem planejou, quem processou e quem financia. Isso pra mim é muito mais importante nesta CPI pra gente poder chegar a um relatório que, de fato, tenha consequências.

E eu também tenho clareza de que a omissão central aqui de quem foi – e nós já começamos a investigar –, particularmente das forças de segurança do DF. Mas nós vamos ter a informação, depois se discute a convocação ou não. Por isso, nós temos que agora não é hora de fazer a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Existe sobre a mesa um requerimento para que seja uma votação nominal nesse bloco.

Eu defiro de ofício e solicito à Mesa aqui que passe a relação dos Srs. Parlamentares pra que nós possamos fazer a chamada dos senhores pra...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Só pra registrar, então, a gente orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como? Vou fazer a orientação. Eu vou fazer isso. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vai colocar no painel. Eu vou passar pra cada um dos partidos fazer a sua orientação. É porque essa é nominal. Essa vai ser a única nominal. As outras não precisam ser nominais, porque é tudo acordo para aprovação. Então, eu vou ler aqui o que vai ser aprovado e nós vamos aprovar coletivamente.

Como encaminha o Bloco Parlamentar PDT, MDB, PSDB, Podemos e União? *(Pausa.)*

A Secretaria... Às vezes, a gente fica sempre buscando a memória que nós temos das Comissões Permanentes e cometemos umas gafes, não é? A Secretaria da Comissão me informa que não tem encaminhamento na forma que existe nas Comissões Permanentes para esta Comissão. Então, farei o seguinte: eu darei um minuto pra que...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Abra o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Abrirei o painel e darei um minuto para cada um que queira falar possa falar sobre isso.

A começar pelo Deputado Ramagem, depois do Deputado André Fernandes. Então, Deputado André Fernandes, um minuto.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, nós queremos votar conforme o Regimento. O Regimento não está no comando aqui?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ele vai abrir o painel para votar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está no comando, mas vai abrir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O painel já foi aberto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só pode votar, Deputada, quando abrir o painel. Eu estou tentando aqui abrir, mas tem...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, só que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está aberto o painel.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Pela investigação, obviamente, estamos orientando o voto "sim". Não tem a mínima razão de votar contra a convocação do comandante que estava atuando naquele dia. Aliás, estava atuando também nos dias anteriores aos ataques do 8 de janeiro.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A gente não consegue entender... E é bom que fique claro para o Brasil, para todos que estão nos acompanhando pela TV, pelo YouTube, pela rádio. O Governo, neste exato momento, está votando contra a convocação do Comandante da Força Nacional, que atuava no 8 de janeiro, do Comandante que atuava no 8 de janeiro. Por que o Governo está fazendo isso? Obviamente, pedirão a palavra e dirão que estão querendo uma investigação séria. Investigação séria nada! Investigação séria nada! Não estamos convocando gente de 2022, como está fazendo a base do Governo ou como fez a Relatora. É o Comandante do dia 8 de janeiro! Eles têm muito a esconder, por isso orientamos "sim".

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu sou autor do requerimento, eu precisava falar pelo menos um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Cada um pode falar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu sou o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Deputado Izalci, por um minuto.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para informar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não. Não estou orientando. Sou autor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, deixem-no falar por um minuto. O Deputado Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, sou autor do requerimento da convocação de Tomás de Almeida. Quem é Tomás de Almeida? É aquele que recebeu a mensagem da Abin, lá no Ministério da Justiça. Ele tem que dizer o que ele fez com essa informação: se botou no lixo, se passou para o superior, se passou para o Ministro. É isso que nós queremos saber. A base está orientando votar contra isso. Então, quer dizer, o que nós estamos fazendo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Esperidião Amin, um minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vou ocupar por tanto tempo quanto o meu querido amigo, Deputado, e já diagnosticado como futuro Senador Rogério. Mas convenhamos, o Brasil está sabendo já. Vocês estão...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O Governo está escandalosamente esticando uma novela. Isso vai ser descoberto, pessoal. Isso vai ser tudo descoberto. Já se descobriu que a mensagem chegou ao Ministério da Justiça. Se não foi lida, tem que responsabilizar quem não leu. Você quer ler processo administrativo? Eu quero saber se foi punido alguém. Houve alguma punição? Nada! Então, esta sombra que está sendo colocada sobre essas convocações...

A Força Nacional estava disponível, ela foi dispersada! Quem é que deu a ordem? E as Forças Armadas – eu não sou militar – trabalham com base no quadro de distribuição de trabalho. O quadro de distribuição de trabalho foi alterado! Para quê? Para que os visitantes... Como lembrou o Presidente Lula, alguém abriu a porta para poderem abrir a porta das invasões que ocorreram.

Eu lamento profundamente que nós estejamos testemunhando isso, mas quero dizer: assim como, na terça-feira, nós ouvimos uma parte inicial da verdade, a verdade nos libertará. E nós teremos que ter a ousadia de saber – *sapere aude*, como lembra o nosso amigo Joaci Góes, na página 111 do seu livro.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado... é... Rafael Brito.

Desculpe, Rafael.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente, que isso...

Presidente, eu estou muito feliz aqui, animado pelas coisas que tenho ouvido aqui nos últimos minutos, porque quem era o chefe da Polícia Militar no 8 de janeiro era o Sr. Anderson Torres, que estava de férias nos Estados Unidos. E o Sr. Anderson Torres estará aqui, terça-feira, perante essa CPMI e poderá falar com todo mundo que está querendo saber do Comandante da Polícia Militar por que, antes de ele ter um ano de cargo – um ano de cargo, como qualquer trabalhador precisa ter para tirar férias –, ele, com seis dias, tirou férias e viajou para a Disney, para os parques da Disney.

Então, eu acho que será um grande momento. A responsabilidade da segurança, em primeiro momento, da Praça dos Três Poderes é da Polícia Militar, não é da Força Nacional, não é do Exército. E, se a Polícia Militar faltou, a gente precisa saber o porquê da falta da Polícia Militar.

Eu acho que foi um grande andamento. Parabéns pelo agendamento dessa oitiva, que será muito importante para a continuação dos trabalhos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pastor Vieira, por favor, por um minuto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero concordar com o Deputado Rafael Brito: a responsabilidade para a segurança do Distrito Federal é da Polícia Militar, que era organizada pelo Sr. Anderson Torres, ex-Ministro da Justiça de Bolsonaro.

Só tem um detalhe a mais, Deputado Rafael: nós fomos olhar no *Diário Oficial*, Senadora, e as férias dele, de fato, começavam no dia 9 de janeiro, ou seja, ele viaja para fora do Brasil até mesmo antes do período formal do início das suas férias, que eram absurdas – eram absurdas, porque ele tinha acabado de tomar posse. No dia 8, ele estava fora do Brasil, e não estava de férias, mas quis muito sair do Brasil, antecipou a viagem. E nós achamos que isso não é sem consequência e sem consciência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Pastor.

Com a palavra, o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria reforçar aqui a gravidade dessa votação. Muito importante que o Brasil todo acompanhe que o que está acontecendo aqui é a típica blindagem. Por que não ouvir aqui, nesta Comissão, onde a gente já ouviu várias pessoas só de um lado – só de um lado, diga-se de passagem... E não queremos ouvir o Comandante da Força Nacional, que foi chamado, convocado, e, 16h, já com os ataques comendo solto em Brasília, Senador Izalci, é que chega a Força Nacional aqui no prédio. É por quê? É porque vai evidenciar a omissão do Governo Lula? É isso? E o Governo Lula... Como é que vão votar os Parlamentares aqui governistas nessa convocação? E, com relação à Abin, os alertas da Abin, Senador Izalci, que o senhor bem colocou, chegaram ao Ministério da Justiça, o senhor tem que estar aqui, o Sr. Farias Gomes...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... precisa estar aqui também para que a gente apure, Sr. Presidente, a responsabilidade.

Então, é fundamental que o Brasil acompanhe que o Governo está efetivamente blindando esta Comissão, isso é uma vergonha para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Magno Malta. Desculpe, Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a gente percebe bem claro aqui uma ânsia de investigação, mas completamente seletiva. Nós estamos aqui votando para que convoque o Sandro Augusto, o Coronel Sandro Augusto de Sales, que é Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional de Segurança, e o Tomás de Almeida Viana, respectivamente, o que o seu superior é o Ministro da Justiça, Flávio Dino – e que o Sr. Tomás foi o que recebeu a mensagem, então, da Abin, lá dentro do Ministério da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz essa pergunta aqui ao Saulo da Abin, e ele simplesmente disse que enviou, mas que não sabe se foi recebida ou não. Como que você manda uma mensagem e não sabe se foi recebida ou não e quem recebe a mensagem não faz nada adiante? O que esse cara fez, Sr. Senador? Esse cara passou adiante, ou ele botou, engavetou isso? Então, é impressionante que as pessoas que nem assinaram essa CPMI estão querendo dizer que isso aqui não faz parte do escopo da CPMI, e com certeza irão votar o contrário. Então, deixo aqui claro que, se há alguém que quer investigação aqui nesta Casa aqui, é o lado da oposição e não da base.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para orientar, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, eu estou aqui com um requerimento extrapauta, que vou apresentar a V. Exas. depois, que é para escutarmos, e aliás, nem é escutar ainda, não é convocar ainda, é para ter o RIF do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Esses meninos estão querendo escutar a perfumaria, mas ir na ferida mesmo não querem, porque realmente houve um processo de golpe no Brasil, e foi o ex-Presidente Jair Bolsonaro o arquiteto disso. Isso é segredo de polichinelo. O Brasil inteiro sabe disso, que ele comandou o processo de golpe. Por isso, ele já está inelegível no Tribunal Superior Eleitoral. O *hacker* que vai vir aqui vai dizer isso, inclusive.

A ideia do ex-Presidente era que se invadissem as urnas eletrônicas, e depois de invadir as urnas eletrônicas, ele reuniu-se com os embaixadores...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e os embaixadores foram comunicados de que não era seguro. E aí ele saiu dizendo para todo mundo que não havia segurança nos votos e, portanto, não poderia haver eleição no Brasil.

Esse é Jair Bolsonaro, o mentor do golpe.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Acabou o tempo, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E eles vão votar... O Deputado Nikolas é muito apressado. É um jovem ainda.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não, o senhor acabou o tempo lá, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Meio mal-educado também...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Só gosta de falar e não gosta de ouvir.

Então, eu concluo pedindo a ele, inclusive, que está tão assim, que ele fique aqui e vote depois para ouvir o.... para votar no RIF de Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Creio que ele vai votar contra porque quer responder, de fato, o que foi o...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... autor intelectual deste golpe.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Hoje, o nosso partido orienta "sim". A preocupação do nosso partido nesta Comissão está sendo com os próximos requerimentos: quebra de sigilos e transferência de sigilo. Estamos violando direitos humanos nessa CPMI e mais tarde eu me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para orientar, a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só preciso de um minuto mesmo, porque...

(Tumulto no recinto.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não tem condição.

Parece escola de ensino fundamental.

Aqui atrás, está cheio de aluno do ensino fundamental.

Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Maternal, como professora, meu amigo, não como aluno.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero apenas dizer, Presidente, que quem tem o que esconder não somos nós. Quem tem o que esconder não somos nós. Nós estamos votando aqui por uma sequência de investigação. Trazem-se os dados, e, depois, se discute a convocação.

Quem tem o que esconder aqui está querendo mascarar a CPI, querendo concentrar a investigação no que não precisa, para esconder movimentação de conta de Bolsonaro, de Michelle Bolsonaro, de ajudante de ordem que fez *e-mail* dizendo "não cadastre as pedras preciosas; entregue na mão de Mauro Cid". Isso pode ser grana, dinheiro para financiamento do golpe.

Nós queremos investigar quem, de fato, está envolvido com o processo golpista deste País.

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Agora, quando a gente fala a verdade, eles se incomodam e tentam atrapalhar, porque ficam aí atrás falando sem parar. Eu ouço quieta, mas quem não gosta da verdade fica aqui fazendo festinha para atrapalhar a fala de quem seriamente trabalha nesta CPMI.

Vocês que lesem os mil *e-mails* que nós lemos para achar o *e-mail* do esconderijo, da "malocagem" da pedra preciosa do seu Jair Bolsonaro.

Vocês leiam os documentos para aprender a participar de uma CPMI.

Eu já participei, nesta Casa, de várias CPMIs. Não é a primeira, nem é a segunda.

E nós temos seriamente a posição aqui de investigar o que nós achamos que é correto investigar.

E eu não quero, quando eu estou falando, que os meninos do ensino fundamental fiquem falando no meu ouvido.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Jandira Feghali.

Eu determino à Mesa da Comissão que proceda à apuração no painel eletrônico.

(Procede-se à apuração.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – SIM, 10; e NÃO, 19.

Estão rejeitados os requerimentos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, posso fazer uma sugestão a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe, pois não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Todos os outros requerimentos nós poderíamos votar em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Era isso que eu ia propor, Deputado. Era isso que eu ia propor.

Vejam bem: os outros requerimentos estão todos aqui. Eu vou ler todos, mas são...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – No final, eu dou a palavra a V. Exa. Mas V. Exa. quer ler?

Perfeito.

Eu vou ler o conjunto dos requerimentos que estão aqui colocados, que foram objeto de acordo. Aí eu vou colocar tudo em bloco, para ser votado. São os seguintes requerimentos, o primeiro bloco é referente aos sigilos: de autoria da Relatora Eliziane Gama, transferência de sigilos bancário e fiscal de Mauro Cid; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferência dos sigilos fiscal e bancário da WM Teixeira Assessoria; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferência dos sigilos fiscal e bancário da Lopes e Filho Consultoria; de autoria do Senador Magno Malta, transferência dos sigilos telefônico e telemático de George Washington; de autoria do Senador Magno Malta, transferência do sigilo telemático de Alan Diego Rodrigues; de autoria da Relatora, Senadora Eliziane Gama, de transferência dos sigilos telefônico e telemático de Wanderli Baptista da Silva Junior, de José Carlos Russo Assumpção Penteado... *(Pausa.)*

... de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de José Eduardo Natale; da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Jader da Silva dos Santos; de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Gustavo Morong Rosty; de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Edson Gonçalves Dias; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências de sigilo telefônico e telemático de Carlos Onofre Serejo Luz Sobrinho; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências de sigilo telefônico e telemático de André Luiz Garcia Furtado; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências de sigilo telefônico e telemático de Carlos Eduardo Feitosa Rodrigues; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferência de sigilo telefônico e telemático de Alexandre dos Santos Amorim; de autoria da Senadora Eliziane Gama, transferências e sigilo telefônico e telemático de Alex Marcos Barbosa dos Santos; de autoria da Senadora Eliziane Gama, sigilo telefônico e telemático de Gustavo Henrique Dutra Mendes.

Bom, todos aqui são da Senadora. Então, já ficam sabendo que são todos da Senadora Eliziane Gama.

Transferência do sigilo telefônico e telemático de Ailton Gonçalves Moraes; transferência do sigilo telefônico e telemático de Adilmar Souza das Chagas; transferência do sigilo telefônico e telemático de Anderson Gustavo Torres; transferência do sigilo telefônico e telemático de Elço Machado Neves;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferência do sigilo telefônico e telemático de Gabriel Kenzo Ferraz Sumida; transferência do sigilo telefônico e telemático de Jorge Henrique Luz Fontes; transferência do sigilo telefônico e telemático de Mauro César Barbosa Cid; transferência do sigilo telefônico e telemático de Laércio da Costa Júnior; transferência do sigilo telefônico e telemático de Adilson Rodrigues da Silva.

Agora, de autoria do Deputado Rafael Brito.

Compartilhamento de minuta extraída do celular e outras provas referentes ao Tenente-Coronel Mauro César Barbosa Cid.

Também do Deputado Rafael Brito. Requer à Polícia Federal íntegra da minuta encontrada na casa do ex-Ministro da Justiça Anderson Torres.

De autoria da Senadora Soraya Thronicke. Requer à Junta Comercial do Pará e à Secretaria da Receita Federal do Brasil que enviem os dados das empresas das quais George Washington de Oliveira já foi ou é sócio ou cotista.

De autoria da Senadora Eliziane Gama, requer ao Tribunal de Contas da União realização de fiscalização nas contratações de empréstimos realizadas por empresas do Grupo Sipal.

De autoria da Senadora Eliziane Gama. Requer à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que encaminhe e compartilhe, em formato digital, relatórios de inteligência produzidos pela agência no período de 1º/10/2022 a 1º/1/2023, relacionados aos acampamentos e manifestações.

Requer ao TCU que realize fiscalização para verificar a regularidade das contratações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal da empresa Cognyte Brasil.

Também requer a quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal e telemático da Combat Armor Defense do Brasil. Defense...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o 1.046.

Bom, passamos, agora, aos RIFs, também de autoria...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Nós, vamos votar em blocos separados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, tudo bem.

Então, em bloco esses pedidos de informação, esses pedidos de transferência de sigilo.

Aqueles que votarem pela aprovação permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Todos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Estão aprovados todos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Só os de sigilo telemático.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Só os de sigilo telemático.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sigilo telemático, todos aprovados.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, assim como o Governo fez, lá no começo, eu gostaria só de registrar o voto contrário. Só registrar, assim como o Governo registrou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está registrado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos, agora, aos RIFs... às solicitações de relatórios de inteligência financeira. São todos de autoria da Senadora Eliziane Gama. Caso haja algum outro Parlamentar, eu registrarei.

Então, está aqui: transferência de sigilo de Adriano Barzotto; transferência de Alan Juliani; de Antônio Galvan; da Cematu Participações; de Cláudia Scholl Urio; de Devalci Ribeiro Valadares; de Edson Luiz Casagrande; de Franciele Barbosa de Souza; de Heitor Garcia de Deus Cunha; de Humberto Falcão; de Jefferson da Rocha; de João Norberto Ribeiro; de José Alípio Fernandes da Silveira; de Júlio Augusto Gomes Nunes; de Lopes & Filho Consultoria; de Lucas Costa Beber; de Vanderlei Cardoso de Barros; da WM Teixeira Assessoria & Serviços Administrativos; de Zelia do Carmo Soares de Barros; de Valdir Edemar Fries; de Luciano Jayme Guimarães; de Luis Marcos dos Reis; de Marcelo Lourenço Sousa; de Marcos da Rosa; de Nayara Raissa Soares de Barros Bittencourt; de Sérgio Pitt; de Silvinei Vasques; de Somar Representação e Comércio Ltda.; de Claudio de Barros Nunes; de Maria Wanuzia Batista; de Valter Gatto; da Vape Transportes; de Joel Ragagnin; de Bartolomeu Braz; de Vitor Geraldo Gaiardo; de Sergio Bedin; Adatao Lucio de Mesquita; Agritex Comercial Agrícola Ltda.; Argino Bedin; Comércio e Transportes Comeli Ltda.; Dalila Lermen; Evandro Bedin; Joveci Xavier de Andrade; Luiz Eduardo Rocha Paiva; e Raul José de Abreu Sturari; Lúcio Fernandes; Transportadora Rovaris Ltda.; Sipal Indústria e Comércio; Sergio Bedin; Política e Gestão Estratégica Aplicadas (Instituto Sagres); Roberta Bedin; Farley Vinicius Alencar; R. P. Cunha Informática; Roberto Katsuda; Reginaldo de Souza Leitão; Osmar Crivelatt; Enric Juvenal da Costa; e Djairlon Henrique Moura; Walter Delgatti Neto; a Cooperativa Mista de Mineradores do Alto Tapajós; Brunna Maria Gravena Katsuda; BMG Comércio de Maquinas Eireli; BMC Máquinas, Equipamentos Pesados, Engenharia e Locações; Ricardo Pereira Cunha; transferência de sigilo de Mineração Carajas Ltda.; transferência de sigilo de Farley Variedades Ltda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso é RIF, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tudo é RIF. *(Pausa.)*

Retificando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputado.

Antes de botar em votação este bloco, eu quero registrar que todos os RIFs propostos pela Relatora serão votados, conforme o nosso acordo, para o período que vale de junho de 2021 até o dia de hoje.

A proposta foi feita por acordo, de modo que os requerimentos serão votados todos em globo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão, portanto, aprovados.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, tem um requerimento extrapauta na mesa. Eu gostaria de debater o assunto depois.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Perfeito. Perfeitamente.

Passamos agora aos pedidos de informação...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Deixe-me só registrar o meu voto contrário?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Está registrado.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Está registrado?

E vou alertar de novo: estamos violando direitos humanos nesta CPML.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos agora aos pedidos de informações.

Na verdade, eu cometi aqui um equívoco, e votamos juntos os pedidos de informações, mas aqui tem que acrescentar, conforme bem trouxe o Líder Rubens Pereira Júnior, a inclusão de autoria do Senador Sergio Moro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam enviados pelo Sr. Ministro da Justiça cópia dos atos e comunicações internas, bem como informações de todas as providências tomadas a partir da edição da Portaria 272, do Ministério da Justiça, em 7 de janeiro de 2023, nos dias 7 e 8 de janeiro.

Requer que o Sr. Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, Coronel José Américo de Souza, envie os comunicados de solicitações, determinações e orientações recebidas por escrito, de ofício ou meio eletrônico e aplicativo de mensagem pela Força Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e seus dirigentes, relativamente à Portaria 272, de 7 de janeiro, dos dias 7 e 8.

Então, todos... *(Pausa.)*

É, são os Requerimentos 1.339 e 1.340.

Então, estão em votação.

Aqueles que forem pela sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está tudo aprovado.

Eu quero fazer aqui um registro...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só um registro aqui, Presidente *(Fora do microfone.)* sobre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só um registro aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, teve só algo aqui que eu não... No caso, os pedidos de informação a gente já tinha aprovado, junto com os RIFs...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso. Está tudo aprovado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então já foi tudo aprovado. Tá.

Só para dizer, assim, que eu realmente fiquei sem entender, para o Brasil que está aí nos acompanhando...

A Deputada aqui falou que, seguindo uma ordem, uma linha de raciocínio, não aprovaria a convocação do Comandante da Força Nacional, porque está seguindo uma linha de raciocínio, primeiro tem a informação, depois, a convocação. Só que Mauro Cid já veio convocado, e agora é que eles estão pedindo informações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para deixar registrada a contradição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O.k.

Está registrado, Deputado.

Olhem bem... Eu recebo aqui, nas minhas mãos, um requerimento assinado por vários Srs. Deputados, que pedem a inclusão, na pauta de hoje... *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – São dois RIFs.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... de dois requerimentos que tratam... Para prestar depoimento a Sra. Livia Mayer Blaskewicz, e que seja também... E pedido de atividades financeiras da ex-Primeira-Dama Michelle Bolsonaro, como também já vieram aqui solicitar a inclusão, na pauta, para a convocação do Ministro Flávio Dino.

Eu quero dizer a todos que eu tenho conduzido esta CPI de uma maneira muito equilibrada. Obviamente, o que não é objeto hoje da pauta pode ser amanhã. Entretanto, nós hoje tivemos uma tarefa muito dura para tentar construir esse acordo. Foi um dia produtivo. Mesmo aqueles que não concordam, como a minha queridíssima amiga Jandira Feghali, hão de convir que nós fizemos um esforço imenso para transformar esta reunião, que, muitas vezes, esteve fadada ao completo fracasso, em um dia produtivo para nossa reunião. Então, eu recebo aqui, respeitosamente... Não vou incluir na pauta de hoje, porque nós hoje apreciamos aqui uma pauta por acordo.

Sendo assim, para concluir a nossa reunião, como tem sido sempre, eu vou conceder o tempo de Liderança que me havia sido solicitado aqui pelo Deputado Filipe Barros.

O Deputado Filipe Barros tem cinco minutos. Se ele quiser, nesses cinco minutos, ele concede aparte a quem o solicitar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o tempo de Líder. Quem solicitou primeiro foi o Deputado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, é o tempo de Líder. Vejam só. Há um acordo de procedimentos nesta Comissão de que apenas a Oposição tem direito a cinco minutos para falar no tempo de Líder e depois o Governo. Então, a Deputada Jandira Feghali vai falar pelo Governo. O Governo fala por último. O Deputado André Fernandes... Ele tem os cinco minutos e pode conceder aparte a quem ele desejar, mas são cinco minutos!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, já, logo de início, digo que vou dividir o meu tempo com o Deputado André, porque tenho apenas um rápido informe para fazer.

Nós da Oposição protocolamos agora, neste momento, nesta Comissão, o requerimento para que seja votado e aprovado, esperamos nós, de pedido de soltura do Coronel Naime. É o Requerimento 1.529, de 2023. E por que nós fizemos esse requerimento? Porque todas as investigações que nós fizemos e todas as provas que estamos colhendo até agora não mostram nenhum indicativo para que ele ainda permaneça preso. Pelo contrário, Sr. Presidente! O Coronel Klepter, que foi o responsável por deixar os policiais do Distrito Federal dentro de suas casas, no dia 8... Isso que é completamente atípico, nós ouvimos isso aqui dentro da CPML. O Coronel Klepter foi promovido! Então, o responsável por deixar os policiais dentro de suas casas, Laura, foi depois promovido pelo Cappelli, que foi o interventor da segurança pública aqui do Distrito Federal.

E é curioso nós percebermos que aqueles que dizem que são favoráveis à investigação são completamente contra... E eu achei completamente indelicado, Sr. Presidente, a Deputada Jandira vir aqui e expor publicamente os termos das nossas conversas da reunião lá debaixo. Eu poderia aqui, inclusive, dizer o seguinte: olhe, eles fizeram um acordo para votar com o fotógrafo, para votar a convocação do fotógrafo, depois chegaram aqui e fizeram essa cena toda só pra imprensa achar que "não, eles são contra", mas, lá embaixo, o Governo aceitou votar a convocação do fotógrafo! Aqui, em cima, só foi jogo de cena! Todo mundo sabe disso. Então, é muito indelicado da parte da Deputada Jandira ficar expondo as conversas que nós temos nas reuniões privadas.

Eu encerro aqui e passo para o Deputado André.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Coisa de menino isso aí...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela Liderança.) – Obrigado, Deputado Filipe. Parabéns pelo pronunciamento.

Sr. Presidente, as mensagens não param de chegar aqui através das redes sociais, WhatsApp e daqui, inclusive, nos comentários do bate-papo ao vivo de quem acompanha esta sessão.

Em primeiro lugar, parabéns pela condução. Falo isso de coração. O senhor tem feito... Muitas vezes, eu confesso que até não tem me agradado, mas é normal, até porque, certa vez, a Oposição vai ficar feliz; certa vez, a base governista vai ficar feliz... Enfim, faz parte do jogo político.

Mas, Sr. Presidente, o que está todo mundo, nesse momento, perguntando e querendo saber é: quais providências serão tomadas? As imagens do Ministério da Justiça já chegaram? O povo está pedindo que o Sr. Presidente se manifeste quanto a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomamos para nós realmente essa dor, quando a CPMI aprovou esse que não é nem um pedido. A gente mandou que ele enviasse as imagens, e veio essa negativa. Ficou ruim, ficou chato para esta CPMI. Todo mundo aqui e até os Deputados governistas também se sentem desrespeitados. Passaram-se 48 horas, e o povo brasileiro quer saber o que está acontecendo. As imagens chegaram? Se não chegaram, quando chegarão? Teve determinação do STF? Enfim, o povo quer um pouco mais de transparência, até porque esta CPMI acontece publicamente, para que o povo acompanhe o que está acontecendo, de fato.

Então, Sr. Presidente, as imagens chegaram? Se não chegaram, o que será feito? É o questionamento que nós, principalmente a Oposição, fazemos à V. Exa.

Obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu indago, mais uma vez: se nós queremos chegar à verdade... O depoente aqui, o Saulo, disse claramente, apresentou, inclusive, provas de que fez os alertas. Os alertas foram enviados, e ele não podia dizer o que fizeram com o alerta. Agora, nós precisamos saber o que foi feito lá. A pessoa que recebeu, que é o Tomás, ou o Saulo, que é da Força Nacional... O que ele recebeu? Por que ele não agiu? Porque não é só o GDF que autoriza a Força Nacional. Está aqui no §4º do decreto que o Ministro poderá convocar a Força Nacional – está no decreto de formação da Força Nacional. A Relatora já tem convicção, já vai constar no relatório? Porque, se ela não quer chamar ou se não fez requerimento para chamar, talvez ela já tenha uma informação que nós não temos, que o Ministério da Justiça já informou, já mostrou os documentos, ou o que fizeram com a informação, da mesma forma com a Força Nacional.

Então, eu indago, senão eu fico aqui perdido. O que eu estou fazendo numa CPI, se o básico, o óbvio não é sequer levado em consideração?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora, pelo tempo de cinco minutos da Liderança do Governo, à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que eu me sinto vitoriosa nesta reunião de hoje. Eu não acho que o resultado das votações de hoje foi contra a investigação e muito menos contra nós; ao contrário, nós aprovamos todos os requerimentos que nós apresentamos aqui e derrotamos aqueles, porque temos maioria no Colegiado, de que nós discordamos. Então, não acho que nós tenhamos tido qualquer derrota aqui.

No entanto, eu apresentei um requerimento extrapauta, junto com vários outros colegas, porque acho que, parcialmente, o acordo foi descumprido, na minha opinião, porque, lá embaixo – e aí não há nenhuma deslealdade, porque eu sei me comportar no Parlamento brasileiro, mesmo que alguns que estão chegando agora não saibam –, nós combinamos de todos os RIFs serem aprovados. E os RIFs, ou seja, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentação financeira da Sra. Michelle Bolsonaro e a do Sr. Jair Bolsonaro estavam na lista dos RIFs e só foram subtraídos quando chegamos aqui. E isso eu tenho que dizer. Por isso, o requerimento extrapauta para ser colocado em votação.

O Presidente não quis colocar em votação, porque ele tem o comando da pauta, mas eu preciso dizer que não tem nada nesse requerimento fora do escopo da CPMI. As denúncias de movimentação financeira de Mauro Cid e do Sargento Reis nas contas da Sra. Michelle são imensas. Nós temos esses dados aqui já na CPMI, não olha quem não quer. E é preciso, então, saber do que serviu a Sra. Michelle Bolsonaro e suas contas no processo golpista. Isso é uma investigação que nós precisamos fazer, é um direito nosso, e não podemos ser impedidos disso.

Da mesma forma o Sr. Jair Bolsonaro; o Sr. Jair Bolsonaro, que surrupiou 17 milhões da população e guardou e investiu e não pagou nem a multa que era devida. Isso é um crime contra a economia popular. Abusou da boa-fé, inclusive, de quem o apoia, além de ter nessa listagem dos Pix um monte Pix repetidos, CPF em série. Não foram não foram todas essas pessoas, mas, sim, algumas que fizeram esses Pix. Agora os 17 milhões, nós queremos saber, foram usados pra que mesmo?

No entanto, na questão específica dos RIFs, nós precisamos saber se as pedras preciosas que foram malocadas pelo Sr. Jair Bolsonaro, foi mandado esconder no cofre do Planalto... Os *e-mails* institucionais, inclusive, nem sigilo deveriam ter, porque são *e-mails* institucionais do Planalto, da ajudância de ordens. Esses *e-mails* são públicos, não podem ser escondidos de ninguém, nem da Controladoria, nem do Tribunal de Contas, nem de nenhum membro da imprensa que peça pela Lei de Acesso à Informação. Isso veio no bolo, e nós localizamos. Isso é um dos crimes mais graves que essa CPI identificou. Como é que um Presidente da República maloca pedras preciosas num cofre; não cadastra, não está na lista de presentes; rouba o patrimônio público, sequestra o patrimônio público? Se ele vendeu, eu quero saber: esse dinheiro foi também pra financiar o ato golpista? Isso foi em outubro, novembro do ano passado. Esses *e-mails* ficaram entre 27 de outubro e 11 de novembro. Em 11 de novembro, essas pedras foram tiradas de lá, porque as mensagens acabaram. Foi feito o que com isso? Esse dinheiro serviu pra financiar os atos que ocorreram em Brasília? Isso faz parte da nossa investigação. Nós precisamos... Quem não tem mais a esconder deixa aprovar o RIF do Sr. Bolsonaro e da Sra. Michelle, que estão envolvidos no núcleo desse processo, no núcleo do processo golpista.

Então, eu estou aqui, dentro do escopo da CPMI, nós estamos aqui exigindo que isso seja considerado. Nós não podemos ser impedidos de investigar as contas de quem está no núcleo do processo golpista. Isso é um direito que nós temos, que a CPMI tem. Portanto, o requerimento está aí. Eu quero que seja avaliado pelo Presidente dentro da linha da investigação do financiamento do golpe.

E, por fim, eu tenho 40 segundos, é o seguinte: muitos de nós aqui têm história nesse Parlamento. O Presidente tem, eu tenho, vários outros aqui têm, Laura Carneiro, muitos outros. Nós não temos nada a esconder nem nas nossas histórias e muito menos da parte do Governo. Portanto, nós investigaremos o que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for fundamental para a investigação da CPMI dentro de uma linha decisiva, que é quem mandou e quem pagou. Isso é fundamental.

Agora, a tese de que a omissão foi do GSI e por isso teve golpe chega a ser infantil. Sinceramente, é infantil a gente continuar ouvindo essas teses absolutamente ridículas dentro do Parlamento brasileiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Tenho duas informações importantes aqui pra trazer pro Colegiado. A primeira em relação a resposta que o Coaf deu à nossa inquirição que foi feita na semana passada com relação ao sigilo que foi disponibilizado a essa Comissão em que constava dados, pela visão de vários Parlamentares, além daquilo que havia sido solicitado pela CPMI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

Então, o documento está aqui, à disposição de todos os Srs. Parlamentares, vou deixar aqui na Secretaria da Mesa.

Eu vou ler apenas a conclusão, para que todos tomem conhecimento.

Diz o Dr. Ricardo Leão, que é o Presidente... Lião. Não é Leão; é Lião, com "i".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, é Lião, Lião, perdão, perdão.

Assim, caso o Coaf tenha recebido comunicação com o período de análise definido pela instituição comunicante de janeiro a julho de determinado ano, por exemplo, e venha a receber pedido de intercâmbio de autoridades enfocando intervalo temporal de novembro do ano anterior a maio do ano seguinte relativamente à pessoa à qual se refere a comunicação, cabe ao Coaf, então, compartilhá-la na íntegra e não de forma mutilada ou adulterada.

O esclarecido nos itens precedentes quanto ao modelo de compartilhamento de inteligência financeira em contexto de intercâmbio com autoridades adotadas pelo Coaf e teor das normas nacionais e internacionais de regência afasta inequivocamente quaisquer ilações infundadas no sentido de que esse tipo de compartilhamento extrapola o escopo desse intercâmbio.

Eu quero dizer que nós não vamos proceder a debate sobre isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem tiver alguma oposição, ou tenha posição contrária, que cobre judicialmente o Coaf aquilo que seja feito.

Eu quero, assim, por uma questão de transparência total dos atos desta Presidência nesta CPMI, eu... Já na reunião que tivemos lá embaixo, tentando produzir esse acordo, que foi vitorioso, me perguntaram sobre a entrega das imagens do Ministério da Justiça.

Ontem, eu fui informado de que o Ministro Flávio Dino solicitou ao Supremo Tribunal Federal – no caso, diretamente ao Ministro Alexandre de Moraes – autorização para entregar essas imagens a esta CPMI e de que, sendo autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, ele fará esta entrega.

Eu, de fato, verifiquei perante o Supremo Tribunal Federal e, de fato, essa solicitação do Sr. Ministro foi encaminhada, de sorte que eu não estou aqui para fazer jogo de cena nem para fazer espetáculo. Se está na mão do Ministro Alexandre de Moraes, que é a mesma pessoa à qual eu requeriria – caso ele não tivesse entregue, é a quem eu requeriria –, uma ordem para que o Ministro nos entregue as imagens, na verdade o Ministro está se antecipando a nós: está perguntando ao Ministro e está dizendo que vai entregar. Então, se o Ministro Alexandre de Moraes autorizar a entrega, claro que o Ministro também disponibilizará para nós. Da mesma forma, se ele não entregar, nós podemos pedir, que ele não entregará, porque entenderá que se trata de um ato sigiloso.

Entretanto, eu quero acrescentar que, na tarde de ontem, eu estive com o Ministro Alexandre de Moraes, e ele solicitou a esta Presidência que indicasse um funcionário da Comissão, para que pudesse, em interface com o gabinete dele, levar hoje ainda – o que já foi entregue, naturalmente, mas apenas verificar – todos os requerimentos que foram feitos por esta Comissão aos inquéritos que ele preside, e ele autorizará de logo, imediatamente, já hoje ou no máximo até segunda-feira, a entrega de todos aqueles documentos que não digam respeito a inquéritos que tenham diligências a serem cumpridas.

Obviamente, é o que nós já discutimos aqui, se tem diligência não tem por que ser cumprido. Então, a nossa expectativa, diante do que foi colocado, é de que na próxima semana já teremos essa disponibilização.

Quero explicar aqui, até em louvor à transparência, mais uma coisa. Como eu disse, antes do recesso, bem antes do recesso, no começo dos trabalhos da CPMI, eu tive uma audiência com o Ministro Alexandre de Moraes, e ele me colocou exatamente isso, que autorizaria o compartilhamento de todos aqueles processos, inquéritos que não tivessem diligências a serem cumpridas. E aí as pessoas falam: "Mas por que não chegou ainda?". E eu quero explicar.

A Secretaria da Comissão perguntou ao Supremo Tribunal Federal se o ofício deveria ser encaminhado à Presidência do Supremo Tribunal Federal ou ao Ministro Alexandre de Moraes. O Supremo indicou a Presidência do Supremo Tribunal Federal, no caso, a Ministra Rosa Weber. A Ministra Rosa Weber não sabia do entendimento que havia sido feito com o Ministro Alexandre de Moraes e, em respeito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao trabalho do Ministro, denegou o compartilhamento. Eu, então, tentei entrar em contato com a Ministra. Acontece que ela estava em recesso. Eu falei com o seu substituto, o Ministro Barroso, que, naturalmente, na condição de substituto, não quis contrariar uma decisão que já havia sido tomada pelo Ministro. Posteriormente, eu tive esse novo entendimento com o Ministro Alexandre de Moraes, que me informou que não há, da parte dele, nenhuma dificuldade para fazer esse compartilhamento. Portanto, havia essa preocupação da Presidente, e nessa preocupação, no caso dos inquéritos que não têm diligências, não há nenhum problema, portanto, a questão está solucionada.

Então, quero trazer essas informações porque eu não estou aqui preocupado em conseguir uma ordem do Supremo Tribunal Federal para forçar ministro A ou B a entregar documento. O que eu quero, e vou trabalhar de maneira muito dura, é que os documentos de fato cheguem a esta CPI, para que nós possamos nos debruçar sobre eles e apresentar uma resposta à sociedade brasileira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Só uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Não irei polemizar, é somente mesmo uma pergunta. Esse *modus operandi* de solicitar ao STF me preocupa um pouco, que isso não se torne uma praxe. Caso contrário, esta CPMI perde seus poderes próprios.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade. Eu concordo...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então, para que isso seja não uma praxe... Talvez tenha acontecido realmente algo extra, mas que seja feito realmente com o entendimento de que esta CPMI não necessita de um outro órgão para poder autorizar o que esta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está coberto de razão, mas, até por uma questão de economia processual, porque, como eu relatei aqui, o tempo não mudaria, então, nós estamos seguindo nessa direção.

O Senador Magno Malta quer um minuto também aqui, conforme...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, por favor, V. Exa. tem a nossa boa vontade para falar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Meu tempo foi todo tomado pelo Rogério lá na reunião de manhã, eu não falei nada, fiquei quietinho.

A nossa reunião, Sr. Presidente, eu queria aqui reforçar o seu esforço. E até tem uma frase da Deputada Duda, que não esteve lá, teve a informação, mas o Presidente teve a diligência, ontem e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteontem, porque seria uma reunião da Mesa de convidar três ou quatro de cada, do Governo e... para que pudesse presenciar, e acabou chegando mais gente.

Na verdade, aqui choveu, mais ou menos, no molhado, porque parece que o debate já tinha sido feito lá. Mas, no esforço do Presidente, nós chegamos a um acordo e, em seguida, ao deixar aquele ambiente até chegar aqui a este, o acordo já estava desfeito, não é? E trabalhou-se pra refazer.

Agora, por que a importância grande... E aqui que não fique pra nós, pra imprensa e pra os jornalistas que nós estamos querendo quebrar uma regra que é primordial pra vida de um jornalista, que é a preservação da sua fonte, e está na lei. Desse fotógrafo nós não estamos pedindo fonte nenhuma. Ele estava numa cena de crime, ele fotografou um crime. Ele pediu pra refazer a cena? Ele mostrou a cena para o ator depois pra ver se ficou bom ou se ficou ruim? Então, pra insistir, nós não estamos o chamando como testemunha pra que ele nos informe qual é a fonte dele. Nós queremos saber o que um fotógrafo estava fazendo numa cena de crime onde tinha vândalos dentro de um ambiente que foi vilipendiado.

Então, essa minha palavra é a defesa de todos aqueles que participaram do acordo. Depois, o acordo foi desfeito aqui e, em seguida, deu no que deu.

Pois bem, nós viemos pra cá e, dentro desse esforço do Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Como, Rogério?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Estou pedindo um minuto ao Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Fora do microfone.) – Vai, continua.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – No esforço do Presidente, eu fiquei todo tempo lá calado, porque, na verdade, eu tenho batido numa tecla e não tenho sido ouvido desde que começamos esta investigação, esta CPMI: que haja um interesse na vida humana. Direitos humanos que são tão rápidos pra passar pano e defender vagabundo não têm qualquer manifestação com as pessoas simplórias, presas ainda. E as que saíram estão presas com a tornozeleira eletrônica. Mulheres, homens, pessoas com comorbidade, pessoas doentes, outros não... Tem vândalos presos, vão ter que responder e pagar. Quem foi pego aqui dentro...

As imagens são importantes? São, porque quem estava aqui dentro, se ele vai ser ouvido, vai ter que dizer "Eu estava lá dentro", porque as imagens viram. Por que não ouvir essas pessoas? E, num gesto sacerdotal e de misericórdia, Sr. Presidente e aqui a Relatora também, tenho batido nesta tecla: por que não, Senador Moro, se fazer uma divisão aqui dentro, se criarem dois grupos pra que visitem a Papuda, pra que vão ouvir as presas. Já vai pra oito meses, sete meses, com aqueles que já saíram com tornozeleira eletrônica, Deputado Filipe. É um absurdo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu reitero... V. Exa. disse que realmente agora essas 48 horas vão ter que valer ao requerer. Eu vou requerer novamente por escrito, vou requerer com o nome de todas as pessoas presas, vou requerer sem os nomes, até que haja esse entendimento, até que a base do Governo, que não queria esta CPMI e depois tomou pra si de assalto a CPMI, concorde que o indivíduo, por pior que ele seja na vida, precisa ser ouvido se ele está envolvido num crime ou num inquérito. Ele precisa ser ouvido seja ele culpado ou não.

Então, há um gesto de misericórdia, porque lá há pessoas que nada têm a ver com isso, nem aqui estavam, não entraram aqui nesse Poder, não entraram no outro Poder, não estavam aqui.

Bem, é um pedido que vou fazer, vou reiterar, Sr. Presidente. E com relação ao Coaf, o meu temor é o seguinte: eu nunca vi, na minha vida, quebra de sigilo em sessão pública. Você expõe as pessoas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Em CPI se quebra sigilo em sessão secreta, por razões muito simples. Está aqui a Senadora Laura do meu lado... Tudo que é Deputado está virando Senador. A Deputada Laura aqui do meu lado. E o Coaf, na sua formatação... Na CPI do Narcotráfico, nós trouxemos o Banco Central, e a Dra. Adrienne, esposa do ex-Ministro Jobim, veio à CPI com técnicos do Banco Central nos mostrar como funcionava, e quando há uma movimentação atípica, o Coaf se autoprovoca, ele sabe que a movimentação é atípica e ele vê, e ele então toma providência com as autoridades. Aqui, não, o Coaf está sendo provocado. E quando você faz isso publicamente, expondo pessoas, a vida de pessoas e de empresas, que lá na frente podem ser dadas por inocentes, mas já estão destruídas, com o nome destruído, empresa, família, sigilos quebrados ao vivo, nesse momento, todas elas e as pessoas já estão nos *blogs*. Eu não conheço nenhum, nenhuma dessas pessoas, nenhuma dessas empresas, mas sigilo se quebra em sessão secreta, fechada.

Segundo ponto. Quando você quebra publicamente, você avisou para a empresa que ela tem que acionar o corpo jurídico dela, ou qualquer cidadão comum vai correr para as autoridades a fim de evitar a quebra do seu sigilo. E muitos vão alcançar. Não sei se é um pedido de *habeas corpus*, de impedimento do que votamos hoje aqui. Eu sei que as bancas de advogados estão sendo acionadas nesse momento, por uma quebra de sigilo público.

Para mim, já está mais que claro que já está formatado o relatório final dessa CPMI. Todo mundo que a assiste publicamente, vê que o foco é só uma pessoa: Jair Bolsonaro. Agora já apareceu pedra, apareceu um monte de coisa; que se faça a CPI da Pedra, que se faça a CPI do PIX.

Uma coisa interessante aqui, sobre o PIX – eu vou encerrar – do Jair Bolsonaro – Obrigado, Presidente, pela campanha... PT faz vaquinha virtual para pagar gastos da festa de posse presidencial de Lula em Brasília. Normal, normal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após vaquinha, Dirceu paga multa de quase um milhão. Normal. Integrantes do PT fazem vaquinha para despesas de Lula. Normal. Petistas fazem vaquinha para pagar multa dos condenados do Mensalão. Normal. Sindicalistas fazem vaquinha para pagar multa de Lula. Normal. Ex-Deputado lança vaquinha para pagar multa do mensalão. Tudo normal. Jair Bolsonaro: anormal.

Eu soube que existe um cidadão que está requerendo para si a fama do *Guinness Book* pelo fato de ter prendido mais de 2 mil pessoas. Num ato falho, num discurso aqui, o nosso amigo Senador Randolfe, num discurso aqui no Plenário do Senado, disse: "Nós prendemos num dia mais de mil". Nós quem? Ato falho.

Então, essa coisa de tentar desgastar o ex-Presidente Jair Bolsonaro em toda e qualquer questão... Jair Bolsonaro deve ser culpado até da guerra da Ucrânia com a Rússia. Não estou advogando nenhuma questão; estou colocando contradições.

E, por isso, Sr. Presidente, eu, que não falei nada hoje – assisti a tudo calado hoje pela manhã, ao acordo que foi feito e que foi desfeito logo em seguida –, penso o seguinte: ou a gente realmente, 48 horas antes, não tão somente cumprindo o Regimento, receba os ofícios, sejam eles quais forem e com que finalidade, mas que também a Mesa – V. Exa., a Relatora e os outros membros... E, como V. Exa. fez desta vez...

E quero mais uma vez reiterar o meu respeito a V. Exa. nessa tentativa de querer que as coisas sejam ajustadas e que haja um mínimo de compreensão de ambos os lados, porque realmente está definido – não é questão de quem é democrático ou antidemocrático, não –: nós queremos a verdade. E a verdade tem que aparecer quando todos aqueles que têm interesse na verdade tenham seus requerimentos aprovados, seja situação, seja oposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Rogério Correia; depois o Senador Sergio Moro; e vamos encerrar a nossa reunião.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Eu vou pedir um minuto, como o que V. Exa. concedeu ao Senador Magno Malta, completamente fora do Regimento. Então, às vezes eu reclamo que as coisas não estão...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Vice-Presidente da Comissão...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Vice-Presidente da Comissão... Não existe, no Regimento, palavra livre para Vice-Presidente da Comissão. Isso não existe. Então, não se pode ir inventando, no Regimento, a forma de colocar alguém para falar no final da reunião – e não falar para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de ordem ou esclarecimento, mas para fazer uma longa análise política, da qual eu discordo completamente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, eu vou também utilizar do mesmo tempo dele – livre – para poder falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não vou... Veja só, vamos pôr fim aqui. O Deputado Magno Malta realmente me pediu um minuto e abusou dessa nossa liberalidade.

Eu vou conceder a V. Exa. dois minutos para fazer a sua fala, para a gente encerrar a reunião.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu não vou usar a palavra. Só quero lamentar a atitude do Senador. Descumpre o Regimento, não respeita o Regimento, fala o que quer, depois não gosta de ouvir o que não quer.

Eu apenas pedi para colocar uma questão que foi relativa à reunião que nós tivemos lá embaixo, onde eu deixei muito clara a minha posição absolutamente contrária à questão de ouvir o jornalista. E não foi má-fé nenhuma minha e não desfiz nenhum compromisso aqui. Votei, aliás; fiz uma declaração de voto conforme havia combinado. E a minha opinião é a mesma: o que o jornalista estava fazendo – o fotógrafo – era tirando fotos. Ele não quebrou nada, ele não fez absolutamente nada; ele tirou fotos. O ângulo que ele queria para a foto... Se tinha gente, terrorista lá dentro, querendo quebrar as coisas e que queria ser fotografado, isso era um problema dessas pessoas. Esses deviam ser chamados, não o fotógrafo que estava lá trabalhando. Isso fere a liberdade dele como fotógrafo de imprensa, que foi, naquele momento, fazer ali a sua atividade de imprensa. Por isso, eu coloquei todas as posições contrárias.

Em relação às demais coisas que o Senador Magno Malta falou, eu vou me abster de me colocar, porque V. Exa. não quer me dar a mesma complacência do tempo que deu a ele, mas fica registrado que, neste caso, há, sim, dois pesos e duas medidas, e é preciso ter cuidado com isso.

Outra questão é que não tem condições de a gente falar e os Deputados ficarem aqui aos berros, no ouvido dos Deputados que falam, para não permitir que aconteça... Hoje foi o Deputado Nikolas e o Deputado André Fernandes – que, aliás, é investigado e não devia nem estar aqui –, que ficaram falando no ouvido e atrapalhando o raciocínio das pessoas. Isso não é também regimental. Então, esses Deputados não podem fazer isso. Eu queria colocar isso para V. Exa., porque isso não ajuda nos andamentos do trabalho.

Em relação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, o que foi citado aqui é pouco. Se for investigar o Bolsonaro, nós vamos precisar de quatro, cinco mandatos de coisas erradas. Começa com o genocídio, não é? Ele foi multado por causa do genocídio. Ele foi multado porque ele não colocava máscara. Ele



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incentivava as pessoas a saírem sem máscara. O senhor se lembra disso? Era isso que ele fazia. As multas foram por isto: porque ele incentivou o genocídio no Brasil. E há quem ainda deposita dinheiro para um genocida. Bem, têm direito a isto: podem depositar dinheiro para o genocida.

Agora, o mentiroso... É crime de economia popular. Guardem isto: é crime de economia popular. Ele pegou esse dinheiro e está investindo para se enriquecer. Ele ganha R\$20 mil por mês só com o investimento do dinheiro que os "patriotários", se é que são eles, e se é que não há lavagem de dinheiro. Deram para ele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, Senador Magno Malta, se V. Exa. quiser fazer um debate, nós vamos dar tempo igual, e eu respondo a cada uma dessas besteiras que V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Falará o último orador inscrito, por dois minutos...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu não desrespeitei você.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... o Senador Sergio Moro, para a gente concluir a nossa...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu nunca disse que a sua palavra foi uma besteira. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu lhe peço para a gente... V. Exa. e o Deputado Rogério Correia podem fazer esse debate em outro local, mas aqui vamos encerrar a reunião.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Presidente, eu nem vou usar os dois minutos.

Só quero fazer um elogio aqui ao Senador Magno Malta, que falou com muita propriedade. Quem tem observado a Comissão e mesmo o comportamento anterior dele... Ele tem sido econômico nas palavras. É um Senador de grande sabedoria, de grande experiência em CPMIs, e hoje tomou essa atitude de deixar para falar no final. Falou um pouco mais do que era o tempo que se imaginava, mas boas palavras, belas palavras, e nós temos que respeitá-lo, porque inclusive ele deixou essa fala para o final, nos poupando muitas vezes de intervenções anteriores que vários de nós fizemos e que, às vezes, a gente faz com a melhor das intenções, mas acaba tomando o tempo das pessoas. Então, eu registro aqui os meus elogios ao Senador Magno Malta, que fez uma fala aqui com bastante propriedade e foi econômico, parcimonioso. Quando falou, falou com sabedoria. Fica aqui o registro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero apenas acompanhar aqui uma sugestão do Senador. Tem várias questões que eu poderia abordar, mas nós deveríamos – e aqui, publicamente, Presidente, fica minha sugestão também a V. Exa. – selecionar três, quatro, cinco... Todos eles deveriam ser ouvidos, os que estão presos lá nos presídios, mas deveríamos chamar alguns para ouvir aqui nesta CPMI, para o nosso esclarecimento, para a nossa informação, para que nós pudéssemos entender o que motivou essas pessoas e quem são essas pessoas que estão presas lá até hoje, sete meses depois, nesses presídios.

Então, fica essa sugestão, e reitero meus elogios ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador.

Coloco em votação a ata da 9ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se no dia 8 de agosto, às 9h, neste mesmo recinto.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.)